

**CRÍTICA AO
“ESTADO ISOLADO”
DE VON THÜNEN**

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA
GEOGRAFIA AGRÁRIA

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

IÂNDE EDITORIAL

**CRÍTICA AO
“ESTADO ISOLADO”
DE VON THÜNEN**

**CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA
GEOGRAFIA AGRÁRIA**

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

**IÂNDE EDITORIAL
SÃO PAULO
2016**

ISBN: 978-85-922539-1-2

Copyright © Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Direitos desta edição reservados à Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Rua Padre Luís Yéber, 42 – Butantã – São Paulo/SP – Brasil - Telefone: (11) 3735-7719 E-mail: arioliv@usp.br e

<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicações.htm>

Editado no Brasil

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 5988) 1ª edição – 2007.

Projeto Editorial: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Diagramação: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Capa: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Produção do Livro: Iãnde Editorial

Ficha Catalográfica

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. CRÍTICA AO “ESTADO ISOLADO” DE VON THÜMEN: Contribuição para os Estudos de Geografia Agrária. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016, 530 p. Inclui bibliografia. 1. Geografia Agrária 2. Agricultura Brasileira 3. Método em Von Thünen 4. Teoria em Von Thünen 5. Modelo de localização

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-922539-1-2



Todos dos direitos reservados e protegidos pela lei no 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito do editor, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. É permitida a citação, devendo a mesma ser textual, com indicação de fonte conforme a ficha catalográfica.

Disponibilizado em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicações.htm>

APRESENTAÇÃO

Este livro foi, em 1979, defendido como minha Tese de Doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Hoje, ano de 2016, depois de 37 anos é transformado em livro. Muitas razões para não o publicar antes. Uma delas foi um solene NÃO, que recebi de bucha, e, na cara quando falei com Armando Correa da Silva sobre sua publicação na coleção que ele coordenava na Hucitec. O motivo era um só: meu trabalho não era de Geografia, era de Economia.

Assim, foi a primeira experiência de um doutor com tese defendida na USP. Não importa, nem mesmo gozando posteriormente da amizade de Armando truquei. Não era necessário, nem mesmo depois de nos anos 80, de ter tido o privilégio de dirigir uma coleção tratei de “enfiar” minha tese naquela editora. Foi melhor assim, o trabalho ficou inédito, embora muito lido, mas está aí, agora, publicado definitivamente.

Às vezes, fico a pensar o que aconteceu, não importa, aconteceu o que tinha que acontecer: mais uma tese foi publicada somente agora, em 2016. Uma tese de doutorado defendida no passado, mas, que continuava inédita, ineditíssima. Uma tese de doutorado publicada pelas minhas próprias mãos, quem diria. Mas foi isso mesmo, que aconteceu, muitas águas passaram por debaixo da ponte, e chegou o dia que eu mesmo publiquei-a.

Mas, fazê-la não foi diferente. Muitos queriam ver minha cabeça rolar em plena ditadura. Muitos mesmo, por isso ela tem um pouco de audácia e peito aberto, quando terminei de fazê-la. Ainda bem, que eu tinha um orientador que sempre soube tratar de seus orientandos. Com Petrone foi assim, você vai a defesa, mas cuide-se porque vai colher o que plantou. E eu colhi, várias safras de inteligências. Várias mesmo.

Não importa mesmo, fui adiante muitos foram meus amigos, Orlando Valverde, Manoel Seabra e ele o grande Petrone. O Valverde conseguiu-me um belo trabalho na UERJ no Rio de Janeiro, depois que eu fora demitido do IPT. Não importava com nada, apenas, pedia a Bernadete para fazer economia, e, me alegrava com seu “já estou fazendo”. Mas felizmente, nunca fiquei parado, pois, dois meses depois da demissão, Antônio Olívio Ceron me

convidava, através do Petrone, para ser professor em Rio Claro. Foi minha primeira experiência como professor, mas, visitante. Foi aí que eu conheci o Ceron. Grande geógrafo que garantiu minha presença naquela escola por 4 votos favoráveis contra sete abstenções. Foi lá em Rio Claro que comecei a aprender que nem tudo era motivo de festa. Mas foram dias gloriosos aquele “pós-doutorado” que fiz na Unesp em Rio Claro. Foram dois anos, mas muito intenso e denso. Mas, foram dias felizes que passei naquela universidade. Tão felizes que ganhamos o Emiliano de presente, mas ele nasceu em São Paulo pelas mãos do mesmo médico que já cuidara de Úrsula. Era necessário.

A aventura de ensinar na universidade terminou cedo em Rio Claro, pois, eu já havia prestado e passado um concurso aqui na USP. Mas foram seis meses lá e cá, cá e lá. Não importa, fiz tudo o que queria ou quisera. Ingressei no Departamento de Geografia em 29/02/80, um dia que aniversariava a cada quatro anos: bissexto. Eu ria, nunca lamentei, porque era só alegria ensinar na mesma universidade que acabara de concluir. E foi só o começo, porque a cada concurso vieram mais, e mais marxistas na Geografia da USP. Pintamos de vermelho esta parte da USP.

De lá para cá, foi um “pulinho”, nem vi passar. Mas, minha tese de Doutorado foi minha carta de alforria. Talvez, por isso, que eu nem liguei quando da negativa da publicação da tese. Publico-a agora, em 2016. E, ela sai “quentinha”, pois é, quem diria, 37 anos depois de defendida. Por certo, ninguém vai dizer que fui “oportunista”, como ousaram dizer lá no início dos anos 80. Mas, é isso a tese sai agora e por incrível que pareça, sai “quentinha” pois, estava no forno até agora.

Delicie porque eu estou deliciando desde que fiz a revisão.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

(Numa incrível tarde de sábado do outono paulistano de 2016)

Á

BERNADETE,
Úrsula e Emiliano, meus filhos

Francisco, meu pai que se foi
Aparecida, minha mãe

Sebastião de Castro, meu outro pai, e que também se foi.
Reny, minha outra mãe

Vânia e Genário,
Adaécio,
Ademir e Maria,
Vanda,
Amauri e Michele,

e Beatriz,

meus irmãos

E NO FIM

À

Todos os irmãos companheiros presentes que continuam a luta dos companheiros que tombaram.

Todos os companheiros que de uma forma ou de outra, estão envolvidos na luta teórica (segundo Lênin).

MINHA GRATIDÃO

Companheiros anônimos

A todos, que de uma forma ou de outra, colaboraram conosco nesse trabalho, que assim não é só nosso, e cuja citação dos nomes tornaria impossível publicar estes agradecimentos.

Aos Mestres Gil, La Corte, Cacilda, Bochicchio que já se foi, Queiróz, Léa, Araújo que também nos deixou, entre outros.

Aos Companheiros de trabalho Wagner, Ualdrido, Caio, Osvaldo, Nelson e Ros Mari. Aos Companheiros da SRSP-AGB Rosa Ester, Mirna, Silvana, Ana Maria, José Antônio que nos deixou, Margarida, Teluko, Mário, Gusmão, entre muitos outros, pela união de esforço em prol da entidade e de uma Geografia mais crítica.

Ao Armén pelas primeiras críticas que recebi quando da maior empolgação no desenvolvimento desse trabalho. Ao Manoel Correia de Andrade por partilhar de sua amizade após memorável lembrança de luta teórica, quando da Comunicação preferida por Armén Mamigonian, no Encontro de Geógrafos em Belo Horizonte em 1976. Ao Orlando Valverde meu mestre, acima de tudo, e companheiro de luta. Ao Milton Santos Companheiro de luta incansável na trincheira da Geografia e que em boa hora veio conviver conosco.

Ao Manoel Seabra pela paciência e interesse com que leu todos os manuscritos deste trabalho, criticando-os severamente quando necessário, mas sempre nos apoiando quando de nossos acertos. Sou-lhe grato duas vezes, se possível.

A Pasquale Petrone,

Mestre dos mestres, amigo, companheiro, enfim GENTE antes de tudo.

Não há como ser-lhe grato.

Não há como escrever estes agradecimentos.

Nem há como falar-lhe.

Só há uma forma de expressar-lhe minha gratidão eterna:

É pelo profundo respeito ao seu trabalho

Porque assim...

Vejo-me diante do mestre

Que tem sempre uma palavra ao discípulo.

Que estende a mão quando solicitada

Que nos acolhe quando sem teto

E que sempre tem força para nos incentivar,

Para abrir horizontes, apontando para o futuro.

Por isso, meu mestre, só posso dizer-lhe que sou grato,

Eternamente grato, por tudo que fizeste a todos que tiveram a felicidade de participar de seu convívio.

Por fim

Bernadete

Que como companheira soube suportar-nos naqueles anos de trabalho incansável, sempre criticando nossos possíveis esquerdismos, mas ajudando sobremaneira em tudo que foi possível para permitir que esse trabalho fosse realidade.

Relembro:

Maria Regina Sader,

Mestra com quem iniciei este trabalho ainda no curso de graduação.

Sinclair, Companheiro de sala de aula e de luta, líder que sempre aprendi a respeitar; espero que este estudo demonstre o avanço político que você certamente gostaria de ter visto muito antes.

Maria José, Companheira sempre pronta e solícita em nossas lutas na Universidade e fora dela, espero que esse esforço político não tenha sido em vão.

Odete, Companheira, orientadora de ontem, amiga e crítica de hoje, a soma dos avanços, espero, tenha sido maior que os recuos.

Marili que também se foi, Companheira e exemplo, aquelas discussões que tivemos, espero tenham frutificado.

Bacic, Mariano que também se foi, e outros que fogem da memória neste momento: é preciso avançar o sinal.

Paulinho, esta é a resposta ao rótulo de “populista” que um dia me impingiste.

E POR FIM

Aos inimigos convictos de hoje ...

*De repente, olha eu de novo
Perturbando a paz exigindo o troco*

*Olha um verso, olha outro
Olha o velho, olha o moço chegando*

*O muro caiu, olha a ponte
Da liberdade guardiã*

(“Pesadelo” – Mauricio Tapajós e Paulo César Pinheiro)

SUMÁRIO

Parte I – A propósito da produção de conhecimento em Geografia.....	14
Parte II – Os instrumentos de trabalho da produção do conhecimento.....	40
Parte III – O “Estado Isolado” (Dier Isolierte Staat) de J. H. Von Thünen.....	121
1.- A Contextualização histórica: as condições materiais para o desenvolvimento da obra de Von Thünen.....	122
2.- Os instrumentos de trabalho de Von Thünen: a teoria e o método.....	195
2.1.- A teoria em Von Thünen.....	196
2.2.- O método em Von Thünen.....	229
3.- O “Estado Isolado” de Von Thünen.....	257
Parte IV – A “atualidade” da “teoria” de Von Thünen na Geografia...	328
Parte V – Da necessidade da práxis.....	478

“Voltando à nossa primeira investigação que demonstrou ... ser o capital apenas produto do trabalho humano ... parece-nos inteiramente incompreensível que o homem pudesse cair sob o domínio de seu próprio produto, o capital, ficando a ele subordinado. Sendo esta a realidade incontestável, assalta-nos a pergunta: como pode o trabalhador transformar-se de senhor do capital, de criador dele, em escravo do capital? ” (Von Thünen, “Der Isolierte Staat”, parte segunda, Rostock, 1863, págs. 5 e 6). **“O MÉRITO DE VON THÜNEN É TER FORMULADO A PERGUNTA. SUA RESPOSTA É SIMPLEMENTE INFANTIL.”** (Marx. K. “O Capital” – Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971, pág. 722, nota de rodapé 77a. (Sem maiúscula e negrito no original))

**CRÍTICA AO “ESTADO ISOLADO” DE VON THÜNEN
CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA**

*a raiva dá prá parar, prá interromper.
a fome não dá prá interromper.
a fome e a raiva é coisa dos home.
a fome tem que ter raiva prá interromper.
a raiva é fome de interromper.
a fome e a raiva é coisa dos home.*

O Ronco da Cuíca

(João Bosco e Aldir Blanc)

PARTE I

A PROPÓSITO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM GEOGRAFIA

Este trabalho, constitui-se em uma contribuição aos estudos das atividades agrárias, através de uma análise crítica da obra de Von Thünen (1), que vem sendo, há anos, o suporte teórico de inúmeros trabalhos interessado à organização do espaço agrário.

Entre estes trabalhos, poderíamos destacar, inicialmente, no Brasil, o de Léo Waibel (2) e os de seu discípulo Orlando Valverde (3) e, no âmbito internacional, lembraríamos os trabalhos desenvolvidos na Europa (Inglaterra principalmente) e

Estados unidos, a partir, fundamentalmente, das obras de Jonasson, O. (4), Dunn, E S. Jr. (5) Chisholm, M. (6) e de Peet, J. R. (7).

O discurso geográfico, também tem apresentado, ultimamente, uma preocupação latente, com a responsabilidade social do geógrafo face a sociedade e os processos de desenvolvimento. É o que se observa face á sociedade e os processo de desenvolvimento. É o que se nota através das obras de Santos, M. (8), Lacoste, Y. (9), Anderson, J. (10), Folke, S. (11) e Harvey, D. (12). Estas obras colocam em evidência o caráter ideológico das pesquisas em Geografia (13) e questionam, praticamente, “in totum” a ciência ou ciências geográficas (14).

Nesta ótica é que reputamos da mais significativa importância uma revisão das obras que dão substrato teórico aos trabalhos empíricos (15) desenvolvidos na Geografia, porque a maioria delas (16), limita-se apenas à aplicação à realidade brasileira de esquemas propostos para análises em outras realidades, sem efetuar uma crítica às teorias e conceitos utilizados. Entre estas obras está a de Von Thünen, que é o objeto de nosso estudo.

Tal fato, demonstra claramente o ponto levantado por Anderson, J. (17), que muito bem caracteriza o problema da ideologia nos trabalhos em Geografia. E assim procedendo, verifica-se que os erros teóricos cometidos nestas obras, provocam, quando utilizados em outras realidades, desvios, que culminam com os desvios nas propostas de ação que têm sido, nos últimos tempos, uma das preocupações dos geógrafos (18).

Tudo nos leva a crer que estes autores assumem consciente ou inconsciente a ideologia contida nestas obras. Isto pode ser aclarado se atentarmos para a observação de Anderson, J., quando tratando deste assunto argumenta que:

“Estavam eles imunes contra ideologia, ou estavam eles tão sob sua influência

que não estavam cientes do fato? ” (19).

Para elucidar esta questão e outras que formularemos no decorrer deste estudo, achamos neste momento, de fundamental importância lembrar quatro considerações que serão de grande valia no desenvolvimento de nosso trabalho.

A primeira delas, é de não ficarmos com a impressão de que estes geógrafos não tenham (porque não querem) consciência do papel que desempenham na sociedade em que vivem. Pois não devemos esquecer que: -

“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (20).

É importante, também lembrar, que o seu ser social é consequência do modo de produção da vida material da sociedade, o que faz com que devemos ter sempre em consideração que: -

“Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídico-política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”. (21).

O que significa dizer que, a produção das representações, das idéias e mesmo da consciência está, antes de mais nada, direta e intimamente ligada á atividade material, ou seja, condicionada pelo modo de produção da sua vida material. Mas, estão também, no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, as contradições que liberarão elementos, para não só a transformação do pensamento e de seus produtos, mas da própria

transformação dos modos de produção, e conseqüentemente da História.

Ilustrando, lembramos que: -

“ ... serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a consciência”. (22).

Esta consideração que ressaltamos é extremamente importante para a compreensão, não só da contextualização histórica da produção da obra de Von Thünen, mas também, para fornecer esclarecimentos sobre a utilização atual da sua “teoria”, principalmente nos estudos interessando a Geografia Agrária.

A segunda consideração é que, o “todo social” no materialismo histórico é uma totalidade contraditória, que é fruto de uma unidade na diversidade (23). E que se compõe de uma infraestrutura (condições econômicas de produção – produção imediata/distribuição/circulação e consumo) e de uma superestrutura (formas jurídico-políticas, religiosas, artísticas, ou filosóficas, em resumo: as formas ideológicas) (24), que são articuladas em um modo de produção determinado, que por sua vez se realiza numa formação social dada. Estamos afirmando, também, que toda formação social pode realizar mais de um modo de produção, porém, um sempre é dominante.

O que significa dizer que: -

“... se considerarmos que toda a formação social revela um modo de produção dominante, podemos dizer que o processo de produção põe em movimento forças produtivas existentes em (dans et sous) relações de produção definidas.

Donde se segue que, para existir, toda a formação social deve, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, reproduzir as condições da sua produção. Deve, pois, reproduzir: 1) – as forças produtivas; e 2) – as relações de produção existentes”. (25).

Portanto, a reprodução dos meios de produção é assegurada, porque não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção. Porém, deve-se lembrar que: -

“não é ao nível da empresa que a reprodução das condições materiais da produção pode ser pensada, porque não é na empresa que ela existe nas suas condições reais. O que se passa ao nível da empresa é um efeito, que dá apenas a idéia da necessidade da reprodução, mas não permite de modo algum pensar-lhe as condições e os mecanismos ...” (26).

Ou seja, deve-se pensar a reprodução das condições materiais da produção, ao nível da produção global, como um todo e nas suas articulações com a superestrutura, enfim, seguir o processo global. (27).

É nessa totalidade que estão as explicações dos mecanismos, que permitem a reprodução das condições materiais da produção.

A reprodução da força de trabalho, se dá essencialmente fora da empresa. Pois que, à força de trabalho é dado o meio material de se reproduzir: o salário que aparece na contabilidade de cada empresa, como Capital Variável, e de modo algum, como condição da reprodução material da força de trabalho. Mas é assim que ele “age” uma vez que o salário representa, apenas aquela parte do valor produzido pelo dispêndio da força de trabalho que é indispensável à reprodução da mesma (28).

No processo de produção capitalista, não basta o fato de se assegurar à força de trabalho as condições materiais

de uma reprodução, pois ele, necessita também, da reprodução da qualificação da força de trabalho (29). No modo de produção capitalista a reprodução da qualificação (diversificação) da força de trabalho é assegurada cada vez mais fora da empresa, senão sejamos:

“Diferentemente do que se passava nas formações sociais escravistas e feudais, esta reprodução da qualificação da força de trabalho tende (trata-se de uma lei tendencial) a ser assegurada não em “cima das coisas” (aprendizagem na própria produção), mas, e cada vez mais, fora da produção: através do sistema escolar capitalista ...” (30).

Esta afirmativa é importante, pois, é principalmente no sistema escolar capitalista, onde ocorre a reprodução da força de trabalho, da submissão desta à ideologia dominante, e da capacidade de bem manejar a ideologia dominante, com a finalidade de assegurar a dominação da classe dominante (31).

Assim, podemos dizer que: -

“... a reprodução da força de trabalho tem pois como condição sine qua non, não só a reprodução da “qualificação” desta força de trabalho, mas também a reprodução da sua sujeição à ideologia dominante ou da “prática” desta ideologia, com tal precisão que não basta dizer: - “não só mas também” , pois conclui-se que é nas formas e sob as formas da sujeição ideológicas que é assegurada a reprodução da qualificação da força de trabalho” (32).

Novamente, retomamos a preocupação inicial do trabalho, ou seja, a necessidade de um estudo crítico das obras que dão sustentação teórica às pesquisas desenvolvidas na Geografia, em particular, na geografia agrária. É aqui, também, que se insere o estudo da obra de Von Thünen.

Por isso, julgamos importante o estudo de Anderson J. (33), que coloca em evidência a questão da ideologia nos trabalhos realizados na Geografia. Pois que, assim reconhece-se a presença, deveras eficaz, de uma ‘nova’ realidade: a ideologia (34).

A terceira consideração que reputamos importante, é que não basta pensarmos o processo de reprodução das condições de produção apenas à reprodução das forças produtivas, pois, é fundamental reproduzir também, as relações de produção existentes (35). Para tal, devemos dizer que é o econômico o determinante em toda sociedade e que, é o momento da produção imediata o momento privilegiado neste econômico determinante (36).

Assim, continuamos a pensar a superestrutura do ponto de vista da reprodução (37), E aqui também, como acontece com o modo de pensar a reprodução das forças produtivas, deve-se pensar a reprodução das relações de produção, como sendo assegurada em grande parte (38) pela superestrutura (jurídico-política, religiosa, artística ou filosófica, em resumo, as formas ideológicas).

Ao que tudo indica no estágio atual do capitalismo é a reprodução das relações de produção pensável como sendo assegurada pelo exercício do poder de Estado e nos Aparelhos (Repressivos) de Estado, de um lado, e nos Aparelhos Ideológicos de Estado de outro (39). O que implica dizer que, os Aparelhos Ideológicos do Estado (a escola é um deles), funcionam de maneira prevaletentes pela ideologia, embora possam também, simultaneamente, funcionar pela repressão. Os Aparelhos Ideológicos de Estado, são ao contrário do Aparelho do Estado, múltiplos, distintos e “relativamente autônomos”, portanto, susceptíveis de tornarem-se um campo objetivo das contradições que exprimem, quais sejam, sob forma ora extrema, ora limitada, os efeitos da luta de classes; e que também, ao contrário dos Aparelhos do Estado, a unidade entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado é assegurada, na maioria das vezes, em formas contraditórias, pela ideologia dominante, a da classe dominante.

Sublinhadas estas características, podemos

então representar a reprodução das relações de produção semelhante a uma espécie de “divisão do trabalho” (40) entre os Aparelhos de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado.

Mas, nas formações sociais capitalistas, dentre os Aparelhos Ideológicos de Estado, um papel importante é desempenhado pelo aparelho escolar. É o duo, escola-família substituindo o duo Igreja-família das formações sociais feudais (41). Entretanto, não devemos esquecer que na superestrutura do modo de produção capitalista é a esfera política a dominante.

A reprodução das relações de produção capitalistas pensada neste contexto, torna-se de extrema valia para compreensão da produção da obra de Von Thünen em particular, objeto de nosso estudo, e em geral de todas as obras elaboradas, principalmente as que se constituem em suporte teórico, entre as quais poderíamos ressaltar a de Waibel, L. (42).

Quanto à quarta e última consideração a ser levantada, devemos dizer que, concebemos o processo histórico como um processo de conhecimento e plena transformação, o que requer do conhecimento um posicionamento e uma compreensão dialética do mesmo. Pois que, o investigador é parte integrante deste e como tal, deve compreender criticamente a realidade objeto de estudo na sua totalidade, em processo de transformação social.

Neste universo de colocações é que devemos entender a quarta consideração, que se constitui na necessidade de um posicionamento crítico constante do cientista, em pensar sempre no processo de transformação social, como parte inerente do mesmo, pois: -

“Em certos estádios de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das

quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entreve. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito; levando-o às suas últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época” de transformação pela sua consciência em si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam pelo menos, em vias de aparecer. A traços largos, os modos de produção asiático, antigo feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social termina, assim, a pré-história da sociedade humana” (43).

Feitas estas quatro considerações, julgadas fundamentais ao próprio processo de elaboração de nosso estudo, devemos considerar, embora de uma forma ampla, que algumas críticas muito procedentes vêm sendo colocadas no seio da Geografia

e que são de importância capital para discutir a questão da ideologia ou do caráter ideológico dessa disciplina considerada de si própria.

Este aspecto também possibilitará o levantamento de uma série de colocações, posicionamentos, críticas e prospecções – que permitirão ao nosso ver, a inserção da Geografia no quadro das “ciências”, que são hoje objeto de estudo e crítica por parte daqueles que se interessam pelo processo de compreensão da realidade na sua totalidade, ou seja, consonante com o processo histórico.

Para confirmar o que estamos colocando em discussão, reportar-nos-emos a elementos que aparecem no trabalho de Anderson, J. : -

“ O “fetichismo do espaço” é o modo de pensar particular dos geógrafos. As relações entre grupos ou classes sociais são apresentadas como relações entre áreas, obscurecendo (como no chauvismo) as divisões sociais no interior das áreas. As conceituações geométricas abstratas da “forma” espacial podem ser artificialmente assentadas contra o “conteúdo” social do espaço, obscurecendo-o, ao negar as relações dialéticas de “conteúdo” e de “forma” (44).

Esta afirmação de Anderson J., releva mais que própria necessidade do questionamento ideológico que constitui passo importante para o investigar em qualquer dos campos das “ciências”, produto da divisão acadêmica do trabalho, revela, isto sim, a própria essência do questionamento ideológico que se faz necessário para se considerar o status da Geografia: a questão da natureza do espaço social. A afirmação, evidencia também, uma negação das relações dialéticas entre “conteúdo” e “forma” nos trabalhos geográficos. Estas questões, de início, nos permitem questionar o comprometimento ideológico da produção geográfica (45).

Anderson, J. continua afirmando:

“... a Geografia, junto com outras ”disciplinas ambientais” tem sido lenta em

reagir ao que Hunt e Schwartz (1972) chamam de crise geral da ideologia liberal da guerra fria. Se a Geografia parece conservadora, não é tanto porque ela é ideológica (e, ideologias, com efeito, são conservadoras), mas porque suas ideologias tendem a ser obsoletas. Considere-se a persistência das noções de *laissez-faire*. A Geografia é mais uma “transmissora” do que uma “promotora” de ideologia; os atrasos na transmissão para a Geografia, frequentemente, a fazem parecer menos “com isso” do que as disciplinas “produtoras”, tais como a Sociologia, e atitudes críticas, são encorajadas por uma preocupação com as complexidades da forma espacial. Contudo, a Geografia é muito importante como transmissora, de não pouca importância, na educação escolar, onde ela é um veículo para a ciência social geral e onde a maioria das pessoas formam sua “visão do mundo”, se não sua “visão global” (46).

É portanto, atento a todas estas questões, que pretendemos situar como um dos principais objetivos de nosso trabalho, chegar à uma contribuição à análise crítica da obra de Von Thünen, procurando compreender e situar a matriz teórica utilizada em sua obra, seu método de trabalho e suas implicações científicas, suas proposições e conseqüências das mesmas, quer no tempo, quer no espaço, e a contextualização histórica, ou seja, o momento histórico no qual se criaram as condições materiais para o desenvolvimento de sua obra. Outro objetivo, perseguido em nossa pesquisa, é o estudo referente à atualidade (47) com que o trabalho de Von Thünen vem sendo utilizado, quer no âmbito da Geografia, quer no âmbito particular da Geografia Agrária do Brasil e suas implicações.

Dessa forma esperamos estar contribuindo para a crítica (restrições) ao método de Von Thünen e a denúncia do caráter de classe (classe dominante) de sua obra; as razões da “atualidade” de suas teorias dentro da Geografia: o caráter ideológico desta atualidade; a incapacidade (teórica) desta teoria em explicar a realidade.

Para chegar a nosso intento, devemos lembrar, além do que já foi afirmado por Anderson J., que muitos trabalhos têm surgido recentemente colocando praticamente em xeque, a maioria das pesquisas desenvolvidas até hoje em Geografia.

O caso dos trabalhos realizados por Folke, S. (48) que trazem consigo, considerações importantes, como a nota introdutória:

“A Geografia é um ramo da ciência de natureza nitidamente de classe. A ciência Geográfica burguesa desde o início, impregnou-se da natureza agressiva e predatória do colonialismo e imperialismo” (Hua Chih-hai, Peking Review, nº 48-1972). (49).

Nos parece inquestionável a posição afirmada e é também importante a relação que ele estabelece em seu trabalho entre o imperialismo e Geografia:

“Seria falso afirmar que não há qualquer relacionamento entre imperialismo e Geografia. Se a expansão europeia nos séculos presente e passados é chamada imperialismo ou “a propagação da civilização”, é evidente que a Geografia desempenhou um papel neste processo e por sua vez foi influenciada por ele. De fato, argumentaria que imperialismo e Geografia desenvolveram-se lado a lado.

A Geografia da Antiga Grécia desenvolveu-se no período em que Alexandre Magno explorou e subjugou outras partes do mundo. A Geografia foi reativada como disciplina no período da exploração mercantilista e espoliadora nos séculos XVI e XVIII. A Geografia Moderna foi fundada no século XIX e floresceu no último quartel daquele século. Esse foi um período de intensa exploração e corrida para colônias, e é evidente que isso foi a base material para o desenvolvimento da Geografia.

A serviço do imperialismo a Geografia desempenhou tanto uma função material como ideológica. Muniu exploradores, negociantes e colonizadores com informações (mais ou menos) exatas sobre os lugares de todo o mundo. Mas também forneceu uma racionalização ideológica da conquista, exploração

e opressão de outras áreas e outros povos. É suficiente mencionar a noção do “The White man’s burden”. Isso, entretanto não é coisa do passado. A terminologia mudou e o racismo manifesto é raro nos livros escolares contemporâneos. Mas a Geografia continua a serviço do imperialismo. Agora o relacionamento entre o Primeiro e o Terceiro mundo é descrito em termos de harmonia e cooperação para o benefício mútuo, acentuando o “fluxo” generoso de “auxílio para o desenvolvimento”.

Portanto a Geografia (burguesa) que prevalece na Europa Ocidental e na América do Norte – e por isso na maior parte do Terceiro Mundo – tem sido útil para o imperialismo”. (50).

O texto nos permite claramente realizar a conexão entre Geografia e imperialismo e também nos permite muito eficazmente, explicar a conexão entre a produção geográfica e a base material da sociedade em que esta produção se consumou.

Mas Folke, S. não pretendeu apenas explicitar estas conexões, mas também demonstrar o forte conteúdo ideológico presente nas obras geográficas, o que nos garante a possibilidade, de não só validar em nosso estudo seus princípios básicos, mas também o conjunto de colocações e posicionamentos por ele assumido.

É esta posição, que garante a fluxo da polêmica que deve marcar a produção científica, uma vez que ela representará o retrocesso, ou mesmo o avanço da sociedade como um todo, ou seja, do modo de produção da vida material desta mesma sociedade.

Consideramos extremamente sérias as colocações de Folke, S., que afirma:

“... não é claro o que significa “Geografia”. Se a Geografia é definida como a ciência que se ocupa com os aspectos espaciais de qualquer fenômeno, receio que a Geografia não tenha algo de significativo a contribuir. Uma definição do objeto de estudo da Geografia Humana presentemente em voga menciona algo

como “a organização espacial da Sociedade Humana” Esta definição tende a obscurecer o fato que a organização da sociedade humana é um fenômeno social e não espacial. Obviamente, esta organização social tem uma dimensão espacial bem como uma dimensão temporal. Mas a diferença é importante.

Num artigo anterior (51) argumentei que a razão da irrelevância da maioria das pesquisas geográficas é o fato de que o campo é definido de uma maneira excessivamente restrita, enfocando exclusivamente a dimensão espacial dos processos e fenômenos sociais”. (52).

É esta perspectiva de trabalho que assumimos nesta pesquisa, para poder estar em condições de realizar uma análise crítica da obra de Von Thünen. Mas não poderíamos chegar a essa posição, sem antes deixar claro, como havíamos dito, anteriormente, o que tem sido, de uma forma ou de outra, as pesquisas realizadas em Geografia.

Neste sentido, é de fundamental importância o realce do comportamento ideológico dos geógrafos, com a ideologia dominante (da classe dominante), e este fato pode ser espelhado nas “aberturas” de perspectivas de trabalho em planejamento (53). Neste sentido, encontramos nas afirmações de Folke, S. (54), material para argumentar que não é “acidental” que a Geografia e outras Ciências Sociais têm evoluído para uma técnica orientada, altamente sofisticada, produzindo trabalhos irrelevantes, uma vez que, são apenas descritivos e muito pouco tendo a ver com a resolução de problemas agudos e porque não dizer, crônicos relativos à sociedade. Uns apontam para os interesses dos que financiaram e utilizaram a pesquisa social (governos e homens de negócio). Outros, apontam para a experiência social da maioria dos pesquisadores sociais (revelando sua posição nas classes sociais).

É evidente que, tais pontos são fundamentais, mas não seriam nada mais do que o levantado anteriormente, nos textos de Marx, K. (55) e Althusser, L. (56). Completando este raciocínio, citamos outro texto de Marx, K. e Engels, F.:-

“ O que mais experimenta a história das idéias do que a produção intelectual que muda seu caráter na proporção das mudanças na produção material? As idéias vigentes em cada época, têm sido, as ideias da classe dominante”. (57).

Ou como prefere Folke, S.:

“Igualmente às outras ciências sociais, a Geografia tem provocado um impacto sobre a sociedade, principalmente pelo valor de sua posição no currículo escolar. Isto tem ajudado a formar o ponto de vista das crianças a respeito do resto do mundo, quer do seu próprio país, como de nações estrangeiras. È inútil dizer que isto tem sido valor-livre e objetivo. Ao contrário está consciente ou inconscientemente, a serviço de propostas ideológicas. (58) ”.

Em resumo, a Geografia, como as outras ciências sociais, tem se desenvolvido de uma forma que Express as forças sociais dominantes”. (59).

Assim, se, por um lado, procuramos analisar criticamente o “Estado Isolado” de Von Thünen, é importante procurar tratar, embora inicialmente, de como se organizam as atividades agrárias. Esta questão, envolve, também algumas reflexões.

Em primeiro lugar, que a totalidade orgânica (unidade na diversidade) só pode ser compreendida através do materialismo histórico. Nesta linha encontramos Folke, S.: -

“A questão agora é se é possível desenvolver Geografia (“Radical”) que poderia ser útil na luta contra o imperialismo. Isto depende de várias coisas. Primeiro não é claro o que significa “radical”. Às vezes, este termo inclui toda espécie de desejos, baseados sobre princípios morais bem-intencionados. É desnecessário dizer que a substituição da ideologia reinante por um número de ilusões idealistas, não vai ajudar muito. O que é necessário são investigações científicas das muitas facetas do imperialismo. Isso significa que devem ser embasadas numa concepção materialista da realidade e eu sugiro que um fundamento marxista é o indicado. ” (60).

Segundo, que a contribuição à análise crítica, neste trabalho, deve ter como sustentação o materialismo histórico em toda a sua plenitude (infraestrutura e superestrutura)

ressaltando-se sempre no caso, o ideológico, sem esquecer que a estrutura econômica é a determinante. Outra vez citamos Folke, S.: -

“Uma ideologia pode ser definida como um sistema de idéias empregadas para legitimar a hegemonia de uma classe especial (isto é, a burguesia). Julgada a partir desta posição, a objetividade advogada pelos positivistas é em si mesma uma concepção ideológica que legitima a “ciência” social (positivista) da burguesia.

Visto que a ciência social burguesa em geral serve como uma “cortina de fumaça” ao método de produção capitalista (ou aos interesses de classe da burguesia) não merece o nome de “ciência” o termo próprio é ideologia.

Portanto, a perspectiva “radical” não deverá substituir uma ideologia pela outra, supostamente superior (em termos de conteúdo moral). O que é necessário é substituir ideologia por ciência, isto é, uma ciência humana baseada no materialismo histórico. Obviamente, uma tal ciência social, não é neutra em qualquer sentido político. É objetiva, no sentido que fornece uma correta compreensão dos mecanismos, contradições e direções do desenvolvimento da sociedade capitalista.” (61).

Por último, que haja uma interação dialética entre as críticas e as análises das atividades agrárias, procurando, neste sentido, os fundamentos marxistas do materialismo histórico, ou seja, da ciência da História. Aqui, também, Folke, S., deve ser citado: -

“Num artigo prévio, argumentei que um fundamento marxista é o fundamento adequado para o desenvolvimento de uma geografia radical.” (62).

E com muito mais propriedade, citamos também, Marx K. e Engels, F.: -

“Apenas conhecemos uma ciência, a da história. Esta pode ser examinada sob dois aspectos; podemos dividi-la em história da natureza e história dos homens, porém, estes dois aspectos não são inseparáveis; enquanto existirem homens a sua história e a da natureza condicionar-se-ão reciprocamente. é-nos necessário analisar em detalhe a história dos homens pois, com efeito, quase toda a ideologia se reduz a uma falsa concepção dessa história ou ao puro e simples

abstrair dela. A própria ideologia é somente um dos aspectos dessa história. ” (63).

Assim, optamos por apresentar nosso estudo dentro da perspectiva do materialismo histórico e portanto, o trabalho contém além desta primeira parte, que teve por finalidade, um ajuste quanto às teorias e ideologias, e o desenvolvimento de pesquisas em Geografia, uma segunda parte, na qual procuramos introduzir alguns conceitos fundamentais que compõem o materialismo histórico, e que constituem no instrumental metodológico que utilizaremos para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

O passo seguinte, ou seja, a parte número três, compõe-se da análise crítica do “Estado Isolado” de Von Thünen, onde procuramos investigar sua matriz teórica, seu método e seus conceitos importantes, como por exemplo, o da renda da terra. Mas, desenvolvemos a análise crítica destes conceitos dentro da contextualização histórica do século XIX, particularmente alemã, uma vez que é aí que encontramos as condições materiais para o desenvolvimento de sua obra. Ainda desta parte de número três, analisamos o “Estado Isolado” e os efeitos das distâncias, dos impostos e o salário natural, sua relação com as taxas de juros, e a renda da terra (64).

Na quarta parte do trabalho, procuramos demonstrar como vários autores passaram a desenvolver trabalhos a partir da obra de Thünen; tentamos explicar a “atualidade” do “Estado Isolado”, quer no âmbito da Geografia, que na Geografia Agrária do Brasil. Entendemos que esta análise, não tem por objetivo esgotar questões, mas sim contribuir para levantá-las e que o estudo pormenorizado das mesmas, deverão ser objeto de outras pesquisas.

Para encerrarmos esta primeira parte, torna-se importante escrever sobre as limitações e nosso trabalho. Uma delas é a de não podermos contar com dados estatísticos que

viesses de encontroa os propósitos iniciais da pesquisa, mas tal questão deve ser encarada na mesma perspectiva de Castells, M.:

“Portanto, “o buscar dados” depende inteiramente de que interesses eles defendem, os Instituto de Estatística, a serviço de um governo dado, ou os de uma classe, ou classes, tratando de informar-se para orientar sua estratégia na luta cotidiana. Deve-se recordar que os dados não são neutros, e sim respondem a certas categorias e estas categorias são construídas em função de certas necessidades da organização social.”. (65)

Outra, é a de não podermos contar com uma bibliografia, na Geografia, mais ampla, dentro desta perspectiva do trabalho, daí as dificuldades e prováveis erros teóricos que possamos estar cometendo. Porém, estamos convictos que, o processo do conhecimento é suficientemente dialético, para permitir-nos avançar futuramente em posições que possam ser hoje titubeantes.

A principal das limitações é, que não é nosso objetivo, esgotar todo o assunto, meta desta pesquisa, mas sim contribuir aos estudos das atividades agrárias, às análises críticas da obra de Thünen, e apenas levantar questões sobre outros trabalhos desenvolvidos em Geografia. Mas, que fique bem claro o que afirmamos anteriormente: o processo do conhecimento tem que ser dialético e os conceitos elaborados, e críticas realizadas, podem, no futuro, não ser as mesmas, da mesma forma como no passado não o foram.

Portanto, o conhecimento não é absoluto (embora muitos ideólogos do modo de produção capitalista em Geografia, pretendam que seja); nada é estabelecido de uma vez para sempre, em tudo e em todos os processos de investigação científica, a defesa de uma tese significa sua própria destruição; enfim, a fonte do movimento e do desenvolvimento do conhecimento está nas contradições internas, inerentes ao próprio conhecimento, mas também intrinsecamente, nas contradições do modo de produção material da sociedade, como um todo.

Notas e Bibliografias

- 1 - Von Thünen, J. H. – “Von Thünen’s Isolated State: an English Edition of “Der Isolierte Staat” – editado por Hall, P. com tradução de Wartenberg, C.M. – Pergnon Press – Londres – 1966.

A obra de Von Thünen divide-se em três partes. A primeira parte surgiu com o subtítulo: Análise da influência que exercem sobre a agricultura o preço dos cereais, a fertilidade do solo e os impostos” publicado por Perthes – Humburgo – 1826 (2ª edição – Léopold – Rostoch – 1842). A segunda parte trata do “salário adequado e a sua relação com a taxa de juros e com a renda da terra” – Léopold – Rostock – surgiu em 1850 numa primeira parte e em 1863, após a morte do autor, numa segunda parte. No mesmo ano apareceu a terceira parte da obra que trata das “Bases para a determinação do rendimento do solo, da época de circulação mais favorável e do valor das reservas de madeira de diferentes idades no reflorestamento com pinheiros”, com seleção de H. Schumacher – Hinstorff – Rostock – 1863. A obra completa, foi editada em 3ª edição em 1876 por H. Schumacher – Zarchlin e publicada por Wiegandt, Hempel e Parey Berlim – 1876. A editora Fischer de Jena apresentou impressões contendo as partes I e II, seção 1 – editado por Heirich Waenting – 1910 – 1921 e 1930. Uma seleção de passagens da Parte I e da Parte II seção I, foi feita por Walter Braeuer e publicada como “Johann Heinrich von Thünen: Ausgewählte Texte” por Anton Hain em Meisenheim – 1951. Traduções francesas de partes do “Estado Isolado” foram publicadas por J. Laverrière – “Recherches sur l’influence que le prix des grains, la richesse du sol et les impôts exercent sur les systèmes des cultivate” – Paris - /guillaumin – 1851; M. Wolkoff “Le salaire naturel et son rapport au taux de l’intérêt” – Guillaumin – Paris – 1857. Uma tradução russa apareceu em 1857: M. Wolkoff “Uedinnoe Gosudarstvo v otnosenii K obscestennoj ekonomii” – Karlsruhe – Darmstadt. Também em italiano apareceu uma edição da obra de Thünen: “Ricerca sull’influenza che il prezzo del grano, la ricchezza di suolo e le imposte esercitando sui sistemi di coltura” – Turim – 1860 – Presente na biblioteca dell’Economista, 2º série, Torino – 1875 -819-1046. Já uma tradução tcheca surgiu em 1926: Tschechische Uebersetzung analässlinch eines hougressess zum 100, Jahresag des “Isolierten Staates” – Praga. Outra tradução também em inglês da parte II, seção 1 – foi publicada por Bernar Dempsey como parte do livro “The Frontier Wage” – Chicago – 1960.

- 2 - Weibel, L. – “Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil” – IBGE – Rio de Janeiro – 1958.
- 3 - Valverde, O. – “Geografia Agrária do Brasil” – CBPE-INEP – Série VI – Sociedade e Educação – vol. 6 – Rio de Janeiro – 1964.

Valverde, O. – “A Fazenda de café escravocrata no Brasil” – Revista Brasileira de Geografia – ano 29 nº 1 – 1967 – IBGE – Rio de Janeiro e publicado pelo Instituto Brasileiro do Café – Rio de Janeiro – 1973.

Valverde, O. e Dias, C. V. – “A Rodovia Belém-Brasília – IBGE – Rio de Janeiro.

- 4 – Janasson, O. – “Agricultural Region as of Europe” in Economic Geography, 1 (October, 1925) – pp 227-314.

- 5 – Dunn, E. S. Jr. – “The Location of Agricultural Production” – Gainesville – University of Florida Press, 1954.
 - 6 – Chisholm, M. “rural settlement and land uso: An Essay in Location – 2and rev. ed. London: Hutchinson University Library – 1968.
 - 7 – Peet, J. R. – “The Spatial Expansion of Comercial Agriculture in the Nineteen Century: A Von Thünen interpretation” – in Economic Geography, 45 (october, 1969) pp 283-301.
 - 8 – Santos, M. – “Le matier de géographe dans le pays sous-développés” – Éditions Ophrys, Paris, 1971.
- Santos, M. – “Geography, marxism and under-development” – Antipode, vol. 6, nº 3, dec. -1974, pág. 1-9.
- Santos, M. – “L’ espace partagé”, M-th. Genin-Libraires Techniques, Paris 1975.
- Santos, M. “Space and domination: a marxist approach”. International Journal of Social Sciences, vol. XXVII, nº 2, 1975.
- 9 - Lacoste, Y. – “La Géographie ça sert, d’abord, à faire la guerre” – Francois maspero – Paris – 1976.
 - 10 – Anderson, J. – “Ideoogy in Geography: in inteodution” – in Antiopede, vol. 5, nº 3 – 1974 – USA.
 - 11 – Folke, S. “First Thoughts on the Geography of Imperialism” – in Antiopede, vol. 5 nº 3 – 1974 – USA.
- Folke, S. “Comments on Harvey: Why a radical Geography must be marxist?” – in Antiopede, vol. 6 n167 1 – 1974 – USA.
- 12 – Harvey, D. “Revolutionary and counter revolutionary Theory in Geography and the problem of Ghetto Formation” – in Antiopede, vol. 6, nº 1 – 1974 – USA.
 - 13 – Ver obras de Santos, M., Lacoste, Y. e de Anderson J. – anteriormente citadas.
 - 14 – Está é uma questão de suma importância, que tem provocado discussões no seio da Geografia: unicidade ou pluralidade? Uma questão, que a nosso ver, só pode ser respondida após uma análise meticulosa sobre a matriz teórica dos diversos autores, que deverá ser objeto de outros trabalhos; a princípio, podemos dizer que o ponto central, devemos buascar na explicação das categorias do materialismo dialético, onde o singular e plural aparecem numa unidade dialética, onde o singular é de um modo ou de outro, plural e onde o plural existe apenas no singular, através do singular; é bom esclarecer que o singular está indissolavelmente ligado ao plural, logo, reivindicação de uma ou outracorrente sobre a unidade ou a pluralidade na Geografia, é fruto da discussão ao nível da Ciência como um todo, onde a preocupação de fundamentação teórica é fruto de influência ideológica, que tem entre seus objetivos, a manutenção da divisão do trabalho acadêmico, consonante com a divisão do trabalho no modo de produção capitalista.

- 15 – Avanci de Abreu, A. – “A colonização agrícola holandesa no Estado de São Paulo – Holambra !” IG-USP – série Teses e Monografias nº 6 – São Paulo – 1971.
- 16 – Mesquita, Olindina V. e Silva, Solange, T. – “Regiões Agrícolas do Estado do Paraná: uma definição Estatística – in Revista Brasileira de Geografia, ano 32, nº 1, pp 3-42.
- Geiger, P. P>; Motta Lima, M. S. e Abi Abid, M. E. – “Distribuição de Atividades agropastoris em torno da Metrópole de São Paulo” – in Revista Brasileira de Geografia, ano 36, nº 4 – outubro/desembro de 1974 – pág. 3 a 36.
- 17 – Anderson, J. – obra anteriormente citada, pág. 1, afirma: “Muitos geógrafos estavam mais interessado em “ciência” e metodologia científica que em “responsabilidade social” e na avaliação científica de problemas reais. Alguns exageros da crise ambiental eram fortemente ideológicos, mas até então a maioria dos geógrafos, também, não tinha sido tocado pela crescente interesse em ideologia. Estavam imunes contra ideologia, ou estavam eles tão sob sua influência que não estavam cientes do fato?”.
- 18 – É indiscutível o fato de que nos últimos anos o geógrafo tem sido chamado a participar do processo de planejamento, mormente tendo ele controle sobre a interação dos diversos fatores que culminam com as desigualdades regionais. Essa participação tem provocado uma ampliação no chamado “campo de trabalho”, outrora ligado ao magistério. Mas suas propostas tem sido discutíveis, como por exemplo: a questão da polarização. Muito pouco se perguntou ou mesmo se explicou sobre esse conceito. Assim, numerosos trabalhos têm sido publicados, interessando esta participação: dentre eles destacamos o do Professor Pierre George “Essai: La Spécificité de la Pensée Géographique et le Rôle du Géographie dans la Société” – in Ver. Géographique du Montreal – 1974 – vol XXVIII, nº 1, p. 79-84.
- 19 – Anderson, J. – obra anteriormente citada pág. 1.
- 20 – Marx, K. – “Contribuição para a crítica da Economia Política” – Col. Teoria nº 8 – Ed. Estampa – Lisboa 3ª Edição – 1973.
- 21 – Marx, K. – obra anteriormente citada pág. 28.
- 22 – Marx, K. e Engels, F. – “Ideologia Alemã” – Editorial Presença – Portugal – 1974 – pág. 26.
23. Mark, K. – obra anteriormente citda pág. 229
- 24 – Marx, K. – obra anteriormente citda pág. 29
- 25 – Arthusser, L. – “Ideologia e Aparalhos Ideológicos do Estado” – Editorial Presença – Lisboa – 1974 – pág. 10 e 11.
- 26 – Althusser , L. obra citada, pág. 14.
- 27 – Althusser, L. – obra citada, pág. 15.
- 28 – Arthusser, L. obra citada, pág. 18

- 29 – Althusser, L. – Porém, não basta assegurar à força de trabalho as condições materiais de sua reprodução, para que ela seja reproduzida como força de trabalho. Dissemos que a força de trabalho disponível devia ser “competente”, isto é, apta a ser posta a funcionar no sistema complexo do processo de produção. O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutivo das forças produtivas, num momento dado, produzem o seguinte resultado: a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada e portanto reproduzida como tal. Diversamente: segundo as exigências da divisão social-técnica do trabalho, nos seus diferentes “postos” e “empregos” – obra citada – pág. 19 e 20.
- 30 - Althusser, L. obra citada, pág. 20.
- 31 – Althusser, L. ... a reprodução da força de trabalho exige, não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes de exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, “pela palavra”, a dominação da classe dominante. Por outras palavras, a Escola ... ensina “Saberes práticos” mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da “prática” desta ... – obra citada, pág. 21 e 22.
- 32 – Althusser, L. - obra citada, pág. 22 e 23.
- 33 – Anderson, J. - obra citada,
- 34 – Althusser, L. - obra citada, pág. 23.
- 35 – Althusser, L. - obra citada, pág. 11.
- 36 – Althusser, L. - obra citada, pág. 28.
- 37 – Althusser, L. - obra citada, pág. 29.
- 38 - “em grande parte, porque as relações de produção são primeiro reproduzidas pela materialização do processo de produção e do processo de circulação. Mas não se pode esquecer que as relações ideológicas estão imediatamente presentes nestes mesmos processos”. (Althusser, L. – obra citada, pág. 53).
- 39 – Althusser, L. - obra citada, págs. 25 a 68.
- 40 – “ ... o papel do Aparelho de Estado consiste essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em segurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção, que são em última análise, relações de exploração. Não só o aparelho de Estado contribui largamente para se reproduzir a ele próprio, mas também e sobretudo, o Aparelho de Estado assegura pela repressão, as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado. São estes, de fato, que asseguram, em grande parte, a própria reprodução das relações de produção, “escudados” no aparelho repressivo de Estado. É aqui que joga massivamente o papel da ideologia dominante, a da classe dominante que detém o poder de Estado. É por intermédio da ideologia dominante, que é assegurada a “harmonia”, (por

vezes precária), entre o aparelho repressivo de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado e entre os diferentes Aparelhos ideológicos de Estado”. (Althusser, L. obra citada, pág. 55-56).

- 41 – Althusser, L. - obra citada, pág. 62.
- 42 – Waibel, L. – obra anteriormente citada.
- 43 – Marx, K. – obra citada – pág. 29.
- 44 – Anderson, J. – obra citada, pág. 3.
- 45 – “ Não devemos esquecer, que conteúdo e forma são as categorias que dão, antes de tudo, a idéia do que é um determinado objeto. Ora, se procedemos em sentido contrário, estaremos negando que, o conteúdo seja o conjunto de elementos e processo que formam um determinado objeto ou fenômeno, ao mesmo tempo em que negaremos, que a forma é a estrutura, a organização do conteúdo, e não algo externo em relação ao conteúdo, mas intrinsecamente inerente a ele. A unidade entre a forma e o conteúdo é inerente a um dado objeto, portanto inseparável. E mais, “o conteúdo determina a forma; embora a forma seja gerada pelo conteúdo, não se mantém passiva em relação a ele. Ela influi ativamente sobre o conteúdo, possibilita ou enteva o seu desenvolvimento. Para melhor compreender a correlação entre o conteúdo e a forma, é importante esclarecer o seu caráter contraditório, pois que, ao contrário do conteúdo, a forma é mais estável e menos móvel. Por isso, ela se atrasa em relação ao desenvolvimento do conteúdo, envelhece e entra em contradição com ele. A contradição entre a velha forma e o novo conteúdo é coroada frequentemente com o abandono da velha forma e a sua substituição por uma nova forma, em consequência do que, o conteúdo abre caminho para um desenvolvimento posterior”. (Afanssiev, V.G. – “Filosofia Marxista” – Editora Vitória – Rio de Janeiro – 1963) - Ver neste sentido os extremos em que chegou: Bunge, W. – “Theoretical Geography” – (land – Studies in geography, 1966). Theoretical.
- 46 – Anderson, J. – obra citada, pág. 4.
- 47 – Embora procuramos dar uma ênfase maior à análise de obras publicadas recentemente, interessando à aplicação e discussão do “Estado Isolado” de Von Thünen, utilizaremos a expressão atualidade, encetando esforços, no sentido de tentar organizar, também, uma bibliografia, ainda incompleta, dos autores que utilizaram seus princípios, quer em construções teóricas, quer no conhecimento empríco.
- 48 – Folke, S. – obra citada.
- 49 – Folke, S. – obra citada, pág. 16.
- 50 – Jolke, S. – obra citada, pág. 18.
- 51 – Folke, S. – “Why a Radical Geography must be Marxist?” – Antipode – vol. 4, n° 2 – 1972.
- 52 – Folke, S. – obra citada, pág. 18.

- 53 – Não devemos esquecer que uma das características fundamentais do modo de produção capitalista em sua etapa monopolista é a intervenção do Estado, que usa as “armas” do planejamento para realizar tal intervenção.
- 54 – Folke, S. obra citada.
- 55 – Marx, K. obra citada – pág. 28 e 29.
- 56 – Althusser, L. – obra citada – pág. 14 a 23.
- 57 – Marx, K. e Engels, F. – “Ideologia Alemã” – citada por Folke, S. in obra anteriormente citada – pág. 13.
- 58 – Folke, S. – obra citada – pág. 14.
- 59 – Folke, S. – obra citada – pág. 14.
- 60 – Folke, S. – obra citada – pág. 18.
- 61 – Folke, S. obra citada – pág. 16.
- 62 – Folke, S. obra citada – pág. 16.
- 63 – Marx, K. e Engels, F. – obra citada – pág. 18.
- 64 – Ver Bettelheim, C. – “Transição para a Economia Socialista” Zahar Editores – Rio de Janeiro – 1969 – págs. 20,21, 35 e 36.
- 65 – Castells, M. – “Problemas de investigação em Sociologia Urbana” Ed. Siglo XXI – Argentina – 1971 – pág. 7.

*“... e na gente deu o hábito
De caminhar entre as trevas
De murmurar entre as pregas
De tirar leite das pedras
De ver o tempo correr...”*

Rosa dos Ventos

(Chico Buarque de Holanda)

**PARTE II – OS INSTRUMENTOS DE TRABALHO DA
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.**

Afirmamos ser, para o alcance de nossos objetivos, a utilização de conceitos básicos do materialismo histórico e do materialismo dialético, elementos fundamentais para uma introdução crítica às ideologias dos trabalhos desenvolvidos em Geografia Agrária, particularmente no Brasil.

Porém é de grande importância lembramos que:

“ ... toda teoria de Marx, isto é, a ciência que Marx fundou (o materialismo histórico) tem por centro e coração a luta de classes”.

Sabemos claramente, desde Lênin, que a filosofia representa a luta de classes na teoria, mais precisamente, que toda filosofia representa um ponto de vista de

classe na teoria, contra outros pontos de vista de classes opostos”. (1).

Portanto, trata-se de assumir este comprometimento teórico que é fundamental para que possamos, não só introduzir o materialismo histórico, mas também para que as críticas ideológicas tenham sustentação dentro dos princípios que levantamos anteriormente (Parte I).

Assumir este comprometimento significa, também, não esquecer que nossa formação universitária está, de uma forma ou de outra, comprometida na chamada divisão do trabalho acadêmico. Portanto, impregnada por ideologias que reputamos de importância crítica, dentro do possível, no desenvolvimento do trabalho. Convém, não esquecer que esta divisão do trabalho acadêmico é consequência direta da divisão social do trabalho inerente ao modo de produção capitalista.

Mas, numa introdução ao materialismo histórico, é importante esclarecer alguns pontos ligados à concepção de teoria e método. Primeiramente, devemos lembrar que no processo de produção do conhecimento, pretende-se, usando o exemplo de Harnecher, M. (2), transformar uma matéria prima determinada (uma percepção superficial, deformada da realidade) em um produto determinado (um conhecimento científico, rigoroso, dessa realidade). Para efetuar esta transformação os intelectuais utilizam-se de um trabalho intelectual determinado, fundamentalmente: a teoria e o método científico.

Assim, devemos conceber a teoria como o corpo de conceitos mais ou menos sistematizados de uma ciência. E entendermos o método como sendo a forma pela qual se utilizam estes conceitos.

“Toda teoria científica tem, portanto, o caráter de instrumento de conhecimento, ela não nos dá um conhecimento de uma realidade concreta, porém dá-nos os meios ou instrumentos de trabalho intelectual que nos permite

chegar a conhecê-la de forma rigorosa, científica”. (3).

Assim, pensamos o materialismo histórico como a teoria que, a partir de um dado instrumental de trabalho (teórico) trabalha uma matéria prima dada, o objeto do trabalho, com a finalidade de buscar os objetos produtos do trabalho, que são o objeto do conhecimento, o que nos permitirá incorporar este objeto do conhecimento em instrumento de trabalho (teórico) no momento de uma nova investigação de uma matéria prima dada. Tal raciocínio leva-nos a ter que admitir que conhecer é trabalhar uma matéria prima, ou seja, o “concreto é concreto por ser uma síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade.” (Marx, K.)

Também, admitimos o princípio da existência no materialismo histórico de três níveis teóricos, que são presididos pelos conceitos de modo de produção (4) que se realiza nas formações sociais (5), que são, por sua vez, sociedade localizadas empiricamente, ou seja, uma sociedade onde domina um modo de produção: e pelo conceito de conjuntura (6) que fundamentalmente é política, e que constitui-se na pulsação de uma formação social ou seja, exprimindo e se constituindo no momento atual das lutas de classe. O conceito de conjuntura está, portanto, subordinado ao conceito de formação social – que não é exclusivamente homogênea, ou seja, que realiza um único modo de produção, mas sim, que realiza um modo de produção dominante.

Aqui, também, devemos lembrar que a totalidade orgânica no materialismo histórico é uma totalidade contraditória, ou seja, onde o conceito de contradição é extremamente importante, pois ele não só direciona, como também explica as lutas de classe que são o motor da própria história. Assim, devemos incorporar ao materialismo histórico, o conceito de processo, que nos permite dar conta da genealogia dos elementos de uma estrutura (conjunto de elementos articulados), do funcionamento do modo, ou seja, da dinâmica do modo

ou se preferirem da reprodução (condição de sua existência) do próprio modo, e da passagem (transição) de um modo a outro.

Todo esse instrumental conceitual sistematizado que compõe a teoria (materialismo histórico) é utilizado através do método dialético. O próprio Marx, K. (7) respondendo a comentários de um jornal russo (Mensageiro Europeu) revela os fundamentos materialistas de seu método (8).

É nestes escritos de Marx, K. que podemos observar e compreender a distinção formal que se deve fazer entre o método de exposição e o método de pesquisa:

“É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente o método de exposição de método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori”. (9).

Mas é também nestes escritos que vamos encontrar as explicações e as diferenças fundamentais entre o método dialético que ele utiliza e o método dialético de Hegel, que reputamos, também indispensável, aclarar, pelos menos, no que nos é compreensível.

Em Hegel o processo do pensamento é o criador do real, sendo que o real é apenas a sua manifestação externa, enquanto que, para Marx, K. o processo é inteiramente ao contrário, pois que, o ideal não é nada mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (10).

Esclarecidos estes pontos, devemos lembrar que, é na “Introdução à crítica da Economia Política” que Marx, K. procura aclarar seu método:

“Quando consideramos um determinado país do ponto de vista da economia política, começamos por estudar a sua população, a divisão desta em classes, a sua repartição pelas cidades, pelo campo e à beira-mar, os diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc”.

Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população que é a base e o sujeito do ato social da produção como um todo. No entanto, numa observação atenta apercebemo-nos de que há aqui um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam por exemplo o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc, não é nada. Assim se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até se chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas. A primeira via foi a que, historicamente, a economia política adotou à sua nascença. Os economistas de século XVII, por exemplo, começam sempre por uma totalidade viva; população, nação, estado, diversos Estados; mais acabam sempre por formular, através de análise, algumas relações gerais abstratas determinantes tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. A partir do momento em que esses fatores isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que partindo de noções simples tais como o trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca se elevaram até o Estado, às trocas internacionais e ao mercado mundial. Esse segundo método é evidentemente o método científico correto. O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso

que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto pela via do pensamento. Por isto Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se concentra em se próprio, se aprofunda em si próprio e se movimenta por si próprio, enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. Por exemplo, a categoria econômica mais simples, o valor de troca, por hipótese, supõe a população, uma população produzindo em condições determinadas; supõe ainda um certo gênero de família, ou de comuna, ou de Estado, etc. Só pode, pois, existir sob a forma de relação unilateral e abstrata de um todo concreto, vivo, já dado. Como categoria, pelo contrário, o valor de troca leva uma existência antediluviana; Para a consciência – e a consciência filosófica considera que o pensamento que concebe constitui o homem real e, por conseguinte, o mundo só é real quando concebido – para a consciência, portanto, o movimento das categorias surge como ato de produção real – que recebe um simples impulso do exterior, o que é lamentado – cujo resultado é o mundo; e isto (mas trata-se ainda de uma tautologia) é exato na medida em que a totalidade concreta enquanto totalidade de pensamento, enquanto concreto-de-pensamento, é de fato um produto do pensamento, da atividade de conceber; ele não é pois de forma alguma o produto do conceito que se engendra a si próprio, que pensa exterior e superiormente à observação imediata e á representação, mas um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação. O todo, na forma em que aparece no espírito como todo de pensamento, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo de único modo que é possível, de um modo que difere da apropriação desse mundo pela arte, pela religião, pelo espírito prático. Antes como depois, o objeto real conserva a sua independência fora do espírito e isso durante o tempo em que o espírito tiver

uma atividade meramente especulativa, meramente teórica. Por conseqüência, também no emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade, esteja constantemente presente no espírito como dado primeiro (11).

Dentro desta perspectiva, mesmo as categorias mais simples não teriam uma existência independente, de caráter histórico ou natural, anterior à das categorias mais concretas, porque estas categorias simples são:

“A expressão de relações em que o concreto ainda não desenvolvido, pode realizar-se sem ter dado origem à relação ou conexão mais complexa que encontra a sua expressão mental na categoria mais concreta; enquanto que o concreto mais desenvolvido deixa subsistir essa mesma categoria como relação subordinada”. (12).

Tais colocações levam-nos a concluir que a categoria mais simples pode exprimir num dado momento histórico:

“As relações dominantes de um todo menos desenvolvido ou, pelo contrário, relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que existiam, já historicamente, antes que o todo se desenvolvesse no sentido que encontra a sua expressão numa categoria mais concreta. Nesta medida a evolução do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao mais complexo, corresponderia ao processo histórico real” (13).

No entanto, a recíproca também é verdadeira, ou seja, existem formas de sociedade muito desenvolvida, onde, há historicamente a falta de maturidade, entretanto encontramos aí as formas mais elevadas da economia.

Exemplificando o que afirmamos, temos para a primeira situação, que o dinheiro pode existir e existiu historicamente antes de existir o capital, os bancos, o trabalho assalariado; e para a segunda situação que a cooperação, uma divisão do trabalho desenvolvida, existiu sem que existisse qualquer forma de moeda, como no Peru (14).

Neste quadro é que Marx, K. afirma:

“Assim apesar de historicamente a categoria mais simples poder ter existido antes da mais concreta, pode pertencer, no seu completo desenvolvimento – em compreensão e em extensão – precisamente a uma forma de sociedade complexa, enquanto que a categoria mais concreta se achava já completamente desenvolvida numa forma de sociedade mais atrasada”. (15).

Mas é fundamental, não esquecermos que com relação às abstrações mais gerais, estas só serão possíveis de surgir, quando o desenvolvimento do concreto mais rico ocorreu. O que vale dizer, quando um caráter aparece como comum a muitos, como comum a todos, tornando assim, impossível pensá-lo apenas sob uma forma particular, ou então que:

“As categorias mais abstratas, ainda que válidas – precisamente por causa da sua natureza abstrata – para todas as épocas, não são menos, sob a forma determinada desta mesma abstração, o produto de condições históricas e só se conservam plenamente válidas nestas condições e no quadro destas.” (16).

Assim, podemos chegar a uma conclusão fundamental: é na compreensão das categorias que exprimem as relações da sociedade capitalista que encontraremos a essência para compreender a estrutura e as relações de produção das formas de sociedade desaparecidas. É assim que Marx, K. muito claramente coloca: -

“A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe. Por este fato, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura, permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, parcialmente ainda não apagados, continuam a subsistir nela e de que certos simples signos, desenvolvendo-se nela, se enriqueceram de toda a sua significação. A anatomia

do homem é a chave da anatomia do macaco. Nas espécies animais inferiores só se podem compreender os signos denunciadores de uma forma superior, quando essa forma superior é já conhecida. Da mesma forma a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga, etc. Mas nunca à maneira dos economistas que suprimem todas as diferenças históricas e vêem em todas as formas de sociedade as da sociedade burguesa. Podemos compreender o tributo, a dízima, etc., quando conhecemos a renda imobiliária. Mas não se deve identificar estas formas. Como além disso, a sociedade burguesa é apenas uma forma antitética do desenvolvimento histórico, há relações pertencendo a formas de sociedade anteriores que só poderemos encontrar nela completamente estioladas ou até disfarçadas. Por exemplo, a propriedade comunal. Se, portanto, é certo que as categorias da economia burguesa possuem uma certa verdade válida para todas as outras formas de sociedade, isto só pode ser admitido “cum grano salis” “com um grão de sal”. Elas podem encerrar estas formas desenvolvidas, estioladas, caricaturadas, etc., mas sempre com uma diferença essencial. Aquilo a que se chama desenvolvimento histórico baseia-se ao fim e ao cabo, sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas, como jornadas que levam ao seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isto em condições bem determinadas – não estão naturalmente em questão os períodos históricos que se consideram a si próprio como épocas de decadência – concebe-os sempre sob um aspecto unilateral.” (17).

Pois bem, e aqui que devemos buscar o contexto e a opção que faremos no estudo presente, quer quanto à análise da obra de Von Thünen, quer quanto à compreensão das atividades agrárias, e a nosso ver, deve ser encetado dentro da concepção materialista da História.

Procuraremos ter sempre em mente que em todas formas de sociedade é uma produção determinada e as relações por ela produzidas que estabelecem todas as demais produções e as relações a que elas dão origem a sua categoria e a sua importância. Ou seja:

“Do mesmo modo que em toda a ciência histórica ou social em geral, é preciso nunca esquecer, a propósito da evolução das categorias econômicas, que o objeto, neste caso a sociedade burguesa moderna, é dado, tanto na realidade como no cérebro; não esquecer que as categorias exprimem portanto formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares desta sociedade determinada, deste objeto, e que, por conseguinte, esta sociedade, de maneira nenhuma começa a existir, inclusive do ponto de vista científico, somente a partir do momento em que ela está em questão como tal. É uma regra a fixar, porque dá indicações decisivas para a escolha do plano a adotar. Nada parece mais natural, por exemplo, do que começar pela renda imobiliária, pela propriedade fundiária, dado que está ligada à terra, fonte de toda a produção e toda a existência, e por ela é a primeira forma de produção de qualquer sociedade que atingiu um certo grau de estabilidade – a agricultura -. Ora, nada seria mais errado. Em todas as formas de sociedade é uma produção determinada e as relações por ela produzidas que estabelecem a todas as outras produções e às relações a que elas dão origem a sua categoria e a sua importância. É como uma iluminação geral em que se banham todas as cores e que modifica as tonalidades particulares destas. É como um éter particular que determina o peso específico de todas as formas de existência que aí se salientam. Tomemos como exemplo os povos de pastores. (Os simples povos de caçadores e pescadores estão aquém do ponto em que começa o verdadeiro desenvolvimento). Entre eles aparece uma certa forma de agricultura, uma forma esporádica. É o que determina entre eles a forma de propriedade fundiária. Trata-se de uma propriedade coletiva que conserva mais ou menos esta forma enquanto estes povos continuam mais ou menos ligados à sua tradição: por exemplo a propriedade comunal dos Eslavos. Entre os povos onde a agricultura está solidamente implantada – implantação que constitui já uma etapa importante – onde predomina esta forma de cultura, como acontece nas sociedades antigas e feudais, a própria indústria, assim como a sua organização e as formas de propriedade que lhe correspondem, tem mais ou menos o caráter da propriedade fundiária. Ou a indústria depende completamente da agricultura, como entre os antigos Romanos, ou, como na Idade Média, imita na cidade e nas suas relações a organização rural. Na Idade

Média o próprio capital – na medida em que não se trata apenas de capital monetário – tem, sob a forma de aparelhagem de um ofício tradicional, etc., esse caráter de propriedade fundiária. Na sociedade burguesa é o contrário. A agricultura torna-se cada vez mais um simples ramo da indústria e acha-se totalmente dominada pelo capital. O mesmo acontece com a renda imobiliária. Em todas as formas de sociedade onde predomina a propriedade fundiária, relação com a natureza é predominante. Naquelas em que o capital domina é o elemento social formado ao longo da história que prevalece. Não se pode compreender a renda imobiliária sem o capital. Mas podemos compreender o capital sem a renda imobiliária. O capital é a força econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Constitui necessariamente o ponto de partida e o ponto de chegada, deve ser explicado antes da propriedade fundiária. Depois de os ter estudado a cada um em particular, é necessário examinar a sua relação recíproca.

Seria, portanto, impossível e errado classificar as categorias econômicas pela ordem em que foram historicamente determinantes. A sua ordem é pelo contrário determinada pelas relações que existem entre elas na sociedade burguesa moderna e é precisamente contrário ao que parece ser a ordem natural ou ao que corresponde à sua ordem de sucessão no decurso da evolução histórica. Não está em causa a relação que se estabeleceu historicamente entre as relações econômicas na sucessão das diferentes formas de sociedade. Muito menos a sua ordem de sucessão “na ideia” (Proudhon) (concepção nebulosa do movimento histórico). Trata-se de sua hierarquia no quadro da moderna sociedade burguesa”. (18).

Com isso voltamos a reforçar que a teoria científica, que é composta de um corpo de conceitos sistematizados, é o materialismo histórico; e é nesta concepção que devemos encontrar os princípios básicos para o desenvolvimento de nosso trabalho:

“A concepção materialista da História parte do princípio de que produção, e junto com ela o intercâmbio de seus produtos, constituem a base da ordem social; que em toda sociedade que se apresenta na História, a distribuição dos produtos, e, com ela, a articulação social de classes ou estamentos, se orientam

pelo que de produz e pela forma como se produz, assim como pelo modo de permuta do que foi produzido. Nessas condições, as causas últimas de todas as modificações sociais e as subversões políticas não devem ser buscadas na cabeça dos homens, em sua crescente compreensão da verdade e da justiça eterna, mas nas transformações dos modos de produção e de intercâmbio; não se deve buscá-las na Filosofia, mas na Economia da época de que trata” (19).

É a partir da concepção de que a compreensão dos processos históricos deve ser encontrada na produção, ou seja, na forma pela qual os homens, produzem os meios materiais, que devemos desenvolver nossos estudos.

Para sermos mais explícitos, devemos estudar como a sociedade se reproduz, pois, toda sociedade produz, reproduzindo seus meios materiais de existência.

Dentro desta linha de trabalho, podemos verificar que toda produção se caracteriza por dois elementos inseparáveis: o processo de trabalho e as relações de produção que dão conta respectivamente, da transformação da natureza que o homem realiza para convertê-la em um objeto útil, e da forma histórica concreta na qual se realiza o processo de trabalho. (20).

Afim de que possamos ter claro o conjunto dos elementos que formam o processo de produção procuraremos compreender inicialmente o processo de trabalho e posteriormente as relações de produção.

“Chamaremos de processo de trabalho em geral a todo processo de transformação de um objeto determinado, seja este em estado natural ou já trabalhado, em um produto determinado, transformação efetuada por uma atividade humana determinada, utilizando instrumentos de trabalho determinados”. (21).

Ou, por outras palavras, poderemos dizer que o processo de trabalho é o processo resultante da articulação entre os meios de produção e o trabalho (força de trabalho aplicada no

Trabalho) que deram um objeto produto do objeto de trabalho.

Com isso podemos verificar que os elementos componentes do processo de trabalho são: o objeto sobre o qual se trabalha (que pode ser produzido – valor e não produzido – não valor); os meios com os quais se trabalha – meios de trabalho – (que são instrumentos de trabalho – valores -, e os demais meios de trabalho (22) que também podem ser subdivididos em produzidos – valores – e não produzidos – não valores); a atividade humana realizada no processo de produção ou seja, a força de trabalho – energia humana empregada no processo de trabalho; e o objeto produto, que é objeto final criado no processo de trabalho, ou seja, o resultado do processo de produção.

Outro conceito importante em nosso trabalho é o conceito de divisão do trabalho que em Marx, K. aparece como produto da Produção Social (coletiva) que é internamente diferenciada. Portanto, a divisão social do trabalho pode ser: geral, quando se trata dos grandes ramos produtivos e particular, quando se trata da subdivisão dos grandes ramos em sub-ramos. Também, neste contexto, é importante citar a diferença entre divisão social do trabalho e divisão técnica do trabalho, uma vez que a primeira os remete sempre à totalidade da produção e a segunda apenas à unidade produtiva.

Com estes conceitos, podemos chegar ao conceito de processo de produção, que é o processo de trabalho que se verifica sob determinadas relações de produção.

Portanto, sempre que reportamos à produção é a produção num estágio determinado do desenvolvimento social, ou seja, a produção de indivíduos em sociedades.

Assim, devemos lembrar que: -

“A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração racional, na medida em

que, sublinhado e precisando os traços comuns, nos evita a repetição. No entanto, este caráter geral ou estes traços comuns, que a comparação permite estabelecer formam por seu lado, um conjunto muito complexo cujos elementos divergem para revestir diferentes determinações. Algumas destas características permitem a todas as épocas, outras apenas são comuns a umas poucas. (Algumas) destas determinações revelar-se-ão comuns tanto á época mais recente como à mais antigas. Sem elas não é possível conceber qualquer espécie de produção. Mas se é verdade que as línguas mais evoluídas têm de comum com os menos evoluídas certas leis e determinações, é precisamente aquilo que as diferencia desses traços gerais e comuns que constitui a sua evolução, do mesmo modo, é importante distinguir as determinações que valem para a produção em geral, a fim de que a unidade – que se infere já do fato de o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, a serem idênticos – não nos faça esquecer a diferença essencial. Este esquecimento é o responsável por toda a sapiência dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais atualmente existentes. Por exemplo, não há produção possível sem um instrumento de produção; esse instrumento será a mão. Não há produção possível sem trabalho passado acumulado; esse trabalho será a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem. Entre outras coisas, o capital é, também, um instrumento de produção, é, também, trabalho passado, objetivado”. (23).

“Finalmente, a produção também não é apenas uma produção particular, surge sempre sob a forma de um determinado corpo social de um indivíduo social, que exerce a sua atividade num conjunto mais ou menos vasto e rico de ramificações da produção”. (24).

“... Se não há produção em geral, não há também produção particular. A produção é sempre um ramo particular da produção – por exemplo, a agricultura, a criação de gado, a manufatura, etc. – ou constitui um todo”. (25).

Todo o processo de produção que reproduz os meios materiais é, portanto, no materialismo histórico, o momento mais importante, mas não o único, uma vez que, a totalidade orgânica se compõe de parte de um todo contraditório, mas de um todo que não é nada sem as partes e de partes que não são nada sem o todo.

Assim existe uma interação dialética entre produção, distribuição, circulação e consumo, que só podem ser estudadas com uma unidade contraditória, que vai caracterizar todo o

embasamento econômico sobre o qual está edificada a supra estrutura jurídico-política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (26).

Devemos lembrar também, que é na produção social de sua existência, que os homens estabelecem relações de produção (relações essas que são necessárias, determinadas e independentes de suas vontades), que têm correspondência direta com um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. (27).

Portanto, devemos analisar a produção lembrando que ela é também imediatamente consumo e que o consumo é também imediatamente produção.

“Duplo caráter de consumo, subjetivo e objetivo: por um lado, o indivíduo que desenvolve as suas faculdades ao produzir, igualmente as despende, as consome no ato da produção, tal como a procriação natural é um consumo de forças vitais. Em segundo lugar, há o consumo dos meios de produção que empregamos, porque se gastam e se dissolvem (como na combustão, por exemplo) nos elementos do universo. O mesmo acontece com a matéria-prima, que não conserva a sua forma e a suas constituições naturais, mas que se vê desgastada. Portanto, o ato de produção é, em todos os seus momentos e ao mesmo tempo, um ato de consumo”. (28).

Neste momento, devemos observar que na sociedade, entre o produtor e os produtos interpõe-se a distribuição, que deve ser compreendida também no contexto dialético a que nos referimos momentos antes: -

“Mas, na sociedade a relação entre o produtor e o produto, quando este último se considera acabado, é uma relação exterior, e o retorno do produto ao sujeito depende das relações deste com os outros indivíduos. Não se torna imediatamente proprietário. Tanto mais que a imediata apropriação do produto não é objetivo do produtor ao produzir em sociedade. Entre o produtor e os produtos interpõe-se a distribuição, que obedecendo a leis sociais determinada a parte que lhe pertence na totalidade dos produtos, colocando-se assim entre a

produção e o consumo.”

“Mas constituirá a distribuição uma esfera autônoma, marginal e exterior à produção?” (29).

“A estrutura da distribuição é inteiramente determinada pela estrutura da produção. A própria distribuição é um produto da produção não só no que diz respeito ao objeto, apenas podendo ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, determinando o modo preciso de participação na produção as formas particulares da distribuição, isto é, determinando de que forma o produtor participará na distribuição”. (30).

“A questão de saber que relação se estabelece entre a distribuição e a produção que ela determina depende da própria produção. Se, partindo do princípio de que a produção tem necessariamente o seu ponto de partida numa determinada distribuição dos instrumentos de produção concluíssemos que a distribuição pelo menos neste sentido, precede a produção, constituindo a sua condição prévia, poderíamos responder a questão posta afirmando que a produção tem efetivamente as suas próprias condições e premissas, que constituem os seus fatores. Estes podem surgir a princípio como dados naturais. O próprio processo da produção transforma estes dados naturais em dados históricos e se é certo que surgem num determinado período como premissas naturais da produção, num outro período foram o seu resultado histórico. São constantemente modificados no próprio quadro da produção. A máquina, por exemplo, modificou tanto a distribuição dos instrumentos de produção como a dos produtos. A grande propriedade latifundiária moderna é o resultado não só do comércio e da indústria moderna, como da aplicação desta última à agricultura”. (31)

Da mesma forma que verificamos que a produção é consumo, que o consumo é produção, que a distribuição é produção, verifica-se que a circulação é um momento da produção, ou seja, completa-se a totalidade orgânica no seu embasamento econômico.

“A própria circulação é apenas um momento determinado da troca ou a troca considerada na sua totalidade.

Na medida em que a troca não é mais que um fator servindo de intermediário entre a produção e a distribuição que ela determina tal como o consumo, na medida, por outro lado, em que este último surge como um dos fatores da produção – a troca constitui manifestamente um momento da produção.

Em primeiro lugar, é evidente que a troca de atividades e de capacidades que tem lugar na própria produção, faz diretamente parte desta, constituindo um dos seus elementos essenciais. Em segundo lugar, isto é verdade para a troca de produtos, na medida em que esta troca é o instrumento que fornece o produto acabado, destinado ao consumo imediato. Neste sentido, a própria troca é um ato incluído na produção. Em terceiro lugar, a troca (exchange) entre negociantes (dealers) é, pela sua organização, inteiramente determinada pela produção, ao mesmo tempo que atividade produtiva. A troca só aparece como independente ao lado da produção, como indiferente em presença desta, no último estágio em que o produto é trocado para ser imediatamente consumido. Mas 1º, não há troca sem divisão do trabalho, que esta seja natural quer já um resultado histórico; 2º, a troca privada supõe a produção privada; 3º, a intensidade da troca, tal como a sua extensão e o seu modo, são determinados pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção. Por exemplo, a troca entre a cidade e o campo; a troca entre o campo e a cidade, etc. Em todos estes momentos, a troca aparece, portanto, como diretamente compreendida na produção ou por ele determinada”. (32).

Assim, podemos verificar que a produção imediata é o momento privilegiado que comanda toda a interação ao nível da infraestrutura e garante a base sobre a qual se ergue a supra estrutura. Mas, mesmo assim, é importante não confundir essa interação dialética entre produção, distribuição, circulação e consumo, como sendo todas a mesma coisa. Neste sentido, Marx, K. é bem explícito:

“Não chegamos à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos, mas que são antes elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade. A produção ultrapassa também o seu próprio quadro na determinação antitética de se mesma, tal como os outros momentos. É a partir dela que o processo recomeça sem cessar.

É evidente que a troca e o consumo não podem prevalecer sobre. O mesmo

acontece com a distribuição enquanto distribuição de produtos. Mas, enquanto distribuição de agentes da produção a distribuição é um momento da produção. Uma produção determinada determina, portanto, um consumo, uma distribuição, uma troca determinada, regulando igualmente as relações recíprocas determinadas desses diferentes momentos. A bem dizer a produção, na sua forma exclusiva, é também por seu lado determinada pelos outros fatores. Quando o mercado, ou seja, a esfera da troca, por exemplo, se desenvolve, cresce o volume da produção, operando-se nela uma divisão mais profunda. Uma transformação da distribuição provoca uma transformação da produção: é o caso da concentração do capital, da repartição diferente da população entre a cidade e campo, etc. Finalmente, as necessidades inerentes ao consumo determinam a produção. Há reciprocidade de ação entre os diferentes momentos. O que acontece com qualquer totalidade orgânica”. (33).

Acreditamos nós, que explicadas as diferenciações no interior da unidade, unidade essa, que se constitui na totalidade orgânica, contraditória, é de fundamental importância que nos reportamos novamente a um texto já citado:

“A produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual corresponde determinadas formas de consciência social”. (34).

Portanto, as relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais, constituem-se em um conceito de muito importância para a compreensão de um modo de produção.

No que se refere a esse conceito, devemos lembrar que as relações de produção são produtos da articulação entre os elementos que compõem as forças produtivas, que por sua vez,

participam do processo de produção de bens materiais.

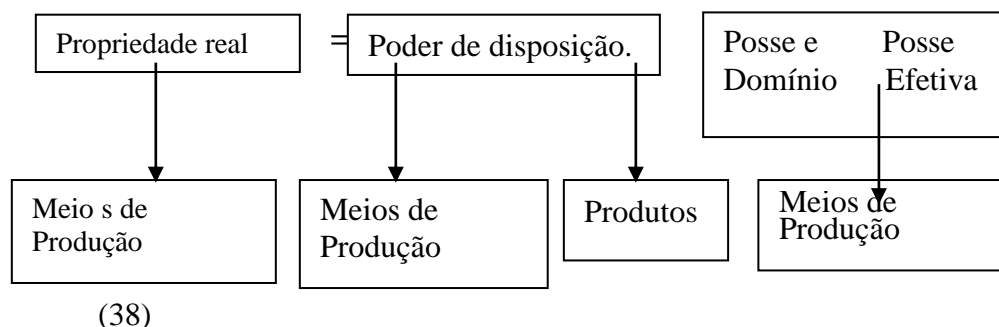
Os elementos que compõem as formas produtivas são três: o trabalhador, os meios de produção e o não trabalhador. Entre eles, interpõem-se duas relações fundamentais: relação de propriedade (econômica) e relação de apropriação real (35). Harnecher, M. (36), as coloca como sendo: a primeira (relação de propriedade), uma relação social de produção onde interpõem-se proprietários e não proprietários e a segunda (relação de apropriação real) como relação técnica de produção, onde interpõem-se o trabalhador direto e o trabalhador não direto.

Assim, podemos entender que a relação de apropriação real se caracteriza pelo tipo de controle ou domínio que os agentes da produção podem exercer sobre os meios de trabalho e o processo de trabalho. Ao passo que, a relação de propriedade (relação de apropriação formal), ao contrário da anterior, intervém o não trabalhador, que aparece como proprietário, ou dos meios de produção, ou da força de trabalho, ou de ambos, assim como do produto. O que vale dizer, que o não trabalhador (no caso, o proprietário) possui o direito de propriedade, ou seja, o direito que tem aquele que possui “bem”, de usar, gozar e dele dispor. Também é importante distinguir entre o direito de caráter jurídico e o poder real de usar, gozar e dispor de um bem. Essa distinção é importante, pois quando eles se juntam, ou seja, quando os proprietários jurídicos dos meios de produção têm a propriedade real deles, os trabalhadores acham-se totalmente separados destes meios – são os não proprietários que perderam todo o domínio sobre os meios com os quais trabalham e sobre o processo de trabalho global. (37)

Como tal relação é de grande importância para compreender as relações de produção, procuraremos, citando Harnecher, M., reforçar o conceito de relação de propriedade:

“Existe propriedade real dos meios de produção quando se juntam nas mesmas

mãos a posse efetiva (capacidade que têm os possuidores dos meios de produção para colocá-los em ação) destes meios e o poder de disposição destes e dos produtos que eles produzem



Portanto, estas duas relações podem ter formas diferentes em suas combinações, que podem ser de separação ou de união entre os três elementos (trabalhador, meios de produção e não trabalhador). Mas mesmo assim é importante lembrar:

”embora cada agente de produção esteja duplamente determinado pela função técnica e social que desempenha no processo de produção, esta última função é que tem caráter dominante.” (39).

Conforme texto de Marx, K. citado anteriormente, podemos verificar que o conjunto das relações de produção deve corresponder a um determinado desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, deve haver uma relação de correspondência ou de não correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Isto nos permite dizer que, quando existe correspondência, o desenvolvimento das forças produtivas se vê favorecido e estimulado pelas relações de produção e quando ocorre a não correspondência o processo é de travancamento, levando a alterações nas forças produtivas ou nas relações de produção, uma vez que, as relações entre as forças produtivas e as relações de produção devem ser pensadas no contexto dialético de relações de causa e efeito.

Estas colocações conceituais referentes ao

materialismo histórico, permite-nos compreender a infraestrutura, ou seja, a esfera econômica da sociedade, que é a determinante em todo processo histórico.

“ ... a estrutura econômica da sociedade constitui, em cada caso, o fundamento real a partir do qual é preciso explicar, em última instância, toda a superestrutura das instituições jurídicas e políticas assim como os tipos de representações religiosas, filosóficas e de outra natureza, de cada período histórico”. (40)

Além das colocações referentes aos conceitos já discorridos, julgamos importantes tratar também, do instrumental conceitual das teorias sobre o valor, a mais-valia, o lucro e a renda da terra. Lançaremos mão dos conceitos formulados por Marx, K. e trabalhados e/ou reproduzidos por Kaustsky (42) e Harnecher (43).

Primeiramente, pare-nos necessário discorrer sobre o valor na economia mercantil e, posteriormente, sobre a mais-valia na economia capitalista (44) e por fim, a renda da terra.

Assim devemos iniciar essas colocações lembrando que:

“A economia mercantil simples caracteriza-se pelo fato de que nela o produtor de mercadoria é, ao mesmo tempo, o seu dono e tem direito a dispor dela. Na Economia capitalista, os produtores diretos – os trabalhadores – não são donos das mercadorias que produzem: elas pertencem aos proprietários das fábricas ou os proprietários dos meios de produção, que obrigam os operários que não têm meios de produção nem meios de consumo, a trabalhar para eles”. (45).

Esta diferença fundamental entre a economia mercantil simples e a economia capitalista é conseqüência da divisão do trabalho, de como se realiza a união entre os diferentes trabalhos na sociedade capitalista e nas economias onde domina o intercâmbio:

“Na sociedade capitalista onde as empresas pertencem aos capitalistas individuais; onde os capitalistas são proprietários de suas empresas e as organizam de acordo com seus próprios interesses e não de acordo com os interesses da sociedade, a ligação entre os diferentes trabalhos, ou entre as diferentes empresas ... realiza-se ... somente através do intercâmbio dos produtos no mercado. Portanto, quando existe propriedade privada dos meios de produção, a única forma de relacionar as diferentes unidades econômicas isoladas é através do intercâmbio de produtos no mercado.

Nas economias onde domina o intercâmbio, cada produtor isolado (ou grupo de produtores) produz, não para satisfazer as suas próprias necessidades, mas para vender tais produtos no mercado e comprar, por meio deles, os produtos que necessita para viver.

Estes produtos, que são valores de uso para outros através do mercado, Marx lhe chama: mercadoria (uma mercadoria é resultado de trabalho humano). Isto posto, é importante esclarecer que a economia baseada no intercâmbio não é só uma característica do regime capitalista de produção – pode ocorrer em diferentes regimes produtivos. Durante a escravidão, por exemplo, os objetos produzidos por um grupo de escravos em uma fazenda eram intercambiados por objetos produzidos por outro grupo de escravos ou pelos pequenos artesãos”. (46) (Sem grifo no original)

Compreendida dessa maneira toda economia mercantil simples, bem como toda economia que tem por base o intercâmbio pressupõe que os possuidores das mercadorias, no mercado, sejam todos proprietários iguais de suas mercadorias e só se desfaçam delas para receberem outras em troca. Dentro dessas condições (como proprietários individuais de suas mercadorias), buscam fins individuais, isto é, procuram sempre dispor de suas mercadorias pelo preço mais alto possível. Mas cabe esclarecer, que nem sempre isso é possível, pois, embora o proprietário individual seja o proprietário de suas mercadorias, podendo, pois, fazer delas o que quiser, não depende dele a realização de sua vontade. Isto porque, o comprador também é um proprietário, que possuindo o dinheiro pretende adquirir as mercadorias pelo preço que lhe seja mais

conveniente. Além disso, deve-se lembrar que no mercado existem muitos outros vendedores de mercadoria semelhantes, ou pode ser que existem menos compradores que os totais de mercadorias oferecidas, podendo provocar, então, a não venda das mercadorias. Assim passa a ocorrer no mercado uma disputa entre proprietários das mercadorias para poderem conseguir compradores para suas mercadorias, o que os leva a ter que vender seus produtos a preços inferiores aos de seus competidores. Tal situação faz com que:

“O mercado passa a ser, assim, o cenário de uma pular luta, entre os vendedores e os compradores, por um lado e por outro, entre os vendedores entre si”.

Quando o produtor se dirige com suas mercadorias para o mercado não sabe se produz muito ou pouco, não sabe bem qual vai ser a aceitação que ela terá. Só através do preço que se fixa no mercado para sua mercadoria poderá perceber a importância que ela tem na produção social.

Se por exemplo, o preço dos sapatos sobe muito, quer isso dizer que se produziu menos que o indispensável à satisfação das necessidades dos compradores, se pelo contrário, seu preço baixa, isso quer dizer que se produziu mais do que o necessário. Os produtores individuais terão em conta estas indicações que o mercado lhes dá. No primeiro caso, aumentarão a produção de sapatos; no segundo, diminuirão. Desta maneira, a economia fundada no intercâmbio se acha dirigida e regulamentada pelo movimento dos preços. Estes atuam como reguladores espontâneos da economia. Ao produtor individual de mercadorias não resta senão submeter-se a esta lei cega que não consegue controlar”. (47).

Mas mesmo compreendidas dessa forma, a economia mercantil simples e as economias baseadas no intercâmbio, ainda não conseguimos ver resolvido a questão preço. É necessário saber do que ele depende, o que faz com uma coisa valha uma quantia em dinheiro e outra valha outra. Antes disso gostaríamos de deixar claro que:

“A quantidade fixa de moeda-ouro ou prata – que se dá por um produto qualquer se chama preço desse produto”. (48).

O que vale dizer que o preço de um produto é a materialização de seu valor em dinheiro. Mas antes de discutir ainda a questão do valor, devemos verificar que o preço de um produto não depende da utilidade de uma mercadoria, pois essa utilidade é totalmente subjetiva, uma vez que como se saberá (usando o exemplo de Harnecker, M.) se o pão é mais útil que o diamante, embora sabendo-se que o pão seja mais necessário ao homem que o diamante, este, no entanto é infinitamente mais caro. Também não é correto afirmar-se que os preços dos produtos no mercado são fixados pela lei da oferta e da procura, pois, embora esta lei influa nos preços, só é capaz de explicar suas pequenas variações, ou seja, pode indicar a baixa ou a alta dos preços num certo período de tempo, mas jamais explica porque uma mercadoria vale mais que outra.

Da mesma forma com que afirmamos que a utilidade e a lei da oferta e da procura não explicam o preço de um produto, temos que observar também, que o preço não é determinado pelo custo de produção das mercadorias, pois se analisarmos cada um dos elementos que compõem o custo de produção, podemos notar que eles são redutíveis aos mesmos elementos. Harnecker, M. afirma exemplificando:

“Por exemplo, o tecido pode reduzir-se ao gasto da lã, os desgastes dos teares etc., mais uma certa quantidade de horas de trabalho do tecelão. E assim todos os demais elementos. E se continuarmos reduzindo o que acabamos de analisar, veremos que, afinal se reduz ao trabalho do criador de ovelhas.

Se reduzirmos cada um dos elementos até o final, veremos que o custo de produção se reduz ao trabalho exercido pelos diferentes trabalhadores sobre os bens que a natureza produz.” (49).

Assim podemos concluir que o nível em torno do qual oscilam os preços só pode ser explicado pela quantidade de trabalho necessário à criação dessa mercadoria. Esse procedimento mostra-nos que caminhamos para a explicação de que o trabalho humano é, pois, a base de toda a vida social, ou seja, os objetos são o

produto do trabalho dos homens sobre a natureza. Deve-se recordar que, como os homens vivem e trabalham em sociedade, é no processo de trabalho que começam a depender uns dos outros, criando, dessa maneira, determinadas relações de produção entre eles, relações de produção estas que já nos referimos momentos atrás no trabalho.

Podemos afirmar agora que:

“O trabalho de um indivíduo passa a ser, assim, uma parcela do trabalho social e as relações de trabalho devem assegurar uma determinada repartição do trabalho social de tal modo que a sociedade em seu conjunto, possa satisfazer as suas necessidades. Ao falar da produção mercantil simples vimos como esta repartição de trabalho social se faz, neste caso, através das leis do mercado. Vimos além disso, que os preços flutuam, mas como estes variam em torno de um determinado nível que é atingido, em última instância, pela quantidade de trabalho que se encontra incorporado em cada instância., pela quantidade de trabalho que se encontra incorporado em cada mercadoria. Este nível em torno do qual gira os preços é o que chamamos de VALOR.

Chama-se LEI DO VALOR à lei que rege o intercâmbio de mercadorias. Ela sustenta que o intercâmbio das mercadorias no mercado é regido em última instância pela quantidade de trabalho nelas incorporado”. (50).

É, pois, esta lei do valor, a lei que regula, de forma espontânea, a economia mercantil baseada na existência de produtos individuais que só entram em relações entre si por meio do mercado.

Com efeito, deve-se deixar explícito que o valor de uma mercadoria não depende do trabalho individual, mas sim do trabalho que toda a sociedade emprega na sua produção, ou seja, do trabalho socialmente necessário para produzi-la. Para esclarecer, deve-se dizer que não se calcula o valor tomando por base a maior ou menor quantidade de trabalho, mais sim o trabalho médio, que é produzido utilizando-se um nível tecnológico médio, portanto, um rendimento médio da força de trabalho numa dada situação histórica.

Aqui devemos ter toda cautela para não confundir o trabalho necessário, obtido de um termo médio entre as horas requeridas nas empresas de menor e de maior rendimento, pois que entre os dois procedimentos há uma diferença que é explicada porque o trabalho socialmente necessário depende, da tecnologia média que se utiliza, das aptidões médias dos trabalhadores e das condições médias de trabalho. (51).

Sem embargo, neste momento, poderíamos dizer que:

“... nenhum desses aspectos permanece estático; todos vão variando no decurso do tempo. Isso produz uma modificação das horas de trabalho socialmente necessárias, as quais, à medida que se aperfeiçoam os sistemas tecnológicos, tendem a ir diminuindo.

Ora, a introdução de uma nova máquina só influi no tempo de trabalho socialmente necessário se esta inovação se generaliza rapidamente”. (52) .

Mas, caso ocorra o contrário, ou seja, que apenas alguns produtores utilizem-se de equipamentos novos que permitam um gasto menor de horas para se alcançar a mesma produção, enquanto os demais continuam gastando as quantidades de horas da situação anterior (53), tal inovação não terá grande influência no tempo de trabalho socialmente necessário, mas permitirá ao produtor que a utilizou, ganhar mais, pois o valor que regula os preços é calculado, ainda, de acordo com o tempo médio social que é maior do que o empregado por este produtor. Isto lhe garante na venda de seu produto, o recebimento de uma maior quantidade de dinheiro, em relação aos gastos, ao contrário dos demais produtores.

Dessa forma:

“Esta é a razão pela qual, nas economias baseadas no intercâmbio (compreendendo nelas também a economia capitalista), os proprietários individuais se esforçam por introduzir novas máquinas e por conservar o segredo de seus avanços técnicos”.

Pois bem, à medida que se generaliza a utilização de uma determinada máquina, tende a baixar o tempo socialmente necessário para produzir uma mercadoria e, portanto, seu valor, e seu preço, que não é senão uma forma de expressão de seu valor”. (54)

Visto de um modo bem condensado como funciona o intercâmbio numa economia mercantil simples passamos a verificar como funciona o intercâmbio de uma sociedade capitalista.

Em primeiro lugar devemos observar que na economia capitalista, o que interessa ao capitalista é que a venda de seus produtos lhe renda uma quantidade maior de dinheiro do que aquele que ele empregou para produzir suas mercadorias. Com efeito, o intercâmbio só tem sentido se ele consegue obter uma quantidade maior de dinheiro do que a despendida.

Portanto:

“Se antes se tratava de vender mercadorias (M) para obter dinheiro (D) que permitisse comprar outras mercadorias (M), agora se trata de ter dinheiro que permita comprar mercadorias que permitam obter mais dinheiro”.

Assim, a fórmula do intercâmbio mercantil simples seria:

$$M - D - M$$

E a fórmula do intercâmbio capitalista seria:

$$M - D - M + d”. (55)$$

Mas mesmo assim, não se revolve a questão que envolve essa maior quantidade de dinheiro que o capitalista retira do processo. Sabemos que não é da super-elevação dos preços (o que equivale dizer que as mercadorias devam ser vendidas acima de seu valor), onde os capitalistas retiram seu lucro, porque, se assim o fosse, haveria uma espécie de compensação social pois que os que ganhassem como vendedores, perderiam como compradores. Essa questão pode ser revolvida se no mercado existir uma mercadoria que, uma vez comprada pelo capitalista, possa através do seu uso produzir valor. Dessa forma se a origem última do valor é o trabalho humano

(força de trabalho) ela é a única mercadoria capaz de criar valor.

Devemos, entretanto, não esquecer que a força de trabalho não é mercadoria em qualquer sociedade, como afirma Harnecker, M.:

“Nem na escravidão, nem no modo de produção servil, nem na produção mercantil simples os trabalhadores vendiam livremente sua força de trabalho. No primeiro caso, o seu ser pertencia ao amo; no segundo, existia um determinado tipo de relação de dependência que obrigava o servo a realizar uma determinada quantidade de trabalho para o senhor; no último caso, trata-se de produtores independentes que trabalham por conta própria”. (56).

Dessa maneira, para que a força do trabalho se torne mercadoria é fundamentalmente a existência do trabalhador livre, despojado dos meios de produção, que goze do direito de dispor de sua força de trabalho, e que a venda (força de trabalho) no mercado ao capitalista (proprietários dos meios de produção) para poder viver.

Compreendida dessa forma (a força de trabalho como mercadoria), uma questão se impõe: como determinar o valor desta mercadoria. Já dissemos que o valor de uma mercadoria depende do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, portanto, é aqui também, que encontramos a explicação do valor da força de trabalho. Na produção capitalista:

“O operário deve trabalhar para o capitalista durante o tempo que o contrato de trabalho determina. Ora, trabalhando, atuando sobre a natureza, o operário despende certa quantidade de força muscular, nervosa, cerebral, isto é, certa quantidade de energia, contudo, para conservar sua força de trabalho, deve reconstituir diariamente a energia gasta. E, para este efeito, deverá utilizar certa quantidade de bens de consumo, alimentos, roupa, casa, etc.”

Por outro lado, é necessário que esta força de trabalho afluja constantemente ao mercado, e para isso é preciso assegurar a multiplicação natural dos operários. O trabalhador deve ter, portanto, os meios suficientes para sustentar a família”. (57).

Além, pois, da satisfação das necessidades básicas dele e da família, devem ser levadas em conta, também, as necessidades culturais e o nível de especialização. Com efeito, o valor da força de trabalho deve ser igual ao valor de todos os produtos necessários para a sua conservação e reprodução na sociedade. Aqui, convém fazer uma ressalva: nem sempre o capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor (este fato é notório na sociedade brasileira). É também, evidente que aí gera-se uma contradição, pois o operário não conseguirá ter uma produtividade crescente, o que explica a alta taxa de rotatividade da mão-de-obra no Brasil e o difícil engajamento no mercado de trabalho de pessoas acima dos 35, 4^o anos de idade. Também devemos lembrar que contribui para isso, a extrema mobilidade da mão-de-obra. Mas, deixamos um pouco de lado essa questão uma vez que não é esse o momento de procuramos desenvolver em profundidade estas colocações, mas sim, apenas, procuramos fazer uma ressalva interessando o instrumental conceitual e o seu relacionamento dialético.

Tratávamos, pois, da venda da força de trabalho no mercado e o seu pagamento pelo seu valor. Esse processo desencadeia-se no mercado.

“O capitalista e o operário se encontram no mercado de trabalho. Este último oferece como mercadoria sua força de trabalho. O capitalista compra por determinada quantia de dinheiro para fazê-la trabalhar durante certo período de tempo, por exemplo, 8 horas”.

Havendo-a comprado, o capitalista pode dispor da força de trabalho como valor de uso, isto é, fazê-la trabalhar e assim o faz.

Sendo assim, se a comprou por 10 cruzeiros diários, e se estes 10 cruzeiros, representam, em dinheiro, 4 horas de trabalho, o operário terá restituído ao capitalista, nessas quatro horas, o dinheiro que pagou por ela. Como, porém, a força de trabalho tem a qualidade de produzir mais trabalho do que o necessário para reproduzi-la e o capitalista o sabe, ele o faz trabalhar as oito horas. O valor criado nas ultimas quatro horas constitui um lucro líquido para o

capitalista ”. (58).

Sem embargo, o valor criado e expropriado pelo capitalista do trabalhador é a mais-valia, que consiste na fonte do lucro capitalista e o conceito que pode explicar as relações de exploração capitalista. Convém também esclarecer, do ponto de vista conceitual, que tempo de trabalho necessário ou pago é o tempo de trabalho que o trabalhador reproduz sua força de trabalho, enquanto o tempo de trabalho extra ou não pago é o tempo em que se cria mais-valia para o capitalista.

Como já referimos momentos atrás, no processo de produção capitalista participam, além da força de trabalho, os meios de produção (matérias-primas, máquinas, edifícios, etc.). Esses meios de produção são monopolizados pelo capitalista, que reúne em suas mãos, tanto a força de trabalho quanto os meios de produção. Esses dois elementos diferentes do processo de produção capitalista, que se destinam a produzir mais-valia constituem o capital. Dessa forma só podemos considerar a força e os meios de produção como capital no modo de produção capitalista.

Tratemos agora da participação dos meios de produção no processo produtivo capitalista. Em primeiro lugar, devemos ter sempre em mente que as máquinas não produzem nenhum valor novo, mas, sim transferem-nos para as mercadorias de forma parcial (59).

A matérias-primas transferem totalmente o seu valor para os produtos. Dessa forma, nem as máquinas, nem as matérias-primas podem criar valor, só podem transferir seu valor na medida em que são postas em ação pelo trabalho humano. Logo, podemos concluir que:

“O trabalho humano não tem, só a capacidade de criar valor: tem, também, a capacidade de fazer com que os meios de produção transfiram seu valor para os produtos. ” (60).

Com efeito, podemos então concluir que existem duas formas de capital: o capital constante, que é o capital investido nos meios de produção (seu valor não muda no processo produtivo); e o capital variável, o capital investido em força de trabalho. Dentro deste contexto, nos é permitido verificar que sem o capital constante torna-se impossível a criação da mais-valia, uma vez que a força de trabalho para poder gerar mais-valia, precisa por em marcha os meios de produção. Assim devemos compreender que, embora o capital constante seja a condição para a criação da mais-valia, ele próprio não pode criá-la.

Como sabemos, o objetivo do capitalista no modo de produção capitalista é a produção de mais-valia. Ele a consegue de duas formas: a primeira, prolongando a jornada de trabalho ou intensificando o uso da força de trabalho (neste caso temos a mais-valia absoluta); a segunda, quando se obtém mais-valia através da diminuição do tempo de trabalho necessário (através dos avanços tecnológicos).

A primeira forma, a mais-valia absoluta enfrenta duas limitações, físicas e históricas, pois existe a necessidade de tempo para que a força de trabalho gasta se reproduza e se isso não ocorrer haverá um processo de baixa no rendimento. Por outro lado, existe o próprio avanço da classe trabalhadora frente à situação, lutando para conseguir redução na jornada de trabalho. Essas contradições possibilitam o desenvolvimento da segunda forma, a mais-valia relativa, pois se não é possível obter mais-valia pelo prolongamento da jornada de trabalho, o capitalista procura então intensificar o trabalho e diminuir o tempo de trabalho necessário (aquele que o trabalhador trabalha para refazer sua força de trabalho). Harnecker, M. afirma:-

“Intensificar o trabalho é fazer a força de trabalho render o máximo. Fazem-se, assim, estudos para ver quais são os movimentos absolutamente necessários

para realizar um determinado tipo de trabalho, cuidando de suprimir todos os movimentos supérfluos. Instala-se música, melhor iluminação, etc., não por sentimentos humanitários, mas porque isso contribui para que se produza mais. Ora, como a intensificação do trabalho tem um limite porque chega um momento em que o trabalhador com maior intensidade produz esgotamento físico e mental, o capitalista deve decidir-se, finalmente, por cuidar de reduzir o tempo de trabalho necessário.” (61).

Isso só é possível com o aperfeiçoamento dos meios de trabalho, ou seja, fazendo-se com que se produza mais num menor espaço de tempo, o que provoca um barateamento dos produtos, pois demandam menor número de horas de trabalho incorporados. Dessa maneira:

“Está é a razão pela qual os capitalistas se interessam tanto por baixar os custos dos objetos que intervêm na manutenção da força de trabalho e, muitas vezes, buscam outras medidas além das assinaladas, como seja, a subvenção a artigos de primeira necessidade para que os trabalhadores possam adquiri-los a preços mais baratos. Não fazem isso por filantropia, mas para aumentar seus lucros”. Se o valor dos artigos de consumo popular baixa, também baixa o valor da força de trabalho, e, portanto, necessita-se de menor tempo para refazer seu valor.” (62).

Assim, compreende-se porque o sistema capitalista de produção está sempre interessado no contínuo aperfeiçoamento das máquinas, uma vez que o aumento da produtividade do trabalho através dessas máquinas novas torna possível ao sistema, um aumento de mais-valia sem ter que lançar mão da intensificação do trabalho ou mesmo do prolongamento da jornada de trabalho. Porém, a essas razões acrescenta-se uma outra: a motivação do capitalista individual, que, com a introdução de uma máquina nova consegue baixar os custos além daqueles de seus competidores e conseqüentemente consegue um lucro extraordinário, proveniente da diferença entre o valor individual de seus produtos e o valor social que tal tipo de produto tem no mercado. Por outro lado, os

capitalistas necessitam ir aperfeiçoando continuamente sua maquinaria, para tornar possível sua competição com os demais capitalistas do seu ramo. Dessa forma, essa necessidade implica num maior estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas. Como conseqüência, devemos ter também um desenvolvimento das forças de trabalho ou então seu próprio avançamento, o que abrirá caminho para uma luta, visando a modificação das relações de produção que as permeiam.

Dentro desse quadro, podemos notar que com o desenvolvimento das forças produtivas materiais, ou se quisermos, com a utilização de maquinaria cada vez mais moderna para aumentar cada vez mais a produtividade do trabalho, teremos em contrapartida um deslocamento também grande de mão-de-obra que fica no mercado á venda.

“O desenvolvimento capitalista determina, portanto, e ao mesmo tempo necessidade para poder funcionar, que exista sempre no mercado de trabalho certa quantidade de trabalhadores disponíveis para as necessidades de mão-de-obra que a classe capitalista possa ter. Por isso é que Karl Marx chamou a estes trabalhadores em contínua mudança de uma indústria para outra, de exército de reserva dos capitalistas. Aos capitalistas convém a existência deste exército de trabalhadores e sabem utilizá-lo muito bem, usam-no para pressionar os operários, para que estes não exijam salários muito altos. Os trabalhadores sabem que podem ser substituídos a qualquer momento pelos companheiros desempregados que estão dispostos muitas vezes, a aceitar salário de fome, contanto que possam ter trabalho. Os Capitalistas utilizam esta luta por conseguir trabalho para romper a unidade dos trabalhadores desviando a luta dos operários contra os patrões para uma luta entre eles próprios.” (63).

Torna-se importante retomar o conceito de luta de classes, a qual constitui o motor da própria História. É fundamental ter claro quais as classes ou frações de classe que estão em luta, para que se possa conhecer o próprio processo de

desenvolvimento da sociedade como um todo.

Antes de passarmos às colocações referentes á renda da terra, parece-nos importante fazer uma incursão no terreno da economia burguesa, ou seja, como o capitalista vê o próprio processo de produção capitalista. Por exemplo, poderíamos começar pela própria teoria central da infra-estrutura do materialismo histórico, a teoria do valor fundado no trabalho.

“Sem dúvida, para o capitalista, todos os elementos da produção se reduzem a gastos de dinheiro, as despesas. Mas isto acontece apenas com ele. A produção de mercadorias não lhe custa trabalho, mas dinheiro. Para ele são as despesas de produção, o dinheiro gasto, que determina o preço, não o trabalho fornecido”. (64).

Nessa linha de raciocínio muito bem colocada por Kaustsky, K., o capitalista tenta validar o lucro (que é o móvel da produção capitalista) no conjunto das despesas gerais. Assim, designa por despesas de produção, o total do que consumiu com a mercadoria, mais o lucro usual. Marx, no entanto, chama essas despesas de produção de preço da produção:

“O preço da produção de mercadoria é, portanto, igual ao preço de custo mais o lucro que percentualmente se lhe acrescenta, correspondente á taxa geral de lucro ou igual ao preço de custo mais o lucro médio”. (65).

Já o desvio entre o preço da produção e o preço de mercado é explicado pelo efeito da lei de oferta e da procura, que explica essas oscilações, mas quando a oferta equivale à procura o preço de mercado corresponde ao preço de produção (66).

Dessa forma, ao lado da taxa de lucro médio (que como já dissemos é o móvel da produção capitalista e que nada mais é do que mais-valia expropriada), o capitalista pode realizar um

lucro extraordinário. O capitalista, graças a meios de produção particularmente mais novos, dos quais ele é o único a dispor, pode produzir mercadorias a um preço custo mais baixo, podendo, além de realizar a taxa de lucro médio (garantida pelo preço imposto pelas condições sociais de produção) realizar um lucro extraordinário. Esse lucro extraordinário também é mais-valia expropriada dos trabalhadores.

Mas é de um outro tipo de lucro extraordinário que devemos falar agora: a renda da terra.

Se reproduzíssemos o exemplo anterior do lucro extraordinário para a agricultura, teríamos uma situação aparentemente semelhante. Só que ao invés de termos uma capitalista com meios de produção mais novos, teríamos terrenos de desigual fertilidade. É sobre as aparências dessa situação que Kautsky, K. afirma:

“Aparentemente, esse caso é idêntico na agricultura e na indústria. Há, contudo, entre uma e outra hipótese, uma diferença essencial. Essa espécie de lucro extraordinário na agricultura está submetida a leis particulares e constitui, portanto, uma categoria especial em economia política: a renda territorial ou fundiária. O solo – inclusive todas as forças de produção que se devem considerar ligadas ao solo (Marx), por exemplo, a força das quedas d’água e em geral as águas correntes – é com efeito um meio de produção de uma espécie particular. A sua quantidade não pode ser aumentada arbitrariamente, a sua qualidade não é por toda parte a mesma. As qualidades particulares de um terreno se ligam ao solo e não são transmissíveis ao talante dos homens. As máquinas e as ferramentas são multiplicáveis arbitrariamente, transmissíveis e podem ser todos da mesma qualidade”. (67). (Sem grifo no original)

Portanto, na indústria este lucro extraordinário é decorrente de condições de produção mais vantajosas, tornando-se, portanto, um fenômeno apenas excepcional e passageiro.

Mas com relação à agricultura a coisa é diversa:

“Coisa diversa ocorre na agricultura, onde o lucro extraordinário resulta da fertilidade desigual das diferentes espécies de terrenos. Essa desigualdade decorre de condições naturais, e é, em determinadas condições técnicas, uma grandeza fixa. Mesmo admitindo-se que todas as outras condições de produção sejam absolutamente idênticas para os diversos agricultores, existirá sempre a diferença da qualidade do solo. A renda territorial não é, por conseguinte, como o lucro extraordinário da indústria, um fenômeno passageiro: é um fenômeno permanente”.

Mas há mais. O preço de produção na indústria é determinado como vimos, pelo lucro usual e pela média das despesas necessárias nas condições de produção dadas, isto é, pelo capital necessário à criação de um artigo. A exploração em que as despesas de produção são inferiores à média socialmente necessária realiza um lucro extraordinário. A exploração que, ao contrário, produz a um preço muito elevado, realiza um lucro inferior ao lucro usual, e pode mesmo, em certos casos, verificar-se um déficit. Inversamente, na agricultura, não são as despesas de produção necessárias num terreno médio que determinam o preço de custo. Quando, ao lado do melhor terreno, se cultiva um inferior, de superfície maior, não precisamos atribuir essa diferença, como já notamos, a circunstâncias extraordinárias ou a qualidades pessoais do agricultor. Isto acontece porque o terreno melhor não basta, por si só, a produzir os gêneros necessários para a subsistência da população. Mas o capitalista – trata-se aqui apenas da exploração capitalista do solo – exige da empresa a que se dedica, além do preço de custo, o lucro usual. O terreno inferior só será, pois, explorado por capitalista se a insuficiência da oferta fizer subir os preços dos gêneros a tal ponto que mesmo a cultura desse terreno inferior renda bastante. Isto quer dizer que na agricultura não são as despesas de produção necessárias para um terreno médio, mas os necessários para o terreno pior, que determinam o preço da produção. Dessas duas diferenças entre a renda territorial e o lucro industrial resulta uma terceira. A população cresce sobre onde a indústria se desenvolve, e com ela aumenta a procura de gêneros alimentícios. Impõe-se o cultivo de novas terras. Mas por isso mesmo

as diferenças de fertilidade entre as diversas zonas cultivadas aumentam o curso da evolução econômica, e, por conseguinte aumenta a renda fundiária.” (68). (Sem grifo no original)

Com o intuito de deixar claro a particularidade da renda fundiária, citamos Marx, K.:

“Toda renda fundiária é mais-valia, produto de trabalho excedente. Na forma menos desenvolvida, é diretamente produto excedente, a renda natural. Mas, no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente). Por isso, erra-se quando então se procura explicar a renda fundiária, aí componente particular e específico da mais-valia, recorrendo-se simplesmente às condições gerais da mais-valia e do lucro.” (69).

Além da caracterização das particularidades desse lucro extraordinário que é a renda fundiária, chamamos atenção para as afirmações de Kautsky, quando ao fato de que são as despesas de produção necessárias para o pior terreno que determinam o preço de produção e não aquelas despesas necessárias para um terreno médio. Nesse particular Marx, K. é claro:

“O preço de produção do pior solo, que não dá renda, é sempre o preço regulador de mercado...”. (70).

Com efeito, devemos não esquecer que:

“É claro que essa renda é sempre renda diferencial, pois não constitui fator determinante do preço geral de produção da mercadoria, antes o supõe. Decorre da diferença entre o preço individual de produção do capital particular que dispõe da força natural monopolizada, e o preço geral da produção do capital empregado no conjunto do ramo considerado.” (71).

Dessa forma, podemos verificar utilizando o Quadro 1, a primeira causa da renda diferencial: a fertilidade (subentende-se aqui a fertilidade natural da terra).

QUANDRO 1

Exemplo I

Natureza do Terreno	Feijão produzido (sacas)	Preços Custo \$	Taxa de Lucro	Preço da produção Particular		Preço de Produção Geral		Renda Fundiária
				Total \$	Sacas \$	Total \$	Sacas \$	
A	1100	160.000	25%	200.000	181,81	220.000	200,00	20.000
B	1000	160.000	25%	200.000	200,00	200.000	200,00	0

Exemplo II

A	1100	160.000	25%	200.000	181,81	275.000	200,00	75.000
B	1000	160.000	25%	200.000	200,00	250.000	200,00	50.000
C	800	160.000	25%	200.000	250,00	200.000	250,00	0

Exemplo III

X	1200	160.000	25%	200.000	166,66	240.000	200,00	40.000
A	1100	160.000	25%	200.000	181,81	220.000	200,00	20.000
B	1000	160.000	25%	200.000	200,00	200.000	200,00	0

Exemplo IV

Y	1400	160.000	25%	200.000	142,85	254.534	181,81	54.534
X	1200	160.000	25%	200.000	166,66	518,172	181,81	18.172
A	1100	160.000	25%	200.000	181,81	200.000	181,81	0

Em primeiro lugar, devemos observar que, iguais quantidades de capital aplicadas em terras diferentes, mas com áreas iguais – se as áreas forem desiguais, os resultados terão que ser tomados em relação a superfícies iguais – produzirão resultados desiguais.

Utilizando o exemplo I, podemos verificar que o preço de produção do terreno pior B, é o que determinou o preço de produção geral, dessa forma como o preço de produção particular do terreno A, foi mais baixo, ele realizou um lucro extraordinário ou seja uma renda diferencial de Cr\$ 20.000,00. Convém não esquecer que essa renda é lucro acima do lucro médio, e que não são as qualidades naturais do solo a fonte do lucro suplementar, mas apenas a base natural dele, uma vez que elas são a base natural da produtividade excepcionalmente acrescida do trabalho.

Com relação ao exemplo II, acrescentamos um terreno C, com fertilidade pior que os dois anteriores, A e B. A intenção é demonstrar que a afirmativa de que um terreno é pior, é extremamente relativa. Agora pode-se observar que o terreno B, que não produzira renda diferencial, passou a produzi-la, já que seu preço de produção particular está abaixo do preço de produção geral que é o do pior solo (C), podendo então o terreno B realizar uma renda diferencial de Cr\$ 50.000,00. Ao mesmo tempo observa-se que o terreno A, tem sua renda aumentada em Cr\$ 55.000,00, ou seja, passou da primeira situação de Cr\$ 20.000,00, para a nova situação com Cr\$ 75.000,00.

Contudo, pare-nos importante lembrar neste momento Kautsky, K.:

“A taxa de lucro apresenta uma tendência a abaixar no curso de evolução capitalista. Não podemos desenvolver aqui as causas desse fenômeno. Ele é incontestável. Ao contrário, a renda fundiária apresenta uma tendência a subir. Isto não quer dizer, contudo, que a renda fundiária de um terreno determinado cresça obrigatoriamente sempre. Em um país de lavoura antiga, a expansão do cultivo do solo irá sem dúvida, geralmente, do terreno bom ao terreno pior. Num país novo, é freqüentemente o inverso que se verifica. Isto porque não é o melhor terreno o que se lavra primeiro, mas o mais acessível. ” (72). (Sem grifo no original)

Dessa maneira, se observarmos o exemplo III, onde admitimos que primeiro desbravam-se os terrenos piores e que, após, exploram-se os terrenos melhores, vemos que o terreno B, que no exemplo anterior produzia renda, não o faz mais e é agora o regulador do preço de produção geral. Ocorre também, a não elevação da renda fundiária do terreno A, e o terreno X, que antes não produzia renda fundiária alguma, neste exemplo produz uma renda de Cr\$ 40.000,00.

Se os exemplos colocados mostram que a produção da renda diferencial fica na dependência do conjunto dos

terrenos explorados num determinado ramo da produção pode-se ter, contudo, uma situação completamente diferente, para a qual, Kautsky chama a atenção:

“Pode-se mesmo, em certas circunstancia, lavra uma tal quantidade e uma tal qualidade do terreno que os preços dos gêneros baixam. Então, a exploração do terreno ruim cultivado até esse momento, não dá mais renda, impondo-se o seu abandono. Nesse caso, a renda fundiária de determinados terrenos baixa. Contudo, mesmo nessa hipótese, a massa total da renda fundiária pode tornar-se maior em valor absoluto e em relação à massa total do capital aplicado na agricultura.” (73).

Ilustrando essa situação, utilizamos o exemplo IV, que mostra que com o rebaixamento da produção o terreno B deixou de ser cultivado, ao mesmo tempo, que o terreno A não mais produz renda fundiária, e o terreno X assistiu a um decréscimo na sua renda, de Cr\$ 20.000,00 para 18.172,00. No entanto, verifica-se que o conjunto total da renda fundiária foi elevado, o que se pode verificar pelos valores de Cr\$ 60.000,00 no exemplo II para 72.706,00 no exemplo IV, ou seja, um aumento global de Cr\$ 12.706,00.

Sem embargo, devemos afirmar que, em todos os exemplos citados, a renda diferencial decorre da diferença entre o preço individual de produção e do capital particular que dispõe da força natural monopolizada, e o preço geral de produção do capital empregado no conjunto do ramo de produção considerado. Dessa maneira, as diferenças de fertilidade natural, base natural do lucro suplementar, permitiram a produtividade excepcional do trabalho.

Outra causa da renda diferencial I, como é denominada por Marx, K. (74), é a localização das terras. Para a compreensão dessa renda diferencial, procuraremos desenvolver um pouco mais o instrumental conceitual uma vez que nós utilizaremos dele para a compreensão da proposta de Von Thünen.

A propósito das causas geradoras da renda diferencial quando da aplicação de iguais quantidades de capitais aplicadas em terras diferentes, mas com áreas iguais, Marx, K. afirmou: “Há duas causas gerais, independentes do capital, desses resultados desiguais: 1) a fertilidade (cabe aqui examinar o que se entende por fertilidade natural das terras e quais são os fatores dela); 2) a localização das terras. Este ponto é decisivo para as colônias e, de modo geral, para a seqüência em que as terras podem ser exploradas. Demais, é evidente que essas duas causas da renda diferencial. Fertilidade e localização, podem atuar em sentidos opostos. Um terreno pode estar bem situado e ser pouco fértil e vice-versa. Essa circunstância é importante, esclarecendo porque, ao se desbravarem as terras de um país, tanto se pode ir de solos melhores para os piores, quanto inversamente. Por fim, é claro que o progresso da produção social atua no sentido de anular a localização como causa da renda diferencial, criando mercados locais ou facilitando a localização com maiôs de comunicação e transporte; mas por outro lado, acentua-se as diferenças na localização das terras, ao separar a agricultura da manufatura, ao formar grandes centros de produção, ao mesmo tempo abandonando relativamente o campo. Por ora, deixamos de lado este ponto, a localização, e estudemos apenas a fertilidade natural.” (75). (Sem grifo no original)

Creemos serem tais colocações importantes, e coloquiais, principalmente no que se refere à anulação da renda diferencial, tendo por causa as diferenças de localização como o progresso da produção material. Estas colocações levam-nos a ter que buscar em sua obra (76) elementos que dêem mais consistência às afirmações feitas. Assim referências à localização das terras, como causa de renda diferencial são encontradas no texto em que faz observações adicionais relativas à forma I da renda diferencial, em que parte aplicáveis à forma II:

“... A expansão da terra cultivada prossegue ou em piores solos ou em diferentes tipos de solo em proporções diversas, na medida em que se acham. A extensão da cultura a solos piores não se faz naturalmente por livre escolha,

mas pode decorrer, no sistema capitalista de produção, de alta de preços, e, em qualquer sistema, da necessidade. A afirmação não tem validade incondicional. A terreno relativamente melhor prefere-se terreno ruim em virtude da localização, fator decisivo sempre que se entende o cultivo em países jovens. E, embora a formação do solo o classifique de fértil no conjunto, ele é de fato constituído de terras de pior e de melhor qualidade, misturadas, e assim o solo ruim tem de ser cultivado por sua localização como o solo superior. Se terreno ruim se insere em terreno bom, este lhe dá a vantagem da localização em confronto com solo fértil, distante da área já cultivada ou em vias de ser”.

Assim, entre os Estado do Oeste, Michigan foi um dos primeiros a exportar trigo, e suas terras eram em geral pobres. Mas, a vizinhança com o Estado de Nova Iorque e o transporte hidroviário pelos lagos e canal de Erie davam-lhe de início vantagem sobre os Estados de terras mais férteis, situado mais Oeste. Aquele Estado, em relação ao de Nova Iorque exemplifica a transição de melhores para piores solos. As terras do Estado de Nova Iorque, sobretudo as da parte ocidental são muito mais férteis, especialmente para a cultura do trigo. Com a agricultura exaustiva, essas terras fecundas se tornaram estéreis, e então as de Michigan passaram a ser mais férteis. ”

“Em 1838 embarcara em Buffalo para o Oeste farinha de trigo, oriunda principalmente, da região tritícola de nova Iorque e do Alto Canadá. Hoje, passados apenas 12 anos, cargas enormes de trigo e de farinha são trazidas do Oeste pelo lago e pelo Canal do Erie, e embarcadas para Leste em Búfalo e no porto vizinho de Blackrock. A carência de alimentos na Europa em 1847 estimulou fortemente a exportação de trigo e farinha. Daí resultou baratear o trigo na parte ocidental do Estado de Nova Iorque, e tornar-se sua cultura menos rentável., isto levou os fazendeiros dessa área a se dedicarem mais à pecuária e a produção leiteira, a fruticultura, etc., a ramos que eles consideravam o Noroeste, incapaz de concorrer diretamente com eles (J.W. Johnston, Notes on North American, Londres, 1851, I pp. 222s). ” (77).

Já neste texto, Marx deixa alguns indicadores para podermos compreender a renda diferencial causada pela localização das terras: a relação entre o terreno ruim que se insere no terreno bom, e a vantagem que esse passa ter em função da

localização quando confrontado com solo mais fértil, distante da área já cultivada ou em vias de ser. Porém, julgamos necessários mais elementos ainda para que possamos compreender melhor essa causa da renda diferencial I. É, por fim, no capítulo referente a renda territorial absoluta, da qual falaremos mais adiante, que Marx escreve:

“Conforme vimos ao tratar da renda diferencial, podem ser cultivadas, com o desenvolvimento da agricultura, novas terras de qualidade igual, superior, ou inferior às já cultivadas. E eis as razões: na renda diferencial (na renda em geral, pois para a renda não diferencial há sempre o problema de saber se a fertilidade e a situação do solo permitem que ele seja cultivado com lucro e renda, dado o preço regulador de mercado) esses dois fatores, fertilidade e situação do solo, atuam em sentido contrário, ora se anulando reciprocamente, ora se estabelecendo o predomínio de um dos dois. A elevação do preço do preço de mercado pode fazer que terras mais férteis antes afastadas da concorrência pela situação sejam cultivadas, desde que o preço de custo do cultivo não tenha diminuído, isto é, que progresso técnicos não constituam fatos de nova exploração agrícola. Essa alta pode tornar a situação de terrenos menos férteis tão vantajosa que compensa a fertilidade inferior deles. Ou, sem subir o preço de mercado, pode a situação levar terras melhores a participarem da concorrência desde que os meios de transporte se torne mais eficientes, conforme vemos em grande escala nos estados das grandes planícies norte-americanas. O mesmo se dá constantemente nos velhos países civilizados, mas não na proporção observada nas colônias, onde o fator situação é decisivo, conforme acertadamente observou Wakefield. Em suma, os efeitos contraditórios da situação e da fertilidade e a variabilidade do fator situação – sem cessar contrabalançando, passando por contínuas e progressivas modificações compensatórias – fazem terras de igual, melhor ou pior qualidade entrar alternativamente na concorrência com as já cultivadas.” (78).

Agora sim, parece-nos que a causa da localização das terras com relação a renda diferencial I ficou bem explícita. São duas as situações: a primeira é decorrente da elevação dos preços de mercado sem que o preço de custo do cultivo tenha diminuído, e a segunda é quando não ocorre a alta dos preços de

mercado, quando ocorre uma maior eficiência nos meios de transporte. Kautsky, ao tratar dessa causa de renda diferencial, apresenta um exemplo que nós adaptamos, quadro II, onde aparece apenas a primeira situação.

QUADRO 2

Terreno	Distância do mercado (km)	Feijão produzido. (sacas)	Preços de produção particular no local de produção. \$	Despesas de transporte. \$	Preço no mercado de 1000 casas de feijão.	Renda Fundiária.
A	50 Km	1000	200.000	5.000	250.000	45.000
B	200 Km	1000	200.000	20.000	250.000	30.000
C	500 Km	1000	200.000	50.000	250.00	0

Neste caso a renda diferencial é consequência de uma situação privilegiada do terreno A em relação a B e C e B em relação a C, que é expressa num menor gasto em transporte. A respeito disso Kautsky, afirma:

“Quanto mais a população de centro aumenta, e faz aumentar, no mesmo peso, a procura de gêneros no mercado, tantos maiores serão as distâncias em que estes poderão ser encontrados. Mas os terrenos mais distantes só são lavrados para o mercado no momento em que os preços dos gêneros sobem a tal ponto que cobrem além das despesas de produção, as despesas de transporte, dando o lucro médio do capital. Disso resulta uma renda fundiária para os terrenos mais próximos do mercado.” (79).

E: -

“Esta espécie de renda territorial, por sua vez, tem uma tendência a crescer proporcionalmente aumento da população. Mas o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, que diminuem as despesas de transporte dos gêneros, age em sentido inverso.” (80).

Mas, quer nos parecer mais importante que ao tratar a fertilidade e a localização das terras como causas gerais da

renda diferencial I, Marx, K. deixa bem claro o caráter contraditório dos efeitos da situação e da fertilidade e a própria variabilidade do fator situação, ao afirmar que este fator está sujeito a contínuas e progressivas modificações compensatórias e que por isso mesmo como o desenvolvimento da produção social tende a ser anulada. Isso nos parece bem evidente se considerarmos que para que ocorra a primeira situação (elevação do preço de mercado sem que o preço de custo de cultivo tenha diminuído) é necessário que os progressos técnicos não constituam fator de nova exploração agrícola, que é uma situação que não ocorre tão freqüentemente. Ou então, quando ocorre a segunda situação (sem subir os preços de mercadorias, os meios de transportes se tornam mais eficientes).

Dessa forma, parece-nos que as colocações de Kautsky sobre a localização das terras com relação à renda diferencial I, não são suficientes, o que implica numa necessidade ainda maior de buscarmos em Marx os pontos fundamentais que estribam o instrumental teórico que utilizaremos em nosso trabalho. Convém deixar explícito que essa ressalva em nada torno o trabalho de Kautsky (81) desmerecedor de crédito, pois que, ele próprio ao iniciar o capítulo sobre “O caráter Capitalista da Agricultura moderna” afirma:

“Para compreensão dessas formas precisamos fazer aqui uma pequena digressão no domínio das abstrações econômicas expondo rapidamente o nosso ponto de vista doutrinário, que é o das teorias de Marx sobre o valor, a mais-valia, o lucro e a renda territorial. Limitar-nos-emos, de certo, a indicações e remetemos aos nossos leitores que por ventura não os conheçam, aos três volumes de “O Capital”, de Marx, se desejam aprofundar a matéria principal deste capítulo.”. (82) (Sem grifo no original)

Essa posição que assumimos, implica em que procuremos de uma forma ou de outra compreender melhor a localização das terras como causa da renda diferencial I. Em função dessa posição temos que verificar que as diferenças nos custos de

transporte vão compor ao nível do processo de produção global na economia capitalista os chamados custos de Circulação. Com relação a estes custos de circulação, temos que considerar em primeiro lugar uma lei geral.

“ ... todos os custos de circulação que decorrem apenas da mudança da forma da mercadoria não acrescentam a este valor. ” (83)

Esta lei esclarece, portanto, que estes custos são apenas e tão somente custos para permitir a realização do valor, ou seja, tornam possível a passagem do valor de uma forma a outra.

“O capital dispendido nesses custos (inclusive o trabalho que ele comanda) pertence aos custos improdutivos necessários da produção capitalista. Seu reembolso tem de provir do produto excedente e constitui, para a classe capitalista em seu conjunto, um desconto na mais-valia ou no produto excedente do mesmo modo que, para o trabalhador é tempo perdido o que utiliza na compra de meios de subsistência. ” (84)

Mas, com relação aos custos de transporte a situação é diferente. Dessa maneira, temos que o intercâmbio de matérias do trabalho social realiza-se no ciclo do capital e na metamorfose das mercadorias nele incluídas, o que vale dizer que para que esse intercâmbio se realize tem que haver necessidade de que ocorra uma mudança de espaço dos produtos, ou seja, há necessidade de movimentá-los de um lugar para outro. Marx, trata a questão dos custos de transporte da seguinte forma:

“O transporte não aumenta a quantidade dos produtos. Se eventualmente altera as qualidades naturais destes, essa alteração não é efeito útil almejado, e sim mal inevitável. Mas, o valor-de-uso das coisas só se realiza com seu consumo e esse consumo pode tornar necessário o deslocamento delas, o processo adicional de produção da indústria de transporte. Assim, o capital produtivo nela aplicado acrescenta valor aos produtos transportados, formado pela transferência de valor dos meios de transporte e pelo valor adicional criado pelo trabalho de transporte. Esse valor se divide, como em toda produção

capitalista, em reposição de salário e em mais-valia.

Importante papel desempenham, no interior de todo processo de produção, a mudança de lugar do objeto de trabalho, e dos meios de trabalho e da força de trabalho para isso necessários... A passagem para outro, afastado no espaço, mostra, em maior escala, o mesmo fenômeno. Além desse transporte, existe o dos produtos acabados da esfera da produção para a esfera do consumo. Só depois de consumido este movimento, está o produto pronto para o consumo. ” (85).

Compreendido dessa forma os custos de transporte ficam submetidos a lei geral da produção de mercadorias:

“... a produtividade do trabalho e o valor que ele cria estão em relação inversa. Esta lei se aplica a indústria de transporte como qualquer outra. Quanto menor a quantidade do trabalho materializado e vivo que o transporte da mercadoria exige para determinada distância, tanto maior a produtividade do trabalho e vice-versa. A magnitude absoluta do valor que o transporte acrescenta às mercadorias, não se alterando as demais circunstâncias, está na razão inversa da produtividade da indústria de transporte e na direta das distâncias a percorrer”.

“A proporção de valor que os custos de transporte, não variando as demais circunstâncias, acrescentam ao preço da mercadoria, está na razão direta do volume e do peso dela. Variam, entretanto, inúmeras circunstâncias. Variam, por exemplo, as medidas de precaução exigidas pelo transporte, o correspondente dispendido de trabalho e de meios de trabalho, de acordo com a relativa fragilidade do artigo, a facilidade com que se deteriora ou explode”.

“A proporção que os custos de transporte representam no valor de um artigo está na razão inversa desse valor...”. (86)

Assim, compreendido, os custos de transportes tendem como o desenvolvimento da indústria de transporte, o que é notório na sociedade capitalista, a cair, o que leva à quase anulação da localização das terras como causa de renda diferencial. Ou seja, na medida em que a indústria de transporte faz com que uma quantidade maior de produtos sejam transportados por um veículo com

uma menor quantidade de trabalho materializado, menor será o valor acrescido à mercadoria como custos de transporte.

Além disso, temos as leis que regem o próprio custo de transporte. Quanto á magnitude absoluta do valor acrescentado às mercadorias: está na razão inversa da produtividade da indústria de transporte e na direta das distâncias a percorrer; quanto á proporção do valor acrescido no preço das mercadorias: está na razão direta do volume e do peso dela; e quanto á proporção que os custos de transporte representam no valor de uma mercadoria: está na razão inversa desse valor.

Dessa forma passamos a assistir no modo capitalista de produção a uma diminuição global dos custos de transportes, e aí desempenha a indústria de transporte papel ímpar; Marx, neste particular, é taxativo:

“O modo capitalista de produção diminui os custos de transporte para cada mercadoria com o desenvolvimento dos meios de transportes e de comunicação, com a concentração (a magnitude da escala) do transporte. Aumenta a parte do trabalho social vivo e materializado, aplicada no transporte de mercadoria, primeiro transformando a grande maioria dos produtos em mercadorias e segundo substituindo mercados locais por mercados longínquos”.

A movimentação das mercadorias, a circulação efetiva das mercadorias no espaço, identifica-se com o transporte delas. A indústria de transporte constitui ramo autônomo da produção e por consequência esfera particular de emprego do capital produtivo. Singulariza-se por aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação. ” (87).

Contudo, não bastam estas colocações para compreendermos melhor toda questão que envolve a localização das terras como causa da renda diferencial, pois que, é importante compreender as colocações primeiras que fizemos sobre os custos de

transportes, não só em si mesmo, mas também no próprio conjunto da produção global. Neste sentido, a justificativa mais significativa, que explica o desenvolvimento cada vez maior e mais rápido do sistema de transportes está na implicação que este tem no tempo de circulação, ou seja, no conjunto global do tempo de rotação do capital, que corresponde por sua vez à soma do tempo de produção e do tempo de circulação. O objetivo fundamental do modo de produção capitalista é produzir mais-valia, mas essa mais-valia fica num determinado momento da produção global – o tempo de circulação – prisioneira da condição capital-mercadoria. Tal situação implica numa necessidade de incrementar as indústrias de transportes de modo a que elas gastem menos tempo de circulação e com isso, permitam uma rotação mais rápida do capital possibilitando conseqüentemente uma maior produção e realização da mais-valia e a sua posterior acumulação. Marx, ao tratar dessa questão afirma:

“ A distância entre o local de produção e o mercado onde a mercadoria é vendida causa sempre diferença no tempo de venda e por conseguinte no de rotação. Durante toda a viagem ao mercado, o capital está prisioneiro da condição de capital-mercadoria, se é produzido por encomenda, até o momento de entrega, se não é produzido por encomenda, acrescenta-se ao tempo de viagem ao mercado, o tempo em que a mercadoria fica à venda no mercado. Melhoria nos meios de comunicação e de transporte reduz em termos absolutos o período de viagem das mercadorias, mas não suprime a diferença relativa, oriunda do percurso e que aparece no período de circulação de diferentes capitais-mercadorias ou diferentes partes do mesmo capital-mercadoria, remetidos a diferentes mercados. Os melhores navios a vela e a vapor, por exemplo que reduzem a viagem, reduzem-na tanto para os postos próximos quanto para os distantes. Continua a diferença relativa, embora freqüentemente diminuída. Entretanto, em virtude do desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, as diferenças relativas podem ser modificadas de maneira a não corresponder mais às distâncias naturais. Uma via férrea, que liga o local de produção com um empório no interior, pode aumentar absoluta ou relativamente, a distância de uma localidade geograficamente mais próxima

mas que não dispõe de estrada de ferro, tomando-se por comparação esse empório mais afastado: do mesmo modo, em virtude das mesmas circunstâncias pode modificar-se a distância relativa dos locais de produção aos grandes mercados de consumo, o que explica a decadência dos velhos centros de produção e o aparecimento de novos ao mudarem os meios de transporte e comunicação. (Além disso, o transporte fica mais barato para as grandes distâncias do que, para as pequenas). Ao desenvolverem-se os meios de transporte, aumenta a velocidade do movimento no espaço e assim reduz-se no tempo a distância geográfica. ” (88).

Assim, além de uso das categorias de espaço e tempo da dialética, devemos incorporar mais algumas leis que regem os custos de transporte quer na sua compreensão menor quer no seu particular quer na sua compreensão como particular de uma estrutura global. E Marx, insiste mais nessa questão:

“E mais. Cresce a massa desses meios: por exemplo, muitos navios saem ao mesmo tempo para o mesmo porto, vários trens trafegam simultaneamente em diferentes vias entre duas estações determinadas. Essa circunstância, dado o rendimento dos meios de transporte, não altera a velocidade absoluta, nem portanto a parte correspondente do tempo de circulação. Mas, quantidades sucessivas de mercadorias podem ser transportadas em intervalos mais curtos e assim aparecem sucessivamente no mercado, não tendo de ser acumuladas em grandes massas como capital-mercadoria potencial até a expedição efetiva. Assim reparte-se, por períodos sucessivos mais curtos o retorno do dinheiro, de modo que parte da mercadoria se transforma continuamente em capital-dinheiro, enquanto outra parte circula como capital-mercadoria. Essa repartição do retorno por maior número de períodos sucessivos encurta o tempo global de circulação e por conseguinte a rotação. De um lado, temos a frequência com que funcionam os meios de transporte: o número de trens, por exemplo, aumenta na medida em que um local de produção mais fornece-se - se torna centro importante - e na direção dos mercados existentes e por conseguinte na direção dos grandes centros de produção e de população, dos portos de exportação, etc. Do outro, porém, essa facilidade particular de tráfego e a

resultante rotação acelerada do capital (enquanto é determinada pelo tempo de circulação) apressam a concentração dos centros de produção e dos respectivos mercados. Com a concentração acelerada, em determinados pontos, de massas de seres humanos e de capitais, progride a concentração em poucas mãos dessas massas de capitais. Ao mesmo tempo sucedem modificações e transferências decorrentes de mudanças operadas na situação relativa dos locais de produção e dos mercados, em virtude das transformações verificadas nos meios de transporte. Num local de produção que estava antes vantajosamente situado junto a uma estrada real ou a um canal, dispõe agora, apenas de um ramal ferroviário que só funciona em intervalos relativamente grandes, enquanto outro local que estava inteiramente afastado das vias principais de tráfego, passa a ser o ponto de cruzamento de várias ferrovias. O segundo lugar prospera, o primeiro decai. As transformações dos meios de transporte produzem diferenças locais no tempo de circulação das mercadorias, nas oportunidades de comprar, vender, etc., ou repartem de outra maneira as diferenças locais já existentes. O peso dessas circunstâncias para a rotação do capital patenteia-se nos litígios dos representantes comerciais e industriais dos vários centros com as direções das vias férreas.

Como progresso da produção capitalista, o desenvolvimento dos meios de transportes e de comunicações reduz o período de circulação de determinadas quantidades de mercadorias, mas, por outro lado, esse progresso e a possibilidade gerada pelo desenvolvimento desses meios acarretam a necessidade de trabalhar para mercados cada vez mais longínquos, em suma, para o mercado mundial. A massa das mercadorias em viagem, destinadas a países distantes, acresce enormemente, e daí o aumento absoluto e relativo da parte do capital social que fica de maneira contínua e por longos intervalos no estágio de capital-mercadoria, dentro do período de circulação. Assim cresce igualmente a parte de riqueza social que, em vez de servir de meio direto de produção, se aplica em meios de transportes e de comunicação e no capital fixo e circulante requeridos para explorá-los. ” (89)

São para esses elementos que Marx, chama atenção quando fala da localização das terras como causa da formação da renda diferencial. Se lembrarmos a citação feita páginas

atrás, podemos verificar que este fato é realmente importante:

“Em suma, os efeitos contraditórios da situação e da fertilidade e variabilidade do fator situação – sem cessar contrabalançando, passando por contínuas e progressivas modificações compensatórias – fazem terras de igual, melhor ou pior qualidade entrar alternativamente na concorrência com as já cultivadas”.

(90)

Portanto, levantados estes conceitos que servirão para o esclarecimento da renda diferencial gerada pela localização das terras, é importante que lembramos que a fertilidade e a localização das terras as chamadas causas da renda diferencial e que outros fatores influem na formação da renda diferencial, Marx, sobre esses fatores escreve:

“É também acertada, desde que restrita á renda diferencial, a seguinte observação de Ricardo”:

“Todo fator que diminui a desigualdade no produto que se obtém no mesmo ou em novo solo tende a rebaixar a renda fundiária, e todo fator que aumenta essa desigualdade produz necessariamente efeitos contrário, e tende a elevá-la”.

(p.74)

Entre esses fatores figuram, além dos gerais (fertilidade e localização), os seguintes: 1) a distribuição dos impostos, segundo se efetue de maneira uniforme ou não, a segunda hipótese se é a que se verifica quando, como na Inglaterra a tributação não é centralizada, e quando a incidência recai sobre a terra e não sobre a renda; 2) as desigualdades oriundas do desenvolvimento diverso da agricultura em diferentes regiões do país, pois esse setor industrial (a agricultura aí é considerada atividade industrial), em virtude do apego à tradição, se nivela mais dificilmente que produção fabril, e 3) a desigualdade na repartição do capital entre os arrendatários ”. (91)

Dessa forma, parece-nos que podemos passar a discutir a renda diferencial II, uma vez que julgamos ter tocado no que de mais significativo tem a renda diferencial I. Essa

renda, conforme verificamos decorre da produtividade diversa de aplicação igual de capital em terras de área igual e fertilidade desigual, de modo que a renda diferencial era determinada pela diferença entre o rendimento do capital empregado na pior terra, aquela que não possuía renda, e o do capital que foi empregado em terra melhor. O que implicava ter investimentos paralelos de capital em áreas de diferentes solos, e assim a cada novo emprego de capital correspondia cultura mais extensiva da terra, ampliação da superfície cultivada. Entretanto a renda diferencial era objetivamente apenas o resultado da produtividade diferente de capitais iguais, aplicados em terras. No entanto, agora ao tratarmos da renda diferencial II devemos procurar explicar a diferença que se origina se quantidades desiguais de capital (de produtividade diversa), foram aplicados sucessivamente no mesmo terreno, portanto uma situação contrária ao primeiro caso de renda diferencial (92).

Antes de falarmos da renda diferencial II em particular torna-se importante lembrar dois pontos como o faz Marx:

“ Primeiro: A base e o ponto de partida, no domínio histórico ou considerando-se o provocamento dela em cada época particular, e a renda diferencial I, isto é, o cultivo simultâneo, paralelo de vários tipos de solo com fertilidade e localização diversas; por conseguinte, o emprego simultâneo paralelo, de partes distintas da totalidade do capital agrícola em áreas de qualidade diferente.

Antes de mais nada está a assertiva de que a renda diferencial I é o fundamento histórico donde se parte. Demais, o movimento da renda II em cada momento histórico dado só se efetua num domínio que por sua vez constitui a base diversificada da renda diferencial I.

Segundo: Na renda diferencial II, à diferença na fertilidade acresce as desigualdades na maneira como se reparte entre os arrendatários o capital (e a capacidade de crédito) ”. (93) (Sem grifo no original)

QUADRO 3

Exemplo I

Natureza do Terreno	Feijão produzido (sacas)	Preços Custo \$	Taxa de Lucro	Preço de produção particular \$	Preço no Mercado		Renda Fundiária
					Por Produto	Sacas do total	
A	1100	160.000	25%	200.000	200,00	220.000	20.000
B	1000	160.000	25%	200.000	200.00	200.000	0

Exemplo II

A	1100	160.000	25%	200.000	181,81	200.000	0
B'	1200	170.000	25%	212.500	181,81	218.172	5.672

Assim na essência a renda diferencial II é representada pelo lucro extraordinário advindo do ganho adicional obtido pela aplicação de mais trabalho, em suma, mais capital (despesas com salário, com instrumentos, com fertilizantes, etc.) fazendo com que esse terreno, ganhe mais ainda se comparado com um terreno pior. Para melhor ilustrar este tipo de renda diferencial, apresentamos o Quadro 3 onde deparando com o Exemplo I temos o terreno A gerando uma renda de Cr\$ 20.000, em que a fertilidade natural prevalece. Já no Exemplo II temos o terreno B agora B' recebendo um maior incremento de capital, que redundou num aumento de produtividade fazendo com que agora esse terreno B' passe a ter ele uma renda fundiária de Cr\$ 5.672,00.

Todavia, se podemos a partir das colocações anteriores ter uma idéia mais precisa do que é a renda diferencial e quais são suas causas, um ponto ainda persiste obscuro, a quem beneficia esta renda. Sobre isso deve-se lembrar que na indústria o lucro extraordinário auferido pelo capitalista é ganho acima do lucro médio, podendo, pois, embolsá-lo, mesmo que não seja o inventor do equipamento que lhe permite produzir com um preço de produção particular abaixo do preço de produção geral. Já com relação á agricultura a situação pode diferir um pouco e essa diferença é a essência das particularidades da renda da terra.

Se o agricultor capitalista é também o proprietário fundiário, o lucro extraordinário obtido quer pela renda diferencial I, quer pela renda diferencial II é o seu, o que lhe garante um aumento do lucro, podendo gerar por isso uma falsa impressão de que o lucro em determinada atividade seja mais vantajoso que em outra. Obviamente, trata-se de erro na compreensão das causas do lucro extraordinário.

Já, se o agricultor capitalista e o proprietário fundiário forem pessoas diferentes, ou seja, se o capitalista é um arrendatário de um terreno alugado pelo proprietário fundiário, o lucro extraordinário, ou seja, a renda territorial vai total ou parcial, para esse proprietário e na forma de renda fundiária que passa nesse momento a constituir-se:

“ ... na realização econômica da propriedade fundiária, da ficção jurídica em virtude da qual diferentes indivíduos detêm com exclusividade determinadas parcelas do globo terrestre...”. (94)

Sobre essa questão Kautsky afirma:

“O solo não é multiplicável nem transmissível ao talante dos homens. O agricultor que não é proprietário fundiário não pode cultivar sem a permissão da pessoa que o é. Para obter tal permissão, tem de ceder-lhe o seu lucro extraordinário, a sua renda territorial. Contudo, o proprietário territorial só obterá geralmente do arrendatário (ao menos quando este cultiva segundo as leis de exploração capitalista, o que admitimos aqui por hipótese), apenas esse lucro extraordinário se o capitalista não encontra meios de conseguir o seu lucro usual (taxa de lucro médio) ele renunciará ao negócio e o dono da terra ficará sem arrendatário. Se, ao contrário, o aluguel é inferior a renda territorial uma parte do lucro extraordinário realizado vai para as mãos do arrendatário, realizando este um lucro superior ao lucro médio. A concorrência será assim atraída para esse lado, e ela fará subir o arrendamento”. (95) (Sem grifo no original)

Essas proposições nos levam a ter que pensar mais cuidadosamente a renda territorial absoluta, uma vez que esse monopólio do proprietário territorial pode existir mesmo para pior terreno, ou seja, aquele que não produz renda diferencial, e para isso basta que os preços comerciais das mercadorias produzidas pela produção capitalista fossem determinados diretamente pelos seus valores, e não pelo seu preço de produção. Isso só é possível como o monopólio da propriedade territorial, sendo as condições favoráveis (em termos de estar em condições de gerar renda diferencial) para que tal aconteça. Mas dizíamos atrás que o pior terreno, ou seja, aquele que não proporciona renda diferencial pode também pagar renda, e isso é possível, porque onde todo proprietário territorial obtém renda, o proprietário do pior terreno também reivindica sua parte. E para que isso aconteça ele só permite a utilização de seu terreno no momento em que os preços das mercadorias ultrapassam o seu preço de produção, podendo dessa forma, obter, um lucro extraordinário. (96)

Marx, ao estudar as leis desse tipo de renda – a territorial absoluta – utiliza um conceito importante que é o preço do monopólio – aquele determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, sem depender do valor dos produtos ou do preço geral de produção. (97).

Sobre a questão da renda territorial absoluta Kautsky afirma:

“ Como modo preço de monopólio, o preço dos gêneros, determinado pelo privilégio da propriedade territorial, pode elevar-se acima do valor desses gêneros. A proporção de tal aumento só depende do campo de ação em que as leis da concorrência continuam a manifestar-se, dentro dos limites do monopólio. As causas determinantes no caso, são a concorrência dos proprietários fundiários entre si, a concorrência do exterior, o excedente de capital que aflui, sob a influência da alta dos preços, para o solo melhor, e lhe amplia a produção, enfim – e trata-se do fator mais importante – o poder de compra da população. Quando mais se elevam os preços dos gêneros, tanto

mais se retrai o círculo dos consumidores, tanto mais cresce o número dos que não podem alcançar tais preços, e se vêem obrigados a limitações. Disso resulta fatalmente que a procura de sucedâneos aumenta e tende a suscitar a sua produção. Se, por tais meios a massa da população ainda não é abastecida de gêneros em quantidade suficiente, seguir-se-á por fim um aumento da emigração e da mortalidade, isto é, uma diminuição do número de habitantes. Os senhores proprietários territoriais não podem, pois, fixar arbitrariamente o montante da renda fundiária absoluta. Dela retiram, porém, o máximo possível. (98)

Assim sendo, como o pior terreno dá renda territorial absoluta, todos os demais terrenos obviamente, também darão. Para ilustrar esse raciocínio utilizaremos o Quadro 4.

QUADRO 4

Natureza do Terreno	Produção de Arroz (sacas)	Preço de produção por saca \$		Preço no mercado p/ sacas \$	Renda Diferencial \$	Renda Territorial absoluta \$	Renda Total
		Individual	I Geral				
A	1100	181,81	250,00	300,00	75.000	55.000	130.000
B	1000	200,00	250,00	300,00	50.000	50.000	100.000
C	800	250,00	250,00	300,00	0	40.000	40.000

Repetimos para este caso o exemplo 2 do Quadro 1, onde, principalmente o terreno C, ou seja, o pior solo, não produzia renda diferencial. Entretanto, agora em nosso exemplo alterar-se-á o preço do mercado, ou seja, ele estará acima do preço de produção geral. Neste caso, os fatos que se evidenciam são: surge a renda territorial absoluta para todos os terrenos, inclusive para o C, Cr\$ 40.000,00 que não produz renda diferencial, ao passo que, os demais A e B, terão suas rendas acrescidas ou seja, terão respectivamente Cr\$ 55.000,00 e Cr\$ 50.000,00 de renda territorial absoluta, que acrescidas às rendas diferenciais respectivamente Cr\$ 75.000,00 e Cr\$ 50.000,00, passarão a receber uma renda global de Cr\$ 130.000,00 para o terreno A e Cr\$ 100.000,00 para o terreno B. Dessa forma mesmo o pior solo passa a produzir renda territorial (absoluta) pois, “onde um ganha renda todos

querem ganhar.”

Assim, para que uma pessoa receba renda territorial, é necessário que possua o título de proprietário fundiário, tendo-o, ela está capacitada a receber a renda fundiária, proveniente, portanto do monopólio. Dessa forma na produção capitalista é importante distinguir as duas partes da renda fundiária, e Kautsky muito bem o faz:

“Na medida em que a renda territorial é renda diferencial, ela resulta da concorrência, na medida em que é renda absoluta, ela resulta do monopólio. Se fica com o proprietário fundiário, não implica, tanto num caso quanto no outro em quaisquer funções sociais. Ela decorre exclusivamente da propriedade individual do solo. ”

Na prática, não se distinguem as duas partes da renda territorial. Não se pode determinar qual é a proporção da renda diferencial, e qual a da renda absoluta. Ordinariamente a essas duas partes da renda fundiária ainda se mistura a juro do capital adiantado, pelo proprietário territorial, para despesas especiais. Quando este último é ao mesmo tempo agricultor a renda territorial aparece como uma parte do lucro da exploração agrícola.

Convém, contudo, que se distinga em essência as duas espécies da renda. A renda diferencial resulta do caráter capitalista da produção, e não da propriedade privada do solo. Ela subsistiria se o solo fosse nacionalizado como o desejam alguns partidários da reforma agrária, sob a condição de conservar-se a forma capitalista da exploração agrícola. Ela apenas não reverteria mais em benefício de particulares, mas da coletividade. A renda territorial absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. A nacionalização do solo suprimi-la-ia, reduzindo o preço dos produtos agrícolas.

Com efeito é esta a segunda distinção entre renda diferencial e a renda absoluta – a primeira não constitui um fator que determine os preços dos produtos agrícolas, como a última. A primeira resulta dos preços de produção. A última provém do desvio entre os preços do mercado e os preços de produção. A primeira é constituída pelo excedente, pelo lucro extraordinário que o trabalho

num solo melhor, ou de situação mais favorável, proporciona. A última, pelo contrário, não resulta da mais-valia realizada por certos serviços agrícolas. Ela só é possível, pois, mediante um desconto feito pelo proprietário territorial sobre os valores existentes, um desconto sobre a massa da mais-valia, uma diminuição, portanto do lucro, ou um desconto sobre o salário. Se os preços dos gêneros e os salários aumentam ao mesmo tempo, o lucro do capital diminui. Se os preços dos gêneros aumentam sem que se verifique uma alta proporcional de salários, as vítimas serão os operários.” (99). (Sem grifo no original)

Entretanto é importante destacar que, a renda territorial absoluta, não pode crescer ilimitadamente, acentuando cada vez mais o caráter do monopólio que a propriedade territorial possui, pois que se isso ocorresse tornar-se-ia inviável a produção capitalista na agricultura, e tal fato historicamente é explicado de um lado pela ampliação das áreas de cultivo em todo o globo e por outra a própria pressão do proletariado, da mesma forma pela pressão dos próprios capitalistas industriais, que viam na alta dos alimentos um dos elementos que geravam a necessidade de altas nos salários. E tal situação gerou uma baixa na renda da terra na Europa que, entretanto, provocou uma crise crônica na agricultura exatamente naquelas áreas onde o proprietário fundiário e o agricultor são uma mesma e única pessoa, pois que, dessa forma todo o prejuízo recai sobre a agricultura. E segundo Kautsky, este fato, ocorre mesmo onde as rendas fundiárias se vinculam ao preço do solo. Esse fato leva-nos a necessidade de compreender o conceito de preço do solo:

“ Sob o regime da propriedade privada do solo e da produção de mercadorias na agricultura, tornam-se mercadorias as próprias parcelas de terra. Quando os meios de produção se tornaram capital, foi se levado a considerar o solo, também, como um capital. Ele não é, por mais que se lhe dê continuamente o nome de capital, isso não se enriquece de um tostão o proprietário territorial. Sem dúvida, a sua terra se tornou uma mercadoria, que possui um preço e um valor comercial determinados. Mas esse valor obedece a leis diversas das que

regulam o valor comercial comum. O solo não constitui uma elaboração do trabalho humano: o seu preço não é portanto, determinado pelo trabalho necessário a sua produção. Muito menos pelas despesas de produção. Ele é determinado pela renda territorial. Na sociedade capitalista, o valor de uma parcela de chão ou de um bem se assemelha ao valor de um capital cujo rendimento fosse igual ao montante da renda fundiária do solo em apreço. O valor desse capital é o valor comercial da terra. Este é, pois determinado de um lado pelo montante da renda fundiária de outro pela taxa usual de juro (Taxa média) ”. (100). (Sem grifo no original)

Como já tratamos da renda fundiária, mister se faz que tratemos ainda que rapidamente da taxa média de juro. O juro do capital é a parte do lucro que o capitalista pode realizar apenas e tão somente por possuir o direito de propriedade sobre o mesmo, não tendo, pois que intervir diretamente na indústria ou no comércio como um empresário. Ou por outras palavras, poderíamos dizer que um proprietário capitalista que coloque seu dinheiro a disposição de um empresário, recebe por isso uma parte do lucro desse empresário, esta fração do lucro é, pois, o juro do capital.

Assim, as taxas de juros, tendem, na mesma forma que as taxas de lucro, a igualar-se, porém a equalização das taxas de juro se dão muito mais rapidamente que as taxas de lucro, pois que, para que ocorra um nivelamento na taxa de lucro é necessário que ocorra uma transformação em toda organização econômica de um país. Já com relação as taxas de juros do capital-dinheiro, a sua, equalização deve-se sobretudo ao mercado de capitais. Por exemplo, se uma ação é comprada por Cr\$ 5,00 e recebe quando da distribuição de dividendos Cr\$ 0,25, desde que a taxa de juro corrente seja de 2,5% ela poderá ser vendida por Cr\$ 10,00, independente do que seja o valor dos meios de produção que ela representa.

É esse raciocínio que se emprega para o

preço do solo, ou seja, fixa-se seu valor através do montante da renda territorial que fornece ao seu proprietário. Dessa maneira o preço do solo é assim calculado: o quantum da renda fundiária corresponde a taxa de juro médio, para saber o seu total é apenas necessário saber-se quanto é o 100% desta operação. Exemplificando-se: um hectare fornece de renda fundiária Cr\$ 1.000,00 e se a taxa média de juro é de 2,5% o preço desse hectare é de Cr\$ 40.000,00.

Mas o preço do solo, tem comportamento quanto as altas ou baixas nas taxas de juro, diferente do capital-dinheiro, pois que, quando ocorre uma alta recebe-se mais como taxa de juro sem, entretanto, conhecer-se um aumento do montante do capital-dinheiro, o inverso ocorreria com uma queda na taxa de juro. Já com relação ao preço do solo o mecanismo é inverso, pois quando ocorre uma alta nas taxas de juro, isso equivale à queda do preço do solo. O contrário ocorre quando há uma baixa na taxa de juro, o preço do solo aumenta. Exemplificando: o mesmo hectare de terra do exemplo anterior que rendia Cr\$ 1.000,00 de renda fundiária caso conhecesse um aumento na taxa de juro médio de 2,5% para 4% passaria a ter um preço de Cr\$ 25.000,00, enquanto que na situação anterior valia Cr\$ 40.000,00. Mas ao contrário se a taxa de juro caísse para 2%, passaria a valer Cr\$ 50.000,00.

Dessa forma pode-se afirmar que a alta na taxa de juro provoca a queda no valor comercial do solo enquanto que as baixas na taxa de juro provocam um aumento no valor comercial do solo. (101).

Já quando ocorre a aplicação de capital no solo, Kautsky, afirma:

“Sem duvida, é possível que haja também capital colocado no solo. É o que acontece freqüentemente nos países capitalistas. Mas a observação não faz mais do que complicar o exemplo, sem modificá-lo na essência. Verifica-se, então que a parte da mais-valia agrícola que fica com o proprietário territorial

compreende não apenas a renda fundiária, mas ainda o juro do capital. O preço do solo compreende, além da renda fundiária capitalista, o juro capitalizado, o que vem a ser, com efeito, nos casos normais o próprio capital. ” (102).

No entanto não é apenas o juro do capital que pode explicar o preço do solo, uma vez que quando a produção capitalista está desenvolvida, como afirma Kautsky, K. (103), mesmo a terra sem nenhuma aplicação de capital, ou seja, a terra ainda não ocupada tem também um preço.

“ É esta a segunda diferença entre o solo e o capital. O valor efetivo de um capital-dinheiro mede-se no mercado de capital pelo juro que ele realmente dá. O preço de um pedaço da terra mede-se pela renda fundiária que pode dar. Há ainda uma terceira diferença: os meios de produção criados pelo trabalho humano se desgastam (física e moralmente) moralmente se desgastam por novas descobertas) e cedo ou tarde deixam de existir. Precisam ser constantemente renovadas. O solo, ao contrário, é indestrutível e eterno – ao menos em relação à sociedade humana. ” (104) (Sem grifo no original)

Tais colocações levam-nos a não definir o solo como um capital. Se assim procedermos estaremos escondendo todas essas diferenças. Isso também nos faz lembrar que os terrenos das cidades também dão renda fundiárias. Assim, os terrenos em que se assentam as casas ou os prédios como propriedade de alguma pessoa denomina-se capital-solo, mas nem por isso pode-se dizer que o proprietário territorial seja um capitalista. Dentro desse raciocínio para se determinar o preço de uma propriedade é preciso levar em conta, além da renda fundiária outros fatores. Neste particular também Kautsky é bastante claro:

Há ao lado do “capital fundiário”, isto é, ao lado da renda fundiária capitalista, o capital realmente adiantado para a exploração agrícola: construções, trabalhos, animais vivos e ferramentas. O valor mercantil desse capital é calculado segundo os preços de produção (deduzindo o desgaste). Mas um domínio pode compreender igualmente instalações de luxo. É esta a regra na

grande propriedade. Tais benfeitorias que nada tem de comum com a produção, aumentam naturalmente o preço do imóvel, sem aumentar-lhe a renda territorial. Quanto mais elevado for o preço dessas instalações de luxo, tanto mais o juro do capital fundiário parecerá fraco dado que aquele esteja incluído nesse capital”. (105) (Sem grifo no original)

Esse procedimento pode melhor ser compreendido com o exemplo que se segue: se uma fazenda que fornece uma renda fundiária de Cr\$ 50.000,00, e sendo de 2,5% a taxa de juro seu preço será de Cr\$ 2.000.000,00; mas se o proprietário constrói aí uma mansão e com sítio gasta Cr\$ 1.000.000,00 ele calculará no mínimo o valor comercial do imóvel em Cr\$ 3.000.000,00, entretanto desse preço resulta que o juro do capital fundiário só será de 1,66% ou seja, bem abaixo do juro médio. Tal fato, no entanto, não implica na afirmação que o juro oferecido pelo capital fundiário seja baixo. E se esse fato persiste é porque o proprietário junta ao preço do solo, vantagens materiais e morais como o exemplo da casa de campo ou outras vantagens para o consumo pessoal.

Entretanto, é necessário que se esclareça que:

“... todas essas transações não fazem do proprietário territorial – como proprietário territorial – um capitalista. Uma pessoa pode naturalmente ser ao mesmo tempo proprietário territorial e capitalista, mas isto é outro caso. A venda e a compra fazem da propriedade fundiária uma colocação capitalista, mas não um capital. O proprietário fundiário pode, sem dúvida, vender a sua terra e assim tornar-se capitalista. Mas no momento em que tal coisa se verifica, deixa de ser proprietário fundiário. Inversamente, o capitalista que gasta todo o seu dinheiro na compra de uma terra, deixa de ser capitalista no momento em que se torna proprietário fundiário. O proprietário fundiário não é um capitalista. “ (106).

Essa questão é importante na produção capitalista, pois que, com o crédito fundiário, ou seja, o crédito sobre

hipoteca, o proprietário territorial ao hipotecar suas terras pode obter o empréstimo que lhe permitirá comprar os melhoramentos que necessita: máquinas, adubos, etc. Assim procedendo ele não estará, ao hipotecar, nada mais, que empenhando sua renda fundiária, o que coloca o sistema hipotecário na mesma posição que o sistema capitalista de arrendamento:

“O sistema hipotecário é menos claro e simples, mas no fundo se reduz a mesma coisa. Aqui ainda reencontramos a distinção entre o proprietário territorial e o empresário, escondida, é verdade, sob formas jurídicas particulares. A renda fundiária, que, no sistema de arrendamento, fica com o proprietário territorial, reverte, no sistema hipotecário, em benefício do credor. Este é o detentor da renda fundiária, e por conseguinte o verdadeiro dono do solo. O proprietário nominal, ao contrário, é na realidade um empresário capitalista. Ele percebe o ganho de empresário e a renda territorial. Mas esta ele a restitui sob a forma de juros hipotecários. Se sua empresa malogra, se não pode pagar a renda territorial que deve, ver-se-á compelido a abandonar sua pretensa propriedade da mesma maneira que o arrendatário, que não paga o seu aluguel, deve abandonar o seu arrendamento. E mais o credor hipotecário tem mesmo frequentemente direito de expulsar um agricultor. Rescinde no caso o contrato hipotecário, assim como o proprietário territorial pode rescindir o contrato de arrendamento. A única diferença entre o sistema de arrendamento e o sistema hipotecário está em que, no segundo caso, o proprietário real tem o nome de capitalista e o empresário capitalista real, o de proprietário fundiário.” (107).

Se levarmos em conta apenas estas colocações feitas por Kautsky, fica-se com a impressão de que os dois sistemas o do arrendamento e hipotecário são semelhantes, mas ele próprio, procura aclarar as diferenças existentes entre eles. A mais importante é que a variação do arrendamento corresponde às variações da renda territorial, ao passo que o mesmo não ocorre com as hipotecas que têm as oscilações de juro hipotecário explicada pelo juro do capital que obedece a leis diversas.

Além desses dois sistemas, temos no modo capitalista de produção também a seguinte combinação: o proprietário da terra é ao mesmo tempo um capitalista. Isto implica em ter que dizer que além de possuir a propriedade, ele possui bastante dinheiro para organizar com seus próprios meios uma exploração capitalista, podendo assim arrecadar, além do ganho como empresário toda a renda fundiária.

Feitas estas colocações sobre a renda fundiária é importante que, para concluir esta parte, tratemos das formas da renda fundiária. A primeira delas é a renda em trabalho que consiste segundo Marx, na forma mais simples de renda fundiária:

“... durante parte da semana, o produtor direto com os instrumentos (arado, animais, etc.) que lhe pertencem de fato ou de direito, lavra o terreno de que dispõe de fato e, nos outros dias da semana, trabalha nas terras do solar senhorial, para o proprietário das terras, gratuitamente. Aí, a coisa ainda está meridianamente clara – renda e mais-valia se identificam. Aí a forma em que se expressa o trabalho excedente não-pago é a renda e não o lucro.” (108).

Como pode-se observar a renda em trabalho coincide com a mais-valia, tornando-se assim esta a forma original da mais-valia. Marx, continua: -

“Além disso, a coincidência da mais-valia com trabalho alheio não pago dispensa aí análise pois existe em forma visível, palpável, pois o trabalho que o produtor direto efetua para si mesmo se distingue, no tempo e no espaço, do que executa para o senhor das terras e que aparece diretamente na forma brutal de trabalho sob coação para terceiro. E a “propriedade” que possui terra de dar renda é mistério que aí dissolve em claridade meridiana, pois a natureza que fornece a renda abrange também a força humana de trabalho vinculada à gleba e a relação de propriedade que força o dono dessa força a usá-la e a empregá-la além do necessário para satisfazer suas próprias necessidades indispensáveis. A renda resulta diretamente de o senhor da terra apropriar-se desse dispêndio excedente da força de trabalho e o produtor imediato não lhe paga outra renda.

Aí mais-valia e a renda são idênticas, a mais-valia aparece ainda palpável na forma de trabalho excedente, sendo evidentes as condições naturais ou os limites da renda por serem os do próprio trabalho excedente. É mister que o produtor imediato 1) possua força de trabalho bastante 2) que as condições naturais do trabalho, sobretudo a fecundidade da terra cultivada, sejam suficientes em suma, que a produtividade natural do trabalho baste para lhe possibilitar trabalho excedente, isto é, acima do necessário para satisfazer as indispensáveis necessidades próprias. Essa possibilidade não gera rendas, que se torna realidade mediante a coerção. ” (109)

Assim torna-se importante verificar que é mediante a coerção que o trabalho excedente se torna renda em trabalho. E essa coerção surge com base nas relações de propriedade:

“Demais, é claro que me todas as formas em que o produtor direto “possui” os meios de trabalho e os meios de produção necessários para gerar os próprios meios de subsistência, a relação de propriedade surge simultânea e fatalmente como relação direta de domínio e servidão, aparecendo o produtor imediato como servo. Essa dependência pode reduzir-se, indo da servidão com corvéia para a mera obrigação de pagar um tributo. ” (110)

Portanto, essa situação cristaliza a trabalho excedente não pago para o “proprietário” das condições de produção, entretanto, quando os camponeses possuem todos os meios de produção e também lhe é extorquida a renda em trabalho Marx, afirma que:

“Nessas condições, o senhor só lhe pode extrair o trabalho excedente mediante coerção extra-econômica, qualquer que seja a forma que esta assuma. ” (111)

Já quando se trata da renda em produtos, a segunda forma de renda fundiária, deve-se lembrar que esta nada altera sob o aspecto econômico – a renda em trabalho convertida em renda em produto – a própria essência da renda fundiária. Sobre essa forma de renda Marx afirma:

“ ... essa essência consiste em ser a renda fundiária a única forma dominante e normal da mais-valia ou do trabalho excedente, ou, dito de outro modo o único trabalho excedente ou o único produto excedente que o produtor imediato, na posse das condições de trabalho necessários à própria reprodução, deve fornecer ao proprietário da terra. Nesse estágio, a terra é a condição de trabalho que tudo engloba. Demais só a terra defronta o produtor direto de maneira autônoma, como condição de trabalho que de direito pertence a outrem, personificada no respectivo proprietário. Quando a renda em produtos é a forma dominante e mais difundida da renda fundiária, acompanham-na sempre em maior ou menor grau, sobrevivências da forma anterior – a renda a pagar diretamente em trabalho, a corvéia -, e tanto faz que o senhor das terras seja um particular ou o Estado. A renda em produtos supõe estágio cultural superior do produtor imediato, nível mais alto de desenvolvimento de seu trabalho e da sociedade em geral, distinguindo-se da forma anterior porque o trabalho excedente não deve mais prestar-se de maneira natural, sob a vigilância e coação diretas do senhor da terra ou de seu representante, ao contrário, por força das circunstâncias e não por coação direta, compelindo-se a lei em vez de o açoite, deve o produtor imediato efetuar o trabalho excedente, responsabilizando-se ele mesmo pela execução. Torna-se então evidente a regra: a produção excedente, no sentido de produção acima das necessidades indispensáveis do produtor imediato, efetua-se em área que lhe pertence de fato, no solo que ele mesmo explora, e não mais, como antes, nas terras do solar senhorial, separadas e ao lado da sua. Nessas condições emprega mais ou menos a seu critério o tempo inteiro de trabalho embora parte dela – na origem, a parte que excede às necessidades indispensáveis, toda ou quase toda – continua a pertencer gratuitamente ao proprietário da terra. A única diferença é que não mais a recebe diretamente na própria forma natural de produto em que ele se corporifica. ” (112).

Evidente que esse tipo de renda a diferença fundamental em relação a renda em trabalho é que primeiro o produtor não mais é compelido pela coerção do açoite para ceder sua produção excedente, o que dá na mesma, seu trabalho excedente. Como esse tipo de renda pressupõe um nível mais alto da sociedade em geral, é

através das leis, emanadas da supra-estrutura que a “cessão” do produto excedente se dá. Em segundo lugar, é o próprio produtor imediato que se incumbe da produção em suas próprias terras (posse) ficando reservado por lei, a necessidade de que o produtor imediato pague a renda em produto ao proprietário da principal condição de produção – a terra - que por direito pertence a outrem.

A terceira forma de renda fundiária, ou seja, a renda em dinheiro, difere em parte da renda baseada no modo de produção capitalista. Sobre ela Marx afirma:

“ Aqui, a renda em dinheiro significa a renda fundiária resultante de simples metamorfose da renda em produtos por sua vez oriunda de transformação da renda em trabalho. Com este significado distingue-se da renda fundiária comercial ou industrial baseada no modo capitalista de produção e que constitui apenas um excesso sobre o lucro médio. O produtor imediato em vez de entregar o produto ao proprietário da terra, que pode ser o Estado ou um particular, paga-lhe o correspondente preço. Assim, não basta mais produto excedente na forma natural, é mister que ele deixe essa forma, assumindo a forma de dinheiro. O produtor direto, embora produza como dantes pelo menos a maior parte dos próprios meios de subsistência, tem agora de converter parte do produto em mercadoria, de produzi-lo como tal.

Em conseqüência muda de caráter em maior ou menor grau o modo de produção. Perde a independência e não se isola mais do conjunto das relações sociais. Dos custos de produção, a proporção constituída de desembolsos variáveis em dinheiro passa a ser decisiva, em toda o caso, agora é fator determinante o excedente que a parte, a converter-se em dinheiro, do produto bruto forma em relação à parte que tem de servir de meio de reprodução e de meio de subsistência imediato. Entretanto, o fundamento dessa espécie de renda, embora ela tenda a dissolver-se, continua sendo o mesmo da renda em produtos, que constitui o ponto de partida. Como dantes, o produtor direto está na posse da terra, por herança ou tradição, e coercitivamente tem de fornecer ao senhor dela, o proprietário do meio de produção mais essencial, trabalho excedente, não pago, sem contraprestação equivalente, na forma de produto

excedente convertido em dinheiro. Nas formas anteriores de renda, os meios de trabalho que não a terra, os instrumentos agrícolas e outros bens móveis já se tinham tornado propriedade dos produtores imediatos, primeiro de fato e depois de direito, o que é mais verdadeiro ainda para a renda em dinheiro. A transformação da renda em produto em renda-dinheiro, primeiro esporádica, depois em escala, mais ou menos – nacional – supõe desenvolvimento já considerável do comércio, da indústria urbana, da produção mercantil em geral e por conseguinte da circulação monetária. Requer ainda que os produtos tenham preço de mercado e sejam vendidos aproximadamente pelo valor, o que de modo algum precisa ocorrer nas formas anteriores.” (113)

Assim a renda em dinheiro passa a se constituir na última forma de renda, como foi colocado de início (renda fundiária como forma normal da mais-valia e do trabalho excedente não pago devido ao proprietário das condições de produção) e, portanto, passa a se constituir, também, na forma de dissolução dessa espécie de renda. Como é notório essa forma de renda como as anteriores, não constitui excedente sobre o lucro, e sim por definição absorve-o:

“Quando ele (o lucro) surge de fato ao lado dela, configurando fração especial do trabalho excedente, a renda-dinheiro continua sendo, como o eram as formas anteriores, o limite normal desse lucro embrionário que só tem força para desenvolver-se na medida em que é possível explorar trabalho próprio e alheio que sobe após a prestação do trabalho excedente representado na renda-dinheiro. Assim, aparecendo realmente lucro ao lado dessa renda, não é o lucro que limita a renda, mas, ao contrário, é a renda que limita, o lucro. Mas, conforme já vimos, a renda em dinheiro é ao mesmo tempo, a forma de dissolução da renda fundiária estudada até agora e que de imediato coincide com a mais-valia e com o trabalho excedente, sendo a forma normal e dominante da mais-valia. Se abstraímos das formas intermediárias, como por exemplo a do pequeno camponês arrendatário, a renda em dinheiro, em seu desenvolvimento ulterior, deve tornar a tornar a terra propriedade camponesa livre ou chegar à forma do modo capitalista de produção, à renda que é paga pelo arrendatário capitalista.” (114) .

Com a renda em dinheiro passa a ocorrer transformações nas relações tradicionais entre o subordinado que trabalha o solo e o proprietário da terra, que agora passam a ser relações puramente monetárias, contratuais, que tem seu amparo nas regras do direito (superestrutura), daí a transformação do produtor imediato, que possui e trabalha a terra, em um mero arrendatário. Esse processo de transformação pode significar, e significou historicamente, o propósito do proprietário em despedir os antigos possuidores e cultivadores da terra, para substituí-los pelos arrendatários capitalistas.

Outro conceito que parece-nos ser de grande valia no desenvolvimento de nosso trabalho é o sistema de parceria. E sobre ele Marx afirma:

“ Pode ser considerado forma transitória entre a primitiva forma de renda e a capitalista, o sistema de parceria ou de repartição dos frutos da exploração no qual o agricultor (arrendatário) emprega, além de trabalho próprio ou alheio, parte do capital operante, e o proprietário fornece, além da terra, a outra parte desse capital (gado por exemplo), sendo o produto dividido entre ambos em determinadas proporções que variam segundo os países. Aí falta ao arrendatário capital bastante para a plena exploração capitalista, enquanto o que o que toca ao proprietário da terra, sem ser a renda na forma pura, pode conter juro pelo capital que ele adiantou e, em suplemento, renda. Além disso, pode absorver de fato o trabalho excedente todo do arrendatário ou a esse permitir maior ou menor participação nele. O essencial, porém, é que a renda então não se apresenta mais como a forma normal da mais-valia. O agricultor, emprega apenas trabalho próprio ou também alheio, presumivelmente exigirá – além do que lhe cabe na qualidade de trabalhador – uma fração do produto, por possuir parte do instrumental de trabalho e por ser capitalista de si mesmo. O proprietário da terra, por sua vez, reivindica participação por ter a propriedade da terra e ainda por ter emprestado capital”. (115)

Também, sobre a pequena propriedade camponesa é mister que desvendemos como a renda fundiária vai

aparecer:

“ O camponês aí é proprietário livre da terra, que se patenteia instrumento principal de produção, o indispensável campo de ação de seu trabalho e de seu capital. Nessa forma não se paga arrendamento; a renda não aparece como forma particular da mais-valia, embora, em países onde se tenha desenvolvido o modo capitalista de produção, se apresente como lucro suplementar, tomando-se por termo de comparação os outros ramos de produção, mas lucro suplementar que pertence ao camponês a quem cabe o rendimento todo do trabalho. Essa forma de propriedade fundiária, como as formas mais antigas, supõe que a população rural seja muito maior que a urbana, portanto que o modo capitalista de produção embora reine no resto da economia, é relativamente pouco desenvolvido e que nos demais ramos de produção é bastante limitada a concentração dos capitais, que predominantemente se encontram dispersos. Então, é natural que parte preponderante do produto rural entre no consumo do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediato, e que apenas o excedente na forma de mercadoria se comerce com as cidades. Como quer que se forme o preço médio de mercado dos produtos agrícolas, a renda diferencial, a sobra que o preço deixa para as mercadorias obtidas nos terrenos melhores ou melhor situados, é aí patente como no modo capitalista de produção mesmo quando essa forma surge em estádios sociais onde não se gerou ainda preço geral de mercado, essa renda diferencial existe, aparecendo então no produto excedente suplementar. Mas, vai para as mãos do camponês que trabalha em condições naturais mais favoráveis. ” (116).

Embora essas condições em princípio favorecem esse tipo de trabalhador-proprietário, ela encontra na dinâmica própria de desenvolvimento a sua própria destruição:

“ A propriedade livre do próprio cultivador da terra é sem dúvida a forma mais normal da propriedade fundiária para a pequena exploração agrícola, isto é, para um modo de produção em que a posse da terra é condição para o trabalhador apropriar-se do produto do trabalho próprio e em que o agricultor, seja livre ou subordinado, tem de produzir com sua família, como trabalhador isolado e independente, os meios de subsistência próprios. A propriedade da

terra é tão necessária para o pleno desenvolvimento desse modo de exploração quanto a propriedade do instrumental, para o livre desenvolvimento do artesanato. Serve aí de base para o desenvolvimento da independência pessoal. Constitui estágio necessário do desenvolvimento da agricultura. Vemos os limites dela nas causas que a arruinam. Essas causas são: extermínio da indústria camponesa doméstica, complemento normal dela, em virtude do desenvolvimento da grande indústria; empobrecimento progressivo e esgotamento do solo submetido a esse tipo de agricultura, usurpação pelos grandes proprietários de terras da propriedade comum que por toda parte constitui o segundo complemento da economia parcelaria, sem o qual não lhe é possível a criação de gado; concorrência da agricultura em grande escala da empresa capitalista ou das plantações coloniais. Adicionam-se a essas causas os melhoramentos introduzidos na agricultura que contribuem para baixar os preços dos produtos agrícolas ou exigem desembolsos maiores e condições matérias de produção mais avultadas.

Por natureza, a propriedade parcelaria exclui o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, as formas sociais de trabalho, a concentração social dos capitais, a pecuária em grande escala, a aplicação progressiva da ciência.

A usura e o sistema tributário necessariamente a arruinam por toda parte. Deixa-se de empregar na agricultura o capital que se desembolsa para comprar a terra. Os meios de produção se dispersam ao máximo e os produtos ficam isolados. É imenso o desperdício de força humana. Piora progressiva das condições de produção e encarecimento dos meios de produção constituem lei necessária da pequena propriedade camponesa. Os anos de colheitas abundantes constituem desastre para esse modo de produção”. (117)

Mas, quer nos parecer que basta ver o processo de destruição da pequena propriedade na sua causa fundamental (interna), mas também todo o contexto, ou seja, o modo de produção dominante:

“A pequena propriedade fundiária gera uma classe até certo ponto à margem da sociedade e que combina toda a crueza das formas sociais primitivas com todos

os sofrimentos e todas as misérias dos países civilizados. A grande propriedade fundiária deteriora a força de trabalho no último refúgio onde se abriga sua energia natural e onde ela se acumula como fundo de reserva para renovar a força vital das nações: - no próprio campo. A grande indústria e a grande agricultura industrialmente empreendida atuam em conjunto. Se na origem se distinguem porque a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho, a força natural do homem, e a segunda, mais diretamente, a força natural do solo mais tarde, em seu desenvolvimento dão-se as mãos: o sistema industrial no campo passa debilitar também os trabalhadores e a indústria e o comércio, a proporcionar a agricultura os meios de esgotar a terra “. (118).

Assim, procuramos levantar ainda que de forma mais sintética possível os conceitos que compõem o instrumental teórico para a análise das atividades agrícolas nas suas particularidades, para que possamos usá-los dentro dessa lógica na análise do nosso estudo.

Notas e bibliografia

1. Althusser, L. – “Apresentacion de Luis Althusser In “Los conceptos Elementales del materialismo histórico” de Harnecher, M. – Editora Siglio XXI – Buenos Aires – pág. 7 – Sexta edicion revisada e ampliada.
2. Harnecker, M. – Los conceptos Elementales del materialismo histórico” de Harnecher, M. – Editora Siglio XXI – Buenos Aires – pág. 14.
3. Harnecker, M. – obra citada – pág. 14.
4. Marx, K. – “O capital (crítica da Economia Política)” – ed. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro – 1971.
5. Lênin, W. I. – “El desarrollo Del Capitalismo em Rússia” – Editorial de Cartago – Buenos Aires – 1957.
6. Marx, K. – “O 18 Brumário de Luis Bonaparte” – Editora Escriba – São Paulo – 1868.
7. Marx, K. – “Prefácio da 2ª Edição de O Capital” – Ed. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro – 1971.
8. “Para Karl Marx só uma coisa importa: descobrir a lei dos fenômenos que ele pesquisa. Importa-lhe não apenas a lei que os rege, enquanto tem forma definida e os liga em uma relação observada em dado período histórico. O mais importante, de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Descoberta esta lei, investiga ele, em pormenor, os efeitos pelos quais ela se manifesta na vida social. Em consequência, todo o esforço de Marx visa demonstrar, através da escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens de relações sociais e, tanto quanto possível, verificar de maneira irrepreensível, os fatos que lhes servem de base e de ponto de partida. Para atingir seu objetivo, basta provar a necessidade da ordem atual, e ao mesmo tempo, a necessidade de outra ordem, na qual se transformará, inevitavelmente, a primeira, acreditem ou não os seres humanos, tenham ou não consciência da transformação. Marx, observa o movimento social como um processo histórico-natural, governado por leis independentes da vontade, da consciência e da das intenções dos seres humanos, e que, ao contrário, determinam a vontade, a consciência e as intenções... Se o elemento consciente desempenha papel tão subordinado na história da civilização, é claro que a investigação crítica da própria civilização não pode ter, por fundamento, as formas ou os produtos da consciência. O que lhe pode servir de ponto de partida, portanto, não é a idéia, mas, exclusivamente, o fenômeno externo. A inquirição crítica limitar-se-á a comparar, confrontar um fato, não com a idéia, mas com outro fato. O que lhe importa é que ambos os fatos se investiguem da maneira mais precisa, e que constituam, comparando-se um com o outro, forças diversas do desenvolvimento: mas, acima de tudo releva a essa inquirição que se estudem com não menos rigor, a série das ordens de relações, a seqüência e a ligação em que os estágios de desenvolvimento aparecem. Mas, dir-se-á, as leis econômicas são sempre as mesmas, sejam elas utilizadas no presente ou no passado. É isto que Marx contesta. Não existem, segundo ele, essas leis abstratas. Ao contrário, cada período histórico, na sua opinião, possui suas próprias leis. Outras leis começam a reger a vida quando ela passa de um estagio para outro, depois de ter vencido determinada etapa do desenvolvimento.

Em uma palavra, a vida econômica oferece-nos um fenômeno análogo ao da história da evolução em outro domínio, o da biologia ... Os velhos economistas não compreenderam a natureza das leis econômicas, porque as equiparavam às leis da física e da química... Uma análise mais profunda dos fenômenos demonstra que os organismos sociais se distinguem entre si de maneira tão fundamental como as diferentes espécies de organismos animais e vegetais.

E não somente isto, o mesmo fenômeno rege-se por leis inteiramente diversas em consequência da estrutura diferente daqueles organismos, da modificação de determinados órgãos, das condições diversas em que eles funcionam etc.

Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma em todos os tempos e em todos os lugares ... Afirma, ao contrário, que cada estágio de desenvolvimento tem uma lei própria de população. Com o desenvolvimento diferente das forças produtivas, mudam as relações sociais e as leis que as regem. Quando Marx, fixa, como seu propósito, pesquisar e esclarecer, desse ponto de vista, a ordem econômica capitalista, está ele apenas estabelecendo, com máximo rigor científico, o objetivo que deve ter qualquer investigação correta da vida econômica... O valor científico dessa pesquisa é patente: ela esclarece as leis especiais que regem o nascimento, a existência, o desenvolvimento, a morte de determinado organismo social, e sua substituição por outro d mais alto nível. E esse é o mérito do livro de Marx”. Ao retratar, fielmente, o que chama de meu verdadeiro método, pintando o emprego que a ele dei com cores benévolas, que faz o autor senão caracterizar o método dialético”? – Marx, K. – obra citada, pág. 14, 15 e 16.

9. Marx, K. – obra citada – pág. 16.

10. “Meu método dialético, por seu fundamento difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento, - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia, - é o criador do real, e o real, é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transportado para a cabeça do ser humano e por ela interpretada”.

Critiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação, há quase 30 anos, quando estava em plena moda. Ao tempo em que elaborava o primeiro volume de “O Capital”, era, costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres, que pontificavam nos meios cultos alemães, comprazerem-se em tratar Hegel, tal e qual o bravo Moses Mendelsohn, contemporâneo de Lessing, tratara Spinoza, isto é, como um “Cão morto”. Confessei-me, então abertamente discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre teoria do valor, joguei, várias vezes, com seus modos de expressão peculiares. A Mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico.

A dialética mistificada tornou-se moda na Alemanha, porque parecia sublinhar a situação existente. Mas, na sua forma racional, causa escândalo e horror á burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor, e é, na sua essência crítica e revolucionária.

Para o burguês prático, as contradições inerentes à sociedade capitalista patenteiam-se, de maneira mais contundentes, nos vaivens do ciclo periódico, experimentados pela indústria moderna e que atingem seu ponto culminante com a crise geral. Esta, de novo, se aproxima, embora ainda se encontre nos primeiros estágios mas, quando tiver o mundo por palco e produzir efeitos mais intensos, fará entrar a dialética mesmo na cabeça daqueles que o bamburrio transformou em eminentes figuras do novo sacro império prussiano-alemão.” – Marx, K. – obra citada, pág. 16 e 17.

11. Marx, K. “Contribuição para a Crítica da Economia Política” – Coleção Teoria n° 8 – Editorial Estampa – Lisboa – Portugal – 1974 – 3ª Edição.
12. Marx, K. – obra citada – pág. 230/231.
13. Marx, K. – obra citada – pág.231.
14. Marx, K. – obra citada – pág. 231.
15. Marx, K. – obra citada – pág. 231/232.
16. Marx, K. – obra citada – pág. 233.
17. Marx, K. – obra citada – pág. 234.
18. Marx, K. – obra citada – pág. 235/236.
19. Engels, F. – “Anti-During” – Ed. Grijalbo – México – 1964 – pág. 364.
20. Harnecker, M. - obra citada – pág. 28.
21. Harnecker, M. - obra citada – pág. 28.
22. Harnecker, M. – em sua obra já citada anteriormente, usa para essa subdivisão os conceitos de meios de trabalho sentido estrito (instrumentos de trabalho) e os meios de trabalho em sentido amplo, que compõem todas as condições materiais que, sem intervir diretamente no processo de transformação, são indispensáveis à realização deste.
23. Marx, K. – obra citada – pág. 213.
24. Marx, K. – obra citada – pág. 214.
25. Marx, K. – obra citada – pág. 214.
26. Marx, K. – obra citada – pág. 28.
27. Marx, K. – obra citada – pág. 28.
28. Marx, K. – obra citada – pág. 218.
29. Marx, K. – obra citada – pág. 222.
30. Marx, K. – obra citada – pág. 223/4.
31. Marx, K. – obra citada – pág. 225.
32. Marx, K. – obra citada – pág. 227.
33. Marx, K. – obra citada – pág. 2127/228.
34. Marx, K. – obra citada – pág. 28.
35. Balibar, E. “ Para leer El Capital” – Ed. Siglio XXI – Buenos Aires.
36. Harnecker, M. - obra citada – pág. 41/63.
37. Harnecker, M. - obra citada – pág. 48/49.
38. Harnecker, M. - obra citada – pág. 48.

39. Harnecker, M. - obra citada – pág. 46.
40. Engels, F. – “Anti-During” – Ed. Grijalbo – México – 1964 – pág. 12.
41. Marx, K. – “O capital (crítica da Economia Política)” – ed. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro – 1971.
42. Kautsky, K. – “A Questão Agrária” – Ed. Laemmert – Rio de Janeiro – 1968.
43. Harnecher, M. – Los conceptos Elementales del materialismo histórico” de Harnecher, M. – Editora Siglio XXI – Buenos Aires – Argentina.
44. Para seguir a mesma orientação proposta por Harnecher, M. em obra citada anteriormente.
45. Harnecker, M. - obra citada – pág. 233.
46. Harnecker, M. - obra citada – pág. 232/233.
47. Harnecker, M. - obra citada – pág. 234.
48. Kautsky, K. – obra citada – pág. 73.
49. Harnecker, M. - obra citada – pág. 237/238.
50. Harnecker, M. - obra citada – pág. 238/239.
51. Para melhor explicar o que afirmamos utilizaremos um exemplo: para não só verificarmos como se calcula o tempo socialmente necessário para produzir uma determinada mercadoria, mas, também para apontarmos a diferença de cálculos por nós comentada. Tomando-se por exemplo, na produção de arroz hipotética:

Rizicultores	Sacas de arroz (cada)	Total	Tempo/ Trabalho	Total/ Horas
100	100	10.000	5	50.000
500	40	20.000	20	400.000
1000	20	20.000	40	800.000
Produção social global = 50.000 sacas de arroz em 1.250.000 horas.				

Dessa maneira a produção de 50.000 sacas de arroz necessárias para a sociedade importou no dispêndio de 1.250.000 horas, ou seja, um tempo médio por saca de arroz de 25 horas. ($1.250.000 : 50.000 = 25$) que é o tempo socialmente necessário para a produção a que nos referimos.

Quanto a diferença de cálculo por nós aludida ela é decorrente do cálculo da média do tempo gasto por unidade que seria igual à soma entre o menor gasto de tempo por saca e o maior gasto ($40 + 5 = 22,5$). Essas 22 horas e meia resultado desse cálculo portanto não expressam o verdadeiro tempo socialmente necessário. Tal situação é decorrente, no caso do exemplo utilizado, do total da produção social, se produz a maior quantidade de sacas de arroz com uma demanda de um maior número de horas de trabalho.

52. Harnecker, M. - obra citada – pág. 240.
53. Ver para esclarecimentos exemplo dado em nota anterior.
54. Harnecker, M. - obra citada – pág. 241.
55. Harnecker, M. - obra citada – pág. 242.

56. Harnecker, M. - obra citada – pág. 243.
57. Harnecker, M. - obra citada – pág. 243/244.
58. Harnecker, M. - obra citada – pág. 245.
59. Para melhor compreender esse processo utilizamos um exemplo: - Um trator pode participar de vários processos de produção, por exemplo de arroz. Com o uso ele vai desgastando-se, mas se hipoteticamente afirmarmos que ele dura 10 anos, ele transfere para os produtos produzidos anualmente um décimo do seu valor. Isso traduzido em números temos;
 Trator: Cr\$ 50.000,00
 Vida útil do trator = 10 anos
 Portanto, termos a transferência para os produtos de 5.00,00 ao ano. Se tivermos anualmente uma produção de 5.00 sacas de arroz, termos então, acrescido no preço da saca Cr\$ 1,00 que expressa a quantidade do valor transferido para o produto.
60. Harnecker, M. - obra citada – pág. 247.
61. Harnecker, M. - obra citada – pág. 249.
62. Harnecker, M. - obra citada – pág. 250.
63. Harnecker, M. - obra citada – pág. 252.
64. Kautsky, K. – obra citada – pág. 77.
65. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 4 – pág. 179.
66. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 5 – pág. 411.
67. Kautsky, K. – obra citada – pág. 84.
68. Kautsky, K. – obra citada – pág. 84/5.
69. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 728.
70. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 754.
71. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 741.
72. Kautsky, K. – obra citada – pág. 86.
73. Kautsky, K. – obra citada – pág. 87.
74. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 744.
75. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 746.
76. Marx, K. – obra citada – livro 2 – Vol. – pág.
77. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 767. 78. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 883.
79. Kautsky, K. – obra citada – pág. 87.
80. Kautsky, K. – obra citada – pág. 88.
81. Kautsky, K. – obra citada – pág.
82. Kautsky, K. – obra citada – pág. 72.
83. Marx, K. – obra citada – livro 2 – Vol. 3 – pág. 152.
84. Marx, K. – obra citada – livro 2 – Vol. 3 – pág. 152.
85. Marx, K. – obra citada – livro 2 – Vol. 3 – pág. 153.
86. Marx, K. – obra citada – livro 2 – Vol. 3 – pág. 154/5.

87. Marx, K. – obra citada – livro 2 – Vol. 3 – pág. 155.
88. Marx, K. – obra citada – livro 2 – Vol. 3 – pág. 264/5.
89. Marx, K. – obra citada – livro 2 – Vol. 3 – pág. 265/6.
90. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 883.
91. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 745.
92. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 771.
93. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 773/4/5.
94. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 728.
95. Kautsky, K. – obra citada – pág. 89/90.
96. Kautsky, K. – obra citada – pág. 90/1.
97. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 890.
98. Kautsky, K. – obra citada – pág. 92/3.
99. Kautsky, K. – obra citada – pág. 94/5.
100. Kautsky, K. – obra citada – pág. 96.
101. Tal fato, explica porque quando ocorre os “BOONS” nas Bolsas de Valores, os preços dos terrenos baixam e ao contrário, quando ocorre as baixas, há uma corrida desenfreada para aquisição de terras, com conseqüente elevação dos preços.
102. Kautsky, K. – obra citada – pág. 97.
103. Kautsky, K. – obra citada – pág. 97/8.
104. Kautsky, K. – obra citada – pág. 98.
105. Kautsky, K. – obra citada – pág. 98/9.
106. Kautsky, K. – obra citada – pág. 99.
107. Kautsky, K. – obra citada – pág. 101.
108. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 905.
109. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 908.
110. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 906.
111. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 906.
112. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 911.
113. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 913/4.
114. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 914/5.
115. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 920.
116. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 921/2.
117. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 924/5.
118. Marx, K. – obra citada – livro 3 – Vol. 6 – pág. 931.

*Tive a terra,
Não tenho.
Tive casa,
Não tenho.
Tive uma pátria,
Venderam.
Tive filhos,
Estão mortos
Ou dispersos.
Tive caminhos,
Foram fechados.
Tive mãos:
Deceparam.*

Índio o Primeiro Dono da Terra
(in Calendário do Trabalhador 1978).

**PARTE III – O “ESTADO ISOLADO” (DIER ISOLIERTE STAAT) DE
J. H. VON THÜNEN**

**1. – A contextualização histórica: as condições materiais
para o desenvolvimento da obra de Von Thünen**

A análise que faremos da obra de Von Thünen deve ser compreendida dentro do universo teórico que formulamos nas partes um e dois deste trabalho, o que nos faculta lançar mão dos conceitos situados para melhor compreensão do trabalho objeto de estudo.

Dentro dessas premissas teóricas procuraremos nos tópicos que seguem, analisar a obra de Von Thünen dentro da perspectiva do materialismo histórico.

1 – A contextualização histórica: as condições materiais do desenvolvimento da obra de Von Thünen.

Quando se propõe um estudo do período histórico compreendido pelos séculos XVI, XVII e XVIII da formação social alemã, sempre se depara com a questão do relativo “atraso econômico e social” desta formação, evidentemente, sustentado pela

comparação entre o modo de produção capitalista nascente em alguns países da Europa e ao que chamam os historiadores de “renascimento do feudalismo”, ou seja, um desenvolvimento do modo de produção feudal na Alemanha.

Esta questão está bem clara no texto de Polianski, F. Y.,:

“ O mais destacável da história econômica da Alemanha nos séculos XVI e XVII foi seu crescente atraso econômico e social, comparada com a Holanda, Inglaterra e França. Neste fato de primeira grandeza, encontraram sua expressão, todas as peculiaridades do desenvolvimento econômico da Alemanha, cujas possibilidades de progresso resultaram então muito reduzidas”. (1)

Entre as causas apontadas para caracterização deste período, temos a influência dos descobrimentos que vão contribuir grandemente para a degradação econômica. Isto ocorre porque com os descobrimentos e o estabelecimento de grandes rotas comerciais pelos oceanos, as cidades do sul da Alemanha, bem como as cidades de Veneza e Gênova na Itália perderam seu significado anterior. Mas é verdade também que, mercadores ou grupos de mercadores, chegaram a financiar as empresas coloniais espanholas, mas todos tiveram o mesmo sucesso: a bancarrota. Como essas operações eram arriscadas a alternativa seguida foi a de tornarem-se donos de terras (latifundiários):

“Em 1614 quebrou-se o importantíssimo banco de Welser. Também os Fugger sofreram vultosas perdas, as quebras periódicas da coroa espanhola. Só em 1603, perderam 3.250.00 florins. Financiar os reis era uma empresa cheia de aventura. Em meados do século XVII, esta dinastia de famosos comerciantes de Augsburgo suspendeu paulatinamente suas operações monetárias: - os Fugger se fizeram latifundiários”. (2)

Outra causa, foi o fato de a Hansa, do norte

da Alemanha, que controlava os mercados próximos desta área, onde possuía grandes privilégios, não ter se interessado pelas aventuras coloniais. Este acontecimento deveu-se ao fato de ter a Hansa perdido seus mercados fundamentais (1548 – Suécia, 1563 – Noruega, 1578 – Inglaterra) e ter ficado reduzida a apenas três grandes cidades (Hamburgo, Lubeck e Bremen), além de estar completamente debilitada e incapaz de se impor como uma grande empresa.

Também é apontada como causa, o fato de estar a Alemanha, ao terminar a Idade média, fragmentada em centenas de pequenos principados, seculares e eclesiásticos, em possessões de bispados, ou em minúsculos territórios das cidades imperiais. Isto provocou na Alemanha, inclusive, o surgimento dos chamados “novos Eleitores” (príncipes com direito de eleger o imperador), que eram compostos de 63 príncipes seculares, 36 eclesiásticos, mais ou menos 100 “cavaleiros do Império”, 50 cidades imperiais e numerosos regentes de outros territórios politicamente autônomos. (3)

Ainda com relação às causas que contribuíram para o “renascimento do feudalismo” na Alemanha, devemos apontar o desenvolvimento econômico desigual de suas diferentes regiões e a gravitação ao redor de diversos centros econômicos da Europa, que engendraram um separatismo político que conservou o desmembramento feudal, e com isso, o surgimento de um Estado centralizado era praticamente impossível, pois que seu desenvolvimento econômico não criava as premissas para sua unificação política. (4)

“ Para a Alemanha foi muito desfavorável sua situação no centro da Europa, que facilitava a ingerência política dos Estados vizinhos em seus assuntos internos. Isto se manifestou com extremo relevo durante a Guerra dos Trinta Anos, quando a intervenção das potências européias nos problemas da Alemanha chegou ao seu apogeu. Até o ponto em que, a paz de Westfalia

(1648) autorizou aos príncipes alemães a realizar alianças com Estados estrangeiros, com o qual o fracionamento político de Alemanha obteve o referendo internacional”. (5)

Outro fato que contribuiu para a não unificação da Alemanha, foram os resultados da Reforma, uma vez que protestantes e católicos estavam em igualdade de forças (6).

Com isso, a Alemanha via seu desenvolvimento econômico, norteador por esses fatores de dispersão política, que a influenciava adversamente e que por sua vez gerava respostas econômicas, que correspondiam a novas realidades no desenvolvimento da formação social alemã. Um exemplo disto, era o estabelecimento de barreiras aduaneiras, que os príncipes estabeleciam nos limites de suas possessões. Estas barreiras contribuíram para: criar condições adversas ao comércio alemão; dificultar suas comunicações; e liquidar com a frágil unidade econômica dada pelo comércio com a Europa. Outro exemplo foi o estabelecimento de uma moeda para cada feudo o que provocou o surgimento no país de cerca de 6.000 sinais monetários diferentes. (7)

Também a indústria se condicionava ao sistema vigente na Alemanha desta época:

“ A indústria foi vítima do sistema gremial da idade média que, nas cidades alemãs enraizou-se como muito maior força que em outros países durante os séculos XIII e XV. Foi precisamente na Alemanha destes séculos onde o famoso princípio da associação forçada foi mantido pelos grêmios da maneira mais conseqüente e rígida. A ela se deve que, posteriormente, nos séculos XVI e XVIII, as tradições do sistema gremial exerceram na Alemanha mais influência que em qualquer outra parte. As tardias estipulações de 1686 e 1688 tendiam a reforma de certo modo o direito artesanal da Prússia, mediante a abolição do trabalho de experiência, a proibição de fixar o número de mestres, etc., porém ela não introduziu modificações radicais no sistema gremial de organização da indústria alemã. (8)

Assim, o “lento” desenvolvimento das indústrias artesanais, o “fraco” crescimento das cidades, vítimas da estreiteza do mercado e da dispersão feudal, e as dificuldades da circulação monetária freavam a evolução do comércio alemão, ao passo que as cidades dos Países Baixos, por sua vez, expandiam-se na região reduzindo ainda mais, a possibilidade de tráfico comercial no Reno.

Mas, a situação nesta época complica-se ainda mais, devido ser a Alemanha um Estado precário que nos séculos XVI, XVII, não conseguia garantir aos comerciantes e industriais um mínimo de ordem policial, posto que a arbitrariedade dos príncipes e os desmandos dos cavaleiros (particularmente os imperiais) não tinham limites. Era como disse Engels, F.:

“O senhor feudal do século XVI vivia em eterna discórdia com as cidades; era um devedor moroso; alimentava-se saqueando seu território, roubando a seus comerciantes e exigindo resgates pelos prisioneiros capturados nas guerras com eles”. (9).

Assim, para Alemanha, este período histórico (séculos XVI e XVII), foi uma verdadeira catástrofe econômica em consequência do fracionamento político nesse período específico acrescentado das guerras e das invasões estrangeiras.

Justamente, uma dessas guerras é importante e influenciou sobremaneira para o desenvolvimento econômico alemão: foi a guerra camponesa de 1524-1525 (10). Este conflito foi profundo, porém, apenas debilitou, não destruindo a nobreza, que se aproveitou do conflito para impor, ainda mais sua autoridade e conservar o desmembramento político da Alemanha.

“Os camponeses, vencidos, não estavam já em condições de opor resistência à exploração feudal; e no reforçamento que dela buscavam os nobres, que

havia perdido sua anterior preponderância política, para solução de seus problemas econômicos.

Porém, se bem que essa derrota da guerra camponesa criou as premissas para o ressurgimento da fazenda feudal, a base econômica de sua ressurreição foi o modo eminentemente feudal que a Alemanha utilizou o auge comercial e industrial produzido na Europa Ocidental (especialmente Holanda e Inglaterra) a partir dos grandes descobrimentos geográficos. A exportação de Cereais da Alemanha nos séculos XVII e XVIII, solidificou a posição dos “Junkers” (ou latifundiários) o que deu como resultado o ressurgimento da economia feudal em seus territórios. (11) (sem grifo no original).

Neste texto, começamos a encontrar os fundamentos concretos para a compreensão do momento histórico vivido pela Alemanha na época do nascimento e formação de Von Thünen, J. H.. Mais adiante, procuraremos enquadrá-lo neste contexto histórico.

Dentro deste contexto é que se destaca como manifestação mais característica do desenvolvimento econômico da Alemanha, a ampliação do trabalho forçado nas terras dos senhores por parte dos servos e também da exploração dos camponeses com base nas prestações pessoais.

“Não contentes em explorar os aldeões dos grandes latifúndios cobrando-lhes uma renda em espécie ou em dinheiro, os latifundiários de uma parte considerável da Alemanha estenderam a economia senhorial e incrementaram o sistema de prestação pessoal em proporções extremas, organizando a produção maciça de matérias-primas agrícolas de artigos alimentícios para exportação”. (12).

Este processo, que havia iniciado já no final do século XV, se acentuou depois da guerra Camponesa, até o ponto de ter os “eleitores” da Saxônia que implantar leis, que proscravam as prestações pessoais aos domingos, uma vez que, em fins do século XVI essa exploração havia aumentado em demasia.

No entanto, é somente após a Guerra dos Trinta Anos, que o modo de produção feudal atinge o ápice de seu desenvolvimento. Nestes anos, os tributos cobrados são ilimitados, a massa camponesa é tão explorada que, Engels, F. diz:

“Em seu território o Estado servil tornou-se geral a partir de então; um camponês livre era já uma coisa tão rara como um “melro branco”. (13).

Mas é no Nordeste da Alemanha, área onde vai viver Von Thünen, J.H., que encontramos duas características bem específicas, que precisam ser salientadas.

“Foi no nordeste da Alemanha, na zona leste do Alba, onde a economia senhorial alcançou seu desenvolvimento máximo, baseada na colonização de terras arrebatadas dos eslavos nos séculos precedentes. Antes, os colonos estabeleciam-se nestas zonas em condições de privilégios, porém, logo que terminou a colonização, os latifundiários se orientaram para reforçar a exploração dos camponeses, já bastante numerosos. A ampla difusão do sistema de granjas, facilitava a obra dos latifundiários, uma vez que, a dispersão territorial dos camponeses debilitava sua resistência.

Por outra parte, os aristocratas da Prússia, da Pomerania e de Mecklemburgo possuíam grandes fazendas que permitiam organizar uma economia em grande escala. A extensão do sistema de prestação pessoal para a Alemanha de Este, encontra-se em relação direta com sua transformação em celeiros da Europa Ocidental, com a exportação de cereais, cânhamos, gado, linho e de outros produtos da agricultura, para a Holanda, Inglaterra e Flandres”. (14) (Sem grifo no original).

Mas, a ação dos nobres alemães não ficava apenas no que nos colocou Polianski, F. Y., no texto anterior, ela ia mais além.

“Os nobres alemães não limitaram sua própria economia nas terras senhoriais. O incremento do trabalho nos terrenos do senhor e as prestações pessoais ia acompanhando, em qualquer parte, pelas expulsões forçadas dos camponeses, da expropriação das parcelas tomada por eles, e da destruição de suas casas.

Estas operações, adquiriram volume singular no Mecklemburgo. Como causa da expropriação em massa dos pequenos lavradores, o campo alemão ficou cheio de servos sem terra ou com uma parcela minúscula, às vezes com um simples pedaço para horta. Suas denominações eram muito diversas, porém, sua situação econômica variava pouco por sua crueldade opressora”. (15)

Convém ainda esclarecer que o desenvolvimento do modo de produção feudal na Alemanha, teve a participação dos príncipes que referendavam as perspectivas dos nobres de expropriar os camponeses e taxa-los com prestações pessoais e tributos.

“No século XVI, o Landtag de Brandenburgo promulgou reiteradas disposições, atribuindo para os camponeses a terra. E, Mecklemburgo, ditou-se em 1607 uma lei especial, que obrigava os servos a devolver suas parcelas aos latifundiários, na primeira exigência destes. Já em meados do século XVII apareceu um Estatuto dos criados e dos braçais que legalizava a servidão”. (16)

Enfim, na Alemanha do final do século XVIII, quando nasceu Von Thünen, J. H., a maior parte da população era formada por servos sem terra, e nem sempre livres. Dominavam os distritos rurais da Prússia a nobreza territorial, os Junkers. Toda terra, constituía-se posse desta aristocracia, não podendo passar a outra classe de proprietários. Os empregos públicos eram entregues a determinadas classes sociais e famílias. Era como afirmou Ramos Oliveira, A.:

“Era prussiana, em suma, sua sociedade fundada na servidão e dividida de modo violento e ofensivo em castas mais que em classes”. (17).

É neste contexto histórico, que estão assentadas as raízes familiares de Von Thünen, J. H. e é neste contexto que ele recebe sua formação básica. Essas são as condições materiais que se impunham como determinantes na formação social alemã e que serviram de base para a formação intelectual de Von Thünen, J. H.. O geógrafo inglês Hall, P. é que dá as primeiras indicações da biografia de Von Thünen, J. H.:

“Jonhann Heinrich Thünen nasceu em 24 de julho de 1783 na casa familiar de Canarienhäusen, paróquia de Wadde Warden, no distrito de Javerland, próximo a costa marítima norte, no este da Friesland, noroeste da Alemanha. Seu pai, fazia parte de longa linhagem de proprietários de terra; sua mãe era filha de um vendedor de livros na cidade de Jever. O Pai de Thünen morreu em 1786 de uma febre e em 1789 sua mãe casou-se novamente com um comerciante de lenha, Von Buttell, em Hooksiel, um pequeno porto da baía de Jade. Aqui, Thünen frequentou a escola local, e, com sua experiência no negócio de seu padrasto, ele rapidamente se igualou ao seu mestre em aritmética. Assim, no fim de seu décimo terceiro aniversário, ele foi morar com sua avó materna em Jever, onde ele alcançou a graduação na escola secundária local e recebeu instrução suplementar em cálculo diferencial e integral. Ele deixou a escola em 1799... (18). (Sem grifo no original).

Conforme pode-se observar, as condições materiais básicas da formação de Von Thünen, J. H. foram: a sua origem vinculada ao pai (proprietário de terra) e a vivência com o padrasto (comerciante de lenha). Essas condições e o contexto histórico alemão no período de seus primeiros anos de vida formaram o conjunto básico de fatores que contribuíram para a sua formação.

Até 1790, quando a Alemanha, viu passar a coroa Imperial a Leopoldo II, toda sua estrutura econômica estava fundada no modo de produção feudal. Na Prússia, reinava, desde que morreu Frederico, o Grande, em 1786, seu sobrinho Frederico Guilherme II. Enquanto isso, na França a revolução (1789-1794) estava em pleno desenvolvimento: uma Assembléia nacional, já a governava; o rei Luis XVI, de fato, estava deposto; a Bastilha tinha caído; a constituição estava promulgada. Todos esses acontecimentos provocaram a fuga de aristocratas franceses para os países vizinhos e a Alemanha recebeu o maior contingente deles. Mas, as relações entre as cortes teutônicas e os revolucionários franceses pioraram somente quando a Assembléia nacional francesa, decretou a abolição do direito feudal e implantou-a logo em seguida, na Alsácia, onde os príncipes

alemães vizinhos tinham enormes possessões. Se, de um lado, os alemães estavam ameaçados com a Revolução Francesa, também os revolucionários franceses se viam ameaçados pelos príncipes da Renânia, uma vez que, os emigrantes franceses na Alemanha, estavam, com o apoio germano, a organizar exércitos com voluntários e mercenários. A situação evoluiu, quando Luis XVI e sua família foram presos (1791) e os soberanos europeus tentaram formar uma coalização com vistas a proteger a família real francesa tendo Frederico Guilherme da Prússia apoiado decididamente o projeto. O Imperador, o rei prussiano, o irmão menor de Luis XVI e representantes dos imigrantes franceses, reunidos em Pillnitz lançaram uma declaração em que ameaçavam intervir na França. Já na França.

“A declaração de Pillnitz havia enfurecido os revolucionários franceses. Os Girondinos – que então dominavam o governo – haviam criado nas massas francesas uma frenética exaltação patriótica dirigida contra a Áustria e os emigrados. Estes homens, os girondinos, acreditavam que só mediante a guerra poderia triunfar a revolução na França e fora da França. Em suma, a revolução, em plena vitória, considerava-se com força suficiente para vencer seus adversários do exterior – aos que temia com acertado instinto – como havia vencido os seus inimigos na França. O entusiasmo revolucionário não cabia já dentro das fronteiras da França e buscava sua própria expansão e ao mesmo tempo apoio em outros povos”. (19).

Áustria e Prússia se aproximaram e firmaram uma aliança defensiva. O estopim estava aceso. A França, que já vira a conciliação entre o rei e os revolucionários, declarou a guerra e os Países Baixos foram invadidos, mas, o exército francês foi derrotado. Em conseqüência disto inverte-se a situação e estava, portanto, preparada a invasão da França (1792) pelas forças aliadas (austríacos e prussianos e os emigrantes franceses). Com a invasão e as derrotas sucessivas, novos rumos tomou a revolução, a monarquia fora derrubada e a família real novamente presa (20). As tropas francesas recuperaram-se e venciam os invasores que bateram em retirada, na

batalha de Valmy. Considerado culpado por unanimidade, Luis XVI, foi condenado à morte. Assim, em 1793, com o rei executado, a burguesia liquidava o absolutismo de direito divino. As classes dominantes, noutros países da Europa, estavam sentindo-se ameaçadas pela nova ordem revolucionária e comandadas pela Inglaterra organizavam a primeira coligação contra a França, onde participavam Áustria, Prússia, Espanha, Holanda e a Inglaterra. A revolução, atacada agora em todas as suas fronteiras, teve que empenhar-se numa luta de vida ou de morte. As guerras se sucederam até a ascensão de Napoleão que constituiria-se na salvaguarda das conquistas burguesas e de seus interesses profundos.

“As guerras napoleônicas que levaram à formação de um vasto Império, sob a hegemonia francesa, possuem duas características fundamentais; de um lado, representam a luta entre uma nação burguesa, a França, contra uma Europa continental decadente e aristocrática, o confronto entre a nova mentalidade imposta pela Revolução e a velha mentalidade baseada na tradição. De outro lado, revelam-se também como uma luta entre duas nações burguesas, a França e a Inglaterra velhas rivais desde a guerra dos Cem Anos, disputando a hegemonia econômica e política sobre a Europa e disputando, inclusive, a primazia colonial. Estes constituem os aspectos gerais, que explicam as coligações de países aristocráticos, como a Áustria e a Rússia, com a burguesa Inglaterra. A França embora por motivos diversos, representava, para eles, o grande inimigo”. (21).

Com as conquistas francesas, facilitadas pela discórdia histórica entre Áustria e Prússia, assustando com a pretensão da Rússia sobre a Polônia e sentindo-se ameaçado pelo Este, Guilherme III da Prússia (que havia subido ao trono em 1797), retirou-se da aliança e iniciou negociações com a França, que terminaram na paz de Basileia, em consequência da qual o rei prussiano concedeu caminho livre em seu país à França, em troca da neutralidade dos estados da Alemanha do Norte. Mais tarde, já em 1806, após a derrota das tropas austríacas e russas nas batalhas de

Ulm e Austerlitz, Napoleão criou a Confederação do Reno, quando dezesseis príncipes alemães renunciaram ao Sacro Império Romano-Germânico e aliaram-se ao Imperador, que recebeu o título de Protetor.

“A criação da Confederação do Reno selou imediatamente a sorte do Império Alemão, pois seus membros remanos comunicaram a Napoleão que já não se consideravam parte do Império. Por conseguinte, o imperador Francisco II renunciou à coroa (de agosto de 1806). Desde modo, passou para a história o antigo Sacro Império Romano. Havia durado exatamente 844 anos”. (22).

A Prússia, perdia assim, suas esperanças de se tornar o estado hegemônico na Alemanha e revolveu abandonar sua anterior neutralidade para revoltar-se contra a França. Mas o exército prussiano, isolado e sem apoio, foi batido pelo exército napoleônico na batalha de Iena em outubro de 1806. Frederico Guilherme, o rei da Prússia, foi obrigado a refugiar-se junto ao exército russo, o qual preparava-se para atacar novamente o exército francês, tendo sido também derrotado. Assim, as forças anti-francesas ficaram divididas: a Prússia, recriminava a Rússia, a Rússia reclamava do isolacionismo inglês e a Inglaterra declarou guerra à Prússia. Aproveitando-se da situação, Napoleão atacou decididamente as forças russo-prussianas em Friedland (junho de 1807), desbaratando-as e obrigando a Rússia a assinar o Tratado de Tilsit. (23).

Convém esclarecer que, embora ostentasse o título de imperador, desde de 1804, Napoleão continuava como representante dos interesses da burguesia francesa. Por onde passavam seus exércitos, velha ordem tradicional era destruída e implantadas constituições e procurava-se modernizar as estruturas econômicas (24).

“Depois do desastre de Iena, Frederico Guilherme III compreendeu que urgia introduzir grandes mudanças em seu reino, e designou para primeiro ministro o barão Heinrich Von und Stein, ao que parece de acordo com Napoleão. Cinco dias depois de chegar ao poder, 09 de outubro de 1807, Stein lançou o decreto

de emancipação, através do qual estava abolida a servidão na Prússia. Aboliu as leis que proibiam que a terra passasse de uma classe de proprietário a outra, e em consequência se permitiu aos Junkers vender o que quisessem de seus domínios. Já, as classes médias, que dispunham de recursos para cultivá-las, o direito de poder comprar terras. Por virtude do mesmo decreto, foram inutilizadas as leis que vinculavam o desempenho de certos empregos a determinadas classes sociais”. (25).

Embora Von Stein pensasse em também reformar o sistema de governo nos distritos rurais da Prússia, que estava em mãos das cortes feudais dos Junkers, ele teve que fugir, devido a problemas com os franceses. O príncipe de Hardenberg, colaborador de Stein continuou sua política, porém com menos vigor. Por este fato e pela pressão dos Junkers, muitas reformas não foram implantadas, embora a abolição dos direitos feudais se mantivesse desde o início de uma forma mais ou menos radical. Mas, a distribuição de terras (uma espécie de reforma agrária), tropeçou, na Prússia com resistência sem precedentes, sendo, em 1811 se registrou um retrocesso com relação a este assunto, a partir de uma disposição reguladora moderada.

Mais tarde, já em 1812, com a derrota de Napoleão na Rússia (26) criava-se uma situação que favorecia amplamente a Alemanha, que podia também, libertar-se do domínio francês, mas a Alemanha continuava desunida. Formando uma aliança contra Napoleão com a Rússia e mais tarde com a Áustria, Inglaterra e Espanha, chegava-se ao desalojamento dos franceses da Alemanha, na batalha de Leipzig.

A Alemanha estava livre dos franceses, os alemães cheios de ódio e rancores contra a França, país da revolução, mas as reformas, os príncipes, enraizavam-se no solo Germano, e o próprio Goethe ao falar a um historiador alemão que tencionava lançar um jornal para exaltar o ódio da nação alemã contra a França, ouviu:

“Não creia, não creia que sou indiferente às grandes ideias de liberdade, pátria e povo. Não; estas ideias estão conosco; formam uma porção do nosso ser, que nada pode eliminar nem se extrair de cima”. (27)

Uma vez vencido Napoleão, os aliados cuidaram de se reunir no Congresso de Viena para tratar da reconstrução política da Europa. No que se refere à Alemanha, a disputa entre a Prússia e a Áustria, interessadas na hegemonia sobre os territórios governados por príncipes alemães, foi o fato mais importante. Essa disputa, culminou com uma divisão de áreas de influência e com a criação da Confederação Alemã, composta por 39 Estados. Mas, união em um Estado Nacional ainda estava longe de ser alcançada, pois que a Prússia através de sua classe dirigente e seu mandatário Frederico Guilherme III, continuava a disputa interna com a Áustria e mais ainda, procurava resistir a toda reforma interna na Prússia. Nem mesmo os esforços de Stein e Hardenberg, nunca chegaram a se concretizar plenamente. Mas, não há dúvida, de que o processo de exigência da participação da burguesia na vida pública alemã já era uma realidade na Prússia:

“Em maio de 1815, Frederico Guilherme III havia prometido convocar uma assembleia representativa, liberdade e direito de voto, isto é, a participação do povo nos assuntos públicos. Inclusive, esboçou o rei, um projeto de constituição, que retirou em seguida. Porém, antes de marchar por esta via constitucional – recordamos a frase de Fernando VII da Espanha –, Frederico Guilherme autorizava nas novas províncias prussianas do Oeste da Alemanha, claros propósitos de retirar dos sistemas administrativos e judicial, toda influência francesa”. (28).

Este é o contexto histórico que exerce forte influência ao processo de “produção científica” de Von Thünen, J. H.; é neste contexto, onde a luta entre o modo de produção nascente, capitalista, e o modo de produção feudal, que nos fornece elementos que consideremos fundamentais para o processo de produção de sua

obra. Dentro deste contexto assume relevância o controle político do Estado prussiano pela classe latifundiária, os Junkers, constitui-se no principal elemento para não só a compreensão da produção da obra thuniana como também para entendermos a posição social do autor na sociedade alemã de então, em conexão com a produção científica da época.

Mas, antes de compreender historicamente o que aconteceu na Alemanha durante os primeiros 50 anos do século XIX, voltemos nossa atenção para as colocações de Hall, P. sobre a vida de Von Thünen, J. H.:

“Ele deixou a escola (secundária) em 1799, com o interesse por agricultura já alertado, e foi ganhar experiência prática numa fazenda em Gerriets Hansen, em Jeverland. O proprietário, H. G von Tungeln, era o fazendeiro típico da Alemanha de seus dias, trabalhando duro, mas suspeitando do método científico; aqui Thünen ganhou discernimento valioso das condições agrícolas, médias do tempo.

A carreira de Thünen estava agora decidida. Em 1801 ele foi para o Colégio Agrícola introduzido por Lukas Andreas Staudinger em Gross-Flottbeck, Holstein, a noroeste de Hamburgo, e hoje um subúrbio da cidade. Aqui, sua compreensão analítica rapidamente se desenvolveu. Ele em breve observou a profunda influência que as cidades de Hamburgo e Altona desempenharam na agricultura da área circundante. Num jornal escrito no começo de 1803 – descrição da Agricultura na Aldeia de Gross-Flottberck – ele já assinalou que somente fazendas relativamente próxima à cidade podem fazer uso do estrume da cidade, para levar a seus campos, já estava realmente colocando em evidência a ideia, que é o germe do Estado Isolado: -

“Supondo-se que numa província de 40 milhas de diâmetro, com uma grande cidade no centro, e que esta província pode enviar seus produtos, somente, para esta cidade e que a agricultura neste distrito tenha alcançado o mais alto nível de cultivo, então pode-se supor que quatro tipos de sistemas existiriam ao redor desta cidade”. (29).

É nesta realidade, que Von Thünen, J. H.

começa a montar o “Estado Isolado”, mas será nos acontecimentos que se seguem, que encontraremos os motivos fundamentais pelo quais, ele vai dedicar parte de sua vida à produção de sua obra.

Hall, P. continua: -

“Aqui (em Gross-Flottbeck) também Thünen, primeiro, tomou ciência de uma outra grande influência em seu trabalho e vida. Aqui, leu a “introdução ao Conhecimento da Agricultura Inglesa”, de Albrecht Thaer (1752-1828), escritor que, na época, estudava a agricultura alemã; inspirado pelo que leu, Thünen esteve com Thaer em sua casa, em Celle, algumas 45 milhas (70 km) ao sul de Hamburgo, em 1803, onde passou o verão assistindo seminários ministrado por Thaer. Este tinha se fixado na tarefa de introduzir entre os alemães o conhecimento dos aperfeiçoamentos agrícolas do século XVIII na Inglaterra. Ele enfatizava que o fazendeiro devia se preparar constantemente, para intensificar seu sistema de cultivo, sobretudo através de colheitas proporcionais. Elevados níveis de investimentos trariam, como regra, elevadas recompensas. Assim Thaer era um “proselitista” entusiástico entre os muitos sistemas intensivos de cultivo, do sistema que se chamava “alternação da colheita”. Neste, uma colheita de sementes e uma que não fosse de semente, seria regularmente alternada. A colheita que não era de semente não cansava o solo e podia fertiliza-lo; em qualquer um dos casos acrescentava-se também uma criação extra que colocava adubo de volta na terra”. (30).

Neste momento, novamente, interpõe-se a necessidade de irmos à História para vermos no que constituíam os ensinamentos de Thaer? Suas preocupações eram apenas ensinar novas práticas agrícolas? Ou será que Thaer, A. reproduzia com seus ensinamentos a ideologia do modo de produção capitalista? Estas questões são importantíssimas, uma vez que pela obra de Von Thünen, J. H. e seus discípulos, ou dos seus seguidores de seus princípios fundamentais, não nos é mostrado o conteúdo destes ensinamentos. Entretanto, o que foi preciso acontecer na Inglaterra, para que fosse possível esses ensinamentos? E o que é mais

importante ainda: o que fatalmente se preparava para a Alemanha do século XIX com a adoção desses ensinamentos? Uma coisa é certa, muito poucos têm dúvidas da eficácia financeira dos ensinamentos de Thaer, A., a favor dos latifundiários “Junkers”.

Mais um dado é preciso ser incorporado aos elementos da análise: a disputa hegemônica entre a França e a Inglaterra sobre a Europa oriental. Ante a influência francesa, interessava à Inglaterra, manter relações amistosas com a Prússia, (dos Junkers), ou seja, não havia interesse em se promover revoluções, mas sim garantir mercados, fosse qual fosse a superestrutura reinante ou mesmo a infra-estrutura dominante. (31).

Como estas questões são fundamentais, achamos conveniente esclarecer, com certo cuidado, o significado histórico dos ensinamentos de Thaer, A., para depois continuarmos a compreender as condições materiais e a produção da obra de Von Thünen, J. H.

Em primeiro lugar, não podemos esquecer que, na essência, a Europa assistia na Inglaterra, a transformação paulatina do camponês inglês autossuficiente em proletário, de seus filhos em operários assalariados.

Era a Inglaterra, que sacudida pela Revolução Industrial, via explodir o modo de produção capitalista, mas essa revolução trazia consigo muitos ensinamentos aos demais países europeus:

“A agricultura era, sem favor, a mais importante indústria inglesa do século XVIII e as mudanças ocorridas na época, tanto com relação à técnica e à organização agrícola, como a composição de classe da população rural, criaram as condições sem as quais a Revolução Industrial teria sido impossível”. (32).

Morton, A. L. prossegue em seu livro dizendo que, embora a agricultura inglesa tivesse conhecido algum

progresso no século XVII, é após a Revolução de 1688 que se viu o aceleramento total deste progresso. A Revolução de 1688, garantia um mercado certo e em expansão, e pôs a Inglaterra em contato mais estreito com as técnicas mais evoluídas da Holanda. Como consequência, plantas que há séculos eram conhecidas como curiosidades, passaram a ser usadas em grande escala, entre elas podemos destacar – o nabo e as forragens para pastagens artificiais.

Assim, a agricultura inglesa, que outrora adotava o sistema tradicional de rotação, com duas safras de cereais seguidas de um período de repouso, trocou-se por outro mais científico, que previa a plantação de cereais, tubérculos e gramíneas forrageiras no decurso de um período de quatro anos. A meta básica era buscar o máximo de produtividade da terra com as novas culturas e para tal, introduziu-se a aração profunda e a monda, possibilitando assim a quebra perfeita do solo e a sua conservação livre das ervas daninhas.

Já no que se refere à criação de bovinos e de ovinos que na época, apenas, eram fornecedores de lã e carne e que tinham que enfrentar os rigores do inverno, dada a escassez de forragens, passaram, sem que se reduzisse a produção de cereais, a cultivar as forragens necessárias aos prolongados invernos. A estabulação do gado, substituiu as pastagens ao acaso dos períodos de pousio das terras e a ovelha, antes rival da lavoura, tornou-se importante complemento ao programa normal de cultivo arável.

Portanto, os novos métodos de criação influenciaram sobremaneira o cultivo de cereais, pois o esterco abundante passou a ser fornecido pelo gado e pelos porcos, além daquele oriundo do pastoreio de ovelhas em campos plantados com gramíneas e tubérculos.

No mesmo momento, assistia-se o aumento da procura de carne e a utilização do cavalo em substituição ao boi

para o trabalho de aração profunda. A valorização dos produtos agrícolas, possibilitava novos avanços e bastava um ramo desenvolver-se e outros surgiam em decorrência. O uso do arado inteiramente de ferro, passou a ser difundido por todo o país no início do século XIX. A semeadeira começou a ser aperfeiçoada e adquirir as formas que tem hoje. Enfim:

“Todas essas modificações tinham uma coisa em comum: só podiam ser levadas a cabo por meio de consideráveis inversões de capital. Eram totalmente incompatíveis com o processo primitivo de cultivo em campo aberto, ainda utilizado em praticamente metade do país, e quase incompatíveis com o cultivo em reduzida escala, dos pequenos proprietários, que o substituíam em certas regiões. Os pioneiros das novas técnicas foram homens abastados, sobretudo ricos latifundiários que cultivavam extensas propriedades, como Jethro Tull, lorde “Nabo” Townshend, Coke de Holkhem e Bakewell, que abriram caminhos ao aperfeiçoamento da criação de ovelhas. Em consequência, a revolução técnica desenvolveu-se paralelamente á revolução social, que modificou inteiramente a estrutura rural da Inglaterra”. (33).

O que se assiste na Inglaterra é a transformação dos campos abertos, cultivados em comum, em vastas e compactas fazendas, onde o novo e mais científico sistema agropastoril podia ser posto em prática em bases lucrativas, ao contrário de outras épocas anteriores, quando os cercados haviam sido criados para transformar terra arável em campos de pastagens.

“Foram também cercadas as muitas terras virgens de uso comum, sobre as quais os aldeões possuíam certos direitos, há muito tempo adquiridos, de utilização para pastagem, corte de lenha e de turfa, além de outras terras antes totalmente improdutivas”. (34).

Noutras áreas da Inglaterra, conhecia-se o fim dos pequenos fazendeiros arrendatários, provocado pela elevação das taxas de arrendamento, em muitos casos de 5 a 10 vezes mais altas do que em épocas anteriores. O Parlamento aprovava as leis dos

cercados, fazendo com que mais de 4 milhões de acres fossem cercados, além do que a partir de 1688 taxou pesado imposto territorial, incentivando os latifundiários a explorarem suas propriedades e os pequenos a vendê-las provocando um processo geral de fusão da propriedade, diminuindo de vez os pequenos proprietários. E a partir de 1760, a Inglaterra começa a conhecer um crescimento demográfico acelerado, o que a torna de país exportador, em país importador; tal fato, provoca a subida vertiginosa dos preços, mas também quedas bruscas, assim, a agricultura passa a ser um jogo de ganhar e perder. Isto incentiva ainda mais os grandes capitalistas a investir em propriedades agrícolas, o que enfraquece de vez os pequenos proprietários. Estes viam-se na contingência de vender suas terras aos latifundiários e receberem tão pouco por isso que acabavam por gastar o dinheiro e ficar reduzidos à condição de trabalhador assalariado, quer no campo, quer na cidade. Desta maneira:

“A partir de meados do século XVIII o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas começou a permitir economia de mão-de-obra. Os salários caíram rapidamente em relação aos preços”. (35)

Como consequência, as migrações passaram a suceder-se de um lado para o outro país. No entanto, Morton, A. L., aponta como resultado da revolução agrária na Inglaterra o seguinte:

“A revolução promovida na agricultura teve três resultados que foram além dos limites da agricultura propriamente dita:

1º aumentou a produtividade da terra, possibilitando alimentar a grande população industrial concentrada nas novas cidades;

2º criou um exército de reserva de assalariados, agora totalmente “libertos” de qualquer vínculo de lugar ou de propriedade. Forneceu uma força de trabalho livre correspondente ao capital livre. A essência da Revolução Industrial na combinação dessa força de trabalho e desse capital, numa época em que a produção de mercadorias, em larga escala se tornara finalmente possível;

3º ocorreu a criação de um mercado internacional consideravelmente ampliado,

para os produtos manufaturados. O agricultor, que produzia para a sua subsistência e dispunha de uma indústria caseira, isolado do mundo exterior podia consumir muito, e ainda assim comprar muito pouco. O operário em que ele se transformara era geralmente compelido a consumir muito menos, mas tudo que consumia tinha agora de ser comprado. E só firmemente apoiado num sólido mercado interno é que se poderia construir uma grande indústria de exportação”. (36)

É essa experiência inglesa que passa a ser trasladada para o continente europeu. É essa experiência que Thaer, A., mestre de Von Thüner, J, H. em Celle, propaga ativamente. É a Revolução Industrial, o fato histórico que nos permite melhor compreender a situação do campesinato europeu. Para então, dentre esse processo de transformação, de introdução do sistema de produção capitalista na agricultura, entendermos os ensinamentos de Thaer, A. Enfim.

“... pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a e subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas”. (37)

Portanto, e de extrema importância levantarmos mais dados para entendermos melhor a situação existente na revolução agrícola inglesa. Como ela foi possível? E a partir do que?

Essas explicações podem ser encontradas no estudo de Marx, K.:

“ A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta, liberou elementos para a formação daquela. O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo de outra

pessoa. Para vender livremente sua força de trabalho, levando sua mercadoria a qualquer mercado, tinha de livrar-se do domínio das corporações, dos regulamentos a que elas subordinavam os aprendizes e oficiais e das prescrições com que estravavam o trabalho. Desse modo, um dos aspectos desse movimento histórico que transformou os produtores em assalariados é a libertação da servidão e da coerção corporativas; e esse aspecto é o único que existe para nossos historiadores burgueses.

Mas, os que emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência”. (38)

Assim, devemos procurar entender como se deu a acumulação primitiva do capital e como esse processo repercutiu e originou o “modelo” inglês da agricultura difundido para o restante da Europa.

Já nos últimos anos do século XIV, a Inglaterra não conhecia mais o regime servil. Esse período e principalmente o século XV foi o período em que boa parte da população rural da Inglaterra transformou-se em camponeses proprietários. Nos grandes domínios senhoriais, o servo deu lugar ao arrendatário livre.

“Em todos os países da Europa a produção feudal caracteriza-se pela repartição da terra pelo maior número possível de camponeses. O poder do senhor feudal, como o dos soberanos, não depende da magnitude de suas rendas, mas do número de seus súditos ou melhor, do número de camponeses estabelecidos em seus domínios”. (39).

Mas, as condições necessárias para o surgimento do modo de produção capitalista ocorreram nos últimos decênios do século XV nos primeiros decênios do século XVI. Dissolvidas as vassalagens feudais, uma grande massa de proletários é jogada no mercado de trabalho, todos sem direitos. Porém, não foi apenas o poder real que criou tal situação, mas também o grande

senhor feudal que passou a roubar as terras comuns e expulsar os camponeses das terras, as quais possuíam direitos sobre elas baseados, como o do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais. Com o desenvolvimento da manufatura da lã e concomitantemente com a elevação dos preços da lã, a nova nobreza tinha em mente uma só coisa: transformar as terras de lavouras em pastagens. Tal atividade, provocou a demolição das habitações dos camponeses e as choupanas dos trabalhadores. Era o início da revolução no processo de produção. Esse processo levava virtualmente a um despovoamento e à decadência do povo. Muitas leis são formuladas por Henrique VIII mas nenhuma atingiu seus objetivos na prática. No entanto:

“... o sistema capitalista exigia, ao contrário, a subordinação servil da massa popular, sua transformação em mercenários e a conversão e a conversão de seu instrumental de trabalho em capital”. (40).

Mais tarde, no século XVI, com a Reforma e o saque aos bens da igreja, criaram-se condições para que o processo de expropriação tivesse grande impulso. Os bens da igreja, proprietária feudal, foram doados a favoritos da corte ou vendidos a preços baixíssimos. Seus habitantes foram sumariamente enxotados de suas terras.

Já com a restauração dos Stuarts, os proprietários de terras, utilizando agora de processos legais, levaram a cabo uma usurpação, como a que se efetivou depois no continente, mas sem qualquer formalidade jurídica. Simplesmente, aboliram as disposições feudais relativas ao solo, transferiram para o Estado deveres que estavam vinculados à propriedade do solo, enfim, submeteram ao regime da moderna propriedade privada os bens em relação aos quais possuíam apenas título feudal. Assim, a revolução trouxe ao poder, com Guilherme III de Orange, os proprietários da mais valia, nobres e capitalistas. As terras do Estado passaram a ser presenteadas, vendidas a preços irrisórios, ou roubadas mediante a

anexação direta a propriedades particulares. E o roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo. Com isso, durante o século XVIII vão surgir as fazendas comerciais (grandes arrendamentos) e que tornaram a população agrícola disponível para a indústria. Com a usurpação das terras comuns e a revolução agrícola que a acompanha, a situação do trabalhador agrícola piora a ponto de ser necessário uma assistência oficial aos indigentes. Já:

“No século XIX, perdeu-se naturalmente a lembrança de conexão que existia entre a agricultura e a terra comunal. Para não falar de tempos mais próximos, perguntaríamos que indenização recebeu a população dos campos, quando, entre 1810 e 1831 foi espoliada em 3.511.770 acres de terras comuns com as quais através do Parlamento, os Land lords presenteavam os Land lords? ”.

(41)

O processo de expropriação dos camponeses culminou com a chamada “limpeza das propriedades”, a qual consistia em varrer dessas os seres humanos. Esses processos chegaram inclusive, ao ponto de: após a tomada da terra de um clã nativo, foi-lhe doada terra na orla marítima, como essa não foi prontamente cultivada, suas terras foram transformadas em pastagens e os 15.000 habitantes nativos em 1835 foram substituídos por 131.000 ovelhas. Outros habitantes lançados mais para perto do mar passaram a viver da pesca, e como o negócio passou a crescer, o cheiro de lucro chegou aos “grandes homens” e a orla marítima foi arrendada a grandes mercadores de peixe de Londres, e os habitantes mais uma vez foram expulsos.

Convém lembrar que todo esse processo de expropriação que os camponeses ingleses passaram, vinha sempre respaldado por inúmeras leis que mandava prender, açoitar, tornar escravo, todo “vagabundo sadio” encontrado no país, “vagabundo”

esses, que eram originários do processo de expropriação e que eram jogados nas cidades sem que o crescimento das manufaturas pudesse absorvê-los. Assim:

“O escasseamento dos camponeses independentes que mantinham sua própria cultura correspondia ao adensamento do proletariado industrial...” (42).

No entanto:

“Apesar da diminuição de seus cultivos, o solo proporcionava a mesma qualidade de produção ou maior, porque a revolução no regime de propriedade territorial corria paralela com a melhoria dos métodos de cultura, com a maior cooperação, concentração dos meios de produção, etc., e porque os assalariados tinham de trabalhar mais intensamente dispondo de uma área cada vez menor em que trabalhar para si mesmos. Parte dos habitantes rurais se torna disponível e se desvincula dos meios de subsistência com que se abasteciam. Esses meios se transformam então em elemento material do capital variável. Os camponeses expulsos das lavouras têm de comprar o valor desses meios, sob a forma de salários, a seu novo senhor, o capitalista industrial. O que sucede com os meios de subsistência, ocorre com as matérias-primas que a agricultura indígena fornece à indústria. Elas se transformam em elemento do capital constante”. (43)

Essa situação torna claro o panorama vivido pelos camponeses ingleses diante da Revolução agrícola, panorama válido para praticamente toda Europa, e tão decantada por Morton A. L. (44) e tão divulgada por Thaeer, A. (45), e que torna necessário uma consideração fundamental.

“Só a indústria moderna, com as máquinas proporciona a base sólida da agricultura capitalista. Expropria radicalmente a imensa maioria dos habitantes do campo e consome a dissociação entre a agricultura e indústria doméstica rural, cujas raízes, a fiação e a tecelagem, são extirpadas. Por isso, só ela consegue se apoderar do mercado interno por inteiro para o capital industrial”. (46).

Portanto, parece-nos possível agora, verificar a situação geral do campesinato europeu e como se deu a introdução do sistema de produção capitalista, e que situações criou.

A família do camponês da Idade Média constituía uma sociedade economicamente autossuficiente, pois não só produzia os produtos agrícolas necessários, como também construía ou fabricava os produtos necessários à sua sobrevivência (casa, móveis, roupas, etc.). Assim constituída a sociedade era praticamente sólida, só conhecia períodos de crises quando ocorria um incêndio ou uma má colheita ou mesmo a invasão de um exército inimigo, mas todos esses males eram passageiros e facilmente superados. (47).

No entanto, essa situação passou a ser alterada lentamente, porém com grande profundidade, quando a indústria essencialmente urbana e o comércio promoveram a dissolução da pequena indústria dos camponeses. Assim, com o crescimento industrial que antes só fabricava para a cidade e os subúrbios, começa-se a produzir ferramentas que o camponês não conseguia produzir, da mesma maneira que passava a criar novas necessidades que penetravam no meio agrícola de maneira tanto mais rápida e tanto mais irresistível, quanto mais ativas se tornavam as relações entre a cidade e o campo.

Outro fator, o militarismo, que levando o filho do camponês para a cidade coloca-o em contato com as novas necessidades urbanas. E mesmo, a superioridade da indústria urbana que transformou os produtos da pequena indústria camponesa em artigo de luxo. Tal processo acelera-se com a melhoria dos meios de comunicações, que a sociedade capitalista implanta: as estradas de ferro, os correios e jornais.

Assim, não só as áreas urbanas e suburbanas se tornam seus mercados, mas todo o país. Com a desagregação da pequena indústria camponesa e com as

necessidades de comprar as coisas dispensáveis e indispensáveis, torna-se necessário o dinheiro e os camponeses não conseguem se manter sem o mesmo. E para consegui-lo ele passava a transformar os seus produtos em mercadorias e levava-as ao mercado para vendê-las, só encontrava compradores para os produtos que a indústria urbana não produzia, ou seja, os produtos agrícolas, e não para os produtos de sua pequena indústria doméstica. Tal fato, leva à transformação do camponês autossuficiente em um agricultor propriamente dito. Porém, as leis do mercado eram implacáveis, pois o que em outros tempos era motivo de festa, uma grande colheita, agora podia ser a própria ruína, uma vez que os sistemas de comunicações não eram intensos e não permitiam os deslocamentos das superabundâncias de algumas áreas para as de escassez de outras. Assim, novas leis se lhes impunham: más colheitas, preços altos, boas colheitas, preços baixos.

Com a aceleração da transformação da produção agrícola em produção de mercadoria, a manutenção da situação primitiva de venda direta do produtor aos consumidores se tornou praticamente impossível, pois, quanto maiores eram as distâncias e a duração das viagens aos mercados, para os quais o camponês produzia, mais lhe era impossível vender diretamente aos consumidores. Tornava-se assim necessário o intermediário, comerciante, que passa a figurar entre o produtor e o consumidor, o produtor perde contato com os consumidores e com ele perde a visão do próprio mercado. O comerciante, agora nessa situação, passa a utilizá-la para explorar o camponês. Nos anos de poucas colheitas o camponês sem dinheiro, passa a tomá-lo emprestado e para garantir o crédito, hipoteca as terras. Se a colheita do próximo ano é boa e ele consegue se desvencilhar da hipoteca, muito bem, caso contrário; as terras vão a leilão e o bem hereditário agora transformado em mercadoria, passa para o comerciante ou para o usuário e o camponês transforma-se num proletário.

Outro fato de grande importância era o

número de número de pessoas a depender da produção da mesma porção de terra. Caso esse número fosse grande, havia a necessidade de mandar os filhos para trabalhar em outros locais (fazendas, cidades ou mesmo para a América). É deste mecanismo que surgem os trabalhadores assalariados, cujo engajamento na área rural só acontece quando há a necessidade de braços, principalmente nas épocas de plantio e colheitas. E o proprietário também, não conseguindo o necessário a seu sustento, passa a empregar-se nas propriedades maiores e por conseguinte a família rural passa a ser substituída por um grupo de operários contratados que passam a trabalhar para o proprietário em suas terras. É a substituição do trabalho familiar pelo trabalho assalariado. Enfim, é a transformação da agricultura feudal em agricultura capitalista.

Assim, a situação da família camponesa existente sob o feudalismo vai se destruindo para dar lugar à novas formas, novos padrões e novos valores. O mesmo fato ocorre com o uso do solo como veremos a seguir.

A cultura de três afolhamentos, que consistia no tipo de uso de solo tradicional, era o ponto alto econômico da sociedade doméstica, fechada, que bastava a si mesma, a sociedade de território, ou como é chamada no livro de Kautsky, K. (48) “markgenossenschaft”.

“O ponto de partida” ... lembra Kautsky ... “da exploração camponesa foi o quintal com a casa (haushofstatte), que se tornaram propriedades privadas. Esta compreendia, além da casa e dos edifícios de exploração necessárias, uma faixa de terra em torno do prédio, que era cercado. A cerca envolvia a horta, onde se encontravam as plantas necessárias à alimentação, legumes, o linho, árvores frutíferas, etc. A aldeia compunha-se de um número mais ou menos extenso de quintais semelhantes. Fora da aldeia situava-se o território partilhado, as terras lavradas. Estas eram divididas onde reinasse a cultura de três afolhamentos. Isto verifica-se mais

frequentemente em três folhas (fluren) ou sazões (zelgen). Cada folha se dividia por sua vez em diferentes cercados, isto é, em superfície cultiváveis que diferenciavam entre si pela situação e qualidade do solo. Em cada cercado, cada casa possuía um lote de chão que pertencia privativamente. Fora do território partilhado havia o território não partilhado (allmends, território comum) isto é, o bosque e a pastagem”. (49).

Essa situação, fazia com que os camponeses utilizassem em comum os bosques e as pastagens, ou seja, a área não partilhada, porém, a área lavradia era cultivada independentemente por cada família, mas não a seu bel prazer, pois havia uma obrigação de folha (flurzwang) no interior de cada folha, que consistia na necessidade de cultivá-la de maneira uniforme. Os cereais eram a alimentação básica dos camponeses, porém a criação e a exploração das pastagens dominavam toda exploração agrícola. Assim, a cada ano, uma das três folhas de terra lavradia ficava em pousio, ao passo que a outra destinava-se a cultura dos trigos de março e a última à sementeiras de outono. No ano seguinte mudava-se de folha e assim, ia-se promovendo a rotação das folhas.

No entanto, a solidez apresentada pela sociedade do território foi desmontando-se, à medida que a indústria urbana aumentou a procura de dinheiro por parte do camponês; ao mesmo tempo, dois elementos que dele, inteira ou parcialmente, tiravam a sua força vital, a nobreza e o Estado Moderno nascente; e no momento em que o camponês passa a produzir para a venda de gêneros alimentícios às cidades. O equilíbrio do território estava rompido, pois a sociedade estruturava-se de modo a não solicitar nada de fora e também não entregar nada para fora. Assim, a procura de cereais, o crescimento da própria população levava a partilha das terras comum, provocando assim uma diminuição da propriedade em função da transformação gradativa também da terra em mercadoria. A partir desse momento em que as terras escasseavam, surgia a tendência do monopólio do mais considerável dos meios de produção,

a terra. Lutas encarniçadas eram travadas entre a nobreza e os camponeses e os resultados sempre foi favorável aos nobres feudais que obtinham do Estado o auxílio necessário contra os camponeses. Rompeu-se o equilíbrio de sistema de cultura de três afolhamento, pois o que mais convinha à exploração dos nobres feudais era inicialmente a silvicultura (necessidade de madeira criada pelo crescimento das cidades) até o momento em que foi substituída pela hulha e pelo ferro.

Os camponeses que antes dispunham coletivamente dos bosques tiveram que passar a comprar tudo o que lá outrora buscavam gratuitamente. O mesmo fato aconteceu com as pastagens quando as indústrias urbanas crescentes careciam de mais matérias-primas – a lã por exemplo.

Essas duas atividades – a silvicultura e a pecuária dos ovinos – praticadas em moldes capitalistas, no entanto, não exigiam grandes somas de capitais e nem grande número de mão-de-obra, mas exigiam a propriedade privada das mesmas.

Porém o crescimento dos mercados urbanos fez com que a procura dos cereais também aumentasse e os senhores feudais passaram a expulsar os camponeses de seus domínios, pois:

“... quanto menos operários houver na terra do nobre tanto mais a carga do trabalho deve pesar sobre cada indivíduo”. (50)

Com isto aumentam as terras pertencentes aos nobres e aumentam os contingentes de proletários urbanos. Fica rompido o equilíbrio da cultura de três afolhamentos e conseqüentemente da própria sociedade do território.

Tal fato era no decurso do século XVIII um entrave para a agricultura. A procura cada vez maior de gêneros alimentícios provocado pela concentração da população, demonstrava claramente que o sistema de três afolhamentos onde uma folha fica em pousio, não podia permanecer, e então, passa a sofrer a influência da

agricultura inglesa que já havia superado tal problema. O antagonismo estava criado, e Kaustsky, K. muito bem narra essa situação.

Porém, a aplicação da agricultura intensiva nos moldes ingleses era quase incompatível no continente europeu, pois o sistema de propriedade existente constituía-se em um entrave. Surgia a necessidade de um aumento da produção de gêneros alimentícios e com ela a necessidade de adaptar-se às novas exigências do mercado. No entanto, a sociedade de território tinha uma estrutura de funcionamento fechada a qualquer que fosse o produto procurado no mercado, só se podia plantar nas lavouras o que a comunidade territorial decidia.

“Agora, surgia o mercado com as suas exigências instáveis, desenvolvia-se a desigualdade entre companheiros da aldeia, entre os quais alguns produziam, quando produziam em suas terras, apenas o indispensável para si mesmos, ao passo que outros produziam em excesso. Uns, os pequenos, continuavam a colher para o seu consumo próprio, agarrando-se com unhas e dentes à comunidade territorial. Para outros, esta se transforma num entrave. Qualquer que fosse a procura do mercado, só podiam plantar nas suas lavouras o que a comunidade territorial prescrevia. Do mesmo modo, desenvolveu-se um antagonismo de interesse em relação ao resto da pastagem comum. O pequeno camponês dela dependia, pois não tinha meios para passar a uma forma mais alta de exploração. A subdivisão da pastagem comum lhe impedia quase a posse de animais. O que procurava, principalmente, era uma maior quantidade de esterco. A partilha lhe daria, talvez, mais terra, mas diminuiria as suas provisões de adubo, porque o obrigava a reduzir o número de suas cabeças de gado. Os camponeses abastados, ao contrário, consideravam um desperdício criminoso o emprego, com pastos, de glebas que poderiam, com seus recursos, explorar de maneira muito mais produtiva. E do seu lado, se achavam os teóricos, os representantes do modo de exploração mais elevado que se desenvolvera na Inglaterra. Para a passagem a esse modo de exploração impunha-se a ruptura do compromisso entre o comunismo fundiário e a propriedade privada, representado pelo sistema de cultivo da Idade Média. Impunha-se o estabelecimento da propriedade privada completa, a partilha da

pastagem comum, a supressão da comunidade territorial e da coersão da folha, a eliminação do emaranhamento dos lotes disseminados, e a sua reunião numa unidade. O proprietário fundiário se tornaria assim o proprietário completo de suas terras numa superfície contínua, superfície que poderia então explorar de modo exclusivo segundo as regras da concorrência e do mercado.” (51) (Sem grifo nosso no original).

É este pois, o momento em que as contradições existentes no campo, exigiam soluções dos enclaves surgidos nos próprios campos alemães. Pois, se de um lado, o problema da divisão de terras do camponês era um entrave, de outro, o grande proprietário, também passava a enfrentar problemas, pois os novos sistemas requeriam, maior inversão de capital, e as leis do mercado eram implacáveis, o problema era, pois, encontrar solução para minimizar o risco de um investimento sem retorno. O problema era encontrar uma solução para que realizado um investimento de capital dado, numa porção de terra determinada, a quantidade produzida de produtos que era transformada em mercadoria, não tivesse no mercado um preço que não cobrisse as despesas com o investimento.

Assim, chega-se a um ponto importante: a maioria das áreas agrícolas europeias viviam no momento um entrave, uma contradição que exigia soluções. A Prússia, no entanto, conhecia um processo de adaptação às novas condições impostas pelos mercados, com estrutura aristocrática mantida a todo custo, ou seja, eram os Junkers, agora tentando buscar soluções capitalistas, mas receosos; eram os “teóricos” do modo de produção capitalistas, tentando impor ideologicamente, a eficácia do novo modo de produção; são os próprios latifundiários indecisos, quanto à adoção dos novos métodos.

Enfim, é toda essa interação histórica que compõe o momento da opção de Von Thünen, J. H. com relação aos ensinamentos de seu mestre Thaer, A.

Hall, P., novamente, mostra-nos como sucedeu o posicionamento de Von Thünen, J. H., depois dos encontros com Thaer, A.:

“Thünen chegou à questão da Tese de Thaer: ele acreditava que nenhum sistema era universalmente certo para todos os tempos e lugares; que realmente a tentativa de introduzir um sistema intensivo num solo errado, resultaria em diminuição do reembolso. Esta crença provou ser uma das mais importantes influências do nascimento do “Estado Isolado”. Mas a influência de Thaer, A. foi mais do que simplesmente negativa. Das conferências realizadas em Celle, Thünen chegou a realçar a importância da matemática para o estudo teórico da agricultura. Sob a influência de Thaer, ele se interessou uma nova ciência: a estática agrícola (a ciência que estabelece um estado de equilíbrio entre produção e esgotamento do solo). Isto, ele pensou, proveria uma técnica para testar a hipótese de Thaer sobre sistemas de colheitas; e de então até 1810, sua exposição teórica era quase que exclusivamente essencial para sua vida do trabalho”. (52).

Mas, estes elementos, dão-nos conta do posicionamento antes os ensinamentos. Importante se faz, verificar no cotidiano de sua vida, os passos, as ações, enfim, a produção de sua obra. Novamente recorremos a Hall, P.:

“Em 1803, não obstante, a educação formal de Thünen, não era muito completa. De Celle ele foi para a Universidade de Gottinger, onde por dois semestres estudou filosofia, biologia, economia e línguas. Assim, no verão de 1804, munido com uma carta de apresentação, proveniente de Thaer, ele embarcou numa viagem agrícola. Ele viajou via Saxônia para Mecklemburgo, onde visitou Her von Berlin, o pai de um amigo estudante de Gottinger, e proprietário do estado de Liepen. A mais nova dos nove filhos de Berlin, sua filha Helene, imediatamente ganhou o coração de Thünen. Eles estavam casados dois anos depois, em 14 de outubro de 1806.

“Com o casamento, Thünen teve que considerar onde ele prosseguiria sua vocação da vida como fazendeiro. A fazenda da família de Canarienhäusen

passaria para seu irmão mais jovem Friedrich, então Thünen decidiu procurar um estado no campo de seu sogro, longe para este de Friesland, na província de Mecklemburgo. Mas ele adiou a decisão final, devido ao então estado político da Alemanha e da Europa. Como as forças Napoleônicas e prussianas lutavam em seu caminho, através da Europa central, havia mil imposições e incertezas para o fazendeiro: recrutamento do grupo; a requisição de homens e cavalos; provisões; gado, taxas pesadas; epidemias humanas e animais correntes. Entretanto, Thünen optou por um arrendamento no estado Rubkow próximo à Ankla no este da Pomerânia, pertencente a seu cunhado. A fazenda estava em condições precárias e levou a Thünen a ter que meditar muito tempo, sobre problemas do aperfeiçoamento agrícola. Finalmente, depois de inspecionar treze fazendas em Mecklemburgo, ele comprou o estado de Tellow com 1146 acres de seu cunhado Heinrich Schröder, em 28 de junho de 1810, quatro dias depois de seu vigésimo sétimo aniversário”. (53).

É em Tellow e a partir de 1810 que Von Thünen J. H. começa as experiências em sua propriedade, que vão culminar com a produção de sua obra. Entretanto, no momento cabe ainda preocuparmo-nos com o contexto histórico global, que cria as condições materiais onde vive Von Thünen, J. H., ou seja, é importante compreendermos o desenvolvimento histórico alemão no século XIX, pois é neste contexto que viveu VonThünen J. H. Devemos lembrar também que este contexto histórico vai se caracterizar pelo nascimento industrial da Alemanha, portanto, do modo de produção capitalista.

É no decurso de uma única geração, que a Alemanha passou de uma coleção de estados economicamente atrasados, que compunham um conglomerado político, para se constituir num império unificado com rápidos progressos, graças à uma indústria em acelerada expansão e estribada em uma sólida base tecnológica. (54).

Como prossegue Kemp, T. em sua obra (55) esta transformação, por estar acompanhada pelo uso deliberado da força militar como instrumento de política nacional e também por um

exacerbado nacionalismo, representou um acontecimento histórico que, do ponto de vista político, abria uma nova era para a Europa, que culminaria com as duas guerras mundiais do século XX e do ponto de vista econômico estava nascendo uma potência industrial, capaz de se impor à Europa e ameaçar a posição hegemônica da Inglaterra nos mercados mundiais.

“As circunstâncias dominantes antes e durante o processo do surgimento industrial alemão, conferiram ao capitalismo deste país sua expressão específica. Esta incluía, falando sumariamente, uma alta concentração do poder econômico nas indústrias avançadas, uma associação estreita entre indústrias e bancos, assim como a combinação de uma estrutura institucional tradicional e arcaica com as formas mais desenvolvidas do capitalismo. Tratava-se de uma mescla dinâmica, porque não dizer explosiva”. (56).

Para compreendermos esta situação, que se forma na Alemanha, devemos lembrar rapidamente o que já afirmamos momentos antes. Não há dúvida que a crise econômica e a advinda da guerra dos 30 anos, as muitas divisões políticas impostas pela paz de Westfalia (1648), são elementos importantes para compreendermos as desigualdades existentes entre a Alemanha e o restante da Europa Ocidental. Seu regime político e sua estrutura social se encontravam mais próximas da Rússia dos Czares do que do bloco ocidental europeu. Nos estados governados autocraticamente por reis, príncipes, duques, etc., as relações sociais, continuavam sendo de caráter feudal.

“Isto era mais evidente nas terras dos Hohenzollern no este da Alemanha onde as propriedades da casta militar latifundiária – os Junkers – eram cultivadas mediante as prestações em trabalhos obrigatórios dos servos camponeses”. (57).

No entanto, na porção oeste da Alemanha, a situação era pouco diferente, pois já havia sido abolida. Mas, mesmo se levarmos em conta as diferenças regionais, verificava-se que a

agricultura camponesa se desenvolvia num nível de produção bastante baixo. Toda possibilidade de melhoria no sistema de cultivo era entravada, porque a parte excedente dos camponeses – aquela que excedia à subsistência – era expropriada pelos superiores sociais. A servidão coletiva da comunidade aldeã, contribuiu também para restringir as iniciativas individuais, impedindo a chegada da agricultura voltada para o mercado.

“Já naqueles casos em que a propriedade era explorada pelo senhor mesmo, com a ajuda da mão-de-obra servil, era possível encontrar uma organização mais racional da agricultura. Os senhores não eram, em geral, proprietários em tão grande escala como os do Império dos Habsburgos ou os da Inglaterra. Dedicaram-se à exportação de suas propriedades com a finalidade de manter seus ingressos e se converteram, quando eram competentes e capazes, em empresários agrícolas que vendiam no mercado os excedentes das colheitas – com destino às cidades, ao exercício ou à exportação – ou os transformavam na própria propriedade em artigos vendáveis neste mesmo mercado.

Os latifundiários prussianos tiveram a sorte de encontrar mercado, ao mesmo tempo em que dispunham de uma mão-de-obra dócil. Seus interesses centralizavam-se, não obstante, não na ampliação de uma economia de mercado, formavam uma castra exclusiva que dominava o estado e o exército, com as quais constituíam a base social para a monarquia dos Hohenzollern. Nenhuma das mudanças introduzidas por Frederico o Grande, pode ganhar terreno em relação aos privilégios, inclusive ele mesmo foi conservador em suas previsões. Para ambos, a iniciativa econômica devia estar em função das necessidades políticas, ou seja, das necessidades de uma classe dirigente tradicional. **Do mesmo modo que os Junkers, mais ilustrados procuravam dirigir pessoalmente suas propriedades sobre princípios racionais, como o fim de aumentar ao máximo seus ingressos.** Frederico considerava o país uma propriedade que devia ser administrada como seu domínio real”. (58) (Sem negrito e grifo no original).

Ao que parece, não há dúvidas de que Von Thünen, J. H. está plenamente, inserido neste quadro histórico, e é aí, que devemos compreendê-lo, ou seja, sua posição nas classes sociais,

sua posição na economia, sua posição política, enfim, o comprometimento ideológico de sua obra com relação aos benefícios e à tentativa de eternização das relações de produção, que no conjunto histórico da formação alemã já estavam comprometidos, pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas e das próprias relações de produção.

No entanto, devemos verificar que, continuando a análise que vínhamos fazendo, em termos da política econômica, o estado prussiano seguiu as práticas econômicas estabelecidas, desenvolvendo as atividades que se demonstrassem mais interessantes ao Estado, ou seja: satisfazer suas necessidades em tempo de guerra; redução de sua dependência das importações estrangeiras e incrementar suas exportações visando obter dinheiro efetivo. Os setores industrial e comercial estiveram sob o controle e direção burocrática, por parte dos oficiais da Coroa.

“É certo que o estado foi o iniciador de algumas empresas industriais e seus oficiais atuaram ao modo dos empresários na falta da iniciativa privada. Sob a direção de Frederico, a burocracia acompanhou os esforços financeiros privados. Adiantou dinheiro, aquelas indústrias que acreditou aconselhável adiantar e desta maneira salvou algumas de um desastre financeiro. Em alguns setores, tais como a mineração, as empresas públicas e privadas coexistiam uma ao lado da outra. Na realidade, estava-se estabelecendo uma tradição de intervencionismo estatal na economia, que ia ter grande importância durante os primeiros passos da industrialização no século seguinte. Por tanto, sem embargo, devemos dizer que a política de Frederico e seus oficiais não se propunha a industrialização do país, apenas, tão só, a servir aos interesses da monarquia. Os efeitos concretos de uma política que englobava altos impostos, altas tarifas protecionistas e a conservação da escravidão, e que estavam dominadas pelas necessidades do exército e da guerra, ou da sua preparação, foram poucas favoráveis ao desenvolvimento industrial”. (59).

Assim, continua a afirmar Kemp, T. na

experiência prussiana até os idos de 1848, poucas indicações são dadas, para crer que a burocracia do estado, tinha em mira a promoção do desenvolvimento econômico, sem que este significasse o aumento de seus próprios ingressos ou o aumento do poder do estado.

“Ainda que alguns dos que ocupavam cargos eram homens ilustrados, homens permeáveis às ideias do liberalismo econômico, se comportavam de forma empírica, tomando do programa liberal aquilo que respondia às necessidades da conveniência administrativa. Ao mesmo tempo, sua submissão a uma monarquia dinástica e seus laços com a nobreza latifundiária faziam com que suas inclinações se manifestassem conservadoras”. (60).

É, pois, dentro desse espírito conservador que o Estado dirigiu e apoiou os setores mineiros e industriais. É também, ao nosso ver neste contexto, que a obra de Von Thünen, J. H., vai ganhar validade na Alemanha, de então. Como podemos verificar na citação que se segue: -

“Ainda que (prosegue Kemp, T.), alguns membros da burocracia desempenharam funções empresariais, atuando em ocasiões como inovadores, o fizeram, em geral, dentro de um esquema tradicional do “mercantilismo”. (61).

Assim, a exemplo do que se passava em outros estados europeus em fase do desenvolvimento similar, a intervenção do estado na economia era algo que se dava como fato consumado, porém, o caminho realmente revolucionário no caso alemão, consistiu em deixar a economia à interação espontânea das forças conflitantes e competitivas do mercado. E a longevidade do interesse estatal pelo setor industrial, foi pelo menos durante a primeira metade do século XIX um sinal de atraso no desenvolvimento alemão. Isto porque, este interesse não se vinculava a uma preocupação pelo crescimento. Levando os acontecimentos a mostrarem-se que o desenvolvimento do capitalismo industrial podia acontecer num contexto em que o estado conservava um papel predominante e que

não era incompatível com a existência de um setor pertencente ao estado.

“Pelo contrário, a indústria controlada pelo estado não devia equiparar-se ao socialismo e tão pouco nada fez para alterar a natureza capitalista do desenvolvimento econômico que aí ia ter lugar”. (62).

Assim, a Prússia que saíra territorialmente fortalecida das duras lutas do período revolucionário e napoleônico, continuando com sua administração intacta e pronta para reafirmar-se rapidamente, depois da derrota de Iena (1806) sofreu também, um processo renovador, a moldes do que aconteceu em outras áreas que estiveram sob a ocupação francesa. Entre essas reformas, como já destacamos estava uma reforma agrária controlada e realizada “de cima para baixo”, e os inícios de uma política econômica de efeito mais liberal.

Ainda que a população prussiana em todos os níveis, com exceção da burguesia, não partilhasse dos ideais liberais, a emancipação dos servos, abriu terreno para a industrialização, pois havia a base para o desenvolvimento de uma mão-de-obra livre e para a integração da granja camponesa e da propriedade latifundiária em uma economia de mercado.

“A capacidade migratória pessoal, a divisão da produção e a ênfase colocada no triunfo individual – exigências todas do capitalismo – eram impossíveis sem uma reforma do antigo sistema agrário”. (63).

Existiam na Alemanha do século XVIII e começo do século XIX duas formas principais de feudalismo agrário. Uma, localizada no oeste alemão e outra no Leste. A primeira apresentava-se da seguinte forma: a terra era cultivada principalmente pelos camponeses limitando-se o senhor à expropriação de tributos em dinheiro ou em espécies; as prestações em trabalho obrigatórios e as formas legais de servidão ou já tinham sido extintas, ou foram extintas

durante este período, “de cima para baixo”, pelos governantes, interessados em aumentar a capacidade de pagamento de impostos dos camponeses. A antiga distribuição das parcelas dos campos e os regimes de explorações continuavam os mesmos da Idade Média (64) apesar das tentativas quando da ocupação francesa que cuidou de destruir os restos feudais, mas sem promover nenhuma redistribuição radical de terras e o senhor latifundiário continuou a receber as rendas monetárias dos colonos. A segunda forma apresentava: grande parte das terras era cultivada sob o controle direto do proprietário, que utilizava o trabalho dos servos produzindo um excedente para ser vendido no mercado. Os senhores eram, ao mesmo tempo socialmente poderosos e constituíam o suporte principal da monarquia Hohenzollern.

Mas, no conjunto da formação histórica alemã, a emancipação camponesa que teve lugar durante muitos anos, de formas diversas, só conseguiu, durante o século XIX, o desaparecimento total dos últimos vestígios do feudalismo.

“Onde existia uma agricultura camponesa, a terra, como de costume, era explorada em regime de campos abertos, ainda que, naqueles casos, em que o que privava era uma ou outra forma de servidão, o camponês desfrutava sob a antiga ordem de uma certa segurança, pelo menos frente às pressões do mercado. O processo de reforma agrária tendeu, geralmente, a expor o camponês à ação das forças do mercado e a introduzir um novo elemento de instabilidade na vida rural. Antes de passar muito tempo, a agricultura alemã sofreu uma aguda crise de falta de produção, em consequência da qual muitos camponeses – tanto do Leste como do Oeste – abandonaram a terra para emigrar para as cidades ou para a América”. (64)

Mais uma vez, é importante lembrar que, é neste contexto que é produzida a obra de Von Thünen, J. H. ou seja, é o final do feudalismo influenciando na sua formação, é a transformação para o capitalismo fluindo na sua produção.

A ocupação da Alemanha por parte das tropas francesas e a consequente derrota do exército prussiano, produziram mudanças na Alemanha do Oeste, onde se aceleraram as tendências já existentes para uma agricultura camponesa individualista voltada para o mercado. É na Alemanha de Leste, onde o controle da situação continuou sob os poderes da monarquia Hohenzollern que a derrota militar implicou na necessidade de implantar-se reformas destinadas a “modernizar” a sociedade prussiana, sem perturbação do equilíbrio existente.

À reforma Stein – Hardenberg das relações agrárias prussianas, começou em 1807 com a abolição da servidão pessoal, que só se tornou realidade em 1810, possibilitando assim a repartição e consequentemente a venda mais fácil das propriedades agrícolas.

“Qualquer que tivera sido a forma que Stein pretendia proteger o campesinato, desapareceu do mapa ante o modo que seu sucessor Hardenberg enfocou o prosseguimento da reforma agrária. Por meio dos decretos de 1811 e 1821 determinava que os colonos podiam reter parte de suas possessões em troca de ceder outra parte ao senhor. A proporção que devia renunciar a favor do senhor foi de um terço para aqueles que possuíam possessões hereditárias e de dois terços para aqueles cujas possessões não eram transmissíveis. Os colonos hereditários podiam optar, como alternativa, por adquirir a totalidade de suas possessões em troca do pagamento equivalente a vinte e cinco anos de renda. Estas medidas beneficiaram uma minoria de colonos que possuía grandes possessões, animais de tiro ou algum capital. Porém, para muitos outros, que se encontravam num nível de maior pobreza, esta “emancipação” foi desastrosa. Encontrava-se agora com uma quantidade de terra que dava só para manter-se a si mesmo e à sua família, e que não lhes permitia sequer negociar eficazmente com seu patrão. Se permaneciam no campo, tinham que trabalhar em troca de salários baixos e expostos a todas as inclemências de um mercado de mão-de-obra inseguro e flutuante”. (65)

Já no que se refere aos senhores e os camponeses mais avantajados em menor escala, eles saíram com trunfos da reforma de Stein – Hardenberg, pois às grandes propriedades juntava-se uma terra cultivável adicional, obtendo grandes vantagens na repartição das terras comunais e nos pastos. Pelo decreto de 1816, os camponeses sem possessões nos campos da aldeia, ficaram excluídos da reforma e passaram assim a constituírem-se em reserva de mão-de-obra para os proprietários e camponeses mais ricos e perdiam, portanto, a parca segurança que os direitos comunais anteriormente lhes garantia.

Assim, ficava intacto na Alemanha de leste o equilíbrio de forças;

“O Junker seguiu dominando o cenário rural. Tendo agora uma maior extensão territorial e tendo assegurada a provisão de mão-de-obra, pelo menos por algum tempo pode trabalhar cada vez mais como produtor em grande escala de cereais e como empresário rural. Os camponeses, se bem que, já não eram servos, pagaram caro sua liberdade. Os cálculos da quantidade de terra que perderam, variam; no entanto, cita-se a cifra de 2.500.000 acres, muitas possessões simplesmente desapareceram, outras permitiu-se – apesar da redução – conservar-se e muitas possessões camponesas foram vendidas devido ao fato de que sua situação – sem pasto nem direitos comuns – resultava inadequada para as necessidades dos colonos”. (66)

Todos estes acontecimentos permitiram que na Alemanha de leste a agricultura atingisse um maior grau de eficiência, contribuindo então para um maior crescimento da grande propriedade e do camponês avantajado, capaz de produzir para o mercado.

Com isso, foi possível a utilização de novas técnicas agrícolas, tirando assim partido das oportunidades oferecidas pelo mercado em franco crescimento.

A grande propriedade continuou desempenhando uma posição dominante na economia alemã do Leste e o governo prussiano protegeu-se durante o século XIX. A transmissão hereditária provocou um aumento das grandes propriedades em número e tamanho. No que se refere à mão-de-obra, ela estava garantida, por todos aqueles que outrora havia trabalhado como servos. Assim, a estrutura social da Alemanha de leste, que era dominada pelos Junkers, encontrou um apoio adicional nos novos proprietários alemães: os camponeses acomodados.

O crescimento da demanda de produtos agrícolas, internamente e externamente à Alemanha depois de 1815, permitiu que esta estrutura agrária reorganizada ganhasse impulso. A paz, a estabilidade do governo, o desenvolvimento dos conhecimentos médicos e dos hábitos higiênicos, os casamentos precoces, imprimiram ao país uma verdadeira revolução demográfica. Aumentaram os pequenos proprietários, os assalariados e os artesões na porção leste, embora a pressão demográfica aí não tenha sido grave, estava criada uma reserva de mão-de-obra para a indústria. O mesmo não aconteceu na porção oeste da Alemanha, onde o crescimento populacional durante a primeira metade do século XIX, criou uma pressão intensa sobre a terra e sobre o consumo de alimentos. Esta crise agrária era reflexo das deficiências da agricultura camponesa desenvolvida no velho estilo do Oeste.

Mas, antes de voltarmos nossa atenção para a década de 1840 na Alemanha, quando encerra-se a obra de Von Thünen, J. H., devemos ainda verificar alguns fatos importantes para a compreensão do período que compreende a produção da obra de Von Thünen, J. H..

É a burocracia prussiana, mais interessada na conveniência administrativa, que na promoção do crescimento econômico que toma as primeiras medidas econômicas que se

constituíram na base para a formação (unificação) do estado Alemão e da própria possibilidade do desenvolvimento industrial. O primeiro passo, foi a imposição de uma aduaneira uniforme e ligeiramente protecionista em todos os territórios prussianos. Esta unificação criou uma fronteira aduaneira com os demais estados alemães que proibia assim, o contrabando e o livre fluxo comercial. Logo em seguida, a burocracia administrativa prussiana, interessada em atrair para o sistema aduaneiro prussiano os estados vizinhos, procurou estabelecer com os mesmos acordos sobre tarifas.

“O último passo lógico, uma vez superadas as suspeitas acerca das verdadeiras intenções prussianas, foi uma mais ampla união aduaneira que permitia aos produtores circularem livremente pelo interior da Alemanha e que reservava a imposição de tarifas para aqueles produtos provenientes de países estrangeiros.

Quando, em 1834, entrou em vigor o Zollverein (67), a maior parte da Alemanha foi unificada numa única zona de livre comércio. Tratou-se de um arranjo entre estados que, por razões históricas ou culturais, possuíam já, muitas coisas em comum e se encontravam livremente associados através da Confederação a divisão de influência inclinara-se para o lado da Áustria, o Zollverein foi uma criação prussiana que a burocracia planejou manter sob seu controle. O peso político e territorial da Prússia foi decisivo neste aspecto. A alternativa de algumas uniões aduaneiras parciais de Alemanha sem a Prússia não era viável, entretanto, uma união aduaneira era possível sem a Áustria. Além disso, uma vez excluída a Áustria, os novos laços materiais que se desenvolveram dentro da estrutura da área de livre tarifas aproximaram populações de estados membros entre si e criaram uma nova distinção entre eles e a Áustria. Dessa maneira, preparava-se inconscientemente o caminho para a futura hegemonia da Prússia, assim como uma solução da questão alemã, que excluía a Áustria”. (68)

Assim, o Zollverein que havia sido criado por razões basicamente política, demonstrou ser um fator de suma importância para a promoção do desenvolvimento econômico alemão.

Dessa forma, aumentou os limites legais do mercado; tornou possível a livre circulação de mercadorias; tendeu a destruir os antigos particularismos e diferenças locais, reforçando os vínculos comerciais entre as diferentes áreas; e reforçou o nacionalismo cultural, que interessava particularmente à intelectualidade da classe média, com novo nacionalismo cultural, que interessava particularmente à intelectualidade da classe média, com um novo nacionalismo econômico que inspirou os crescentes grupos comerciais. Mas ...

“Para possibilitar a realização de todas as potencialidades contidas no Zollverein, devia-se melhorar os transportes internos. O transporte por estradas de terra ao longo de grandes distâncias resultava caro. O transporte fluvial especialmente no Reno, ainda que estivesse se desenvolvendo tremendamente e pudesse ser completado mediante canais, tinha limitações geográficas definidas. Por isto, a possibilidade de utilização da estrada de ferro teve importância decisiva nesta etapa. A estrada de ferro era produto de uma tecnologia avançada, porém podia ser introduzida em países relativamente atrasados, como a Alemanha, de forma prática e direta, com financiamento estrangeiros, e utilizando materiais e técnicas importados. Neste sentido, a Alemanha encontrava-se em situação de queimar etapas”. (69)

No entanto, as primeiras linhas ferroviárias encontraram na Alemanha certas restrições e não foram bem-vindas ao governo prussiano e de outros Estados. O motivo era o temor pelos excessos da especulação. Só no decurso da década de 1840 que esta oposição conservadora diminuiu. E tal fato deveu-se em primeiro lugar à possibilidade dos proprietários aumentarem seus ingressos, devido à ampliação dos mercados que era função do novo sistema de transportes. E em segundo lugar, a compreensão da importância estratégica das ferrovias pelos militares.

Em consequência, uma nova realidade econômica se apresentava aos alemães, o capital estrangeiro. Este, proveniente de países estrangeiros mais avançados, via na Alemanha

possibilidades de incremento, principalmente devido à existência de recursos minerais que formavam a base das indústrias do ferro. Deve-se também aqui, salientar que, a entrada de capital estrangeiro deu-se com a anuência do Estado que não só o protegeu, mas criou linhas férreas estatais visando uma espécie de garantia financeira para estimulá-lo.

Embora esse fato seja de grande importância, principalmente, na segunda metade do século XIX para a própria revolução industrial alemã (que estava sendo implantada), é a década de 1840 a de vital importância para essa revolução e para a própria vitória do modo de produção capitalista em território alemão.

Como já dissemos páginas atrás, a crise agrária que toma conta da Alemanha é o estopim da revolução de 1848. Pois que, com o desenvolvimento da crise na porção leste da Alemanha, a única saída para muitos foi a emigração, mas como a viagem para o outro lado do Atlântico, também exigia dinheiro, saíram os camponeses melhor avantajados, que vendiam suas terras e partiam pensando encontrar no novo mundo, melhores possibilidades. O mesmo não aconteceu com os mais pobres, que viam sua situação piorar com a crise alimentícia que afetou toda a Europa. O parcelamento das terras na Alemanha de oeste contribuiu para agudizar as condições materiais do campesinato.

“... Em todas as partes o colono passou a depender cada vez mais das forças do mercado e suas relações para com o senhor tornaram-se puramente monetárias, porque a emancipação no Oeste, não se limitou-se a deixar o camponês vergado pelos pagamentos monetários, em substituição às antigas obrigações e serviços, mas também a miséria obrigou a muitos camponeses a arrendar terras dos latifundiários sob uma pura base contratual”. (70)

Dentro desta situação global vivida pela Alemanha que explode na Revolução de 1848, é que devemos encontrar os últimos dias de vida de Von Thünen, J. H.. Este período,

que vai da produção de sua obra até sua morte, é um período marcadamente ativo, e o engajamento de Von Thünen, J. H. no contexto alemão era uma realidade. Ponsard C. é quem nos coloca algumas considerações importantes:

“... se na época sua teoria não devia atravessar as fronteiras, ela foi pelo contrário, na Alemanha, de uma grande ressonância científica e política... porque em 1829 uma lei dita “lei de reunião” do governo prussiano devia dele emprestar seus argumentos”. (71)

Mas, talvez, ao nosso ver, as colocações mais contundentes que contextualizam, economicamente, socialmente, politicamente e ideologicamente Von Thünen, J. H., na formação social alemã estão nas últimas colocações de Hall, P. (72) a respeito de sua vida. Tudo indica, que o próprio Hall, P. não conseguiu perceber o significado de suas posições, uma vez que, ao relatar a vida de Thünen o faz lançando mão de um conjunto de palavras que apenas e tão somente descrevem os últimos passos de Von Thünen, J. H.. Isto fica claro na citação abaixo:

“E na base de sua experiência, ele estava produzindo uma grande abundância de ensaios sobre práticas agrícolas, que foram publicados no Jornal Agrícola local, de Mecklemburgo, o Neve Annalem der Mecklemburgo. Landwirtschaftsgesellschaft. A Universidade de Rostock reconheceu a distinção de seu trabalho outorgando-lhe um doutorado honorário em 1830.

Os últimos anos de vida de Thünen foram anos de intensa atividade política e de mudança revolucionária na Alemanha. No ano da revolução, em 15 de abril de 1848, ele sentiu-se capaz de carregar para operação seu grande projeto, formulado para a divisão de benefícios no estado de Tellow. Em 1848, também, ele foi eleito representante para a Assembleia Nacional Alemã, o infelizmente “Parlamento de Catedráticos”, em Frankfurt – em Main, mas não pode ocupar seu lugar.

Thünen morreu em Tellow em 22 de setembro de 1850, rapidamente e no outono, quando as folhas caem, como ele tinha desejado. Ele foi enterrado no cemitério da cidadela de Belitz, a cidade próxima a Tellow. Sob seu nome, na

lápide, seguindo seu desejo esta gravada sua fórmula para o salário natural”. A = \sqrt{ap} ”. (73).

Assim, pode-se perceber claramente a participação ativa de Von Thünen, J. H. na conjuntura alemã da época, o que evidencia a necessidade de melhor aclararmos esta conjuntura, principalmente, porque ela é revolucionária, portanto, apresentando uma intensa luta de classes.

Marx, K. (74) nos dá uma visão do movimento revolucionário alemão de 1840 a 1850.

A composição das diferentes classes sociais que formavam a base de toda organização política alemã estava composta principalmente pela nobreza feudal que conservava ainda muitos dos seus antigos privilégios.

“O sistema feudal prevalecia em todos os âmbitos e os senhores da Terra conservavam a sua jurisdição sobre os colonos. Privados dos seus privilégios, do direito de eleger os príncipes, conservaram quase toda a supremacia medieval sobre os habitantes de seus domínios, bem como isenção dos tributos. O feudalismo era mais florescente numas localidades do que noutras, mas, em nenhuma parte, exceto na margem esquerda do Reno, estava destruído por completo”. (75)

Esta nobreza feudal, numerosa e rica, constituía-se no “primeiro” fator do território, e seus membros compunham com exclusividade os mais altos escalões do governo e praticamente todos os chefes do exército. O mesmo não acontecia com a burguesia alemã, que além de não ser tão rica, não se encontrava concentrada espacialmente.

O motivo desta situação, encontrava-se na competição das indústrias inglesas; no desinteresse relativo do estado; instalação de poucas indústrias em pontos isolados do país; e nos constantes conflitos bélicos que ocorreram no território alemão. Assim,

a burguesia não chegava a compor um número significativo e concentrado para impor-se politicamente como tinha na Inglaterra e na França. É fato que, a partir de 1815 a influência política da classe média alemã tinha crescido, mas muito mais no que se referiam aos seus interesses materiais mais imediatos, que aos compromissos futuros da maior grandeza.

“Pode dizer-se com certeza que desde 1815 até 1830, e desde 1832 até 1840, todas as pequenas concessões de influência política que se tinham conferido à classe média nas constituições dos pequenos Estados lhes foram arrancadas outra vez durante os dois períodos de reação política, mas, em contrapartida aquelas concessões foram compensadas por benefícios práticos. Qualquer derrota política para a classe média levava atrás de si uma vitória no campo da legislação comercial”. (76)

Não há dúvida alguma, que a medida protecionista prussiana de 1818 e a criação, em 1827, do Zollverein, foram fundamentais para o fortalecimento da burguesia (industrial e comercial) da Alemanha e o despertar da atenção para com os problemas políticos do país (particularmente sua Constituição); para com a desordenada divisão do país em trinta e seis principados de tendência muitas vezes opostas; para com as ligações feudais que entravam a agricultura e o comércio relacionados a ela; e para com a burocracia que entrava suas transações.

A natural consequência foi o fato da unificação de interesses das classes comerciais dos diferentes estados e a sua constituição como força de oposição liberal ante o poder político. Esta mudança ocorreu a partir de 1840, no momento em que a burguesia prussiana assume a direção do movimento da classe média na Alemanha.

As demais classes sociais que compunham a população alemã eram os pequenos comerciantes e os lojistas, que bastante numerosa, constituiu-se em todo o corpo político moderno e

em todas as revoluções modernas, em uma classe de importância fundamental. A sua posição intermediária entre as classes dos grandes capitalistas, comerciantes e fabricantes (a burguesia propriamente dita) e o proletariado aspirava, ocupar a posição da primeira, ao mesmo tempo em que ao primeiro percalço remetia-se às fileiras do proletariado. É também importante ressaltar, que a aristocracia, e principalmente, a burocracia, compunham seus clientes e neles estava a possibilidade da subida social. Tais fatos, faz com que essa camada se porte de forma contraditória e vacilante nos momentos revolucionários.

Já com relação à classe trabalhadora, esta foi, ao contrário do que ocorria na Inglaterra, utilizada pelos pequenos comerciantes, cujo sistema industrial não é nada mais que uma cópia do que acontecia na Idade Média. Como consequência, o seu desenvolvimento fica na mesma proporção do desenvolvimento lento global da burguesia alemã, uma vez que a evolução dos meios de existência de um numeroso proletariado, forte e concentrado, corre a par com a evolução dos meios de existência de uma classe média rica, concentrada e poderosa. No campo, encontrava-se diferentes frações da antiga grande classe dos pequenos camponeses e aldeões, os cultivadores mais ricos chamados na Alemanha de “grandes” e “médios lavradores”, proprietários de granjas todos eles contando com os serviços de vários trabalhadores agrícolas. Além dessas frações, havia na zona do Reno os pequenos proprietários, consequência do fim do feudalismo com o domínio francês na área; os colonos feudais e os trabalhadores agrícolas.

Este conjunto de classes sociais ou frações compunham a nação alemã; e tal composição explica as incoerências e contradições que aparentemente existiu entre elas.

Com relação ao movimento político da burguesia alemã, pode-se afirmar que:

“... o movimento político da classe média ou burguesia na Alemanha data de 1840. Foi precedido de alguns sintomas que mostravam claramente que as classes endinheiradas e industriais daquele país iam chegando a uma fase que não lhes consentiria, por mais tempo, permanecer apáticas e passivas sob a pressão de uma monarquia quase feudal e burocrática”. (77)

Os príncipes menos influentes, com o objetivo de manterem-se independentes da supremacia prussiana ou austríaca, procuravam elaborar constituições mais ou menos liberais, no entanto, as classes médias desses pequenos estados mantinham-se praticamente afastadas das contendas travadas nas suas legislaturas.

Mas, ao mesmo tempo em que isso se sucedia:

“... surgiu uma plêiade de legisladores liberais, opositoristas dessas pequenas Assembleias: os Rottecks, os Welckers, os Roemers, os Jordans, os Stuves, os Enseinmanns, esses “homens populares” (Volksmänner), que depois de vinte anos de oposição mais ou menos ruidosas e sempre ineficaz, foram levados até ao auge do poder pela vaga revolucionária de 1848, de onde acabaram por ser derrubados depois de se ter confirmado a sua extrema impotência e insignificância. Estes primeiros passos, dados no solo alemão, pelos homens de negócio interessados na política e na oposição, pelos seus discursos e pelos seus escritos tornaram familiar aos ouvidos dos alemães a linguagem do Constitucionalismo e, com a sua própria presença prognosticaram a aproximação de uma época em que a classe média se apropriaria e se restauraria no seu verdadeiro sentido político, frases que estes mestres costumam usar que sem se aperceberem do seu exato sentido”. (78)

Também no campo de literatura a excitação política levou a produção de obras voltadas, ou para um constitucionalismo desenvolvido, ou para um republicanismo mais conciso. Esses escritores se designavam como formadores da “Jovem

Alemanha” ou “A Escola Moderna”. A filosofia alemã também não fica à margem desses acontecimentos, apresentando-se nitidamente como reflexo da situação.

Apesar da lentidão do desenvolvimento político alemão, provocado pelo severo controle e censura do que se ensinava ou escrevia-se nas escolas alemãs, a transformação da opinião pública desenvolveu-se de forma ampla e radical.

“Não são necessários maiores esclarecimentos para demonstrar que, perante semelhante sistema, o conhecimento da política era quase monopólio daquelas classes da sociedade que tinham de pagar pesados impostos e mais especialmente daquelas cujos interesses eram seriamente atacados pelo estado de coisas existente, quer dizer, pelas classes industriais e comerciais. Foram estas as primeiras que se agruparam contra a continuação do absolutismo, mais ou menos disfarçado, e, desde o seu ingresso nas fileiras da oposição, que pode dizer-se que começa aqui o verdadeiro movimento revolucionário na Alemanha”. (80)

Assim, o pronunciamento oposicionista da burguesia, começa praticamente após a morte do rei da Prússia, Frederico Guilherme III (1840) que se constituía no último sobrevivente dos que estabeleceram a Santa Aliança de 1815. Com a subida ao trono da Prússia de Frederico Guilherme IV, a classe média alemã tinha a expectativa de que o novo rei não suportaria governar com base na monarquia burocrática e militar, e todos reconheciam que o sistema já estava velho, desgastado e que deveria ser suprimido.

Mas o governo de Frederico Guilherme IV, vai marcar-se por ser um governo onde as concessões só ocorreram porque os movimentos se impunham, uma vez que, embora odiando o elemento burocrático do reino, sua simpatia era, na realidade, para com o setor feudal; embora discutisse política, seus ideais eram de restauração, o mais completo possível, da nobreza como estado social predominante. Assim, conseguiu durante os primeiros anos confundir a

burguesia alemã. Em dois anos de governo conseguiu após festas, gratificações, contribuições à corte, deixar o tesouro do Estado em déficit.

“De fato, as classes médias que, na sua maioria, tinham esperado que o rei concedesse uma Constituição ao Reino, que proclamasse a liberdade de imprensa, o julgamento através de jurados, etc., e se colocasse, ele em pessoa, à cabeça daquela revolução pacífica que desejavam para obter a supremacia política, reconheceram o seu erro e manifestaram abertamente esse desacordo contra o rei”. (81)

É nesse contexto que o rei interessado em amenizar as manifestações contrárias da burguesia e ao mesmo tempo interessado em aumentar os impostos (82), utilizou a lei criada, mas não executada, e deu cumprimento à mesma, que consistia fundamentalmente em:

“Chamar às Juntas Diretivas – que assim agora se designam – Dietas Provinciais. As Dietas Provinciais tinham sido instituídas em 1823. Consistiam ou estavam formadas em cada uma das oito províncias do reino: primeiro, pela mais alta nobreza, as antigas famílias soberanas do Império Alemão, cujos chefes eram membros da Dieta por direito de nascimento; segundo, pelos representantes dos cavaleiros ou nobreza inferior; terceiro, pelos artesãos e as classes rurais mais humildes. A sua totalidade estava de tal modo composta, que, em cada província, as duas secções que representavam a nobreza, eram as que tinham uma maioria dentro da Dieta. Cada uma das oito Dietas Provinciais elegia um comitê (Junta Diretiva ou de Governo) e estes oito comitês foram chamados a Berlim com o fim de se constituir uma Assembleia de Representantes que votasse o tão desejado imposto”. (83)

Obviamente que se fez saber antecipadamente, que o tesouro real estava intato e que os aumentos pretendidos eram para a construção de estradas de ferro; mas, a Assembleia recusou a proposta do rei e declarou-se incompetente para atuar como representante do povo relembrando que o monarca

anterior, o pai do atual, havia prometido uma Constituição Representativa, quando na luta contra Napoleão.

“A Junta dos comitês demonstrou que o espírito de oposição não constituía domínio exclusivo da burguesia; grande parte dos artesãos tinha-se unido a ela e também até muito nobres; ao mesmo tempo, alguns importantes proprietários que dirigiam as suas herdades e comerciavam com cereais, vinhos, lã e linho, necessitando das mesmas garantias contra o absolutismo, a burocracia e a restauração feudal, pronunciavam-se igualmente contra o governo e a favor de uma Constituição representativa”. (84)

Assumindo uma posição de oposição ao rei, a Dieta continuou a reunir-se e exigir novas reformas, e todas tentativas do monarca foram recusadas, desde a criação de um banco administrado pelo Estado, até um empréstimo a ser concedido por Rothschild, uma vez que esse condicionou o empréstimo à aprovação da Assembleia. Após esse fato no outono de 1846, o processo de choque entre a Assembleia e o rei, provoca a sua extinção. A formação de uma liga liberal encabeçada pela classe média e que compreendia uma parte considerável da nobreza inferior, e os inúmeros descontentamentos de outros setores criavam uma situação de ruptura: o rei não cedia às pretensões da burguesia e a burguesia não cedia às pretensões do rei. Sua bandeira de luta (da burguesia) era a pretensão de uma constituição no moderno sentido da palavra, ou seja representativa, antifeudal e com todas as derivações: liberdade de imprensa, julgamento através de jurados, etc..

“E de tudo isso se deduzia apenas uma coisa: que os acontecimentos não podiam continuar assim por muito mais tempo e que uma das partes tinha de ceder ou estaria iminente qualquer ruptura – talvez um conflito sangrento. A classe média mostrou-se reservada e pensou estar em véspera de uma revolução, preparando-se para a luta. A sua participação consistia em obter, por todos os meios, a ajuda das classes trabalhadoras das cidades e dos aldeões dos distritos agrícolas e é muito conhecido que na última metade de 1847 não

existia um único político medianamente identificado, entre a burguesia, que não se proclamasse socialista, com o objetivo de atrair as simpatias do proletariado...”. (85)

Aqui, procuraremos de novo, voltar a vida de Von Thüner, J. H. e para tal recorreremos a uma citação de Ponsard, C. (86) que muito bem refere-se a Von Thüner, J. H.:

“Finalmente, Thünen, que tinha lido Lorenz von Stein (“Geschichte der sozialen Bewegung in Frankreich Von 1789 auf unsere Tage”) era mais inclinado a investigar uma doutrina social dirigida para uma certa forma de socialismo”. (87)

Esses elementos são fundamentais para a contextualização da obra, de sua produção e do comprometimento ideológica de Von Thünen, J. H., e que continuamos a explicar.

Essa posição da burguesia alemã, em adotar uma posição de fachada socialista, foi motivada pelo fato que, também entre as classes trabalhadoras, a mudança estava ocorrendo, pois que, por influência de trabalhadores, que trabalhavam na França e na Suíça, assimilaram teorias socialistas ou comunistas já em voga entre os trabalhadores desses países. Periódicos socialistas circulavam na Alemanha vindo da França, o que levou à formação de uma escola socialista, que se distinguiu mais pela obscuridade do que pela novidade das suas ideias. A escola alemã comunista também se forma nessa época, mas é inteiramente distinta da socialista.

Com a repressão aumentando contra os movimentos dos trabalhadores, formava-se um clima favorável para a expansão da propaganda socialista e comunista entre os componentes dessa classe social.

“... do mesmo modo que a oposição constitucional agrupava ao redor da sua bandeira a grande massa das classes acomodadas (com exceção dos grandes proprietários feudais), também as classes trabalhadoras das cidades julgavam

úteis, para a sua emancipação, as doutrinas socialistas e comunistas, embora conhecessem muito pouco acerca das leis estão existentes. Não esperavam achar, entre as ideias definidas que se tinham estabelecido, as que mais desejavam e sabiam, também, que as suas aspirações não estavam no programa da burguesia constitucional”. (88)

Assim, como na Alemanha não havia nenhum partido republicano propriamente dito, a população, ou era defensora de um partido monárquico-constitucional, ou era socialista-comunista. O que compunha uma realidade explosiva, pois que qualquer conflito poderia gerar uma grande revolução.

“Entretanto, a mais alta nobreza e os antigos oficiais civis e militares eram os únicos do velho sistema, enquanto que a nobreza inferior, as classes médias, as mercantis, as universidades, os professores de todas as categorias e ainda algum setor entre as camadas inferiores da burguesia e dos oficiais militares estavam coligados contra o governo: atrás destes grupos, encontravam-se as massas descontentes dos aldeões, dos proprietários das grandes cidades que apoiaram nessa altura a oposição liberal, mas deixando vislumbrar já o desejo de aproveitar a ocasião de fazer justiça pelas suas próprias mãos; dado que a burguesia se mostrava disposta a derrubar o governo e o proletariado, por sua vez, disposto a derrubar a burguesia quando isso fosse oportuno, o governo atuava de maneira pouco refletida que não podia deixar de provocar esse choque. A Alemanha encontrava-se, em 1848, em vésperas de uma Revolução e essa revolução teria estalado então com toda a certeza se a Revolução Francesa de fevereiro não a tivesse detido”. (89)

Dessa maneira, os acontecimentos revolucionários passaram a sucederem-se. Em 24 de fevereiro de 1848, Luis Felipe foi expulso de Paris, sendo então proclamada a República Francesa. Foi em 13 de março que o povo de Viena derrubou do poder o príncipe Matternich. E, em 18 de março de 1848, o povo de Berlim levantou-se com armas nas mãos e, após violento combate, assistiu à rendição do monarca.

“O povo alemão, embora certo que não acabava de realizar a sua primeira revolução, tinha entrado no caminho revolucionário”. (90)

É assim que, no momento revolucionário, as classes sociais da Prússia, não tinham manifestado um apoio comum, motivado pelos desencontros e contradições da sociedade alemã. Neste sentido, a burguesia prussiana, que acabava de assistir na França uma ascensão dos trabalhadores e representantes seus, e sabendo o que significavam os já existentes conflitos entre operários e patrões na própria Alemanha, procuravam inúmeras composições. Primeiro, compuseram com os trabalhadores porque sem suas forças não conseguiriam derrubar o monarca; depois, em pleno processo revolucionário, compuseram com o governo, para refrear o povo. Quando o monarca cedeu, acreditaram os burgueses, que a revolução tinha terminado e passaram a agradecer o rei por ter cumprido os desejos do povo. Mas neste momento os militares resolveram atacar e após lutas e lutas, as classes trabalhadoras que ficaram numa segunda posição, porque assim o queria a burguesia, avançaram, e após triunfos, começaram a dar conta de sua verdadeira importância no movimento revolucionário.

“O perigo do que se repetissem as cenas anárquicas da revolução de Paris aproximava-se. Em face de tal perigo, desapareciam todas as antigas diferenças contra o trabalhador, que na verdade, ainda não tinha pedido nada para si, uniu-se a burguesia e os defensores do sistema derrubado, e esta aliança foi levada a efeito diante das barricadas. Outorgaram-se as concessões mais indispensáveis e formou-se um governo composto pelos elementos da oposição que mais se tinham distinguido na “Dieta Unida” (91) e qual, em recompensa dos seus serviços para salvar a Coroa, contaria com o apoio de quantos defenderam o anterior governo: a aristocracia feudal, a burocracia e o exército”. (92)

Assim, os ministros empossados procuraram a qualquer custo, restabelecer sua frágil autoridade, e para tanto, toda composição foi possível: não se mexeu em nada na estrutura do antigo

regime; nenhum funcionário foi destituído; nem mesmo um novo estilo de governo foi imposto; só mesmo os ministros mudaram. Seu medo maior era para com a massa turbulenta. O rei, apercebendo-se da situação e verificando que ele era importante para os novos ministros e que estes também eram importantes para ele e sua camarilha, procurou aproveitar da situação e arrefecer o ânimo do gabinete com relação às reformas propostas.

A primeira ação do novo governo foi a de procurar garantir uma aparência legal às mudanças que havia ocorrido. Considerando-a órgão legal e constitucional do povo, convocou-se a “Dieta Unida”, para que esta votasse uma nova lei eleitoral que abria caminho para a eleição de uma Assembleia, que junto com a Coroa, votaria uma Constituição. Tudo isso foi feito à revelia da opinião pública, pois que as eleições seriam indiretas, ou seja, os votantes escolheriam um número de eleitores que por sua vez escolheriam seus representantes.

Apesar mesmo da oposição, tal fato, sucedeu-se e a primeira solicitação à “Dieta Unida” foi o pedido de um empréstimo que lhe foi concedido, mesmo com a oposição do partido democrático que, liderado pela classe comercial, unia na sua luta aos operários. Mesmo apresentando frações, este partido tinha na maioria dessas, o reconhecimento da Assembleia Nacional Alemã de Frankfurt como a suprema autoridade do país. (93)

Tamanhas foram as divergências dentro do partido, que ele culminou com o afastamento da massa trabalhadora, que agora passava a ser comandada pelo partido proletário.

Mas, as posições da burguesia não se limitaram a isso na Alemanha, com relação aos camponeses prussianos, estes aproveitaram a revolução para libertarem-se da opressão feudal, no entanto:

“... a classe média voltou-se desde logo contra os antigos e inseparáveis aliados; os democratas, igualmente sobressaltados, com a burguesia, pelo que chamavam “ataque à propriedade privada”, deixaram de os auxiliarem; resultou de tudo isso que, ao fim de três meses de emancipação, após as execuções militares, que particularmente se realizaram na Silésia, o feudalismo restabelecido e patrocinado exatamente pela antifeudal burguesia que antes se impunha. Nada mais vergonhoso, pois, que se pudesse lançar à cara este mesmo procedimento”. (94)

Nesse momento, parece-nos importante fazer alguns retornos ao texto de Hall, P. (95) sobre a vida de Von Thünen, J. H. e lembramos novamente de uma passagem:

“Em 1848, também foi eleito representante para a Assembleia Nacional Alemã, o infelizmente “Parlamento de Catedrático”, em Frankfurt – am - Maian, mas não pode ocupar seu lugar”. (96)

Esse reforço de que lançamos mão, em sequência da contextualização histórica da produção da obra e da inserção social de VonThünen, J.H tem duplo objetivo: um, não o esquecer no contexto da revolução de 1848 que estamos tratando e segundo, de ilustrar o tratamento sequencial que faremos a respeito da Assembleia Nacional de Frankfurt.

A burguesia prussiana não tinha por si só força para se manter no poder e promover ao mesmo tempo as adaptações às instituições do país, em função de suas necessidades e ideias. O ministério liberal burguês assumia praticamente nada, tudo era compasso de espera, pois que, dois rumos traçaram-se ao país, ou ele avançaria e constituía-se em República Unitária, ou retrocedia e voltava ao regime anterior.

É a Assembleia Nacional alemã de Frankfurt – am – Maian, após sua constituição, que passa a consistir na esperança do povo alemão, para que as controvérsias fossem sanadas

e este organismo atuasse com suprema autoridade legislativa em toda Conferência Germânica. Mas tal não aconteceu, porque a Dieta, que tinha convocado a Assembleia, não determinou suas atribuições. Assim, a situação era caótica, pois que, não se sabia se os seus direitos tinham força de lei, ou se os mesmos ficavam na dependência de uma sanção da Dieta ou mesmo do Governo.

Marx, K. (97) narra muito bem essa situação:

“Se a Assembleia tivesse força suficiente, teria dissolvido a Dieta, que não podia ser mais impopular na Alemanha e podê-la-ia substituir por um Governo Federal, escolhido entre os seus próprios membros; se tivesse declarado também a si mesma como a única expressão legal da vontade soberana do povo alemão, talvez todos os seus decretos tivessem assim uma validade legal; se tivesse assegurado no país uma força armada e organizada, seria suficiente para evitar qualquer oposição por parte dos restantes governos.

Isso teria sido muito simples naquele primeiro período da revolução, mas tudo isso seria pedir demasiado de uma Assembleia composta na sua maioria de antigos chefes liberais e de professores doutrinários, que, entretanto, pretendiam criar um corpo do saber e da ciência alemã, mas esqueciam os interesses do momento, mostrando perante os olhos da Alemanha a sua reduzida visão e a inaptidão dos seus desígnios”. (98) (Sem grifo nosso no original)

Essa Assembleia, desde o início de sua criação foi promulgando sua incompetência. Assustava-se mais que todos os mais reacionários governos alemães juntos, ante qualquer movimento popular, por mais insignificante que esses fossem. Suplicava à Dieta, a aprovação de seus decretos. Ao invés de discutir e assegurar sua própria soberania, evitava, deliberadamente, discutir esta questão. Preferia encobrir os atos de violência dos governos, a buscar no povo a força popular para se impor e defendê-la. Mais tarde, elegeu o arquiduque João da Áustria, regente da Alemanha e declarou que todas as suas resoluções teriam força de lei, mas o que aconteceu foi diferente, pois o arquiduque não foi investido na nova dignidade e

nem foi instituído pela Assembleia, mas, apenas pela Dieta. Já quanto a força legal de seus decretos, basta mencionar que nunca foi respeitada pelos grandes governos, mas nem mesmo assim a Assembleia se preocupou em discutir estas questões. Assim, tudo ficava como antes, sem que a Assembleia nada fizesse. A tão desejada unidade alemã, continuava um sonho, pois que nada fez para destruir a barreira que opunha as alfândegas entre Hannover e a Prússia, e entre a Prússia e a Áustria e nem sequer se preocupou em remover as dificuldades que obstruíram na Prússia a navegação fluvial. Enfim, a Assembleia nacional alemã era:

“... o Parlamento de um país imaginário; a mesma Assembleia tinha declinado a honra de estabelecer o que tivesse sido a Alemanha Unida, cuja constituição lhe prestaria a sua condição primordial para existir; além disso, discutia supostas e impraticáveis medidas de um governo imaginário, promulgando fantásticas disposições com que ninguém se interessava...” (99)

Assim, embora o povo alemão, sentisse a necessidade de extinguir de vez, a divisão territorial do país, pois que esta reduzia e aniquilava as forças coletivas da nação e esperasse da Assembleia este feito, ele não aconteceu e o entusiasmo nacional praticamente foi deixado de lado. E é nesse contexto, que o povo, que havia depositado nessa instituição suas grandes esperanças, depois do procedimento da Assembleia quanto ao armistício com a Dinamarca, voltou-se contra ela e assim cristalizava-se o seu papel, da Assembleia e da revolução, como contrarrevolução.

"O fantástico governo estabelecido pela Assembleia Nacional de Frankfurt, tinha sido autorizado pela Prússia, tendo entre outras razões a de "levar a efeito" um armistício com a Dinamarca, segundo o qual, deviam escapar à vingança dinamarquesa os alemães de Scheeswig e também ficar sem efeito os princípios mais ou menos revolucionários que se sustentavam na guerra dinamarquesa. Este armistício foi recusado pela Assembleia de Frankfurt por uma maioria de dois ou três votos.

Uma crise ministerial disfarçada seguiu-se a esta resolução, mas três dias

depois a Assembleia retificou a sua votação, aceitou e aprovou o armistício. Esta forma infeliz de proceder excitou a indignação popular. Levantaram-se barricadas, mas tinham-se enviado já para Frankfurt tropas suficientes e, após seis horas de combate, a insurreição acabou por ser reprimida". (100)

Imediatamente, outros movimentos similares ocorreram em outros pontos da Alemanha, mas o fim, foi o mesmo. Assim, a situação ficava fundada num governo nomeado, pelo menos de forma aparente por eleição popular, e face a essa aparência, o partido antirrevolucionário ficava desprestigiado diante do povo:

"Este governo e esta Assembleia foram obrigados a chamar às baionetas dos soldados para se oporem a manifestação da vontade popular. Criou-se assim uma situação violenta". (101)

Por outro lado, verificava-se que a composição entre as classes conservadoras e a burguesia liberal, estava traçada, e também, a contrarrevolução colocada em marcha. A Assembleia acabou por, em 28 de março de 1849, transformar o rei da Prússia em imperador da Alemanha.

"Portanto, a ironia histórica teve o seu fim; a farsa imperial executada nas ruas de Berlin, três dias depois da Revolução de 18 de março de 1848, por Frederico Guilherme IV, teve a sua efetiva aprovação, um ano mais tarde através do que pretendia ser a Assembleia representativa de toda a Alemanha. Foi esse, pois, o resultado da revolução Alemã". (102)

Assim, os desejos revolucionários depositados na Assembleia, foram abandonados e a sua incompetência permitiu o avanço da Prússia, que cristalizou sua hegemonia pela força sobre a Alemanha a Assembleia teve o fim que realmente deveria ter:

"... quando chegou finalmente o vergonhoso fim que já conhecemos, morreu no mais completo abandono e sem que ninguém tivesse notícia da sua morte". (103)

A contrarrevolução seguiu seu curso e declarou mais tarde, em 1854, fora de lei e dissolveu violentamente todas as associações de trabalhadores. Entre estas estava a "Fraternidade Trabalhadora" (Arbeiterverbrüderung) que seguia a orientação do "manifesto comunista", e, até depois de 1860 não existiriam, praticamente, organizações de trabalhadores na Alemanha, mas, a burguesia sim, esta tinha seus partidos: o liberal, que representava principalmente a grande burguesia industrial; o progressista, expressão na política da classe média e da pequena burguesia; e o partido conservador que agrupava os latifundiários.

Mas, se o contexto revolucionário alemão nos apresentou esse quadro, e nele devemos enxergar a atuação nos últimos anos de vida de Von Thünen J.H., importante também se faz, que procuremos verificar, o que aconteceu aos camponeses, ou aos já trabalhadores rurais de Alemanha principalmente após os conflitos revolucionários, ou seja, as consequências da própria revolução.

Os camponeses alemães não se levantaram contra o feudalismo, pois este já não era tão dominante na Alemanha, mas contra as obrigações legais e contratuais que o haviam substituído. Em alguns lugares lutava pela divisão das grandes propriedades. Já onde havia os restos feudais, os latifundiários, ou mesmo privilégios senhoriais, pediam também a sua extinção. Mas:

"Em 1848, o camponês não se sentia interessado pelas formas constitucionais, mas pela transformação agrária. Os revolucionários, na sua maioria, não buscaram, nem desejaram em nenhum momento o apoio das camponeses, cujas demandas ameaçavam os contratos estabelecidos, e os direitos de propriedade. O que estes não lhes outorgaram, concederam-na com maior facilidade aos alarmados conservadores. As concessões conseguidas pelos camponeses em 1848 foram outorgadas, portanto, pelos governos, de baixo da pressão de uma rebelião camponesa muito afastada em seus objetivos da rebelião urbana. Os liberais perderam a oportunidade de aliarem-se com os camponeses para

desapossar a nobreza e minar, deste modo, a base social que esta constituía para os estados monárquicos, devido a seu próprio legalismo, seu respeito aos direitos de propriedade e ao medo. Os camponeses desiludiram-se rapidamente das esperanças postas nos liberais, recolheram as escassas conquistas arrancadas dos conservadores e retiraram-se da arena política". (104)

Como consequência dessa situação, os camponeses ficaram após a revolução a esperar pacificamente, a reforma agrária promovida exatamente, pelo Estado monárquico com base latifundiária, contra o qual havia lutado.

Mesmo tendo ainda, o estado alemão, com base social e económica dos latifundiários, se mantido, as suas composições com a burguesia liberal, abriram caminho para as transformações que se faziam necessárias, ou seja, permitir e transformar a estrutura vigente, a fim de permitir o avanço da economia de mercado.

No Oeste da Alemanha, estes avanços implicaram necessariamente, em que, os nobres continuassem como apenas recebedores de suas rendas e se mantivessem como proprietários ausentes, enquanto isso, os camponeses eram transformados em proprietários sem reservas de sua posse hereditária. Já no Leste a emancipação terminou com a cessação das obrigações pessoais, e para isso, eles tiveram que pagar em termos de cessão, parte de suas terras, ou através de pagamento em dinheiro ao senhor.

É essa forma pacífica de transformação, que a agricultura alemã conheceu após a revolução de 1848:

"A Alemanha conheceu uma transformação de modo pacífico e legal, isto é, com mudanças já inevitáveis realizadas pela burocracia com demora e hesitações, com o maior gasto possível de trabalho e dinheiro. Essa burocracia procurava sempre, ansiosamente, obter a aquiescência dos nobres, em proveito dos quais redundou, afinal de contas, todo o movimento, que ainda não estava

concluído em 1848. Os camponeses tiveram de pagar caro aos aristocratas esse caminho pacífico e legal e pagá-lo em dinheiro descontado como uma parte de suas terras e como novos impostos". (105)

Foi assim que, a reforma agrária alemã foi implantada, embora formalmente, ela tivesse adquirido em cada região características particulares. Unicamente, com relação, à caracterização como economia de mercado, é que, ela, submeteu camponeses e latifundiários à mesma força de ação. Assim, passou-se a assistir: os colonos sendo transformado em trabalhadores assalariados, que, ou foram para as cidades, ou imigraram para a América; proprietários cada vez mais endividados, que apenas conseguiam pagá-las vendendo suas terras, transformando-se também em trabalhadores assalariados; enfim, a burguesia da cidade, passou a adquirir as propriedades de setores da nobreza que também estavam endividados, passando a explorá-las em moldes capitalistas.

Foi a composição burguesia-latifundiário que comandou toda na agricultura a história alemã de meados do século XIX:

"Graças à sua influência sobre o estado, puderam conservar uma situação de privilégio e, quando se viram ameaçados pela concorrência estrangeira, pela queda dos preços, pela escassez de mão de obra ou pela falta de crédito, foi a este mesmo estado que recorreram em busca de proteção contra os efeitos das forças do mercado. Até os anos setenta, os Junkers deviam unicamente, sua sobrevivência, a sua aliança com os interesses económicos, que uma vez eles haviam depreciado". (106)

Observou-se portanto, que a solução dos Junkers aos problemas agrários, jamais constituiu-se em solução para a agricultura alemã, pois que significava o uso de mão de obra barata, que com o tempo teve que vir de outros países, ao mesmo tempo que, significava a conservação de uma classe que encarnava as tradições autoritárias e militaristas da Prússia; e as unia à nova dinâmica do

crescente poder industrial; também fazia um nacionalismo classista e que gerava uma nova necessidade: os mercados exteriores. Enfim, era o modo de produção capitalista em sua plenitude de evolução.

"As mudanças ocorridas na agricultura, romperam as ligações de muitos camponeses com a terra. Junto ao aumento demográfico com que estavam relacionados e as melhorias nos meios de transportes, fizeram aparecer uma mão de obra destinada às cidades de desenvolvimento, com o que a população se redistribuiu segundo o padrão industrial em implantação. Apesar das pressões provenientes de baixo, as transformações agrárias tiveram lugar como um processo controlado desde cima, assim pois, os benefícios obtidos pelos camponeses, foram considerados regalos dos regimes conservadores, que não se associaram a revolução ou ao liberalismo político. Os camponeses, de mentalidade tradicional e acostumados a disciplina dos latifúndios e a um nível de vida muito baixo, tiveram que emigrar para as cidades, como mão de obra aceitável e disciplinável com relativa facilidade, para o trabalho nas minas e nas fábricas". (107)

Assim, consideramos concluída essa parte de nosso trabalho, uma vez que, procuramos, de uma forma ou de outra, desenvolver uma de nossas propostas, que era a contextualização histórica da produção da obra de Von Thünen, J.H., ou seja, a compreensão das condições materiais em que se verificou a produção da obra. Em resumo, poderíamos concluir dizendo que, a origem de Von Thünen, J.H. está ligada à aristocracia alemã, e que a sua educação se dá ao nível de compreender e formar-se com uma visão capitalista da agricultura, embora, a produção de sua obra seja uma tentativa de estudar e propagar essa agricultura capitalista racional, ela não se dá, na realidade, porque as contradições são o motor da História, e a busca da racionalidade implica necessariamente na irracionalidade, uma vez que, o modo de produção capitalista implica na exploração, de uma classe social sobre outra. Também, podemos afirmar que, a atuação política de Von Thünen, J.H. nos últimos anos de sua vida, permitiu-nos perceber melhor quem ele era, e

ao mesmo tempo, a quem dirigiu sua obra.

Acreditamos ter compreendido a produção de sua obra, naquilo que nos foi inteligível, procuraremos nas partes que se seguem, verificar, sempre sem perder de vista a contextualização histórica, sua matriz teórica e em seguida, o seu método, ou seja, seus instrumentos de trabalho.

Notas e bibliografia

1. Polianski, F.Y. e outros - "História Económica de Los Países Capitalistas" - Editorial Grijalbo - México - 1965 - pag. 228.
2. Polianski, F.Y. e outros - obra citada, pag. 228
3. Polianski, F.Y. e outros - obra citada, pag. 229
4. Polianski, F.Y. e outros - obra citada, pag. 229
5. Polianski, F.Y. e outros - obra citada, pag. 229
6. Não esquecer que, a guerra entre católicos e protestantes, que se iniciou em 1546, terminou com um compromisso assumido em 1555 (paz de Augsburgo), quando cada príncipe tinha o direito de determinar a religião de seus súditos.

7. "Com fins lucrativos, os senhores feudais deterioravam conscientemente a moeda, reduzindo seu conteúdo real de prata e mantendo seu valor nominal" –Polianski, F.Y. e outros - obra citada - pag. 230
8. Polianski, F.Y. e outros - obra citada, pag. 230
9. Engels, F. e Marx, K. - "Obras" Tomo XIX - pág. 342 - citado por Polianski, F.Y. e outros - obra citada pag. 230
10. "Esta guerra foi a resposta dos aldeões alemães ao reforçamento do jugo feudal que se iniciava, posto que, no fim do século XVI, a nobreza, o clero e os príncipes, iam aumentando a exploração dos camponeses, valendo-se da dependência feudal em que estes se encontravam". Polianski, F.Y. e outros - obra citada pag. 230-31
11. Polianski, F.Y. e outros - obra citada pag. 231
12. Polianski, F.Y. e outros - obra citada - pag. 231
13. Engels, F. e Marx, K. - "Obras" - tomo XIX, pag. 342 citado por Polianski, F.Y. e outros - obra citada - pag. 231
14. Polianski, F.Y. e outros - obra citada - pag. 231-32
15. Polianski, F.Y. e outros - obra citada - pag. 232
16. Polianski, F.Y. e outros - obra citada - pag. 232
17. Ramos Oliveira, A. - "História social y política de Alemania" Editora Fondo de Cultura Económica - México - 1964 - pag. 172-73
18. Hall, P. "Von Thünen's Isolated State - An introduction" - Pergamon Press - Gran-Bretanha - 1966 - pag. XII e XIII
19. Ramos Oliveira, A. - obra citada - pag. 175 - Convém lembrar também que esses girondinos eram compostos de elementos ligados a alta burguesia, que viam na guerra, não só o meio de firmar a revolução na França e de difundir seus ideais no exterior, mas, principalmente, pretendiam fazer bons negócios com a situação
20. Deve-se esclarecer também aqui, que o responsável pelas derrotas francesas, era o próprio rei Luís XVI, que encabeçava secretamente sabotagens e traições contra seu próprio exército. O intuito era um só; perder a guerra, mas vencer a revolução.
21. Almeida Jr., A.M. -"Napoleão e a Europa" - Ed. Equipe - São Paulo, 1972 - pag. 12
22. Ramos Oliveira, A. - obra citada pag. 192-93

23. Conforme colocação feita por Almeida Jr., A.M. - obra citada - pág., 15
24. Almeida Jr., A.M. - obra citada - pag. 16
25. Ramos Oliveira, A. - obra citada - pag. 200
26. Com o bloqueio continental imposto por Napoleão, o comércio russo estava cada vez mais arruinado. A Rússia não teve alternativa senão declarar guerra novamente a Napoleão (1811)
27. Ramos Oliveira, A. - obra citada - pag. 198
28. Ramos Oliveira, A. - obra citada - pag. 205
29. Hall, P. - obra citada - pag. XIII
30. Hall, P. - obra citada - pag. XIV
31. Almeida Jr., A.P. - obra citada - pag. 16 e Polianski, F.Y. obra citada - pag. 231/232
32. Morton, A.L. - "A História do povo Inglês" - Editora Civilização Brasileira - Rio de Janeiro - 1970 - pag. 281
33. Morton, A.L. - obra anteriormente citada - pag. 283-284
34. Morton, A.L. - obra anteriormente citada - pag. 284
35. Morton, A.L. - obra anteriormente citada - pag. 286
36. Morton, A.L. - obra anteriormente citada - pag. 186
37. Kautsky, K. - "A Questão Agrária" - Ed. Laemmert - Rio de Janeiro 1968 - pag. 24
38. Marx, K. - "O Capital" (Crítica à Economia Política) - Ed. Civilização Brasileira - Rio de Janeiro - 1971 - Livro 1 - Volume II - pag. 830
39. Marx, K. - obra citada - pag. 832 e 833
40. Marx, K. - obra citada - pag. 836
41. Marx, K. - obra citada - pag. 845
42. Marx, K. - obra citada - pag. 863
43. Marx, K. - obra citada - pag. 863
44. Morton, A.L. - obra anteriormente citada
45. Hall, P. - obra anteriormente citada - pag. XIV
46. Marx, K. - obra anteriormente citada - pag. 866

47. Conforme escreve Kautsky, K. em sua obra já citada, ã pag. 25
48. Kautsky, K. - obra citada - pag. 32
49. Kautsky, K. - obra citada - pag. 32 e 33
50. Kautsky, K. - obra citada - pag. 39
51. Kautsky, K. - obra citada - pag. 44 e 45
52. Hall, P. - obra citada - pag. XIV
53. Hall, P. - obra citada - pag. XIV e XV
54. Kemp, T. - "La revolucion industrial en La Europa del siglo XIX" Ed. Fontanela - Espanha - 1974
55. Kemp, T. - obra acima citada
56. Kemp, T. - obra citada - pag. 117-118
57. Kemp, T. - obra citada - pag. 118-119
58. Kemp, T. - obra citada - pag. 119-120
59. Kemp, T. - obra citada - pag. 120-121
60. Kemp, T. - obra citada - pag. 121
61. Kemp, T. - obra citada - pag. 121
62. Kemp, T. - obra citada - pag. 122
63. Kemp, T. - obra citada - pag. 122
64. Kemp, T. - obra citada - pag. 124
65. Kemp, T. - obra citada - pag. 125-126
66. Kemp, T. - obra citada - pag. 126-127
67. "O Zollverein" era o nome com que se designava a União Aduaneira alemã. Foi criado em 1827 ... e seu objetivo era obter uma tarifa aduaneira comum para toda Alemanha. " Marx, K. "Revolução e Contrarrevolução" - Ed. M. Rodrigues Xavier, Portugal - 1971 - pag. 22
68. Kemp, T. - obra citada - pag. 137
69. Kemp, T. - obra citada - pag. 138
70. Kemp, T. - obra citada - pag. 129

71. Ponsard, C. – “Histoire des Theories Economiques spatiales”, Librairie Armand Colin – Paris – 1958 – pag. 18
72. Hall, P. – obra citada
73. Hall, P. – obra citada – pag. XVIII
74. Marx, K. – “Revolução e Contrarrevolução” – Ed. M. Rodrigues Xavier – Portugal – 1971
75. Marx, K. – obra acima citada – pag. 20
76. Marx, K. – obra acima citada – pag. 22
77. Marx, K. obra acima citada – pag. 29
78. Marx, K. - obra citada - pag. 30
79. Marx, K. - obra citada - pag. 31-32
80. Marx, K. - obra citada - pag. 32-33
81. Marx, K. - obra citada - pag. 35-36
82. Na Prússia, em função de uma lei de 1820 feita por Frederico Guilherme III, os impostos só poderiam ser majorados, caso a futura Representação do Povo a aprovasse. Mas, essa Representação, até então, década de 40, não tinha sido criada e muito menos o rei queria criá-la. Mas, a situação de momento se impunha, da mesma forma como se impôs ao monarca anterior, quando este aprovou a lei.
83. Marx, K. - obra citada - pag. 36-37
84. Marx, K. - obra citada - pag. 37
85. Marx, K. - obra citada - pag. 40
86. Ponsard, C. - obra citada
87. Ponsard, C. - obra citada - pag. 20
88. Marx, K. - obra citada - pag. 41
89. Marx, K. - obra citada - pag. 41-42
90. Marx, K. - obra citada - pag. 59
91. A "Dieta Unida" foi formada após a negativa de Rotschild conceder empréstimo a Coroa, quando já em fevereiro de 1847 o rei chamou a Berlim as oito Dietas provinciais, constituindo com elas a Dieta Unida. Seu objetivo era também cumprir o estabelecido na lei de 1820, ou seja, votar os créditos e aumentar os impostos. Mas

sem direito, pois seu voto era apenas consultivo com relação a legislação geral, e só podia discutir o que o rei pretendesse.

92. Marx, K. – obra citada – pág. 66-67

93. As frações que compunham o partido democrático eram: a mais moderada, que se conformava com a monarquia “democratizada”, a mais avançada que exigia o restabelecimento da República e os constitucionalistas e reacionários que eram até contrários à Assembleia pouco antes constituída, pois que viam nesse corpo político motivos para acha-la um partido revolucionário radical.

94. Marx, K. – obra citada – pág. 70

95. Hall, P. - – obra citada

96. Hall, P. - – obra citada – pág. XVIII

97. Marx, K. – obra citada

98. Marx, K. – obra citada – pág. 73

99. Marx, K. – obra citada – pág. 76

100. Marx, K. – obra citada – pág. 95

101. Marx, K. – obra citada – pág. 95

102. Marx, K. – obra citada – pág. 138

103. Marx, K. – obra citada – pág. 151

104. Kemp, T. – obra citada – pág. 129-130

105. Kautsky, K. – obra citada – pág. 46

106. Kemp, T. – obra citada – pág. 130

107. Kemp, T. – obra citada – pág. 131

Roda mundo, roda gigante

Roda moinho

Roda pião

O tempo rodou num instante

Roda Viva

(Chico Buarque de Holanda)

**PARTE III - O "ESTADO ISOLADO" (DIER ISOLIERTE STAAT) DE
J.H.VON THÜNEN**

**2.- Os instrumentos de trabalho de Von Thünen a teoria e o
método**

2.1. - A Teoria em Von Thünen

2.2. - O Método em Von Thünen

2.1. A Teoria de Von Thünen

A análise dos instrumentos de trabalho que Von Thünen utiliza a fim de produzir sua obra é tarefa que julgamos importante para a compreensão global do "Der Isolierte Staat". Não há dúvida que muitos dos desvios na compreensão de sua obra estão na ausência, praticamente total, do aforamento, para discussão, da teoria que envolve toda sua concepção e produção científica (1).

Dividiremos esta parte do trabalho em duas unidades: uma, onde discutiremos alguns conceitos que julgamos fundamentais em Thünen; outra, onde discutiremos seu método. Seria

importante lembrar, que esta subdivisão tem única e exclusivamente o escopo de dar um tratamento mais profundo a ambas as partes.

É o próprio Von Thünen quem, ao escrever na segunda edição de obra, na parte dois - "O salário natural e sua relação com a taxa de lucro e a renda da terra" - nos revela a matriz teórica que norteou suas investigações:

"Adam Smith ensinou-me Economia política, Thaer agricultura científica. Eles são os fundadores das duas ciências, e muitos de seus ensinamentos sempre estarão entre os princípios básicos dessas ciências. Nós aceitamos nos escritos e conferencias de homens proeminentes aquilo que parece ser inquestionável, tornando-o parte do nosso pensamento; cessando então de ser objeto de nossas próprias investigações. Aquilo que nos ensinamentos desses dois grandes homens pareceu-me incompleto, que deixou de satisfazer minha necessidade por um conhecimento mais profundo dos problemas, e que me levou a fazer minhas próprias investigações ..." (2).

Escuda-se, portanto, Von Thünen em Adam Smith. É dele e porque não dizer dos economistas clássicos burgueses, que empresta seu instrumental conceitual e, portanto, sua matriz teórica. Porém, deve-se lembrar que embora fosse essa a origem dos conceitos usados por Thünen, ele vivia uma realidade que se impunha como determinante, conforme já o dissemos na parte anterior. O que se impõe, dessa forma, são as peculiaridades do desenvolvimento da economia alemã deste período, marcado pelas aspirações da burguesia alemã ao compromisso político com os Junkers e a aristocracia feudal.

Mais que isso, eram as consequências do próprio desenvolvimento capitalista que propiciavam o aparecimento; na Inglaterra, de obras como: "Os Princípios" de David Ricardo, com a teoria do valor fundado no trabalho como ponto de partida de suas pesquisas econômicas.

Thünen assumiu na época, uma posição que nos parece diferente da de Ricardo (3). Por isso, e admitido por Roll, E., (4) como integrante de um período de transição, marcado pela queda da teoria do valor-trabalho, sendo assim, colocado numa posição semelhante a Say, J.B., e Cournot, A., na França. A propósito, Thünen havia lido Say, J.B., e usava seus argumentos para contrapô-los a Ricardo (5).

Esta postura teórica e os desvios teóricos de Thünen quanto à teoria do valor-trabalho, levam-no a ser enquadrado pelos economistas contemporâneos como precursor direto da escola neoclássica (6).

Assim, configura-se a linha teórica de Thünen, descendência direta de Adam Smith e precursor da escola neoclássica, mais precisamente, precursor do marginalismo.

É, importante citar, também, que e na obra de Thünen que Ponsard, C., (7) encontra as origens da economia espacial.

A Alemanha de Thünen, com todas suas contradições, torna-se objeto de estudo por parte de uma gama elevada de economistas que procuravam novos caminhos para a ciência econômica. Entre eles, poderíamos citar os chamados de românticos: Burke, E., e Fichte, J.G., além de Gentz, F., e Müller, A., (8) integrantes do movimento que só foi possível porque:

"Nem a prática, nem a teoria do capitalismo haviam progredido muito na Alemanha no princípio do século XIX. Os que se opunha ao intento de elevá-la tanto econômica quanta intelectualmente a nível de seus vizinhos, não se sentiram desde logo obrigados a submeter-se à Economia Política Clássica e a Filosofia de que fazia parte. A escola romântica de economia política, como a correspondente escola literária, não precisou manter relações com a filosofia do capitalismo. Os economistas românticos não se empenhavam ainda numa

batalha perdida contra o capitalismo, pois que não tinham necessidade de dar grande atenção à sua teoria econômica. O atraso no progresso material alemão explica a reaparição tardia, e muito frequentemente desfigurada, de lutas ideológicas que já se haviam decidido em outras partes. Isto explica o surgimento da economia política romântica, e sua existência durante o século XIX" (9).

Outro economista que também produziu sua obra na primeira metade do século XIX é List, F., que embora assumindo uma postura contrária a Muller, A., por exemplo, (10) destaca-se como um ardoroso apóstolo do nacionalismo econômico e um dos defensores do Zollverein (11). A citação de List, F., parece-nos importante porque é durante o nacionalismo na Alemanha, que Thünen passa de defensor do comércio livre seguindo Smith A., a advogado da tarifa protecionista, utilizando para tal argumentos semelhantes aos ensinamentos cameralistas e aos pontos de vista de List (12).

Outros economistas e outras escolas apareceram na Alemanha nesta época, mas trataremos delas um pouco mais adiante. Tudo nos faz crer ser correta a afirmativa de que Thünen, teoricamente, descende da teoria de Smith, A., sendo por isso, precursor da economia neoclássica. As afirmativas de Bell, J.F., neste particular, são explícitas e demonstram claramente que Thünen seguiu os elementos vulgares da economia smithiana, pois mais se afastou dela do que procurou comprová-la. Isto Von Thünen deixou escrito (13). Acerca destas questões Bell, J.F., escreveu que Thünen:

"... foi o primeiro escritor a dar atenção às considerações teóricas da localização da agricultura e da indústria. Usou frequentemente as teorias de Smith e Ricardo, como ponto de partida de suas próprias teorias ou para a crítica direta; contudo, declarou repetidas vezes, que considerava Smith seu mestre em economia. A teoria do valor de Smith e Ricardo, que assentava no custo-trabalho, era por ele considerada inadequada. Essa teoria que foi geralmente adotada pelos escritores alemães e muitos outros, foi criticada não apenas pelos seus defeitos inerentes, como também, por ser uma teoria

"perigosa" em um mundo em processo de rápida industrialização, no qual o capital se tornava cada vez mais importante (SIC). Qualquer teoria que fizesse do trabalho o único, ou mesmo principal criador de valor, podia ser considerada contrária ao crescimento do capitalismo" (14).

Situando Thünen como precursor da escola neoclássica, vamos encontrar os pontos que julgamos principais de sua matriz teórica. Roll, E., por exemplo, que ao tratar do chamado (por ele), período de transição no pensamento econômico, fornece-nos elementos que identificam, ou pelo menos, dão retaguarda a posição de Thünen como precursor da escola neoclássica:

"Thünen nada disse acerca do valor ou das causas do preço. Ocupa, porém, posição entre os primeiros teóricos utilitários por dois motivos. Primeiro, admitiu a existência de certo preço de mercado, esforçando-se por obter uma série de conclusões relacionadas particularmente com a distribuição sobre a base de um preço suposto. Este modo de proceder não sugere por si mesmo que aceite uma teoria subjetiva do valor e do preço, mas vem a ser perfeitamente compatível com as teorias da utilidade amplamente aceitas na Alemanha durante sua época. Segundo Thünen repetiu constantemente, ele considerava Adam Smith seu mestre em matéria econômica, e devemos recordar que membros da escola utilitária expunham então as doutrinas de Smith na Alemanha. À falta de uma afirmação do próprio Thünen, não é ilógico supor que nada tinha a argumentar contra a tendência dominante na teoria do valor. Mas o que é ainda mais importante é que as contribuições deste autor as teorias da produção e distribuição muito se aproximam do caminho dos teóricos utilitaristas de outras partes, principalmente, da Inglaterra. O uso da análise marginalista e a aceitação da produtividade do capital fazem de sua obra importante elemento para a formação da economia moderna" (SIC) (15).

Outro economista a situar Thünen como precursor da economia neoclássica é Bell, J.F., que escreve:

"Von Thünen explicou os salários e os juros em termos bastante afastados do padrão clássico. Na realidade, sua explicação foi dada em função de um conceito marginal, por forma quase tão perfeita quanto a que apresentaram os

austriacos 50 anos depois. Viu a utilidade da primeira e da última despesa com um artigo, afirmando que a despesa com o último artigo não deverá exceder os rendimentos que produza. A taxa de juros seria determinada pela unidade de capital por último usada ... " (16).

O economista Whittaker, E., também situa Thünen entre os precursores da economia moderna:

"Na época em que Senior escrevia na Inglaterra, o economista e juiz Mountiford Longfield (1802-1884) e o latifundiário alemão J.H. Von Thünen (1783-1850) antecipam de forma notável a teoria marginal do valor que anos depois, haveria de passar a primeiro plano ... " (17).

Ponsard, C., economista francês, é outro que também, podemos utilizar para ilustrar a posição de Thünen:

"Pioneiro no domínio espacial, ele foi, entre outros, o primeiro a raciocinar em termos marginalistas ... " (18).

Mas, é Marshall, A., que reconhece em Thünen seu grande mestre, do qual vai emprestar a sua teoria marginalista:

"... minha impressão é que não derivei dele (de Cournot), o essencial de minhas opiniões tanto quanta derivei de Von Thünen" (19).

Assim, se encontramos na obra de Thünen um arsenal conceitual para o desenvolvimento da teoria marginalista, é também desta obra que Roscher, W., Hildebrand, B., e Knies, K., vão buscar elementos e reconhecimento para a escola histórica. Segundo Bujarin, N., essa escola:

"Nasce na Alemanha, descobrindo, no protecionismo necessário para o desenvolvimento da indústria alemã as premissas sociais de um discurso teórico que nega precisamente a possibilidade de qualquer teoria geral, limitando os objetivos da investigação econômica à recompilação de dados empíricos. Os resultados deste tipo de investigação foram sempre monografias

históricas, porém, nunca uma teoria econômica em condições de formular leis gerais extraídas do exame e da confrontação das situações empíricas. Sua base social está na burguesia alemã e no seu apoio ao desenvolvimento da indústria alemã" (21).

Ainda sobre a escola histórica alemã, Bujarin, N., afirma que nasce como uma reação contra o "cosmopolitismo" e o "perpetualismo" dos Clássicos, uma vez que:

"A Teoria Clássica, com sua doutrina do livre intercâmbio era, não obstante, o cosmopolitismo profundamente "nacional", o inevitável produto teórico da indústria inglesa. A Inglaterra havia logrado, como consequência de uma série de circunstâncias, o predomínio sobre o mercado mundial, e não temia nenhuma concorrência e nem tinha necessidade de nenhum tipo de medida artificial, quer dizer, legislativa, para assegurar suas vitórias sobre seus competidores. Sua indústria não necessitava invocar as particularidades da situação inglesa para justificar as barreiras aduaneiras. Deste modo, os teóricos da burguesia inglesa não estavam obrigados a centrar suas atenções nas particularidades específicas do capitalismo inglês: expressando os interesses do capital inglês, falavam das leis gerais do desenvolvimento econômico. Desenvolvimento econômico esse que assumia um caráter completamente diferente no continente europeu" (22).

Para Bujarin, N., Friederich List, pode ser considerado, em função de sua exigência por uma política protecionista, o primeiro teórico da escola histórica da Alemanha, que como berço desta escola constituía-se então em um território ainda quase essencialmente agrário (do ponto de vista econômico). Sua indústria nascente, principalmente a indústria pesada, estava constantemente afetada pela concorrência inglesa. É nesse contexto que Bujarin, N., encontra as explicações para o protecionismo nacionalista que envolvia a escola histórica:

"Se a burguesia inglesa estava eximida de dar ênfase sobre as particularidades nacionais, a burguesia alemã, ao contrário, devia mostrar-se atenta a esta

originalidade e autonomia da evolução alemã e servir-se dela para demonstrar teoricamente a necessidade de um protecionismo para o desenvolvimento. O interesse teórico concentrava-se, com efeito, no historicamente concreto e no nacionalmente limitado, a teoria servia exclusivamente para por em evidência estes aspectos específicos da vida econômica" (23).

Assim, a escola histórica foi a expressão ideológica do processo de crescimento da burguesia alemã) que temendo a concorrência inglesa, buscava apoio para a indústria nacional; tendo por isto que colocar em evidência as particularidades nacionais e históricas da Alemanha. Esta situação faz com que Bujarin, N. afirme que:

"O movimento protecionista alemão converteu-se assim no berço da escola histórica. Seu desenvolvimento posterior engendrou tendências de todo tipo, entre as quais a principal (a chamada escola "Histórica Nova" ou "Histórico-ética" de Gustav Schmoller), impregnou-se do conservadorismo agrário. A idealização de formas produtivas do passado, especialmente das relações "patriarcais" entre os proprietários de terra e os trabalhadores agrícolas, e o medo frente à "peste proletária" e ao "perigo vermelho", tem servido para desmascarar estes professores "objetivos" e colocar a nu as raízes sociais de sua "ciência pura" (24).

Tudo indica ter sido, Roscher., W. (membro da escola histórica) o primeiro economista a fazer referências a Thünen, situando-o como o maior economista alemão. Para melhor embasar esta colocação usamos as mesmas palavras de Waibel, L., (25) através da seguinte afirmação:

"Ele é um dos homens que não representam apenas ondas passageiras no progresso científico, porém marco permanente de orientação. Tivesse a nossa ciência que decair inteiramente algum dia, então estariam às obras de Thünen entre aquelas por intermédio das quais teria possibilidade de se reconstruir" (26).

Dentro desta perspectiva, podemos verificar que Von Thünen, junto a outros economistas de sua época, como Say, Gossen, Cournot, entre outros, vão compor uma derivação da Economia Política. Os avanços das análises de Ricardo e sua teoria do valor fundada no trabalho tornavam-se um entrave ao desenvolvimento capitalista. Da mesma forma, abria possibilidade para seu posterior desenvolvimento com Marx, uma vez que o movimento operário começava a ganhar força dentro da própria Europa. Assim cabe incluir Von Thünen no rol dos economistas que através de suas obras buscavam novas formas para a Economia Política burguesa vulgar, como também, procuravam contrapor-se a qualquer avanço do movimento operário europeu.

Portanto, o surgimento dessas teorias econômicas está condicionado historicamente pelo desenvolvimento das contradições de classe da sociedade burguesa que em condições históricas dadas, constituiu-se num reflexo das regularidades específicas do desenvolvimento da Economia Política burguesa (27).

"A primeira forma da Economia Política vulgar tomou corpo nas construções teóricas dos epígonos da Escola Clássica, que se apresentaram como discípulos e seguidores de Adam Smith e David Ricardo, mas na realidade vulgarizavam a doutrina destes, renunciando a sua teoria do valor fundada no trabalho e a análise objetiva da estrutura de classes da sociedade burguesa, substituindo as bases científicas da doutrina de seus mestres pelas teorias vulgares ... "(28).

Esta posição parece espelhar claramente, a postura teórica que reinou durante o século XIX quanto a Economia Política. Ou se avançava nas análises de Smith e Ricardo, como fez Marx, (e isso implicava em admitir que a sociedade tem primazia sobre o indivíduo, que esta sociedade está organizada em classes em função da produção, que este modo de produção tem um caráter histórico, portanto transitório) ou procurava-se estribar nos desvios teóricos de seus mestres.

Assim, situada a matriz teórica de Von Thünen, parece importante tratar, de forma explícita, as implicações do conteúdo, enfim, da essência, da teoria da utilidade marginal.

"Aquele que vive de rendimentos representa então o tipo burguês marginal e a teoria da utilidade marginal e a ideologia deste tipo marginal. Desde o ponto de vista psicológico este é um motivo de suma importância, também o é desde o ponto de vista lógico, já que é evidente que os americanos são ecléticos em relação a ela. A Escola Austríaca precisamente, porque responde a ideologia de um tipo marginal da burguesia, constitui a antítese perfeita da ideologia proletária: Objetivismo-subjetivismo, ponto de vista histórico perspectiva não histórica, ponto de vista da produção - ponto de vista do consumo: esta e a diferença metodológica tanto dos fundamentos da teoria mesma, como de toda construção teórica de Böhm-Bawerk" (30).

Torna-se, portanto, evidente, que uma das características mais destacadas dos teóricos da teoria da utilidade marginal está na vida econômica da sociedade, onde se define seu campo de atuação: a esfera do consumo. Apenas para exemplificar poderíamos dizer que no materialismo histórico, ao contrário dos teóricos da utilidade marginal, o campo de atuação é a esfera da produção. Outras características importantes dos teóricos da utilidade marginal são o seu individualismo crescente e o temor do proletariado, ou seja, o medo das eminentes catástrofes sociais. Sobre esta última característica, Bujarin, N., escreve:

"O "rentista" é incapaz de fazer previsão; sua filosofia reduz-se a fórmula: "aproveitemos esse momento" - carpe diem -; seu campo visual limita-se ao presente; se pensa no futuro, imagina-o como o presente; é incapaz de imaginar uma época em que gente como eles já não tenham rendas; espantado, cerra os olhos ante tal perspectiva, faz como se a ignorasse e esforça-se para não ver no presente os germes do futuro; seu pensamento é essencialmente anti-histórico. A mentalidade do proletariado em termos de mudanças não tem nada de conservadora. A luta de classes que se anuncia, impõe a tarefa de superar o

sistema econômico-social existente; o proletariado, não tem interesse nenhum na perpetuação do status-quo social: ao contrário, está interessado na sua destruição; vive antes de tudo na previsão do futuro; inclusive os objetivos imediatos, avalia-os em função desta perspectiva. Daí que, seu modo de pensar, especialmente no campo científico, apresenta um caráter nitidamente dinâmico e histórico" (31).

Desse modo, estas três características da "consciência social" dos teóricos da utilidade marginal derivam diretamente de seu "ser social", determinando também sua consciência no que se refere a produção científica.

Nesse particular impõem-se as premissas teóricas da utilidade marginal. Antes, seria interessante lembrar que a Economia Política é uma ciência social e baseia-se, sejam ou não conscientes seus teóricos, em uma determinada concepção da natureza e das leis de seu desenvolvimento.

Assim, a escola da teoria da utilidade marginal e subjetivista, uma vez que a "motivação" do ato econômico (individual) encontra-se sempre no centro do sistema, enquanto que Marx não trata nunca da motivação, mas sempre da limitação da vontade individual dos sujeitos econômicos (32).

Dentro desta perspectiva, Bujarin, N., afirma:

“É correto por em relevo esta diferença. Com efeito, enquanto "Marx concebe o movimento social como um processo histórico-natural regido por leis que não só são independentes da vontade, da consciência e da intenção dos homens, mas que também determinam sua vontade, consciência e intenções", Böhm-Bawerk faz da consciência individual do sujeito econômico o ponto de partida de sua análise: "As leis sociais que a economia deve descobrir - escreve Böhm-Bawerk - repousam sobre os atos individuais que concordam entre si" (33).

Isso significa dizer que para os teóricos da teoria da utilidade marginal, as leis econômicas exprimem as

sensações subjetivas de indivíduos isolados e não relações sociais entre os homens; que as relações se estabelecem ao nível do consumo e não das relações de produção; e por fim, o consumo encarado como sensação psicológico-subjetiva e não como parte integrante do todo econômico, não podendo, portanto, ser explicado antes de explicar-se o problema da produção. Tal postura implica em que as "leis" da Filosofia e da Psicologia impõem-se como explicação para o desenvolvimento econômico da Sociedade e não que sua explicação esteja fundada nas leis objetivas imanentes das relações de produção.

Outra questão importante referente as premissas teóricas da teoria da utilidade marginal estão fundadas no ponto de vista a-histórico, contrário, portanto, ao do materialismo histórico.

Nessa linha de raciocínio encontramos nos teóricos da teoria da utilidade marginal, como ponto de partida, a abstração do elemento histórico, reduzindo as relações humanas historicamente determinadas, a relações gerais entre os homens e as coisas. Aqui também citamos Bujarin, N.:

"Com efeito, desde o momento em que se deixa de considerar as transformações nas relações históricas entre os homens, o único que subsiste são as relações do homem com a natureza: dito em outras palavras, em lugar de categorias histórico-sociais, nós nos encontramos frente a categorias "naturais". Estas categorias "naturais", não podem, evidentemente, explicar de nenhuma maneira as categorias histórico-sociais porque, como bem assinala Stolzmann - "As categorias naturais limitam-se a prover de possibilidades técnicas a formação dos fenômenos econômicos" (34).

Sem embargo; poderíamos dizer que o caráter a-histórico da teoria da utilidade marginal, faz com que as relações de produção da sociedade capitalista sejam compreendidas como não só, eternizantes, mas também, como as únicas que teriam ocorrido na história da humanidade. O que evidencia sobremaneira seu

comprometimento com a ideologia da classe dominante em face aos avanços da ideologia das classes dominadas.

Além das duas premissas teóricas da teoria da utilidade marginal já enumeradas, devemos lembrar também o privilegiamento do ponto de vista do consumo, ao contrário do materialismo histórico, que privilegia o momento da produção como o ponto de partida para a compreensão da infraestrutura da sociedade.

Nessa perspectiva, os teóricos da teoria da utilidade marginal colocam a produção numa posição totalmente secundária, enquanto que a análise do consumo, das necessidades e desejos dos sujeitos, ocupa o primeiro lugar. Novamente, recorreremos a Bujarin, N.:

"Não se deve estranhar então se o ponto de partida da análise não está constituído pelos bens econômicos enquanto produtos, mas por uma quantidade dada (a priori) destes, uma "provisão" que não se sabe de onde vem. Deste modo, ademais, coloca-se de antemão a teoria do valor como ponto central do sistema teórico.

Tendo sido eliminado desde o primeiro momento o fator produção, o resultado é uma teoria do valor completamente alheia a produção ...

A possibilidade de produção ou de reprodução é considerada não como um fenômeno a analisar, mas como uma dificuldade a vencer. É natural então, que a "utilidade" se converta na ideia fundamental da escola austríaca ... " (35).

Assim concebido, o conceito de utilidade não supõe nenhuma "origem do trabalho" e nenhuma produção, expressa sim, uma relação passiva com as coisas e não uma relação ativa. Consequentemente, o conceito de utilidade pode ser aplicado com êxito a situações cujos protagonistas são, como frisa Bujarin, N.:

"... "náufragos", "míopes", "viajantes", "famintos", perdidos em uma ilha deserta ou outros abortos deste tipo, surgidos da imaginação de um professor" (36).

Esta concepção impede-nos de compreender os fenômenos sociais e seus consequentes desenvolvimentos. Ou seja, impede-nos de verificar que o motor desse desenvolvimento é o aumento das forças produtivas, da produtividade do trabalho social e o crescimento das funções produtivas da sociedade. Sabemos de antemão, que sem consumo não há produção, uma vez que toda atividade econômica está sempre motivada pela necessidade, mas, confundir o ponto de partida é um desvio errôneo, pois que a produção também influencia decisivamente o consumo (37). Bujarin, N., escreve a esse respeito:

"Esta influência (da produção sobre o consumo) tem, segundo Marx, três aspectos: em primeiro lugar a produção cria o material para o consumo; em segundo lugar, determina o caráter deste, o que vale dizer o aspecto qualitativo; por último, cria novas necessidades.

Podemos então comprovar, ante tudo, que a dinâmica das necessidades está determinada pela dinâmica da produção" (38).

Assim, podemos perceber que como premissa teórica, o ponto de vista do consumo na teoria da utilidade marginal torna-se totalmente estéril para se compreender e explicar a dinâmica social, ou seja, os problemas mais importantes da economia e conseqüentemente da sociedade como um todo.

Neste contexto, poderíamos dizer que os desvios econômicos na compreensão da realidade, por parte dos teóricos da teoria da utilidade marginal, estão nos "círculos viciosos" próprios do método subjetivista; na impotência de explicar as formas históricas específicas do capitalismo, em função de sua concepção a-histórica, e, por fim, o fracasso frente a todos os problemas relativos ao desenvolvimento econômico, em função do privilegiamento do consumo.

Mas, não podemos esquecer que a principal tarefa da corrente subjetivo-psicológica na Economia Política burguesa

era a de tentar refutar o marxismo, e para alcançar este objetivo tinha que contrapor a teoria do valor fundada no trabalho uma concepção teórica construída em outras bases.

Seria importante também, relembrar sucintamente, que, embora possuindo inúmeros precursores, a teoria da utilidade marginal surgiu quase simultaneamente na Inglaterra, na Áustria e Suécia. Depois passaram a defendê-la os representantes da chamada escola austríaca (Böhm-Bawerk, Weiser). Nessa teoria, em grande parte, baseou-se a escola da Economia Política burguesa na Inglaterra, principalmente A. Marshall, que uniu a teoria da utilidade marginal a teoria dos custos. Nos EUA, J.B. Clark apresentou sua variante da teoria da utilidade marginal (determinação do valor não pela utilidade marginal do bem, mas pela união final dos elementos de sua utilidade).

Uma vez aclaradas as premissas teóricas da teoria da utilidade marginal, torna-se importante levantá-las na obra de Von Thünen, com a finalidade de melhor compreender sua produção.

Assim, parece correto que, um elemento importante da matriz teórica de Von Thünen reside no conceito de totalidade. Pois que, para Von Thünen a totalidade é um todo harmônico; conseqüentemente, este todo harmônico se impõe como condição para o pensamento e o "Estado Isolado" é sua expressão máxima. Convém aclarar que:

"No "Estado Isolado" as condições de equilíbrio são a base de toda investigação" (39).

"A realidade é vista por Von Thünen como se nós estivéssemos num período de transição para uma perfeição final, ou fim. Esta qualidade transaccional impede uma análise direta da realidade" (40).

Isto faz com que encontremos nas imposições do pensamento o conceito de totalidade de Von Thünen.

Ao mesmo tempo em que o subjetivismo e ponto de vista a-histórico manifestava-se claramente.

Essa postura diante do conceito de totalidade aclara o comprometimento de Thünen com a ideologia dominante, com as classes dominantes, que procuravam encobrir a contradição como fonte fundamental, quer do desenvolvimento da matéria, quer da consciência. Mas, a totalidade é contraditória e regida pela principal lei da dialética: a lei da contradição, isto é, a lei da unidade dos contrários.

A origem da postura assumida por Thünen está precisamente na sua posição como latifundiário na Alemanha do século XIX e no processo de sua prática:

"Quando pela primeira vez dediquei-me a agricultura, esforcei-me para manter dados exatos e detalhados, para me suprir com informações sobre os custos, e produto líquido da agricultura ... Depois de cinco anos de escrituração mercantil, agrupei e resumi os dados que, desta forma, se tornaram as bases para as discussões na parte 1 do trabalho" (41).

Para melhor compreender Von Thünen achamos fundamental citar outro trecho de sua obra, onde as colocações são mais explícitas:

"No "Estado Isolado", contudo, nós nos concentramos na última condição, o objeto realizado. Uma vez que este objetivo foi atingido, estado estável se estabelece e não há mais mudança, e então nós deveremos encontrar regularidade e ordem onde no período de transição parecia um caos ininteligível. Mas no mundo real o estado estável não pode existir pelas seguintes razões:

1 - Um ser humano muda nos vários estágios de sua vida quanto mais diferentes serão as próximas gerações de seus predecessores! O homem ainda está lutando por um objetivo distante, que ele ainda não consegue distinguir direito, e até mesmo mal consegue imaginá-lo.

2 - Mesmo onde uma geração reconhece algo como seu objetivo o tempo requerido para atingi-lo, frequentemente excederá o tempo de duração de um ser humano.

3 - A natureza possui propriedades e forças cuja descoberta e uso correto parecem estar entre as mais altas tarefas do homem, porque elas têm o poder de tornar seu trabalho mais rendoso e recompensado, e de promover o bem-estar humano a um alto estágio. Mas a natureza apenas vagarosamente revela seus segredos, e já que toda grande descoberta traz mudanças, talvez mesmo mudança total, para a vida da sociedade, segue-se que no processo de alcançar o objetivo, a própria atividade industrial está sujeita as mudanças. Contudo, apesar desta constante mudança o fator único, isolado, que é o objeto de nosso estudo, contém a semente de um desenvolvimento que é certo e não fortuito e nem arbitrário. Exatamente como sabemos que aquela árvore crescerá um dia da muda plantada no solo, assim reconheceremos e contemplaremos o objetivo final, posto que não intervenham influencias externas" (42).

Este trecho da obra de Von Thünen é rico em elementos para compreendermos claramente todas as premissas teóricas de sua teoria. Podemos encontrar aí desde as posturas individualizantes, o subjetivismo das leis do desenvolvimento da sociedade até o caráter impotente da sociedade em resolver seus próprios problemas. Esta postura implica em uma produção contemplativa e o produto do cérebro engenhoso de Thünen é sua "produção científica". O caráter a-histórico de suas colocações é início e ao mesmo tempo fim, isto é, a sociedade não produz historicamente "remédios" para a cura de seus males. Esta postura tem implicações ideológicas com a ideologia da burguesia, segundo a qual as relações de produção capitalistas tenderiam a ser permanentes.

Retomando a noção de que a totalidade é contraditória, portanto, não harmônica, voltamos a principal lei da dialética: a lei da contradição, isto é, a lei da unidade dos contrários. Lênin sobre essa lei afirma:

"Em sua correta significação, a dialética é o estudo da contradição dentro da essência das coisas" (43).

"... esta lei é a essência ou núcleo da dialética" (44).

"A divisão da unidade e o conhecimento de suas partes contraditórias é a essência da dialética".

"A dialética pode sucintamente ser definida como doutrina sobre a unidade dos opostos. Assim, capta-se o núcleo da dialética; mas isto necessita explicações e desenvolvimento" (45).

É na contradição que reside a fonte do movimento, e nela que encontraremos o motor do próprio desenvolvimento da realidade:

"Assim, os objetos e fenômenos bifurcam-se em aspectos opostos, são uma unidade de contrários. Os contrários não coexistem simplesmente, mas se encontram em constante contradição, em luta entre si. A luta dos contrários constitui o conteúdo interno, a fonte do desenvolvimento da realidade" (46).

Julgamos importante, também, ao discutir a contradição, que se tenha em mente sua universalidade, a particularidade da contradição, a contradição principal e o aspecto principal de uma contradição, a identidade e a luta dos aspectos de uma contradição, enfim sua compreensão profunda.

"A lei da contradição nas coisas, isto é, a lei da unidade dos opostos, é a lei básica da natureza e da sociedade, e conseqüentemente é a lei básica do pensamento. É o contrário da concepção metafísica do mundo, e constitui uma grande revolução na história do conhecimento humano.

De acordo com o ponto de vista do materialismo dialético, a contradição existe em todos os processos tanto nas coisas objetivas como nos pensamentos subjetivos, e atravessa a todos desde o começo até o fim; nisto reside o caráter universal e absoluto da contradição. As coisas contraditórias e cada um de seus aspectos, tem respectivamente seus tipos específicos; nisto reside o caráter particular e a relatividade da contradição. As coisas contraditórias, de acordo com determinadas contradições, caracterizam-se pela identidade e,

consequentemente, podem coexistir numa identidade e transformarem-se em seus opostos; nisto residem também o caráter particular e a relatividade da contradição. Mas a luta dentro da contradição é incessante e existe quando os opostos coexistem, assim como quando se transformam um no outro; especialmente no último caso a luta se manifesta de uma maneira mais evidente; nisto reside também a universalidade e o caráter absoluto da contradição. Ao estudar a característica particular e a relatividade da contradição devemos esforçar-nos para distinguir entre o principal e o secundário nas contradições, assim como nos aspectos contraditórios, e ao estudar a universalidade e a luta da contradição, devemos distinguir as distintas formas da luta" (47).

Assim procedendo, estaremos próximos de uma concepção materialista-dialética do mundo, que nos permitirá uma postura científica na produção de nosso trabalho (48). Ou seja, poderemos ter claramente que:

"A concepção materialista-dialética do mundo postula o estudo do desenvolvimento das coisas a partir de seu interior, de suas relações com outras coisas, ou em outras palavras, considera o desenvolvimento das coisas como seu próprio movimento interno e necessário; e que cada coisa em movimento e as coisas que a rodeiam estão interconectadas e interatuantes. A causa básica do desenvolvimento das coisas reside no interior das coisas, em suas contradições internas, e não fora delas. Todas as coisas possuem estas contradições internas, as quais provocam seu movimento e seu desenvolvimento. As contradições internas das coisas são a causa básica de seu desenvolvimento, enquanto que sua interconexão e interação com outras coisas constituem uma causa secundária de seu desenvolvimento. Assim, pois a dialética materialista combate energicamente a teoria metafísica das causas externas as coisas ou de propulsão externa, expostas pelo materialismo puramente externas, somente podem provocar o movimento mecânico das coisas (ou seja, suas mudanças de volume e quantidade), mas não conseguem explicar porque as coisas são qualitativamente diferentes em mil e uma maneiras e porque uma coisa se transforma em outra" (49).

Com isso, julgamos que não só procede, mas é de grande validade aclarar o que se encontra "por trás" do conceito de totalidade de Von Thünen. Em primeiro lugar, a mais importante de todas as contradições: a luta de classes. Segundo, as bases materiais sobre as quais se assentam as classes, ou seja, as relações de produção estabelecidas entre exploradores e explorados, O caráter histórico, portanto transitório do modo de produção capitalista; enfim, a busca de uma sociedade harmônica onde todos têm a sua parte e em conjunto compõe a sociedade dos sonhos e da fantasia, produto da postura ideológica que tinha como objetivo impedir os avanços dos movimentos proletários, inerentes ao próprio desenvolvimento da história. Para ilustrarmos nossa afirmação, usaremos uma citação de Ponsard, C.:

"Thünen demonstra, finalmente, que capitalistas e trabalhadores têm um interesse comum a maximizar, uma função que junta os excedentes do grupo A colocados a interesse das rendas dos capitalistas do grupo B" (50).

Além da explicação que Ponsard, C., forneceu em sua obra "Histoire des Theories Economiques Spatiales", o próprio Thünen tratou desta questão quando escreveu sobre as relações entre o capital e o trabalho:

"Este problema toca na relação entre as várias classes na felicidade e bem-estar das numerosas classes de trabalhadores tanto quanta nas diferentes obrigações dos ricos frente à classe dos trabalhadores ... "(51).

Outro ponto que julgamos ser importante na matriz teórica de Von Thünen é o conceito de racionalidade:

"Nós assumimos que a cultura é conduzida absolutamente de forma racional".

"... presumindo sempre que as fazendas são administradas racionalmente".

"Administração da fazenda puramente racional era pré-requisito" (52).

O próprio Hall, P., que publicou a tradução para o inglês do "Dier Isolierte Staat", colocou uma nota de rodapé, procurando aclarar o conceito de racionalidade de Thünen:

"Thünen usa o termo no sentido dos economistas clássicos ingleses: uma empresa é conduzida de forma racional quando o empresário busca o lucro máximo e quando ele possui todo o conhecimento necessário para este fim" (53).

A posição de Thünen, quanto à questão da racionalidade, além de estar expressa nestas citações, está feita, de forma contundente, em outro trecho da sua obra:

"Mas nós postulamos que o cultivo é racionalmente conduzido, tornando essa a primeira e a mais imperativa condição de nosso Estado, e sujeitando a ele todas as outras considerações".

"A administração racional da fazenda implica em aumentar ao máximo a renda da terra".

"O objetivo de aumentar ao máximo o produto líquido da terra implica ... Como deve ser produzida esta madeira ao menor custo" (54).

Enfim, Von Thünen coloca em sua obra um capítulo intitulado: "Extensão da suposição de racionalidade absoluta para todas as condições do "Estado Isolado", onde, entre suas afirmativas está:

"Deixe-nos agora estender a suposição de condições absolutamente racionais para todo o "Estado Isolado". Segue-se que nós temos que perguntar se este salário particular e sua relação com a taxa de juro são naturais; se é racional manter estradas nestas condições; se fazendas deste tamanho particular produzem a renda da terra mais alta, etc.

Seria realmente milagroso se na realidade, onde tudo ainda está em processo de desenvolvimento, onde toda mudança não é mais que uma transição para um estágio mais alto, se aqui o racional foi manifestado em toda sua finalidade última. Mas mesmo se esse milagre tivesse ocorrido, nós ainda teríamos de

provar que o estado existente das coisas é racional, e mostrar porque isto é assim" (55).

Assim, podemos comprovar claramente que o conceito de racionalidade em Von Thünen, não é mais nada do que a necessidade de tornar sua totalidade harmônica sob a égide do capitalismo. O que implica numa racionalidade, onde o objetivo fundamental é maximizar os lucros às custas de uma minimização dos custos. Mas, para que isto ocorra, é imprescindível que haja harmonia na sociedade, que as relações de produção não sejam contraditórias, que o trabalhador receba a parte que a "natureza lhe destinou", etc. ... Então, podemos afirmar também, que Thünen procurava mascarar as relações de exploração da burguesia sobre o proletariado, porque só é possível maximizar os lucros aumentando a taxa de mais-valia, quer absoluta, quer relativa. Portanto, não pode haver harmonia dentro das relações de produção capitalista.

Nessa perspectiva, podemos afirmar, também, que a racionalização capitalista nada mais é que a procura da eficácia do modo de produção para a classe burguesa, ocupando, pois, lugar importante no arsenal ideológico capitalista (56).

Neste sentido, acreditamos que a produção da obra de Thünen tinha um objetivo prático definido, ou seja, procurar garantir e defender os interesses da burguesia alemã, conforme mencionamos na parte anterior, e mais que isto, era produto de uma interação entre a prática e a teoria, onde a prática dentro de uma economia capitalista (posto que Thünen era latifundiário), permitiu ao próprio Thünen produzir sua obra com objetivos ideológicos definidos na eternização das relações de produção burguesa.

Outro conceito que parece importante na obra de Von Thünen, é o de renda da terra (57), pois este conceito situa-se no centro de todo instrumental conceitual utilizado para a produção do "Dier Isolierte Staat".

Para Von Thünen, o conceito de renda terra deve ser colocado da seguinte maneira:

"Devemos distinguir cuidadosamente entre o rendimento da propriedade e o produto puro do solo enquanto tal.

"Cada fazenda possui construções, cercas, madeira de lei, e outros objetos de valor que podem ser separados da terra. Sucede-se que a renda da fazenda não deriva inteiramente da terra, mas é em parte investimento de capital nestes objetos.

A porção do rendimento da fazenda que sobra após a dedução do investimento no valor das construções, madeiras, cercas, e de todos os outros objetos valiosos, separáveis da terra, a porção que pertence a terra em si, eu chamarei de renda da terra" (58). (Sem grifo no original)

Esta proposição de Von Thünen está colocada em sua obra, num contexto em que ele debate com Smith, A., David Ricardo e Say o conceito de renda da terra. Portanto, suas colocações devem ser compreendidas nesse contexto.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que tal debate insere-se no contexto da Alemanha da época, porque não dizer, europeu, em que a premissa teórica fundamental era refutar a teoria do valor fundada no trabalho, uma vez que esta implicava numa perspectiva de compreensão da produção capitalista, como um modo de produção fundado em relações de exploração da classe capitalista sobre o proletariado, portanto passível de transformação.

Assim, o conceito de renda da terra de Von Thünen insere-se num sistema teórico onde a natureza e a gênese da renda da terra estão erroneamente representadas. Sabemos, desde Marx, K., (60), Kautsky, K., (61), Lenin, V.I., (62), que a renda da terra é a parcela paga pelo arrendatário (capitalista) ao proprietário das terras, em função da cessão que o dono das terras faz para que o arrendatário as explore, quantia essa contratualmente estipulada pela qual o arrendatário (capitalista) têm o consentimento para empregar seu

capital neste campo de produção. Ou, para melhor explicar nossa própria posição, citamos Marx, K.:

"A condição prévia do modo capitalista de produção, portanto, é esta: os agricultores efetivos são trabalhadores agrícolas empregados por um capitalista, O arrendatário, que explora a agricultura como campo particular de aplicação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção. Este capitalista arrendatário paga ao dono do solo que explora, em prazos fixados digamos, por um ano, quantia contratualmente estipulada (como o prestatário do capital-dinheiro paga determinado juro) pelo consentimento de empregar seu capital neste campo especial de produção. Chama-se esta quantia renda fundiária; e tanto faz que seja paga por terra lavradia, ou por terreno de construção, mina, pesca, florestas, etc. ... Esse pagamento se efetua durante todo o período em que o proprietário contratualmente emprestou, alugou o solo ao arrendatário. Assim, a renda fundiária é a forma em que se realiza economicamente, e se valoriza a propriedade fundiária" (63).

Compreendida desta forma a renda da terra, podemos verificar que, o que Thünen procurou caracterizar como renda da terra é na realidade uma confusão entre renda da terra e renda diferencial. Como dissemos anteriormente, Thünen representa erroneamente a natureza da renda da terra, misturando a renda diferencial (produto das desigualdades quer quanto a fertilidade do solo - natural - quer quanta a localização, ou mesmo quanto à fertilidade aduzida ao solo, através da maior aplicação de capital, por exemplo, em fertilizantes) com a renda da terra. Devemos lembrar que, a renda diferencial resulta do caráter capitalista da produção, enquanto que a renda da terra ou como prefere Kautsky, renda territorial absoluta, resulta da posse privada do solo em oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade.

Por outro lado, poderíamos dizer que, como hipótese, Von Thünen teria concebido um tipo de renda diferencial,

aquela resultante da localização das terras, pois trabalha com a diferença na situação e custos de transporte. Tal fato não é verdadeiro totalmente, porque não distingue entre taxa de lucro médio e lucro suplementar, produto das rendas diferenciais. Sobre tal questão poderíamos citar o próprio Von Thünen:

"Na realidade, tão bem quanto no Estado Isolado, o preço dos cereais é governado pela seguinte regra: O preço do cereal deve ser bastante elevado para evitar que a renda desça abaixo de zero na fazenda que tenha o mais alto custo de produção e transporte ao mercado, mas cuja produção é ainda necessária para satisfazer a procura do cereal" (64).

Nessa afirmação, podemos verificar que existem questões sobre o preço dos cereais, mas não há qualquer menção a lei do valor fundada no trabalho, além de chamar renda da terra o lucro é não distinguir (vale frisar novamente) lucro médio do lucro suplementar.

A elucidação das questões que envolvem a concepção de renda da terra de Von Thünen pode aclarar-se levarmos em conta sua afirmação:

"A renda da terra não resulta do capital ou do trabalho, mas de vantagens fortuitas que uma propriedade goza sobre as outras, na qualidade do solo ou de sua locação ... " (65).

Nestas afirmações, parece que Thünen é contundente, mas o máximo que consegue atingir é um conceito muito genérico de renda diferencial, mesmo assim, aquela oriunda das condições naturais, negando que ela possa ter origem no capital e no trabalho, ou seja, negando a essência. Pois a renda diferencial II (Marx) é em essência a negação feita por Von Thünen. É neste tipo de renda que ele poderia desvendar o que está reificado na renda da terra, ou seja, a mais-valia, o trabalho não pago e apropriado. Além disso, Thünen não distingue claramente a existência de rendas

diferenciais. Mesmo assim, procura aquela porção da renda que pertence a terra em si, em uma posição abertamente fisiocrata. Para esclarecer esta questão, utilizaremos uma citação de Afanassiev:

"A grandeza da renda diferencial depende da fertilidade da terra, mas de modo nenhum porque esta seja sua fonte. A mais alta fertilidade da terra é uma condição importante da elevação da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, do aumento da exploração dos operários agrícolas, é uma condição de produção da mais-valia relativa no que concerne à terra como tal, como meio de produção, e ela, é claro, não participa da criação do valor do produto agrícola, embora participe da criação do valor de uso deste" (66).

Mesmo no capítulo em que Thünen procura discutir a origem da renda da terra incorre nos mesmos erros apontados anteriormente, porém, avança com relação ao esclarecimento de tipos de renda diferencial, sem contudo se aperceber de tal fato:

"Aqui o que, o fazendeiro que morando perto da cidade lucra além dos seus custos e para ele lucro puro. Como este lucro permanece constante através dos anos a terra próxima à cidade produz uma renda anual. A renda da terra de uma fazenda nasce de sua superioridade, no solo ou locação sobre a fazenda menos favorecida que está ainda produzindo para o mercado" (67). (Sem grifo no original)

Nada melhor que este texto para mostrar a confusão que Thünen estabelece, pois não distingue a renda diferencial, como lucro suplementar sobre o lucro médio. Além disso, privilegia a superioridade de uma propriedade como fonte de lucro e, portanto, da renda e não o trabalho socialmente empregado. Isto nos mostra claramente o caráter fisiocrata das teses de Thünen, bem como sua tentativa de mascarar a verdadeira origem do lucro médio, da renda da terra e da mais-valia. Portanto, Thünen procura mascarar as relações sociais de produção e tenta encontrar leis eternas e naturais para a agricultura.

Além dessas colocações, devemos lembrar que Von Thünen, procura estabelecer uma diferença entre as origens da renda da fazenda como não sendo derivada apenas da terra, mas também, sendo parte dos investimentos de capital nos objetos existentes na propriedade. Ora, seria importante colocar que, quer um, quer outro, não geram renda como demonstra Afanassiev, V.S.:

“Marx descobriu a base gnosiológica das variantes vulgares da teoria de Smith. Demonstrou que o capital e a propriedade da terra servem apenas como condições que obrigam o operário a executar o trabalho excedente, como base para a apropriação do resultado desse trabalho pelos capitalistas e proprietários de terras, mas de modo nenhum como fonte de mais-valia. "A propriedade da terra e o capital", escreveu Marx, são fontes de rendas para seus possuidores, ou seja, dão a estes o poder de apropriarem-se de parte dos valores criados pelo trabalho, mas não se tornam, por força disso, fontes do valor que é apropriado por seus possuidores" (68).

Seria interessante ressaltar que a postura assumida por Thünen quanto ao conceito da renda da terra é fruto das contradições vividas na Alemanha de então. Além das contradições vividas na sua prática da atividade agrícola entre uma postura junker e uma postura capitalista, isto é, as próprias contradições do modo de produção nascente e o modo de produção que expirava, ao mesmo tempo em que procurava buscar uma situação de equilíbrio para não ter que admitir a luta de classes como motor das transformações sociais e econômicas.

Dissemos momentos atrás, que o conceito de renda da terra de Thünen deveria ser compreendido dentro do contexto que ele estabelece em sua obra, ou seja, numa discussão com Smith, A., ao mesmo tempo em que procura fugir de uma posição com relação a teoria do valor fundada no trabalho. A esse respeito, Thünen escreve:

"Adam Smith, que nesta questão foi seguido pela maioria dos economistas mesmo nos tempos mais recentes afirma que "renda da terra" é aquela que sobra do produto de uma fazenda, ou o seu valor equivalente em dinheiro, após o fazendeiro ou proprietário ter pago seus trabalhadores, seus custos de administração e retirado a taxa corrente de retorno do capital que ele investiu. A partir disto, e do uso que Smith faz do termo renda da terra, sucede-se que aquilo que ele chamava de renda da terra e a renda que um latifundiário que tenha arrendado sua propriedade retira dela" (69).

Essa posição de Smith, A., compreendida por Thünen é perfeitamente coerente em Smith, como podemos verificar por suas próprias palavras em citação feita por Afanassiev, V.S.:

"Desde que a terra dos diversos países passou à propriedade privada", escreve Smith, "os proprietários, como todo mundo, querem colher onde não plantaram, e começam a exigir renda inclusive dos habitantes naturais da terra. O trabalhador agora deve ... dar ao proprietário uma parte do que ele colhe ou produz com seu trabalho. Esta parte, ou, o que dá no mesmo, o preço desta parte, constitui a renda da terra" (70).

Já esta concepção de Smith, A., está num contexto onde ele admite que a renda da terra é também resultado da apropriação do trabalho alheio não pago, como desconto do produto do trabalho dos operários, ou do valor da mercadoria. Enquanto Von Thünen prefere, evidentemente comprometido ideologicamente com a prática capitalista, a posição de que renda da terra é a porção que pertence a terra em si, ou seja, a pura renda da terra, taxando a definição de Smith como sendo "renda da propriedade", sem, entretanto, avançar nas investigações de Smith, procurando descobrir o que está por trás da renda da terra e do lucro, ou seja, a mais-valia.

Von Thünen na realidade, como já dissemos não consegue compreender o processo de produção capitalista na agricultura em sua plenitude, nem suas particularidades intrínsecas,

ficando assim apenas preocupado com a sua renda real da terra ou a pura renda da terra, ao mesmo, a porção da renda que pertence a terra em si, produto, na sua concepção, das qualidades físicas do solo.

Esta posição está, a nosso ver, ligada a tentativa de compreensão, através da separação dos investimentos de capital no solo, da produção natural do solo, (produto este de técnicas agrárias que apenas utilizam poucos instrumentos de trabalho, e apoiando-se no maior aproveitamento da fertilidade natural do solo. Isto, a nosso ver, é resquício do modo de pensar a produção feudal, já que em termos capitalistas, é praticamente impossível esta separação, uma vez que ele vai contribuir para um aumento da produção e conseqüentemente um aumento da taxa de exploração por parte do capitalista.

Outro fato importante são os comentários que Thünen tece sobre Smith:

"Que um pensador tão profundo como Adam Smith, cujo estudo das riquezas nacionais revela a obra de uma mente inquisidora e inventiva, além de fornecer, em minha opinião, uma fonte inesgotável de elucidações e conhecimentos, que um homem como este tenha ficado iludido com a natureza da renda da terra, talvez seja explicável da seguinte maneira, embora ele tenha esclarecido tantos problemas na economia política. O sistema de Smith parece ter sido baseado na escola fisiocrata; e embora ele qualifique e corrija - erroneamente - esta doutrina de que "O trabalho empregado na agricultura é a única forma de trabalho produtivo", ele próprio sabia muito pouco do lado prático da agricultura para se libertar completamente do erro fisiocrata por meio de experiência e observações pessoais" (71).

Realmente Von Thünen vê em Smith os resquícios da escola fisiocrata. No entanto, admitir que a libertação do erro fisiocrata só é possível através do conhecimento do lado prático da agricultura, parece ser muito distante, uma vez que a própria tentativa de Thünen em libertar-se da escola fisiocrata (buscando as variáveis

vulgares da teoria de Smith) remeteu-o exatamente à mesma posição de Smith contendo erros fisiocratas. Além disso, poderíamos dizer que Thünen, no afã de libertar-se dos resquícios fisiocratas procurou entender a produção capitalista na agricultura na sua totalidade sem se aperceber das particularidades que compõem a totalidade, incorrendo, portanto, num desvio teórico.

Outra questão importante no instrumental teórico thuniano reside na vinculação do conceito de renda da terra a chamada lei da fertilidade decrescente do solo.

Thünen afirma:

"E se o mesmo método aplicado a uma terceira e a uma quarta fazenda tivesse que produzir resultados em comum, teríamos que aceitar que descobrimos uma lei geral válida, pois aquilo que permanece constante sob todas as condições deve ter uma validade geral não limitada por tempo ou espaço. ... em todo caso, citar a lei já enunciada: ... a fertilidade decrescente do solo ...

Estas leis, sendo universais, são válidas para qualquer sistema de agricultura e para qualquer propriedade" (72).

É a aceitação, por parte de Von Thünen, da lei da fertilidade decrescente do solo como lei universal. Achamos importante discorrer um pouco sobre ela. É nos escritos de Marx, K., (73), Lenin, V.I., (74), que encontramos instrumental não só para compreender esta lei como também para contrapô-la.

Em primeiro lugar, citamos Lenin, V.I., que discutindo o artigo do senhor Bulgakov, publicado na revista Natchalo (75) contra a "Questão Agrária", de Kautsky, K., muito bem situa questão da economia política burguesa:

"A ideia central da "teoria do desenvolvimento agrário" do senhor Bulgakov e a "lei da fertilidade decrescente do solo". Nosso "critico" cita passagens de obras clássicas que estabelecem esta "lei" (segundo a qual toda inversão suplementar de trabalho e capital na terra é acompanhada de uma quantidade de produtos que não correspondem a essa inversão e que diminuem

constantemente). A seguir, cita uma relação de economistas ingleses e afirma que "tem um alcance universal", que é "uma verdade evidente e absolutamente impossível de negar", "que basta prová-la claramente", etc. Quanto mais decisivas são as expressões do senhor Bulgakov, mais evidente é o seu retrocesso á economia política burguesa, que esconde as relações sociais sob imaginárias "leis eternas". Com efeito, a que se reduz "a evidencia" da famosa lei da "fertilidade decrescente do solo"? A esta conclusão: se as aplicações sucessivas de trabalho e de capital na terra não dessem quantidades de produtos sempre menores, como se verifica; mas ainda que somente iguais; não haveria razão para estender as sementeiras; por mais reduzida que fosse a quantidade suplementar de trigo, poderia produzir-se sobre a antiga superfície, e "a agricultura de todo o globo terrestre se poderia conter numa só decaína (medida de superfície equivalente a 1.092 ha).

Eis o argumento habitual (e único) que se emprega em favor dessa "lei universal". Por pouco que se medite, ver-se-á que esse argumento é o mais vazio das abstrações e deixa de lado a questão principal: o nível da técnica, o estado das forças de produção. E, afinal de contas, a própria ideia de "inversões suplementares (ou sucessivas) de trabalho e capital"; já implica numa mudança dos processos de produção, numa transformação da técnica. Para aumentar em proporções sérias o capital investido na terra é necessário inventar novas máquinas, criar novos sistemas de cultura e um processo para a criação de gado, para o transporte dos produtos, etc. É certo que em quantidades relativamente limitadas, se pode obter (e se obtém) "inversões suplementares de trabalho e de capital" mesmo sobre a base do atual nível de técnica, isto é, sem modificação nenhuma. Neste caso, a lei da "fertilidade decrescente do solo" se aplicaria até certo ponto, aplicar-se-ia no sentido de que o estado estacionário da técnica deixa relativamente pouco lugar as inversões suplementares de trabalho e de capital. Em vez de uma lei universal, temos, pois, uma "lei" sumamente relativa, tanto assim que já não se pode falar de "lei" alguma, nem nenhuma particularidade essencial da agricultura ... Por isso, a "lei da fertilidade decrescente do solo" não se aplica, em nenhum caso, quando a técnica progride, quando os processos de produção se transformam;

somente se aplica e de maneira muito relativa e condicional, quando a técnica permanece invariável. Eis porque

Marx e os marxistas não se referem a essa “lei”, enquanto que os representantes da ciência burguesa, como Brentano, incapazes de se livrarem dos preconceitos da velha economia política, com suas leis abstratas, eternas e naturais, fazem grande alarde em torno dela" (76). (Sem grifo no original)

Em segundo lugar, citamos Marx:

"Fica assim eliminada a primeira tese errônea acerca da renda diferencial, ainda sustentada por West, Malthus, Ricardo, a saber, que essa renda supõe necessariamente a passagem para terrenos cada vez piores ou de fertilidade sempre decrescente da agricultura. Conforme vimos, ela pode ocorrer com a passagem para terrenos cada vez melhores, ou ainda quando um bom terreno ocupa a posição mais baixa em lugar do que era antes o pior; pode estar ligada a progresso crescente na agricultura. Sua condição é a desigualdade dos tipos de solos. Ele supõe, quando se considera o desenvolvimento da produtividade, que o acréscimo da fertilidade absoluta de todas as superfícies cultivadas não elimina essa desigualdade, e assim a aumenta ou deixa estacionária ou apenas a reduz" (77)

Assim podemos verificar que, em absoluto a "lei" da "fertilidade decrescente do solo" é uma lei universal, e mais ainda, que essa posição tenta esconder as relações sociais de produção sob o "manto das leis eternas". Podemos constatar também que, qualquer relação entre a renda da terra e a "lei da fertilidade decrescente do solo" (supondo-se que a renda diferencial implica na passagem de terras melhores para piores, ou no esgotamento progressivo do solo, é uma hipótese absolutamente falsa, presente nos clássicos da economia burguesa. Assim, também fica patente o uso de desvios vulgares utilizados por Thünen na produção de sua obra, desvios que não apenas refletem a compreensão errônea dos processos como também, implicando essa compreensão no mascaramento da realidade, que levaria a eternizar relações sociais da

produção capitalista, que é bom que se diga, são relações de exploração.

Nesse momento, parece-nos importante relembrar a primeira parte do trabalho, quando fizemos quatro considerações sobre a produção de obras em Geografia, para encontrar as explicações e a compreensão do que estamos afirmando. É só aplicações na sua totalidade ao universo teórico de Von Thünen, para compreender como se deu o processo de produção da sua obra.

Afirmamos anteriormente que, no processo de produção do conhecimento, pretende-se transformar uma matéria-prima determinada (uma percepção superficial, deformada da realidade) em um produto determinado (um conhecimento científico, rigoroso, dessa realidade). Assim temos que: para conhecer uma matéria-prima que é agora o objeto do trabalho, utiliza-se os instrumentos de trabalho-teórico (teoria e método) para com isso chegar aos objetos, produtos do trabalho, que se tornando objeto de conhecimento passam a incorporar os instrumentos de trabalho-teórico. Enfim, uma relação dialética, que envolve toda a produção científica. Mas, até agora falamos apenas daquilo que nos pareceu importante no referencial teórico de Von Thünen. É necessário que tratemos agora do método.

2.2. O Método em Von Thünen

Utilizando o mesmo procedimento empregado na discussão da matriz teórica de Von Thünen, procuraremos desenvolver o estudo do seu método. Em primeiro lugar, é o próprio Von Thünen quem faz, ao prefaciar a segunda edição de sua obra (78), referência ao seu método:

"Espero que o leitor desejoso de utilizar algum tempo e atenção em meu trabalho não tome como exceção as suposições imaginárias que faço no começo, por elas não corresponderem as condições da realidade, e que não as rejeite como arbitrárias e sem propósitos. Elas são uma parte necessária do meu argumento, permitindo-me estabelecer a operação de um certo fator cuja atuação nos vemos, mas de forma confusa, na realidade, onde está em incessante conflito com outros de sua espécie.

Este método de análise tem iluminado - e resolvido - muitos problemas em minha vida, e me parece ser capaz de tal amplitude de aplicação, que o enfatizo como a matéria mais importante contida em todo o meu trabalho" (79). (Sem grifo e negrito no original)

Apesar de Von Thünen privilegiar o método como o assunto mais importante contido em sua obra, poucos são os autores que se preocuparam em discuti-lo. Utilizaremos em nosso estudo alguns desses autores, embora procuremos centrar nossas discussões em cima do estudo de Barnbrock, J. (80).

Antes de discuti-lo é importante que saibamos com algum detalhe qual é esse método. Nesse particular, o próprio Von Thünen procura deixar claro, em sua obra, o método:

"Imagine uma grande cidade no centro de uma planície fértil que é atravessada por um rio ou canal não navegável. Através de toda a planície o solo é capaz de ser cultivado com a mesma fertilidade. Longe da cidade, a planície se transforma num deserto "incultivável" que elimina toda comunicação entre este Estado e o mundo exterior.

Não há nenhuma outra cidade nesta planície. A cidade central deve, portanto, suprir as áreas rurais com todos produtos manufaturados, e em recompensa obterá todas suas provisões do campo circundante.

As minas, que abastecem o Estado com sal e metais, ficam próximas da cidade central que como é a única, nós a chamaremos no futuro simplesmente "a Cidade". O problema que nós queremos resolver é este: que padrão de cultivo formar-se-á nestas condições; e como os sistemas agrícolas dos diferentes distritos serão afetados pela sua distância da Cidade? Assumimo-nos, de começo a fim, que a agricultura é conduzida de forma absolutamente racional.

É no todo óbvio que perto da cidade serão cultivados aqueles produtos que são pesados ou volumosos em relação aos seus valores, e, portanto, tão caros para transportar que os distritos mais remotos são incapazes de fornecê-los. Aqui também nós devemos encontrar os produtos altamente perecíveis, que devem ser utilizados muito rapidamente. Com o aumento da distância da Cidade, o solo deixará progressivamente de ser cultivado com produtos cujo transporte seja barato em relação ao seu valor.

Por esta única razão, anéis concêntricos ou cinturões de forma regularmente diferenciada formar-se-á ao redor da Cidade, cada um com seu próprio produto básico particular.

De anel para anel o produto básico mudará, mudando com ele o sistema agrícola completo; e nos vários anéis nós devemos encontrar sistemas agrícolas completamente diferentes" (81).

O método empregado por Thünen é o método da idealização, ou seja, para ele o processo de construir idealmente o "Estado Isolado" tinha por objetivo resolver os problemas que enfrentava ao tentar compreender a realidade, que, para ele, se apresentava como um período de transição, onde tudo é um caos, o que impede a compreensão e análise (82).

Sobre o método, Von Thünen, escreveu:

“O conceito do “Estado Isolado” ocorreu-me, na minha juventude, quando estava estudando agricultura no Instituto do Sr. Taudinger em Flottbeck perto de Hamburgo; e desde esse tempo eu sempre me senti compelido a considerar todo problema da política e da economia da agricultura à luz dos princípios que formam a base do "Estado Isolado", porque eu não conseguia ver a esperança de algum dia encontrar uma solução para qualquer um destes problemas, a não ser libertando-os de todos os fenômenos acidentais e contingentes que estão associados com ele na realidade. Quando pela primeira vez eu me dediquei à agricultura, eu me esforcei por manter dados exatos e detalhados, para me suprir com informações sobre os custos e produto líquido da agricultura para as diferentes produções em colheitas em maços e para os diferentes preços dos cereais. Depois de cinco anos de tal escrituração mercantil, eu agrupei e resumi os dados que, desta forma, se tornaram as bases para as discussões na parte 1" (83).

Parece-nos que, ao escrever a parte 2 de seu trabalho, durante a década de 1840, final de sua vida, Thünen ainda procurou deixar claro todo o procedimento que torna possível a produção de sua obra. Tal fato começa com o primeiro trabalho que faz no início do século XIX sobre a agricultura ao redor de Hamburgo, que é a base material inicial para a produção de sua obra. Naquela época,

Hamburgo comportava-se como um porto exportador, portanto como um mercado, recebendo produtos das regiões ao seu redor.

Segundo Thünen, esses produtos apresentavam-se organizados em anéis. O seu princípio básico era o de encontrar a variável que poderia levar a explicação dessa organização, da mesma forma que, tal variável, justificasse a utilização e o emprego de um sistema de cultivo que alcançasse o mais baixo custo. O objetivo, obviamente, era garantir, não só a possibilidade do solo continuar a ser explorado, como também, que o lucro a ser alcançado fosse o mais alto possível. Esse princípio da racionalidade era, para Von Thünen, princípio básico e fundamental. Ele mesmo afirma:

"Como uma mudança no preço dos cereais afetara o sistema de agricultura, supondo-se que o cultivo seja racionalmente conduzido? (84).

"Nós assumimos, de começo a fim, que a agricultura é conduzida de forma absolutamente racional" (85).

Ou como Hall, F., esclareceu:

"Thünen usa o termo (racional) no sentido tradicional dos economistas clássicos ingleses: uma empresa é conduzida de forma racional quando o empresário busca o lucro máximo e quando possui todo o conhecimento para este fim" (86).

Dessa forma, como já dissemos na parte anterior, o conceito de racionalidade, é o princípio básico que leva Von Thünen a procurar a compreensão da organização da agricultura. Ou melhor, ainda, a entender que a mudança na organização era fruto da necessidade de alteração nos sistemas visando a maximização dos lucros. Esse princípio que se impõe está aparentemente calcado na economia capitalista. Assim, todo procedimento desenvolvido está comprometido com o princípio fundamental que norteou a produção de seu trabalho, a relevância a valores.

Assim, durante a produção de sua obra é o momento histórico que se impõe como determinante quando do estabelecimento e construção do conceito "Estado Isolado". Era, portanto, a ordem da economia capitalista dominante na Europa Ocidental, ainda entremeada pelo dominante modo de produção feudal na agricultura alemã, em processo de desintegração. Mais precisamente, é a transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista que se impõe como base material para a construção do conceito do "Estado Isolado", posição que fica extremamente clara quando observamos o que o próprio Thünen escreveu:

"Supondo-se que num país de 40 milhas de diâmetro houvesse no seu centro uma cidade; que este país só pudesse colocar os seus produtos nesta cidade; que a agricultura no mesmo país só pudesse colocar seus produtos nesta cidade; e que a agricultura no mesmo estivesse no mais alto grau de desenvolvimento, então poder-se-ia admitir que os sistemas agrícolas, em torno desta cidade se dividiriam em quatro classes: a horticultura, a rotação de culturas, o sistema de três campos e a criação" (87).

Torna-se importante ressaltar que o sistema dos três campos era o sistema empregado no modo de produção feudal, e sobre ele falamos na parte onde tratamos da contextualização histórica da obra de Von Thünen.

Também, importante são as colocações feitas por Waibel. L.:

"Já aqui, portanto, delineava-se a clara concepção do "Estado Isolado", que nasceu da observação dos anéis econômicos em torno das cidades gêmeas Hamburgo-Altona" (88).

Não podemos esquecer que a produção da obra de Von Thünen nasce da não aceitação por ele da "eficiência" do sistema de rotação de culturas (importado da Inglaterra e defendido por

seu mestre Thaer) sobre os demais existentes na Alemanha. Principalmente porque, sua aceitação implicaria no rompimento com o modo de produção feudal. Para Thünen, foi mais "interessante" buscar a saída dada pela "evolução natural" da economia, ou seja, montar o "Estado Isolado" na aparência da realidade observada. Introduzimos agora a categoria aparência, para contrapor a explicação da adoção de um sistema produtivo que envolve a essência do mesmo. Assim, Thünen procura a justificativa na aparência para impor a essência. Explicando melhor, Von Thünen utiliza-se da aparência (organização "natural" da agricultura em anéis), mascarando assim a essência que são as relações de produção, que no caso, eram relações de exploração.

A colocação que estamos fazendo tem um alcance mais amplo e envolve a própria produção "científica" pós-Thünen, cujos princípios estão na sua obra. O próprio Von Thünen estava, ao produzir sua obra, em busca do "Salário Natural", que pudesse garantir o equilíbrio nas relações de produção. Procurava explicar que o salário percebido pelas classes trabalhadoras é dado naturalmente e não pela imposição, por parte das classes dominantes, através de relações de exploração cuja finalidade é a de extrair a mais-valia (quando do modo de produção capitalista), do produto excedente (no modo de produção feudal) ou mesmo do trabalho excedente (no modo de produção escravagista).

Assim, procuramos deixar claro o princípio básico do procedimento que Von Thünen utilizou para produzir sua obra. Podemos discutir agora o passo seguinte: a prática. Todos os autores por nos consultados são unânimes em afirmar que Von Thünen não foi um economista na concepção científica do termo, mas sim:

"Um fazendeiro prático que possuiu uma grande propriedade em Mecklemburgo, na Alemanha do Norte, no início do século XIX - na época em que a sistema agrícola da cultura alternada de cereais e, para ele, e muitos

outros fazendeiros, era: "Aceitarei a novo sistema ou conservarei a velha economia baseada no sistema de três campos e no rodízio de culturas e pastagens? ". Com o objetivo de esclarecer a questão, ele faz a escrita de sua propriedade por vários anos e chegou a interessante conclusão de que a escolha de um sistema agrícola depende dos preços dos cereais" (89).

É evidente que a prática se impôs como determinante para a produção da obra de Thünen, pois não há dúvida alguma, depois do texto citado, que Thünen pretendia com sua obra procurar na sua prática a explicação para o que pretendia produzir "intelectualmente". É óbvio que, o que produziu foi o dilema da transição da produção feudal para a produção capitalista. É que a Alemanha da época conhecia na sua formação econômico-social esta conexão entre o capitalismo dominante internacionalmente, (principalmente), enquanto, internamente, mantinha-se a produção através de relações feudais (produzindo mercadorias), ou seja, a circulação e o consumo eram realizados em bases capitalistas.

É a prática na transição para economia capitalista que leva Von Thünen a compreender apenas a aparência dessa mesma produção. Tanto é que admite que seja à distância o fator determinante do tipo de sistema a ser empregado na agricultura:

"Como os preços variam de acordo com a distância das cidades, a "localização da fazenda é o principal fator a determinar sua administração". Uma fazenda situada perto da cidade deveria escolher o sistema rotativo cereal-raiz, ao passo que outra, distante da cidade, deveria empregar a sistema de três campos. Os sistemas econômicos não têm um valor absoluto, mas sim relativo" (90).

Waibel, L., também, interpreta como expressão da dialética:

Afirma Von Thünen: "quem viajasse através do "Estado Isolado" veria, em poucos dias, a aplicação prática de todos os sistemas econômicos conhecidos. E a sequência regular dos vários sistemas

econômicos preveni-lo-ia contra a errônea conclusão de que a educação dos fazendeiros mais afastados é inferior as dos que vivem nas vizinhanças da cidade" (91).

Dialética essa que nos parece ser simplesmente a "dialética das aparências". Que apenas explica a realidade a nível das mentes das pessoas e não a nível do processo histórico real.

Assim definido "a priori" o princípio básico que norteou o procedimento de Thünen e caracterizada sua prática (é importante não esquecer que as duas partes são produto da mesma realidade, ou seja, princípio e prática interagiram dialeticamente para permitir a postura de Thünen) e porque não, a nossa própria compreensão acerca de Thünen), torna-se importante conhecer o passo seguinte:

"Se do preço alcançado pelos cereais na cidade, onde é vendido, subtrairmos o custo do transporte, descobriremos seu valor na própria fazenda. Com a crescente distância do mercado, o transporte dos cereais se torna mais custoso, e seu valor na própria fazenda diminui. Assim a distância crescente do mercado tem o mesmo efeito que uma queda no preço dos cereais onde a distância permanece constante. Assim é possível representar o efeito do preço dos cereais sobre o cultivo como um problema no espaço, e dessa representação o "Estado Isolado" se desenvolveu. Quando o problema é visto deste modo uma segunda questão se associa com a primeira: Como deve mudar o sistema de cultivo a fim de tornar máximo o produto líquido, com a maior ou menor distância do mercado? As leis que se obtém aqui não são discerníveis diretamente da experiência e observação; para qualquer lugar na realidade nós vemos diferenças na qualidade do solo e no seu nível de fertilidade; a influência dos rios navegáveis; e assim por diante, e as propriedades que estão localizadas nas diferentes distâncias das grandes cidades mercados demonstraram a influência conjunta de todos estes fatores, presumindo sempre que as propriedades são administradas racionalmente. Para liberar um fator, distância do mercado, de sua associação permanente com os outros fatores,

para ver seu trabalho e aceitar seu significado, nós temos que pressupor uma grande cidade construída não às margens de rio navegável, mas no centro de uma planície cujo solo tem em todo lugar, a mesma qualidade inerente e o mesmo nível de fertilidade. Esta operação intelectual é semelhante aos métodos experimentais usados na Física bem como na agricultura: apenas o fator a ser determinado e aumentado quantitativamente, enquanto que todos os outros são mantidos constantes. Dadas estas suposições, anéis concêntricos de formação regular formar-se-ão na planície do "Estado Isolado" em torno da cidade, como nós o descrevemos na parte um ..." (92).

Dentro da linha de raciocínio que estamos seguindo, abstrairamos agora as concepções errôneas de Thünen sobre o preço de mercado e o efeito dos custos de transporte já apresentados ou de que trataremos na parte seguinte, para continuar a discussão sobre os procedimentos de Thünen para produção de sua obra.

O passo seguinte foi, evidentemente, imposto pelos anteriores (a realidade vista como um período de transição onde o caos impera; a relevância a valores inerentes ao seu conceito de racionalidade e a prática) e a chamada "operação intelectual" para separar um "fator" que na realidade é uma "variável" e mantendo-se as demais constantes, deixa-se o "fator" separado variar para se poder ter respostas quantitativamente diferenciadas. É somente após todas estas suposições é que os anéis concêntricos de formação regular se formarão.

A questão que se coloca é se tal procedimento é possível, a não ser no plano da ideia? Parece-nos que, o método empregado para produzir o conceito que será a suposição para a compreensão da realidade está completamente fundado a nível das ideias. Enquanto que, o processo de produção do conceito através do método científico - a dialética materialista - é para Marx, K., o oposto, porque:

"O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, a unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não, um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida, portanto, igualmente, o ponto de partida da observação imediata e da representação" (93).

Se procedermos como Thünen, poderemos reduzir:

A plenitude da representação a uma determinação abstrata" (94).

Ao passo que, se procedermos de acordo com Marx, K.:

"As determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto pela via do pensamento" (95).

Dessa forma, temos claro que a produção do conceito não pode se dar apenas a nível das ideias, ou seja, a relação sujeito-objeto ser feita de forma unidirecional, o sujeito se impondo ao objeto, tornando dessa forma a relação sujeito-objeto dual. Isto leva Thünen a procurar adequar meios a objetivos, em função da relevância de valores presentes objetivamente na sua proposta.

Entretanto, não podemos esquecer que para Marx a relação sujeito-objeto é dialética.

Thünen preferiu a imposição do pensamento à compreensão da realidade:

"Sem a abstração da realidade não podemos conseguir nenhum conhecimento científico. Este processo apresenta, contudo, dois perigos: 1) mentalmente separamos o que na realidade é interdependente; 2) baseamos nossas descobertas em suposições que, não estando completamente cômicos delas, não conseguimos torná-las explícitas, dessa forma então, consideramos como de validade geral aquilo que é válido apenas para estas suposições" (96).

Mesmo fazendo estas colocações ligadas aos "perigos" do processo de abstração da realidade, Thünen busca na realidade, uma adequação metodológica à sua tentativa de conseguir tornar cientificamente validado seu procedimento:

"Se a experiência observada foi total e corretamente entendida e as conclusões dela extraídas são consistentes, este método introduz precisão matemática num campo onde o mero raciocínio traria a luz opiniões totalmente contraditórias" (97).

"No "Estado Isolado" as condições de equilíbrio são a base de toda investigação" (98).

Dessa forma, Thünen procura também à nível do método, "fugir" à contradição como motor do desenvolvimento histórico, mesmo à nível das ideias) procura eliminar essa possibilidade escudando-se na pseudoneutralidade, no equilíbrio, e na regularidade natural das coisas impostas pela precisão matemática.

A nosso ver, Thünen, a nível do método, insere-se no debate metodológico da época, cuja questão era se haveria um método para as ciências humanas e outro para as ciências naturais ou se teríamos simplesmente como advogavam os positivistas, o método das ciências naturais. Thünen encontra-se, no plano do método, nesse dilema, que é fruto da sua prática, pois como "agricultor" enfrenta a nível da produção de sua obra a imposição do seu "*ideal construct*".

Essa aparente contradição metodológica vivida por Thünen ficou expressa em seus próprios escritos:

"Seguramente os métodos que aceitamos como corretos para o mundo físico não estão fora do lugar no mundo do intelecto ...".

"Felizmente, temos provas de que este método é válido na ciência e que na matemática não permite descrédito. Se em calculo diferencial estamos tentando descobrir o valor máximo de uma função contendo várias potências, nós consideramos primeiro uma variável, mantendo as outras constantes, e quando

equacionando o diferencial como zero, descobrimos o valor desta potência e o colocamos na função, sujeitamos a seguir, a segunda potência ao mesmo procedimento, substituindo-a na função pelo valor que encontramos para ela; e continuamos assim até que todas as variáveis tenham sido eliminadas da função.

Se o procedimento foi provado correto na matemática para justificar a validade do método que estamos usando, temos que mostrar que, como o matemático, estamos procurando descobrir o "máximo" e tornando este objeto de nosso estudo" (99).

Mais adiante, em sua obra Thünen procura insistir nessa mesma questão:

"Nosso método de determinar o produto líquido máximo deste modo, está de acordo com o método que a matemática provou ser correto para determinar o valor máximo de uma função contendo várias variáveis. Como o matemático, confrontando com várias potências, considera-se primeiro uma, depois a outra variável, mantendo o resto constante, assim nós também isolamos as variáveis diferentes que influenciam o produto líquido e que estão associadas com o preço dos cereais, e considerando primeiro uma depois a outra como a potência ativa. Com isto justificamos a relevância e precisão do método empregado na Parte Um" (100).

Apoiadas nas próprias colocações de Thünen podemos verificar todo seu procedimento em busca de uma validação a nível de garantir "status científico" as relações de produção capitalista, para procurar manter, na prática, as relações de produção feudais.

Esta postura permite claramente entender no plano do método, sua posição de procurar adequar meios a objetivos em função da relevância a valores, em outras palavras, procurar buscar o método que lhe permita maximizar seus lucros a nível da sua prática como "agricultor" e que ele também procura validar a nível da ciência, quando da produção de sua obra.

Assumindo esta postura Thünen torna sua obra um baluarte da subjetividade, da a-historicidade e do privilegiamento do consumo ao invés da produção e com isso torna-se, como bem o caracterizou Roscher, W., um precursor da escola histórica clássica alemã. Sobre tal escola já falamos na parte anterior, relativa a matriz teórica, mas vale a pena firmar novamente seus preceitos básicos:

"A primeira forma da Economia Política vulgar tomou corpo nas construções teóricas dos epígonos da Escola Clássica, que se apresentavam como discípulos e seguidores de Adam Smith e David Ricardo, mas na realidade vulgarizaram a doutrina destes, renunciando a sua teoria do valor fundada no trabalho e a análise objetiva da estrutura de classes da sociedade burguesa, substituindo as bases científicas da doutrina de seus mestres pelas teorias vulgares ... " (101)

Assim devemos sempre ter em mente o objetivo da produção da obra de Thünen, que é descobrir o "salário natural"; que garantirá o fim das contradições entre o trabalhador e o patrão.

Para finalizar esta parte referente ao método passaremos a tratar dos autores que procuraram discuti-lo. Entre eles, destacamos Hall, P., que, ao escrever a Introdução da tradução inglesa do "Der Isolierte Staat" afirma que suas colocações sobre a obra de Thünen estão relacionadas basicamente ao estudo feito por Amus Petersen (102) sobre a obra de Thünen. Inicia citando Petersen, A., quando de um comentário acerca da obra e as críticas recebidas:

"É um segredo aberto, embora alguns se sintam qualificados para julgar a doutrina dos anéis (Thünen), somente poucos têm lido o livro no qual ela é desenvolvida" (103).

Dentro desses princípios Hall, P., afirma sobre o método de Thünen:

“... o primeiro é que Thünen tornou imediatamente claro a natureza de seu método. É o método de "idealização". Neste primeiro esboço, é significativo que o título fosse: "O Estado Ideal": que é a ideia de um Estado. Nós o estamos divisando aqui como o primeiro modelo econômico do mundo, e um que prova ser extraordinariamente e completamente desenvolvido” (104).

Continuando:

"Essencialmente, o método assume que um fator pode ser independentemente variado sem afetar as suposições fixas, e neste plano tem sido criticado por inconsistência lógica.

Mas a crítica não deve diminuir o fato de que é o primeiro uso do método de "ficção", de "como se"; um método que recebeu reconhecimento filosófico somente duas gerações mais tarde no trabalho de Vaihinger. Do conceito básico de ficção Thünen vai diretamente para esta técnica de isolamento. Mas Thünen originalmente não termina aí. Ele, não estando satisfeito de isolar a potência de um fator numa situação, e descobrir uma expressão matemática para uso; ele transporta então depois para sua fórmula, informações empíricas detalhadas, obtidas de sua experiência em Tellow. O resultado é um triunfo pioneiro de espantosa construção de um modelo econométrico" (105) (Sem grifo no original).

Hall, P., passa imediatamente para a defesa do método de Thünen, que foi retomado modernamente via "modelos". (Retomaremos essa questão na última parte do trabalho). Hall, P., cita também Schneider, E., (106) o que reforça sua própria posição:

“Em 1958 Schneider, economista alemão, disse dos feitos de Thünen:

"... aqui a importância da construção do modelo para a compreensão da realidade é feita evidentemente com lucidez inexcelável e rigorosidade... E dentro da área deste modelo, o "Estado Isolado", ele agora mostra com grande cuidado a importância e fecundidade da análise parcial, que ele manipula com virtuosidade magistral ... Thünen mostra-nos que nenhuma experiência sozinha, nem especulação teórica, pode iluminar o oceano impenetrável da realidade ... seu trabalho é econométrico no melhor sentido da palavra" (107).

Neste momento, é importante Barnbrock, J.:

"Na história da Geografia, o trabalho de Von Thünen tem sido considerado como a principal contribuição para a teoria locacional. Entretanto, argumentar-se-á que esta interpretação só é possível se abstrairmos a tese central de Von Thünen. O "Estado Isolado" é de fato um "sobre produto" do seu trabalho. O próprio Von Thünen nunca interpretou o "Estado Isolado" como uma contribuição teórica para a Geografia, mas considerou o uso de um "*ideal construct*" como sua contribuição científica essencial" (108).

Dessa forma, os trabalhos em Geografia não têm levado em conta essa questão, por nós qualificada de fundamental, ponto chave da produção do "Estado Isolado".

"O parco salário que o trabalhador comum recebe em quase todo lugar é um salário natural, ou é causado pela exploração que o trabalhador não pode evitar" (109).

Assim abstraído a questão fundamental da obra de Von Thünen, os geógrafos passaram a ver o "Estado Isolado" como "tipo ideal" o primeiro exemplo de modelo abstrato (110). Mas uma questão parece-nos importante: como os geógrafos locacionais trataram de incorporar o "Estado Isolado" de Thünen?

A resposta, por enquanto parcial, pode ser encontrada na afirmação de Ingmar Emker:

“A teoria locacional é uma extensão do método de análise capitalista” (111).

Voltaremos a esta questão em outra parte do trabalho, quando tratarmos da "atualidade" da obra de Von Thünen. O que fica de fundamental é que a posição de Hall, P. são uma aceitação pura e simples da obra de Thünen, aceitação consciente, pois admite o seu método como o método da idealização, da mesma forma que admite em Schneider, E. a realidade como um oceano impenetrável.

Essa postura qualifica-os naquilo que de mais sofisticado o neopositivismo produziu na Inglaterra: os neo-kantianos.

Entre os autores que também procuram discutir o método de Thünen, estão os citados no trabalho de Waibel, L., no âmago de uma polêmica:

"Com respeito ao método de Thünen, existe na literatura da economia política uma verdadeira polêmica. Alguns autores são de opinião que o método de Thünen seja descritivo, indutivo (Richard Passow), enquanto outros, ao contrário, o consideram abstrato - dedutivo (Lifschitz, F.). Para nós interessa essencialmente a questão de saber até onde a concepção do "Estado Isolado" é um conceito puramente abstrato e até que ponto se fundamenta em realidades concretas. Deve-se esclarecer, antes de mais nada, que Thünen não foi um professor teórico e sim um agricultor prático que mantinha na sua propriedade rural-Tellow, em Mecklemburgo, desde 1810 até 1815 um livro de contabilidade de todas as atividades de sua fazenda" (112).

Conclui Waibel, L.:

"O fundamental no método de Thünen é, portanto, que ele pesquisou e raciocinou tanto de modo dedutivo como indutivo, fato que foi ressaltado recentemente com ênfase por Edgar Salin:

"E na realidade esta ligação da pesquisa dedutiva com a experimentação indutiva, do isolamento construtivo procurando ao máximo se aproximar da realidade é que confere originalidade e importância a Thünen. É uma ligação tão rara, e por isso mesmo tão rica em resultados, que se torna própria somente ao gênio científico dos melhores pensadores teóricos" (113).

Como vemos, a aparente contradição metodológica permanece, pois só pode ser compreendida num universo teórico, onde a essência do movimento está na contradição, ou seja, é a própria contradição do modo de produção capitalista nascente na Europa, a transição vivida pela Alemanha, a prática social de Thünen, que se impõem como base material para seu método. Pois, só "fugindo" das contradições ele poderia chegar ao seu "Estado Ideal".

Tal questão não é abordada por Waibel, L., Passow, R., ou Salin, E., pois seus objetivos eram não só validar, mas incorporar os conceitos e o método de Thünen, numa prática científica também comprometida com a ideologia dominante, da classe dominante, da burguesia capitalista.

Por fim, passamos a tratar das colocações feitas por Barnbrock, J., com relação ao método de Thünen e que nos parece ser as mais contundentes colocações feitas sobre o procedimento de Thünen para a produção de sua obra.

Barnbrock, J., afirma que um dos objetivos de seu trabalho (114) não é uma recapitulação da estrutura formal do "Estado Ideal" de Thünen, mas a sua idealização sobre a interação humana vista na forma de uma estrutura social harmônica. Essa postura leva-o a ter que entender a visão de Thünen sobre a realidade, que é segundo ele:

"A realidade é vista por Thünen como se nós estivéssemos num período de transição para uma perfeição final, ou fim. Esta qualidade transicional impede uma análise direta da realidade. As "coisas" são percebidas em inúmeras interdependências que impõem obstáculos para o sujeito pensante. Esta realidade encoberta não pode ser corretamente analisada. A tarefa é primeiro abstrair os princípios e então, "transferi-los para o "Estado Isolado" em vez de transferir as condições reais". Portanto, o "Estado Isolado" é a "verdadeira representação do fim último pelo qual a humanidade deve lutar" (115).

Dessa forma, para Barnbrock, J., a realidade é vista por Thünen como um caos (esse caos é típico de um período de transição e, portanto, não pode ser analisado (116). E mais para ele:

"Von Thünen considera a miséria como emanando de uma separação do trabalhador e seu produto, uma separação que contribui para o caos através da destruição do vínculo patriarcal entre o senhor e aqueles sob seu mundo. Dois fatores são considerados responsáveis por essa destruição. Um se apoia na

própria realidade, uma tendência natural a deprimir salários até o mínimo de subsistência. A outra, é baseada na ciência econômica, que justifica a lei de um salário de subsistência. Se, contudo, a classe trabalhadora reconhece esta injusta realidade, "então, a lei aparente perde toda sua fundamentação e em vez de um apelo à experiência deve haver um apelo a uma lei baseada na razão" (117).

Assim sendo, a tentativa de perpetuação da sociedade de classe, que está em crise fruto de suas próprias contradições, é um objetivo implícito no trabalho de Thünen. Tal fato prende-se ao estudo da natureza dos salários encetado por Thünen num sistema isolado, e organizado de acordo com o preceito da razão pura. Seu objetivo é explícito;

"Se o salário natural pudesse ser justificado sem apelar para a teoria da oferta e procura, ou para as teorias da subsistência, então o elo harmônico entre as classes poderia ser restabelecido" (118).

Dessa forma, a sociedade burguesa é vista por Thünen como o último estágio no desenvolvimento do homem:

"Ele imagina uma sociedade regida pela subsunção harmônica do homem ao capital. O capital torna-se o substituto do espírito universal hegeliano e o espírito universal é finalmente para Thünen, Deus (Capital = Deus). O espírito universal é finalmente realizado na sociedade harmônica do "Estado Isolado", que é uma manifestação da razão pura" (119).

Nessa linha, segundo Barnbrock, J., o modelo de Thünen pode ser entendido como uma parte de uma contra ideologia idealista para urna concepção materialista da realidade. Assim o objeto epistemológico, no seu trabalho, não é a realidade objetiva, mas sim urna estrutura abstrata idealizada, que é o próprio "Estado Isolado".

Para Barnbrock, J, portanto:

"A idealização de Von Thünen da realidade como um "objeto pensante" está baseada na lógica transcendental de Kant. O objeto pensante é forçado para relacionar-se com uma abstração da realidade, porque numerosas interdependências não podem ser conceitualizadas. Assim, esta percepção é internalizada no objeto pensante através do processo de abstração. As categorias são formadas pelo intelecto confrontando a compreensão, no domínio do ainda puro, uma abstração tal como a "Estado Isolado", com certos princípios de ação. O processo de raciocínio abstrato e a elevação do objeto pensante para uma posição frente a qual ele torna-se a única fonte das categorias do pensamento é uma pressuposição básica não só do trabalho de Von Thünen, mas também dos economistas neoclássicos em geral" (120).

Dessa forma, a transposição da realidade para uma estrutura idealizada pelo intelecto e a consequente aplicação de hipotéticas leis normativas de ação para estas categorias abstratas têm não só a origem, mas também sua fundamentação filosófica na lógica transcendental de Kant, porque:

"Kant confronta as leis naturais da esfera fenomenológica no domínio da liberdade com máximo de ação. Assim, a aplicação de técnicas matemáticas nos neoclássicos ortodoxos, está baseada na lógica transcendental de Kant. Sem estas bases Kantianas, os economistas clássicos, e a teoria locacional derivaria, portanto, ao colapso" (121).

Decorre daí, portanto, o processo que leva a inversão da cognição e entidade, matéria e consciência, que é um processo inerente a todas as formas de idealização ou das formas subjetivas ou objetivas do idealismo. Pois com a separação do mundo da matéria do mundo do senso, impõe-se um dualismo sobre o mundo, dualismo este, que pode ser visto nas relações entre fatos e valores, entre o homem e a natureza. Como consequência desse processo, passa-se a ter a dominação da razão sobre a interação social, que por sua vez, vai dar origem a uma enganosa delimitação da realidade, via uma inversão e uma relação tipicamente unilateral entre o sujeito e o objeto (122).

Para Barnbrock, J., o processo de construção do "Estado Isolado"; como um modelo de harmônicas relações humanas, nega a história através da predição de um "fim último", tornando-se dessa forma uma construção comprometida ideologicamente, porque:

"... a essência do idealismo é a auto realização do ato cognitivo e o processo epistemológico considerado como dominação da mente sobre a matéria. Daí o caráter de classe da sociedade que resulta da divisão do trabalho é interpretado através de uma abstrata filosofia de vida. Assim a teoria poderia tornar-se uma declaração eticamente neutra, conseqüentemente a luta de classe não poderia ser conceitualizadas e toda interação humana tem que ser submetida sob as reações harmônicas construídas fora da razão pura" (123).

Assim o caráter ideológico presente nos procedimentos de Von Thünen fica definitivamente cristalizado e explícito, o que garante a consistência das colocações que temos feito desde o início de nosso estudo.

Outra questão que julgamos importante nas colocações de Barnbrock, J., sobre o método de Thünen é a referente ao emprego do cálculo infinitesimal nas Ciências Sociais. Como sabemos, o uso da "metalinguagem da matemática" tornou-se um poderoso instrumento para os economistas neoclássicos e para a teoria locacional em particular. Sobre esta questão afirma Barnbrock, J.:

"Ficou demonstrado que o uso da matemática nasceu fora de um processo deísta do raciocínio, numa época particular. Para a interpretação de relações humanas em termos de um sistema mecanicista quase reativo, funcionando como um ordenamento harmônico de todas as atividades foi necessário um a priori. A noção de um objeto percebido operando sob o princípio da razão pura abre possibilidades para descrever a interação social similarmente aqueles usados na Física. O cálculo infinitesimal pode em seguida ser aplicado para demonstrar um "maximum maximorum" o qual o homem experimenta realizar.

Depois, o procedimento que empregamos nas nossas investigações a respeito da determinação do máximo retorno líquido está também de acordo com a Matemática a qual determina o valor máximo de uma função com várias variáveis ... neste sentido fica provado a admissibilidade e propriedade do método demonstrado" (124).

Dessa forma se os modelos matemáticos são considerados como "estruturas formais representando uma teoria", o que passamos a assistir é que a validade de uma teoria passa a ser determinada independentemente de considerações matemáticas e o "abuso da matemática" não pode, em hipótese alguma, refletir a validade de uma teoria. É assim que as mais recentes teorias matemáticas sociais são kantianas sem sabê-lo. Do mesmo modo, por analogia podemos dizer que o uso da matemática no trabalho de Von Thünen reflete eficazmente suposições kantianas (125).

Uma vez esclarecidos aqueles pontos que achamos importante sobre o método em Von Thünen, julgamos ter alcançado um dos objetivos de nosso estudo que era o das colocações referentes à matriz teórica e o método - que constituem pontos básicos para a compreensão não só de sua obra, e para qualquer estudo que se realize com pretensões científicas. Pois que teoria e método são instrumentos de trabalho intelectual que utilizamos no processo de produção do conhecimento para transformar uma matéria-prima determinada (uma percepção superficial deformada da realidade) em um produto determinado (um conhecimento científico, rigoroso, dessa realidade).

Notas e Bibliografia

1 - Parece que entre toda a bibliografia consultada, apenas o trabalho de Barnbrock, H.J., "Prolegômeno para um debate metodológico da teoria locacional: o caso de Von Thünen", publicado pela Revista Antípode n. 1 - Vol. 6 - abril 1974-USA, trata dessa questão.

2 – Von Thünen, J. H. – obra citada, pág. 225/226.

3 – Von Thünen, J. H. – obra citada, pág. 22.

4 - Roll, E. - "História das Doutrinas Econômicas", 2a. edição, Editora Nacional, São Paulo, 1962.

5 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 22.

6 – Denis, H. – “História do Pensamento Econômico”, Livros Horizonte Ltda., Lisboa, 1974.

- Spiegel, H.W. - "El desarrollo del Pensamiento Economico", Ed. Omega, Barcelona, 1973.

- Whittaker, E. - "Historia del Pensamiento Economico", Fondo de Cultura Economica, Mexico, 1948.

- Pietre, A. - "Penseé Economique et Theories Contemporaine", Libr. Dalloz, Paris, 1961.

- James, E. - "Historia del Pensamiento Economico", Ed. Aguilar, Madrid, Terceira ediciones, 1971.

7 - Ponsard, C. - "Histoire des Theories Economiques Spatiales", Libr. Armand Colin, Paris, 1958.

8 – Roll, E. - obra citada, págs. 202-218.

9 – Roll, E. – obra citada, pág. 204.

10 - A posição de List, F., era contrária a de Müller, A., uma vez que este, como proprietário de terra, procurava unir o feudalismo ao capitalismo, embora reconhecendo que era inevitável a evolução industrial e comercial, mas desejava subordiná-la as aspirações feudais. Já List F., era representante do nascente capitalismo industrial. Ver Roll, E., obra citada, págs. 218-219.

11 - "... Note-se que List abandonou uma carreira acadêmica pela atividade política, chegou a ser o inspirador e chefe ativo da associação de comerciantes e industriais alemães, formada em 1818, como instrumento de agitação e propaganda em favor de seus interesses. Em numerosos artigos e petições que dirigiu aos Governos da Áustria e de outros Estados alemães, List propôs a política econômica que permanentemente se associava a seu nome. Já dissemos aqui, que em inícios do século XIX, a Alemanha estava dividida numa multidão de Estados Independentes, cada um dos quais mantinham poderosas barreiras alfandegárias entre os demais, mas que não ofereciam resistência à influência dos produtos da indústria inglesa. Em 1818 operou-se na Prússia importante transformação. Todos os direitos passaram a ser cobrados nas fronteiras; não excedia de dez por cento nos artigos manufaturados e foi permitida a entrada, livre de direitos, da maioria das matérias-primas. A associação de manufactureiros, formada um ano depois, propugnou para que se imitasse essa reforma. Sua finalidade era criar um setor de

liberdade comercial em toda a Alemanha, que ao mesmo tempo, ficasse rigorosamente protegida contra a concorrência do exterior. List teve, relativamente, muito pouca participação nos primeiros êxitos que o movimento de união econômica nacional alcançou. Como deputado em Württemberg, continuou no caminho liberal que o levou a enfrentar o governo reacionário. Foi preso, refugiando-se na França, Inglaterra, Suíça, e por fim se estabeleceu nos Estados Unidos. Quando em 1832, voltou para a Alemanha, já se havia dado o primeiro passo para a união econômica. Já se haviam ultimado duas uniões aduaneiras, e List entrou na luta em favor da extensão do sistema. Ao fim de dois anos conseguiu-se o Zollverein e praticamente toda a Alemanha (menos a Áustria) se converteu numa única unidade econômica, na qual a liberdade comercial oferecia amplo mercado a indústria alemã. A princípio, esta união manteve uma tarifa baixa para os artigos do exterior, mas a pressão de certos setores da indústria tornou premente a questão de reforçar a proteção. Foi quando List se tornou o teórico do protecionismo. Em 1840 apareceu sua obra mais importante, "Das Nationale System der Politischen Ökonomie", em que expôs uma teoria protecionista que se ajustava de modo especial as necessidades nascentes da indústria alemã. Roll, E., obra citada, págs. 219-220.

12 - Bell, J.F. - "História do Pensamento Econômico", Zahar Editores, Rio, 1976, 2a. edição.

Além dessa citação de Bell, J.F., poderíamos ilustrar também, com outra citação de Ponsard, C.:

"Esse sucesso deve-se à adesão de Thünen ao espírito da época, a despeito de sua independência e de sua originalidade. O cameralismo alemão do século XVIII tinha ainda o vigor suficiente para levar a Thünen uma porção de ideias baseadas no direito natural que este devia ultrapassar em seguida - mas não sem ter tirado daí alguma coisa ..." (obra citada, pág. 18).

13 - "Adam Smith ensinou-me economia política ... Nós aceitamos nos escritos e conferências de homens proeminentes aquilo que parece ser inquestionável, tornando-o parte de nosso pensamento ... Aquilo que nos ensinamentos destes dois grandes homens, pareceu-me incompleto, que deixou de satisfazer minha necessidade por um conhecimento mais profundo do problema, e que me levou a fazer minhas próprias averiguações ..." (Von Thünen, obra citada, págs.225-226)

14 - Bell, J. F. - obra citada, pág. 264.

15 - Roll, E. - obra citada, págs. 324-325.

16 - Bell, J.F. - obra citada, pág. 264.

17 - Whittaker, E. - obra citada, pág. 496.

18 - Ponsard, C. - obra citada, pág. 20.

19 - Marshall, A., - citado por Hall, P., na introdução da tradução inglesa da obra de Von Thünen, pág. XI.

20 - Bujarin, N. - "La Economía política del Rentista (crítica de la Economía Marginalista)" Cuadernos de Pasado y Presente, n. 57, Ed. P y P, Córdoba, Argentina, 1974.

21 - Bujarin, N. - obra citada, pág. 7.

22 - Bujarin, N. - obra citada, pág. 23-24.

23 - Bujarin, N. - obra citada, pág. 24.

24 - Bujarin, N. - obra citada, pág. 24.

25 - Waibel, L. - "Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1958.

26 - Roscher, W. - citado por Waibel, L., na sua obra, pág. 74.

Sobre a Escola Histórica devemos lembrar que a sua particularidade esta antes de tudo em seu método, que consiste - "Na renúncia as pesquisas e generalizações teóricas e sua substituição pela reunião, descrição e sistematização superficial dos fatos da vida econômica e sua sequência histórica (desde os fenômenos econômicos e "embrionários" primitivos, até suas mais recentes formas de desenvolvimento), incluindo as mudanças qualitativas no caráter do

regime socioeconômico da sociedade. Por trás desse método "histórico-genético", encontra-se de qualquer forma uma concepção teórica da eternidade, naturalidade e inevitabilidade da divisão da sociedade em classes, da imutabilidade da natureza do regime econômico da sociedade e da mutabilidade apenas das formas desse regime, do desenvolvimento apenas evolutivo da sociedade, gradual, sem corridas ou revoluções, da coabitação pacífica entre a servidão e o capitalismo. Essas concepções expressavam as peculiaridades do desenvolvimento da economia alemã naquele período e as aspirações da burguesia alemã ao compromisso político com os Junkers e a aristocracia feudal. Ao caracterizar a essência anticientífica da Escola Histórica, Marx demonstrou que sua abordagem empírica estreita aos estudos dos fatos, sem aspirar as elucidações teóricas de suas regularidades, faz dela "uma ciência morta"; e o chamado método "histórico-genético" representa uma justificativa para toda forma de exploração do homem com base em sua antiguidade. No artigo, "Mais uma Refutação do Socialismo", Lenin observou que este método representa uma fuga as leis do desenvolvimento social, provocada pelo fato de que essas leis atuam contra a burguesia". (Alter, L.B. - "História das Doutrinas Econômicas", Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1967, págs. 323-324).

27 - Alter, L.B. - "História das Doutrinas Econômicas", Zahar, Rio de Janeiro, 1967, pág. 322-
"Como se sabe, a principal regularidade do desenvolvimento da Economia Política burguesa consiste em sua evolução, desde uma Economia Política fundada na aplicação dos métodos objetivos de pesquisa, na época em que a burguesia ainda era uma classe em ascensão, até a Economia Política vulgar, não científica. Essa transformação teve lugar no segundo terço do século XIX, em consequência do aguçamento das contradições internas do capitalismo e do surgimento do proletariado no âmbito histórico, como força política independente. O desenvolvimento ulterior do capitalismo e da luta de classes condicionou a evolução das formas da própria Economia Política vulgar".

28 – Alter, L. B. – obra citada, pág. 322.

29 – Veja-se a propósito a obra de Bujarin, N.

30 - Bujarin, N. - obra citada, págs. 35-36.

Seria interessante lembrar que, além de Thünen, (precursor da teoria da utilidade marginal), estão também os considerados por Bujarin, N., como precursores da Escola Austríaca: Condillac - "Le Commerce et le Gouvernement" (1795); Verri, P. "Della Economia Política", in: "Del Piacere e del Dolore ed altri scritti", Milão, 1864; Walras A., "De la Nature de la Richesse et de l' origine de la Valeur", 1831; e Gossen, H., "Entwicklung der Gesetze des Menschlichen Verkenrs und der Daraus Fliessenden Regeln für Menschliches Handeln, 1854.

31 – Bujarin, N. – obra citada, pág. 32.

32 – Bujarin, N. – obra citada, pág. 41.

33 – Bujarin, N. – obra citada, pág. 41.

34 – Bujarin, N. – obra citada, pág. 53.

35 – Bujarin, N. – obra citada, pág. 56.

36 – Bujarin, N. – obra citada, pág. 57.

37 – Bujarin, N. – obra citada, pág. 57.

38 – Bujarin, N. – obra citada, pág. 57

39 – Von Thünen, J. H. – obra citada, pág. 237.

40 - Barnbrock, J. - "Prolegômenos para um debate metodológico da Teoria Locacional: o caso de Von Thünen", in "Antípode", vol. 6, n. 1, abril, 1974, USA, pág. 61

41 – Von Thünen, J. H. – obra citada, pág. 226.

42 - Von Thünen, J. H. – obra citada, pág. 246.

43 – Lenin, V. I. – “Cadernos Filosóficos”.

44 - Lenin, V. I.- citado por Afanassiev, V.G., Ed. Vitória, Rio de Janeiro, 1963, pág. 109.

45 – Lenin, V. I. – “Extratos da Lógica de Hegel” in “ Cadernos Filosóficos”.

- 46 – Afanassiev, V. G. – obra citada, pág. 112.
- 47 - Mao-Tse-Tung - "Sobre a Contradição" - Série Textos Fundamentais", n. 1, pág. 29.
- 48 - Ver citação de Althusser, L. na parte II deste trabalho e de Marx, K., e Engels, F., na parte I.
- 49 – Mao-Tse-Tung – obra citada, págs. 2-3.
- 50 – Ponsard, C. – obra citada, pág. 19.
- 51 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 240.
- 52 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 8, 227 e 239.
- 53 – Hall, P. – obra citada, pág. 8.
- 54 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 230 e 244
- 55 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 239.
- 56 - Para uma discussão mais profunda sobre a questão da racionalidade e irracionalidade na economia, ver entre outras obras a de Godelier, M., "Racionalidade e Irracionalidade na Economia", Ed. Tempo Brasileiro Ltda., Rio de Janeiro.
- 57 - O conceito de renda da terra é derivado das expressões "landrent" do original alemão, que foi traduzido por Hall, P. e Dempsey, como sendo o equivalente a "economic rent" dos economistas clássicos ingleses.
- 58 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 18.
- 59 - A esse respeito é importante ver as colocações de Von Thünen: "É interessante e instrutivo ver como Say, em suas notas a obra de Ricardo e em seu "Trabalho de Economia Política", empenha-se em rebater Ricardo e defender a sua equivocada teoria própria. Se isto pode acontecer a um homem tão inteligente como Say, devemos nos alertar quanto aos perigos da "mente bloqueada". Devemos ter uma flexibilidade mental para abandonar teorias e convicções que se tornaram obsoletas; dessa maneira, podemos ser capazes de compreender e assimilar as verdades que contradizem nossas próprias idéias" (obra citada, pág. 22).
- 60 - Marx, K. "O Capital" Crítica da Economia Política, vol. 6, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, livro 3, 1974.
- 61 - Kautsky, K., "A Questão Agrária", Ed. Laemmert, Rio de Janeiro, 1968.
- 62 - Lenin, V. I. - "A Questão Agrária e os Críticos de Marx", Ed. Calvino, Rio de Janeiro, 1945.
- 63 – Marx, K. – obra citada, pág. 710.
- 64 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 144.
- 65 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 211.
- 66 - Afanassiev, V.S. - "História das Doutrinas Econômicas", Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1967, pág. 61.
- 67 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 147.
- 68 – Afanassiev, V. S. – obra citada, pág. 62.
- 69 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 18-19.
- 70 – Afanassiev, V. S. – obra citada, pág. 59.
- 71 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 21-22.
- 72 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 33.
- 73 – Marx, K. – obra citada.
- 74 – Lenin, V. I. – obra citada.

- 75 - A revista Natchalo (O Princípio), órgão do marxismo legal, surgida no primeiro semestre de 1899, sob a direção de P. Struve e M. Tujan - Baranovsky.
- 76 - Lenin, V. I. - obra citada, págs. 15, 16 e 17.
- 77 - Marx, K. - obra citada, págs. 755-756.
- 78 - Von Thünen, J.H. - "Der Isolierte Staat", Tradução Inglesa "Von Thünen's Isolated State", Hall, P., Pergamon Press, 1966, Londres.
- 79 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 3.
- 80 - Barnbrock, J. - "Prolegômenos para um debate metodológico sobre a teoria locacional: o caso de Von Thünen", in Antípode, Vol.6, n. 3, Dezembro, 1974.
- 81 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 7-8.
- 82 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 246.
- 83 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 226.
- 84 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 225.
- 85 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 8.
- 86 - Hall, P., - "Von Thünen's Isolated State", Tradução inglesa do "Isolierte Staat" de Von Thünen, J.R., Pergamon Press, 1966,
- 87 - Waibel, L. - "Capítulos de Geografia Tropical do Brasil", IBGE, Rio de Janeiro, 1958, pág. 73.
- 88 - Waibel, L. - obra citada, pág. 74.
- 89 - Waibel, L. - obra citada, pág. 104.
- 90 - Waibel, L. - obra citada, pág. 104.
- 91 - Waibel, L. - obra citada, pág. 102.
- 92 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 227-228.
- 93 - Marx, K. - "Contribuição para a crítica da Economia Política", Coleção Teoria n. 8, Editorial Estampa, Lisboa, 1974, pág. 229.
- 94 - Marx, K. - obra citada anteriormente, pág. 229.
- 95 - Marx, K. - obra citada, pág. 229.
- 96 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 229.
- 97 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 229.
- 98 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 237.
- 99 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 231.
- 100 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 232.
- 101 - Alter, L. B. - obra citada, pág. 322.
- 102 - Petersen, A. - "Thünen's Isolierte Staat: Die Landwirtschaft als Glied der Volkswirtschaft", (Berlim, 1944), vl.
- 103 - Petersen, A. - obra anteriormente citada por Hall, P., in "Von Thünen's Isolated State", tradução inglesa do "Dier Isolierte Staat" de Von Thünen, J.H., Pergamon Press, Londres, 1966, pág. XII.
- 104 - Hall, P. - obra citada, pág. XXI.
- 105 - Hall, P. - obra citada, págs. XXII-XXIII.
- 106 - Schneider, E. - "Johann Heinrich Von Thünen und die Wirstschafts theorie der Genenwart", in Scriften des Tereins für Sozealpolitik, N.F. 14 (Berlim, 1951, 24).

- 107 - Schneider, E. - obra anteriormente citada por Hall, P., in obra citada anteriormente, pág. XXIII.
- 108 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 59.
- 109 - Dempsey, W.B. - "The frontier wage", Chicago, 1960, pág. 207, citado por Barnbrock, J., obra citada, pág. 59.
- 110 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 59.
- 111 - Emker, T. - "Critique of location theory", in Antipode, Vol. 7, n9 1, fevereiro, 1975.
- 112 - Waibel, L. - obra citada, pág. 72.
- 113 - Waibel, L. - obra citada, pág. 74.
- 114 - Barnbrock, J. - obra citada.
- 115 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 61.
- 116 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 246.
- 117 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 61.
- 118 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 61.
- 119 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 61.
- 120 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 61.
- 121 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 62.
- 122 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 62.
- 123 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 62.
- 124 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 62.
- 125 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 62.

*“... é a conta menor
Que tiraste em vida
É a parte que te cabe
Deste latifúndio
É a terra que querias
Ver dividida
Mas estarás mais ancho
Que estavas no mundo
Mas a terra dada
Não se abre a boca”.*

Funeral de um lavrador
(Chico Buarque de Holanda)

**PARTE III - O "ESTADO ISOLADO" (DIER ISOLIERTE STAAT) DE J.
H. VON THÜNEN**

3. – O “Estado Isolado” de Von Thünen

É nossa intenção nesta seção do trabalho apresentar a parte da obra de Thünen, que foi mais utilizada pelos geógrafos (1), mesmo porque estamos realizando nossa pesquisa em cima da tradução inglesa do "Dier Isolierte Staat" coordenada pelo Hall, P. datada de 1966.

Esta edição contém apenas extratos da segunda parte da sua obra, aquele referente ao "Salário Natural", usando o coordenador o argumento de que esta tradução tinha sido preparada especificamente para estudiosos da teoria locacional e também porque a outra parte do trabalho já estava traduzida para o inglês e trabalhada por Dempsey, B.W. (2). Dessa forma, recomendamos o trabalho de Dempsey, B.W. para aqueles que estiverem interessados na discussão do o "salário natural", ao qual

também recorreremos para realizar uma síntese desta parte da obra de Thünen.

O "Dier Isolierte Staat" de Von Thünen e composto de duas partes: a primeira, onde trata do "Estado Isolado em relação a agricultura e a economia nacional"; a segunda, onde desenvolve: "o salário natural e sua relação com a taxa de lucro e a renda da terra".

A primeira parte do trabalho -"O Estado Isolado em relação a agricultura e a economia nacional" - por sua vez está dividida em três seções: seção um - "A Formação do "Estado Isolado" (capítulo 1 a 26c); seção dois - "Comparação do "Estado Isolado" com a realidade" (capítulos 27 a 33); e seção três - "O Efeito dos Impostos na Agricultura" (capítulos 34 a 38).

Já a segunda parte do trabalho - "O Salário Natural e sua relação com a taxa de lucro e a renda da terra"-apresenta uma introdução à parte dois "Resumo e crítica do método empregado na parte um do trabalho e plano da parte dois", e duas seções: a primeira, referindo-se ao estudo do salário natural propriamente dito e a segunda - "Fragmentos das pesquisas e do plano deste trabalho".

É interessante ressaltar que apenas a edição de 1876 (editada por Schumacher e publicada por Wiegandt, Hempel e Parey em Berlim) é completa, sendo que todas as demais são edições de partes da obra de Thünen. A reunião da tradução dirigida por Hall, P. (que estamos utilizando) mais a tradução de Dempsey, B.W., comporia, na língua inglesa, a obra total de Thünen.

Esclarecidos estes pontos, passamos à apresentação da Parte Um, Seção Um, da sua obra. Esta se caracteriza por compor o corpo conceitual que vai formar o "Estado Isolado", daí seu título: "Formação do Estado Isolado". Os capítulos um

e dois são eminentemente de ordem metodológica - "Hipóteses" e "O Problema" - e deles já tratamos na parte anterior referente ao método.

O capítulo seguinte (três) trata do "Primeiro anel: a livre economia dos hortelãos". Neste capítulo, Von Thünen procura compor o primeiro anel do "Estado Isolado", que deverá ter um sistema de cultivo intensivo, pois se utilizará do adubo produzido na cidade e nele plantar-se-á os gêneros que são perecíveis e que por isso requerem uma comercialização rápida. E o caso da horticultura (couve-flor, morangos, alfaces, etc.); da floricultura; e da produção do leite.

É verdade, que o fator fundamental para Thünen incluir estes produtos no primeiro anel é o de tratar-se de produtos perecíveis.

"Delicados produtos da horticultura, tais como: couve-flor, morango, alface, etc., não sobreviveriam a grandes jornadas em carroças. Eles podem, contudo, ser vendidos somente em pequenas quantidades, enquanto ainda estão razoavelmente frescos. Todos esses produtos serão desenvolvidos próximos à cidade" (3).

É verdade, também, que o raciocínio de Thünen, sobre a intensidade dos sistemas de cultivo, prende-se ao uso do adubo conseguido na cidade, passando este a ser o regulador da dimensão deste anel:

"Ao comprar o adubo da cidade, os distritos do primeiro grupo passam a beneficiar-se (lucrativamente), pois estão imediatamente adjacentes a cidade. Com o aumento da distância o lucro cai rapidamente, desde que o custo de transporte do adubo da cidade à fazenda aumente. A uma certa distância da cidade o lucro em comprar o adubo na cidade começa a parecer duvidoso, e um pouco mais longe será decididamente mais lucrativo a fazenda produzir seu próprio adubo, do que comprá-lo na cidade. Este ponto marca o limite do primeiro e o começo do segundo anel" (4).

Pela citação acima, o elemento a regular a dimensão do anel é o custo de transporte, que consiste na tese central de toda a obra de Thünen.

Diante de tal situação, alguns pontos deveriam ser mencionados: primeiramente a concepção estática de Thünen sobre a realidade, desprezando a nível da análise os avanços tecnológicos capazes não só de melhorar os sistemas de transporte (como ele próprio reconhece na parte final de seu trabalho), mas também de melhorar o próprio sistema de armazenamento dos gêneros perecíveis, como no caso do leite, tornando possível seu transporte a longa distância. Em segundo lugar, a compra do adubo na cidade do "Estado Isolado" também não previa a capacidade de poder-se produzir este adubo em grande escala, o que aliado ao avanço nos sistemas de transporte permitiria sua utilização a qualquer distância. Em terceiro lugar não podemos esquecer a tese central de Thünen, o custo de transporte, como regulador da dimensão do anel e da intensidade dos sistemas de cultivo. Neste particular, gostaríamos de lançar mão de conceitos que desenvolvemos na parte dois. Na ocasião, lembramos que: os custos de transportes tendem, com o desenvolvimento da indústria de transporte (o que é notório na sociedade capitalista) a cair, ou seja, na medida em que cada vez mais a indústria de transporte faz com que uma quantidade maior de produtos sejam transportados por um veículo com uma menor quantidade de trabalho materializado, tanto menor será o valor acrescido a mercadoria como custos de transporte.

Ao contrário, na tese central de Thünen o custo de transporte leva a um processo em que o modo de produção não se desenvolve, ou seja, permanece estático. O fator regulador passa a ser o custo de transporte e a questão que se coloca a seguir passa a ser a de buscar um sistema de cultivo que possibilite produzir sem que o lucro desapareça. É a a-historicidade da tese de Thünen. Como sabemos, todo modo de produção desenvolve-se e nesse

processo cria as condições para o seu desenvolvimento posterior. Tal fato não ocorre com a tese de Thünen, onde tudo está parado no tempo, e a questão é buscar uma explicação para tal situação.

A questão talvez encoberta nas explicações de Thünen para o primeiro anel, é que tal tipo de sistema de cultivo leva a necessidade de uma maior quantidade de trabalho o que ele prefere desconsiderar:

"Desde que o arrendamento da terra seja extremamente alto no primeiro anel, a maior quantidade de trabalho que pode ser necessária é aqui de pequena consideração" (5).

Dessa forma, para Thünen, a questão das relações de produção nessa área, ou melhor, nesse tipo de cultivo, fica encoberta, e tudo indica ter sido responsável pela confusão que se constata nos autores que estudam estas áreas. A nosso ver a existência de formas de relações de produção não capitalistas, mas ideologicamente guiadas pela ideologia do modo de produção capitalista é que vão dar a característica fundamental a estas áreas de produção agrícola próximas da cidade. Antes de mais nada, é possível, que o próprio produtor (geralmente sua família) possa, além de produzir, cuidar da circulação da mercadoria, estabelecendo o que podemos chamar de produção familiar de mercadorias. O trabalho de Seabra, M. (6) é muito rico em exemplos desta forma de relação de produção nesta área agrícola, embora Seabra, M. admita implicitamente em sua obra a organização da agricultura, em anéis.

Dessa forma cria-se um processo de produção que Harnecker, M. (7) chama de produção mercantil simples, pois o produtor da mercadoria é ao mesmo tempo, o seu dono e tem direito de dispor dela. Embora este fato (o direito de dispor dela) seja uma verdade, não depende dele a realização de sua vontade porque o comprador, também sendo proprietário (do dinheiro) pretende adquirir

mercadorias pelo preço que mais lhe convier, além de existir no mercado também outros produtores de iguais mercadorias.

Podemos dizer então que aparentemente a questão do preço surge no mercado, essa questão constitui-se em um dos erros das equivocadas teses de Thünen. A questão dos preços discutiremos no próximo capítulo.

Voltemos à questão das relações de produção nessas áreas agrícolas próximas das cidades. A nosso ver uma das contradições inerentes a estas formas de relações de produção está na sua transformação. Primeiro, elas podem abrir caminho ao estabelecimento de relações capitalistas de produção, ou podem abrir caminho a outras formas de relações de produção como a parceria (8). Frequentemente encontramos todas essas formas entremeadas nas áreas agrícolas próximas às cidades. No caso brasileiro e particularmente paulista, a criação de cooperativas de produtores (que se incumbem do fornecimento de matéria-prima, equipamentos e da comercialização dos produtos) têm contribuído para que o processo de reprodução dessas formas de relações de produção se mantenha. Outro exemplo, é a imigração feita pela Cotia, que obriga o imigrante a ficar quatro anos na agricultura. Mas é fundamental um estudo aprofundado sobre o real papel dessas cooperativas no conjunto do modo de produção capitalista, na formação social brasileira. Porém, parece-nos certo que a existência dessas cooperativas (inclusive com o apoio do Estado) tem permitido a presença dessa forma de produção familiar de mercadorias em regiões muito distantes das cidades.

Tais colocações sobre as teses de Thünen reforçam nossas advertências anteriores, ou seja, suas preocupações apenas com aparência da realidade.

Para finalizar a apresentação do capítulo 3 da obra de Thünen devemos lembrar de mais um equívoco cometido:

"Nenhuma terra neste anel se tornará uma simples terra devoluta. Em primeiro lugar, a renda da terra aqui é muito alta para permitir que qualquer porção da terra arável possa permanecer sem cultivo ..." (9).

Neste caso, Thünen não considerou uma questão elementar, o desenvolvimento do modo de produção, da própria cidade e conseqüentemente do próprio monopólio de uma mercadoria. Pois a terra no modo de produção capitalista passa a ser uma mercadoria e monopolizada ela pode se prestar a transações monetárias, puramente especulativas. É só lembrarmos historicamente as corridas para compras de terras quando das quedas nas bolsas de valores e o inverso quando das altas. Para maiores detalhes neste particular remetemos à parte dois de nosso trabalho, quando discutimos a questão da renda da terra.

Com relação ao capítulo quatro da obra de Thünen - "Como é determinado o preço dos cereais nos diversos distritos do "Estado Isolado" - temos a esclarecer que Thünen procura discutir a questão do preço dos cereais, e de como ele varia com a distância da cidade, antes de continuar a observar os sistemas agrícolas dos anéis seguintes.

Sobre questão fundamental deste capítulo Thünen afirma: -

“Estamos supondo:

- 1) que a cidade seja o único mercado para os cereais;
- 2) que não haja rio ou canal navegável em toda região de tal modo que todos os cereais tenham que ser levados para a cidade por cavalos e carroças.

Nestas condições, o preço dos cereais na cidade será a norma para toda a região. Mas os cereais não podem ser tão valiosos nas áreas rurais quanto na cidade, pois para alcançar seu preço de mercado este tem que ser obtido primeiramente na cidade. O que acontece é que nos distritos da região os cereais são menos valiosos do que na cidade, devido o seu custo de transporte.

Para dar uma expressão numérica a este declínio do valor dos cereais, temos que aplicar uma ilustração ao "Estado Isolado", extraída da realidade" (10).

Assim temos claro que para Thünen o preço do cereal é dado na cidade, ou seja, no mercado e que o valor dos cereais nas áreas de produção é menor que no mercado devido aos custos de transporte.

Por trás dessas suposições esconde-se a essência da produção capitalista, a questão do valor das mercadorias, pois sabemos que o valor de uma mercadoria é dado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-la socialmente, ou seja, por toda a sociedade. Devemos lembrar também que aqui se esconde uma das preocupações fundamentais de Thünen, a não aceitação da teoria do valor fundado no trabalho. Daí Thünen não discutir o valor a partir do preço das mercadorias. Com isso pretendeu Thünen relacionar o valor das mercadorias com a diferença entre o preço no mercado e os custos de transporte da propriedade à cidade. Dessa forma, não havia necessidade de ter que discutir as teorias do valor de Ricardo.

Mas, mais que isto, Thünen confundiu preço de mercado com valor e preço de produção. Pois, valor (como já frisamos na parte 2 do nosso trabalho), é a quantidade de trabalho socialmente empregada para produzir uma mercadoria, enquanto que preço de um produto é a materialização em dinheiro de seu valor. Por preço de produção entendemos o total obtido quando se acrescenta à média das diferentes de custos destas diferentes taxas de lucro dos diferentes ramos, aos preços de custos destes diferentes ramos.

Enquanto que por preço de mercado entendemos o preço das mercadorias pagas no mercado que pode conter um nível de oscilação dado pela oferta e procura. Assim, o preço de mercado será o preço de produção mais a oscilação entre a oferta e procura. Além desses conceitos que ficam escondidos nas suposições de Von Thünen temos o preço de monopólio que é dado pela

necessidade e pela capacidade de pagar dos compradores e não pelo preço de produção ou pelo valor das mercadorias.

Esclarecidos estes conceitos devemos lembrar que, em termos capitalistas, os preços dos produtos numa propriedade são sempre ditados pelo preço de produção do pior terreno cultivado (preço de custo mais lucro médio). Assim não é por uma simples operação entre o preço de mercado menos os custos de transporte que se chegará, como fez Thünen, ao valor dos produtos na propriedade produtora. Poderíamos deixar algumas perguntas no ar: e se o preço de mercado fosse um preço de monopólio? E se o preço de mercado estiver acima do preço de produção? E se, inversamente, o preço do mercado estiver abaixo do preço de produção? E, mais ainda, se o preço de mercado estiver abaixo do valor? A simples operação aritmética feita por Thünen responde a estas questões?

Ou novamente teremos que estudar as relações de produção e verificar como estas mercadorias foram produzidas para podermos então começar a discernir todas estas questões.

É por demais evidente, com frequência, como são frágeis muitos dos conceitos de Thünen, e quanto "vulgar" são seus princípios. Procedendo dessa forma Thünen não teve que se haver com a essência da produção capitalista que é a produção de mais-valia, ao mesmo tempo em que não teve que se haver com a essência da mercadoria, a quantidade de trabalho socialmente materializado.

O capítulo 5a "O conceito de renda (econômica) da terra" não será aqui apresentado, pois já o fizemos na parte referente a matriz teórica. Passamos a examinar o capítulo 5b "O efeito do preço do cereal sobre a renda (econômica) da terra".

Neste capítulo, Thünen procura descobrir as leis que, para ele, regem as influências do preço dos cereais na renda da terra (para ele, renda da terra é o produto do solo enquanto tal, ou seja, uma confusão entre lucro médio, lucro suplementar e renda da terra propriamente dita. Para maiores esclarecimentos rever as considerações referentes a renda da terra em Thünen, na parte sobre os "Instrumentos de trabalho de Thünen").

Entre essas "leis" temos:

"Na própria fazenda, o valor dos cereais decai com a distância cada vez maior da cidade. Quanto maior a distância entre a fazenda e o mercado, mais caro é o transporte dos cereais e, conseqüentemente, mais baixo o seu valor na fazenda" (11).

Uma discussão sobre esta "lei" de Thünen tem que começar por um ponto por nós já criticado: a confusão entre preço e valor. E principalmente, sobre a origem do valor das mercadorias. Para Thünen, também, há o privilegiamento do consumo em relação a produção, ou seja, uma postura precursora da corrente utilitarista em Economia. E mais, Thünen não considera as leis que regem os custos de transporte, como já frisamos momentos atrás, além de sua posição a-histórica, que ignora o desenvolvimento do próprio modo de produção e sua conseqüente transformação. Poderíamos lembrar também, que Thünen, neste particular, não considera as próprias leis do desenvolvimento da produção capitalista, pois quanto maior o desenvolvimento dos sistemas de transporte e da própria produção capitalista pode-se produzir e se produz cada vez mais, para mercados mais distantes.

Outra "lei" que Thünen descobre é:

"Nem todos os preços dos artigos que o fazendeiro tem que comprar estão relacionados com o preço dos cereais. Em

outras palavras, a mesma quantidade de cereais não vai pagar os custos da agricultura nas diferentes partes do "Estado Isolado" (12).

Esta "lei" é decorrente da anterior, pois os custos de transporte serviram, segundo Thünen, para encarecer os produtos que só a cidade produz e que devem ser consumidos nas áreas de produção. Esta "lei" nos levaria a admitir que: para poder consumir os produtos (roupas, sal, etc.) que lhes são necessários, os trabalhadores mais distantes terão que produzir mais que os trabalhadores mais próximos, em outras palavras, se com o dinheiro obtido com a venda de um alqueire de centeio compra-se determinado produto, para que um trabalhador do último anel possa comprá-lo, por exemplo, terá que gastar o equivalente a dois alqueires de centeio.

Assim, fica patenteada a concepção estática da "economia Thünen", portanto, sua a-historicidade, assim o seu gênio inventivo é digno dos mais ilustres adeptos da "imaginação criadora" na economia.

A terceira "lei" descoberta por Thünen é que:

"Uma parte dos custos da produção de cereais dependem da área cultivada, e outra do tamanho da safra" (13).

Esta "lei" só é possível para Thünen porque ele separa os custos de cultivo e sementeira dos custos da colheita e da agricultura em geral. Esta distinção permite a Thünen chegar à famosa "lei da fertilidade decrescente do solo" que também nós já criticamos na parte referente à matriz teórica.

Com estas "leis" Thünen chega à seguinte conclusão:

"Estas leis, sendo universais, são válidas para qualquer sistema de agricultura e para qualquer propriedade. O tamanho da safra, o montante do rendimento

líquido, etc. são as expressões visíveis destas leis, modificadas pelas circunstâncias locais" (14).

São estes pressupostos contidos no raciocínio idealista de Thünen que regem toda a concepção e o desenvolvimento do "Estado Isolado". Dessa forma, a aceitação do seu "modelo" implica numa aceitação de todas estas "leis", que para Thünen regem a economia no seu "Estado Isolado".

Uma vez admitidos todos os pressupostos contidos nos capítulos 4, 5a e 5b, Von Thünen define no capítulo 6 -"O preço dos cereais e o sistema de agricultura"- uma série de questões que julga importante responder para que se faça a opção entre um sistema agrícola e outro. Particularmente, entre o sistema aperfeiçoado (rotativo de cereais e raízes) e sistema de três campos, para chegar a um outro sistema entre o primeiro e o segundo que é o sistema rotativo de culturas e pastagens. Esta parte do trabalho que vai do capítulo 7 ao 18, contém na realidade um conjunto de operações empíricas dos pressupostos teóricos por nos discutidos nos capítulos anteriores.

Mas, segundo a maioria dos estudiosos de Thünen, é nesses capítulos que ele elabora uma de suas mais importantes "teorias": a "Teoria da intensidade".

Sobre ela Waibel, L. afirma:

"O preço dos cereais de todo o país é, no entanto, estabelecido na cidade, e no campo, em virtude do preço dos transportes, é inferior ao em vigor na cidade. "Com a maior distância ao mercado, elevam-se as despesas de transportes, e o valor do cereal na própria propriedade concomitantemente decresce. " A distância cada vez maior ao mercado age, portanto como um abaixamento no preço dos cereais numa mesma distância. É possível, portanto representar espacialmente a influência que o preço dos cereais exerce na agricultura e desta representação espacial originou-se a concepção do "Estado Isolado" (Thünen, vol. 2, parte I, pag. 6). É, portanto um aspecto diretamente geográfico.

Com isto, Thünen chegou a uma segunda lei, ou seja, ao arranjo das formas da economia e de exploração, segundo o grau de intensidade. Posteriormente denominaram-na "teoria da intensidade de Thünen". Do centro do estado para a sua periferia o emprego em trabalho e capital torna-se cada vez mais reduzido e com isso a forma de exploração vai ficando cada vez mais extensiva" (15).

Por sua vez Hall, P. nos revela o pressuposto fundamental, sobre o qual está edificada a citada "teoria":

"Isto então é o sistema de intensidade de Thünen. Diz essencialmente que (dado um certo nível de fertilidade do solo) a um maior preço líquido na fazenda, que nos lugares mais próximos do mercado, pagarão mais para escolher um sistema mais intensivo de cultivo, no qual a elevação nos custos está associada com um ponto posterior da diminuição dos ganhos. Este ponto é, contudo, detalhado completamente, somente na parte II, seção 1, do "Estado Isolado", onde no capítulo 19, Thünen desenvolve o conceito da produtividade marginal de unidades de trabalho aplicado a terra.

O conceito da produtividade marginal age, contudo implicitamente fundamental à primeira parte do "Estado Isolado" (16).

Em seguida Hall, P. procura explicar esta situação:

"Na realidade não é usualmente tão fácil para o fazendeiro (optar entre os sistemas mais intensivos e os menos). Ele tem, com efeito, que fazer uma escolha entre dois ou três sistemas agrícolas totalmente desenvolvidos, com certos níveis de custos e ganhos. Esta é a escolha que Thünen dá aos fazendeiros na Parte I do "Estado Isolado", ainda que ele procure esgotar a importância de formas transicionais. E principalmente por causa disto, que o conceito de produtividade marginal não aparece com alguma clareza na Parte I" (17).

Dessa forma, fica claro o conceito fundamental e, portanto, o pressuposto básico, da "teoria da intensidade" de Thünen. Trata-se da produtividade marginal, sobre a

qual ampliaremos a discussão iniciada na parte referente à matriz teórica de Thünen.

Sobre a essência da teoria de produtividade marginal, Alter, L.B. escreve:

"A essência da teoria da produtividade marginal consiste antes de tudo em que ela procura introduzir o conceito de "utilidade marginal do trabalho" e "utilidade marginal do capital", que são concebidas por ela como sendo a avaliação subjetiva feita pelo empresário da utilidade do trabalho e do capital. Dessa forma, a categoria da utilidade estende-se aos fatores de produção e abre um largo caminho para a contraposição à doutrina marxista da mais-valia de mais uma variante da teoria apologética do salário, do lucro, e dos juros, fundada no princípio da chamada produtividade marginal.

A utilidade marginal dos fatores de produção, de acordo com essa concepção, e sua produtividade marginal, ou seja, a produção gerada pelas unidades menos produtivas de trabalho e capital" (18).

Da mesma forma como Alter, L.B., demonstra a ligação no desenvolvimento da teoria da produtividade marginal com a teoria da utilidade marginal, o que nos garante a posição precursora da economia neoclássica que Thünen assume ao desenvolver seu "Estado Isolado", Clark, J.B., economista americano, também o demonstra com clareza:

"De acordo com a lei que os pesquisadores austríacos tornaram bastante conhecida, o valor de qualquer artigo na série de bens de um tipo dado é determinado pela utilidade do último bem - a última utilidade é a medida universal do valor. Esse princípio é aplicado por nós à força produtiva dos diferentes agentes da produção" (19).

Assim, a teoria da produtividade marginal, traz consigo todos os princípios da teoria da utilidade marginal, apenas aplicando-os aos fatores de produção. Tal produtividade (destes fatores) é tomada como sendo sua utilidade e por analogia passamos a ter uma "lei de produtividade decrescente do trabalho e do capital",

análoga a "lei da utilidade decrescentes dos bens. " Como pela utilidade marginal do bem determina-se o valor de toda oferta, pelo "produto marginal" do capital determina-se o lucro, ou juro, ou seja, pelo produto marginal dos fatores de produção se determina a medida de sua "remuneração" (20).

Dessa maneira, a teoria da produtividade marginal compreende três teses fundamentais: a primeira é a lei da produtividade decrescente dos fatores de produção; a segunda é a tese sobre a "produtividade específica" dos fatores de produção e a terceira é a determinação do salário pelo "produto marginal do trabalho" e dos juros pelo "projeto marginal do capital". Fazendo uma crítica a estas teses equivocadas, Alter, L.B., mostra-nos o que está por trás da teoria da produtividade marginal em suas três teses fundamentais:

"Todas essas três teses são erradas. Com relação a "lei da fertilidade decrescente dos solos", Lenin escreveu que essa era uma "abstração sem conteúdo", fundada no esquecimento injustificado do desenvolvimento da teoria e do aperfeiçoamento dos métodos de produção. Ainda mais irreal é a lei geral da produtividade decrescente em todos os ramos da produção, fundada na suposição do crescimento do número de operários simultaneamente com a paralisação do crescimento do capital e do desenvolvimento da técnica de produção. É igualmente injustificável a tese de que o capital e o trabalho produzem partes diferentes do produto, pois nenhum "produto específico" diferente do produto do trabalho, é criado pelo capital. Os meios de produção, nos quais o capital é invertido, surgem como base material da produtividade do trabalho.

Da inconsistência das duas primeiras teses decorre a inconsistência também da terceira tese da teoria da utilidade marginal; se não existe a "lei da produtividade decrescente", não existe tampouco o "produto marginal", e se não existe a "produtividade específica" dos fatores de produção, não existe tampouco o "produto específico" (21).

Concluindo as colocações sobre a teoria da produtividade marginal, Alter, L.B., afirma:

"A principal conclusão de toda teoria da produtividade marginal, de que o salário é igual ao produto marginal do trabalho que lhe corresponde e por isso este é inteiramente remunerado, e os juros equivalem ao produto marginal do capital e correspondem a sua "justa" remuneração, representa apenas uma construção teórica artificial, dotada de uma finalidade apologética: "refutar" toda a teoria da utilidade marginal, inclusive de sua última variante - a teoria da produtividade marginal" (22)

Corroborando as afirmativas de Alter, L.B., que não só são dirigidas aos neo-marginalistas, poderíamos claramente dirigi-las, e o fazemos, a Thünen e a sua "teoria da intensidade". Este é o conceito básico que está por trás desta teoria e que somando aos pontos criticados compõem os seus pressupostos fundamentais, acreditamos, entretanto, que as críticas devam ir um pouco além como o faz Bujarin, N.:

"Se se considera em conjunto o "sistema" de Böhm-Bawerk e se se trata a continuação da apreciação do peso específico de suas diversas partes, comprova-se que sua teoria do valor forma a base de sua "teoria del beneficio". A teoria do valor não é mais que um simples instrumento. Isto não vale só para Böhm-Bawerk, Welser serve-se da teoria do valor agregado" para fazer derivar dele, a parte do capital, do trabalho e dos bens da terra, de onde se conclui de imediato, através da substituição dos termos, que as partes dos capitalistas, dos trabalhadores e dos proprietários de terra, como se tratassem de magnitudes "naturais", não teriam nada a ver com a exploração social do proletariado. O mesmo ocorre com Clark, J.B., o representante mais destacado da escola norte-americana. Sempre há um único motivo: a teoria do valor é um intento teórico que serve para justificar a ordem social moderna; aí está o "valor social" da teoria da utilidade marginal para as classes que têm interesse de manter esta ordem social. Quanto menos se funda na lógica, tanto mais fortemente se aferram a esta teoria, e não querem abandonar este ponto de vista cujos limites traçam as condições estáticas do capitalismo" (23).

Assim parece-nos terem ficado claras as implicações ideológicas da "teoria da produtividade marginal" e conseqüentemente a implicação da chamada "teoria da intensidade" de Von Thünen. Vem à tona, dessa forma, a coerência, em termos de princípio, que ele assume durante toda sua obra.

Thünen nos capítulos 19 a 26 (que completam a primeira seção da Parte I) apresenta os demais anéis do "Estado Isolado".

Primeiramente, abordaremos os demais anéis do "Estado Isolado" de Thünen e ao final a "teoria" que está formulada nessa parte do trabalho, ou seja, a chamada por Hall, P., "Teoria da colheita" (24) ou a chamada por Rodbertus Jagetzow "Lei da superioridade relativa dos sistemas agrícolas" (25).

No capítulo 19, Thünen escreve sobre o segundo anel do "Estado Isolado" - o da silvicultura:

"A planície do "Estado Isolado" tem que abastecer a cidade não simplesmente com alimentos, mas com tudo o que ela necessita em combustível, madeira para construção, carvão vegetal, e assim por diante.

Qual parte do "Estado Isolado" produzirá todas essas variedades de madeiras?" (26).

Procurando resolver esta questão, Thünen passa a efetuar uma série de cálculos, visando buscar uma maximização do lucro em função de relações entre: produto/produção/área/custo transporte/preço. A conclusão é ditada principalmente pelo custo de transporte e sua implicação no espaço: à distância. Tal situação pode-se ver claramente pelas colocações feitas pelo autor:

"Suponhamos que toras de faias para serem usadas como combustível alcança na cidade 16 Thaler por cord (224 ft³), e que o custo para transportar 1 cord até a cidade é 2 Thaler a milha. Nestas condições, a madeira para combustível, não

pode ser trazida para a cidade de além de 8 milhas - não obstante a madeira pode ser produzida (nesta área) em quantidade, a custo zero e a terra onde ela é produzida não terá que pagar renda da terra. Isto segue que os distritos desta faixa, não podem suprir a cidade com madeira, a qual deve, portanto, ser produzida perto da cidade" (27).

Após uma série enorme de cálculos, Thünen procura a validação de sua suposição, utilizando evidentemente os dados de sua propriedade e a partir destas suposições admite ter chegado a uma lei de validade geral:

"A conclusão invariável que pode ser extraída de todos os casos que temos aqui examinado é esta: a cidade pode ser suprida com madeira mais barata quando esta for produzida próxima à cidade e não em regiões mais distantes. E desde que nós possamos estar certos de que aonde a silvicultura é racionalmente conduzida nem os custos, nem a produção, sairão dos limites que fixamos (a irracionalidade logicamente não conhece nem normas nem limite), nós provamos a suposição de que a madeira deve ser produzida perto da cidade. Nós obtemos agora então, uma fórmula que não só nos capacita para determinar o preço da madeira, mas que adquire validade geral, e com ela podemos "trabalhar" o preço de todo produto do "Estado Isolado" e a área onde é melhor (no sentido de lucratividade) cultivá-lo, assumindo que os custos de produção, a renda da terra e a demanda sejam conhecidos" (28) (Sem grifo no original)

A seguir Thünen pergunta: "Não haveria uma concorrência entre a silvicultura e a produção do primeiro anel? No capítulo 20, Thünen procura provar que tal não ocorre e que a silvicultura só aparece a partir do ponto em que termina (porque é inviável economicamente) a produção hortícola do primeiro anel. Exemplificando com a produção de batata a conclusão é evidentemente a mesma:

"Assim o preço da batata é governado largamente pela distância entre o lugar de sua produção e o lugar de seu consumo" (29).

Nos capítulos 21, 22 e 23, Thünen discute os anéis do "Estado Isolado" que se destinam a produção de cereais e procura, em função do sistema de cultivo de mais baixo custo por área, produção, dividi-lo em três anéis.

O primeiro desses anéis e consequentemente o terceiro do "Estado Isolado" é o anel onde ocorre o sistema de rotação de culturas, particularmente de cereais e raízes.

Sobre esse sistema de cultivo Waibel, L., escreveu:

"As colheitas de grãos resultam da sementeira de cereais no outono (e neste caso são denominadas "colheitas de invernos") ou na primavera; são chamadas, também "colheitas de palha". Colheitas de raízes ou de folhas são as beterrabas, nabos, batatas, etc., que não são semeadas, mas plantadas em fileiras. São frequentemente limpas com enxada e exigem muito mais trabalho do que os cereais. No sistema rotativo de raízes e cereais dão-se muita importância as plantas forrageiras para a criação do gado; este sistema de origem inglesa foi introduzido no continente europeu no início do século XIX, quando a população cresceu em consequência da industrialização. O adubo é aplicado uma vez por ano" (30).

Com isso, Thünen chega a uma de suas respostas a Thaer, A., seu mestre em Celle, sobre a questão que o levou a realizar suas experiências em Tellow e consequentemente escrever sua obra:

"Pode-se atribuir uma absoluta vantagem a rotação de cultura ante o sistema de aforamento, ou a este sistema ante o sistema de três campos? Dessa forma, Thünen procurou mostrar que em termos econômicos (seus) o sistema de rotação de culturas poderia apenas ser aplicado neste terceiro anel do "Estado Isolado" e que seria impossível, portanto, toda a produção de cereais ser feita através da rotação de cultura. Daí os dois outros tipos de sistemas agrícolas situarem-se também na grande faixa destinada a produção de cereais.

O segundo anel de cereais, ou seja, o quarto anel do "Estado Isolado" é onde aparece o sistema de rotação de culturas e pastagens, ou também chamado de sistema de aforamento. Tal sistema seria, em termos econômicos para Thünen, um sistema intermediário entre o sistema mais intensivo de rotação de culturas e o mais extensivo, o sistema de três campos.

Aparecem às pastagens e as terras de pousio, ambas inexistentes nas faixas precedentes, e observa-se o chamado sistema de pastagens e culturas, "field-grass system", no qual as colheitas se alternam com os pastos (e pousio) em um processo muito complicado. Thünen em sua própria fazenda usou o seguinte sistema rotativo de sete anos: centeio, cevada, aveia, pasto durante três anos e pousio no último" (32).

Para Thünen este anel é intermediário e traz toda sorte de diferenciação, que ele próprio explica:

"O sistema de rotação de culturas e pastagens prevalecerá através deste anel, mas nos vários distritos desta grande faixa, ele assumirá diferentes padrões, sofrerá todas as modificações catalogadas no capítulo 18. Muito próximo da cidade nos teremos o sistema de rotação de culturas e pastagens puro (sistema aperfeiçoado) com a aumento da distância da cidade, com a queda do valor dos cereais, com as modificações introduzidas para economizar trabalho, tornaram possível seu aparecimento até nos limites deste anel fazendo com que o sistema se desenvolvesse de forma parecida com o sistema de três campos do grupo seguinte". (33)

Em seguida, Thünen apresenta o terceiro anel de cultivo de cereais e conseqüentemente o quinto anel do "Estado Isolado", onde temos o sistema de três campos. Sobre esta faixa Waibel, L., sintetizou:

"Dos três campos, um era cultivado com colheitas de inverno, como trigo ou centeio, o outro com as de primavera, v.g. cevada ou aveia ao passo que se deixava o terceiro "descansando". As terras de pousio eram utilizadas, durante todo o verão, como pasto comum; no outono adubava-se e o campo era cultivado com as colheitas de inverno. Assim se iniciava um sistema rotativo,

de três anos, de colheitas e campos da seguinte maneira: no primeiro ano, o campo (a) era plantado com colheitas de inverno, o (b) com as de primavera e o (c) era deixado em repouso. No segundo ano, o campo (a) destinava-se as colheitas de primavera, o (b) descansava e no (c) plantava-se colheitas de inverno. No terceiro ano, o campo (a) descansava, o (b) era aproveitado com colheitas de inverno e o (c) com as de primavera" (34).

Thünen conclui que, como no limite deste anel a renda da terra chega a zero, qualquer ampliação do "Estado Isolado" está condicionada a um aumento dos preços dos cereais:

"Como a preço do centeio na cidade está a 1,5 thalers o alqueire, os distritos além deste, não podem produzir cereal para vender à cidade, assim os primeiros cinco anéis terão que produzir o suficiente para abastecer a cidade" (35).

Nesse momento, podemos ver claramente a idealização de Thünen e o contexto histórico alemão, pois este sistema de três campos era o sistema de agricultura dominante no feudalismo. Mesmo vivendo em uma Alemanha (como já o demonstramos na parte referente à "contextualização histórica da obra de Thünen") em pleno processo de transformação, de transição para o capitalismo; mesmo tendo como premissas econômicas as da burguesia capitalista, evidentemente como latifundiário, procura a todo custo, na sua construção mental manter este sistema. Waibel, L., muito claramente também o demonstra, sem, entretanto, preocupar-se com esta questão que para nós é fundamental:

"Na quinta faixa, nota-se o famoso e antigo sistema de três campos (three-field system), o qual outrora se estendia por toda Europa. As terras de uma comunidade eram divididas em três seções iguais, chamadas "open fields" em inglês e "zelzen" em alemão ...

... A terra não pertencia a particulares, mas a comunidade da aldeia e inclusive muitas vezes, a um senhor territorial, o que determinava uniformidade de cultura. Em um dado campo, todos tinham de dedicar-se a mesma espécie de

cultura, lavrar a terra na mesma época e de idêntica forma e realizar a colheita em conjunto com seus vizinhos. Em consequência, estabeleciam-se normas obrigatórias para todos os lavradores. Era absolutamente necessária a "cultura compulsória". (Flurzwang, em alemão) (36).

Mas Thünen, não demonstra estas implicações, tenta justificar sua postura, que também é incorporada por Waibel, L.:

"Os lavradores da quinta faixa do "Estado Isolado" de Thünen não eram compelidos, naturalmente, a aplicar este antigo sistema agrário por leis de natureza jurídica, mas por leis econômicas. Estando a grande distância do mercado urbano, têm despesas vultuosas, para o transporte de seus produtos e, por isto, precisam reduzir o custo da produção. Para eles, o sistema de três campos oferece a vantagem de que só devem adubar suas terras de três em três anos e de que, quando em pousio, recuperam parte da fertilidade natural; existe a desvantagem de que apenas $2/3$ das terras podem ser cultivadas com cereais" (37).

Esta questão que aparece nos seguidores de Thünen, procuraremos discutir na próxima parte do nosso estudo. Que fique claro, entretanto, que em Thünen ela é fundamental e ideologicamente comprometida (em um dado momento histórico) com a ideologia das classes dominantes.

Posteriormente, verifica-se que Thünen passa à discutir (nos capítulos 24 e 25 respectivamente), o problema dos preços dos cereais e da origem da renda da terra, antes de apresentar o próximo anel do "Estado Isolado". Aqui, abordaremos apenas alguns aspectos essenciais desses capítulos, dado que já tivemos oportunidade de discuti-los na parte referente aos "Instrumentos de trabalho em Thünen".

Com relação ao capítulo 24 -"Como é determinado o preço dos cereais?" - temos em essência as seguintes afirmações:

"Na realidade, tanto quanto no "Estado Isolado", o preço do cereal é governado pela seguinte lei:

"O preço do cereal precisa ser bastante elevado para evitar que a renda desça abaixo de zero na fazenda que tenha o mais alto custo de produção e transporte ao mercado, mas cuja produção é ainda necessária para satisfazer a procura dos cereais. ”

"... flutuações contínuas na demanda leva a flutuações contínuas no preço do cereal" (38).

Consequentemente, aumentariam os anéis do "Estado Isolado", ou melhor, haveria uma pulsação dos anéis em função das pulsações do preço de mercado. Por trás, fica a noção de que o valor dos produtos é dado pela procura, ou seja, pelas necessidades, e não pela quantidade de trabalho socialmente necessária para produzi-los. E somente a oscilação entre o preço de produção e o preço de mercado que se explica pela lei da oferta e da procura. Thünen passava, a nível do método, a ver no mercado (consumo) e não na produção, a origem do valor. Há ainda uma questão básica nas colocações de Thünen; a inversão quanto a origem do preço, que fica também camuflado em função da questão da renda da terra, confundida por Thünen como lucro simplesmente. É bom esclarecer que o preço não é determinado no mercado, e sim nas terras em piores condições de produção, mas mesmo essas terras pagam renda quando as condições de produção estão desenvolvidas.

Quanto ao capítulo 25: "A origem da renda da terra", destacamos apenas o trecho onde Thünen afirma:

"A renda da terra de uma fazenda brota de sua superioridade, no solo ou localização, sobre a fazenda menos favorecida e que está ainda produzindo para mercado" (39).

Aqui Thünen demonstra ter identificado dois tipos de renda da terra, que na realidade são rendas diferenciais. Sobre esta questão Roll, E., afirma:

"A teoria deste autor não difere em substância da doutrina da renda diferencial de Ricardo. Embora fale de diferenças de fertilidade, Thünen não as usa como fator em sua análise, antes elabora todo o conceito somente em função da diferença na situação e custo de transporte. A importância do dito método se estriba no fato de que traz um conceito de renda que se baseia somente na noção do "excedente do produtor" e que muito facilitou aos economistas posteriores a tarefa de estender essa ideia a outros fatores da produção além da terra" (40).

Assim podemos perceber com clareza as implicações teóricas de Thünen, bem como, sua matriz teórica, entendendo porque, ele aparece como precursor dos neoclássicos.

Como já afirmamos na parte anterior do trabalho, Thünen não consegue chegar a gênese da renda da terra, ou quando o faz, passa para uma postura fisiocrata, embora tivesse deixado escrito:

"... que deve haver uma explicação suplementar e mais fundamental da origem da renda da terra do que a vantagem de uma fazenda sobre a outra ... " (41)

Essa explicação mais fundamental foi dada por Marx quando demonstrou em "O Capital", a essência da renda da terra, ou seja, o lucro suplementar, que nada mais é do que mais-valia produzida pelos trabalhadores agrícolas.

No capítulo 26, Thünen volta aos anéis do "Estado Isolado", apresentando o sexto anel: "A criação de gado". Sobre ele Waibel, L., escreveu:

"Na sexta faixa não se podem cultivar cereais porque o transporte para o mercado da cidade é de custo elevado demais. Contudo, os fazendeiros ainda acharão lucrativo a criação de gado nas pastagens. Também a manteiga pode ser fabricada e transportada desta zona à cidade com lucro, em virtude do pequeno volume e grande valor deste produto. Entretanto, o principal produto é

o gado de corte transportado ao mercado. Esta faixa termina a 371 km da cidade. Além desta distancia a criação de gado não compensa" (42).

Desta forma, Thünen procura validar uma de suas premissas propostas no início do trabalho e reafirmada no início deste capítulo:

"No capítulo 23 vimos que a agricultura depende da venda de cereal, assim o cultivo tem que terminar a 231,7 km. da cidade. Isto, contudo, não marca necessariamente um limite absoluto para a agricultura, pois se houvesse um produto que, em relação ao seu valor tivesse transporte mais barato que o cereal, poderia este ainda ser produzido nesta área com vantagens" (43).

Coerentemente, Thünen leva até o final do "Estado Isolado" sua premissa básica, o custo de transporte, como regulador da distribuição da agricultura. Pois, para além do anel de criação haverá uma floresta inculta e praticamente inabitada, onde os caçadores viverão da caça e em função do alto preço das peles terão o que trocar com a cidade, para dela obterem os poucos produtos que necessitam:

"Poucos caçadores vagarão pela floresta, além das planícies cultivadas, vivendo como "selvagens". Eles trocarão as peles pelas suas poucas necessidades, que a cidade satisfaz; mas esse será seu único contato com a planície cultivada. Este é o último posto avançado de influência da cidade. Além disso, há somente áreas inabitadas" (44).

Assim, Thünen procura com o "Estado Isolado" dar uma explicação lógica a organização espacial da agricultura sob a transição para o modo de produção capitalista, e conseqüentemente garantir a harmonia social, para que com base na razão, nenhum viajante que percorresse o "Estado Isolado" pudesse atribuir a "ignorância" dos fazendeiros mais distantes do mercado a não utilização de métodos não intensivos na agricultura. Por outro lado, Thünen passava a responder a seu mestre Thaer, A., sobre a utilização

do sistema de rotação de culturas que penetrava no continente europeu e que simbolizava na agricultura o modo de produção capitalista:

"Quem viajasse através do "Estado Isolado" veria, em poucos dias, a aplicação prática de todos os sistemas econômicos conhecidos. E a sequência regular de vários sistemas econômicos preveni-lo-ia contra errônea conclusão de que a educação dos fazendeiros mais afastados é inferior à dos que vivem nas vizinhanças da cidade" (45).

A questão fundamental é: Thünen não estaria pura e simplesmente procurando, primeiramente, uma saída para a continuação do modo de produção feudal na agricultura? (o que em termos da Prússia é uma verdade historicamente datada). Em segundo lugar, estaria procurando dar uma explicação que poderia ser validada cientificamente, em termos da comparação entre a agricultura com bases totalmente capitalistas e a agricultura dos "junkers". Finalmente, não estaria Thünen apenas e tão somente procurando validar uma "ideologia possível" para o momento da transição, ou seja, uma ideologia comparável as que só existem nas mentes dos maiores gênios da ideologia do modo de produção capitalista.

Em seguida, Thünen desenvolve a Seção Dois "Comparação do "Estado Isolado" com a realidade", analisando suas diferenças.

"Os campos na atualidade (de Thünen) diferem do "Estado Isolado" da seguinte forma:

- 1 - Em nenhum lugar na realidade nos descobrimos a mesma qualidade física e o mesmo nível de fertilidade através do campo inteiro.
- 2 - Não há nenhuma cidade que não esteja as margens de um canal ou rio navegável.
- 3 - Todo Estado de tamanho considerável tem em adição à sua capital, várias cidades pequenas espalhadas através de seus campos.

4 - Na realidade, as atrasadas regiões pastoris dificilmente exercem tanta influência, deprimindo o preço dos produtos animais, quanto no "Estado Isolado" (46).

Procurando discutir essas divergências entre o "Estado Isolado" e a realidade, Thünen passa a procurar uma saída para tais questões. Assim ele procura uma situação de adaptação de tais divergências dentro do esquema do "Estado Isolado", o que leva a uma nova figura do mesmo, que apresentaremos logo adiante.

Em seguida, Thünen passa a analisar os demais fatores existentes na realidade que poderiam aparecer no "Estado Isolado" sem, entretanto, abandonar sua premissa básica, o custo de transporte, como balizador espacial dos diversos anéis.

O primeiro fator novo a ser introduzido, além dos já mencionados, é a presença de indústrias que empregam produtos agrícolas como matéria-prima: Estuda então o caso das destilarias.

"O anel de fazendas de criação de gado não pode abastecer a cidade com cereais, os quais, a esta distância, são muito caros para transportar. Mas se os cereais forem processados e convertidos em um produto mais barato para se transportar, em relação ao seu valor, a porção do sexto anel mais próxima da cidade, ainda será capaz de beneficiar-se com o seu cultivo. O álcool é um produto ... " (47).

Dessa forma, Thünen consegue ainda no seu "Estado Isolado" garantir que a faixa do sexto anel mais próxima da cidade produza cereais.

Outros fatores estudados são a criação para a produção de lã e a produção de colheitas industriais como o nabo, o tabaco, o linho, etc. Mas, esses estudos esbarram do ponto de vista de uma comparação com a realidade, em um outro fator extra produção, que são as restrições ao livre-comércio.

"Olhando para a Europa, vemos diferenças entre campos com sistemas intensivos e campos em padrões de subsistência, densidade da população, preço de cereais e renda da terra que são tão grandes quanta aquelas entre os distritos do "Estado Isolado"

Entre a região de Londres essas províncias ao leste da Rússia, ao longo do Volga e dos rios dos Urais, existem, a esse respeito, uma diferença que é talvez mesmo, maior que aquela entre a cidade e a margem extrema do anel de fazendas de criação de gado no "Estado Isolado".

É igualmente, como nas restrições do "Estado Isolado" ao comércio, não somente custa ao estado mais pobre, riqueza e população, mas prejudica também sua vizinhança mais rica, então, as restrições entre campos europeus que estão em diferentes estágios de desenvolvimento prejudica não somente a agricultura dos campos mais pobres, mas o poder e a propriedade dos mais ricos.

Além disso, embargos e restrições embaraçam o comércio para toda a Europa" (48).

Após uma citação deste tipo, que mais podemos procurar na obra de Thünen senão sua identidade ideológica com a ideologia do modo de produção capitalista e as pseudo soluções dos problemas, como a questão das restrições ao livre-comércio. E mais, Thünen procura garantir a harmonia das relações entre os capitalistas dos vários países em prol do desenvolvimento do sistema.

Mas, a primeira parte da obra de Thünen, a "Formação do "Estado Isolado"", não termina aí, pois, em sua seção três apresenta os estudos relativos aos "Efeitos dos impostos na agricultura", que trataremos mais adiante. Antes, porém, gostaríamos de voltar a uma questão deixada pendente nas páginas anteriores referentes aos capítulos 19 a 32.

Essa questão que passamos agora a analisar refere-se a "teoria" que está implícita nesta parte do trabalho, chamada por Rodbertus Jagetzow "Lei da superioridade relativa dos

sistemas agrícolas" (49), ou como a denomina Hall, P. "Teoria da Colheita" (50).

Tal teoria, que Hall, P., passa a qualificar como o estudo central da obra de Thünen, nada mais é (como ele mesmo afirma) do que:

"... a teoria de locação geral para um mínimo de diferentes produtos agrícolas ..." (51).

Sobre essa teoria Hall afirma que no "Estado Isolado" de Thünen não há uma rigidez da intensidade pois, a silvicultura que é para Hall, P., uma atividade extensiva, ocupa o segundo anel do "Estado Isolado". Dessa forma, Hall procura evitar a confusão que existe entre os estudiosos de Thünen em misturar as duas "teorias", a da "intensidade" e a da "colheita".

Para sermos mais precisos, citamos Hall, P.:

“É necessário dar importância a este ponto porque mesmo na literatura alemã, que é baseada numa grande tradução do estudo de Thünen, há uma confusão mais fundamental a respeito. Novamente a afirmação reincide em que "a característica central do sistema de Thünen é que a intensidade da produção aumenta voltada para o mercado". Weignmann afirma tudo isto, quando de seu trabalho sobre a teoria da locação de Thünen, que ele publicou quando do 150 aniversário do nascimento de Thünen; Theodor Brinkmann, talvez o principal estudioso da teoria da locação agrícola, no século XX na Alemanha, diz num determinado ponto de sua análise:

"Distritos próximos ao mercado - isto é, distritos com locações econômicas favoráveis – são, portanto, distritos com métodos intensivos de agricultura. Distritos situados longe do mercado, isto é, distritos com locações econômicas desfavoráveis - são as áreas com métodos extensivos de agricultura. No "Estado Isolado" o grau ótimo de intensidade agrícola alcança seu máximo na vizinhança imediata do mercado, e seu mínimo onde a comunicação com mercado desaparece inteiramente e a agricultura se torna uma economia puramente autossuficiente. Zonas próximas ao mercado são locações do tipo

especificamente intensivo de uso da terra. Zonas a uma grande distância do mercado são locações de tipo especificamente extensivos de uso da terra. O aumento da intensidade do cultivo da terra, portanto, não significa somente aumento das despesas, ao se cultivar determinadas colheitas, mas ao mesmo tempo uma mudança para colheitas especificamente intensivas".

Brinkmann é levado a essa conclusão através da observação de que a diferença do preço de fábrica e o de venda, entre os preços dos produtos agrícolas é aqueles da produção de bens necessários (custos agrícolas) e mais próximo ao mercado. O ponto marginal pode ser alcançado através da operação da lei da diminuição dos lucros, quando da maior diferença entre o preço de fábrica e o de venda, e do maior número de unidades de custos que podem ser aplicadas antes" (52).

Dessa forma Hall, P., demonstra que, embora haja esta confusão entre as duas "teorias" de Thünen, ela só pode ser aclarada se aceitarmos a existência de duas "teorias": Assim Hall, P., procura justificar toda a discussão feita na sua "Introdução" ao estudo do "Isolated State", quando afirma a necessidade de se ter cuidado no uso das palavras "intensivo" e "extensivo", pois o modelo de Thünen apresenta uma atividade aparentemente extensiva (silvicultura) entre atividades intensivas (horticultura - rotação de culturas) e atividades intensivas (cultura do linho) no último anel que contém atividades extensivas (criação de gado).

A partir dessa premissa, Hall, P., procura estabelecer uma relação entre custos de transporte, de produção, volume de produção por área, e com isso chegar ao estabelecimento das mais altas taxas de lucratividade por produto/sistema de cultivo. Desta forma, estaria ele demonstrando na obra de Thünen, a relatividade sobre a questão da intensidade dos sistemas de culturas e sua ordem crescente na localização geral da agricultura.

"Talvez o caso de localização mais interessante de todos apresentado é o das culturas industriais, que Thünen discute no capítulo 31. Estas determinam a mais direta contradição do comum equívoco de que as colheitas intensivas são

cultivadas perto do mercado, porque elas são intensivamente cultivadas no anel mais distante de todos. Elas tendem a ter baixas produções comparadas com os cereais, e custos de transportes muito altos. A chicória é a única exceção: tem grandes produções e custos baixos nesta mesma classe, a maioria das colheitas comerciais são colheitas produzidas para serem industrializadas, por exemplo, os cereais produzidos para as destilarias, as quais estão fundadas em localizações onde os cereais para produção de farinha não produziria renda da terra. Porque tais colheitas são reduzidas em peso, a produção efetiva, por unidade de área, é muito baixa. Porque a redução em peso envolve custos industriais no limite dos custos puramente agrícolas, os custos de produção são muito altos. Tais produtos explorarão positivamente as localizações mais distantes" (53).

Dessa forma, movido pela dúvida de que haveria uma relação entre a intensidade e padrões de colheitas no "Estado Isolado", Hall, P., procura em Petersen, A., (54), uma resposta a tal questão:

"Sua resposta é que existe, mas não uma simples relação. A ideia em comum de que colheitas intensivas são produzidas perto do mercado depende de uma suposição vaga de que há alguma conexão necessária entre produção e intensidade; que colheitas com uma alta produção por acre implicam em elevados custos básicos por acre; e vice-versa. Mas, isto é só parcialmente verdadeiro. Admite-se que existem poucos produtos com uma elevada produção por acre e custos básicos baixos (silvicultura é o exemplo óbvio no "Estado Isolado"). Mas há vários casos em contrário: produtos com baixa produção por unidade de acre e elevados custos básicos. As colheitas comerciais e industriais do sexto anel principalmente, caem nesta classe. Contudo, quando alguém diz tudo isso, a impressão predominante é de um aumento de intensidade em direção à cidade. As produções de lã, de carne e de manteiga, têm uma baixa intensidade e são produzidos longe das cidades; a produção de hortaliças, leite, batatas tem uma alta intensidade e são produzidas próximas à cidade; cereais que tem características intermediárias ocupam

posições intermediárias. As duas exceções notáveis são silvicultura no segundo anel e colheitas industriais no sexto" (55). (Sem grifo no original)

Hall, P., e Petersen, A., na dúvida ou na investigação da obra de Thünen, procuram nada mais do que como fez o próprio Thünen em sua época, dar validação científica aos métodos de produção do modo de produção capitalista, produzindo e reproduzindo assim, a ideologia burguesa. Tal postura permite-nos dar crédito, mais uma vez, as afirmativas de Enker, I.:

“A teoria locacional é uma extensão do método de análise capitalista” (56)

“Teoria locacional é mistificação. ” (57)

Como já referimos páginas atrás, a primeira parte do trabalho de Thünen: "A Formação do Estado Isolado" não termina aí, apresenta ainda na sua seção três: "Os efeitos dos impostos na agricultura". Esta seção (composta pelos capítulos 34, 35, 36, 37 e 38) apresenta uma análise de Thünen sobre como os impostos alternam os sistemas e produtos produzidos no "Estado Isolado", e com isso chega a interessantes conclusões. Primeiramente, quanto aos efeitos dos impostos no "Estado Isolado", Thünen os vê como um fator que provoca o empobrecimento da agricultura:

“Se todo imposto existente estivesse para ser abolido repentinamente e para melhor o reverso aconteceria. O capital acumular-se-ia, e derivaria seu valor do fato deste poder ser empregado mais lucrativamente, na exploração do terreno deserto; haveria alimentos e trabalho para mais pessoas e, como sempre acontece em tal situação, à população cresceria rapidamente. Portanto, os impostos reprimem o desenvolvimento do Estado e restringem o crescimento da população e do capital nacional" (58)

Mas Thünen relaxa um pouco esta afirmativa, quando compara os efeitos dos impostos no "Estado Isolado" com a realidade:

"Leva muitos anos e várias experiências, antes que métodos tradicionais se adaptem as novas condições, e somente quando a terra é cultivada pode pagar seus custos. Este processo lento e flutuante de transição priva a Nação de muito

mais capital do que o imposto tivesse alguma vez tencionado produzir. No mundo presente, onde a prosperidade tende a avançar lentamente, a operação de um novo imposto (assumindo que não seja excessivo), não parece claro que aqui ela diminua, mas não detém o desenvolvimento da prosperidade nacional. No "Estado Isolado", onde não há nenhum progresso, onde (a menos que influências de fora intervenham), tudo está em equilíbrio estável, nos vemos o declínio na riqueza é na população, com a operação natural do imposto" (59).

Como a idealização do "Estado Isolado" é premissa básica para as propostas de Thünen, o equilíbrio, que é constante, tem que ser buscado, e é alcançado com "sacrifício", como ele mesmo afirma:

"Se vale a pena fazer um sacrifício para manter a balança de prosperidade entre as diferentes seções (classes) da população, isto é possível se o campo mais pobre, alguma vez, for capaz de possuir um sistema independente de impostos, ou então terá sempre que depender nisto, de um Estado mais rico, que é um problema de práticas políticas além do alcance de minha discussão" (60).

O "sacrifício" só pode ser alcançado, portanto, numa situação de independência do campo mais pobre; caso contrário estará sempre controlado pelo Estado mais rico, ou seja, o imperialismo como necessidade, como uma fatalidade histórica. Esta questão Thünen prefere não discutir no "Estado Isolado".

Em seguida Thünen discute os efeitos dos impostos indiretos e de captação, chegando a conclusão que os primeiros pouca influência tem sobre o "Estado Isolado", mas que o segundo é injusto pois é cobrado tanto do pobre como do rico, sem levar em consideração recursos ou rendimentos, mas mesmo assim ele não é capaz de perturbar a prosperidade nacional. O último tipo de imposto estudado por Thünen, o imposto sobre a renda da terra, este sim, pode colocar em perigo o progresso de uma nação:

"Desde que o crescimento de um país em riqueza, poder e população está diretamente relacionados com seu aumento em cultivo intensivo, um imposto sobre a renda da terra, o qual não permanece constante durante longos períodos - uns cem anos no mínimo - mas que baixe ou aumente com a renda da terra corrente de uma fazenda, dificulta e impede o melhoramento do solo. De todos os impostos este, talvez, é um dos que mais refreiam o progresso de uma nação" (61).

Desta forma, Thünen encerra suas análises quanto aos efeitos dos impostos sobre a agricultura no "Estado Isolado", procurando uma alternativa na "fuga" dos impostos, na sua inviabilidade, etc. nada mais, nada menos, do que a tentativa de fugir de uma série de impostos a que os agricultores alemães estavam expostos. Tão somente uma proposta para que, num processo de mudança, estes impostos fossem revertidos a fim de beneficiar a classe burguesa. E mais, que isso fosse alcançado em nome da necessidade nacional para que a classe pobre pudesse permanecer empregada, ou seja, em nome dos trabalhadores busca-se um aumento dos lucros.

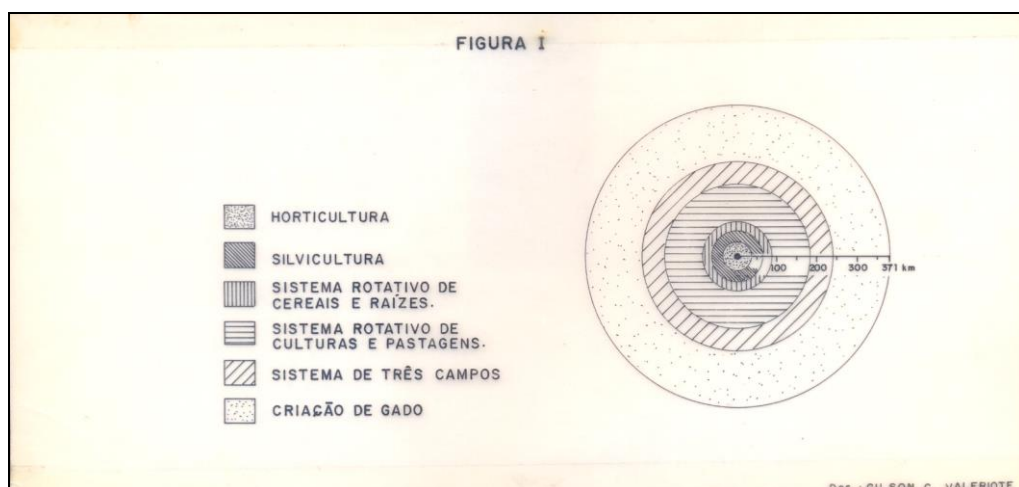
Assim podemos, paulatinamente, entender toda a obra de Thünen, sua contextualização histórica e seu significado ideológico.

Em seguida, Thünen encerra a primeira parte de sua obra - "A Formação do Estado Isolado" - com a apresentação dos diagramas do mesmo, que não foram para ele desenhados e nem são considerados essenciais para a compreensão do problema em questão. Sobre eles Thünen começa afirmando:

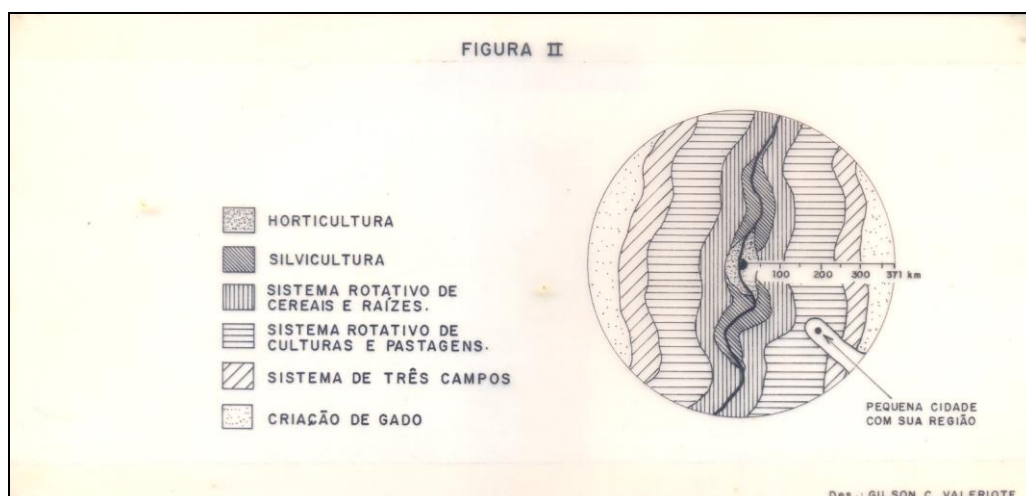
"Estes diagramas desenhados por um amigo meu, não são essenciais para o entendimento do problema em discussão - e em nenhum lugar do trabalho tenho feito referência a eles. Mas desde que eles proporcionam um simples e útil panorama dos resultados de minhas investigações eu considero que eles

devem ser bem-vindos para o estudante que tem lido o meu trabalho atenciosamente" (62).

A primeira figura que Thünen apresenta do "Estado Isolado", é aquela obtida a partir das suposições feitas na Seção Um e suas respectivas conclusões:



A segunda figura do "Estado Isolado" apresenta-se atravessada por um rio navegável. Este diagrama foi montado a partir da afirmação de que os fretes aquáticos são 1/10 do custo dos fretes por terra:



Nesta figura II Thünen observa que:

"Aqui o anel da alternância de colheita, (sistema rotativo de cereais e raízes), que na figura I ocupa somente uma pequena faixa, torna-se muito maior

alcançando ao longo do rio o estado fronteira. O anel de criação de gado fica reduzido, e próximo ao rio ele desaparece completamente" (65).

Aqui, Thünen passa a comparar o "Estado Isolado" com a realidade o que implica em modificação. E acrescenta algumas colocações sobre o efeito das construções de estradas:

"O efeito das construções de estradas é similar, porém, menos marcante. Se as estradas são construídas para todos os distritos da planície, os anéis mais intensivamente cultivados se expandirão, mantendo, contudo, seu padrão regular, como na figura I" (66).

Escreve também sobre a presença de uma pequena cidade, além da central, no "Estado Isolado":

"Neste diagrama (figura II), nos vemos, à margem da planície, uma pequena cidade com sua própria região. Por "região" quero dizer à área que abastece esta cidade com alimentos, não envia para a capital - cidade central - (capítulo 28)" (67).

A partir dessa alteração, Thünen passa a elucubrar sobre os efeitos formais do "Estado Isolado" com essa "pequena cidade", e afirma:

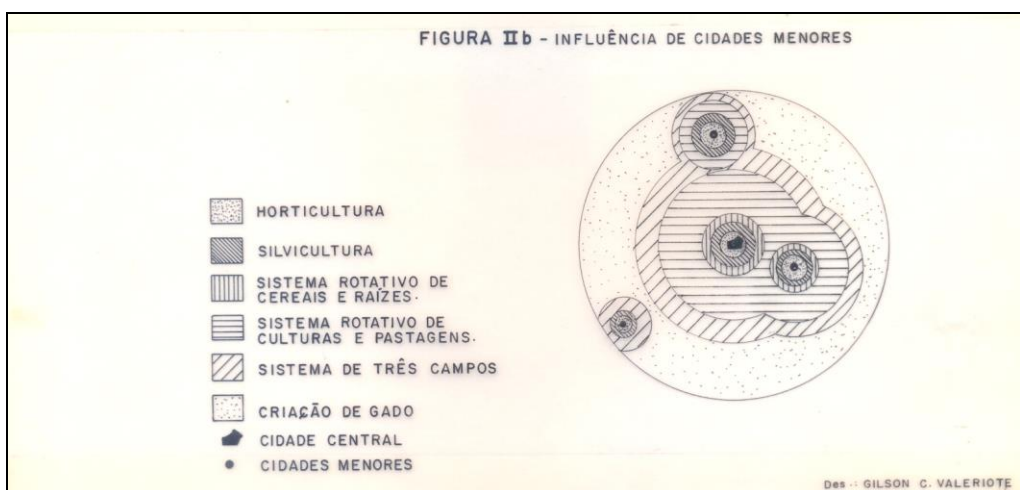
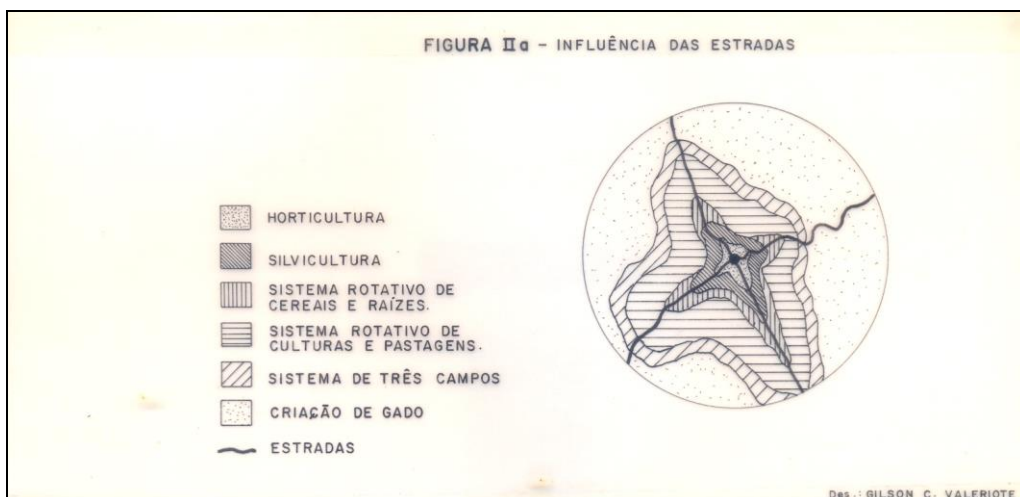
"Nós também podemos pensar nesta pequena cidade com sua região como um estado independente; neste pequeno estado o preço dos cereais é governado completamente pelo preço que se obtém na cidade central.

Estes pequenos estados estão relacionados com a cidade central de várias formas, como igualmente estão os Estados da Europa com o país mais rico que pode pagar o mais alto preço pelos cereais, a saber, a Inglaterra, e particularmente sua capital, Londres. Mesmo onde eles não importam nem exportam cereais, seu preço em todos os países europeus e governados pelo mercado de Londres, é quando este mercado está fechado. O preço dos cereais cai através de toda a Europa" (68).

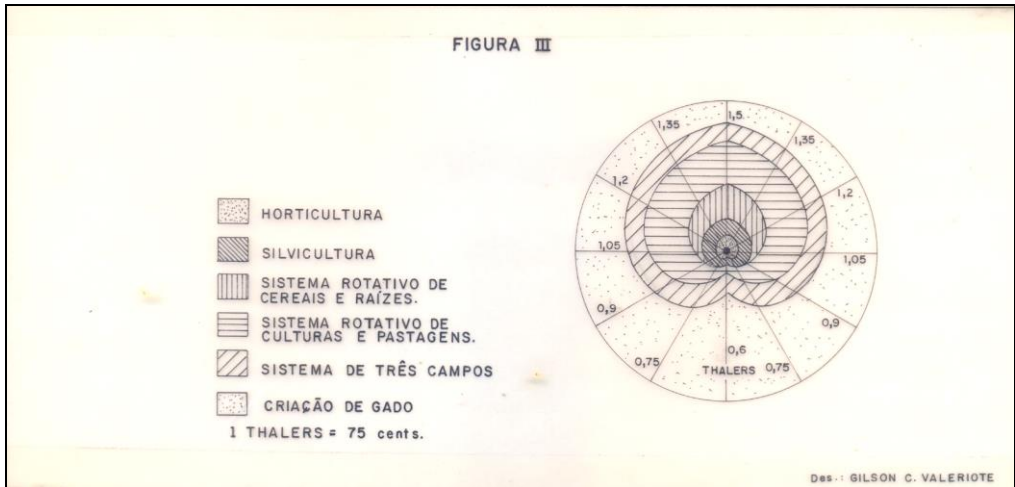
Como se pode verificar através destas colocações Thünen procurou adaptar o "Estado Isolado" à realidade, a

da Alemanha imediatamente, e a da Europa como um todo; evidentemente, tentava reproduzir as formas, as aparências da economia capitalista, sem, contudo, chegar a sua essência, ao seu conteúdo. Sua proposta é, antes de tudo, a-histórica, mas produto de um determinado momento historicamente datado na formação social alemã.

Com a finalidade de ilustrar essas duas variantes do raciocínio de Thünen, apresentamos dois diagramas que foram elaborados por Peer, J.R., (69), reproduzidos com algumas modificações, por nós introduzidas:

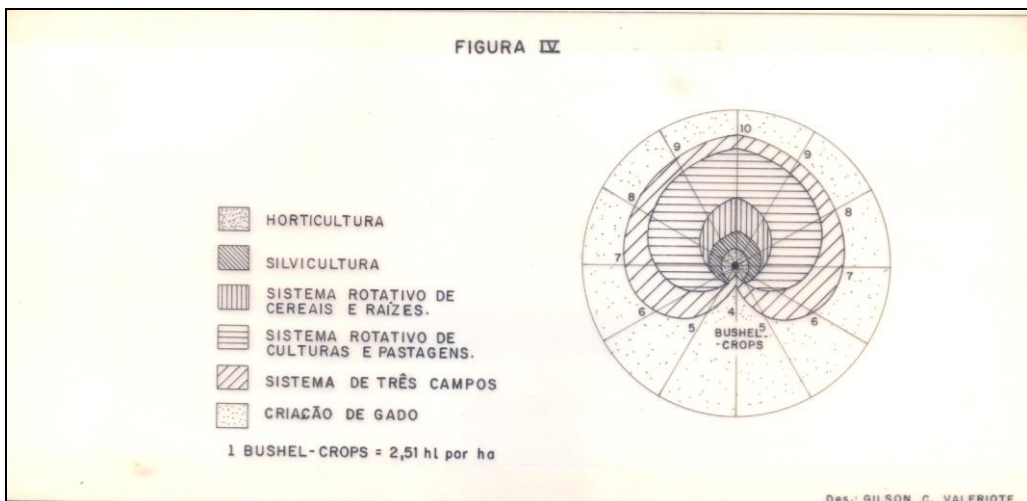


A terceira figura do "Estado Isolado" apresentada por Thünen, demonstra o efeito do preço dos cereais na cidade, na extensão dos cultivos do "Estado Isolado":



Como Thünen não apresenta em sua obra nenhuma menção aos efeitos no "Estado Isolado" dos preços dos cereais, após apresentar o diagrama, demonstra as fórmulas nas quais as medidas do diagrama estão fundamentadas.

A quarta figura do "Estado Isolado" que aparece na sua obra, mostra o efeito no "Estado Isolado", de uma mudança de rendimento do solo quando o preço dos cereais permanece constante:



Assim encerra-se a parte Um - O "Estado Isolado" em relação à agricultura e à economia", cujo estudo, tomamos como uma de nossas premissas básicas. Ao concluirmos, lembramos o alerta feito por Hall, P. e Petersen, A., quanto a questão da existência de duas "teorias" na obra de Thünen: - a da "intensidade" e da "colheita":

"Petersen dirigiu repetida atenção para a qualidade ilusória das famosas ilustrações gráficas do "Estado Isolado", se consideradas a parte da análise. Estas facilmente dão a impressão de que os anéis são anéis de intensidade, porque no segundo anel a distância entre a madeira para combustível e a madeira para construção, e no sexto anel todas as menções referentes as colheitas comerciais, são omitidas. Em adição, os diagramas incluem um sistema de colheitas para cultivo de cereais - assim chamado de sistema de alternância de colheitas - que não tem nenhum lugar real no "Estado Isolado", e que Thünen considerou somente como uma possibilidade teórica no evento da fertilidade mais elevada do solo" (72).

Tendo chegado ao final da primeira parte da obra de Thünen, abre-se agora a possibilidade de apresentarmos uma síntese da segunda parte, síntese justificada no início desta parte do trabalho.

A parte 2. "O Salário Natural e sua relação com a taxa de lucro e a renda da terra", foi de há muito estudada pelos economistas, particularmente Dempsey, W.B., em sua obra "The Frontier Wage" - Chicago - 1969 - onde faz um dos melhores estudos desta parte do trabalho de Thünen e que utilizaremos como balizador dessa seção de nosso trabalho.

Mas é importante reafirmar de início o que geógrafos, como Waibel, L., escreveram sobre esta parte da obra de Thünen:

"O assunto do segundo volume, o estudo do salário natural, é quase inteiramente do domínio da economia política" (73).

Assim, pouco encontramos na literatura geográfica sobre este assunto, a não ser as duas páginas meramente descritivas que Hall, P., (74) apresentou na sua "Introdução" ao "Isolated State".

A Seção Um da Segunda Parte do trabalho de Thünen começa por uma Introdução - "Resumo e crítica do método empregado na Parte Um do trabalho e plano da Parte Dois", que já discutimos e utilizamos na seção referente à matriz teórica e método do autor. O final desta "Introdução", achamos importante trazê-lo à tona, pois é ali que Thünen levanta dezessete questões que foram objeto de seus estudos posteriores.

Porém, antes de analisar o ponto mais importante desta parte da obra de Thünen, o salário natural procuraremos, ainda que sinteticamente, apresentar os demais assuntos nela tratado.

A primeira questão apresentada e discutida por Thünen é o relaxamento da suposição da existência de uma única cidade no "Estado Isolado", para assumir a hipótese da existência de numerosas pequenas cidades, de tamanho igual e equidistantes uma das outras. Aqui Thünen pretende saber o que governará a renda da terra e qual a relação entre a totalidade do cultivo e o preço dos cereais.

Waibel, L., escrevendo sobre Thünen, afirmou:

"O arranjo e distribuição das cidades no "Estado Isolado", pode ser encarado como uma tentativa de Geografia Urbana" (75).

Apenas chamamos atenção para tal afirmação porque ela reflete um ponto de vista não muito comum na literatura geográfica, (do ponto de vista de referências), mas comunga um ponto muito comum dos geógrafos: o "esquecimento" da essência e a "preocupação" com a aparência.

A a-historicidade na obra de Thünen é uma constante neste particular, traz exemplos que são incontestes do que afirmamos:

"A suposição de que o "Estado Isolado" tem apenas uma grande cidade, servia para simplificar nosso debate, mas, sendo inconsistente diante dos fatos observados, ela tem de ser agora abandonada.

Na prática, a origem das cidades é frequentemente acidental. Do lado da cabana do primeiro colonizador, um segundo constrói outra, porque ambos querem tirar proveito da ajuda que um dá ao outro; um terceiro e um quarto se juntam a eles, até que uma cidade seja desenvolvida. Se elas fossem móveis, gostaria de pegar muitas cidades que surgiram deste ou de modo semelhante, e colocá-las em qualquer outro lugar" (76).

Em certo trecho de nosso trabalho (Instrumentos de Trabalho em Thünen), usamos uma frase de Bujarin, N., (77) para explicar o conceito de utilidade da escola marginalista. Seria agora, o momento de usarmos algo semelhante para evocarmos a "capacidade criativa", "o poder da mente", tão raros com o passar do tempo, pois são apenas privilégios dos maiores "gênios" que a sociedade capitalista conseguiu produzir.

Não é este, evidentemente, o ponto em que Waibel, L., baseia-se para a afirmação feita anteriormente, mas sim, a ordem vigente no mentalmente produzido "Estado Isolado":

"No "Estado Isolado" racional, contudo, o tamanho e a distribuição das cidades baseiam-se em princípios fundamentais, e nós poderíamos estabelecer a seguinte proposição, como sendo a primeira condição de sua existência: tendo

em vista o tamanho e a distância entre elas, as cidades precisam ser distribuídas de tal maneira que sua locação aumente ao máximo o rendimento nacional.

Isto acontecerá onde o comércio e as indústrias estão localizadas produzindo suas mercadorias ao custo mais baixo, e de onde elas podem suprir o mercado com os preços mais baixos" (78).

Neste particular, é preciso lembrar os seguidores de Waibel, L., e os "modernos" adeptos da teoria da centralidade, que tem origem nos pressupostos e premissas do "Estado Isolado" de Thünen, que fiel ao mestre Smith, A., também vê na agricultura a atividade central. Mas, como a realidade se impõe, (mesmo para Thünen), como determinante em última instância de suas "teorias" e /ou pressuposições, é obrigado a reconhecer o progresso industrial, mas correlacionado à prosperidade da agricultura:

"Assim nós vemos que o progresso industrial é vital para a agricultura, e seria estúpido discutir a respeito de sua relativa precedência.

Porque as invenções e os melhoramentos que têm sido feitos na indústria têm muito mais importância que aqueles feitos na agricultura, e o preço dos cereais têm aumentado continuamente por muitos séculos" (79).

Raciocinando desta forma, Thünen procura no capítulo 4 da seção 9 estudar "A ordem e a distribuição das cidades no "Estado Isolado", onde, para alcançar seus objetivos, chega a uma análise dos fatores da localização industrial, para Hall, P., trata-se da antecipação dos estudos de Weber, A., sobre uma aglomeração industrial (80). Primeiramente, Thünen procura uma explicação para a contradição entre a sua organização mental das cidades no "Estado Isolado" e a realidade que apresenta a população concentrada em grandes cidades.

Para responder a essa contradição afirmou:

“Porque a população das grandes cidades não é dividida em pequenas cidades? As razões são as seguintes:

1 - Na prática, os depósitos de minérios, de sal e carvão são distribuídos de forma desigual. O metal tem que ser extraído do minério onde este é descoberto; portanto as fábricas que trabalham com os metais localizar-se-ão naturalmente próxima as minas e jazidas de minérios, que nós assumimos existir perto da cidade.

2 - O centro focal de um país é a residência natural do chefe do governo; a sede dos grandes ministérios da justiça e administração, dos quartéis-generais do exército; dos grandes institutos de ensino; coleções de arte, etc., ...

3 - A presença na capital da câmara de concursos de eruditos, de homens da ciência e oficiais do Estado, teatros, museus, etc., proporcionam muito mais atrações sociais e comodidades do que as províncias podem oferecer algumas vezes. Isto explica porque muitos ricos cidadãos, que vivendo dos lucros ou dos rendimentos de seus estados, passarão, no mínimo, o inverno na capital.

4 - Para satisfazer todas as necessidades e prazeres de todos os cidadãos reunidos na capital por qualquer destas razões, são requeridos: uma grande quantidade de pessoas: artesãos e uma classe para serviços - comerciantes, artistas, artesãos, serventes domésticos, trabalhadores, e assim por diante; e porque eles têm certeza de encontrar emprego, não haverá nenhum déficit de tais pessoas.

As razões da concentração de população na capital são muito óbvias e simples, e oferecem material para um estudo suplementar" (81).

Portanto, as conclusões a que Thünen chega para explicar a contradição antes apontada, as razões da concentração da população na capital, evidentemente que são razões comprometidas ideologicamente, e que tem alcance limitado na explicação, uma vez que, ficam muito na aparência e não procuram as razões reais e concretas para a existência da concentração de população nas capitais. Cardoso, F. H., citando Karl Marx, nos dá essa dimensão não alcançada por Thünen e seus seguidores:

"Assim, para Marx, a cidade é tão indispensável para a existência do capitalismo quanto o é o operariado para o lucro do patrão" (82).

Porque:

"... a existência de uma economia urbana supõe um longo processo de divisão social do trabalho e uma redefinição das formas de exploração de umas classes pelas outras, de tal modo que a cidade surge como expressão da quebra da economia feudal e do antigo regime senhorial. A economia cerrada do feudo ou ao regime de corporações de ofício dos ajuntamentos de populações da Idade Média - alguns dos quais por critérios que não levam em consideração o grau de complexidade do processo de divisão do trabalho entre o campo e a cidade e entre as relações de trabalho na cidade poderiam aparecer já como "cidades" - se substituirá uma forma de organização econômica que encontra na existência da mão-de-obra "livre e disponível" e na concentração dos meios de produção nas mãos de certo tipo de proprietários, a relação fundamental e necessária para o aparecimento do modo de produção capitalista" (83).

Quanto aos seguidores de Thünen, conscientes ou não, pouco importa, (pois como afirmamos na parte um deste trabalho, baseados em Marx, L., não é a consciência que determina o ser dos homens, mas sim o seu ser social, que está calcado nas relações de produção de um modo de produção determinado), quer nos parecer tem sua base teórica montada nas afirmações de Thünen, pois o que seria a "teoria da centralidade" sem a maioria dessas "razões" que Thünen apresenta para a concentração da população?

Em seguida, Thünen passa a assinalar as razões.

Contra e a favor da localização das indústrias nas grandes cidades. Quanto às razões que se opõem: o custo da matéria-prima é mais caro do que nas pequenas cidades, pois se tem que pagar elevados custos de transporte; também os gastos com transporte incidem sobre os produtos manufaturados, para que os mesmos possam chegar até as cidades provinciais para serem distribuídos aos consumidores rurais; o combustível (madeira) é mais caro nas grandes cidades e a habitação também o é.

Conclui expressando a linha mestra de seu raciocínio (da ideologia da burguesia capitalista):

“Isto aumenta apreciavelmente os custos de produção” (84).

Obviamente, diminuem-se as possibilidades de altas taxas de lucro, ou melhor, de mais-valia explorada.

Depois destas afirmações, Thünen passa a apontar os fatores que favorecem a implantação das indústrias nas grandes cidades: os projetos industriais em escala são os únicos que permitem a implantação de máquinas e equipamentos que economizam mão-de-obra, o que por sua vez, torna a produção mais eficiente e barata; a escala de um projeto industrial depende da demanda para seus produtos; o número de compradores fica, nas pequenas cidades, na dependência do número de camponeses que vem a elas para vender seus produtos, ou que por aí passam a caminho da capital, (com esta suposição Thünen procura explicar porque os empresários que, tendo montado uma destilaria numa cidade provinciana, ou mesmo, numa fazenda, venderão seu álcool na capital, donde ele será distribuído para os distritos rurais); a produção "per capita, graças à divisão do trabalho é maior nas grandes fábricas do que nas pequenas; a capital atrai os talentos notáveis (homens de negócios, artesãos, etc.), o que leva a mesma a obter uma vantagem sobre as cidades provinciais; a grande cidade oferece compradores e vendedores com maior garantia e capacidade de comprar e vender aos preços correntes; e por fim, custos de transporte, atrasos na produção, ocorrerão quando as fábricas que empregam maquinários produzidos na grande cidade tiverem que consertá-los fora do próprio local.

Em seguida, Thünen conclui de forma categórica seu capítulo sobre a localização das indústrias:

"Quando pesamos os argumentos para a localização de fábricas e do comércio em cidades pequenas contra aqueles em favor da sua concentração na capital, descobrimos que a natureza da indústria determina sua localização.

Indústrias e oficinas que produzem matérias-primas de pouco valor em relação ao seu volume e peso, que não necessitam de nenhum mecanismo complicado, nenhuma divisão extensiva do trabalho, e que, portanto, podem fornecer seus produtos a preços baixos tanto em pequena quanto em grande escala, devem pertencer mais propriamente às cidades provinciais ou mesmo à zona rural. Nestas, como demonstrei na Parte Um, incluem destilação e fabricação de tecido de linho. Todas as demais indústrias, onde obtém-se condições contrárias, têm seu lugar mais exato na capital" (85).

Não temos dúvida, aí estão presentes todas as premissas que Weber, A., desenvolveu no início do século XX e que dizem respeito (no que concerne à contextualização histórica), ao avanço da Alemanha, agora unificada, rumo a um desenvolvimento capitalista que não se ateve apenas ao próprio território, mas também, passou a alimentar sua política imperialista.

As premissas de Thünen têm fundamento no modo de produção capitalista nascente e são, portanto parte de uma ideologia burguesa que procurou (com Thünen, Weber, A., Christaler, W. e Lösch, A.) e procura hoje com os "modernos teóricos" da "teoria locacional" (Berry, Hall, Isard, Chisholm, Chorley, Haggett) e seus seguidores no Brasil (Lobato Correa, R., Geiger, P.P., Faissol, S., Ceron, A.G., entre muitos outros) com trabalhos recentes, validar cientificamente a ideologia do modo de produção capitalista visando garantir para à burguesia a eficácia de sua exploração sobre a classe operária.

A segunda questão apontada e trabalhada por Thünen é a relativa às estradas, pois como todos seus cálculos foram baseados nas péssimas estradas existentes em Mecklemburgo nos primórdios do século XIX, ele acha fundamental neste tópico, impingir a racionalidade:

"Mas certamente não é racional manter estradas em tão más condições; e em Mecklemburgo a construção de numerosas estradas mais largas já reduziu

muito o número de tais estradas (as ruínas). Mas já que originalmente nós dotamos o "Estado Isolado" com estradas inferiores, determinando sobre sua base todo o padrão de cultura e a extensão da área cultivada, nós precisamos, consistente com a necessidade de racionalidade, perguntar o seguinte:

- a) - em quais distritos e a que ponto do "Estado Isolado", estradas e ferrovias serão construídas com vantagens?
- b) - que efeito sua construção terá no tamanho da planície cultivada, na lavoura e na riqueza nacional?" (86).

A racionalidade por nos apontada anteriormente, aparece claramente, também, nas colocações do próprio Thünen em sua defesa incondicional pela implantação das ferrovias:

"Isto ilustra o grande efeito das estradas de ferro que terão na prosperidade das nações, um efeito que será completamente maior ainda se o lucro do capital investido na sua construção for inevitável, então os fretes de cargas (peço e preço por milha) podem ser reduzidos ao meio. A planície cultivada alcançará então uma distância de 154 milhas da cidade (1.142,68 Km) e o "Estado Isolado" ocuparia uma área aproximadamente vinte e cinco vezes maior do que quando com estradas ruins.

Quão maravilhoso é o efeito dos aperfeiçoamentos em transportes e de fretes mais baratos!" (87).

Thünen, realmente, deixa o deslumbramento de um maior lucro vislumbrado tomar conta de suas palavras e o êxtase é plenamente alcançado, num objetivo socialmente premeditado: aumentar os lucros das classes dominantes. Esse objetivo leva Thünen a defender o investimento governamental para as construções das ferrovias, ao invés do investimento privado, assumindo, pois, claramente, uma posição pró intervenção do Estado naqueles setores onde, (para ele e seu "Estado Isolado"), estava o ponto fundamental que regia os lucros dos agricultores. É ele mesmo quem deixou isto escrito:

“O valor das ações de várias estradas de ferro tem hoje alcançado o auge (alta) o que está fora dos sonhos ocorrerem de uma só vez. Se o Estado controlar essas linhas, os fretes devem ser imediatamente reduzidos à metade, sem qualquer mudança no preço das passagens para passageiros, e o lucro do capital investido seria ainda assim reembolsado. Em vista disso, os estadistas seriam bem aconselhados, a tomar conta das estradas de ferro, ao invés de deixá-las, como agora, para cidadãos privados” (88).

Thünen não para aí, avança mais, chegando a, propor grandes ferrovias para o Império Russo, ao comparar as vantagens da construção de ferrovias à guerra:

"Estradas de ferro terão um outro grande e proveitoso efeito: a Princesa corretamente guiada pela impressão de que a riqueza, o poder e a posição internacional de seus estados, chegarão no futuro a depender de estradas de ferro, e terão então, pouco tempo para a guerra. Se eles tencionam sobreviver e prosperar, eles aplicarão todo o seu poder na construção de estradas de ferro. No futuro, quando as estradas de ferro tiverem unido diferentes países sob uma malha de interdependência econômica e prosperidade mútua, as próprias nações não tolerarão a guerra" (89).

Assim Thünen está mais do que nunca contextualizado historicamente, pois através desta afirmação de sua ideia, entendemos que assim ele viria a remover a ideia russa de invadir a Prússia. Thünen capitula, mas perde para ganhar, pois no seu trabalho está explícito um objetivo que é o estabelecimento da ordem capitalista em toda a Europa, são as ferrovias para ele, o elo de ligação entre o bloco. Para que tal aconteça utiliza todos os trunfos, até a justificativa de uma política imperialista eficaz:

"Se há algum meio pelo qual o povo polonês possa aprender a aceitar a soberania da Rússia, este será pela união de sua prosperidade material com a Rússia" (90).

E conclui de forma “brilhante”:

“Mas política não deve entrar em seu trabalho” (91). (Sem grifo e negrito no original)

Realmente, o comprometimento ideológico da obra de Thünen chega ao ponto culminante, quando ele advoga a produção de um trabalho que não seja político, ou seja, sua obra não devia conter política. Pelo que pudemos ver até agora, seu trabalho foi fruto da razão pura, seu trabalho visou a "prosperidade de toda nação", seu trabalho foi antes de tudo um arsenal ideológico para as classes dominantes.

Não se iludam os seguidores de Thünen, nem mesmos os pseudos-cientistas que advogam a neutralidade da ciência, pois seus trabalhos não são neutros, pois eles são a melhor expressão ideológica da sustentação do "status quo" ou quando não de propor mudanças que levem a um aumento na exploração da classe trabalhadora. Obviamente tudo isto sob a dominância do modo de produção capitalista. É isso que fazem os "teóricos" da "teoria locacional" com suas propostas de localização ótima. Pois a maximização de lucros só é possível através de um aumento da taxa de mais-valia, que por sua vez, só é possível com uma maior exploração da classe trabalhadora.

Sobre a questão de não colocar política em sua obra, talvez Thünen pretendesse deixá-la para fazer na Assembleia Nacional Alemã, em Frankfurt, o "Parlamento dos Catedráticos" que segundo Marx, K., nada mais era do que:

“O parlamento de um país imaginário” (92).

A terceira questão que Thünen apresenta na parte dois de seu trabalho é a referente as influências climáticas: A maneira pela qual o "Estado Isolado" foi mentalmente construído, supunha-se a uniformidade do clima. As influências climáticas na agricultura foram por Thünen debatidas elevando o clima a uma

posição de destaque tal, que o produto é, às vezes, uma postura impregnada de determinismo. Também gostaríamos de ressaltar que a discussão de ditas influências é feita sob a égide das suposições, que pode ser confirmada por suas próprias palavras:

"Suponha, contudo, que este "Estado Isolado", que é circundado por deserto imenso e fértil, tenha uma rede de ferrovias que vão até o distrito mais distante, de onde os cereais podem ser enviados com lucro a cidade. Nestas condições a "Estado" será tão grande que, meramente por suas diferenças climáticas, a cultura no Sul será completamente diferente da do Norte.

Quando nós consideramos as influências climáticas na agricultura, surgem muitas questões das quais mencionaremos apenas algumas:

- a) - como mudarão os meios de subsistência do trabalhador, seu salário, sua capacidade de trabalho e a custo de seu trabalho com o clima?
- b) - como muda a extensão do período de pastoreio com a latitude, e que efeito tem esta mudança sobre os custos de produção de produtos animais nas diferentes regiões?
- c) - que colheitas são mais rentáveis, e, por conseguinte qual o produto principal, nos vários climas?
- d) - como a clima afeta a quantidade de húmus que uma colheita dada ... extrai do solo, e como supondo que o solo e a locação - (com respeito à distância do mercado) são os mesmos em todos locais - mudará esta quantidade com a latitude?" (93).

Mas, as suposições na obra de Thünen são tantas, que mesmo ao se propor estudar as influências climáticas na agricultura só consegue fazê-lo exaltando sua visão nitidamente imperialista do "Estado Isolado", a do domínio de quase toda Europa, numa espetacular antecipação do Reich. E para que não paire dúvidas, citamos Thünen:

"Mas suponhamos agora que o "Estado Isolado" seja coberto por uma rede de ferrovias; que os juros destes custos de construção sejam da responsabilidade do Estado e não pagos pelas receitas das linhas ferroviárias: o plano cultivado atingirá aqui um diâmetro de 308 milhas (2.285,36 km) ou aproximadamente a

distância da ponta mais ao sul da Calábria até o Norte mais avançado da Jutlândia.

Suponha, ainda mais, que a capital deste imenso Estado se situa centralmente entre estes dois pontos, aproximadamente na latitude 48° Norte; que ele esteja circunscrito num plano ilimitado e completamente nivelado, de fertilidade uniforme; que tenha uma rede de estradas de ferro, porém nenhum canal. Isto é a “tela” na qual um dia o quadro pode ser pintado” (94). (Sem grifo no original)

Toda a obra de Thünen é antes de mais nada, ideologia das classes dominantes na nascente Alemanha de então. Mas voltemos as influências climáticas na agricultura do "Estado Isolado". Thünen lembra que não há estudos sobre essa questão e que mesmo os manuais agrícolas importantes simplesmente ignoram a influência do clima na agricultura. Após levantar uma série de perguntas que envolvem não só as diferenças climáticas entre a Jutlândia e a Calábria, mas toda uma série de informações empíricas sobre a agricultura nessa área, conclui que uma única viagem entre esses dois extremos não bastaria para que um pesquisador realizasse tal trabalho.

Entretanto, seria importante colocar que Thünen está preocupado com a produção, com o processo de produção, com lucro da produção. Todas as suas perguntas são direcionadas para identificar estas questões nas várias faixas do "Estado Isolado" agora ampliado. Isto significa dizer que Thünen não está, em hipótese alguma, preocupado em estudar os climas ou as diferenças climáticas, mas sim a agricultura nas diversas áreas do "Estado Isolado". Como ele ampliou a superfície de tal "Estado" e como relaxou a hipótese da homogeneidade climática, a questão, a saber, na realidade, é: até onde as diferenças climáticas geram alterações na organização do "Estado Isolado". Daí Thünen sugerir que tal estudo poderia ser feito por um pesquisador viajante que tivesse um "álibi teórico" e uma sensibilidade e tino de observação para constatar tais

problemas. É a escola empirista que com o decorrer do tempo produziu na Geografia excelentes descrições, que hoje devem ser recuperadas na bibliografia geográfica, pois trazem consigo levantamentos empíricos que se presta a compor o quadro de determinadas conjunturas dentro do estudo das formações sociais dos vários países que foram objetos de seus estudos.

A quarta questão apontada por Thünen é atinente a diferença de fertilidade do solo. Como a fertilidade do solo é variável, e não homogênea (pressuposto do "Estado Isolado", Thünen preocupa-se primeiro com a questão: se com um cultivo racional, o solo de qualidade originalmente uniforme, terá o mesmo nível de fertilidade nos vários distritos do "Estado Isolado"; pois esta fertilidade depende muito do empreendimento humano. Dessa forma, Thünen procura uma resposta quanto ao ganho que poder-se-á obter com o enriquecimento do solo:

"Um nível mais alto de fertilidade não pode ser obtido livremente: ele é comprado (adubo) com um gasto de capital e trabalho ou de forma protetora com uma colheita, que estão necessariamente associados com um produto líquido mais baixo em alguns anos. Mas o preço dos cereais e dos produtos animais determinam ambos o porte do sacrifício e de vantagem a ser ganha com o enriquecimento do solo, segue-se, entretanto, que tanto o sacrifício como o ganho diferem nos vários distritos do "Estado Isolado". Parece seguir-se que o nível ótimo de fertilidade está diretamente relacionado aos preços dos produtos agrícolas.

Esta aproximação do objeto propõe a seguinte questão: até quando o solo, nos diferentes distritos do "Estado Isolado" precisa ser melhorado, supondo ser cultivado racionalmente" (95).

É evidente, no que se refere a esta questão, Thünen mantém sua coerência e sua lógica, dentro da mais perfeita racionalidade capitalista, onde os níveis de investimentos suplementares devem ser feitos até o ponto em que o seu retorno seja plenamente compatível com tal investimento.

Na quinta questão Thünen tece alguns comentários sobre os benefícios sociais criados pelos investimentos governamentais em educação. Thünen já demonstra, em sua obra, sua consciência quanto à necessidade do Estado cuidar da reprodução qualificada da força de trabalho, que possibilita à classe dominante, a burguesia, incrementos nas taxas de mais-valia. Sua economia é, antes de tudo, política e sua política, antes de tudo, econômica. Mas deixemos que o próprio Thünen fale por si, onde até a moral é utilizada para conciliar lucros aparentemente divergentes:

"Se considerarmos o capital gasto na educação da classe trabalhadora como parte da riqueza nacional porque é restituído com grande lucro, pelo aumento no produto do trabalho realizado pelos trabalhadores, o emprego, em fábricas, de crianças, que é prejudicial para a sua escolaridade, não é simplesmente repreensível do ponto de vista moral, mas também do ponto de vista econômico. Assim, novamente, a aparentemente lucros divergentes são reconciliados" (96).

Entre as demais questões estão aquelas referentes às construções no "Estado Isolado", a produção de madeira, os impostos, as diferenças de produção ano a ano, etc., e uma última, de grande importância, e que já comentamos na parte referente a matriz teórica de Thünen:

"Os fenômenos que observamos em torno de nós, são transições para um estado ainda não conseguido e distante. No "Estado Isolado", contudo, nós nos concentramos na última condição, o objeto realizado. Uma vez que este objetivo foi atingido, o estado estável se estabelece e não há mais mudança, e então deveremos encontrar a regularidade e a ordem onde no período de transição parecia um caos ininteligível "(97).

A a-historicidade da obra de Thünen está explícita. Thünen demonstra sua postura, sua visão da realidade (transição) e a procura, através do "Estado Isolado", da harmonia e da regularidade, ou seja, procura o Estado estável.

Demonstra uma visão digna dos mais ilustres idealistas. Não percebeu, porque não podia, que a fonte do movimento está na contradição e que a transformação de um modo de produção em outro é um produto histórico, fruto de um processo histórico que independe da "vontade dos homens", dependendo das relações de produção, do modo de produção dominante numa dada formação social.

Thünen ideologicamente comprometido com a ideologia dominante procura justificar os conflitos de um período de transição de um modo dominante a outro, através de uma visão kantiana da realidade. Procura deixar a impressão de um "paraíso" do modo de produção que deve passar a ser dominante, no caso o capitalista. Estas colocações de Thünen são partes do arsenal ideológico da burguesia para tentar manter sob controle os momentos de conflito historicamente datados.

Depois dessas colocações, voltamos a parte referente a "Extensão da suposição da racionalidade absoluta para todas as condições do "Estado Isolado". Aí estão as premissas básicas que Thünen estabelece para o ponto fundamental da Parte Dois, que é o "salário natural".

Neste sentido, Thünen afirma:

"Ao construirmos o "Estado Isolado", nós tomamos um estado real (Tellow) e imaginamo-lo a uma distância progressivamente maior da cidade (o mercado) e tentamos responder a esta questão: como, com a crescente distância da cidade, mudará o sistema de cultura neste estado particular? A administração absolutamente racional da fazenda era um pré-requisito.

Deste modo, todas as condições deste estado foram transferidas para o "Estado Isolado". O "Estado Isolado" foi fundado sobre relações reais obtidas neste lugar particular (Tellow) entre a taxa de salário e a taxa de juros, em estradas que existiam em Mecklemburgo, no tamanho das fazendas locais e em muitas outras condições deste distrito.

Deixe-nos agora, estender a suposição de condições absolutamente racionais para todo o "Estado Isolado". Segue-se que nós temos que perguntar se este salário particular e sua relação com a taxa de juros é natural; se é racional manter estradas nestas condições; se fazendas destes tamanhos particulares produzem renda da terra mais alta, etc." (98).

Em primeiro lugar, para discutir esta questão tão importante, devemos retornar a parte de nosso trabalho referente aos Instrumentos de Trabalho de Thünen, quando discutimos o conceito de racionalidade por ele empregado. Naquele momento, afirmamos que o conceito de racionalidade usado por Thünen tem por objetivo a maximização dos lucros à custa da minimização dos custos, que ele só é possível numa sociedade harmoniosa, onde o trabalhador recebe a parte que a natureza lhe destinou. Mas, sabemos que a racionalidade no modo de produção capitalista, só é possível com um aumento da exploração pela burguesia da taxa de mais-valia. Sabemos também, que este conceito ocupa um lugar importante no arsenal ideológico capitalista, pois pode garantir à eficácia do modo de produção, possibilitando às classes dominantes, no caso a burguesia, uma base econômica crescente.

Sem embargo, para que não parem dúvidas sobre a postura de Thünen diante de tal conceito, citamo-la:

"A administração racional de uma fazenda implica em aumentar ao máximo a renda da terra" (99).

Citamos, também, seu editor para a língua inglesa, Hall, P.:

"Thünen usa o termo - racionalidade - no sentido dos economistas clássicos ingleses: uma empresa é conduzida de forma racional quando o empresário busca o lucro máximo e quando ele possui todo conhecimento necessário para este fim" (100).

Em segundo lugar, dado estes pressupostos fica a questão fundamental da Parte Dois:

“... este salário particular e sua relação com a taxa de juros são naturais?” (101).

Em cima destes pressupostos Thünen passa a elucubrar a montagem da fórmula "mágica" do "salário natural", de modo a encontrar a parte que a natureza destinou ao trabalhador.

Torna-se importante saber como isso foi possível para Thünen, e é ele mesmo que nos revela mais pressupostos mentalmente elaborados:

"Seria realmente milagroso se na realidade onde tudo ainda está em processo de desenvolvimento, onde toda mudança não é mais que uma transição para um estágio mais alto, se aqui o racional fosse manifestado em toda sua finalidade última. Mas mesmo se esse milagre tivesse ocorrido, nós ainda teríamos de provar que o estado das coisas é racional, e mostrar porque isto é assim" (102).

Mais uma vez um pressuposto importante nos é apresentado: a visão da realidade de Thünen. Para ele a realidade é vista como se estivéssemos num período de transição para uma perfeição final. Ou seja, haveria na sociedade capitalista a subsunção harmônica do homem ao capital e este se tornaria o substituto do espírito universal hegeliano que passa a ser para Thünen, Deus. (Capital igual a Deus) (103)

Nesta parte, Thünen continua revelando-nos sua capacidade incontestada de fazer perguntas aparentemente importantes, mas que encontra quase sempre respostas vulgares.

Assim, mentalmente instrumentalizado, Thünen parte para trabalhar a questão mais importante da parte Dois de sua obra, o salário natural, e para tal começa apresentando sua preocupação básica:

"Para obter uma solução completa para nosso problema, nós devemos sujeitar ao escrutínio e crítica tudo o que é pego da realidade; nós precisamos descobrir leis escondidas, e onde nós tivermos sucesso, transferir estas leis para o "Estado Isolado", e não o fenômeno que aparece no mundo real. Isto, contudo, aumenta a prospecção de inumeráveis problemas, os quais, junto aos já mencionados, os seguintes parecem ser os mais proeminentes" (104).

Dentre os inumeráveis problemas que Thünen enfrentou, está aquele relativo ao salário:

"Qual é o salário que a Natureza determinou para o trabalhador e o que governa a taxa de juro?" (105).

Thünen, neste momento, passa a trabalhar com o conceito de capital como sendo produto de trabalho acumulado e trabalho e capital são as mesmas coisas, diferindo apenas no tempo como presente e passado. Dessa forma faz uma nova pergunta:

"Entre os dois (capital e trabalho) deve haver alguma relação, qual será?" (106).

Sua resposta é um exemplo de como ideologicamente não se chega à essência dos problemas, para não ter que encaminhar soluções aos mesmos:

"Este problema toca na relação entre as várias classes, na felicidade e bem-estar das numerosas classes de trabalhadores, tanto quanto nas obrigações dos ricos frente a classe trabalhadora; nosso debate, portanto, vai além da primeira concepção do "Estado Isolado". Aqui, onde nós tratamos com o homem em si, o "Estado Isolado" retrocede para o último plano; e se nossa discussão ainda está baseada no conceito do "Estado Isolado", isto acontece porque parece-me que o problema terá solução – se tiver – somente com a ajuda da aproximação e das suposições que formam a base desta hipótese" (107).

A partir de então, Thünen passa a desenvolver o seu conceito do salário natural, buscando responder a uma série de perguntas que, segundo ele, não pareciam resolvidas pelos economistas de então, pois estavam mais preocupados em descrever as coisas como elas eram, ao invés de questionar se este era o estado natural das coisas. Entre as questões mais importantes estão:

"O atual baixo nível dos salários é natural, ou surge por uma exploração que o trabalhador não pode impedir?"

Qual é de fato a parte natural do produto que o trabalhador deveria receber?" (108).

Com a finalidade de responder a estas questões, cujas pressuposições são parte do corpo ideológico burguês, mesclado por traços nitidamente fisiocratas (portanto, contextualizado historicamente) é que Thünen começa sua pesquisa, tomando como referencial a fronteira do "Estado Isolado". Nesta área, a renda da terra é igual a zero e segundo Thünen, qualquer tentativa de estabelecer os salários tornaria a renda da terra negativa, o que forçaria uma contração da área cultivada. Os trabalhadores da parte que deixou de ser cultivada dirigir-se-iam para a área contraída, provocando um abaixamento geral do salário de todos os trabalhadores, o que equivaleria a um nível salarial inferior aos níveis já considerados baixos.

É evidente nesta parte da obra de Thünen, que ele lançava mão dos trabalhadores como instrumento de pressão contra os próprios trabalhadores. E também, que o conceito de exército industrial de reserva já era utilizado nas suposições Thunianas. A questão fundamental era desviar a contradição fundamental patrão X operário, para uma aparente contradição entre os próprios operários.

Em seguida, Thünen passa a estudar a natureza do capital e sua suposição básica continua mantendo-se: todo

capital e trabalho passado estocado é com o objetivo de estudar a origem do capital, transfere o "Estado Isolado" momentaneamente para os trópicos, visando demonstrar como o homem forçado a criar capital fá-lo-á.

É evidente que Thünen não conseguiu chegar à essência da questão, mas pouco mais tarde, Marx, K., nos deu o ponto central para elucidar tal questão:

"A circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem condições históricas que dão origem ao capital" (109).

É preciso ir mais longe, pois com tal "robinsonada", Thünen não podia, em hipótese alguma, chegar à essência da acumulação do capital, ou melhor, chegar a compreender a chamada acumulação primitiva do capital, onde a dimensão histórica é realmente atingida. E é Marx, K., que nos revela tais questões:

"Vimos como o dinheiro se transforma em capital, como se produz mais-valia com capital e mais capital com mais-valia. Mas a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta a existência de grande quantidade de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Todo esse movimento tem assim a aparência de um círculo vicioso do qual só poderemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, anterior a acumulação capitalista, uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é o seu ponto de partida" (110).

Ou seja:

"A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista" (111).

A seguir, Thünen traça outra premissa: referente a existência de dois grupos de trabalhadores que operam nas

novas fazendas, uns limpando a terra, outros, plantando, tudo isso na fronteira do "Estado Isolado". Assim, passa-se a ter duas fazendas que deverão produzir capitalistamente. Para Thünen isto só é possível, se o grupo de trabalhadores da primeira fazenda, a que planta, cede seu salário-excedente para o outro grupo de trabalhadores da fazenda que está produzindo capitalistamente além da margem do "Estado Isolado".

Isto torna possível no "Estado Isolado" a determinação dos salários, não pela subsistência socialmente necessária para a reposição da força de trabalho e reprodução da classe trabalhadora, mas sim pela média geométrica entre o produto líquido e o nível de subsistência necessária, que Thünen expressa pela famosa fórmula $\sqrt{ap} = s$ onde a representa as necessidades e p o produto líquido.

Dessa forma, Thünen afirma "categoricamente":

"O salário natural é

o salário que corresponde a organização dos homens e do mundo físico" (112).

Como esta taxa de salário está contida por inteiro no "Estado" ela é derivada do espaço marginal do "Estado", onde um grupo de trabalhadores associados livremente estão envolvidos numa produção capitalista além da margem.

Dempsey, W.B., conclui desse raciocínio de Thünen quanto ao salário natural, que:

"Somente o custo do trabalho na nova propriedade e o produto do trabalho é ele mesmo o índice para os salários" (113).

Barnbrock, J., completa, numa síntese, usando inclusive o próprio Dempsey, W.B.:

"O rendimento que a propriedade proporciona depois de sua conclusão vai exclusivamente para o grupo dos trabalhadores "produtores de capital" e este rendimento é produto do seu trabalho. Assim, esses trabalhadores têm que ser capitalistas e podem empregar outros trabalhadores. O salário dos trabalhadores empregados "deve ser assim alto, o qual proporcionaria aos trabalhadores um excedente, cujo juro tornar-se-ia igual ao rendimento do capital produzido pelos trabalhadores". Caso contrário, esses trabalhadores também mudariam para a produção capitalista e isto será o caso somente se a taxa de salário for $\sqrt{ap}:s$. Aqui na margem, onde a renda da terra não é introduzida como um fator de distúrbio nas relações naturais entre capitalistas e trabalhadores, a relação entre salário e a taxa de juros pode ser determinada. Assim os laços harmoniosos entre capitalistas e trabalhadores podem ser estabelecidos" (114).

Thünen, neste particular, atinge o ápice de suas pretensões: a sociedade harmônica, regida pela subsunção consequentemente harmônica do homem ao capital, na idealização do "Estado Isolado". Mas não podemos esquecer que a fonte do movimento está na contradição e que a essência da contradição principal é a luta de classes e, portanto, é a História, a história das lutas de classes. Entretanto, o "Estado Isolado" de Thünen não passa de uma manifestação da razão pura, subjetiva e a-histórica.

Podemos acrescentar a estas colocações sobre o salário natural, porque não germe da "Teoria da produtividade marginal", as citações de Thünen muito bem condensadas por Roll, E.:

"O aumento de trabalhadores deve continuar até o limite em que o rendimento adicional obtido do último trabalhador empregado iguale em valor o salário que recebe. O valor do trabalho do último trabalhador empregado é também o seu valor. E o salário que este último trabalhador recebe estabelece a norma para todos os trabalhadores que tenham a mesma destreza e habilidade. Já que é impossível pagar salários diferentes pelos mesmos ramos. O mesmo se pode dizer do capital que define como produto acumulado do trabalho. Seu

rendimento está determinado pela produtividade da última parcela de capital empregado e todo capital obtido por empréstimo pagar-se-á a essa taxa uniforme" (115).

Para finalizar nossas colocações sobre a Segunda Parte do "Estado Isolado" devemos lembrar, como faz Barnbrock, J., que se compararmos as posturas de Thünen e as de Marx, veremos fatalmente a inconsistência das teses de Thünen, ao mesmo tempo que poderemos identificar mais uma variante burguesa da sua "teoria": a defesa da propriedade privada. Esta posição está implícita nas posturas de Thünen diante da relação entre renda da terra, propriedade da terra e a produção capitalista de mercadorias. A citação é de Barnbrock, J.:

"A existência de terras de diferentes produtividades, ou condições que dão para aumentar a renda diferencial, são independentes da existência da propriedade privada. Entretanto, a transformação do lucro suplementar em renda pressupõe a existência da propriedade privada. A explicação da renda baseada em um conceito zero na margem é uma pré-condição para a divisão natural do produto líquido entre trabalhadores e capitalistas sob a condição da propriedade privada. Todas as explicações que requerem o cultivo da terra sob condição de renda igual a zero estão baseadas, como Marx indicou, na "abolição de fato da propriedade da terra, uma abolição que somente pode realizar-se sob circunstâncias muito específicas, as quais são dadas devido ao poder de monopólio sobre a propriedade da terra, ocorrendo daí a possibilidade de existência de uma renda absoluta na margem (a qual se introduz no preço das mercadorias como uma taxa indireta), então a questão tem que ser colocada sob estas condições: é possível a divisão natural e harmoniosa do produto entre capitalista e trabalhadores?" (116).

Calcado nestas afirmações de Barnbrock, J., podemos verificar que a renda diferencial, oriunda da distância no "Estado Isolado", só é possível através da suposição da homogeneidade da terra, e quando tal suposição é relaxada (tornando

possível a introdução de terras com diferentes fertilidades) podemos chegar à conclusão de que a terra marginal não produz necessariamente uma renda igual à zero. Basta para tal, que retomemos as colocações que fizemos quando da parte dois de nosso trabalho. Concluindo o raciocínio, Barnbrock, J., afirma categoricamente:

"Os salários não podem ser determinados na margem do "Estado Isolado" (117).

Temos que ter claro que a terra no "Estado Isolado" é concebida para ser apropriada como propriedade privada e o Estado como estando numa reprodução estável, o que permitiria um equilíbrio na expansão espacial ajudado pela relação entre taxa de juros e de salários. Se existe também uma renda diferencial na margem ou ainda se o poder de monopólio da propriedade privada permite a realização de uma renda absoluta ou de monopólio, então, Barnbrock, J., é mais categórico:

"... o conceito de salário natural tem que ser colocado em questão" (118)

Nós que coadjuvamos com Barnbrock, J., vamos um pouco mais além: o "edifício" mentalmente elaborado, redundaria no que ele realmente é, um "*ideal construct*", produto de uma contra ideologia idealista, que por todos os meios tentou e tenta se opor a uma compreensão materialista da realidade.

E mais, diante das colocações anteriores, teríamos que:

"Os capitalistas baseariam, como o fazem na realidade, seus cálculos do salário, ao nível da subsistência necessária, e o laço harmônico entre a propriedade da terra capitalista e o poder do trabalhador seria destruído" (119).

Todas essas implicações são mascaradas porque o "Estado Isolado" é um tipo ideal, conseqüentemente os

pressupostos do modelo impedem a compreensão e o estudo das diferentes formas de renda. O "Estado Isolado" não pode ser identificado como o "paraíso da humanidade" pois:

"O "Estado Isolado" como um produto do conhecimento obtido através da abstração não pode realisticamente ser justificado como uma condição absoluta de existência. Dessa maneira, a redução de todas as atividades humanas a um único princípio básico de ação tem que ser refutada. "De fato, o domínio da liberdade realmente, começa onde o trabalho ... termina, então na verdadeira natureza das coisas, ela situa-se além da esfera da produção material real ... mas (trabalho) no entanto, ainda permanece um domínio da necessidade". (Marx, K.). Então, as necessidades ditam a forma do trabalho no mundo real e sua relação a objetos, processos e sistemas sociais. As inter-relações reais não podem simplesmente ser encaradas como projeção da consciência ou como uma expressão de um princípio abstrato imaterial, que é independente da consciência do homem. Antes, elas devem ser encaradas como uma necessidade objetiva ou resultante de uma forma especial de interdependência entre o objeto, os processos e sistemas sociais do mundo material e os atos de cognição da parte do sujeito pensante. A idealização da liberdade como realização da razão pura encobre nosso conhecimento da realidade. Inverter a percepção do mundo material desta maneira serve como um artifício ideológico." (120)

Aqui chegamos ao ponto mais importante e porque não conclusivo sobre a obra de Thünen, ao mesmo tempo que abrimos a próxima parte de nosso trabalho: as implicações ideológicas (que temos apontado sempre que possível) da obra de Thünen, frente a ideologia burguesa do modo de produção capitalista e porque não da implicação tal e qual dos "atuais" seguidores, conscientes ou não, de Thünen. E utilizamos aqui uma magnífica citação de Barnbrock, J., para fechar esta parte do trabalho sobre esta questão, que reputamos, de fundamental importância àqueles que procuram, através da investigação, a real compreensão da obra de Thünen:

"Esta nova forma de ideologia que não tem que ser legitimada pela autoridade dogmática de instituições culturais (tais como o Estado e a Igreja) é mais perigosa e persuasiva que a antiga. Esta legitimação, uma vez estabelecida dentro das relações de produção, torna-se, a partir de então, a justificativa para um sistema político construído a imagem de uma sociedade harmônica e dessa forma, o papel da ciência e da tecnologia na sociedade burguesa é também dominação e dependência, mas resultam da organização da produção dentro da sociedade burguesa" (121).

Notas e Bibliografia

- 1 - Waibel, L. - "Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil", IBGE, Rio de Janeiro, 1958, págs. 69-98.
- 2 - Dempsey, B.W. - "The Frontier Wage", Loyola University Press, Chicago, 1960.
- 3 - Von Thünen, J.H. - "Von Thünen's Isolated State", tradução inglesa do "Dier Isolierte Staat", Pergamon Press, Londres, 1966, pág. 9.
- 4 - Von Thünen, J.H. - obra citada anteriormente, págs. 10-11.
- 5 - Von Thünen, J.H. - obra citada, págs. 9.
- 6 - Seabra, M. - "Vargem Grande: organização e transformação de um setor do cinturão-verde paulistano", IG-USP, São Paulo, 1971.
- 7 - Harnecker, M. - "Los conceptos Elementales del materialismo historico", Ed. Siglo XXI, Buenos Aires, Argentina.
- 8 - Sobre esta questão o trabalho de Francisco Sá Jr.: "O Desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência", publicado pelo CEBRAP in "Seleções CEBRAP 1", São Paulo, 1975, nas páginas 129-130, apresenta a seguinte colocação (que nos incorporamos na totalidade), sobre o vínculo entre o minifúndio e o sistema capitalista:

"A expansão dos minifúndios, com suas atividades de subsistência, não assume, apesar da aparência, um caráter pré-capitalista, nem indica um regresso parcial ao pré-capitalismo. Somente a forma das relações internas de produção do minifúndio não é capitalística; seu conteúdo é plenamente capitalista, revelando a flexibilidade que possui o sistema para adaptarem-se as diversas situações".
- 9 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 10.
- 10 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 12.
- 11 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 31.
- 12 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 32.
- 13 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 32.
- 14 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 33.
- 15 - Waibel, L. - obra citada, págs. 73.
- 16 - Hall, P. - "Von Thünen's Isolated State", Introdução, Pergamon Press, Londres, 1966, pag. XXIX.
- 17 - Hall, P. - obra citada anteriormente, pág. XXX.
- 18 - Alter, L.B. - "História das doutrinas econômicas", Zahar Editores, Rio Janeiro, 1967, págs. 357-358.
- 19 - Clark, J.B. - "A Distribuição da riqueza - a teoria dos salários - Juros e lucros", Nova York, 1908, pág. 163, citado por Alter, L.B., obra anteriormente citada, pág. 358.
- 20 - Alter, L. B. - obra citada anteriormente, pág. 358.
- 21 - Alter, L. B. - obra citada, págs. 358-359.
- 22 - Alter, L. B. - obra citada, pág. 359.
- 23 - Bujarin, N. - "La Economia Política del rentista (critica de la economia marginalista)", Cuadernos de Pasado y Presente, n. 57, Córdoba, Argentina, 1974, pág. 153.

- 24 – Hall, P. – obra citada, pág. XXIV.
- 25 – Waibel, L. – obra citada, pág. 73.
- 26 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 106.
- 27 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 106.
- 28 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 114.
- 29 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 137.
- 30 - Waibel, L. – obra citada, pág. 101.
- 31 - Von Thünen, J.H. in Waibel, L. - obra citada - pág. 72.
- 32 - Waibel, L. – obra citada, pág. 101.
- 33 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 142.
- 34 – Waibel, L. – obra citada, pág. 102.
- 324
- 35 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 143.
- 36 - Waibel, L. – obra citada, pág. 102.
- 37 - Waibel, L. – obra citada, pág. 102.
- 38 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 144.
- 39 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pág. 146.
- 40 - Roll, E. - "História das doutrinas econômicas", 2a. edição, Editora Nacional. São Paulo, 1962, págs. 328-329.
- 41 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 146.
- 42 - Waibel, L. – obra citada, pág. 102.
- 43 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 149.
- 44 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 157.
- 45 - Waibel, L. - obra citada, pág. 102 e Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 157.
- 46 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 171.
- 47 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 175.
- 48 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 193-194.
- 49 - Waibel, L. - obra citada, pág. 73.
- 50 – Hall, P. – obra citada, pág. XXIV.
- 51 - Hall, P. – obra citada, pág. XXX.
- 52 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. XXX e XXXI.
- 53 – Hall, P. – obra citada, pág. XXXVIII.
- 54 - Petersen, A. - e o autor utilizado por Hall, P. para escrever a Parte III de sua Introdução: "Guia para a estrutura do "Estado Isolado", e que escreveu: "Thünen's Isolierte Staat": Die Landwirtschaft als glied der volkswirtschaft (Berlim, 1944) Esta afirmação está na página XX da tradução inglesa da obra de Thünen.
- 55 - Hall, P. – obra citada, pág. XXXVIII
- 56 - Emker, I. - "Crítica a teoria locacional", in Antípode, vol. 7, n. 1, fevereiro de 1975, Baltimore, USA, pág. 71.
- 57 – Emker, I. – obra citada anteriormente, pág. 71.
- 58 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 198-199.

- 59 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 201.
- 60 - Von Thünen, J.H. - obra citada, pag. 208.
- 61 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 214.
- 62 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 215.
- 63 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 216.
- 64 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 216.
- 65 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 215-216.
- 66 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 216.
- 67 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 216.
- 68 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 216-217.
- 69 - Peet, J.R. - "A expansão espacial da agricultura comercial no século XIX: uma interpretação de Von Thünen", in *Economic Geography*, vol. 45, n. 4, outubro de 1969, pág. 287.
- 70 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 217.
- 71 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 217.
- 72 - Hall, P. - obra citada, pág. XXXIX.
- 73 - Waibel, L. - obra citada, pág. 72.
- 74 - Hall, P. - obra citada, pág. XXXIX e XL.
- 75 - Waibel, L. - obra citada, pág. 71.
- 76 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 242.
- 77 - A frase por nos mencionada é a seguinte: "... "náufragos", "míopes", "viajantes", "famintos", perdidos em uma ilha deserta ou outros abortos deste tipo surgido da imaginação de um professor". (Bujarin, N. - obra citada, pág. 57).
- 78 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 242.
- 79 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 284-285.
- 80 - Hall, P. - obra citada, pág. 285.
- 81 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 286.
- 82 - Cardoso, F.R. - "A cidade e a política", in *Cadernos CEBRAP*, n. 7, pág. 30.
- 83 - Cardoso, F. H. - obra anteriormente citada, pág. 29-30.
- 84 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 287.
- 85 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 290-291.
- 86 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 240.
- 87 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 274.
- 88 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 274.
- 89 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 276.
- 90 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 276.
- 91 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 276.
- 92 - Marx, K., - "Revolução e Contra Revolução", Ed. M. Rodrigues Xavier, Portugal, 1971, pág. 76.
- 93 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 241.
- 94 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pag. 276.

- 95 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 243.
- 96 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 273.
- 97 - Von Thünen, J.R. - obra citada, págs. 245-246.
- 98 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 239.
- 99 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 244.
- 100 - Hall, P. - obra citada, pág. 8.
- 101 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 239.
- 102 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 239.
- 103 - Barnbrock, J. - "Prolegômenos para um debate metodológico sobre a teoria locacional: o caso de Von Thünen", in *Antípode*, vol. 6, n. 3, dezembro, 1974, pág. 61.
- 104 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 239.
- 105 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 239.
- 106 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 240.
- 107 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 240.
- 108 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 248.
- 109 - Marx, K. - "O Capital" (Crítica da Economia Política), livro Primeiro, volume I, Ed. Civilização Brasileira, 2a. edição, Rio de Janeiro, 1971, pág. 165.
- 110 - Marx K. - obra citada anteriormente, volume II, pág. 830.
- 111 - Marx, K. - obra citada, volume II, pág. 830.
- 112 - Von Thünen, J.R. - obra citada, pág. 252.
- 113 - Dempsey, W. B. - obra citada, pág. 282.
- 114 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 63.
- 115 - Roll, E. - obra citada, pág. 327.
- 116 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 63.
- 117 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 63.
- 118 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 63.
- 119 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 63.
- 120 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 63-64.
- 121 - Barnbrock, J. - obra citada, pág. 64.

Me oculto no teu ventre

TERRA

Me encontro, homem no teu grito

TERRA

E **TERRA**

C

O

E trago no meu grito o fato

TERRA

Aquele que não tem

TERRA

TERRA

Aqueles que pretendem

ter

ter

ra

Não morrerão sem

TERRA

Martelo,

O ferro funde o ferro:

Forja,

Assim como ...

Trabalho,

e amo,

aro a terra.

Custo a acreditar.

Na posse da tua terra

semeando/plantando

Não podes trabalhar

Malditainjustaes (ta) trutura.

Mas sei

mas sei

e saberei

Do rei são amigos três

o que tem e não faz

o que faz porque tem

o que tem e quer mais.

O primeiro

grileiro

tem domínios feudais

O segundo

grileiro

tem incentivos fiscais

O terceiro

grileiro

Tem favores oficiais

Ave Maria, rogai por nós.

Ave, Ave, Avestruz.

Trabalhador perseguido

pela doença abatido

tem três favores reais:

trabalho escravo ao grileiro,

miséria pro seu terreiro

e terra pra nunca mais.

TERRA

(Eugênio Alberto Lyra Silva)

PARTE IV - A "ATUALIDADE" DA "TEORIA" DE VON THUNEN NA GEOGRAFIA

Parte 4 A Atualidade da Teoria de Von Thünen na Geografia

Como já afirmamos, o trabalho de Thünen se faz presente, praticamente, em todas as obras de economistas que procuram rastrear a história, e/ou, a evolução do pensamento ou das doutrinas econômicas. Muitos autores, no seio da economia, rendem tributo a Thünen (Marshall, A. por exemplo), colocando-o na condição de grande mestre. Seus princípios vêm sendo situados, como verdadeiros marcos no seio do conhecimento. Há mesmo quem se arrisque a afirmar que o "salário natural" de Thünen seja:

“Um elo – geralmente esquecido entre Ricardo e Marx” (1).

E há também, quem afirme ser a obra de Thünen um manancial, de onde, uma vez desaparecidos todos os

trabalhos de economia, brotariam novamente todos os conceitos necessários à sua reconstrução (2).

Conseguimos entender, claramente, no seio da economia, toda essa tradição no estudo de Thünen. A bibliografia que consultamos foi rica neste particular. Sabemos à nível teórico, que a preocupação sempre presente nas obras de economistas do século XX, para com os princípios "teóricos" de Thünen, estão na sua posição de precursor da escola neoclássica de economia. Princípios como da "produtividade marginal", constituem uma espécie de motor dessa escola e de suas variantes.

Podemos compreender, através de Alter, L.B., o porquê de tal fato:

"A teoria da utilidade marginal é utilizada também como apologia dos preços de monopólio, uma vez que à base dela formula-se a "lei da determinação dos preços" pelos "custos marginais de produção". "O princípio básico do controle dos preços e da produção" por meio dos custos de produção", escreve um autor contemporâneo, "consiste em que cada empresa, ao estabelecer, seja o preço, seja o volume de produção segundo o custo de reprodução, deve elevá-lo ou reduzi-lo até que o preço se torne igual ao custo marginal de produção".

"Os preços de monopólio das empresas do capitalismo monopolista estabelecidos à base do custo marginal (mais alto) de produção. Isto, entretanto, de modo algum significa que tais preços correspondam ao valor das mercadorias, pois o dispêndio de trabalho socialmente necessário é regulado, na indústria, não segundo as piores condições, mas, segundo as condições de produção mais difundidas no período dado. O estabelecimento dos preços de monopólio à base dos custos marginais de produção, ou seja, de níveis mais altos, representa uma redistribuição da massa global de mais-valia em benefício dos monopólios, à custa das pequenas e médias empresas não-monopolistas, bem como a apropriação pelos monopólios, não apenas do trabalho excedente, mas também de parte do trabalho necessário, por meio de pilhagem dos operários enquanto consumidores. A teoria da produtividade marginal com sua conclusão sobre a regulação dos preços segundo os custos

marginais é um dos métodos de justificação dos preços de monopólio e de exploração da sociedade pelos monopólios capitalistas". (3) (Sem grifo no original).

Podemos também, ainda baseados em Alter, L. B., saber que:

"A teoria da produtividade marginal serve também como justificativa para a coação sobre o nível de vida dos trabalhadores e a redução de seu salário. A tese básica dessa teoria - da igualdade entre o salário e o produto marginal do trabalho - é amplamente utilizada pelos monopólios quando levantam a exigência de redução dos salários ou se contrapõem à sua elevação. Isto se relaciona diretamente com a concepção Keynesiana, segundo a qual, a estabilidade econômica e o pleno emprego são possíveis apenas quando se observa o princípio de igualdade entre o salário e o produto marginal, e se o salário supera esse nível tornam-se inevitáveis o desemprego e a violação do equilíbrio econômico. "A primeira coisa que Keynes reconheceu como justa é a teoria da produtividade marginal com relação ao salário: "o salário é igual ao produto marginal". Daí a conclusão: o crescimento da ocupação relaciona-se, em condições de equilíbrio, com a redução do salário real". Daí se segue um dos principais princípios da regulação econômica segundo a receita Keynesiana: para a redução do desemprego e a conquista do "pleno emprego" é preciso reduzir o salário até ao nível do produto marginal do trabalho" (4)

Concluindo estas breves colocações, a respeito do caráter apologético da teoria da produtividade marginal, Alter L. B. afirma:

"A mais recente maneira de tratar a teoria da produtividade marginal não se limita, porém, à exigência de igualdade entre o salário e o produto marginal do trabalho, mas vai além e fundamenta a necessidade, no interesse do "equilíbrio econômico", de comprimir o salário a um nível inferior ao produto marginal ..." (5) ... Em conjunto, a teoria da utilidade marginal e da produtividade marginal é uma teoria apologética burguesa. Ela justifica o regime capitalista, a exploração do homem pelo homem, a dominação dos monopólios. Ao mesmo

tempo, fundamenta a política de compressão do nível de vida dos trabalhadores, a política dos preços dos monopólios, a regulação dos preços em benefício do fortalecimento da dominação dos monopólios capitalistas. A crítica científica a essa teoria é uma tarefa das mais importantes da luta contra as ideologias e políticas da burguesia". (6)

Sabemos que este "desenvolvimento" da produtividade marginal, nos chamados neoclássicos, está totalmente contextualizado historicamente com o desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua etapa monopolista, que exige uma "produção científica" para validar as ideologias burguesas que dão sustentação ao seu desenvolvimento (do modo de produção).

A questão que nos propomos a discutir é: esta conexão presente na economia se faz presente também na Geografia?

A resposta é: sim. Pois todo movimento que procurou, nas últimas décadas, dar um cunho teórico à Geografia, faz parte do desenvolvimento do "cientificismo" que, como ideologia dominante, se faz presente em todos os momentos dos muitos aspectos da atividade humana.

É com o desenvolvimento da teoria locacional que esta conexão, no mais profundo do seu particular, e no mais amplo espectro do geral, (da Geografia como um todo), se faz presente. São as obras de autores (que citaremos em seguida) uma clara demonstração desta afirmativa: Weber, A.; Christaller, W.; Lösch, A.; Ponsard, C.; Guigou, J.L.; Dunn, E.S.; Chisholm, M.; Alonso, W.; Haggett, P.; Harvey, D.; Isard, W.; Sinclair, R.; Chorley, R.J.; Peet J.R.; Grotewold, A.; Henshall, J.D.; Found, W.C.; LLoyd, P.E. & Dicken, P.; Muller, P.D.; e muitos outros, já citados, praticamente, por todos estes autores (7).

Não é nosso objetivo um comentário acerca da presença dos pressupostos thunianos nas obras de todos esses autores, mas enfocaremos o elo que se faz presente em todos: a teoria locacional. Sobre esta teoria Peet, D. afirma sinteticamente:

"... Raciocina-se principalmente com inputs de distância; tenta-se minimizar os custos de distância e maximizar o lucro "(8)

Como se pode verificar a partir da citação acima, o desenvolvimento e aplicação da teoria locacional é plenamente compatível com o modo de produção capitalista. Sobre esta questão Enker, I. afirma:

"A teoria locacional é uma extensão do método de análise capitalista ... Por exemplo, a qualidade de certas localizações em relação a outras pode levar à situações monopolísticas. Também há o problema das informações que são também monopolizadas" (9).

Assim sendo, ela contém o "germe" das relações de produção capitalista, a usurpação da mais-valia dos trabalhadores pela burguesia:

"Supõe-se que este seja o sistema ótimo que podemos confiar aspirar, mas a maximização do lucro leva o fluxo dos rendimentos para a classe superior, e aumentando, portanto, a desigualdade social. Assim, um sistema espacial ótimo não pode existir sem desigualdade social. Entretanto, nós, como teóricos locacionais, estamos aumentando a desigualdade social pela chamada eficiência espacial ótima". (10).

Dessa forma, resta-nos verificar como foi possível o desenvolvimento desta teoria na Geografia em particular, pois uma autocrítica como a de Peet, D., presente na citação acima, mostra claramente o caráter ideológico da teoria locacional e sua identificação com a ideologia do modo de produção capitalista.

Segundo Barnbrock, J., sabemos que a escola histórica alemã se constitui em uma reação aos economistas clássicos ingleses. O posterior desenvolvimento da teoria locacional, sempre esteve presente e fez parte da ideologia do Reich:

"A teoria locacional é política em macro escala. Nós falamos muito, sobre o espaço econômico e político. Isto foi muito importante no terceiro Reich. Os economistas espaciais justificam a identidade do espaço político com o espaço econômico sendo que o espaço econômico se estende além do espaço político. (11) (SIC)

A compreensão deste fato está no diálogo entre Blaut, Barnbrock e Walker, onde encontramos os elementos que nos permitem entender o porquê do desenvolvimento da teoria locacional na Alemanha e sua vinculação inevitável com a ideologia do Terceiro Reich:

"O conceito aristotélico do espaço é aquele onde nós só conhecemos o espaço dentro de seus limites. Podemos comparar isto com a Alemanha do século XIX, a qual tinha somente o domínio de um espaço limitado e não podia expandir-se. Não teria isto conduzido os teóricos alemães para a adoção dos modelos formais sobre o espaço?" (12)

"O sonho expansionista existiu, (a Alemanha tinha colônia), mas era muito tarde para isto ter algum significado. Com a industrialização no final do século XIX é que a Alemanha realizou a unificação do seu espaço político". (13)

"O que sabemos depois é que, coisas semelhantes, tais como a necessidade de voltar-se para o interior, necessidade do desenvolvimento econômico, integração política, e expansão geográfica, criaram uma demanda para a teoria locacional". (14)

Segundo Harvey D. J sabemos que o significado político da teoria locacional ter ampla popularidade na Geografia produzida na Inglaterra, é resultado da contextualização dos geógrafos na sociedade inglesa. Sobre isto, ele afirma:

"O papel dos geógrafos britânicos, anterior a 1945, foi o de dirigir um império. O pós-guerra viu a profissionalização da Geografia. Agora, a Geografia subsiste em função da demanda imposta a ela pelas universidades, com o objetivo de adquirir identidade profissional e para justificar a si própria como relevante às necessidades das classes dominantes da sociedade. Geografia como planejamento tornou-se uma arma da burocracia" (18).

Peet, D., também nos lembra que está apenas na justificativa da participação dos geógrafos no planejamento, o seu engajamento com a ideologia burguesa, pois:

"A teoria locacional também ajuda os empresários privados na localização de depósitos (armazéns) e na análise do comércio varejista" (16).

Segundo Emker, I., sabemos que na Suécia o desenvolvimento da teoria locacional também sempre esteve estribado na ideologia do modo de produção capitalista:

"Na Suécia, a teoria locacional primeiro enfocou a localização de depósitos (armazéns) para depois vir a ser uma arma da burocracia" (17).

Segundo Peet, D.; Lyons, J.; Harvey, D.; Blaut, J.; e Feldman, S., nos Estados Unidos o desenvolvimento da teoria locacional deveu-se também à contextualização histórica e ao próprio desenvolvimento da ideologia da burguesia:

"Na década de 50, a teoria locacional foi reconhecida como uma necessidade a ser comprometida na racionalização do espaço" (18).

"Foi uma tentativa do sistema de fazer frente aos problemas que eram percebidos como crise" (19).

"Em 1937 existiu uma Comissão Nacional de Recursos estudando a urbanização. Eles interessaram-se nitidamente por uma reorganização geográfica racional da economia americana. Depois veio a Guerra e reajustamento e estas questões apareceram outra vez nos anos 50 com Isard e os movimentos de planejamento regionais, da ciência regional. Mas, nós muito

copiamos da origem da teoria locacional dos anos 30". (20) "No censo econômico da terra -elaborado por Preston James, etc., os recursos estão catalogados" (21).

"Qual é a situação de crise, na qual a teoria locacional é uma reação desta? (22).

"É um desdobramento da crise" (23).

"Em 1930 o governo interveio porque a racionalidade do "Laissez-Faire" deixou muito a desejar quanto ao planejamento racional da distribuição da população e da indústria. O Estado precisava de princípios para fundamentar esta intervenção. Isto conduziu a uma pesquisa do processo iniciado em 1930, que depois foi suspenso em parte com a Guerra. Em 1950 nos voltamos para pesquisar os princípios de uma organização racional do espaço ... e é, naturalmente a racionalidade capitalista, na qual se está envolvido" (24).

"O trabalho inicial dos geógrafos do pós-guerra está fundamentado, em parte, através do programa de autoestradas interestaduais. Nós procuramos conhecer os efeitos das autoestradas para descobrir as vantagens da construção de um sistema de autoestradas interestaduais (o trabalho de Berry e Garrison em 1950)". (25)

"Depois da guerra caminhamos para a metodologia da programação linear da estatística de múltiplas variáveis e cibernética social. Estes instrumentos foram adaptados para a teoria locacional" (26). (Sem grifo no original)

É nesse contexto que passamos a ter o desenvolvimento da teoria locacional na Geografia. É assim que, passamos a assistir inicialmente, e participar depois, do movimento que procura encontrar um "status científico" para a Geografia. Mas, o que passou a ser validado "cientificamente" foram situações como as que seguem, por exemplo:

"A análise urbana é usada para racionalizar o uso do espaço. O que nos queremos é tornar a cidade mais eficiente e, portanto, mais produtiva" (27).

"Para Walter Isard, por outro lado, compreender as regiões significa torná-las mais eficientes" (28).

“John Friedmann foi pago por uma organização para defender o desenvolvimento regional "separado" da região da Guyana (na Venezuela) ” (29).

Se podemos compreender, no essencial, o porquê do desenvolvimento da teoria locacional em vários países do hemisfério norte, podemos, também, compreender porque a obra de Thünen passa a ser importante para a própria Geografia e particularmente para a teoria locacional.

Se, ideologicamente, o que é validado cientificamente em Economia são os neoclássicos: se Thünen é um precursor desses neoclássicos, nada mais coerente do que os teóricos da teoria locacional passarem a falar a mesma "linguagem". Importante passava a ser a questão referente ao "status científico", debater internamente suas questões mais profundas, com uma posição estratégica nos currículos escolares, tornando o aparelho ideológico escolar "eficiente", do ponto de vista das questões relativas aos espaços. Agora a questão é servir a nação, "participar do planejamento", quando não "fazer o planejamento". Assim, estava alçado o voo político, o "Estado", o aparelho de estado jurídico político, tinha finalmente os fundamentos científicos "para realizar um dos princípios fundamentais da etapa monopolista do modo de produção capitalista: a intervenção na economia, principalmente para remover os "famosos desequilíbrios regionais".

Alcançado este objetivo supremo, passou-se a buscar "santidade" filosófica à agora "nova ciência" e iniciar um trabalho profundo, visando remover a velha ideologia, (chamada de velhos princípios superados dos livros didáticos e dos currículos de nossas universidades) substituindo-a pela "nova ordem", pela "nova Geografia".

A esse respeito vale a pena fazer um parêntese em nosso raciocínio, pois os que advogam a existência de

uma "nova Geografia" admitem, para tal, a existência de uma velha Geografia. A questão que gostaríamos de propor-lhes para raciocínio é: "o que é a categoria nova? A dialética ensina-nos que, para algo ser novo, é necessário que das contradições internas do "velho", da luta dos contrários aí desencadeada, surja o "novo", na História, sempre em um nível mais alto que o anterior (30). Será que foi realmente isto que aconteceu? Ou será que apenas pintaram com cores novas, a velha ideologia? O que se procura tomar como justificativa para a "crítica" que permite o abandono da "velha", nada mais é do que a "casca" do "velho" edifício que abriga a Geografia. Não seria preferível, para não dizer, mais honesto cientificamente, que se admitissem os reais objetivos dessa "nova Geografia"? Admitindo-se assim que, para essa corrente do pensamento não existe História, ou seja, não existe processo histórico (da sociedade ou do conhecimento); dessa maneira, tanto o conhecimento como a História são refeitos ou, quando muito; apenas evoluem e não se transformam.

Marx tem uma frase onde está o objetivo de uma de suas obras, que muito bem pode ser usada e aplicada neste momento, fechando nosso parêntese:

“O primeiro volume desta obra (A Ideologia Alemã) propõe-se desmascarar estas ovelhas (os jovens Hegelianos) que se julgam a si mesmas e que são tomadas como lobos, mostrando que os seus balidos apenas repetem, numa linguagem filosófica, as representações dos burgueses alemães e que as suas fanfarronadas apenas refletem a pobreza lastimosa da realidade alemã ...” (31).

Assim, chegamos a um tópico importante desta parte do Trabalho: a “teoria de Von Thünen” na Geografia Agrária do Brasil. A História ensina-nos que, aqui, profundas reflexões são necessárias e fundamentais, pois caso contrário teria que equivocadamente, seguir a contribuição de Felizola Diniz, J. A., apresentada sob o tema: “A Renovação da Geografia Agrária no Brasil” (no Simpósio: “A Renovação da Geografia”, quando da realização, no

Rio de Janeiro, em julho de 1973, da XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Na introdução, Felizola Diniz, J.A., ao justificar sua contribuição, afirma que:

“Dentro do processo global de renovação, e em relação a outras análises feitas pela Geografia, o estudo da agricultura evoluiu menos. Definimos este atraso relativo em função de dois fatos: primeiro, o maior número de geógrafos agrários presos a concepções tradicionais, em comparação com o existente em outros campos, como o urbano ou o industrial; segundo, a inexistência, ainda, de um corpo sólido de teoria para explicação dos fenômenos agrários com o consequente pequeno desenvolvimento de técnicas ou de modelos específicos. É possível que essa situação decorra de condições inerentes ao próprio fenômeno:

a) a sua maior complexidade em relação à indústria ou às cidades;

b) o deslocamento do interesse maior da Geografia para o estudo e solução dos problemas urbanos, que exigem grandes esforços dos países mais desenvolvidos onde, exatamente, tem sido mais intensa a criação e testes de modelos;

c) o sentido pouco pragmático, imediatista dos estudos agrários, sobretudo em termos de localização. Enquanto as teorias de localização de indústrias foram desenvolvidas para o encontro de soluções mais racionais, na agricultura, os poucos modelos elaborados têm mais a finalidade de explicar a localização real. A caracterização da agricultura como uma atividade espacialmente difusa e tradicional não estimulava o desenvolvimento de teorias necessárias a uma atividade nitidamente empresarial. E esse caráter dos fenômenos agrários é muito recente! ...

Embora o presente estudo seja voltado essencialmente, para a renovação da Geografia Agrária e sua repercussão no Brasil, não podemos deixar de tratar da Geografia Agrária Tradicional. É muito difícil a conceituação de uma renovação e, mais difícil ainda, é a determinação do ponto inicial de mudança. Se não mostrarmos os princípios fundamentais da agricultura, em confronto com os conceitos mais atuais, o nosso trabalho será praticamente inócuo. Assim, achamos que a caracterização das fases pré-renovadoras torna-se mais útil o presente estudo, que pode servir de guia para os geógrafos iniciantes em

pesquisa agrária que muitas vezes, elaboram trabalhos dentro de concepções ultrapassadas" (32)

Julgamos qualquer comentário, particularmente deste texto, desnecessário, pois é um excelente exemplo do que criticamos pouco antes. Mesmo assim, é importante deixar claro que os objetivos de Felizola Diniz, J.A. são explícitos, quanto ao comprometimento de sua matriz teórica com a ideologia da burguesia capitalista. Deixar claro também, sua visão do que seja a produção intelectual validada como "ciência pura", ou seja, a busca de artifícios, chamados de fundamentação teórica, para garantir o máximo de eficácia do investimento do empresário capitalista. Pretende Felizola, Diniz, J.A. que sua contribuição guie os futuros estudos em Geografia Agrária, chamada agora de "moderna". Seu comprometimento com o aparelho ideológico escolar atinge seu ápice e conseqüentemente, seu objetivo é, antes de mais nada, contribuir para a reprodução qualificada da força de trabalho, tentando garantir assim as próprias relações de produção capitalista dentro do aparelho ideológico de Estado Escolar.

Mas a obra de Felizola Diniz, J. A. não contém apenas, textos "excepcionais" como este. Nós o utilizaremos para começar a discussão referente à "teoria de Von Thünen" e a Geografia Agrária no Brasil. Coerentes com os princípios que norteiam este trabalho, iniciamos pela sua presença na chamada "Renovação da Geografia Agrária no Brasil", em oposição a chamada Geografia Agrária Tradicional surge a Geografia Agrária Moderna.

Segundo o que Felizola Diniz, J.A., apresenta na conclusão do artigo "Renovação da Geografia Agrária no Brasil", os estudos sobre as teorias de localização ocupam o mais alto posto na etapa V, ou seja, a etapa mais evoluída da Geografia Agrária. Particularmente, o "tipo de estudo 15" traz consigo um cruzamento dos "elementos": "teoria da localização" com "abordagem sistêmica", com "métodos quantitativos", que com um resquício de "tipificação"

comporia a "vanguarda" em matéria de avanço teórico dos trabalhos em Geografia Agrária (33).

Para exemplificar a "produção científica" desta corrente, a dos neo-positivistas, limitar-nos-emos a comentar os trabalhos de Ceron, A.O.: "Conceitos econômicos básicos para a Geografia da Agricultura" (34); "Distância do mercado e intensidade do uso da terra como fatores de localização da força de trabalho agrícola no Estado de São Paulo" (35) ; "A função da distância e os padrões de intensidade e uso da terra no modelo thuniano de localização" (36) e o trabalho de Geiger, P. P., Motta Lima, M. S. Ndjé Abi, M. E. "Distribuição de atividades agropastoris em torno da metrópole de São Paulo" (37).

A escolha desses trabalhos prende-se ao fato, destes autores serem representantes de dois centros da produção da chamada "nova ou moderna Geografia". Ceron, A.O. professor do curso de Geografia da UNESP em Rio Claro - São Paulo) e Geiger, P.P. e outros, (geógrafos da Fundação IBGE no Rio de Janeiro).

Inicialmente, apresentaremos a produção de Ceron, A. O.. Em seu trabalho, "Distância do mercado e intensidade do uso da terra como fatores da localização da força de trabalho agrícola no Estado de São Paulo", apoia-se á nível particular nas interpretações da "teoria de Thünen" por intermédio das obras de uma série de autores que a trabalharam ou a discutiram, ainda que sucintamente. A nível geral apoia-se em uma matriz teórica neo-positivistas com nítida tendência funcionalista (que demonstra que sua matriz teórica é perfeitamente coerente com as matrizes da maioria dos geógrafos ou economista citados na bibliografia).

Traz implícita uma série de pressupostos que não se discutem, são pressupostos dados. Tal postura, que nos é dada (na Geografia) como algo "inovador", "teorético", etc., que há muito vem sendo criticada nas Ciências Sociais e começa hoje a ser

discutida também na Geografia (38). Para esclarecer o que está “encoberto” na matriz teórica que norteia a posição de Ceron, A. O. neste artigo, citamos primeiro um texto onde Hattner, H. discute o funcionalismo:

"No fundo, o funcionalismo como teoria "científica", embora pretenda ser política e ideologicamente neutra, não passa de uma justificação do "status quo", como tal perfeitamente aceitável tanto pelo regime capitalista quanto pelo "socialista". (sic)

Como instrumento de análise, supervaloriza o equilíbrio, a unidade, e o consenso entre os elementos do conjunto - as classes sociais - o que torna incapaz de explicar o porquê das mudanças no sistema social. Negligenciando os aspectos mais sérios e mais profundos das transformações sociais, o funcionalismo como doutrina, convém aos detentores do poder, aqueles que definem "como o sistema deve ser"; e quais as mudanças desejáveis e permitidas" (39).

Citamos outro texto, onde ele (Hattner H.) discute a teoria dos sistemas:

"Surgida como reação ao empirismo exagerado e ao determinismo causal, a teoria dos sistemas oferece aparentemente uma visão prática e objetiva da realidade, para quem procura atuar dentro da estabilidade e através da manutenção dos padrões de operacionalidade do conjunto.

A aceitação do modelo foi facilitada pela adesão entusiasta dos tecnocratas que encontraram na descrição empírica minuciosa das partes do sistema um substituto para o baixo grau de confiabilidade, no acerto das predições quanto à evolução global do mesmo. Por outro lado, a burocracia estatal, cada vez mais poderosa, necessita de uma "teoria" para fundamentar e aprovar uma gama crescente de intervenções e atividades econômicas, sócio-políticas e culturais. Essa teoria legitimadora deve abstrair-se de valores e estar acima dos conflitos de interesse e pressões grupais, enfim, deve cobrir-se com o manto da neutralidade e racionalidade "científica" ..." (40).

Assumindo, a nosso ver, conscientemente, uma postura semelhante a esta criticada por Hattner, H., Ceron, A. O.,

utiliza a "teoria" de Von Thünen para justificar a adoção da variável distância e da intensidade do uso da terra como categorias explicativas da localização da "força de trabalho agrícola" no Estado de São Paulo.

Neste momento, devemos ter claro que Ceron A. O. chama de "força de trabalho agrícola" uma variável dependente representando a qualidade da força de trabalho humano e mecânico empregada por 1000 ha de área cultivada e pastagens. Segundo Ceron, A.O. os dados originais foram obtidos por meio da seguinte fórmula:

$$F_{ht} = 1000 \frac{P + 40.T}{A}$$

Onde:

P é o número de pessoas

T é o número de tratores no município

A é a área agrícola e 40 corresponde a uma constante cuja função é permitir a comparabilidade entre a força do trabalho humano e a dos tratores” (41).

Este “conceito” fundamenta a linha mestra do trabalho e a questão que se coloca é se é correto, se tem validade científica? Pelo que se pode depreender do "conceito" de Ceron A. O. ele reduziu, pura e simplesmente, o "trabalho humano" ao estrito dispêndio de energia como o trator também dispense energia, (só que é “mais forte” que o homem) pode-se somar simplesmente as "forças de trabalho" de ambos. Devemos lembrar aqui que Marx chama de força de trabalho à energia humana empregada no processo de trabalho. Processo de trabalho este, que envolve a transformação de um objeto determinado em um produto determinado através da utilização de instrumentos de trabalho (que são os meios de produção); que sua posse e/ou propriedade provoca no processo de produção, relações de produção que, no modo de produção capitalista, são relações de exploração. Portanto, força de trabalho é uma coisa e trator é outra; a sua união revela a preocupação com as "aparências" “gasto de energia” e não a preocupação com a essência.

Em qualquer empresa, no modo de produção capitalista, o capital é composto pelo capital variável e pelo capital constante, (o primeiro contém a força de trabalho, o segundo os meios de produção). Mesmo Castro, A. B. e Lessa, C. na obra "Introdução a Economia: uma abordagem estruturalista"(42) apontam clara e objetivamente para a distinção entre força de trabalho e meios de produção.

Chisholm, M. em sua obra "Geografia y Economia" (43) demonstra objetivamente a separação entre força de trabalho e os fatores de produção.

A nosso ver Ceron, A. O. não considerando estas colocações óbvias que procuramos demonstrar, torna a essência da produção de seu trabalho pura e simplesmente um exercício "para ver o que dá", que é admitido e tautologicamente validado como produção científica. Mas o mais sério, é a implicação ideológica deste conceito; nivelar o trabalhador e a máquina, ou seja, nivelar meios de produção e força de trabalho. Se juntarmos a esta questão a colocação inicial que Ceron, A. O. faz:

"O exame empírico da distribuição dos totais de força de trabalho humano e mecânico empregados na agricultura paulista não revela, de imediato, sinais evidentes de padrões orientados que possam estar controlados por um grupo de força subjacente ao processo de produção agrícola.

Na verdade, distribuição espacial dos totais de força de trabalho oferece uma certa impressão de aleatoriedade, sendo esta creditada em grande parte, ao problema das diferenças de tamanho das unidades administrativas geradoras das informações estatísticas.

A questão primordial proposta para esta pesquisa é não somente identificar os fatores fundamentais controlantes dos padrões de localização da força de trabalho humano e mecânico, empregada na agricultura paulista, como medir a contribuição de cada um desses fatores" (44).

Podemos entender que seu trabalho é “puramente” uma “metodologia” para entender-se “cientificamente” a localização da “força de trabalho agrícola”, e nada mais além disso. Porém, preferimos dizer que as questões ideológicas na Geografia são tão profundas e conflitantes que, nem assumir a ideologia burguesa, corretamente, os geógrafos da chamada “nova geografia” conseguem. Ceron A. O. neste particular, é um exemplo típico, sem falarmos do respaldo kantiano presente na sua visão da realidade.

Dessa forma, fica-nos a impressão de que o “problema” para Ceron, A. O. era apenas realizar, como já dissemos, um “exercício” como outro qualquer, para experimentar o uso de técnicas quantitativas. Isto é muito sério. Mas, mais sério ainda é invocar a “santidade” da “teoria” de Von Thünen para acobertar e dar “santificação científica” à operação. Muitos são os autores que assim procedem, e nesse caso a “teoria” de Von Thünen apenas tem no trabalho de Ceron, A. O. o objetivo de dar respaldo “teórico” ao modelo que ele usou para chegar a resultados que, em absoluto, não se prestam a esclarecer nada da realidade, pois como já dissemos, o trabalho é inconsistente teórica e praticamente na base. O mais interessante de tudo é que nem mesmo um empresário conseguiria utilizar os resultados do trabalho de Ceron, A. O., enquanto muitos autores por ele citados como referência bibliográfica e que embasaram sua colocação a seguir, atingem este objetivo com um brilhantismo incomum, na lógica da ideologia burguesa:

“De acordo com os princípios atribuídos a Von Thünen e aperfeiçoados posteriormente, a distância do centro de consumo seria uma variável de natureza mais propriamente econômica, uma vez que o preço do transporte, entre locais de produção e o mercado, afeta os lucros líquidos (renda locacional) obtidos pelos agricultores, com a produção gerada por unidade (45). (Sem grifo no original)

A questão que estamos levantando sobre o trabalho de Ceron, A.O. tem sido comumente encontrada na maioria dos trabalhos da chamada "nova" ou "moderna Geografia" o que vem comprovar sua fragilidade no campo da sustentação teórica dos geógrafos, que no Brasil, têm enveredado por essas plagas. Isto ficou a nosso ver profundamente revelado em muitas das comunicações e debates do 2º. Encontro Nacional de Geógrafos realizado no ano de 1976 em Belo Horizonte - MG.

Outro trabalho de Ceron, A. O. "Conceitos econômicos básicos para a Geografia da Agricultura" – tem características diferentes do anteriormente estudado, pois é eminentemente conceitual.

A matriz teórica não mudou, pelo contrário, solidificou-se; agora a questão é construir categorias de explicação, portanto, a crítica antes feita, deve aqui ser considerada novamente.

No início do trabalho, Ceron, A. O. revela seu objetivo básico:

"No final de um curso sobre "emprego de modelos teóricos na análise da atividade agrícola", pudemos sentir entre os alunos uma certa dificuldade para a compreensão dos raciocínios contidos na estrutura teórica dos conhecidos e tradicionais modelos normativos, de natureza econômica, desenvolvidos por economistas e geógrafos interessados nos problemas econômicos. Acreditamos que a maior parte destas dificuldades não deveria ser creditada somente ao conhecimento de algumas poucas técnicas estatísticas básicas, mas à falta de hábito na manipulação precisa, e no momento adequado, de um certo número de termos e conceitos de natureza econômico-espacial, essenciais não somente para melhor compreensão daqueles modelos como também, da própria atividade agrícola, como atividade econômica, e da Geografia da Agricultura, como disciplina interessada na dimensão espacial do Sistema Agricultura" (46)

Dessa forma, com o objetivo explícito de procurar dar aos alunos os conceitos de natureza econômico-espacial

essenciais, Ceron, A. O. revela-nos o caráter ideológico de seu trabalho, que é o instrumental conceitual da corrente marginalista dos neoclássicos econômicos, totalmente comprometidos com a eficácia e racionalidade do modo de produção capitalista. Sua postura está totalmente envolta por uma nítida feição neo-positivista, calcada em um determinismo científico, que procura formular princípios e hipóteses, conceitos quantificáveis e empiricamente verificáveis que possam levar à predição e ao controle do porvir.

Sem dúvida alguma, é na tentativa de fazer uma ciência "pura", isenta de comprometimentos políticos ou ideológicos e que seja objetiva (naquilo que os neo-positivistas acham) que as obras de Ceron, A. O. encontram os seus pontos mais vulneráveis. Esquece-se que vivemos em uma sociedade dividida e em constante luta (de classes ou frações de classes); que essa sociedade tem sua essência em um modo de produção determinado, no caso, o capitalista; que a produção científica legitimada como tal, frequentemente é a ideologia das classes dominantes e que essa postura, garante a essas classes, a "fundamentação científica" para realizar suas relações de exploração sobre a classe trabalhadora.

Parece-nos que a produção desta "ciência" que está acima de tudo e de todos, esconde nada mais, nada menos, do que a criação de um segmento da sociedade com o poder de conduzir dentro da "racionalidade científica" os destinos dessa sociedade. São os "todo poderosos" tecnocratas que hoje ocupam posições de destaque em muitas nações capitalistas e mesmo socialistas. Este segmento está, a nosso ver, lutando pelo poder, travando uma luta política no mais elevado sentido do conceito, escudando-se na pseudo-neutralidade política, que lhes confere a legitimação e validação científica da "ciência" que produzem. Como tal, são "instrumentos" importantes para os regimes de força, que viram fracassar suas imposições pela ideologia mesmo comprometida com a repressão. São estes "cientistas" os melhores representantes da

tecnocracia, que tudo tem feito para, não só incentivar, como apoiar os governos militaristas tão em voga hoje na América Latina.

Voltando ao trabalho de Ceron, A. O, propriamente dito, encontraremos uma série de conceitos que vale a pena discutir. A primeira consideração é referente ao conceito de atividade agrícola, sobre ele Ceron, A. O. afirma que:

“Atividade agrícola pode ser definida como "atividade econômica na qual um conjunto de decisões, tomadas por seres humanos, resultam na produção de alimentos e matérias primas de natureza vegetal e animal destinadas a satisfazer os estímulos de consumo gerados por indivíduos ou grupos de indivíduos”. ” (47).

Aqui, claramente, é o consumo que determina a produção e não o inverso. Além disso, para Ceron, A. O. a sociedade nada mais é do que um conjunto de seres humanos, (o que não há dúvida) mas esquecer a essência, as divisões em classes é, a nosso ver, uma atitude comprometida com a ideologia burguesa, que quer, pelo menos a nível ideológico, a igualdade de todos na sociedade. A redução da atividade agrícola a um conjunto de decisões é outra questão séria, pois escamoteia a própria essência de uma sociedade de classes, (que é a luta de classes travada em função das relações de produção). Ao mesmo tempo, que reduz a História, não às lutas de classes dentro de um modo de produção determinado e que essas lutas levam a sociedade à um outro modo, superior, mas a uma sequência de tipos de decisões como se tudo fosse uma questão de tomar decisões e pronto. Não devemos esquecer que a atividade agrícola não é basicamente decisão, mas sim, basicamente ação (trabalho). Que decisões “precedam” à ação, pode-se concordar, mas que determinem a ação, em hipótese alguma.

Acreditamos que Ceron A. O. esqueceu-se que:

"... a produção, e, junto com ela, o intercâmbio de seus produtos, constituem a base da ordem social, que em toda sociedade que se apresenta na História, a distribuição dos produtos, e, com ela, a articulação social de classes ou estamentos se orientam pelo que se produz e pela forma como se produz, assim como pelo modo de permuta do que foi produzido" (48).

Esqueceu-se também que toda produção se caracteriza por dois elementos inseparáveis: o processo de trabalho e as relações de produção. O primeiro (o processo de trabalho) dá conta da transformação da natureza que o homem realiza para convertê-la em um objeto útil, e o segundo, (as relações de produção) dão conta da forma histórica concreta na qual se realiza o processo de trabalho.

A segunda consideração sobre o trabalho de Ceron, A. O. envolve a definição da Geografia da Agricultura:

"Neste contexto, a Geografia da Agricultura pode ser colocada como uma disciplina, cujo escopo é a dimensão espacial dos sistemas espaciais agricultura ou atividade espacial agrícola, os quais são apenas um entre muitos sistemas socioeconômicos. O ponto de vista do Geógrafo agrário é o espacial e dirigido particularmente aos arranjos, distribuições e processos espaciais, cuja variabilidade e "porquês" devem ser analisados, seja num dado momento do tempo, seja ao longo desta escala" (49)

Primeiro, devemos buscar o que existe de apoio teórico nestas colocações de Ceron, A. O., é a teoria dos sistemas que dá suporte teórico à suas afirmações.

Sobre o enfoque sistêmico já tecemos comentários, mas vale a pena recolocar novamente que esta teoria oferece, aparentemente, uma visão prática e objetiva da realidade, apenas para quem procura atuar dentro da estabilidade e da manutenção dos padrões de operacionalidade do conjunto, pois a estabilidade, o equilíbrio são uma necessidade "a priori". A pergunta que poderíamos fazer é uma só: O que é movimento? Esquecer disso

é esquecer a própria essência das coisas. E mais, essa teoria legitimadora deve abstrair valores e estar acima dos conflitos de interesses e pressões grupais, enfim, deve cobrir-se com o manto da neutralidade e racionalidade “científica”

Sobre o ponto de vista do geógrafo agrário e, conseqüentemente, sobre o objeto da Geografia da Agricultura: "a dimensão espacial dos sistemas espaciais agricultura", onde deve-se entender "os arranjos, distribuições e processos espaciais, cuja variabilidade e "porquês" devem ser analisados, devemos afirmar que, segundo Coraggio, J.L., este é um lídimo representante do enfoque espacialista:

“Existe uma corrente do pensamento para a qual o termo "estrutura espacial" significa o "ordenamento resultante dos fenômenos sobre a superfície terrestre". As "estruturas espaciais" seriam produzidas por "processos espaciais”, entendidos como “movimento sobre a superfície terrestre”. Estruturas e processos seriam duais e em conjunto constituiriam as relações espaciais" (ver William Bunge, “Theoretical Geography”, cap. 8 (Land Studies in Geography, 1966). Por exemplo: “O movimento ótimo dos produtos agrícolas para o centro do Estado Isolado de Von Thünen produz os anéis agrícolas” (pág. 211). É característico deste enfoque o propósito de delimitar um campo científico relativamente autônomo, cujo objeto seria "o espacial”, chegando até ao ponto de identificação, sobre a base do isomorfismo observável, "estruturas" e "processos" espaciais comuns as realidades biológicas, geológica, econômicas, etc. A lógica desta "ciência" seria a geometria. Este enfoque, que denominamos "espacialista", se caracteriza por pretender dar uma explicação da configuração espacial dos fenômenos, mantendo-se ao nível espacial propriamente dito, e postulando à existência de relações, processos, estruturas e leis espaciais” (50).

Devemos afirmar ainda sobre esta questão que, a concepção espacialista esconde um ponto básico que é tornar a organização da sociedade humana, espacial, esquecendo-se que esta

organização não é espacial, mas sim social. É lógico que existe nessa organização social uma dimensão espacial e uma temporal, mas a diferença, é importante. (51). Reforçando nosso ponto de vista citamos Lenin, V.I.:

“... não há nada no mundo além da matéria em movimento, e a matéria movimento não pode mover-se de outro modo a não ser no espaço e no tempo.” (52).

É lógico que esta é uma lei da dialética e como tal deve ser respeitada e incorporada, mas isso não dá a ninguém o direito de apenas considerar o espaço como categoria de explicação da realidade, pois estaríamos negando a conexão dialética entre espaço e tempo. Principalmente quando tratamos da História, esta conexão tem que se fazer presente, pois é nas análises das formações sociais que podemos e devemos empregar estas categorias em sua plenitude.

Esta postura de Ceron, A. O. deve ser compreendida dentro de um movimento maior, que envolve praticamente todas as ciências humanas que foram tomadas de assalto pelos "metodologistas". Sobre esta questão Althusser, L. afirma:

“Efetivamente, na atualidade, vemos prevalecer correntemente uma concepção “metodologista” (e, portanto, ideológica) das ciências: a existência de um simples método é suficiente para conferir a uma disciplina seus títulos de cientificidade. Na realidade, todo método comporta uma teoria, seja ela explícita ou implícita.

Falar do método sem mencionar a teoria significa muito frequentemente ocultar uma teoria ideológica latente sob as aparências de um método “científico”. Esta impostura é frequente em nossos dias na maior parte das chamadas ciências humanas que amiúde se consideram ciências porque manipulam, por exemplo, métodos matemáticos, sem expor a questão da teoria (explícita ou implícita) correspondente a este objeto” (53). (Sem grifo no original)

Sobre essa validação científica do neopositivista, podemos também citar Althusser, L.:

"Sem embargo, um conhecimento não se reduz jamais a uma simples generalização, é o empirismo positivista que tomou a "generalização da experiência" como um conhecimento" (54).

Dessa forma, a pretensa Geografia da Agricultura de Ceron, A. O. deve ser analisada sob a luz de todos estes pressupostos que estão, ora implícitos, ora explícitos, em seu trabalho.

A terceira consideração que faremos sobre o trabalho de Ceron, A. O. refere-se à compreensão da economia como um todo e à agricultura, ou melhor à atividade agrícola em particular:

"Talvez uma das classificações mais usuais da atividade agrícola no âmbito das atividades humanas, seja a de colocá-la como um membro da "atividade primária", juntamente com a caça, pesca e a extração mineral e de recursos energéticos. Uma de suas características fundamentais reside no fato de que, em geral, ocupa amplos espaços e se encontra fortemente (não exclusivamente) dependente dos recursos naturais disponíveis, razão pela qual a agricultura possui pequena liberdade de localização, quando comparada a outras atividades. O fato de ela pertencer, por classificação à atividade primária não significa que a agricultura seja um membro estanque não relacionado a outras classes e membros de classes de atividades diferentes" (55)

Nestas afirmações de Ceron, A. O. duas ordens de argumentos se fazem necessários: a primeira, refere-se à compreensão da economia como um todo: sua posição é nitidamente estruturalista. Ele utiliza a classificação de Colin Clark da economia, que tem por objetivo estruturar a economia em agricultura e extrativismo, indústria e serviços. Assim, Ceron, A. O. cai numa posição nitidamente tida como "cepalina" (em termos de economia) e que; de há muito, já foi criticada por Francisco de Oliveira (56). Aproveitamos a oportunidade para citar um trecho fundamental:

"Este trabalho se inscreve ao lado de outros surgidos recentemente, que buscam renovar a discussão sobre a economia brasileira; neste sentido, o trabalho de Maria Conceição Tavares e José Serra, "Más alla del estancamiento: una discusión sobre el estilo del desarrollo reciente de Brasil" retoma um estilo e um método de interpretação que estiveram ausentes da literatura econômica latino-americana durante muito tempo, sepultados sob a avalanche cepalina, e inscreve-se como um marco e um roteiro para novas indagações. Convém assinalar que, por todos os lados, o pensamento socioeconômico latino americano dá mostras de insatisfação e de ruptura com o estilo cepalino de análise, procurando recapturar o entendimento da problemática latino-americana mediante a utilização de um arsenal teórico e metodológico que esteve encoberto por uma espécie de "respeito humano" que deu largas à utilização do arsenal marginalista e keynesiano, estes conferindo honorabilidade e reconhecimento científico junto ao "establishment" técnico e acadêmico" (57)

Esta postura dual-estruturalista presente na compreensão da atividade agrícola por Ceron, A. O. chega fatalmente à sua consequência maior, que é a interpretação da sociedade dualista: uma sociedade tradicional e uma sociedade moderna, como ele mesmo afirma na página seguinte de seu texto. Dessa forma, o processo se coloca nos seguintes termos: evoluir de uma condição tradicional para uma condição moderna, através das inovações tecnológicas. Sendo que a questão da compreensão da economia através do conceito de modo de produção e da História, como luta de classes, através da sua transformação na destruição de um modo, e a passagem a outro, por certo permitiria superar esta aparente contradição entre o tradicional e o moderno. A segunda ordem de argumentos, ante o texto de Ceron, A. O. (citada na nota 55) refere-se à sua tentativa de dar (através de uma classificação das atividades econômicas) inscritas em um universo preciso e muito bem apresentado por muitos economistas brasileiros, entre os quais Castro, A.B. & Lessa, C. (58), uma explicação de tal classificação, através de uma exaltação à dimensão espacial desta atividade frente à outras.

Essa posição, quer nos parecer, ignora o universo que referimos momentos antes, em que se inscreve essa classificação. Castro, A. B. & Lessa, C. escreveram sobre tal classificação:

"A análise econômica, reconhecendo a diversidade de papéis que cabem às muitas unidades produtoras de um sistema produtivo, procura, no entanto classificá-lo distinguindo a existência de três grandes setores.

O setor primário engloba as atividades que se exercem próxima à base de recursos naturais (agropastoris e extrativos). O setor secundário reúne as atividades industriais, mediante as quais os bens são transformados, sendo-lhes adicionadas características correspondente a distintos graus de elaboração.

Certas necessidades são atendidas por atividades, cujo produto não tem expressão material. A relevância deste complexo campo de atividades (que congrega, por exemplo, transportes, educação, justiça, diversões, etc.) do qual flui para o sistema variadíssima gama de "serviços" justifica a existência de mais um setor, o terciário" (59). (Sem grifo no original)

O que temos no texto de Ceron, A. O. (nota 55) é que se deturpa uma classificação com a finalidade de justificar uma "ciência", que não foi teoricamente a geradora de tal classificação, mas que muito bem se presta para tal. Seria interessante que os geógrafos desta corrente tivessem mais cuidado de ser coerentes e de não produzirem conceitos tão inconsistentes quando descontextualizados.

A quarta e última consideração prende-se à chamada "expressão espacial dos preços, custos e lucros". É aí que os princípios de Von Thünen aparecem. Mas antes devemos deixar claro que os conceitos chamados por Ceron, A. O. de "econômicos básicos" são os conceitos que movem a produção capitalista, inscritos principalmente no universo conceitual marginalista. Voltando à questão da expressão espacial dos preços, custos e lucros, Ceron A. O. afirma:

"É de interesse específico para o geógrafo a integração de uma expressão espacial dos preços, custos e lucros, porque, assim procedendo, cada um destes

termos integrará diferenças espaciais próprias (meio natural, tecnológico, organizacional e comportamental) dos lugares onde a produção foi obtida" (60).

Consequentemente a "produção científica" obtida sob o rótulo de "Geografia" passa a ser "útil" ao sistema. Envoltos no manto da neutralidade os geógrafos dessa corrente produzirão uma "ciência" tão racional e objetiva quanto o são as relações de produção capitalista. Parece-nos que a questão da expressão espacial dos preços, custos e lucros deveriam ser colocados em discussão, pois a nosso ver implica numa concepção equivocada dos conceitos já discutidas de tempo, espaço, matéria e movimento. O conceito que reputamos interessante discutir nesta parte do trabalho de Ceron, A. O. é o da renda líquida, pois está relacionado no texto, aos princípios thunianos:

"O conceito de renda líquida é empregado em diversas situações de ordem prática e teórica, especialmente quando o pesquisador lida com princípios ou modelos da família thuniana. Por exemplo: Dunn (1954) quantificou o cálculo da renda locacional (no conceito de Von Thünen) por meio da seguinte expressão: $L = E(p - c) - Efk$ " (61).

O que se observa no conceito de "renda líquida" de Ceron, A. O. é que ele denomina:

"... os "retornos líquidos" obtidos por unidade de área cultivada ou ocupada" (62).

Em praticamente nada este conceito difere do conceito de renda líquida de Thünen. E o que nos parece mais importante é a tentativa de chamar de "renda líquida" os "retornos líquidos", ou seja, o lucro líquido por unidade de área. A questão que se coloca é a de não confundir lucro usual ou médio com lucro suplementar, e os mesmos com renda da terra. Mais ainda, não

esquecer o principal, que a fonte desse lucro ou da renda é a mais valia expropriada do trabalhador.

Seria importante alertar também que a elevação deste conceito, como conceito econômico básico, camufla a verdadeira fonte do lucro e da renda, e ao mesmo tempo garantia e da validade à propriedade privada como fonte de renda, pois a agricultura, sob o modo de produção capitalista, pressupõe a propriedade privada da terra como uma das condições para o desenvolvimento do processo produtivo. Dessa forma, assume-se o comprometimento ideológico da defesa da propriedade privada como condição primeira para a prática da agricultura e conseqüentemente para receber renda. Existe um comprometimento com a ideologia das classes dominantes. Este comprometimento ideológico é, sem dúvida, o das classes dominantes.

O terceiro trabalho de Ceron, A. O. que nos propusemos a analisar: "A função da distância e os padrões de intensidade e uso da terra no modelo thuniano de localização", tem características diferentes dos dois outros trabalhos. Este tem como objetivos, explicitamente, o tratamento dos princípios de Thünen e sua respectiva "atualização". Pelas palavras de Ceron, A. O.:

"As hipóteses baseadas na função distância poderão ser incluídas entre as hipóteses da "família thuniana" dos modelos de localização e, nesta notícia serão recapitulados apenas os conceitos básicos, integrados ou derivados dos princípios thunianos da função distância, posteriormente melhora dos e objetivados por economistas e geógrafos interessados nos problemas econômicos" (63). (Sem grifo no original)

É óbvio que a matriz teórica que permeia o trabalho de Ceron A. O. não mudou, portanto, todos os comentários que fizemos quanto aos artigos anteriores, têm aqui, sua validade.

Mesmo assim julgamos necessário entender os pressupostos básicos de Ceron, A. O. presentes neste trabalho. Sua postura “científica” diante da realidade é clara na citação que segue:

"Compreender e explicar o processo de produção e os padrões resultantes da atividade agrícola constitui uma tarefa muito difícil, particularmente para o geógrafo que, como tantos outros profissionais, se encontram diante da impossibilidade de controlar, com eficiência, as atitudes dos seres humanos. Nas tentativas de explicação da variabilidade espacial dos padrões de utilização agrícola, resultantes de processos de produção variáveis, um grande número de fatores tem sido invocado. Com frequência maior, destacam-se as diferenças espaciais dos recursos disponíveis no meio natural, os recursos tecnológicos e organizacionais, o tipo de comportamento humano, bem como o fator acessibilidade ou localização relativa dos lugares de produção com respeito aos de consumo” (64). (Sem grifo no original)

Primeiramente, devemos nos ater ao que poderíamos chamar processo de conhecimento. Neste particular, existe na colocação de Ceron, A. O. um “a priori”, um pré-julgamento, pois admite de princípio que os “resultados da atividade agrícola” são “padrões” que remetem diretamente, ao conceito de estrutura, puramente formal. Este “a priori” tem vinculação metodológica com uma concepção anterior onde a “estrutura formal da realidade” é concebida mentalmente e a questão que se coloca para o investigador é verificar o que na realidade condiz ou não com o modelo levando então a alterações deste “modelo”, tornando-o “flexível”. Um dos pontos mais comentados a respeito de tal “flexibilidade” é que esta tem um limite que é a própria realidade na escala real.

Em segundo lugar a própria postura frente ao conhecimento, quando Ceron, A. O. afirma que “compreender e explicar o processo de produção ... constitui uma tarefa muito difícil ...” está apenas assumindo uma posição contemplativa, deduzindo-se que o “cientista sai da realidade” para interpretá-la. Mas, e a prática? Não

existe? Não podemos esquecer, em hipótese alguma, as críticas de Marx, K. quando das “Teses sobre Feuerbach” (65) em que afirmava que não basta “interpretar o mundo de diferentes maneiras”, mas sim transformá-lo, o que só é possível com a prática.

O que mais compromete o trabalho de Ceron, A.O. são os motivos apontados para justificar as dificuldades do trabalho de “compreender e explicar... etc.” que reside na “impossibilidade de controlar, com eficiência, as atitudes dos seres humanos”. Dedução lógica da afirmação: só poderemos “compreender e explicar ... etc.” mais facilmente a realidade (“processo de produção e os padrões resultantes”) quando tal fato suceder. Quer parecer que Ceron, A. O. passa a interpretar o processo de produção como resultante de atitudes dos seres humanos. Esta posição encobre uma postura ideologicamente comprometida com as classes dominantes, pois, escamoteia e procura esconder a divisão da sociedade em classes. Escamoteia também as relações de produção, que no caso capitalista, são relações de propriedade (econômica). Ou será que a força de trabalho não é uma mercadoria comprada no mercado de trabalho por alguém que dispõe de capital e a coloca a seu serviço para produzir com os meios de produção de sua propriedade, mercadorias?

Mais ainda, uma postura ideológica, que tem por meta "controlar com eficiência as atitudes dos seres humanos," é comportamentalista na sua base, só encontrando precedente histórico, nos regimes fascista. Dessa forma, coloca-se a "ciência" a serviço do Estado, decorrendo daí a validação científica para os "métodos de controle", que são estudados e executados em “bases científicas” Dessa forma, a escola cumpre o seu papel no aparelho ideológico de Estado (66).

Em terceiro lugar, devemos retomar o que Ceron, A. O. admite ser o processo de produção presente na obra que

anteriormente analisamos: "conjunto de decisões, tomadas por seres humanos". Aí ele vai inserir a problemática thuniana, pois, como seu objetivo é explicar a "variabilidade espacial dos padrões de utilização agrícola" situa a "localização relativa dos lugares de produção com respeito aos de consumo" como um fator a ser somado aos fatores: recursos tecnológicos e organizacionais, e o tipo de comportamento humano. Claramente Ceron, A. O. admite os pressupostos sistêmicos: tudo é uma questão de correlacionar as variáveis, mas desde que o equilíbrio esteja presente. Essa postura coloca a questão da contradição fora de cogitação, ou talvez, torna-a também uma variável da matriz. Sabemos que tal postura e pressupostos não passam de uma tentativa de procurar dar fundamentação e sustentação à fase monopolista do modo de produção capitalista, tentando com isso, opor-se a uma concepção materialista histórica que tem na contradição a fonte da explicação e da transformação da realidade. Mas, como "ninguém está preocupado em transformar", a questão que se coloca é somente inteligível, quando inserida no arsenal ideológico capitalista.

Inserir Von Thünen, J. H. num contexto desse tipo e descontextualizá-lo é retirar de sua obra apenas aquilo que interessa a essa "nova forma de compreender e explicar". Por certo Ceron, A.O. desconhece que o produto final da obra de Thünen é o "salário natural", construído em bases marginalistas. Ou seja, pelo conteúdo da obra de Thünen conclui-se que ele pretendia manter as relações de produção feudais, mesmo que para isso ele tivesse que defender as relações de produção capitalista.

Mas continuemos nossa análise do trabalho de Ceron, A. O.. Entre os primeiros conceitos apresentados temos a renda econômica e renda locacional, que Ceron, A. O. analisa baseado nas obras de Chisholm, M. (67) e Lloyd P.E. e Dicken, P. (68). Aqui, parece que Ceron A. O. mostra-se limitado na apresentação de tais conceitos, pois com é de conhecimento geral o conceito de renda econômica está fundado sobre o conceito de renda da terra (às vezes

aparece com sinônimo) e tal conceito constitui uma das mais importantes discussões presentes nos economistas burgueses Adam Smith e David Ricardo e que foi discutido por Karl Marx sendo por este aclarado na sua essência.

Quer nos parecer, que o objetivo de Ceron, A. O. neste particular não era o de discutir os conceitos, mas o de apresentá-los pura e simplesmente, e como seguiu a indicação bibliográfica que apontamos atrás, acabou por admitir todos os pressupostos presentes nas obras destes autores, e mais que isso, acabou por ignorar toda a discussão existente na literatura da Economia política sobre o assunto.

Mas voltemos aos conceitos. Sobre eles Ceron A. O. afirma:

"O conceito de renda econômica se encontra relacionado tanto aos princípios de Ricardo quanto aos de Von Thünen. Conforme Chisholm (1968, pág. 21), o termo foi proposto por Ricardo poucos anos antes de Von Thünen, mas este chegou à idéia de renda econômica independente de Ricardo. O termo nada tem a ver com arrendamento, que se refere ao pagamento que um explorante faz ao proprietário pelo direito de explorar suas terras.

Em princípio, os termos renda econômica e renda locacional correspondem aos retornos líquidos por unidade de área cultivada com determinado produto 1. Contudo, este conceito integra mais que a simples expressão espacial dos lucros líquidos obtidos por unidade de área cultivada porque envolve suposições relativas aos princípios das vantagens comparativas e da competição entre usos da terra.

Em resumo, para que estes princípios possam ser compreendidos, é necessário admitir uma série de suposições, mesmo que irrealis, compatíveis com a estrutura dos modelos normativos, em condições de perfeita racionalidade. Assim, considerando que determinada área poderia ser utilizada para o cultivo de diversos produtos e supondo que os decididores são perfeitamente informados e procuram maximizar os lucros, eles então se encontrariam diante de um problema de optar pelo uso que lhes ofereceria maiores lucros. O

princípio de competição entre usos estabelece que, a longo prazo, os decididores virão optar pelos usos que são capazes de gerar maior renda, destinando os outros usos que com eles competem às áreas onde possam oferecer maiores rendas. Desse modo, essa situação se assemelha à de uma competição entre vários usos, pela ocupação da terra.

A renda econômica e locacional integram, também, o princípio das vantagens que uma dada área tem sobre outra. As vantagens, no sentido ricardiano, decorrem das diferenças de meio natural, enquanto, no sentido thuniano, são uma decorrência da localização dos lugares em termos de sua distância do mercado de consumo"

"1) Renda econômica e renda locacional terão sempre uma conotação espacial, expressando os lucros obtidos numa unidade de área cultivada com dado produto. O termo lucro líquido será aqui reservado para significar os lucros obtidos por uma unidade de medida da produção (sacos, toneladas, litros, caixas, etc.). Pode-se atribuir aos lucros líquidos uma conotação espacial, quando multiplicada pela produtividade, em unidades de medida obtida por unidade de área" (69) (Sem grifo no original)

Em primeiro lugar devemos nos ater às colocações de Ceron, A. O. sobre o universo em que brota o conceito de renda econômica. Se voltarmos ao texto, baseado em Chisholm, M., Ceron, A. O., relaciona independentemente este conceito entre Ricardo e Von Thünen. Concluindo em seguida, pela diferenciação entre este conceito e o de arrendamento. Essas colocações a nosso ver, precisam ser aclaradas. Começemos pelo contexto que originou os conceitos.

Ceron, A. O. atribui a Chisholm, M. suas colocações sobre renda econômica. Na obra de Chisholm, M. (70) encontramos a base onde este autor fundamenta-se para chegar a esta conclusão. Na sua nota 2 do capítulo 2 Chisholm, M. remete-nos à Roll, E. (71), e nesta obra encontramos duas colocações importantes. A primeira:

"Ao mesmo tempo, Petty também conhecia a existência de um elemento diferencial da renda. Cento e cinquenta anos antes de Ricardo formulou claramente a teoria das rendas diferenciais". "Porque assim como a grande necessidade de dinheiro aumenta a troca, a grande necessidade de trigo aumenta o preço deste igualmente, e, em consequência, o da renda da terra que o produz, e, por último, o da terra mesma; assim, por exemplo, se o trigo que alimenta a Londres, ou a um exército se oriundo de um lugar distante quarenta milhas, o que é produzido a uma milha de Londres ou dos quartéis do exército, aumentará seu preço natural na quantidade que custaria trazê-lo de trinta e nove milhas" (72)

A segunda:

"A teoria deste autor (Von Thünen) não difere em substância da doutrina da renda diferencial de Ricardo. Embora fale de diferenças de fertilidade, Thünen não as usa como fator em sua análise, antes elabora todo o conceito somente em função da diferença na situação e custo de transporte. A importância de dito método se estriba no fato que traz um conceito de renda que se baseia somente na noção do "excedente" do produtor e que muito facilitou aos economistas posteriores a tarefa de estender essa ideia a outros fatores da produção além da terra" (73). (Sem grifo no original)

Nas partes anteriores de nosso trabalho nós já criticamos a posição de Thünen e aconselhamos nossos leitores a um retorno a estas partes. A questão que se coloca agora é como esta discussão ocorre na obra de Thünen. No capítulo 5 Thünen apresenta o seu conceito de renda da terra e, após distinguir sua concepção da de Adam Smith, cita Ricardo:

“Ricardo, em sua obra sobre Economia Política (a qual eu não havia lido quando escrevi os primeiros rascunhos deste trabalho), rebate a teoria de Smith da renda da terra e propõe a seguinte tese: Renda é aquela porção do produto da terra que é paga ao senhorio pelo usufruto das forças originais e indestrutivas do solo”.

De acordo com esta definição, Ricardo distingue entre investimento de capital nas construções e o produto do solo enquanto tal.

É interessante e instrutivo ver como Say, em suas notas à obra de Ricardo e em seu Tratado de Economia Política, empenha-se em rebater Ricardo e defender a sua equivocada teoria própria” (74).

Diante destas colocações que fizemos até agora, procurando relacionar os autores e as suas citações, evidencia-se sobremaneira dois pontos que gostaríamos de analisar. O primeiro deles é: o universo teórico em que se insere a discussão sobre o conceito de renda da terra em Ricardo e Thünen são extremamente opostos, isto fica evidenciado pelas citações que fizemos anteriormente e pelas colocações constantes da parte de nosso trabalho na qual discutimos o conceito de renda da terra em Von Thünen.

Mas dentre as colocações de Roll, E. há uma onde afirma que a teoria de Von Thünen não difere em substância da doutrina da renda de Ricardo. Entretanto uma questão é fundamental para entendermos esta colocação de Roll, E.. Ele trata esse tipo de renda como diferencial. Essa questão é importante, pois, só assim Marx K. conseguiu descobrir a essência da renda da terra e mesmo da renda diferencial que é a mais-valia - explorada sob a forma de lucro médio, lucro suplementar e renda da terra. Essas explicações são importantes também porque trazem consigo a diferença fundamental entre renda diferencial e renda da terra e ao mesmo tempo trazem consigo a unidade da natureza dessas formas de renda que é a mais-valia. Assim a renda da terra resulta da posse privada do solo em oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade.

O segundo ponto que gostaríamos de analisar é a constatação da afirmativa de Ceron, A. O. de que o termo renda econômica "nada tem a ver com arrendamento". É evidente que nada tem a ver porque sobrou para Chisholm, M. e para Ceron, A. O. apenas e tão somente, algo que eles não deixam bem explícito em seus trabalhos, os princípios marginalistas, que tão bem Roll, E. aponta como uma das qualidades natas do método de Thünen. Logo, podemos afirmar que ambos os autores apenas encontraram nas obras

pesquisadas, aquilo que lhes interessava para edificar seus conceitos e trabalhos e não o que realmente tais conceitos traziam consigo. E mais, ignoraram os avanços que a Economia Política teve com Marx, K. o que evidencia seus comprometimentos com a economia burguesa.

Feitas estas colocações que se até, principalmente, ao primeiro parágrafo da citação de Ceron, A. O. passamos ao segundo e terceiro. Estes nos levam primeiro, a uma relação feita entre renda econômica e renda locacional, que "correspondem aos retornos líquidos recebidos por unidade de área cultivada com determinado produto". Em seguida Ceron, A. O. envolve os chamados "princípios das vantagens comparativas e da competição entre usos da terra", para chegar à conclusão que:

"... renda econômica de uma dada área corresponde ao retorno que se obtém acima daquele obtido nas terras que se encontram no limite marginal de exploração econômica" (75)

Dessa forma Ceron, A. O. tem a necessidade de diferenciar o conceito de renda econômica do de renda locacional:

"Como a renda econômica, no sentido thuniano, procura colocar em evidência as vantagens locais dos lugares de produção com respeito aos de consumo, considera-se mais adequado o emprego do termo renda locacional, em lugar de renda econômica (Lloyd e Dicken, 1972, pág. 16" (76).

Entre algumas questões que gostaríamos de tratar sobre este particular, situa-se aquela referente à natureza da renda que em Ceron, A. O. fica encoberta pela preocupação espacialista. A grandeza da renda diferencial depende quer de distância do local de produção em relação ao mercado, quer da qualidade da fertilidade da terra cultivada, quer da quantidade de capital aplicado sob a forma de fertilizantes. Chamar a renda "em princípio" de "retorno líquido recebido por unidade de área cultivada" significa atribuir à terra a origem desta renda, pois em lógica, toda

recíproca é verdadeira. E tal posição é fisiocrata na sua base, pois a fonte da renda está no trabalho e este é a sua fonte de valor:

"A grandeza da renda diferencial depende da fertilidade da terra, mas de modo nenhum, porque esta seja a sua fonte. A mais alta fertilidade da terra é uma condição importante da elevação da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o aumento da exploração dos operários agrícolas é uma condição da produção da mais-valia relativa". (77)

Outra questão que nos chama atenção é o fator de se atribuir a Ricardo o conceito de "renda econômica de uma determinada área, ao retorno que se obtém acima daquele obtido nas terras que se encontram no limite marginal da exploração econômica". Pelo que nos consta, e pelas leituras que fizemos em Economia Política, não encontramos em parte alguma tal colocação, o que nos leva a pensar que se trata de uma imputação a Ricardo de algo que ele mesmo não disse. O que sabemos é que Ricardo:

"Partindo da teoria do valor fundado no trabalho, ele (Ricardo) soube dar a caracterização, de um modo geral correta, da terra diferencial ...

... Partindo de que o valor e, conseqüentemente os preços das mercadorias agrícolas são determinados pelo trabalho despendido na sua produção nas piores condições, ou seja, nas piores terras, Ricardo chega a conclusão de que os fazendeiros das terras médias e melhores percebem uma renda suplementar, que representa a diferença entre os gastos de produção nas terras piores (que regulam os preços) e os que eles têm de efetuar nas suas próprias (média e melhores) terras. A receita extraordinária é apropriada pelo dono da terra sob a forma de renda" (78).

Ricardo afirma sobre a renda da terra, que sua fonte não é terra, mas o trabalho dos trabalhadores assalariados na agricultura. Assim, para Ricardo, a renda surge não como um fenômeno natural, mas como um fenômeno social, cuja formação está relacionada com a formação da propriedade privada da terra. Tal postura levou Marx, K. a escrever sobre Ricardo a seguinte frase:

"Esta relação direta e consciente que se estabelece para Ricardo, entre a renda da terra e a definição do valor, constitui um mérito científico de Ricardo" (79).

Diante de tal estado de coisas somos levados a pensar que Ceron, A. O. incorporou o que Chisholm M. atribuiu a Ricardo, uma postura cujos princípios estão fundados em Von Thünen (como demonstrou Roll, E.), e que são a própria essência da escola marginalista. Não será que também aqui o método se impõe? Lê-se Ricardo, quando se lê, com olhos marshalianos na essência, e com olhos sistêmicos na aparência.

Outra questão ainda, que nos chama atenção e que está amarrada com essa anterior, é referente à propriedade da terra, e sua relação com a renda da terra. Em nenhum momento encontramos esta questão no trabalho de Ceron, A. O.. Parece que tal fato está ligado a um dos pressupostos contido nos neoclássicos de que a propriedade privada está dada e não convém discuti-la. Entretanto é preciso dizer que a existência de terras de diferentes produtividades ou condições que aumentem a renda diferencial independem da existência da propriedade privada, mas que a transformação do lucro suplementar em renda pressupõe a existência da propriedade privada. Assim como já afirmamos anteriormente neste trabalho:

"A explicação da renda baseada em um conceito zero na margem é uma pré-condição para a divisão natural do produto líquido entre trabalhadores e capitalistas sob condições de propriedade privada. Todas as explicações que requerem o cultivo da terra sob condições de renda igual a zero, estão baseados como Marx indicou na "abolição de fato da propriedade da terra uma abolição que somente pode realizar-se sob circunstâncias muito específicas as quais são dadas por sua natureza acidental" (35). Se nós concebermos, como Marx o fez, que devido ao poder do monopólio sobre a propriedade da terra, ocorrendo daí a possibilidade de existência de uma renda absoluta na margem (36) (a qual se introduz no preço das mercadorias como uma taxa indireta) então a questão

tem que ser colocada sob estas condições: é possível a divisão natural e harmoniosa do produto entre capitalista e trabalhadores? ” (80).

Assim podemos deduzir do trabalho de Ceron, A. O. que no universo teórico por ele, expresso a terra é assumida para ser apropriada como propriedade privada, o que mais uma vez coloca o seu discurso como discurso da burguesia capitalista, consciente ou inconsciente, não importa o caso. Portanto usando-se o conceito renda econômica ou renda locacional assume-se uma postura que encobre o real, que encobre as relações de produção capitalistas e passa-se a contribuir para o arsenal ideológico da burguesia antes de tudo defendendo sua posição de classe dominante e procurando dar "fundamentos e santificação" para suas relações com a classe trabalhadora.

Prosseguindo na análise da obra de Ceron, A.O. encontramos outra citação que merece ser discutida:

“Para desenvolver e “testar” as suas ideias Von Thünen concebeu um espaço-modelo, o Estado Isolado, cujas características foram simplificadas ao máximo com o auxílio de suposições irreais e muito rígidas. As finalidades imediatas do modelo são as de permitir respostas automáticas do comportamento econômico, em condições de perfeita racionalidade e maximização de renda” (81)

Quer nos parecer que, aqui também, o método se impõe para Ceron, A. O. pois ele lê Von Thünen, com olhos de quem quer ver "modelo" na obra de Thünen. Essa questão está sendo discutida atualmente e questionada por Barnbrock, J.:

"Na história da Geografia o trabalho de Von Thünen tem sido considerado como a principal contribuição para a teoria locacional. Entretanto argumentar-se-á que esta interpretação só é possível se nós abstrairmos a tese central de Von Thünen. O "Estado Isolado" é de fato um "sobre produto" de seu trabalho. O próprio Von Thünen nunca interpretou o "Estado Isolado" como uma

contribuição teórica para a Geografia, mas considerou o uso de um "ideal construct" como sua contribuição científica essencial" (82)

Ver modelo na obra de Thünen, quer nos parecer, necessita de um "a priori". Embora se possa discutir, até que ponto, o método de Thünen não se compara aos métodos dos modelos normativos ou probabilísticos atuais. Mas a diferença do ponto de vista do discurso é diferente, pois este processo só se completa com a abstração da tese central da obra de Thünen para obter-se o "sobre produto" "Estado Isolado". A grande questão que se coloca é sobre a finalidade imediata do modelo que visa "permitir resposta automáticas do comportamento econômico, em condições de perfeitas racionalidade e maximização de renda". Essa afirmativa evidência o seu comprometimento ideológico com a ideologia das classes dominantes. Pois o objeto dos modelos espaciais é alcançar um sistema espacial ótimo. Idealizado este sistema ótimo, passa-se a operá-lo e como consequências têm que a maximização dos lucros obtidos com o modelo implica em uma maior taxa de exploração da burguesia sobre a classe trabalhadora, contribuindo para aumentar ainda mais a desigualdade social. Logo estes modelos devem ser compreendidos no universo do arsenal ideológico capitalista cujo objetivo é a eficácia do modo de produção, e do ponto de vista do conhecimento que é "santificado" filosoficamente pela corrente neopositivista.

Outro ponto que gostaríamos de destacar na obra de Ceron, A.O. é aquele relativo às "críticas ao modelo do Estado Isolado":

“Por motivos práticos, talvez seja útil reunir críticas ao modelo, à teoria ou ao trabalho de Von Thünen em dois grandes grupos: a) as críticas que contestam a teoria, baseadas no caráter irreal dos resultados obtidos no Estado Isolado, procurando "testar a validade dos resultados através da observação que ocorre no mundo real; b) aquelas que, de uma ou de outra forma, apontem as falhas do

modelo via modelo, uma estrutura em relação à qual uma se espera maior grau de complexidade, abstração e consistência lógica" (83).

Primeiramente trataremos do que Ceron, A. O. rotulou de primeiro grupo de críticas. A realidade é o referencial básico para esse grupo. Embora os componentes desta "corrente" sejam dotados de uma certa dose de empirismo, que muito marcou a produção geográfica nos últimos anos, acreditamos ser este o caminho da crítica que Ceron, A. O. deveria utilizar para chegar a base dos fundamentos que geram tais críticas. Não podemos concordar com a diretriz tomada por Ceron, A.O. de utilizar os argumentos dos autores da segunda "corrente" para criticar os da primeira, principalmente quando de sua afirmativa:

“Os críticos do segundo grupo consideram frequentemente, que as críticas ao conteúdo dos anéis e ao padrão irreal de uso da terra no Estado Isolado são destituídas de espírito científico" (84)

Colocam-se a partir daí as questões: o que é espírito científico? Seria comungar o positivismo lógico ou se preferirem o neopositivismo?

Julgamos que a posição de Ceron, A. O. é sectária, uma vez que exclui o que os geógrafos produziram até hoje no campo da ciência. O empirismo, julgamos nós, é menos comprometedor que o neopositivismo, pois se tomarmos como referência a produção geográfica, muitas das obras empíricas podem sofrer um processo de recuperação bibliográfica pois na sua essência apenas descrevem a realidade. Mas a corrente neo-positivista, esta não, pois procura após idealizar um "a priori" que frequentemente comunga os princípios da racionalidade capitalista, passa a desenvolver os fundamentos para dar "validação científica" às relações de produção capitalistas, falando, pois, a linguagem do "cientificismo" um rótulo "científico" para a linguagem da burguesia. Outras questões se impõem se esta corrente assume a consciência de classe burguesa, e se o que apresenta e defende como científico realmente o é? Ou será

que a História não é a história das lutas de classes? Ou será que essa corrente não percebe que sua obra se constitui numa tentativa de procurar "novos caminhos" para aumentar a taxa de exploração capitalista - mais-valia? E que esse processo de aumento da exploração implica num processo de luta da classe explorada mais cedo ou mais tarde?

Quer nos parecer que essas questões são extremamente importantes, pois a nosso ver o "cientista" que não tem um mínimo de conhecimento histórico está condenado ou decidido conscientemente a assumir o papel da burguesia, de sua ideologia, e usar a linguagem do "cientificismo" para buscar ou garantir o poder. Ainda recentemente Barthes, R. ao assumir sua cátedra no "College de France" frente a consagrados nomes da inteligência francesa como: Lévi-Strauss, Chatelet, Foucault, etc., afirmou "in extremis"

"Nossa verdadeira guerra é contra os poderes e esse não é um combate fácil: plural no espaço social, o poder é simetricamente perpétuo no tempo histórico: derrubado, abatido aqui, ele reaparece mais longe. Não morre nunca. Façam uma revolução para destruí-lo, e ele imediatamente reviverá, brotará de novo em outra ordem de coisas. A razão dessa vitalidade e dessa ambiguidade é que o poder é o parasita de um organismo transacional, ligado à história inteira do homem e não apenas à sua história política histórica. Esse objeto no qual se inscreve o poder, desde sempre entre os homens, é a linguagem, ou para ser mais preciso, sua expressão forçada, a língua (...). A língua como performance de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista: ela é simplesmente fascista".

Mas voltemos ao primeiro grupo de críticas ao trabalho de Von Thünen segundo Ceron, A. O.. Encontramos aí uma outra afirmação que, embora não sendo de Ceron, A. O., acreditamos que a comungou ao inseri-la em seu trabalho:

"Conforme Grotewold (1953, p. 353) o que perturbou a teoria de Von Thünen, mais do que qualquer outra coisa, foi o desenvolvimento do transporte moderno" (86).

Aqui, a nosso ver uma única questão se coloca: será que Grotewold, A. esqueceu-se do que é a História? De que, para que, o modo de produção capitalista se desenvolva ele tem que produzir e para produzir ele tem que reproduzir as condições para continuar produzindo? E que esse desenvolvimento implica num desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade? Ou será que, o que se vem convencendo chamar de "teoria de Von Thünen" na realidade não é uma teoria? Se isto for verdade resta-nos saber por que da sua utilização em tempos recentes na Geografia. Quer nos parecer que essa é a posição a ser trilhada, pois os problemas emanados dessa questão não estão em Thünen, mas sim, nos seus "seguidores".

O segundo grupo de críticas a Thünen são aquelas que Ceron, A.O. chama de críticas que "apontam as falhas do modelo via modelo". Entre esses críticos estão Lösch, Haggett entre outros e suas argumentações são de que "a formação dos anéis de uso da terra não é inevitável mesmo com as suposições simples que caracterizam o modelo de Von Thünen"; "outra limitação do modelo se refere ao seu "alto conteúdo empírico", vale dizer, ao excesso de fatos reais numa estrutura normativa de caráter supostamente abstrato".

A nosso ver, a questão que se coloca é de saber o que é o conhecimento numa época dada? Marx sobre esta questão afirmou:

"Na produção social da sua existência os homens estabelecem relações determinadas necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídico política é à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral" (87). (Sem grifo no original)

Ainda sobre esse segundo grupo de críticas, Ceron, A. O. utilizando-se do instrumental da corrente comportamentalista apresenta-nos algumas questões que gostaríamos de discutir:

"Aqui cabe apenas citar alguns exemplos de questões dada a complexidade dos problemas relativos aos conceitos comportamentais: a maior parte dos agricultores que decidem em economias de subsistência familiar estariam dispostos a maximizar a renda, usando o valor como referencial ou dispostos a diversificar o uso da terra para otimizar uma utilidade pessoal e esperada, vital para a sobrevivência da família? Estariam os agricultores das economias de subsistência familiar mais disposto a atender o mecanismo da maximização da renda ou a minimizar os riscos decorrentes da dependência de um único produto cultivado numa das faixas de uso da terra? A resposta a estas questões, que não constituem o objetivo desta notícia, poderá ser encontrada, apesar dos pequenos progressos realizados no campo, na família dos modelos normativos em condições de riscos e incertezas e, principalmente, na família dos conceitos comportamentais, e descritivos, cuja estruturação e objetivo de ávida procura por parte dos interessados nos problemas relativos ao processo de decisão humana" (88). (Sem grifo no original)

Neste momento achamos que é melhor opor à citação de Ceron, A.O. uma outra, que formula as questões de uma outra forma e que, a nosso ver, deixa de lado essa visão comportamentalista impregnada pelo subjetivismo psicológico presente nas colocações de Ceron, A.O.

Primeiramente repetiremos uma parte do texto de Marx, K. que acabamos citar, mas que julgamos importante repetir:

"... na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais" (89). (Sem grifo no original)

E mais:

"Em certos estágios de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade, entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De forma de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformaram-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material - que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa - das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas, ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele, faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela sua consciência de si, é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção" (90). (Sem grifo no original)

Assim, para que o problema da agricultura de subsistência seja colocado de forma coerente com o processo histórico da sociedade como um todo, sugerimos o excelente trabalho de Sá Jr. F. (91) sobre a função das atividades de subsistência e o desenvolvimento da agricultura nordestina. Como ilustração citamos um pequeno trecho deste trabalho:

"A penetração das relações de mercado dentro da economia de subsistência se deu sem alterações importantes na escala do tamanho relativo das unidades produtivas dedicadas a cada tipo de cultura, Foi a mesma propriedade familiar, antes voltada para o autoconsumo, que passou a aproveitar o que nela havia de capacidade ociosa, no sentido do mercado. Assim, a mudança das relações de produção correspondente ao surgimento do vínculo com o mercado não foi acompanhada por uma modificação proporcional na forma histórica de produção. O mercado-base para a implantação das relações capitalistas de

produção da maneira como atingia a unidade produtiva não tinha condições para fazer surgir a relação capitalista fundamental a criação da mais-valia - dentro da própria unidade produtiva. O mecanismo espoliativo não se estabeleceu, propriamente dentro de uma relação tipo patrão-trabalhador, mas sim fora da unidade produtiva. Foi a relação externa de produção, ou seja, da que se estabeleceu entre o produtor e o comprador intermediário (o comerciante), que se retirou o excedente. Este equivale à diferença entre o preço pago ao produtor e aquele auferido pelo comerciante.

A razão para essa concentração do excedente nas relações externas ao invés das internas se deve, por um lado, à inexistência de monopólio da terra por parte dos produtores da economia de subsistência que ingressaram na economia de mercado, e, por outro, ao elevado grau de monopolização do capital comercial e financeiro, decorrência lógica da concentração de renda originada historicamente pelo latifúndio exportador" (92).

Outro ponto que julgamos importante analisar na obra de Ceron, A.O. é aquele referente ao "Estado Isolado" e os conceitos sistêmicos. Sobre esse tema Ceron, A.O. afirma:

“Ao supor um espaço como o Estado Isolado, Von Thünen não se estava referindo a um sistema isolado tal como é definido pela moderna Teoria do Sistema, ou seja, como estrutura que não troca massa e energia com o meio envolvente. Embora não tivesse ele utilizado explicitamente a linguagem sistêmica, alguns princípios da teoria formal poderão ser aplicados ao Estado Isolado e às suas condições de funcionamento” (93).

Pelo trecho até aqui descrito, tudo indica que entre os objetivos implícitos no trabalho de Ceron, A.O. está o de refazer o conhecimento com apoio logístico no instrumental conceitual da época. Se o que afirmamos é verdadeiro, pois as evidências são facilmente constatáveis neste trecho citado, e muito mais, se tomarmos outros trabalhos de Ceron, A. O. (94), o que será do processo histórico, para não dizer, o que será da História? Parece-nos que essa posição de Ceron, A.O. frente à História é coerente com sua postura "teórico-

filosófica" que se propõe sempre a refazer a História, dos homens e do conhecimento.

Mas, continuamos a citação de Ceron A. O. sobre essa questão:

"Uma descrição simples do Estado Isolado baseada nos conceitos sistêmicos é dada por Kolars e Nystuen (1974, pág. 197) da seguinte maneira:

"a área recebe constantemente energia sob a forma de luz solar. A produção, transportada para a cidade central, era reduzida a detrito ou lixo e calor. Os detritos poderão, posteriormente, decompor-se produzindo mais calor, e partes dos detritos poderiam voltar para os campos (nesse caso, Von Thünen referia-se somente ao retorno do excremento animal, como fertilizante da terra). No século XIX, a maior parte da força usada no transporte urbano era a animal que consumia grande quantidade de forragens, produzindo, igualmente, grande quantidade de excremento). A energia que entra no sistema sob a forma de luz solar saíria dele sob a forma de re-radiação. Esse tipo de sistema que troca energia, mas não troca massa com o meio chama-se de sistema fechado.

Este fluxo de energia através do sistema permite a muitas de suas partes uma organização em estrutura reconhecível. Da mesma forma que troncos flutuantes se alinham, um após outro, graças ao fluxo d'água, também tudo no sistema homem-meio reflete as características particulares dos fluxos de energia que ele utiliza e ajuda a criar. Da mesma forma que uma corrente estável de água mantém os troncos numa certa direção, o fluxo estável de energia, sob a forma de produção agrícola, mantém o modelo de Von Thünen num estado estável, ou seja, numa forma simples, sem mudanças. Quando novas condições são introduzidas no modelo, acontecerão ajustamentos que o encaminham ao estado "estável".

Como se nota, o Estado Isolado foi identificado a um sistema fechado porque a energia que circula no sistema foi definida em termos de energia solar, trocada com o meio" (95). (Sem grifo no original)

A imaginação dos geógrafos que compõem esta corrente de pensamento é crítica em extremo, pois, tudo parece como se vivêssemos num mundo onde a "ficção científica" fosse

realizada, e que o produzir ciência fosse inventar algo mais fictício do que a própria "ficção científica". Isto prova o absurdo a que pode chegar uma "ciência" que apenas preocupa-se em dar vazão à criatividade humana, que não se questiona, e nem questiona nada. O manto da neutralidade permite que isso ocorra, continuando-se a produzir esta "ciência" e que os princípios de Thünen sejam deturpados dessa forma.

Mas isso se torna mais sério ao verificarmos que Ceron, A.O. apenas, chamou a citação de Kolars e Nystuen de "descrição simples do "Estado Isolado"". O "neocolonialismo cultural" presente no texto, demonstra claramente, a incorporação acrítica que Ceron, A.O. faz desses autores. Não se pode admitir que "isso" seja rotulado de "Geografia científica", pois se assim o for, realmente, a Geografia nunca será ciência.

Mas Ceron, A.O. vai mais longe, pois procura dar outra "interpretação sistêmica" ao "Estado Isolado":

"Entretanto, se a energia no sistema for definida em termos de estímulo básico ao consumo, trocado com o meio envolvente, isto é, com outros sistemas, o Estado Isolado terá que ser definido como um sistema isolado, uma vez que a área, com sua cidade central, não mantém relações com o meio. O estado estável é mantido graças ao constante fluxo de matéria e energia entre produtores e consumidores, uns localizados na zona rural, outros na urbana. A organização interna do Estado Isolado é assim muito simples, as modificações ocorridas, porventura, levam a imediatos ajustamentos de suas partes internas. Os produtores rurais dão respostas imediatas e proporcionais aos estímulos provenientes do centro urbano-mercado e vice-versa" (96). (Sem grifo no original)

Nada mudou entre "science fiction" de Kolars e Nystuen e a de Ceron, A.O.. Ou melhor, só a linguagem: a primeira tem sustentação nas ciências naturais e a segunda na economia burguesa. Será que esses autores não sabem que Von Thünen

apontou seu método como a "matéria mais importante contida em todo seu trabalho"? Pois, Thünen procurou deixar este método, o da idealização, claro no primeiro capítulo de sua obra, para ele, o "Estado Isolado" era instrumento para compreender a realidade.

Do ponto de vista do trabalho de Thünen, não podemos ignorar que o processo de construir idealmente o "Estado Isolado" tinha por objetivo resolver os problemas que enfrentava, ao ter que compreender a realidade, que para ele, apresentava-se como um período de transição onde tudo é o caos o que impede sua compreensão e análise.

Será que isto se coloca também para Ceron, A. O. ou para estes seguidores de Thünen da "ala neo-positivista"? Quanto aos trabalhos de Ceron, A. O. temos a evidência presente. Para os demais é apenas uma questão de investigação. Sobre esta questão o próprio Ceron, A. O. afirma, falando dos exemplos desenvolvidos na escala regional, que:

“... permitem diagnosticar o papel da distância do mercado de um modelo de regressão colocado como auxiliar de análise, entre o pesquisador mundo real, a fim de evidenciar os sinais de ordem que existem no caos aparentemente retratado pela observação e pelo contato empírico e imediato com a realidade” (97).

Aqui não há dúvida de que as bases que fundamentam o discurso devem ser buscadas na lógica transcendental de Kant. E o modelo constitui-se no “óculo” através do qual o investigador vê a ordem na realidade, voltaremos a esta questão adiante.

Com último ponto a ser discutido no trabalho de Ceron, A.O., temos que:

"Em resumo, a obra de Von Thünen talvez tenha sido uma das mais discutidas, criticadas e elogiadas deste século. Inúmeros artigos têm sido a ela dedicados no âmbito dos estudos de localização do uso agrícola da terra. Sua contribuição

para a teoria da localização dos padrões de uso da terra é incontestável particularmente, no que diz respeito à função da distância ...

Em numerosos estudos de exemplos, tem se admitido a hipótese de que a intensidade da agricultura declina regularmente com o aumento da distância do mercado de consumo da produção agrícola, considerando outras variáveis constantes ...

A hipótese em resumo, estabelece que a relação entre a intensidade e a distância é inversa ou negativa. O embasamento teórico desta relação é estabelecido, usualmente, da seguinte forma: a distância da cidade-mercado é uma variável de natureza econômica, uma vez que o custo de transporte, entre os locais de produção e mercado, afeta a renda locacional obtida pelos agricultores com a produção gerada por unidade de área. Considerando que nas áreas localizadas mais próximas do mercado de consumo (cujas vantagens locacionais são maiores que as localizadas mais distantes) a renda obtida é mais elevada, o agricultor poderá efetuar investimentos em máquinas, fertilizantes, defensivos, irrigação e outros inputs de capital. Ao contrário, nas terras localizadas a maior distância do mercado, verificar-se-ia a utilização de áreas maiores e a aplicação de menores quantidades de inputs, de trabalho e capital, por unidade de área, no processo de produção. Em síntese, a distância do mercado de consumo seria um dos fatores controlantes da quantidade de trabalho e capital aplicados na atividade agrícola, controlantes, portanto, dos padrões de distribuição da intensidade da agricultura" (98)

De acordo com a conclusão de Ceron, A.O. a distância do mercado de consumo seria um dos fatores a ser utilizado para explicar os padrões de distribuição da intensidade da agricultura, pois bem, isso só pode ocorrer na situação idealizada, onde o processo da abstração encerra em si mesmo, e não há o retorno à realidade. Onde há sempre um "a priori" no processo do conhecimento, que acaba resultando num processo de encontrar na realidade aquilo que se faz presente no modelo. Não se analisa a realidade como ela é, seus processos, sua História, mas sim o que ela não tem, ou tem, que o modelo tem, ou não tem. Não podemos esquecer-nos que:

“O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, a unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento em processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida, portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação” (99).

Além dessas colocações devemos lembrar que, da forma como Ceron, A. O. emprega o conceito de renda locacional - o motor a mover o processo de intensidade - este conceito não só encobre o lucro médio, o lucro suplementar, a renda da terra e por conseguinte a sua gênese que é a mais-valia, como também encobre o próprio processo real, que pode envolver terras de fertilidade desigual em igualdade de distâncias, que pode envolver a aplicação pura e simples de capital em fertilizantes e etc.

Não é a renda diferencial que é a responsável pelo lucro e pela intensidade, mas sim a quantidade de capital posto em movimento através dos meios de produção pela força do trabalho assalariado sob a condição da propriedade privada.

É necessário também esclarecer que o objetivo da produção capitalista é o lucro médio (mais-valia apropriada) e não a chamada renda locacional, ou mesmo, a própria renda diferencial, pois esta é lucro suplementar que permite ao capitalista pagar o arrendamento caso este não disponha da propriedade privada da terra.

Além dessas colocações devemos lembrar que na agricultura existem formas de produção não capitalista e que estão perfeitamente conectadas no modo de produção capitalista dominante. Essas formas são importantes porque elas e sua conexão, podem, isto sim, explicar o processo de produção na agricultura. A forma que esta toma, é apenas e tão somente produto do processo desse seu conteúdo.

Fechando o raciocínio, poderemos dizer que o desvio está na base, no conceito, pois sabemos que o acesso ao mercado pode participar ou não, da grandeza da renda diferencial, mas nunca, em hipótese alguma, é a sua fonte geradora e o fator fundamental da explicação.

Para ilustrarmos nossa posição citamos um texto de Sá Jr., F. que muito bem demonstra esta situação em sua análise da agricultura de subsistência no Nordeste:

“À medida que se expandia a agricultura de mercado, começava a surgir a renda diferencial, que beneficiava os proprietários das terras que dispunham de melhores condições naturais ou eram mais próximas das vias de acesso ao mercado. Somente quando surge a renda diferencial, é que aparece a possibilidade de gerar a mais-valia dentro da própria unidade produtiva, através da contratação de trabalhadores sem-terra. Contudo, só quando o proprietário pode remunerar o trabalhador num nível equivalente ao da produtividade dos estabelecimentos menos produtivos, é que ele passa a dispor de uma oferta de mão-de-obra. Isso na hipótese de manutenção de uma oferta ilimitada de terra. Mas, desde que ela se torne limitada, em face do crescimento da população e, sobretudo, da apropriação jurídica prévia das terras acessíveis, já poderá o proprietário remunerar o trabalhador abaixo do nível de produtividade dos estabelecimentos menos produtivos, podendo cair essa remuneração abaixo do próprio nível de subsistência. Acreditamos que nos casos que apresentam uma transição para o regime assalariado em parceria para o regime assalariado se verifique a hipótese acima sugerida, uma vez que o regime assalariado pressupõe a formação de uma renda dentro da unidade produtiva, mais elevada do que aquela que seria compatível com o regime de parceria e, além disso, o nível de vida do parceiro se situa em torno do da subsistência, enquanto que o assalariado costuma ficar abaixo dele.

Podemos, portanto, admitir que há uma vinculação estreita entre a forma de produção, a forma de comercialização, sistema de preços e a distribuição da renda, vinculação essa que determina o nível de produtividade ou eficiência do sistema, e condiciona o equilíbrio da estrutura econômico social” (100).

Dessa forma chegamos ao final da apreciação dos trabalhos de Ceron, A. O. e como conclusão, vamos tratar, após a análise do trabalho de Geiger e outros, de alguns problemas cujo objetivo deverá ser, o de ajudar no processo de reflexão necessário após a produção de qualquer obra.

Outro trabalho que escolhemos para analisar, tem certas características, que o difere dos trabalhos de Ceron, A. O. daí a sua importância e a necessidade da sua análise.

Passemos agora a considerar o trabalho de Geiger, P.P.; Motta Lima, M.S.N. e Abi Abib, M. E. "Distribuição de atividades agropastoris em torno da Metrópole de São Paulo".

Através deste trabalho Geiger, P.P. et alli, "propõem-se a realizar "um teste para o modelo de Von Thünen" e baseiam-se nas seguintes considerações:

"O modelo de Von Thünen, que se refere à distribuição de atividades agropastoris pelo espaço geográfico, é bem conhecido. Segundo este modelo, tendo em vista o destino da produção destas atividades para o consumo de um centro que funciona como mercado (sendo este constituído naturalmente de uma grande cidade, e dado às condições de homogeneidade do espaço rural), as atividades acabarão por se organizarem de forma ordenada, segundo anéis, em torno do centro-mercado. Estes anéis serão caracterizados pela presença de determinados gêneros de produtos e sistemas de cultivo. Como modelo, trata-se, evidentemente, de uma abstração a partir da realidade, abstração necessária no sentido de classificar a atuação de uma variável, neste caso, custo de transporte. J. D. Nystuen, citando o próprio texto original de Von Thünen, mostra que este autor tinha plena consciência dos desvios entre a realidade, mais complexa, e o seu modelo, cujo propósito é o de indicar "o efeito e operação de uma variável singela".

Segundo o modelo, os gêneros perecíveis, ou que, por outra razão, tenham custos de transporte relativamente mais elevado (definido pela relação entre o custo de transporte por unidade de produto e o valor da mesma unidade de

produto) se localizarão mais próximo do mercado, produtos de custo de transporte relativamente mais baixo ficarão a maiores distâncias" (101).

Assumindo, portanto todas as premissas e pressupostos que estão implícitos no trabalho de Von Thünen, e que não são discutidas, as considerações iniciais deste trabalho cometem o desvio comum à literatura geográfica, que é o de simplesmente, aplicar, agora rotulando de "teste", teorias propostas em geral nos chamados países capitalistas "avançados". O que faz do trabalho produto "puro" do neocolonialismo cultural.

Mas, um dado chama-nos mais atenção: a preocupação de deixar clara a metodologia que envolve o processo de abstração. Até neste particular, existe uma notável coerência aos princípios thunianos, só que falta a real compreensão do processo de abstração, que como dissemos momentos atrás, que o concreto é a unidade da diversidade, por ser síntese de múltiplas determinações (102).

O que não acontece no processo de abstração, não só de Thünen, como agora em Geiger, P.P., et alli, pois a idealização é um procedimento "a priori", ao procedimento de abstração, ou seja, as categorias são construídas após construção mental da realidade. Os motivos que levam Thünen a assim proceder nós já o analisamos: a visão da realidade de Thünen e seu vínculo com a lógica transcendental de Kant. Assim os comentários que fizemos ao trabalho de Thünen servem, na sua totalidade, ao trabalho ora em discussão.

E esta afirmação que fazemos tem sustentação nas próprias colocações de Geiger, P.P. et alli:

"A validade do modelo pressupõe a estabilidade relativa, ao longo do tempo, da organização em anéis. Mais que isto, pressupõe que os anéis possam se deslocar, se ampliar ou reduzir, mantendo, contudo, a mesma disposição ordinal, por influência do crescimento do mercado e das melhorias

tecnológicas no campo da produção e do transporte. Seria, portanto, de interesse na pesquisa, recorrer a informações sobre as atividades agropastoris referentes a diferentes períodos de tempo" (103).

Assim o motor da História não está na contradição. A fonte do movimento também não está na contradição. Mas sim a História passa a ser uma sucessão de "cortes" no tempo, cujo produto é uma descrição da realidade depois de todos os "a priori", que procuram garantir a estabilidade, ou seja, o equilíbrio para que o "modelo" seja validado.

Tudo poderia parecer um exercício em busca da ciência pura, se nós não soubéssemos do significado desta produção "validada como científica" se não soubéssemos do engajamento político desta "produção científica" ao nível de buscar dar "santidade filosófica" e "respaldo científico" à política econômica em vigor no país. Para tal comprovação basta analisarmos a produção de muitos técnicos da Fundação IBGE que como "funcionários" têm a função de não produzir ciência no sentido alto do termo, mas sim procurar dar justificativas às políticas oficiais de "sanar" os desequilíbrios nacionais, regionais, urbanos, agrários, etc.

É nesse momento que frases como de Marx, K, soam com uma clareza insofismável, mesmo que tenhamos de repeti-la novamente:

“O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (104).

Mas, voltemos ao trabalho propriamente dito. O problema seguinte, reside na questão das "variáveis" disponíveis, pois quase sempre estes "modelos" definham-se ante a chamada "ausência de dados" reinante nos órgãos de estatística do Estado. E as conclusões são as de sempre:

"Vamos considerar, portanto, que os dados dos Censos, são "corretos" e que os dados da Produção Agrícola são "incorretos". Se, no entanto, assumirmos que os erros estão de certa forma igualmente distribuídos pelas unidades de observação, ou municípios poderemos fazer comparações entre os dois conjuntos de dados, em termos da participação relativa de cada município no total da produção ou da área cultivada. Note-se, contudo, que de qualquer forma não seria possível fazer a compatibilidade dos dados do Censo quanto às áreas cultivadas e produtos temporários ou permanentes com os da Produção Agrícola, partindo de somatório envolvendo os diversos produtos desta última, para se obter igualmente áreas em produtos temporários e áreas em produtos permanentes. Isto por duas razões: primeiro porque teríamos que esgotar todos os produtos agrícolas de um município e, na verdade, as estatísticas selecionam uma série de produtos; segundo porque muitas espécies são cultivadas em lavouras intercaladas ou associadas, de modo que a área de uma é também a área de outra" (105).

Quer nos parecer que Geiger, P.P. et alli esqueceram-se de um princípio básico, com relação às estatísticas, e que nós já fizemos referência na parte I de nosso trabalho:

"Portanto, "o buscar dados" depende inteiramente de que interesses eles defendem, os do Instituto de Estatística, a serviço de um governo dado, ou os de uma classe, ou classes, tratando de informar-se para orientar sua estratégia na luta cotidiana. Deve-se recordar que os dados não são neutros, e sim respondem a certas categorias e estas categorias são construídas em função de certas necessidades da organização social" (106).

Mas como as "variáveis disponíveis" eram as que existiam, não houve outra alternativa senão as utilizar, mesmo com todos os, porém e senões. Tudo como se produzir conhecimento da realidade fosse à realização de um exercício aritmético. Isto explica, em parte, a profusão de trabalhos que a chamada "moderna Geografia" tem produzido nos últimos anos, pois parece que não está em jogo o porquê de tais trabalhos, para que servem, a quem servem etc. Nem mesmo, procura-se dar consistência teórica aos mesmos, dentro da

própria linha escolhida. E muito menos, verificar se o "produto" produzido tem alguma coisa a ver com a realidade. Enfim, tudo parece e reflete o subjetivismo, o a-histórico desta linha de pensamento, que está perfeitamente sintonizada com a ideologia reinante, a do modo de produção capitalista.

Agora falemos do "método aplicado" para realização do trabalho, quer dizer, das técnicas empregadas e que aparece com o título de "método". Traça-se sobre um mapa do Brasil dez círculos concêntricos a partir de São Paulo com um raio de 75 Km cada que passam a chamar-se "anéis de análise". Como o número de municípios envolvidos era grande e os recursos humanos e financeiros disponíveis, não tão grandes, partiu-se para o artifício da amostragem e, uma grade quadriculada (37,5 Km de lado cada quadrícula) foi superposta aos anéis. Dessa forma, os primeiros anéis passaram a ter um menor número de quadrículas e os últimos um maior número. Ato contínuo, sorteou-se de forma aleatória 20% das quadrículas de cada anel, e novos "problemas" surgiram:

"Identificadas as quadrículas no mapa, procurou-se relacionar a estas quadrículas, os municípios nelas inscritos. Naturalmente que esta tarefa foi muito delicada, uma vez que frequentemente apenas parte de municípios se encontravam dentro da quadrícula. Nestes casos, cada situação era analisada por si, para que fosse decidida a inclusão ou não do município" (107)

Quer nos parecer que isto não chegou a configurar-se como um "problema", pois, como através da pressuposição, tudo é uma questão de "como se", não seria este fato, que deveria ressaltar como "problema", porque uma regra não se explica pelas exceções. Este procedimento demonstra outro ponto comum dos trabalhos produzidos pela "nova Geografia", a preocupação com a aparência, com minúcias, e o "esquecimento" total da essência dos fenômenos estudados. Embora a principal crítica dessa "nova ordem" sobre a chamada "Geografia Tradicional" é dessa não alcançar

o objetivismo do conhecimento. Pode-se perceber que esta corrente também não é objetiva.

Mas tais preocupações não param aí, vejamos outro “problema metodológico” surgido:

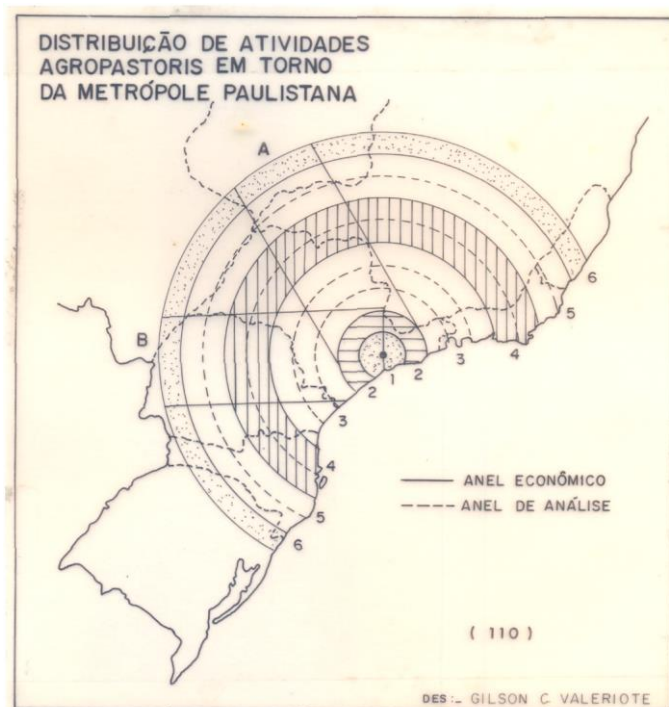
"Além disso, havia um problema metodológico muito sério dado a posição excêntrica da cidade de São Paulo em relação ao continente, os anéis não "fecharam", isto é, na maioria dos círculos não eram completos, uma vez que se projetavam sobre o Oceano ..." (108).

Considerar este tipo de “problema” como sendo de natureza metodológica é a mesma coisa que ter que tratar a realidade como Von Thünen pretendeu tratar: “mudar” as cidades de lugar para que elas coincidissem com o ponto dado pela lógica geométrica. É provável que tal “idealização” também pairou pelas “mentes férteis” desses “ilustres pesquisadores”. Porque é só “construir mentalmente” e pronto, São Paulo passa a ser situada no centro do plano que compõe o “Estado Isolado” de Von Thünen. Talvez se os autores estivessem preocupados um pouco só com ciência, mesmo a sua que é burguesa por excelência, tivessem consultado ao menos o trabalho de Von Thünen, pois caso contrário, só produzirão “ficções científicas” e o “produto” não poderá nem mesmo ser utilizado pelo “establishment”.

Mas voltemos às técnicas que viraram “método”. Como o número de municípios ainda era muito grande e:

“À primeira vista parece que, tendo em conta o objetivo de igual representatividade para cada anel, o certo seria traçar um setor de círculo com vértice em São Paulo, e considerar os trechos dos anéis, inscritos no setor. No entanto, é necessário considerar que a distribuição das atividades agrícolas, na medida em que apresentarem a influência do custo de transporte se adaptará ao traçado das estradas. Optou-se, portanto, por desenhar dois retângulos com largura de 225 Km e o comprimento de 750 Km de largura, superpostos aos anéis e à grade e que recobrem dois grandes eixos de circulação. Um retângulo

A ocupou uma posição que vai de São Paulo na direção noroeste, passando por Ribeirão Preto, Uberaba, Uberlândia até o sudeste de Goiás. Outro retângulo B, tomou a direção de sudoeste cobrindo Botucatu, Jacarezinho, Londrina até a barranca do Rio Paraná. A figura (que colocamos em seguida) (110) mostra o espaço do Brasil estudado, os "anéis de análise, os anéis econômicos identificados no fim do trabalho e os retângulos que cobrem as regiões de observação" (109).



Assim procedendo, chegou-se às unidades (municípios) que serviram como "amostras da realidade a serem analisadas" e demonstrar a validade da "teoria de Von Thünen". Mas, continuamos a nos perguntar: isto é um teste para o modelo de Von Thünen? Salvo engano, não vimos tal procedimento em nenhuma das obras consultadas. Realmente, devemos considerar o trabalho de Geiger, P.P. et alii, como uma inovação metodológica que os neopositivistas devem incorporar para chegar à produção "científica" com poucos recursos humanos e financeiros. Porém, na realidade, a nosso ver tudo não passa de uma "brincadeira" validada como científica, onde participam: mapa, compasso, régua, alguns

conhecimentos de estatística e geometria e através de uma boa dosagem de humor alcança-se o "conhecimento".

Acreditamos que a seriedade não deve apenas permanecer no rol da moral burguesa não sendo utilizada pelos seus lídimos representantes. Será que tudo não passa de uma grande "farsa" onde todos que entraram não sabem por quê? E nem como estão aí? Mas, como estão, têm que "provar" isto? O resultado "disso" passa a ser não só uma afronta para a Geografia, como também para a ciência em geral no Brasil.

Se afirmamos tudo isto, é porque, chega-se ao final do trabalho, e Geiger, O.P. et Alii, continua nos proporcionar outras não menos "brilhantes" conclusões: Primeiro:

"A situação em 1950:

a) 1. anel:

... o que caracteriza este anel e o fato de que sua principal contribuição se faz em produtos do reflorestamento e de matas existentes. Em relação a todas as regiões em estudos considerados, a área ocupada por reflorestamento e matas era de 16% e 4% respectivamente. Seguia-se a lavoura temporária (2%) e que compreendia a produção hortigranjeira. Portanto, esta faixa define o clássico anel fornecedor de lenha e hortigranjeira em torno da cidade" (111).

Como se chegou a esta conclusão é uma pergunta que não encontra resposta no trabalho. Primeiramente, é importante recordar que no "Estado Isolado" de Thünen os anéis de hortigranjeiros e de lenha são anéis distintos. Em segundo lugar, chegar a esta conclusão com esses dados estatísticos é simplesmente admitir que a madeira do reflorestamento se destina ao consumo na cidade como lenha. O que pode ser uma meia verdade, portanto, uma meia mentira. Como na produção científica não existe lugar para "meias mentiras" preferimos achar que houve o engano total. Esperamos que a exceção não seja invocada para justificar a regra, novamente. Mas, mesmo assim, continuamos a nos perguntar: como é

possível com esses "números" chegar-se a essa conclusão? Um "mistério" só resolvido com o pressuposto do "como se", do "faz de conta", etc.

Seguindo:

"Segundo anel

... Os outros 3% representam as fruteiras que assim indicam, mais uma vez, concordância entre a organização do espaço existente e o modelo de Von Thünen" (112).

Novamente, perguntamos perplexos: como é possível? Pelo que conhecemos através da obra de Thünen, uma coisa nada tem a ver com a outra. Sinceramente, não podemos acreditar que os autores deste trabalho tenham consultado uma bibliografia mínima sobre a "teoria de Von Thünen", pois apenas um trabalho está citado como tal. Nossa interrogação deve-se ao fato que, em primeiro lugar, o 2º. anel de Thünen é o anel das florestas e o 3º. anel é o anel das rotações de cereais e raízes, portanto, isso nada tem a ver com os percentuais de produtos apontados pelos autores.

E pensar, que o próprio IBGE publicou os trabalhos de Waibel, L. sobre Von Thünen!

"Terceiro

c) 5. anel - (dos 525 a 675 Km - atingindo o sul de Goiás) ... A principal contribuição deste anel consiste em pastagens, 38% do total da região em estudo, mas, tanto as matas como as lavouras temporárias são também muito expressivas. As lavouras temporárias alcançam 21% do total da região, sendo o arroz a lavoura mais importante. Uberlândia é o grande centro urbano deste anel. Esta disposição encontra-se, portanto, de acordo com o modelo de Von Thünen, que prevê anel de cereais externo à grande cidade-mercado" (111).

Será que, o que Geiger P.P. et alii invocam aqui, é a presença de cultivo de cereais no anel de criação de gado do "Estado Isolado"? Se for, errou-se por princípio, ou seja, errou-se por

desconhecimento da obra de Thünen, pois no "Estado Isolado" esta produção de cereais destina-se às destilarias.

“Quarto:

Quanto à situação em 1970:

g) Sumário

Houve também alteração na distribuição das atividades, em certo sentido mostrando maior adaptação ao modelo racional de Von Thünen, e, ao mesmo tempo, mostrando o surgimento de novos centros comerciais, cidades médias e grandes ... " (114.

Realmente, tudo parece indicar que para os autores o problema é procurar, custe o que custar, uma identidade formal entre o modelo de Von Thünen e a realidade agrícola do estado de São Paulo. A citação é pródiga neste particular, as cidades são introduzidas como reflexo da coerência entre a realidade e o modelo.

“Quinto:

Quanto à situação em 1970 na direção do Paraná.

g) Sumário

O exame da região que se estende da metrópole paulistana, ao norte do Paraná, vem confirmar o que fora observado na região anterior: é possível certa ordenação geral das atividades agrícolas, respeitadas distorções variadas devidas a uma série de influências, entre as quais, as ecológicas são, sem dúvida, muito importantes" (115).

Realizado todo esse esforço até que a realidade ficou parecida com o modelo de Thünen. A questão é verificar se isso é verdade mesmo, ou será que se procurou, na realidade, apenas aquilo que interessava, para "provar" a validade do modelo? Pois, até as condições ecológicas foram trazidas à tona para explicar as distorções. Mas não esqueçamos que, em outras épocas, seriam taxados de “deterministas” os que assim procedessem.

“Sexto e último

4 - Conclusões

Podemos concluir que o trabalho realizado mostra que a distribuição das atividades agropastoris - nos espaços rurais que contornam a metrópole paulistana - obedece a forças econômicas, as quais moldam uma configuração geral suscetível de ser abstraída em termos de um modelo. Este modelo se aproxima bastante daquele proposto por Von Thünen, baseado na relação entre o valor unitário de cada produto e o custo de transporte da mesma unidade ... Os resultados desta pesquisa fazem-nos pensar, portanto, na possibilidade de relacionar este tipo de estudo com os de fretes e da política de transportes. Até que ponto será indicado cobrar taxas diversas de frete, segundo diferentes direções a partir da metrópole, atendendo às diferenciações geográficas que fazem com que os mesmos produtos se localizem a distâncias diversas. Neste caso haveria acentuação da especialização em certas áreas valendo-se de suas vantagens de condições físicas e quebrando a força do modelo original? Até que ponto pode o planejamento presidir futuras expansões ou alterações nos anéis do modelo em pauta? ” (116).

Após esta conclusão, fica uma pergunta: como é possível fazer, na primeira parte desta citação, a afirmação que aí está exposta? Pelo pouco que aprendemos em Thünen e nos denominados por Ceron, A.O. como a "família" de modelos thunianos" esta "metodologia" não se faz presente. E mais, pelo que consta, a variável fundamental na teoria de Von Thünen é o custo de transporte. Pelo que estamos observando, este trabalho não foi "um teste para o modelo de Von Thünen," mas sim, um outro modelo para estudo da configuração espacial das atividades agropastoris que se "aproxima bastante" daquele proposto por Thünen. Mais uma incoerência frente à proposta inicial, dotada de inconsistência lógica do ponto de vista do discurso científico.

Entretanto, a questão fundamental fica para o último parágrafo do texto, onde estão todos os reais motivos da "produção" deste trabalho e sua implicação ideológica com a ideologia dominante. E mais, os resultados da pesquisa deveriam ser o início da pesquisa, pois frete e política de transporte são o início e não a

conclusão de um trabalho que pretende ter como modelo Von Thünen. As respostas as perguntas feitas pelos autores talvez se constituam no arsenal conceitual que o "status quo" deseja, para fundamentar sua política econômica. Mas, como as contradições, também aí, estão presentes, nem produzir "algo aproveitável" pelo "stablishment" Geiger P.P. et alii conseguiram.

Este trabalho é um dos melhores exemplos do que tem sido a "produção científica" da "nova Geografia". Sua crítica, repetimos, é uma obrigação dos que ainda lutam por uma ciência, pelo menos séria, coerente e consistente, do ponto de vista teórico.

Tratando assim da "atualidade" da teoria de Von Thünen na Geografia Agrária do Brasil, podemos verificar que, na chamada "nova Geografia", falta um mínimo de "tradição" no tratamento da "teoria de Von Thünen", como encontramos presente nas obras de muitos economistas. A conclusão a esse respeito é uma só: os "geógrafos modernos" não dominam o instrumental teórico da economia política, por isso não conseguem nem reproduzir Thünen, quanto mais criticá-lo.

Considerados os pontos críticos apontados nos trabalhos desta "corrente" do pensamento geográfico, julgamos ser necessário apresentar algumas conclusões a respeito dessas obras, com o fim de melhor aclarar o seu embasamento e, dessa forma, contribuir para o processo de reflexão necessário após a produção de qualquer trabalho.

Duas ordens de questões se impõem para discussão neste momento. A primeira delas refere-se ao objeto da Geografia como ciência; as questões relativas ao espaço e ao tempo e as categorias da dialética (forma e conteúdo).

Quanto a espaço e tempo, temos que os considerar como formas gerais de ser da matéria. Ou, como afirmou Lenin, V. I.:

"Não há nada no mundo além da matéria em movimento, e a matéria em movimento não pode mover-se de outro modo a não ser no espaço e no tempo" (117).

Dessa forma compreendidos, espaço e tempo, como formas essenciais da existência da matéria movente, ficou estabelecido a unidade orgânica do espaço, do tempo e do movimento, ou seja, é impossível sua separação. (118)

As concepções científicas sobre as propriedades espaciais-temporais dos objetos materiais concretos evoluíram e, no último século, Albert Einstein apresentou a chamada teoria da relatividade, onde está revelado claramente a ligação orgânica do espaço e do tempo, tanto de um com o outro como com a matéria em movimento.

Assim:

"De acordo com a teoria da relatividade, o espaço e o tempo não se modificam isoladamente, mas em ligação indissolúvel, um com o outro. Esta ligação é tão estrita que eles formam um todo inseparável, e o tempo assume como que o papel de uma quarta dimensão, em complemento às três dimensões do espaço". (119)

Com a teoria da relatividade temos fundamentalmente, a revelação da unidade da matéria e das formas gerais de sua existência - o movimento, o espaço e o tempo. Estes enunciados em forma de leis não podem ser ignorados.

Dessa forma, não acreditamos ser possível, mesmo do ponto de vista analítico, a tentativa de ter o espaço como objeto do discurso geográfico, pois mesmo que seja entendido da forma como afirmamos antes, continua, no mínimo, contraditório.

Assim, as colocações nitidamente espacialistas dos autores que abordamos, são, na raiz, produto de uma "ciência construída" sobre bases acientíficas, o que a torna apenas, produto da ideologia burguesa.

Quanto às categorias, o conteúdo e a forma; devemos afirmar que a primeira é o conjunto de elementos e processos que formam um determinado objeto ou fenômeno e a segunda é a estrutura, a organização do conteúdo e não algo externo em relação ao conteúdo, mas, intrinsecamente inerente a ele. No materialismo dialético parte-se da unidade do conteúdo e da forma, de sua inseparabilidade; tanto a forma quanto o conteúdo são inerentes a um dado objeto e, por isso, não podem ser separados um do outro. Entretanto:

“O conteúdo determina a forma” (120).

Mas, embora a forma seja gerada pelo conteúdo, esta não se mantém passiva em relação a ele. Ela influi ativamente sobre o conteúdo, possibilitando ou entretendo o seu desenvolvimento. Também, não podemos esquecer que um mesmo conteúdo pode desenvolver-se sob diferentes formas. E mais:

“ ... para se compreender mais plenamente a correlação entre conteúdo e forma, é importante esclarecer o caráter contraditório desta relação. Já dissemos que, ao contrário do conteúdo, a forma é mais estável, menos móvel. Por isso, ela se atrasa em relação ao desenvolvimento do conteúdo, envelhece e entra em contradição com ele. A contradição entre a velha forma e o novo conteúdo é coroada, frequentemente, com o abandono da velha forma e a sua substituição por uma forma nova, em consequência do que o conteúdo abre caminho para um desenvolvimento posterior” (121).

Portanto, chegamos a um ponto fundamental, a mais importante lei da dialética: a lei da unidade e da luta dos contrários. Lenin a denominou essência e núcleo da dialética. Marx escreveu que "o concreto é concreto por ser a síntese de

múltiplas determinações, logo, a unidade da diversidade". O que implica na compreensão da totalidade como totalidade contraditória e não como pretende a corrente neo-positivista - "modelista" - uma totalidade em equilíbrio, e onde os axiomas constituem proposições supostamente verdadeiras. Isto nos remete à segunda ordem de questões.

Sobre ela pretendemos, naquilo que for possível, esclarecer os fundamentos desta corrente em Geografia. Primeiramente, devemos ater-nos às colocações de Barnbrock, J.:

“As expressões “teoria” e “modelo” são usadas livremente e infelizmente trocadas uma pela outra. Esta confusão baseia-se numa deficiência para distinguir entre a teoria e o formalismo empregado. A expressão "modelo" descreve a estrutura geral de uma teoria, mas é uma abstração da realidade e como tal é uma "formal construct" para obter-se o conhecimento da realidade. Neste particular um isomorfismo entre realidade e teoria é uma pré-condição necessária. Os modelos, como representação da realidade, sempre implicam em idealizações e abstrações do mundo real" (122).

Para os neo-positivistas na Geografia, a sociedade é compreendida sob a forma de uma estrutura social harmônica. A realidade é vista, ao ser transposta para a estrutura ideal, como algo que impõe ordem na realidade ao pesquisador, pois, esta realidade é admitida como um caos.

Dessa forma, tal posição pressupõe que as coisas sejam percebidas em inúmeras interdependências, (que impõem obstáculos para o sujeito pensante); esta realidade encoberta, não pode ser corretamente analisada, tornando-se necessário a tarefa de primeiro, abstrair os princípios e então transferi-los para o modelo, (ao invés de transferir as condições reais), constituindo-se, pois, o modelo numa manifestação da razão pura. Esta idealização da realidade como um "objeto pensante" está baseada na lógica transcendental de Kant. Como as numerosas interdependências existentes na realidade não

podem ser conceitualizadas, o "objeto pensante" é forçado a relacionar-se com uma abstração dessa realidade. A partir deste momento esta percepção é internalizada no "objeto pensante" através do processo mental, inerente ao processo de abstração. Dessa forma, as categorias são formadas pelo intelecto confrontando a compreensão, no domínio ainda puro, com certos princípios de ação. O processo de raciocínio abstrato e a elevação do objeto pensante para uma posição frente à qual ele torna-se a única fonte das categorias do pensamento é a pressuposição básica, não só da "corrente" dos modelos em Geografia, mas também dos economistas neoclássicos em geral. Como se sabe:

"A transposição da realidade para uma estrutura idealizada pelo intelecto e a aplicação de hipóteses, leis normativas de ação para estas categorias abstratas tem suas origens na fundamentação filosófica da lógica de Kant. "Kant confronta as leis naturais da esfera fenomenológica no domínio da liberdade com máximo de ação".

Assim a aplicabilidade de técnicas matemáticas nos neoclássicos ortodoxos, está baseada na lógica transcendental de Kant. Sem estas bases Kantianas, os economistas neoclássicos, e a teoria locacional derivariam, portanto ao colapso" (123).

Como decorrência, temos o processo que leva à inversão da cognição e entidade, matéria e consciência, que é um processo inerente a todas as formas de idealização, ou das formas subjetivas ou objetivas do idealismo. Pois com a separação do mundo da matéria do mundo do senso, impõe-se um dualismo sobre o mundo, dualismo este, que pode ser visto nas relações entre fatos e valores e entre o homem e a natureza. Como consequência desse processo passa-se a ter uma dominação da razão sobre a interação social, que por sua vez vai dar origem a uma enganosa delineação da realidade através de uma inversão e urna relação tipicamente unilateral entre o sujeito e o objeto. A construção de modelos baseados em harmônicas relações humanas nega a História e evidencia a natureza de seu caráter ideológico, porque a essência do idealismo é auto realização do

ato cognitivo, e o processo epistemológico é considerado como dominação da mente sobre a matéria. Dessa maneira, o caráter de classe da sociedade, que, como sabemos, resulta da divisão do trabalho, passa a ser interpretado através de uma abstrata filosofia de vida, o que implica em tornar a teoria uma declaração eticamente neutra. Como consequência a luta de classes não poderia ser conceitualizadas e toda interação humana teria que ser submetida às relações harmônicas construídas fora da razão pura.

Outra questão, que julgamos importante enunciar dentro da segunda ordem de questões refere-se ao uso do cálculo infinitesimal na Geografia e nas Ciências Sociais. Julgamos importante porque, o uso da "metalinguagem matemática" tornou-se um poderoso instrumento para os economistas neoclássicos e para a teoria locacional em particular. Sobre esta questão citamos novamente Barnbrock, J.:

"Ficou demonstrado que o uso da matemática nasceu fora de um processo deista do raciocínio numa época particular. Para a interpretação de relações humanas em termos de um sistema mecanicista quase reativo, funcionando com um ordenamento harmônico de todas as atividades, foi necessário um a priori. A noção de um objeto percebido operando sob o princípio da razão pura abre possibilidades para descrever a interação social similarmente àqueles usados na Física. O cálculo infinitesimal pode em seguida ser aplicado para demonstrar um "maximum maximorum" o qual o homem experimenta realizar. Em seguida, o procedimento que empregamos nas nossas investigações a respeito do máximo retorno líquido esta também de acordo com a matemática, a qual determina o valor máximo de uma função com múltiplas variáveis ... neste sentido, fica provada a admissibilidade e propriedade do método demonstrado" (124).

Assim, se os modelos matemáticos são considerados como "estruturas formais representando uma teoria", temos que a validade de uma teoria passa a ser determinada independentemente de considerações matemáticas e o "abuso da

matemática não pode, em hipótese alguma, refletir a validade de uma teoria". É assim que as mais recentes teorias matemáticas sociais são kantianas sem sabê-lo, do mesmo modo que por analogia podemos dizer que o uso da matemática nos trabalhos de Ceron, A.O. e Geiger P.P. et alii, refletem especificamente suposições kantianas.

Dentro dessa perspectiva de necessidade do debate teórico na Geografia é que Barnbrock, J. defende a necessidade de estendê-lo a teóricos locacionais principalmente Weber A., Lösch, A., e outros. Sobre esta questão afirma:

"O trabalho de Alfred Weber sobre a localização das indústrias é uma demonstração de uma metodologia derivada da escola histórica alemã. A teoria locacional de August Lösch, igualmente, vem para defrontar-se com os procedimentos analíticos empíricos da ciência positiva.

Hoje nós julgamos as contribuições destes primeiros teóricos locacionais da geografia espacial sem considerar as diferenças envolvidas nas metodologias por eles empregadas.

Parece-nos crer, credulamente, que os objetos investigados podem conceitualizar interdependências objetivas dentro de uma totalidade sem refletir a natureza dos instrumentos metodológicos utilizados. Se a totalidade é restrita para significar uma serie de relações fundamentais, apresentando uma interdependência pré-estruturada, em seguida, o conceito de totalidade passa a expressar conexões hipotéticas dentro de um sistema de sistemas. A apropriação de uma conceituação da totalidade social na forma de um sistema ou como descrição de um modelo-teórico, tem sido questionado. O total é mais que o justo agregado de partes e é certamente mais que uma série de conexões hipotéticas (125).

Dessa maneira temos que comungar com Barnbrock, J., cujo trabalho escudou boa parte das colocações aqui feitas, o reconhecimento de que as raízes da lógica formal dos modelos espaciais de localização estão na filosofia kantiana, com suas interpretações subjetivas do espaço e do tempo. A notável semelhança

da chamada família thuniana de modelos com o original é uma larga extensão somente formal. Barnbrock, H. neste particular, foi categórico: "Nós temos mostrado que no trabalho de Von Thünen, o Estado Isolado, e suas expressões geográficas tem servido como uma pré-condição ou subproduto para novas análises de uma idealizada sociedade harmônica". (126)

Na sua moderna versão, estes modelos pressupõem uma sociedade racional harmoniosa, fazendo com que a análise fique confinada ao exame das localizações preferenciais e suas consequências. Essencial e não essencial são confundidos frequentemente, mas o que fica de comum para ambos os métodos de investigação é a fundamentação na lógica transcendental de Kant. Como sabemos e temos apontado seguidamente, esta fundamentação não existe sem um forte conteúdo ideológico, conteúdo este, que se identifica com o da burguesia capitalista.

Retomemos a partir de agora, a análise das obras na Geografia Agrária do Brasil, que tem Von Thünen como suporte teórico. Vejamos, portanto a "Geografia Agrária Tradicional" (como foi chamada por Felizola Diniz, J.A.), como essa corrente, no Brasil, utilizou a "teoria de Von Thünen".

Talvez uma das obras mais importantes que os chamados partidários da "Geografia Agrária Tradicional" tiveram e têm como fonte inesgotável de matéria-prima para produzir e reproduzir obras na Geografia; discutir método e teoria em Geografia Agrária, em particular; foi-nos legada por Waibel, L.. Infelizmente, ela nem mesmo foi citada por Geiger, P.P. et alii, quando de seu "trabalho" de teste do modelo de Von Thünen no Estado de São Paulo. Este fato é lamentável sob todos os aspectos, porque sabemos que foi o próprio IBGE, quem se incumbiu, em 1958, de reunir uma série de trabalhos de Waibel, L. dois dos quais sobre a "teoria de Von Thünen".

Mas, dizíamos da importância da obra de Waibel e repetimos tal afirmativa, porque a coerência e a consistência lógica são os pontos altos de seu trabalho.

Nela, o pesquisador encontra todo o instrumental que foi utilizado para a produção de sua obra, seu engajamento político, e a defesa incondicional de uma "ciência pura". Pode-se criticá-lo diante de tal fato, mas em hipótese alguma, poderemos dizer que faltou-lhe conhecimento para que os usos de determinados conceitos fossem utilizados de forma coerente e lógica.

O conhecimento de fato, de obras de muitos autores, evidentemente da corrente de pensamento que achava correta, é um fato presente em seus trabalhos e digno de registro.

Poderíamos até dizer que ele realmente viveu e conheceu uma época como muitos hoje gostariam de ter vivido e conhecido.

Mesmo assim, seus trabalhos são passíveis de crítica, mas de uma crítica que só pode contribuir para que melhor entendamos sua obra. Esperamos, pois iniciar este caminho, uma vez que abordaremos com maior profundidade dois trabalhos dessa coletânea que compõe os "Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil".

A incorporação que Waibel, L. faz da "teoria de Von Thünen" na Geografia Agrária deve ser entendida dentro do contexto histórico em que se insere. Primeiramente, são as contradições do capitalismo como um todo, particularmente na Alemanha, o grande cenário.

De início, devemos lembrar que do ponto de vista econômico, a Alemanha realizou sua marcha para a industrialização tardiamente, se comparado com outros países europeus principalmente, isso deveu-se, como se sabe, à contradições internas da formação social alemã. Embora o arranque fosse tardio,

ganhou rapidamente um lugar entre as grandes potências industriais. É assim que a partir de 1880, ganha o segundo lugar entre as potências industriais (127). Sobre esse período, Poulantzas, N. afirma:

"No começo do século, a Alemanha entrara decididamente no estágio imperialista. O ritmo de concentração do capital, próprio do capitalismo monopolista, é tal que a produção industrial cresce três vezes mais depressa que o número das empresas. A fusão do capital bancário e daquela parte do capital industrial que tem já um caráter de monopólio inicia-se no princípio do século XX, originando, nos grandes trusts e Konzern, o capital financeiro. A partir desta altura restam apenas nove grandes bancos alemães, estreitamente ligados entre si por "comunidades de interesses" e à indústria pelo sistema das participações. A exportação de capitais aumenta de forma espetacular, ocupando a Alemanha, em 1913, o terceiro lugar das potências mundiais, quanto à exportação de capitais. Ela é, enfim, nesta altura, a seguir à França, o país cujo capital monopolizador participa em maior número de cartéis internacionais" (128)

Entretanto, este edifício já apresentava profundas fendas e não foi à guerra de 1914/1918 que de uma forma repentina, veio criar dificuldades ao processo anteriormente harmônico. O conjunto das consequências advindas da guerra inscreveu-se no conjunto das contradições da formação social alemã, no seio da cadeia imperialista, na medida em que a guerra não foi, em última análise, mais do que o seu efeito. Pois, somente em 1927 é que, do ponto de vista econômico, a Alemanha chega ao volume da produção industrial alcançada antes do período da guerra, e no ano seguinte, 1928, ultrapassa-a em 15%, voltando assim a ocupar o segundo lugar entre os países industriais. É no período entre 1924 e 1929 que o progresso técnico e a produtividade do trabalho ultrapassam o índice alcançado no período anterior à guerra e chegam a equiparar-se ao dos Estados Unidos. E mais, o processo de concentração do capital e de constituição do capital financeiro acelera-se de forma rápida. (129)

Mesmo assim, Poulantzas, N. julga importante demonstrar que as coisas não foram tão fáceis no período pós-guerra:

"É verdade que a guerra ocorreu na Alemanha com o pagamento das reparações devidas em virtude dos tratados de paz. Este fenômeno de transformação de um país credor do estrangeiro num país devedor ao estrangeiro, teve consequências importantes: contribuiu muito particularmente, para a criação de uma situação inflacionista permanente, que se agravou com a crise mundial de 1929. E provocou, igualmente, para a sua reconstrução industrial, um grave endividamento da indústria alemã com relação ao estrangeiro - principalmente em relação aos Estados Unidos - transformando-se, assim, este país exportador de capitais num país importador de capitais. Mas estas consequências da guerra vieram inserir-se nas dificuldades inerentes ao desenvolvimento do capitalismo na Alemanha: foi nesta medida que contribuíram para criar a situação de crise, no começo dos anos trinta" (130).

Mas as profundas fendas que apresentava o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha antes da guerra de 1914/1918 eram evidentes, principalmente quando analisado o ritmo do crescimento industrial:

1880 - 1890 = 6,4%

1890 - 1900 = 6,1%

1900 - 1918 = 4,2%

Segundo Poulantzas, N. essas fendas profundas têm sua origem na Alemanha devido:

"... à transição concreta do feudalismo para o capitalismo e à natureza e o processo da sua revolução democrática burguesa. Essa "revolução" (que é preciso meter entre aspas) foi particularmente tardia. Não se realizou sob a direção hegemônica da burguesia, se bem que a burguesia alemã estivesse já então muito avançada economicamente. Devido ao medo que lhe provocava um proletariado já constituído, a revolução foi conduzida por Bismarck, "a partir de cima", por intermédio de uma aliança particular da burguesia com a nobreza rural, com grandes proprietários de terras da Prússia - os quais

conservaram, durante muito tempo, uma preponderância política decisiva no seio desta aliança.

O processo foi marcado não só por formas específicas do aparelho do Estado e das suas instituições - formas no interior das quais o tipo feudal de Estado revelou uma persistência notável - mas também por um atraso e uma desigualdade característica na realização da "unidade nacional" da Alemanha. Unidade nacional significa no quadro da revolução democrático-burguesa, "unidade econômica" de uma formação social, entendendo-se, contudo, que esta unidade econômica, enquanto nacional é sobre determinada por toda uma série de dados políticos - a forma de Estado burguês - e ideológicos - ideologia política da burguesia, o que em larga medida, faltou na Alemanha". (131)

Dessa maneira, mesmo com o processo iniciado desde o Zollverein e depois Bismarck, a comunidade econômica e nacional alemã não estava totalmente realizada, apesar da constituição de Weimar, às portas do nacional-socialismo. Em todo o território do Reich as regiões que se originaram de antigos Estados e muitas cidades possuíam ainda seu estatuto jurídico e administrativo particular, que lhes permitia possuir com ampla autonomia seus parlamentos, governos e aparelhos de Estado. Estas características da Alemanha fazem com que Poulantzas, N., conclua que:

"A constituição do Estado burguês estava pois, bem atrasada, correlato a fraqueza hegemônica da burguesia alemã".

Toda esta situação antes apontada da Alemanha teve seus reflexos sobre a base econômica da sociedade. Entre eles, aponta-se:

“- a sua situação comercial de exportação no mercado mundial que se tornou crítica particularmente devido ao ritmo e a forma deste processo de conjunto da formação social alemã;

- o impedimento da Alemanha em forjar seu império colonial, devido ao arranque tardio do seu processo de industrialização, bem como devido às formas políticas sob as quais esse processo se desenvolveu;

- as possessões adquiridas que praticamente não lhe serviram como mercados comerciais, e como territórios para exportação de capitais. (133)

Mas, é evidente que não só no domínio das relações externas ocorreram esses problemas, mas também no nível interno, que, segundo Poulantzas, N. teve grande importância no quadro do nacional-socialismo. Primeiro, em consequência da ausência da unidade nacional, as desigualdades internas agravaram-se, principalmente em função da dominância do modo de produção capitalista sobre os outros modos de produção na formação social alemã. Em seguida, podemos dizer que, devido ao papel político dos grandes latifundiários, a industrialização começou, principalmente, como enclaves incrustados no interior da formação social. Sobre essa questão Poulantzas, N. afirma:

"Apesar da eficácia, assinalada por Lenin, da "via prussiana" para o capitalismo na agricultura, o setor agrícola limitou-se a seguir, penosamente e de longe, o setor industrial, tendo o modo de produção feudal deixado nele sequelas importantes". (134)

Estas desigualdades de desenvolvimento vão acentuar-se muito mais depois da guerra de 1914/1918 e quase chega a um processo de estagnação, pois, inversamente ao que ocorreu com a indústria, o volume global da produção agrícola alcançou em 1929 apenas 3/4 do que havia conseguido em 1913. Enfim:

"É que se enxerta aqui o agravamento do desenvolvimento desigual entre a indústria e a agricultura, que, como mostrou Lenin, acompanha o processo do capitalismo monopolista. Isto acabou por provocar uma "compressão" característica do mercado interno alemão, compressão acentuada pela taxa, muito elevada e constante, do desemprego durante todo este período de após-guerra: essa compressão era particularmente grave devido à ausência de mercados externos" (135).

Assim, nesta "revolução feita de cima para baixo" na Alemanha, o papel do Estado foi decisivo. Este papel

manifestou-se nas funções econômicas mais importantes e nas sistemáticas intervenções do Estado na economia, que vai caracterizar praticamente todo o processo do capitalismo na Alemanha. Isto faz com que Poulantzas, N. afirme:

"A burguesia alemã foi constantemente tributária do Estado, cujo pronunciado papel econômico lhe foi indispensável". (136)

Entretanto, a partir do momento em que esse processo desencadeou a necessidade do papel do Estado, principalmente porque situou-se no quadro político particular da revolução a partir de cima, os incidentes passaram a acontecer. Este papel do Estado não pode, com efeito, transgredir os limites impostos pelo poder de Estado, porque:

"No seio das alianças de classe deste poder de Estado, os grandes latifundiários (que, principalmente, por razões políticas e ideológicas, continuaram a ser durante muito tempo uma classe distinta, e, depois, uma fração autônoma da burguesia) talharam para si um lugar importante (desproporcionado, poderia dizer-se, ao seu poder econômico e ao seu lugar na produção): eles dispunham mesmo, quase exclusivamente, dessa peça essencial do aparelho de Estado alemão que é a Reichswehr" (137).

Entre os incidentes desencadeados com o processo de interação do Estado alemão estava a própria Constituição de Weimar, que ajudou este constante papel intervencionista do Estado, entravando, precisamente, o papel específico que lhe cabia no processo do capitalismo monopolista, que era a intervenção maciça a favor do capital financeiro. Intervenção maciça, pois a situação do capitalismo se degradava rapidamente, consequência do conjunto de contradições da formação social alemã. Estes fatos levaram Poulantzas, N. a concluir que:

"Já aqui começa a desenhar-se claramente a fraqueza da Alemanha como elo da cadeia imperialista. Esta fraqueza releva do conjunto das contradições da formação social alemã, mas suas relações com os outros países da cadeia imperialista. O seu desenvolvimento "econômico" avançado constitui, mas só

se o considerarmos no conjunto das contradições da formação alemã, uma das peças essenciais desta fraqueza. Fraqueza que só ganha sentido na periodização do processo imperialista, por quanto se situa nas contradições da transição para o estabelecimento da dominância do capitalismo monopolista". (138)

A produção científica de Waibel, L. deve ser compreendida nesse universo histórico e aí contextualizada, pois Waibel, L. não só viveu como produziu ciência dentro e perfeitamente conectado nesse universo. Podemos observar tal posição em trechos de sua bibliografia publicada por Pfeiffer, G.:

"Como assistente de Thorbecke - partiu para uma expedição na África, na então colônia do Camerum (Forschungsreise der Deutschen Kolonialgesellschaft 1911/1912). Desta viagem resultou "Von Urwald zur Wüste" e "Der Mensch im Wald und Grassland von Kamerum" Geogr. Zeitschrift. Bd. XX, 1914, Heft 3, 4, 5. Da Zoogeografia pura, Waibel passa nestas obras à tentativa de aplicar os métodos de trabalhos biogeográficos ao estudo de problemas antropogeográficos.

Logo em seguida (1914), parte novamente para a África em companhia de Jagüer, indo para a colônia do Cabo. A intenção era, partindo de Otavi e Tsumeb, visitar a grande depressão de Etoseha e a região do sul da mesma. A primeira etapa foi realizada até agosto de 1914, quando os exploradores tiveram notícias do rompimento da guerra. Interrompendo a viagem, voltaram à região civilizada pondo-se à disposição das autoridades militares. Todo o período da guerra, ambos serviram nas tropas de proteção (schutztruppe) como cavalários.

Em maio de 1916 obtiveram permissão de viajar pelo deserto e pelo Kalahari. Durante o inverno seco viajam pelo interior, permanecendo no litoral civilizado durante o verão úmido. Na "solidão da fazenda do sudoeste africano" nasceu então o livro "Urwald, Feld und Wüste". Este livro, além de satisfazer ao público em geral, dadas as suas excelentes descrições da paisagem africana e do sistema de vida nas "farms" trouxe também valiosas contribuições científicas. Em nenhuma de suas obras posteriores pode Waibel expor e descrever os assuntos e problemas tratados com tamanha clareza e felicidade de expressão". (139) (Sem grifo no original)

Foi, portanto, a colônia alemã de Camerum um dos grandes laboratórios das pesquisas de Waibel, L.; é óbvio que este trabalho ligado principalmente a Zoogeografia, Climatologia e Morfologia, não era sem conteúdo ideológico, pois a condição de colônia desta parte do território africano era a determinante em última instância, e a base material para a produção científica. Nesse particular Waibel, L. foi um exemplo do que significou a produção científica em Geografia durante toda a fase colonialista dos países europeus. Essa visão profundamente colonialista de Waibel, L. se fez presente em suas obras de forma marcante, como, por exemplo, na citação abaixo:

"e assim chego, como resultado final de minhas análises a expor o problema colonial alemão. O fato de que, como estado industrial superpovoado, temos o mesmo direito nos trópicos que a Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos, e Japão, quase se justifica pelo que ficou dito atrás. Mas, a própria África tropical é interessada na nossa cooperação, uma vez que temos grandes experiências e obtivemos ótimos resultados no combate às moléstias tropicais, sem o que não é possível pensar num fomento econômico e cultural dos nativos na África. Os trópicos africanos necessitam de muitos missionários no sentido lato, mensageiros de uma cultura material e espiritual mais adiantada para que contribuam para o aproveitamento das valiosas dádivas que oferece a natureza e colocá-las a serviço da humanidade inteira. E quem desejaria que o povo alemão fosse excluído desta formidável missão cultural? Aquele povo exatamente que em todos os empreendimentos culturais pioneiros sempre cooperou entre os primeiros e que nas suas antigas colônias da África e mares do Sul demonstrou que pode realizar, com êxito, também uma colonização oficial nos trópicos!" (140)

É evidente, que essa postura assumida conscientemente por Waibel, L., define sua "produção científica" dentro de todo o contexto histórico mundial, onde o etnocentrismo, a europeização do mundo, e a "supremacia da civilização da Europa Ocidental" tinha que ser imposta, todos esses argumentos tinham o objetivo explícito de dar fundamentação "teórica e científica" à política

imperialista dos países capitalistas europeus. Essa postura é denunciada de forma contundente por Folke, S.:

"A serviço do imperialismo a Geografia desempenhou tanto uma função material como uma função ideológica. Muniu exploradores, negociantes e colonizadores com informações (mais ou menos) exatas sobre os lugares de todo o mundo. Mas também forneceu uma racionalização ideológica da conquista, exploração e opressão europeia de outras áreas e outros povos. É suficiente mencionar a noção do "The white man's burden!" (141).

Além dessa contextualização histórica, é preciso ressaltar também, que a incorporação da "teoria de Thünen" por Waibel, L. deve ser compreendida dentro da grande discussão no seio das ciências na Alemanha, pois o objeto do litígio relaciona-se com o estatuto das ciências humanas, que se encontrava numa encruzilhada: ou afirmava sua autonomia, ou seria reduzida (pretensão dos positivistas) às ciências da natureza.

E como se sabe na Geografia essa discussão gerou duas correntes: uma determinista e outra possibilista. Como se sabe também, a Geografia alemã desta época, e de pouco antes, está profundamente marcada pelo determinismo de Ratzel. Como bem assinala Valverde, O., a incorporação da "teoria de Thünen" por Waibel insere-se no conjunto de fundamentos dessa discussão e da sua oposição ao determinismo de Ratzel:

"... a outra, a teoria de Thünen em que Waibel traz à luz o predomínio daquele (o fator econômico) sobre o fator natural, meio físico. Com esta última tese Waibel liquida a teoria determinista, o que naquela época não tinha grandes consequências na Alemanha embora, tenha sido ela a pátria de Ratzel". (142)

Mas, não bastam estas colocações, para aclarar a real fundamentação para a incorporação por Waibel L. da "teoria de Von Thünen". É preciso ir um pouco mais além. E este além, constitui-se na inserção de Waibel, L., do ponto de vista econômico, na escola histórica alemã.

Num estudo que se faça da obra de Waibel, L., pode-se verificar que entre os autores por ele citado, estão: List, F.; Von Thünen, J.H.; Roscher, W.; Knies, R.; Rnapp, G.F.; Brentano, L.; Sombart, W.; Weber, M.; e etc. Não se trata de uma mera citação, feita por Waibel, L., pois se apanharmos qualquer obra que trate da História do Pensamento Econômico poderemos verificar que a citação destes autores obedece a um encadeamento lógico, que situa facilmente a matriz teórica de Waibel, L.. É ele um lídimo representante da escola histórica de economia. Podemos comprovar isto, pois ele cita e incorpora List, F., que é um dos principais defensores do nacionalismo, quando da sua posição de crítico da economia clássica, particularmente, contra as teses de Smith, A.

Assim devemos entender a posição de List, F. para melhor entendermos Waibel.

Bell, J.F., escrevendo sobre List, F. afirma que ele:

“... opôs-se aos elementos que tendiam a derrubar o conceito de Estado Nacional forte ou a destruir a nacionalidade. Negou que o bem individual fosse idêntico ao bem nacional. Uma nação e uma unidade formada por sua linguagem, maneiras, culturas, passado histórico e finalmente, sua constituição ou governo aceito. Essa unidade nacional vem em primeiro lugar, estando a ela subordinado o bem-estar do indivíduo, o qual deve subordinar todos os seus interesses ao Estado, e, assim, reforçar a unidade ou nacionalidade deste. Ele foi pelo fato de ter essas convicções fundamentais obrigado a negar as doutrinas gerais do comércio livre que conduziam ao cosmopolitismo e afastavam do nacionalismo ...

Cada economia, acreditava ele, tinha de desenvolver-se segundo uma linha que melhor se adaptasse aos seus próprios recursos, à sua cultura e assim por diante. Não negava que o desenvolvimento da Inglaterra fosse correto para a sua economia, mas negava que os mesmos métodos econômicos fossem aplicáveis à Alemanha. Assim, advogou um molde nacional segundo linhas mais bem adaptadas aos interesses nacionais do Estado" (143)

Para deixarmos a colocação mais fundamentada citamos o próprio List, F.:

"Eu indicaria, como característica que distingue o meu sistema, a Nacionalidade. Toda a minha estrutura é baseada na natureza da nacionalidade, como o interesse intermediário entre os do individualismo e de toda a humanidade" (144). (Sem grifo no original)

Entretanto, não podemos perder de vistas, nunca, o contexto histórico que se impôs para List, F. como base material para a produção de sua obra, e que, muito bem, é por ele colocada, e que Bell, J.F. apresenta em seu livro:

"List recorreu aos ensinamentos da história para fazer a generalização de que as nações têm de passar pelas seguintes etapas de desenvolvimento: barbarismo original, condição pastoril, condição agrícola, condição agrícola-manufatureira, e condição agrícola-manufatureira-comercial. A Inglaterra fornecia o melhor exemplo de transformação através de todos os estágios, mas nem todos os países podiam fazer o mesmo por causa de seus recursos. As nações que dispusessem dos recursos adequados deveriam visar a um estágio mais elevado. List advogou fortemente um equilíbrio entre agricultura, manufatura e comercio, como esses setores não cresciam e não se desenvolviam ao mesmo tempo, cabia ao Estado garantir o equilíbrio necessário. Está claro que isso não podia ser feito com uma política de laissez faire, a qual ele rejeitou sumariamente" (145). (Sem grifo no original)

Como o contexto histórico alemão se impunha como determinante, List, F. chegou à posição que o qualificou mundialmente: "pai do protecionismo". E essa posição ele advogou com ímpeto incomum, como as suas próprias palavras definem:

"... possuem todas as condições e todos os meios mentais e materiais necessários para estabelecer um poder manufatureiro, próprio e para, assim, obter o mais alto grau de civilização e o desenvolvimento da prosperidade material e do poder político; mas que são retardados em seu progresso pela concorrência de uma potência manufatureira estrangeira que já se encontra mais adiantada - somente em tais nações são justificáveis as restrições com o

propósito de estabelecer e proteger seu próprio poder manufatureiro, e mesmo nelas só é justificável enquanto o poder manufatureiro não estiver suficientemente forte para que não mais tenha qualquer razão para temer a concorrência estrangeira, e, daí por diante, somente seja necessário para proteger o poder manufatureiro em suas próprias raízes" (146).

Este protecionismo para List, F., contudo não deveria ser de caráter permanente, pois se assim o fosse, haveria perigo de o progresso ser prejudicado e, conseqüentemente haveria a decadência nacional. A propósito Bell, J.F. afirma, concluindo estas breves colocações sobre List, F.:

“... uma nação deve sacrificar e abrir mão de uma dose de prosperidade material para ganhar cultura, perícia e poderes de produção unificada, deve sacrificar algumas vantagens atuais para garantir vantagens futuras". (147)

Neste momento voltemos à Waibel, L., para garantir o encadeamento e o resultado de nosso raciocínio. É em seu trabalho: "O abastecimento da zona temperada em produtos agrícolas tropicais", que Waibel, L., toma os princípios básicos, de List, F., embora procurando verificar sua validade em toda a história. E o resultado dessa encampação dos conceitos de List, F., é por parte de Waibel, um trabalho que chegou a ponto de defender o imperialismo alemão na África como uma necessidade para se obter óleos vegetais. Ou pelas próprias palavras de Waibel, L.:

"A região na Costa da Guiné é a grande região florestal, que, se continua para o sul e tão definitivamente repartida entre as potências europeias: Inglaterra e França, cuja necessidade de gorduras era muito grande, em virtude das indústrias de óleos de Marselha, e ainda, o que para a nossa análise e muito importante, entre os estados industriais em formação: Bélgica e Alemanha. As colônias alemãs do Togo e Camerum, na África Ocidental, surgiram do estabelecimento de comerciantes hanseáticos ao longo da costa. Não foram interesses imperialistas e sim a carência de óleos vegetais que nos levou a uma política colonial". (148) (Sem grifo no original)

É evidente, que a posição de Waibel, L., é consentânea com o contexto histórico e conseqüentemente, com sua matriz teórica. O trabalho que produziu, foi antes de qualquer coisa, política e ideologicamente, um arsenal científico para a burguesia alemã e, isto é, segundo Waibel, L., uma tarefa para os geógrafos. O que também qualifica e exemplifica o que foi, para não dizer o que é em muitos casos, a "produção científica da Geografia". Nos trabalhos de Waibel, L. não há preocupação com a "neutralidade do conhecimento" pois participa-se politicamente com os trabalhos produzidos. Esta postura a nosso, ver dignifica pensadores como Waibel, L., pois a ideologia é manifesta, o que não ocorre com os "novos ideólogos", da "moderna Geografia". É óbvio que sabemos, também que este fato é uma das características da etapa monopolista do modo de produção capitalista, mas a diferença é importante e uma necessidade. Assim concluindo estas colocações sobre as influências de List, F. na obra de Waibel, L. poderíamos dizer que ela é profunda e marcadamente presente quer no "nacionalismo" quer na defesa do histórico, principalmente, próximo.

Entre os autores presentes na obra de Waibel, L., Roscher, W. é para nós em particular, um dos mais importantes. Como já afirmamos na parte anterior do nosso trabalho, como fundador da "escola histórica alemã de economia", ele emprestou de Von Thünen, J.H., uma série de "princípios" e "teorias". Waibel, L. remete-nos a Roscher, W. exatamente quando trata da teoria de Von Thünen em seu trabalho "A lei de Thünen e a sua significação para a Geografia Agrária". Com isso podemos afirmar com segurança, não só onde se assenta a matriz teórica de Waibel, L., mas também de Roscher e de como Roscher está em Waibel, L. e de como 'Thünen e Roscher estão em Waibel, L..

E nada melhor do que o próprio Waibel, L. para comprovar o que estamos afirmando:

"Muito antes da pesquisa agrícola, a economia política reconheceu a grande importância da obra de Thünen para o conhecimento da verdade. Acima de todos, foi Wilhelm Roscher que principalmente em 1854, e por várias vezes posteriormente ainda, fez referências a Thünen, designando-o como o maior economista alemão, expressando a sua opinião nas seguintes palavras: "Ele e um dos homens que não representam apenas ondas passageiras no progresso científico, porém marcas permanentes de orientação. Tivesse a nossa ciência que decair, inteiramente algum dia, então estariam as obras de Thünen entre aquelas por intermédio das quais teria possibilidade de se reconstruir". Esta apreciação de Thünen por Roscher é tanto mais surpreendente pelo fato de que os posteriores representantes da corrente histórica empírica na economia política foram bem menos justos no reconhecimento do valor de Thünen. Somente pelos economistas mais recentes, com uma orientação mais teórica e dogmática, é que Thünen é novamente levado em alta conta..." (149)

Sobre a escola histórica alemã, remetemos nossos leitores à parte de nosso trabalho referente à matriz teórica de Thünen, onde discutimos as bases e os fundamentos desta escola. Sabemos, portanto, que Knies, K., representa também, um dos três fundadores da chamada "Escola Histórica Primitiva" (150). E ele, Knies K. está também, presente nas obras de Waibel L. (151). Sabemos também que Knapp, G.F. e Brentano, L. participaram do que Bell, J.F. chamou "Escola Histórica Posterior" (152) e ambos estão presentes em Waibel, L. (153). E neste processo, chegamos à Sombart, W., que pertenceu ao que Bell, J.F. chamou de "Escola Histórica Ulterior" (154) e Waibel, L. incorporou-o em seu trabalho (155). E isto podemos comprovar em seu trabalho "A forma econômica da 'Plantage' tropical", quando afirma:

"O fato é que os economistas nacionais estudaram, até agora, muito pouco o problema da plantage e mesmo um homem com Werner Sombart, para quem a vida econômica capitalista não oferece segredos, não ventilou esta forma de economia de base; sem dúvida, capitalista!" (156) (Sem grifo no original)

Mas quem foi, e o que produziu Sombart, W., de quem Waibel, L. fala com tanta convicção? Sombart, W. tem, segundo Denis, H., entre suas obras, uma considerada a mais importante: "O capitalismo moderno" (157), cuja terceira parte contém um estudo da gênese e da natureza do modo de produção capitalista. E a sua originalidade está, ainda segundo Denis, H., em procurar dar lugar a análises de Marx, mas o que se verificou foi um total abandono das teses marxistas, quando da discussão de pontos essenciais. Sua posição era, embora declarasse admirador de Marx, a de um hostil combatente do socialismo.

Denis, H. muito bem situa Sombart, W., a nível do método, em sua comparação com o método dialético de Marx e, este ponto parece de grande importância:

"O método dialético de Marx leva a definir o capitalismo, por um lado como um sistema de exploração da força de trabalho pelo capital e, por outro lado, julgamos nós (se bem que o próprio Marx não tenha esclarecido suficientemente este ponto), como um sistema de exploração das regiões atrasadas do globo pelas regiões avançadas. Inumeráveis fatos podem ser invocados em apoio - desta definição. Todavia ela não constitui uma simples fotografia dos fatos; resulta de uma análise intelectual do modo de funcionamento da economia capitalista que permite afirmar que a exploração constitui realmente a essência do sistema (SIC).

Ora, um autor como Sombart, vê esta realidade de que falamos. Ele recusa-se, no entanto, a admitir que um tal conceito como o de exploração possa dar a chave do conhecimento da fase capitalista da história mundial. Adepto simultaneamente do positivismo dos historicistas e da sociologia compreensiva, prefere agarrar a um quadro mais "matizado" do capitalismo, no qual são dados como característica do sistema: um certo estado das técnicas, certas formas de organização econômica e, principalmente um certo espírito. Fica assim constantemente á superfície da realidade que estuda, e isso o leva a ligar-se de fato às posições liberais". (158)

E muito mais que isso, Sombart também preocupou-se em afirmar que no futuro haverá lugar apenas e tão somente para a economia individual, para o artesanato, para a economia camponesa e não para os sistemas capitalistas ou socialistas. Essa postura, afirma Denis, H., revela no fundo do seu pensamento (nostalgia ao capitalismo) a explicação pela recusa do marxismo. Mas onde foi dar esta recusa? Voltemos a Denis, H.:

"Em 'O socialismo Alemão' publicado em 1934 um ano depois da subida de Hitler ao Poder, declara que não é necessário destruir o capitalismo, mas submetê-lo ao princípio do chefe dar o Poder a uma elite, a uma 'nova nobreza'. 'O verdadeiro socialismo' (diz ele) põe no centro da sua solicitude, não o proletariado, mas as classes médias. Deve levar a um 'gênero de vida racional', tendo como consequência 'um progressivo empobrecimento do povo', que não deverá impedir 'a prosperidade de alguns', porque um bom vinho, uma bela toalha, etc. são 'valores de civilização aos quais não poderíamos renunciar'" (159)

Ora, mas Sombart foi um pouco mais além, e Denis, H. continua mostrando-nos até onde ele chegou:

"É verdade que Sombart não foi membro do Partido Nacional-Socialista. Todavia, na sua obra, celebra os méritos do ministro da Agricultura de Hitler, Walther Darre, que foi um dos promotores mais encarniçados da política de discriminação racial na Alemanha. Por outro lado, o próprio Sombart explica no seu prefácio que a sua reserva em relação ao partido no Poder se explica pelo cuidado de permanecer num plano bastante geral e de modo nenhum, diz ele, porque "o regime hitleriano me deixe indiferente ou me inspire hostilidade".

De fato, as posições filosóficas que encontramos na sua obra dão uma ideia bastante completa da concepção da vida que domina o fascismo ...

Devem os seres de sangue judeu, num país como a Alemanha e quando ocupam postos dirigentes, possuir todos os direitos dos outros indígenas do Reich ...? Nós respondemos não: porque isso deve ser assim (até e principalmente no interesse dos Judeus)" (160).

Antes de qualquer colocação sobre a posição de Waibel, L. devemos considerar que, Waibel, L. escreveu este trabalho, quando fala de Sombart, W., em 1932. Apresentando-o (o trabalho) mais precisamente, em 27/09/1932 quando do 92. Congresso da Sociedade Alemã de Pesquisadores em Ciências Naturais e de Médicos, em Moguncia. É importante lembrar também, que este momento histórico significava na Alemanha, a marcha acelerada do Partido Nacional Socialista na escalada do Poder. É evidente que Waibel, L., não utilizou esta última obra de Sombart, W., em seu trabalho, mas a incorporação dos princípios econômicos básicos de Sombart, W., por Waibel é uma verdade incontestada. Avançando um pouco mais na compreensão, embora rápida, da produção de Sombart, W., tudo parece-nos demonstrar o quanto, do ponto de vista teórico, Waibel, L., comungava os princípios econômicos que redundaram na prática, a ação do Estado nazista.

Contudo, antes de concluirmos o quadro que procuramos situar, para compreender a incorporação de Thünen por Waibel L., devemos ampliar um pouco mais nossas colocações. Sabemos através de Valverde, O. que Waibel, L. foi discípulo de Weber, M. e assim sendo utilizou os conceitos econômicos de seu mestre. Podemos verificar tal fato pela colocação que segue:

"Ao que me consta, dos economistas alemães apenas Max Weber tratou do conceito e da origem das plantagens." (161)

Devemos saber também que Sombart, W., e Weber, M. são representantes da Sociologia Compreensiva na Alemanha, e que este último, Weber, M., é sem dúvida alguma, o mais célebre. Mas antes de falarmos, embora sinteticamente, de Weber, M., falemos da Sociologia Compreensiva em geral na Alemanha. Denis H., nos dá alguns parâmetros para esta compreensão:

"Fala-se muito, na Alemanha dessa época, em "retorno a Kant" e "filosofia Neokantiana". Os filósofos hostis ao positivismo querem desenvolver contra ele uma nova crítica do entendimento humano. Mas essa crítica já não é do

mesmo tipo da de Kant. Aquela estabelecia uma oposição absoluta entre a razão pura que se exerce no estudo da natureza, e a razão prática, que é o guia da conduta humana. Um século mais tarde, não é possível manter uma tal oposição, por causa do importante progresso das ciências do homem, (história, psicologia, economia política e sociologia). Contentam-se em afirmar que existe uma diferença de natureza entre estas disciplinas e as ciências exatas, porque é impossível atribuir aos fenômenos humanos verdadeiras causas, mas apenas compreende-las, ou descobrir aí valores característicos ... A sociologia compreensiva alemã sucede, de alguma maneira, à escola dos economistas historicistas ... e pretende ultrapassar a sua atitude positivista.

Um anel intermediário entre a antiga escola e a nova formado pela obra de Gustav Schmoller (1863 - 1941), que se opunha aos marginalistas austríacos sustentando que o raciocínio lógico não pode ser um instrumento válido para estudar as ações humanas. Entre os anteriores da mesma tendência os mais importantes foram Adolf Wagner (1835 - 1870) e G.F. Knapp (1842-1920)" (162). (Sem grifo no original)

Através das colocações de Denis, H., podemos situar teoricamente Waibel, L. e podemos verificar também, que estava ele consciente do momento histórico em que vivia e da produção intelectual deste período, expressa na utilização em seus trabalhos de toda a literatura da época.

Voltando a Weber. M., achamos importante tecer algumas considerações sobre, principalmente, seu método, pois julgamos que aqui, está uma das explicações para compreender a incorporação por Waibel, L., de Thünen.

Antes, porém de chegarmos ao método é necessário situarmos Weber, M., como faz Giddens, A.:

"A primeira obra de Weber ... são estudos históricos muito desenvolvidos, e foi a partir do contexto dos problemas específicos expostos, primeiro pela escola histórica alemã, que Weber alargou o âmbito dos seus escritos, analisando problemas de natureza teórica mais geral. Assim, Weber elaborou o seu ponto

de vista específico baseando-se em correntes de pensamento derivadas da história, da jurisprudência, da economia, da sociologia e da filosofia". (163)

Assim, avançando um pouco mais podemos verificar que Weber, M., forma uma corrente importante dentro da Sociologia. No que se refere à concepção da relação sujeito do conhecimento e objeto do conhecimento, Weber, M., admite uma relação dual, ou seja, uma oposição entre a natureza (sistemas naturais = coisas) e a cultura (sistemas culturais = valores = significado). Ou seja, para Weber, M. a cultura deve ser apreendida como configurações de significados. Dessa forma, a relação é feita do sujeito do conhecimento para o objeto do conhecimento, o sujeito se impõe ao objeto. Os estudos da natureza devem na concepção Weberiana alcançar as generalidades e o estudo da cultura chegar às singularidades. O método compreensivo tem por objetivo compreender as configurações de significados, que sempre remete a relevância a valores, que por sua vez, impõe-se como mandato. Esses valores para Weber, M., são ideais, e estão necessariamente calcados na racionalidade funcional. Por exemplo, para Weber, M., no capitalismo moderno o Estado deve ser pensado (idea construct) como Estado racional legal.

Assim, para Weber. M., um agente numa dada situação, deve sempre adequar meios a objetivos em função da relevância a valores. O tipo ideal (ou ideal tipo, construção ideativa, idea construct) é um conjunto de conceitos guiados pela racionalidade funcional que é submetida à relevância a valores.

Outro ponto importante em Weber, M., é que para ele a consciência cognitiva é uma consciência historicizada, pois sempre o compreensível é produto de um momento histórico com seus valores intrínsecos. O que leva, por conseguinte a uma posição fundamental: a ciência não é corrigida é refeita, ou seja, não progride.

Segundo Freund, J., a questão do método para Weber, M., pode ser resumida na seguinte colocação:

"Nenhum destes métodos possui privilégio ou superioridade em relação ao outro. Fiel ao espírito da epistemologia Kantiana, Weber nega que o conhecimento possa ser uma reprodução ou uma cópia integral da realidade, tanto no sentido da extensão, como da compreensão. O real é infinito e inesgotável. Conseqüentemente, o problema fundamental da teoria do conhecimento é o das relações entre lei e história, entre conceito e realidade. Qualquer que seja o método adotado, cada um faz uma seleção na infinita diversidade da realidade empírica ...

Sendo o método uma técnica do conhecimento, é comandado pela lei de toda técnica, ou seja, a eficácia" (164).

Weber, M., também foi um dos que combateram aqueles que tentavam reduzir sistematicamente toda a vida social ou qualquer fenômeno sociológico a uma fórmula numérica, posicionando-se da seguinte forma quanto à quantificação:

"Muitos estudos sociológicos, que procedem por quantificação, malham em ferro frio, pois são absolutamente inúteis. O importante é fazer de cada vez a distinção entre uma medida numérica capaz de ajudar a compreensão de um problema e a moda pseudocientífica que acredita ter resolvido uma dificuldade pelo simples fato de havê-la vestido de cifras, de operações matemáticas ou de gráficos". (165)

Mas, voltemos ao conceito do "idea construct" ("ideal tipo", tipo ideal, construção ideativa). Para Weber, M., sem o rigor conceitual, não existe ciência digna desse nome, e é para dar um rigor suficiente aos conceitos utilizados pelo método histórico que ele criou a noção do ideal tipo. Sobre esta noção, Weber, M., afirmou:

"Obtém-se um ideal tipo acentuando unilateralmente um ou vários pontos de vista e encadeando uma multidão de fenômenos isolados, difusos e discretos, que se encontram ora em grande número, ora em pequeno número, até o mínimo possível que se ordenam segundo os anteriores pontos de vista

escolhidos unilateralmente para formarem um quadro de pensamento homogêneo." (166)

E, Freund, J., completa:

"Assim compreendido, o ideal tipo designa o conjunto dos conceitos que o especialista das ciências humanas constrói unicamente para os fins da pesquisa. Já vimos, a propósito da relação com valores, que Weber rejeita a concepção antiga da ciência no sentido em que esta esteja em condições de alcançar a substância das coisas para reuni-las em um sistema completo, que seja o pensamento fiel de toda a realidade. A seu ver nenhum sistema é capaz de reproduzir integralmente a diversidade intensiva de um fenômeno particular. Em suma, não existe conhecimento não hipotético. O ideal tipo é um outro momento da seleção que fazem o historiador e o sociólogo, por abordarem necessariamente o real a partir de certos pontos de vista em função da relação com os valores. Entretanto, esta, apenas orienta o trabalho, elimina o que pode ser desprezado; não confere ainda rigor conceitual à questão estudada. Esse é o papel do ideal tipo. É ele o modo de construção de conceitos peculiar ao método histórico ou individualmente, cujo objeto sabemos que é o estudo da realidade e dos fenômenos em sua singularidade". (167)

Dessa forma devemos ter sempre em mente que um tipo ideal é elaborado, sempre através da abstração e da combinação de um número indefinido de elementos, que embora, sejam todos extraídos da realidade, raramente ou quase nunca surgem sob essa forma específica. Devemos ter claro também que um tipo ideal não é ideal num sentido normativo, ou seja, não tem implicação de que sua realização seja desejável, mas sim o tipo ideal é um tipo puro no sentido lógico, e não num sentido exemplar, ou como prefere Weber, M.:

"Na sua pureza conceitual, essa construção mental não pode existir empiricamente na realidade". (168)

Devemos, também, incorporar para aclarar nossa análise, o processo de criação do tipo ideal e lançamos mão para tal, das colocações de Giddens, A.:

"A criação de tipos ideais não constitui de modo algum um fim em si; a utilidade de um dado tipo ideal só pode ser avaliada em relação a um problema ou um tipo de problemas concretos, e o único propósito que orienta a sua elaboração é de facilitar a análise de questões empíricas. Quando formula o tipo ideal de um fenômeno como o capitalismo racional, por exemplo, o cientista social tenta delinear, mediante um exame empírico das formas específicas do capitalismo, os aspectos mais importantes (do ponto de vista que lhe interessa) que caracterizam o capitalismo racional. O tipo ideal não é elaborado pelo pensamento puramente conceitual, mas antes criado, modificado, e aperfeiçoado através da análise empírica de problemas concretos, contribuindo por seu turno para que essa análise adquira uma maior precisão." (169)

Entendido dessa forma o ideal tipo torna-se o modo de construção de conceitos peculiar do método histórico e seu objeto é sem dúvida o estudo da realidade e dos fenômenos em sua singularidade.

Dessa forma, quer nos parecer que chegamos a uma conclusão sobre a incorporação da "teoria de Von Thünen" por Waibel, L., pois como já afirmamos, Waibel, L., era discípulo de Weber, M., o que pressupõe, a nível do método, uma total concordância entre ambos, mestre e discípulo. Juntamos aqui também a discussão reinante na época (de Waibel, L.) no seio do discurso geográfico entre as posições como a de Ratzel, que se fundavam na imposição das ciências naturais sobre as chamadas ciências humanas, numa posição nitidamente positivista, e as posições idealistas que procuravam garantir às ciências humanas estatuto científico próprio. Waibel, L., participa dessa última

Corrente na Alemanha de então, e participa junto a nomes como Hettner.

É portanto, nesse processo latente de discussão e busca de novos caminhos para a Geografia e, por que

não, para as ciências humanas em geral que devemos entender a incorporação de Thünen por Waibel, L. Sua coerência na incorporação é incontestável e de uma lógica impecável.

Não podemos esquecer também que essa incorporação exemplificada na sua base teórica tem que ser compreendida dentro da realidade alemã da época e porque não da crise que vivia a economia capitalista. O que nos leva, a ter que admitir que as buscas das construções ideais são típicas dos períodos de crise, que são na realidade a sua base material, e isso podemos ver em Thünen, em Waibel, e nos adeptos da "nova Geografia".

Waibel, L. ao incorporar a teoria de Thünen elege-a como "chave" da Geografia Agrária, parecendo-nos que o idealismo passa a ser incorporado a esse ramo da Geografia e como tal acontece, o próprio ramo é edificado sob o signo do idealismo. Veja-se a propósito o próprio Waibel:

"Assim, o "Estado Isolado" de Thünen demonstra ser a chave da Geografia Agrária. Ele nos possibilita discernir entre as causas intrínsecas inerentes à economia e atuantes na organização agro geográfica da Terra e as causas endógenas e exógenas tornam-se (em sentido figurado) claras na geografia econômica, e somos levados a tentar elucidar a sua influência na individualização das paisagens econômicas da Terra. Mesmo quando não chega a haver ou nunca houve "Estados Isolados" no sentido mais rigoroso, ainda assim o princípio de Thünen se demonstra, como toda verdadeira teoria excelente para analisar a verdade dos fatos, para impor a ordem numa imensidade de minúcias, para perceber mais profundamente os mesmos e chegar à proposição de problemas." (170)

Dessa forma chegamos a um ponto importante, pois o trabalho de Waibel, L. "A Lei de Thünen e a sua significação para a Geografia Agrária", deve ser compreendido dentro desse universo teórico; qual seja, a matriz teórica embasada e edificada sob a luz da escola histórica alemã de economia e sob o

método de idealização construído na sociologia compreensiva de Weber, M., tudo isto tendo por base material a crise da economia capitalista desde a primeira grande guerra até praticamente o início da segunda. Esta última citação que fizemos de Waibel, L., ou seja, a conclusão desse seu trabalho de incorporação da "Lei de Thünen" demonstra claramente o que estamos afirmando.

O segundo trabalho de Waibel, L., presente no livro "Capítulo de Geografia Tropical e do Brasil" no qual ele trabalha a teoria de Thünen é "A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância no mercado relativamente à utilização da terra - sua aplicação à Costa Rica". Este trabalho constitui-se num exemplo vivo da prática obtida por Waibel, L., após estar instrumentado pela "Lei de Thünen", ou seja, nesse trabalho Waibel, L., procura ver na Costa Rica, o que se assemelha com o "Estado Isolado". Dessa forma temos uma imposição do sujeito ao objeto e conseqüentemente a realidade passa a ser analisada a partir das premissas impostas pelo sujeito pensante. E não num processo dialético entre sujeito e objeto. Aqui temos claramente uma posição puramente idealista de compreensão da realidade que, quer queiramos quer não, antepõe-se a uma compreensão materialista de realidade. E o produto dessas análises é sempre comprometido ideologicamente, pois elas estão edificadas sob a luz da relevância a valores que permeiam não só o trabalho, como estão vivamente presentes na sua conclusão:

"Assim, com a condição de que a terra seja fértil e localizada na 'terra temperada', poder-se-ia desenvolver, mesmo nos trópicos, uma próspera população de pequenos fazendeiros brancos." (171) (Sem grifo no original)

É necessário tornar claro que este trabalho que acabamos de mencionar de Waibel, L., é o segundo em que ele trata da aplicação da "Teoria de Von Thünen", pois o primeiro foi à aplicação ao México (172) e pretendia Waibel, L. num terceiro caso, aplicá-la ao Brasil, ao que consta, a morte impediu-o de realizar este último trabalho.

Finalizando estas colocações sobre os trabalhos de Waibel, L., poderíamos dizer que ele dentro de uma coerência e uma lógica impecável (aquela que ele acreditava ser correto) procurou em suas obras seguir pelos caminhos da dedução e o resultado foi sempre procurar analisar realidades a partir de um quadro de referências valorativas, edificando mentalmente, sob a luz de princípios teóricos que ele acreditava corretos. Mesmo assim, a Geografia Agrária Brasileira deve-lhe gratidão eterna, pois conseguiu edificar aqui uma verdadeira escola de seguidores, que fiéis ao grande mestre, procuravam segui-lo, mesmo por caminhos que às vezes, foram contraditórios. Seus princípios estão presentes na produção geográfica referente à Geografia Agrária Brasileira após 1940. Entre seus discípulos no Brasil está toda uma geração de Geógrafos do IBGE: Lysia M.C., Bernardes, Nilo Bernardes, Walter A. Egler, Pedro P. Geiger, Fábio M.S. Guimarães e talvez o mais contundente e valente seguidor: Orlando Valverde.

Dessa nova geração de geógrafos brasileiros optamos por apresentar a incorporação de Von Thünen, via Waibel, L., por Valverde, O., por julgarmos ser este realmente um verdadeiro marco dentro da Geografia Agrária Brasileira.

Assim, de agora em diante, trataremos da presença da teoria de Thünen na produção geográfica de Valverde, O.

A obra mais importante de Valverde, O., encontra-se inacabada. "Geografia Agrária no Brasil" é sem sombra de dúvidas, marco decisivo na produção geográfica nacional.

Discípulo de Waibel, L., e seguidor de sua Geografia Agrária, Valverde, O., apresenta na sua produção geográfica profundas marcas deixadas pelo período que viveu e conviveu, poderíamos dizer, com seu mestre, como demonstra a citação que segue:

"Eis o livro que há muitos anos desejava, mas temia escrever. Como tudo tem sua história, aqui relato a origem dele. Antes de regressar para os Estados Unidos, em 1950, e no ano seguinte para a Alemanha, o prof. Léo Waibel projetava voltar ao Brasil, em novas excursões para completar suas observações de campo, focalizando então a agricultura em nossas regiões tropicais, como complemento aos estudos que já fizera no Planalto Meridional. A mim caberia estudar, sob a orientação do referido mestre, a pecuária e os sistemas pastoris. Infelizmente, a morte o colheu bruscamente em setembro de 1951. A partir dessa época, senti pesar sobre mim a responsabilidade de realizar tais estudos. Não me decidia, porém, a escrevê-los. (173)

Mas ao mesmo tempo, Valverde, O. vivia e vive hoje muito mais, o processo histórico da formação econômica social brasileira e suas pulsações conjunturais, daí a incorporação de um instrumental teórico que permitia não só compreender as lutas de classes, mas também todo o processo histórico em que elas se inseriam. Neste particular suas citações são contundentes.

"No decorrer da década de 1950, entretanto, os debates sobre a questão agrária brasileira, que se mantinha como bandeira de lutas e reivindicações das esquerdas, alcançaram o Congresso Nacional e a praça pública. Urgia dar ao problema seu equacionamento científico e sem paixão. Aquilo que fora um compromisso moral com o meu mestre, passou a sê-lo com o povo brasileiro". (174) (Sem grifo no original)

No entanto, sua ligação com Waibel foi tão profunda e as influências tão marcantes que mesmo quando o momento histórico se impunha como determinante em última instância, a reverência ao grande mestre permaneceu plena. São suas próprias palavras que caracterizam e fundamentam nossas colocações:

"Naturalmente, se o livro tivesse saído das mãos sábias de Léo Waibel, viria muito mais erudito e conciso. Eu o escrevi, porém, para o público leitor brasileiro. Acredito que esta obra poderá ser manuseada com maior proveito por um grupo, infelizmente, ainda restrito, daqueles que completaram o curso

secundário ou o superior, particularmente certos especialistas como Agrônomos, Geógrafos, Economistas ... (175)

Desta forma, tudo indica que a produção científica de Valverde, O. vai estar determinada por um choque latente entre teoria e método da Geografia, onde se configura a influência de Waibel, L., e a teoria (materialismo histórico) e o método dialético. Uma posição muito característica de geógrafos como Pierre George.

Quer nos parecer, que essa posição é fruto de uma postura que encontra uma aparente separação entre a produção científica (com todos os problemas de formação) e a participação política nos contextos históricos vividos. Isto é cristalino em suas próprias palavras:

“Urgia dar ao problema seu equacionamento científico e sem paixão” (176)

Não comungamos esta postura, embora vejamos nela um salto qualitativo. Neste sentido, aliás, foi essa constatação que talvez, tenha permitido hoje estarmos assumindo uma postura que resulta num processo de transformação, não só de nossas posições passadas, mas também da necessidade de compreendermos todo o processo de produção geográfica e seus suportes teóricos e metodológicos. Estamos interessados no materialismo histórico e no materialismo dialético, pois também defendemos a incompatibilidade de uma Geografia cujo suporte teórico seja o materialismo histórico e cujo método a dialética materialista. Pois o próprio Marx, K. nos dá os elementos para entendermos essa posição:

"Apenas conhecemos uma ciência, a da História. Esta pode ser examinada sob dois aspectos; podemos dividi-la em História da natureza e História dos homens, porém, estes dois aspectos não são inseparáveis; enquanto existirem homens a sua História e a da natureza condicionar-se-ão reciprocamente ... é-nos necessário analisar em detalhe a História dos homens pois com efeito, quase toda a ideologia se reduz a uma falsa concepção dessa História ou ao

puro e simples abstrair dela. A própria ideologia é somente um dos aspectos dessa História." (177)

Mesmo assim, julgamos ser de capital importância à postura de Valverde, O. na Geografia, pois sem dúvida alguma, abriu caminho para uma profunda reflexão teórica e metodológica sobre a produção geográfica.

Nesse particular Valverde, O., é um mestre, pois procurou sempre as causas profundas dos problemas nacionais e incorporou à Geografia conceitos do materialismo histórico quanto esta (a Geografia) careceu de conceitos que explicassem esses problemas.

Embora não concordássemos com a postura aparentemente "neutra" da ciência, ou seja, de se assumir "a ciência imune" como a única fonte da verdade, devemos compreender que essa posição marca sobremaneira a produção científica de todas as áreas do conhecimento, sendo, portanto, uma "marca histórica" na produção do pensamento científico recente. Podemos encontrar nas palavras de Marx, K. apresentadas momentos atrás, (178) a explicação para tal fato.

Acreditando estarmos compreendendo a produção geográfica de Valverde, O., podemos dessa forma, chegar a uma posição crítica em relação à incorporação que ele faz da teoria de Von Thünen.

Em primeiro lugar, vamos contextualizar na sua obra, "Geografia Agrária do Brasil" a incorporação do princípio de Von Thünen. Falando da "metodologia" da Geografia Agrária, Valverde O. aponta-nos como uma necessidade, a incorporação por parte do Geógrafo dos estudos das influências econômicas para ajudá-lo na interpretação da paisagem. Sabemos, pela sua obra, que sua posição quanto ao objeto da Geografia Agrária está nos estudos das paisagens ou mais precisamente:

"E preferível, portanto, definir a Geografia Agrária como o estudo descritivo das diferenças espaciais da superfície da terra, do ponto de vista da exploração agrícola e da interpretação de suas causas." (179)

Como sabemos, esta posição está estribada em Hartshorne, R. (180) como o próprio Valverde, O. aponta em seu trabalho e sabemos também que aqui está em jogo uma posição nitidamente espacialista, que foi levada às últimas consequências pelos adeptos da chamada "geografia teórica" e que marca na evolução do pensamento geográfico, uma "escola", que sabemos Valverde, O. nunca cogitou de participar. Logo, resta-nos dizer que se tomando o espaço como objeto da Geografia, ou melhor, as diferenças espaciais, parecem-nos que se comete, a bem de se garantir um objeto à Geografia, um desvio teórico muito sério, que temos apontado e que continuaremos a apontar.

Antes de qualquer discussão é necessário sempre em mente, que sob a luz do materialismo dialético:

"O tempo e o espaço são duas formas intercondicionadas do ser da matéria ..."
"...O movimento é uma unidade de continuidade (do tempo e do espaço) e de descontinuidade (do tempo e do espaço) O movimento é uma contradição, é uma unidade de contrários." (181)

E mais, não podemos deixar de considerar a relação dialética entre forma e conteúdo:

"O materialismo dialético parte da unidade do conteúdo e da forma, de sua inseparabilidade. Tanto a forma como o conteúdo são inerentes a dado objeto e, por isso não podem ser separados um do outro." (182)

Logo, uma concepção espacialista tem que ser compreendida no universo do discurso ideológico. Daí termos apontados na obra de Valverde, O., um choque teórico e metodológico. Pois sabemos pelo seu trabalho, que o mesmo encetou todo esforço no sentido de incorporar à análise a necessidade da compreensão da evolução histórica das influências econômicas, das influências sociais,

etc. Quer nos parecer que a procura da compreensão da totalidade por Valverde, O., é uma verdade incontestada. Mas entre uma compreensão da totalidade (contraditória) com suporte teórico no materialismo histórico e suporte metodológico no materialismo dialético, e o instrumental teórico, metodológico da Geografia, vai uma diferença fundamental.

Mas voltando à questão da incorporação da "lei de Thünen, por Valverde, O., chegamos, após estas colocações, a um ponto importante. A nosso ver Valverde, O., incorpora Thünen, via Waibel, L.. Dessa forma ao incorporar Waibel é que o choque teórico-metodológico se evidencia na sua plenitude, pois Waibel, L., como já o dissemos, tem suporte teórico na Escola histórica alemã e poderíamos dizer, procurando ser bem específico que ele (Waibel, L.) tem suporte metodológico na metodologia Weberiana (de Marx Weber).

Logo, quando Valverde, O., escreve:

"Também no plano da economia, merecerá aqui consideração, entre outros, o fator distância do mercado e sua influência sobre a utilização da terra, matéria da teoria econômica de Von Thünen, exumada do olvido por L. Waibel, que pôs em evidência sua profunda significação geográfica. Segundo Thünen, estabelecidas como premissas certas condições ideais e uniformes de regime de propriedade de relevo, clima, solo, facilidades de transportes e outras condições culturais, o aproveitamento da terra se faria, de acordo com uma ordem lógica, em faixas concêntricas, dos sistemas mais intensivos para os mais extensivos, à proporção que fosse aumentando a distância do mercado".

E quando na mesma discussão (das influências econômicas) fala em objetivo da produção, formas de economia, meios de produção e modo de produção, acreditamos ter se configurado o que estamos chamando de choque teórico-metodológico, pois os conceitos são excludentes fundamentalmente porque um é idealista e o outro materialista.

Acreditamos ter chegado a um ponto fundamental, pois ao concluir a parte metodológica da sua obra Valverde, O. afirma:

“A Geografia Agrária e, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida quotidiana e silenciosa. Ela permanece desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico.” (184)

Resta-nos ficar com a interpretação de que para Valverde, O. a Geografia Agrária é um ramo da geografia econômica, como ele mesmo afirma, então a questão se transfere para a Geografia Econômica, que a nosso ver traz as mesmas contradições da Geografia como um todo.

Portanto, acreditamos que, voltando novamente ao nosso objetivo, entender a incorporação de Thünen por Valverde, devemos separar a incorporação via Waibel, L. com sua carga idealista e a percepção, por parte de Valverde, O., da influência da distância. Quer nos parecer que, embora as duas situações sejam decorrentes uma da outra, temos que voltar à parte II de nosso trabalho quando insistimos que a diferença nos custos de transportes, apenas e tão somente, interfere na grandeza da renda diferencial, no modo de produção capitalista, mas nunca pode ser apontado como a sua gênese, pois esta gênese é o trabalho apropriado, ou seja, a mais-valia, que aparece como um lucro suplementar, acima do lucro médio.

Assim, tudo indica que Valverde, O. ao incorporar a influência da distância (Von Thünen e Waibel, L.) incorporou como consequência o instrumental teórico metodológico inerente; daí o choque idealismo x materialismo, presente em sua obra.

Se formos a outros trabalhos de Valverde, O. onde ele trata da "lei de Thünen" temos também presente este choque, por exemplo: "A fazenda de café escravocrata no Brasil" (185), um dos trabalhos que julgamos de um primor incontestado e fundamental para

quem está preocupado com a compreensão do modo de produção escravocrata de mercadorias no Brasil, traz, entre suas conclusões:

"No Brasil, o mercado internacional do café exigia maiores quantidades e melhor qualidade de produto; e a fazenda escravocrata não estava capacitada para isso.

Mas se havia ainda tantas terras virgens, no planalto paulista, como na zona da Mata Mineira, porque não poderiam elas serem ocupadas igualmente por fazendas de café com escravos, já que as novas ferrovias facilitavam o escoamento da produção? E L. Couty quem no-lo responde: calculando o balanço das despesas com o transporte do café para uma fazenda situada nos arredores de Campinas (a 183 quilômetros do mar) chegou à conclusão de que elas absorviam quase a quarta parte (24,2%) do preço pago ao fazendeiro por arroba de café. Isto em 1883, numa época em que já a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro aplicou tarifas diferenciais para facilitar o custeio dos fretes. E acrescenta o citado autor que o problema dos fretes caros era de tal ordem que se tornava impossível o estabelecimento de lavouras a 400 ou no máximo, a 500 quilômetros da costa.

Assim tinha podido a fazenda de café escravocrata estender-se até São João da Boa Vista, Caconde e Mococa, no trecho cristalino do planalto paulista, bem como até Carangola e Ponte Nova, na Zona da Mata. Era a lei de Von Thünen aplicada à estrutura econômico-social da fazenda cafeeira" (186).

A única dúvida que nos resta, é saber se, a conclusão que Valverde chega é referente, realmente, à estrutura econômica social da fazenda cafeeira, ou às premissas marginalistas de L. Couty, presentes nesta citação. Pois o próprio Valverde, O. mostra-nos em seguida o real motivo para a "falência" da fazenda escravocrata do café:

"Se bem que aparentemente gratuita, a mão-de-obra escrava corresponde a uma máquina de fraco rendimento, cuja manutenção passava implicitamente ao encargo do empresário, no ato da compra. Ora, e quase sempre mais vantajoso para o empresário alugar outra "máquina" de rendimento maior, apenas durante o tempo em que lhe é indispensável, correndo as despesas de manutenção por

conta do próprio trabalhador. O maior rendimento do trabalho do assalariado, do colono ou mesmo do meeiro, faz aumentar as rendas do proprietário." (187)

Dessa forma, se a afirmação de Couty fosse interpretada isoladamente, se a assertiva de Valverde, O. verdadeiramente aplicada à estrutura econômico-social da fazenda escravocrata de café no Brasil e se, via idealização, admitíssemos que não tivéssemos conhecido estas mudanças estruturais, tão bem colocadas por Valverde, O., teríamos que responder como é que o frete não foi problema para que a cultura de café ganhasse o norte, depois o oeste do Estado de São Paulo? Quer nos parecer que não devemos nos preocupar com essa relação que Valverde, O., faz entre a fazenda de café escravocrata e a "lei de Thünen" pois sua conclusão no trabalho é de uma dialética insofismável:

“A fazenda de café é tocada por escravos e é, portanto, representativa de uma época e de uma região” (188)

E nós, seríamos um pouco mais pretensiosos afirmando que o modo de produção escravocrata moderno na agricultura cafeeira teve na fazenda de café sua unidade de produção, conteve em seu desenvolvimento uma época (tempo) e uma região (espaço).

Gostaríamos de esclarecer que nossa posição acima colocada de não nos preocupar com a relação que Valverde, O. faz, deve ser entendida no sentido de que ela (a posição de Valverde, O.) é um "desvio geográfico" em um universo teórico do materialismo histórico e dialético (189).

Outro trabalho, onde Valverde, O. trata da "teoria de Von Thünen" é: "O uso da terra no leste da Paraíba" (190). Nesse trabalho ele afirma:

"Uma observação superficial do padrão aparentemente complicado com que se distribuem os sistemas agrícolas no mapa da fig. 1, leva-nos a formular uma pergunta preliminar: Tem a distribuição dos sistemas agrícolas uma disposição

lógica no leste da Paraíba? Na realidade, a adoção de um sistema agrícola numa determinada área tem sempre uma ou mais causas. O fato de não conhecermos em certos casos quais são essas causas, não significa que elas não existam. Só a explicação delas dá a Geografia Agrária o seu caráter científico, do contrário, o estudo dos sistemas agrícolas não passaria de um mero devaneio.

Na sua obra clássica "Probleme des Land Wirtschafts Geographie"; (Breslan, 1953), Léo Waibel exumou do olvido a teoria de Von Thünen sobre os tipos de utilização da terra em função da distância do mercado e ressaltou-lhe a profunda significação geográfica. Evidentemente, Thünen parte de um esquema teórico, impossível de se encontrar, na natureza. Mas esta abstração era indispensável, a fim de isolar o principal fator do tipo de uso da terra - a distância do mercado - ao qual se foram acrescentando uma a uma as demais variáveis que sobre ele influem." (191)

Duas ordens de considerações sobre estas afirmações. A primeira delas refere-se ao processo de abstração inerente ao uso do "esquema teórico de Von Thünen". Aqui devemos lembrar que no processo de abstração proposto na obra de Thünen e muito mais na obra de Waibel, existe um "a priori", ou seja, de que se deve buscar esta "regularidade" e não a discutir. É a mesma questão que se propõe hoje para os modelos quanto aos axiomas. Assim o processo de abstração deve ser entendido não de forma idealista, mas sim de forma materialista. (192)

Quer nos parecer que realmente Von Thünen, iniciou o processo de abstração, mas faltou-lhe voltar à realidade e como consequência o seu processo de abstração passou a ser a representação, se quisermos, a explicação do real. Tudo indica que Valverde, O. incorporou Waibel, L. na totalidade, e conseqüentemente incorporou todas as suas contradições.

A segunda ordem de consideração refere-se à postura de Valverde, O. frente ao caráter científico da Geografia Agrária. Se o princípio básico de explicação é idealista o caráter

científico da Geografia Agrária também o é. Não estamos questionando ou mesmo advogando a não existência de uma disposição lógica das diferentes formas de produção na agricultura, pois sabemos que essa lógica é dada pelo processo histórico na sua totalidade, no caso específico, pela lógica do modo de produção capitalista, que como sabemos não se guia pela influência das distâncias, mas sim pela possibilidade de se "gerar mais mais-valia, principalmente, relativa. Como já afirmamos anteriormente, o objetivo da análise locacional hoje, é apenas o de permitir aos monopólios centralizarem situações monopolísticas, inerentes à etapa monopolista que estamos vivendo do modo de produção capitalista.

Neste trabalho, tudo indica que Valverde, O. foi muito mais Waibel, L. e o momento histórico da produção desta obra (1953/4) diz tudo. Mas mesmo assim, o choque teórico é latente já nesta obra.

Por fim, chegamos ao último trabalho de Valverde, O. no qual analisaremos a incorporação de Von Thünen: "A Rodovia Belém-Brasília" (193)

A presença da teoria de Von Thünen nesta obra, prende-se a sua aplicação ao estudo do uso da terra na Bragantina e no Salgado. Aqui, Valverde, O. insere seu discurso no ínterim de uma antiga discussão: a derrubada das ideias ratzelianas na Geografia. Mas ao apoiar-se em Waibel para construir seu discurso, incorre nos desvios teóricos que já apontamos neste autor. Assim é que para introduzir a teoria de Von Thünen, Valverde, O. afirma:

"A policromia do mapa V deixa à primeira vista, uma impressão de que o uso da terra, nas zonas Bragantina e do Salgado, segue um padrão caótico, ao acaso, como o desenho de um caleidoscópio". (194)

Nestas colocações de Valverde, O. o leitor menos avisado é levado a admitir implicitamente urna postura Kantiana frente à realidade (que provavelmente foi incorporada na aparência, de

Waibel), pois procura demonstrar a impressão de que o uso da terra nessa área segue um padrão caótico. Mas ele mesmo adiante procura desfazer essa falsa impressão da aparência:

"À medida que o assunto é estudado com mais profundidade, no entanto, o padrão das faixas econômicas vai-se configurando cada vez mais obediente a uma ordem lógica". (195)

Como podemos notar Valverde, O. usa magistralmente as categorias da essência e da aparência. Mas as questões que ficam são ligadas entre si, pois, tenta-se verificar se essa ordem lógica não é dada puramente pelo meio físico, e com esse argumento, ele derruba qualquer tentativa dos adeptos das idéias de Ratzel, podemos dizer, dá-se um tiro de misericórdia no determinismo ratzeliano. Em segundo lugar aparece a gênese da ordem lógica calcada nos princípios teóricos de Von Thünen. Aqui quer nos parecer que Valverde, O. assume o "modelo" "a priori" e passa a ver a realidade pelos seus filtros. Ou seja, passa a ver na realidade a lógica do "modelo" thuniano e não explicitamente a verdadeira lógica do modo de produção capitalista dominante na formação social brasileira, que como se sabe, não é dada pela distância das áreas de produção ao mercado. A unidade de contrários no seio da infraestrutura capitalista (o econômico) tem na base, os princípios que Marx, K. deixou explícitos:

“A produção é consumo, o consumo é produção” (196).

"Não chegamos à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos, mas que são antes elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade". (197)

E mais, a produção é o momento privilegiado dentro da unidade contraditória do econômico:

"A produção ultrapassa também o seu próprio quadro na determinação antitética de si mesma, tal como os outros momentos. É a partir dela que o processo recomeça sem cessar. É evidente que a troca e o consumo não podem prevalecer sobre ela. O mesmo acontece com a distribuição dos produtos, mas

enquanto distribuição dos agentes de produção a distribuição é um momento da produção. Uma produção determinada determina, portanto, um consumo, uma distribuição, uma troca determinada regulando igualmente, as relações recíprocas determinadas desses diferentes momentos." (198) (Sem grifo no original)

É também, o próprio Marx quem nos dá os caminhos para entender a decantada influência dos mercados:

"A bem dizer a produção, na sua forma exclusiva, é também determinada pelos outros fatores. Quando o mercado, ou seja, a esfera de troca, por exemplo, se desenvolve, cresce o volume de produção operando-se nela uma divisão mais profunda" (199)

Assim, tudo faz crer que a incorporação da teoria de Thünen por Valverde, O. deve ser compreendida dentro do arsenal metodológico incorporado de Waibel e em permanente conflito com o instrumental teórico do materialismo histórico incorporado por ele a sua obra.

Mesmo quando discute as finalidades do estudo das "faixas econômicas", Valverde, O., a nosso ver, deixou de transparecer o real significado que a teoria locacional tem na chamada "Geografia moderna", encontrar o "local ótimo", ou seja, aquele que possa ser monopolizado. Mas, Valverde, O., às vezes, quase se traí na sua luta anti-determinista:

"O estudo das faixas econômicas de Thünen na Bragantina - Saldado, não tem interesse meramente acadêmico, como presumem alguns. Ela não é apenas, a única teoria que permite explicar cientificamente os sistemas de utilização do solo, mas fornece, outrossim, elementos preciosos para o planejamento regional. Por exemplo, se os administradores tivessem sido devidamente alertados, por certo não estariam tentando organizar a faixa leiteira de Belém ao longo da BR-22, onde as condições edáficas são desfavoráveis à pecuária intensiva ... cogita-se agora de organizar uma "plantation" de dendê na Bragantina. Parece que, também, por uma questão de preço de terras ficará ela

situada perto de Igarapé Açu. Levando-se em conta que a localização de "plantations" é indiferente, dentro da região, seria preferível colocá-la no Salgado, onde o crescimento espontâneo de palmáceas é um sinal evidente de condições ecológicas favoráveis àquela família botânica ..." (200).

A questão que, ao nosso ver, está no centro dessa postura de Valverde, O. é a mesma que estava e se propunha para Waibel, a aceitação das ciências da natureza, segundo os positivistas e néos, ou então, lutar pelo estatuto das ciências humanas. A Geografia com as contradições inerentes ao seu próprio objeto de estudo, continha, comportou e comporta, sem sombra de dúvida, esta discussão e para que ela ocorra, é preciso à reflexão sobre o que foi a produção Geográfica e o que ela pretende hoje.

Essas questões são importantes, pois, é na compreensão do choque teórico-metodológico que apontamos em Valverde, O. que encontramos o fio condutor para compreender a sua produção geográfica. E essa questão nós podemos ver claramente em trechos da sua obra "Geografia Agrária do Brasil":

"De fato, o conceito de sistema agrícola já referido é subordinado ao de forma de economia (Wirtschaftsform) ou instituição econômica ... Não é simples a distinção entre esses dois conceitos. Werner Sombart (in Waibel, Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, p. 6) esclarece que o primeiro, isto é, a forma de economia é estabelecida pelo processo de valorização econômica, ao passo que a forma de atividade se refere ao processo de trabalho.

A pecuária extensiva, a cultura comercial de cereais, a agricultura de enxada, a pecuária leiteira, seriam, portanto, exemplos de formas de economia; a rotação bienal ou trienal, a agricultura itinerante, a jardinagem de tipo oriental (ou sistema chinês), seriam formas de atividade.

Note-se bem, nos exemplos apresentados, que o primeiro grupo diz respeito, sobretudo, ao objetivo da produção aos instrumentos utilizados (meios de produção), enquanto que o segundo envolve o processo de trabalho em si. A forma de atividade, ou sistema agrícola, é, por conseguinte, um conceito mais preciso, mais restrito e subordinado ao de forma de economia. As formas de

economia são, por sua vez, um conceito englobado em outro ainda mais amplo, qual seja o de modo de produção, cujo estudo constitui o próprio cerne da Economia Política. Dois elementos constituem o modo de produção: as forças produtivas e as relações de produção. Estas são as relações sociais que se estabelecem no processo de produção, ao passo que as forças produtivas são expressas pelas relações entre os homens, de um lado, e, os objetos e forças da natureza empregados na produção dos seus materiais, de outro. Os modos de produção caracterizam, em linhas gerais, cada uma das fases da história econômica da humanidade ... " (201) (Sem grifo no original)

Este trecho da obra de Valverde, O. é talvez um dos mais representativos do choque teórico-metodológico que apontamos anteriormente e que procuramos neste exemplo concreto explicá-lo melhor. Primeiramente, Valverde, O. incorpora de Waibel os conceitos de sistema agrícola, forma de atividade e forma de economia e procura compreender para explicar estes conceitos à luz do universo teórico do materialismo histórico. O problema que surge é, se isso é possível, pois estes conceitos são componentes precisos de outro universo teórico que é a escola histórica alemã de economia, sob as palavras de um dos seus últimos representantes (Werner Sombart) que fez parte também da chamada escola de Sociologia Compreensiva. Essa escola tem também seu universo teórico preciso, e a obra de Weber, M.. "Economia Y Sociedad" trata desse instrumental teórico à luz de suas premissas básicas (202). Quer nos parecer que este desvio teórico em Valverde, O. é consequência de uma incorporação acrítica do instrumental teórico de Waibel ou mais ainda, Valverde, O. lê Waibel, incorpora Waibel, não com os "olhos de Waibel", mas com os "olhos de Valverde" que não se inserem nas premissas teóricas básicas de Waibel, daí o conflito, ou melhor, a contradição.

Em segundo lugar devemos lembrar, agora sob a luz do materialismo histórico, se não houve em Valverde, O., uma transferência pura e simples do conceito de formas de produção (203) com o conceito de formas de atividade, pois isto pode ser

interpretado através da explicação que Valverde dá após os exemplos apresentados (quarto parágrafo da citação anterior).

Embora discordássemos da conexão que Valverde, O. faz entre o conceito de formas de economia e modo de produção, estamos concordes que é a luz do materialismo histórico que podemos compreender não só as fases da história, mas todo o processo de produção nas formações sociais historicamente constituídas, além de principalmente podermos compreender as conjunturas específicas dessas formações, ou seja, as lutas de classes, motor da própria história.

Quer nos parecer que a incorporação da teoria de Von Thünen por Valverde deve ser entendida dentro desse contexto contraditório em que ele se insere, pois só assim poderemos compreender porque essa incorporação continuou acrítica até hoje.

Para Valverde, O., Thünen descobriu uma variante explicativa da organização da agricultura capitalista e ela passa a ser para ele, a própria explicação da distribuição e organização dessa agricultura. Mesmo que o processo de abstração em Thünen não seja o mesmo de Valverde, O., mesmo que o instrumental de Waibel (que foi quem incorporou Thünen, sendo que Valverde o incorpora via Waibel) seja inscrito num universo teórico que não é o de Valverde. É essa a contradição em Valverde, O. um dos pontos fundamentais da sua produção geográfica, por isso ele é um dos mais ilustres representantes de um movimento histórico que deixou suas profundas marcas não só no conhecimento como um todo, mas principalmente na geografia em particular.

Foi, sem sombra de dúvida, assumindo a posição de Valverde, O. que pudemos hoje compreender o processo de produção deste trabalho. Assim estávamos no início participando de uma escola, que a bem da verdade, não tínhamos a plena consciência que hoje temos. Mas isso pouco importa, pois sabemos que todas as

preocupações e proposições que nos são feitas ou qualquer outro, estão datadas historicamente, como bem disse Castells, M. no posfácio da quarta edição de sua obra "La Question Urbaine" (204)

Assim, julgamos fundamental um processo de reflexão crítica dos caminhos que trilhamos inicialmente, e dos desvios teóricos que incorremos, como última etapa desta parte de nosso trabalho.

O primeiro passo foi assumirmos a validade da "teoria de Von Thünen" como instrumento teórico que nos permitiria compreender a organização espacial da agricultura no Estado de São Paulo. É evidente, que ao enveredarmos por este caminho tínhamos claro alguns pressupostos básicos que davam sustentação ao nosso ponto de vista. Entre eles, estava o de que a organização espacial da agricultura deveria ser explicada pelos mecanismos econômicos. Outro era a admissão "a priori" de que São Paulo organizava sua região e se constituía em centro polarizador desta região.

Estes pressupostos estavam estribados na aceitação e incorporação por nossa parte da teoria da polarização que havia sido incorporada na obra "Espaço, polarização e desenvolvimento" (205), por Correia de Andrade, M,. Nesta obra procurou, além de apresentar uma conceituação geral de espaço, região e polo, tratar da aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux, F. ao espaço brasileiro.

Esta incorporação acrítica por nossa parte, naquele momento fundamentava e dava respaldo à nossa postura frente à realidade no Estado de São Paulo.

A "febre" desenvolvimentista que assolava o país na época, e as tentativas imperiosas de firmarem-se os geógrafos como profissionais no planejamento, eram as balizas históricas do processo de pensar na Geografia que assumíamos.

O trabalho de Coraggio, J.L. (206) entre outras leituras que fomos conduzindo durante o trabalho, mostrou-nos que na década dos anos sessenta, os problemas regionais avançaram rapidamente no conjunto dos temas tratados pelas Ciências Sociais. Com este avanço, o conceito de polos de desenvolvimento ganhou uma posição ímpar que culminou com a sua colocação na posição, central nas análises das estratégias de desenvolvimento regional, nacional e supranacional. E mais recentemente, começou ele a ser utilizado inclusive como categoria para análise histórica da formação das várias regiões latino americanas (207). A obra de Correia de Andrade, M., já citada em particular no seu capítulo VI, é o exemplo vivo do que Coraggio, J.L. escreve (208).

Dessa forma, "embarcávamos na mesma canoa" que Coraggio, J.L. bem coloca:

"Uma característica do notável processo de difusão da noção de polo é que se estendeu ao longo da estrutura de decisão, desde os técnicos especializados até os funcionários locais da estrutura administrativa, desde os estrategistas militares até os grupos sindicais, e inclusive tem sido bandeira de mobilização de comunidades inteiras. E neste estado atual das coisas o termo polo de desenvolvimento parece ter perdido como categoria generalizada de análise e política, dada a profusão de sentidos que e usado". (209)

Mas, assumindo toda essa carga ideológica íamos mais além, pois junto com Correia de Andrade, M. incorporávamos Boudeville, J.R. (210):

"As diversas contribuições prestadas às localizações de empresas, sob forma de zonas industriais, de infraestruturas públicas, de subvenções e de isenções de impostos, despertaram a atenção do mundo dos negócios para a realidade de problemas regionais. A regionalização do orçamento para equipamento e a publicidade feita em torno dos problemas de organização do território, sensibilizaram a opinião pública. A proliferação das conferências internacionais de economia regional demonstrou que o estudo do espaço econômico deixou de constituir o emaranhado luxuriante em que, até bem

pouco tempo atrás, se transviavam as mentes mais esclarecidas e onde se defrontavam os pontos de vista diversos de geógrafos, economistas, sociólogos, matemáticos e homens de negócio". (211)

A questão que estava por traz de tudo isso era basicamente ideológica, pois como afirma Coraggio J.L., embora a difusão do conceito tenha sido rápida ela contrasta com a prática real da estratégia proposta, ou seja, quando muito se denominou de polo uma cidade mesmo sem que ela tivesse condição para sê-lo, no sentido do conceito. Mesmo quando se tentou colocar em marcha efetivamente o novo processo de polarização, onde este não surgia "naturalmente", fracassaram ou deram lugar a efeitos induzidos relativamente pouco importantes em relação aos altos custos de implantação.

O posicionamento crítico frente à esta questão ideológica foi fundamental, pois tratamos de discutir a teoria da polarização, sua origem, seu significado e principalmente o processo pelo qual chegou-se ao estado de coisa atual. Estávamos, pois, dessa maneira concordes com Coraggio, J.L. quando ele afirmava:

"A análise das ideias, dos conceitos predominantes numa sociedade, e sua utilização pelas distintas classes ou frações de classes sociais, podem arremessar luz sobre as estruturas essenciais da mesma sociedade. Neste sentido o objeto geral deste trabalho parcial é a ideologia". (212)

Esta colocação nos levou a considerar necessário à exposição desta crítica de Coraggio, J.L. à "teoria" da polarização, em nosso trabalho, que mesmo assim não fica imune a essa nova incorporação.

Dentro dessa linha de análise Coraggio, J.L., procura discutir a questão sob a condição de que se trata de tentar escamotear a análise dos componentes essenciais da proposta que são as condições reais de funcionamento de um sistema de regiões sob o marco do capitalismo dependente. Portanto:

"Não se estará tentando aplicar em nosso país uma teoria proposta a partir de outras realidades mais especificamente dos países dominantes?"

Esta estratégia dos polos de desenvolvimento não será uma cortina ideológica para ocultar o verdadeiro processo de crescente integração de nossos espaços ao sistema dominante?" (213)

Assim, o ponto de partida para uma crítica à teoria dos polos deve centrar-se na sua proposta básica e inicial, ou seja, deve-se começar por Perroux, F. e Coraggio, J.L., procurando seguir sua linha de análise (ênfase em componentes específicos e inter-relacionados do contexto total - teoria e realidade - para descobrir a ideologia que impregna esta teoria) lembrar o contexto em que esta teoria surge e se desenvolve: França a partir da Segunda Guerra Mundial - dentro do Sistema Capitalista mundial crescentemente dominado pelos EUA - e em pleno processo de reorganização espacial com respeito às colônias que sucessivamente iam recebendo sua "autonomia política". É fundamental situar Perroux F., nesse contexto: "O compromisso de Perroux com o sistema e seus problemas é evidenciado não só pela leitura de seus escritos, mas também por fatos como sua qualidade de assessor do General De Gaulle" (214)

Dessa forma, a teoria da polarização aparece como um corpo ideológico cuja base real material histórica está dada quer na sua dimensão espacial quer temporal.

Para uma análise "pura" da teoria de Perroux devemos ter presente que a ideia fundamental na sua obra é a da dominação como uma realidade irrefutável. É assim que Perroux coloca:

"Em todo sistema econômico existe uma estrutura de relações entre seus elementos (empresas, grupos, nações, etc.) caracterizada por dois componentes: a assimetria e a irreversibilidade, que constituem o chamado efeito de dominação". (215)

E exemplifica:

"A empresa dominante, a economia nacional dominante, foram e continuarão sendo ... os artífices essenciais do progresso econômico que se manifesta ... na e pela desigualdade, e por outra parte, a dominação ... não está inevitavelmente acompanhada da exploração". (216) (Sem grifo no original)

Em assim sendo, a posição dominante de um sistema permite impor condições para a apropriação de excedentes que são por sua vez utilizados para reforçar a posição dominante, o que leva as empresas, nações e suas correspondentes estruturas de dominação a estarem intimamente ligadas, como demonstra Perroux:

"A força contratual do Estado e dos grupos e das empresas que contém; a dimensão do Estado e a das empresas e dos grupos, a proporção das atividades estratégicas no conjunto: em vez de contrariarem-se e de neutralizarem-se atuam no mesmo sentido para engendrar uma influência assimétrica e irreversível sobre outras economias nacionais". (217)

Ante isso, segundo Coraggio, J. L., cabe a pergunta:

"Como se exerce o poder de dominação ou o que dá no mesmo, como surge e se perpetua a relação dominante-dominado? (218)

A resposta a essa questão é encontrada nos próprios escritos de Perroux:

"Nosso campo é o exame em termos intencionais ou não do objeto de dominação de uma economia nacional que atua principalmente por meios compatíveis com a economia de mercado." Simultaneamente torna explícito seu ponto de referência que é ... "a posição e o papel relativo dos Estados Unidos num mundo em reconstrução". (219) (Sem grifo no original)

E completando afirma que a sua interpretação:

"Se situa fora do marco de uma teoria do Imperialismo cujo vocabulário emocional não é propício nem à aquisição do conhecimento nem ao progresso das relações pacíficas entre as nações e que a análise deste efeito de dominação

oferece um terreno de neutralidade científica que todas as partes interessadas podem aceitar ... " (220) (Sem grifo no original)

Uma vez detectada a posição de Perroux resta saber da sustentação dessa "teoria" como "teoria pura". Sobre essa questão nos afirma Coraggio, J.L.:

"Assim, ainda que mencione de passagem a força, o poder e a coação ... como ... tendenciosamente excluído ... da análise neoclássica, em outro trabalho diz (em pé de página): "não afirmamos jamais que, salvo especificações, possamos dispensar jamais, em nenhum sistema de pensamento político", sua "teoria" da dominação não parece alcançar o nível de "teoria", nem sequer superar o do esquema parcial e portanto falso num contexto em que se pretende usar o conceito de dominação para uma explicação da totalidade (como a juízo nosso, pretende Perroux em seus trabalhos)". (221)

Além de tudo isso segundo Coraggio, J.L., o esquema de Perroux adquire um sentido apologético e oportunista quando ele o utiliza para exaltar os EUA:

"Os EUA defendem, ao mesmo tempo que os interesses de seu povo, a lógica de um sistema ... ao provar ... a viabilidade da economia de mercado e ao sustentar o desenvolvimento da economia mundial mediante um intervencionismo que não permanece liberal, além de seus fins últimos e pela seleção de seus procedimentos" (222).

Esta visão de dominação inevitável exercida em escala mundial e em diversos níveis, às vezes, com "autonomia relativa", às vezes, como meros intermediários se complementa em termos principalmente econômicos com os conceitos de polos e de economia em geral. Embora Perroux introduza em seus primeiros trabalhos uma concepção espacializada de polo é necessário como ele próprio sugere "deslocalizar" a análise para apreender-se seu significado. Segundo Perroux a não adoção deste procedimento explica em parte a "miopia da Teoria pura". Para ele o polo de desenvolvimento é antes de tudo, um gerador de atividade econômica e seu interesse reside na sua capacidade de multiplicação.

Segundo Coraggio, J.L. esta posição traz à tona a importância da estrutura de dominação como base para a teoria dos pólos, ou como ele mesmo frisa:

"A relação dominante-dominado está paralela à relação indutor-induzido". (223)

Também procura Coraggio, J.L. demonstrar que como Perroux está implicitamente ou explicitamente supondo uma moldura da economia capitalista, que ele chama eufemisticamente de descentralizada, torna evidente a relação existente entre os elementos do sistema econômico ou seja:

"... é evidente a relação existente entre aqueles elementos do sistema econômico (empresas, indústrias) que se caracterizam por " ... exercer sobre outras unidades ações que aumentam a dimensão destas últimas, que modificam suas estruturas, que trocam seus tipos de organização e que suscitam ou favorecem progressos econômicos". Inovação e benefícios são os instrumentos principais desta indução. Assim, os crescimentos no sistema são "induzidos e assimetricamente propagados". Este fato é estrutural e amplamente independente de uma intenção deliberada de opressão ou de exploração. (224) (Sem grifo no original)

Mas as implicações ideológicas das teses de Perroux não param aí, elas vão mais além, demonstrando toda a concepção de Perroux com relação à economia e a própria história, como se pode observar pela afirmativa abaixo:

"O crescimento não se apresenta em todas as partes ao mesmo tempo, ao contrário, se manifesta em certos pontos ou pólos de crescimento com intensidade variada e se propaga por diversos canais e com efeitos finais variados dentro do conjunto da economia". (225)

Embora a colocação possa ser entendida apenas em termos territoriais é fundamental o que fica por traz, ou seja, a vinculação do conceito de polo com o de indústria moderna,

motriz, oligopólica em geral, segundo Coraggio, J.L. desestabilizante do sistema.

Outra questão importante na obra de Perroux é a vinculação estabelecida entre pólos e nações que ele explicita na citação que segue:

"Existe atualmente, e existiu em outros tempos sob formas diferentes, um conflito entre os espaços econômicos das grandes unidades econômicas (indústrias, empresas, polos) e os espaços politicamente organizados dos estados nacionais. Os primeiros não coincidem com os segundos e seu crescimento depende das importações e exportações dos centros de abastecimento, dos mercados exteriores e do mercado nacional. Disto resulta uma combinação frequente de forças privadas e públicas que se geram dentro destas grandes unidades, uma luta entre as grandes unidades capitalistas e "nacionais" na escala mundial, formas de imperialismo, algumas vezes privado, outras políticas, que é exercido por nações economicamente "reais e ativas" em relação a nações economicamente "aparentes" e relativamente "passivas". (226)

Dessa forma, para Perroux é ilusório associar-se a localização de um aparelho produtivo de um polo num determinado território com a ideia de nacionalidade. Esta colocação de Coraggio, J. L., fica evidenciada nas afirmativas do próprio Perroux:

"Economicamente, um polo se encontra no espaço de quem o controla de maneira efetiva, seja porque mediante sua conduta, a compra, a venda, o empréstimo, regula efetivamente o crescimento, a estrutura, o tipo de organização, os progressos deste polo" ... "a economia nacional já não aparece como um lugar de fatores móveis não aparece sequer como um grupo de orientados e regidos pelo Estado, mas sim como uma constelação de polos de desenvolvimento que têm suas indústrias e empresas agregadas no interior ou no exterior do território nacional". (227) (Sem grifo no original)

Assim, a visão de economia mundial, como um sistema de nações, se desintegra para dar lugar a um sistema de polos dominantes cujos espaços se superpõem, se entrelaçam, entre si

e com os espaços territoriais. A partir desta postura Perroux, F. propõe a sua visão "realista", qual seja abandonar as estratégias dos "nacionalismos impossíveis" pela ideia da "economia generalizada".

É evidente que esta visão de Perroux está perfeitamente contextualizada historicamente, pois ela se insere no processo de descolonização francesa. O que se pretende é buscar com a concessão da independência política das colônias, fato historicamente irreversível, uma maior inserção dessas no capitalismo mundial, sem com isso fazer com que as elites nacionais rompam com o processo de engajamento capitalista. Esta posição fica claramente evidenciada pelas colocações do próprio Perroux:

“As nações jovens aparecem numa época em que às nações, mais do que nunca anteriormente, são desintegradas pela ação de seus (SIC) pólos industriais. Assim para a Europa ... se requer os grandes centros industriais dos Estados Unidos, quer dizer, da economia mundial dominante. Assim as melhores oportunidades para a África do Norte, vem de muito longe e devem deslocalizar-las ... As melhores especializações não se pode conhecer ... senão obtendo ... a maior quantidade e as melhores classes de inversões totais disponíveis na escala mundial”, e agrega “É em vão tratar de buscar o equilíbrio das balanças exteriores por territórios ... Convém desde agora somar a esta contabilidade relativa aos pólos ou conjuntos funcionais”, e arremata: “A apresentação da contabilidade por conjuntos funcionais e dos preços (sic) de crescimento dos conjuntos ainda por criar, daria às elites capazes de raciocinar, sem ceder às reações emocionais, a medida econômica da realidade de sua nação”. (228) (Sem grifo no original)

Com efeito, ao advogar a ideologia capitalista do estreitamento de relações para se alcançar o desenvolvimento, Perroux, propõe que essa inserção se dê através da implantação da indústria motriz (uma indústria dominante na escala mundial), com a implantação de uma infraestrutura que facilite a articulação entre o meio e o polo e entre esse e a economia mundial. Com isso ele admite superada a etapa do colonialismo, porém esta

superação só é alcançada com o engajamento maior do país no sistema capitalista internacional, logo ao processo de rejeição do "velho-esquema" colonialista o que se propõe é um neocolonialismo. Esse neocolonialismo relaciona a inserção do espaço territorial dominado à "Constelação de pólos dominantes" com a necessária inserção interna para evitar o dualismo e a posterior ruptura com a inserção exterior. Para Perroux essas relações não podem ser exclusivamente econômicas, mas sim, são essencialmente políticas:

“... a aceitação da ideia de desenvolvimento recíproco de dominantes e dominados implica ... que a nação piloto promova ela mesma algumas elites nos territórios de ultramar; é o que se chama busca de um interlocutor válido, necessariamente hostil em certo grau, nas confusões dos inícios, e cujo progresso em competência e em poder real convertam-nos em um êmulo e num associado ... "Elite e ordem (necessários para sustentar o acoplamento) vão unidos: o desenvolvimento acumulativo, não pode iniciar-se e não é mantido ainda que o tornem pelo menos grosseiramente compatíveis entre si os projetos dos grupos sociais ... os projetos das elites autóctones e locais que são as únicas que podem inventar os tempos sociais, os ritmos e os riscos sociologicamente toleráveis". (229)

Mas as afirmativas de Perroux vão até a correlação entre o desenvolvimento de uma economia de produção e de troca e as chamadas estruturas sociais e mentais, ou seja, o nível da necessária transmissão da ideologia, para que se criem as condições de reprodução das relações de produção capitalista:

"É evidente que os progressos técnicos não se transmitem isoladamente. São estruturas econômicas de produção e de troca as que se propagam e não são, praticamente, separáveis das estruturas sociais e mentais. Na medida em que se criam pontos de desenvolvimento, provoca-se em cadeia no setor tradicional ... um positivo, pela elevação do nível de aspiração; outro negativo, pela ruptura das comunidades tradicionais, a tomada de consciência das desigualdades, o sentimento de frustração e de exploração. Estes desequilíbrios, para serem depurados de uma parte, pelo menos, de seus efeitos maléficos e protegidos no

que se refere a sua virtude motriz, devem ser conscientemente ordenados. Desde este ponto de vista, pode reinterpretar-se utilmente a educação de base, por uma parte, e a escolarização e o ensino, por outra. Se aprecia também como uma ação inteligente favorece a formação de zonas de progresso, quer dizer, de conjuntos humanos capazes de absorver, de coordenar e de interpretar os progressos técnicos e as estruturas ocidentais. ” (230)

Nesta altura, percebemos que não devíamos aceitar esta corrente, embora tenhamos sido nada mais que produto dessa ideologia propagada, a do desenvolvimentismo. É aqui que se propôs para nós a necessidade de um "mea culpa" e de um posicionamento crítico frente a esta realidade. Porque assumindo a "teoria" da polarização de Perroux F., estamos assumindo, um dos instrumentos de uma ciência dita neutra com propostas técnicas igualmente aparentemente neutras, perfeitamente compatível com a "febre desenvolvimentista reinante", naquele dado momento, portanto, com a ideologia das classes dominantes. Daí termos compreendido a necessidade de comentá-la criticamente.

Mas, àquela altura do desenvolvimento de nosso trabalho, antes de posicionarmos criticamente frente à "teoria" da polarização, assumíamos claramente uma postura de que à Geografia como ramo do conhecimento, cabia compreender a organização espacial da sociedade e admitíamos a região como objeto de estudo da Geografia como ciência. Assim partíamos decididos a desvendar os mecanismos que davam a disposição espacial das culturas e ou das pastagens uma certa lógica.

Como apoiamos nossos primeiros passos neste sentido em Valverde, O. (231) e Waibel L. (232), os princípios de Von Thünen pareceram-nos ter significado à primeira mão a sua aplicação ao Estado de São Paulo. É óbvio que aqui o compromisso era acrítico, mas contextualizado historicamente.

Tínhamos como fundamento para tal posição a citação de Von Thünen feita por Waibel, L.:

“... com a maior distância do mercado, elevando-se as despesas de transportes, e o valor do cereal na propriedade concomitantemente decresce. A distância, cada vez maior ao mercado, age, portanto, como um abaixamento de preços dos cereais ...” (233).

Tudo indicava que esse pressuposto era correto, principalmente quanto à aparência dos fatos.

Simultaneamente tivemos acesso às obras de Chorley, R.J. e Haggett, H.P. (234), de Cole, J.P. (235) que tratavam respectivamente, a primeira através de um artigo de Henshall, J.D. (236) de vários modelos de localização da atividade agrícola, e dentre eles o de Von Thünen, onde o aluguel da terra (o preço do arrendamento) foi definido como o rendimento dos investimentos nas terras, podendo ser deduzido da expressão

$$L = E (p - a) = Efk$$

sendo que: L = aluguel local (preço do arrendamento) por unidade de terra (variável dependente)

k = a distância (a variável independente)

E,p,f,a = constantes ou parâmetros

onde:

E = produção por unidade de terra

p = preço do mercado por unidade da mercadoria

f = tarifa de transporte por unidade

de distância para cada mercadoria

a = custo de produção por unidade de mercadoria.

Convém esclarecer que esta expressão Henshall, J.D., tomou emprestada de Dunn, E.S..

E a segunda obra, a de Cole J. P., tratava das diferentes espécies de distâncias e a localização na Geografia Humana.

Como se vê estávamos diante de uma situação que pode ser bem definida pela expressão popular "juntou-se a fome com a vontade de comer", pois o ponto básico do "Estado Isolado" de Von Thünen era a distância (custo de transporte) e as propostas de Henshall e Cole vinham plenamente ao encontro de nossos objetivos.

Estávamos enveredando pelas searas da "Geografia Quantitativa", da mesma forma como muitos outros colegas enveredaram. Não nos propúnhamos a discutir as propostas colocadas, porque nosso objetivo inicial era testar a "teoria" no Estado de São Paulo.

Insistimos porque o que realmente pretendíamos, custasse o que custasse era ver provada a validade da teoria de Von Thünen no Estado de São Paulo. Esta posição praticamente condicionava os estudos pois passava a se constituir no "óculos" através do qual víamos realidade.

Entretanto, como sabíamos "a priori" que a realidade apresentava uma situação diversa se comparássemos os transportes rodoviário e ferroviário passamos a estudá-los comparativamente.

Foi assim que primeiro realizávamos o estudo das distâncias dos centros sub-regionais até São Paulo sendo que concomitantemente levantávamos através de enquetes em empresas de transporte e nas ferrovias que serviam estes centros, os dados de tempo de percurso e o custo do transporte.

De posse desses dados passamos a processá-los de modo a se obter índices (de volta em desvios, tempo e custo) que modificava as distâncias iniciais (euclidianas). Todo esse esforço dirigido para colherem-se fundamentos que explicariam as

possíveis distorções que o modelo concêntrico dos anéis de Thünen apresentariam no Estado de São Paulo.

O resultado de todo esse trabalho inicial foi a elaboração das seguintes cartas:

- 1 - Distância Real e Direta por rodovias dos centros sub-regionais em relação a São Paulo.
- 2 - Distância Real e Direta por ferrovias dos centros sub-regionais em relação a São Paulo.
- 3 - Tempo de Percurso por rodovias dos centros sub-regionais em relação a São Paulo.
- 4 - Tempo de Percurso por ferrovias dos centros sub-regionais em relação a São Paulo.
- 5 - Custo/Tonelada por rodovias dos centros sub-regionais em relação a São Paulo.
- 6 - Custo/Tonelada por ferrovias dos centros sub-regionais em relação a São Paulo.
- 7 - Custo/Animal por rodovias dos centros sub-regionais em relação a São Paulo
- 8 - Custo/Animal por ferrovias dos centros sub-regionais em relação a São Paulo.

E os seguintes gráfico:

- 1 - Desvios entre distâncias diretas e distâncias reais dos centros sub-regionais do Estado de São Paulo quanto a rodovias e ferrovias.
- 2 - Gráfico de favorabilidade da distância real em relação à distância direta dos centros sub-regionais a São Paulo por rodovias.
- 3 - Gráfico de favorabilidade da distância real em relação à distância direta dos centros sub-regionais a São Paulo por ferrovias.
- 4 - Gráfico de favorabilidade do tempo de percurso em relação a distância direta dos centros sub-regionais a São Paulo por rodovia.
- 5 - Gráfico de favorabilidade do tempo de percurso em relação a distância direta dos centros sub-regionais a São Paulo por ferrovias.

- 6 - Gráfico de favorabilidade do tempo de percurso em relação à distância real dos centros sub-regionais a São Paulo por rodovias.
- 7 - Gráfico de favorabilidade do tempo de percurso em relação à distância real dos centros sub-regionais a São Paulo por ferrovias.
- 8 - Gráfico de favorabilidade do custo por tonelada em relação à distância direta dos centros sub-regionais a São Paulo por rodovias.
- 9 - Gráfico de favorabilidade do custo por tonelada em relação à distância direta dos centros sub-regionais a São Paulo por ferrovias.
- 10 - Gráfico de favorabilidade do custo por tonelada em relação à distância real dos centros sub-regionais a São Paulo por rodovias.
- 11 - Gráfico de favorabilidade do custo por tonelada em relação à distância real dos centros sub-regionais a São Paulo por ferrovias.
- 12 - Gráfico de favorabilidade do custo por animal em relação à distância direta dos centros sub-regionais a São Paulo por rodovias.
- 13 - Gráfico de favorabilidade do custo por animal em relação à distância direta dos centros sub-regionais a São Paulo por ferrovias.
- 14 - Gráfico de favorabilidade do custo por animal em relação à distância real dos centros sub-regionais a São Paulo por rodovias.
- 15 - Gráfico de favorabilidade do custo por animal em relação à distância real dos centros sub-regionais a São Paulo por ferrovias.

Além desses gráficos elaboramos também, as pranchas abaixo, ainda dentro das relações entre as distâncias e o tempo de percursos e o custo/tonelada e animal:

Prancha 1: índices de favorabilidade da distância em relação à distância real:

ferrovia
rodovia

Prancha 2: índices de favorabilidade distância/tempo:

- Relação distância direta - distância/tempo - rodovias
- Relação distância direta - distância/tempo - ferrovias
- Relação distância real - distância/tempo - rodovias
- Relação distância real - distância/tempo - ferrovias

Prancha 3: índices de favorabilidade distância - custo/tonelada:

- Relação distância direta - distância/custo-tonelada rodovias.

- Relação distância direta - distância/custo-tonelada ferrovias.
- Relação distância real - distância/custo-tonelada rodovias.
- Relação distância real - distância/custo-tonelada ferrovias.

Prancha 4: índices de Favorabilidade Distâncias - custo/animal:

- Relação distância direta - distância/custo-animal rodovias.
- Relação distância direta - distância/custo-animal ferrovias.
- Relação distância real rodovias
- Relação distância real ferrovias.

Prancha 5: Divergência do índice médio de voltas:

- Rodovias
- Ferrovias

Prancha 6: Custo/tonelada/Km e Custo animal/Km - dos centros sub-regionais em relação a São Paulo

- Transporte rodoviário
- Transporte ferroviário

Prancha 7: Diferença entre transporte rodoviário e ferroviário dos centros sub-regionais em relação a São Paulo:

- Distância - Km
- Distância - percentual - Km
- Tempo de percurso - horas
- Tempo de percurso percentual - horas

Prancha 8: Diferença entre transporte rodoviário e ferroviário custo/animal/km

- custo/tonelada/km

Diferença entre transporte rodoviário e ferroviário centros sub-regionais em relação a São Paulo:

- custo/tonelada - cruzeiros
- Custo/tonelada -percentual
- Custo/animal – cruzeiros
- Custo/animal - percentual.

Com todo esse material, julgávamos ter recolhido uma soma satisfatória de informações sobre a influência das distâncias, quer pelo transporte rodoviário, quer pelo ferroviário. Todo esse trabalho realizado além exaustivo, cansativo, era

fundamentalmente mecânico. Tínhamos dessa forma todo um arsenal para demonstrar e provar que as eventuais distorções que a aplicação da teoria de Von Thünen pudesse apresentar nada mais representariam do que novas "pulsações que o espaço" sofria em função dos mais diferentes fenômenos, no caso em particular, das distâncias, dos tempos de percursos, do custo/tonelada e dos custos/animal.

Neste momento, julgamos necessário algumas colocações: primeiro: lembramos que enveredamos pela quantificação, quando a questão era puramente aritmética, ou seja, era apenas realizarmos uma conta de subtrair; segundo: tamanha era a confusão teórico-metodológica que estávamos metidos, que íamos desde o empirismo, ao idealismo sem a menor preocupação crítica; e, terceiro: percebíamos que aparentemente a nossa investigação se encaminhava para o campo da chamada Geografia Quantitativa, mas confessamos que estávamos confusos quanto a que e para quem ela serviria.

Nesta altura, tínhamos sérias dúvidas do que estávamos fazendo. Percebíamos que os "teóricos" dessa corrente procuravam buscar na Filosofia os fundamentos para justificativa de toda essa produção.

Mas a questão era procurar na prática, na História, os fundamentos para tal produção. Era preciso compreendê-la e criticá-la na profundidade de seu significado. Era preciso compreender a sociedade brasileira atual, suas transformações. Era preciso compreender a "produção científica" no mais profundo de seu significado. Mas as barreiras não haviam ainda sido transpostas.

Entretanto, embora muitas questões como essas já se faziam presentes em nosso raciocínio a barreira ainda não havia sido transposta. E como resultado continuávamos buscando a aplicabilidade da teoria de Von Thünen.

E o próximo passo foi realizar o levantamento da produção agropecuária do Estado e procurar classificar os produtos de acordo com o consumo preferencial que eles teriam e segundo as grandes classes já consagradas na literatura. Utilizamos dados do Instituto de Economia Agrícola 72/73, agrupados da seguinte forma: flores, hortaliças (alimentação direta e parcialmente matéria-prima industrial), legumes (alimentação direta e parcialmente matéria-prima industrial), frutas (alimentação direta e parcialmente matéria-prima industrial), cereais, matérias-primas industriais (predominantemente e parcial), total da lavoura, forragens, vegetação natural, reflorestamento, sericicultura, avicultura, suínos, bovinos, total produção animal e total setor primário. Os dados foram totalizados por sub-região segundo a área cultivada, volume da produção e valor da produção.

O resultado foi a elaboração da série de cartas que seguem referente a:

- 09 - Área cultivada em flores
- 10 - Área cultivada em hortaliças
- 11 - Área cultivada em legumes
- 12 - Área cultivada em frutas
- 13 Área cultivada em cereais
- 14 - Área cultivada em matérias-primas industriais
- 15 - Área ocupada com pastagens
- 16 - Área ocupada com reflorestamento
- 17 - Área ocupada com vegetação natural
- 18 - Total do rebanho bovino em cabeças
- 19 - Gado abatido - número de cabeças
- 20 - Gado de corte - número de cabeças
- 21 - Gado leiteiro - número de cabeças
- 22 - Percentagem do gado abatido em relação ao rebanho total da sub-região -
- 23 - Percentagem do gado de corte em relação ao rebanho total da sub-região
- 24 - Percentagem do gado leiteiro em relação ao rebanho total da sub-região

25 - Uso do solo - 1972/73 - área ocupada segundo a classificação proposta.

Como o resultado analítico do material trabalhado provocava inúmeras interrogações, passamos a levantar e mapear um número maior ainda de dados sobre a agricultura do Estado de São Paulo, com a finalidade última de continuar buscando explicações para as eventuais distorções da "teoria de Thünen" no caso paulista.

E o número de pranchas e mapas foi crescendo:

Prancha 10: População:

- densidade demográfica, população total, urbana e rural.
- densidade da população rural em relação à área total.
- densidade da população rural em relação aos estabelecimentos.

Prancha 11: população rural - média por estabelecimento

- Pessoal ocupado - média por estabelecimento

Prancha 12: Pessoal ocupado

- total
- hectares dos estabelecimentos per capita

Trator

- total
- hectares dos estabelecimentos por trator

Prancha 13: Pessoal ocupado - hectares cultivados per capita

Trator - hectares cultivados por trator

Prancha 14: Estrutura Agrária

- número de estabelecimentos agrícolas
- área ocupada pelos estabelecimentos
- área média por estabelecimento

Prancha 15: Área cultivada

- Total
- Média por estabelecimento

Prancha 16: Participação Percentual da:

Área dos estabelecimentos em relação à área total das sub-regiões

Área cultivada em relação à área total das sub-regiões

Área cultivada em relação à área das sub-regiões

Carta 26 - Participação da área cultivada e área dos estabelecimentos em relação à área total das sub-regiões.

Carta 27 - Estrutura Agrária

- número de estabelecimentos
- área ocupada

Carta 28 - Regime de exploração

- número de estabelecimentos
- área ocupada

Carta 29 – Preço da terra em alqueire

Carta 30 – Preço da terra em hectare

Nesta altura, chegaríamos com o trabalho a um ponto interessante: detectávamos agora, que muitos dos produtos agropecuária não eram enviados para São Paulo diretamente. Ou seja, inseriríamos no conjunto os chamados mercados locais.

Desse passo surgiu o levantamento e mapeamento dos dados de número de estabelecimentos industriais e pessoal ocupado que operam matéria-prima oriunda do setor primário:

Carta 31 – Indústrias que operam com matéria-prima oriunda do setor primário.

Apenas para ilustrar, devemos deixar registrado que na realidade esta carta 31 dava-nos uma "grande explicação" do "por que" que a região de Jaboticabal apresentava grande produção de frutas, fato que "distorcia" a "teoria" de Thünen. Acontece que outro dado precisa ficar registrado: a laranja dessa região não é consumida apenas pelas indústrias cítricas locais, pois ela também é comercializada no CEAGESP em São Paulo (esse conjunto de cartas e gráficos encontra-se documentado em anexo).

Tudo indicava que estávamos diante de uma realidade muito "complexa" !!!

É lógico que o que era complexo era o produto da ideologia que assumíamos.

Mas faltava apenas o último passo que era o cálculo da relação entre o frete e o preço de mercado. Dispúnhamos também, na época, do chamado preço pago ao produtor.

A dúvida após o cálculo para vários produtos era uma só: como era possível com um frete que se evidenciava "caro", a produção agrícola do Estado apresentar esta configuração espacial. Uma pergunta surgia: qual a parcela referente à margem de comercialização (atacado e varejo)? Enfim estávamos perguntando, embora sem clara consciência, como se processa a produção, a circulação e o consumo dos produtos agrícolas? E como tudo isso poder-se-ia somar à preocupação inicial sobre Von Thünen?

Desta forma, as respostas a estas questões colocaram-nos numa encruzilhada: ou continuávamos a procurar as explicações para todas as distorções da "teoria de Thünen" no Estado de São Paulo, e é bem provável que de distorções em distorções chegássemos a explicar o Estado todo; ou assumiríamos uma atitude crítica e passaríamos a questionar a validade inicial da aplicação da "teoria". Mais tarde, esse caminho seguido redundou no questionamento da própria teoria e da corrente que "ressuscitou" na Geografia, Von Thünen.

Esta outra orientação ao desenvolvimento do trabalho foi feita apoiada no instrumental conceitual do materialismo histórico e dialético, com todas as contradições inerentes ao nosso ainda inicial aprendizado no assunto. Cabe esclarecer aqui que nossa posição inicial foi transformada não só pela evolução de nosso próprio trabalho, mas, fundamentalmente em função de nossa prática, no exercício profissional. Foi dessa prática que consistia em atuar, como geógrafo, junto a um grupo interdisciplinar de pesquisa no Agrupamento de Tecnologia Ambiental - Divisão de Engenharia Civil do

Instituto de Pesquisas Tecnológicas, na tentativa de encontrar alternativas à solução do problema da moradia. Esta prática permitiu-nos, após estudar os conjuntos residenciais da grande São Paulo destinados à população trabalhadora, apontar que as soluções tipo Banco Nacional da Habitação, COHABs, CECAP, INOCOOP, etc., não atingiram os objetivos a que se propunham. Neste meio caminho estudávamos as questões levantadas por Castells, M. em suas obras: "Problemas de investigação em Sociologia Urbana" (237) e "A Questão Urbana" (238) e as propostas teóricas formuladas por Engels, F. (239) na "Contribuição ao Problema da Habitação". Após muitas discussões com o grupo, percebemos nossas limitações quanto ao instrumental teórico do materialismo histórico. Ato contínuo, procuramos em cursos ministrados no Departamento de Ciências Sociais (240), uma "tintura geral" sobre o materialismo histórico para empreendermos o início desta escalada. É óbvio, e nosso trabalho bem mostra isso, que entramos pelo materialismo histórico pela "porta Althusseriana" conseqüentemente, assumimos todos os "desvios" inerentes a esta "porta". Cabe reforçar que a primeira parte deste trabalho se insere neste contexto.

Neste processo de aprendizado no qual estávamos inseridos, colocava-se a questão inicial da necessidade de uma atuação concreta frente à solução do problema da moradia. Foi neste momento que munido de uns rudimentos do materialismo quando, da investigação direta na cidade de São Paulo, que descobrimos a verdadeira São Paulo, a São Paulo dos trabalhadores.

Simultaneamente saímos para uma maratona pelo Estado de São Paulo, procurando entender na realidade, todas as discrepâncias encontradas com a aplicação da "teoria de Thünen" na agricultura paulista.

O processo do contato direto com as então "discrepâncias" ou "distorções" do "-modelo Thuniano", as leituras que

estávamos realizando, as pesquisas sobre "autoconstrução" na cidade de São Paulo, e as discussões em grupo em nosso local de trabalho eram as linhas mestras de nossa vida e conseqüentemente, o mel que nutria nossa práxis.

Este trabalho não fugiu a todo esse processo, ao contrário, parece-nos que é o próprio espelho dele. Às vezes, invertido, às vezes, real, porém em franca luta pelo concreto. Era como coloca Martins, J.S. (241) na citação de introdução de um de seus trabalhos:

"Então o melhor e experimentar o sentido oposto" (Lewis Carroll, "Alice do outro lado do espelho". (242)

É evidente que o trabalho produzido tem que conter uns arremedos de autocrítica à "porta althusseriana", pois o próprio Castells, M. escreveu no posfácio à 4a. edição de sua obra, "A Questão Urbana" que:

"Este livro, escrito em 1970 - 1971 pretendia ser um instrumento de trabalho. De trabalho teórico, de trabalho de pesquisa científica. Também por meio de numerosas mediações, de trabalho político. Contudo, produzido em circunstâncias históricas dadas, ele deve (e tem), em relação ao seu enfoque, limites sérios e erros teóricos". (243)

Não só através de Castells, M. víamos a necessidade de perguntar um pouco sobre a "porta althusseriana" do materialismo. Neste momento incorporamos à nossa bibliografia três trabalhos: "Contra Althusser" de Giannotti, J.A. (244); "Elementos Autocrítica" (exame crítico de urna "tendência teoricista") de Althusser, L. (245); e "O Estruturalismo de Lévi-Strauss e o Marxismo de Louis Althusser" de Caio Prado Júnior (246).

O contato com essas obras impôs-nos uma série de "recuos" e a clara consciência de que o modo de pensar capitalista também produz: "pretensos marxistas possivelmente

equivocados". Temos consciência hoje que não somos os únicos e nem os últimos a possivelmente equivocar-nos dessa forma.

Mas junto ao possível equívoco vem a saída que permite percebermos este equívoco. O próprio Caio Prado Júnior nos dá direções a seguir. Dessa forma devemos entender o desenvolvimento da ciência e o conhecimento em geral:

“... sua progressiva elaboração e reelaboração a fim de se ajustar cada vez mais, e sempre melhor, aos dados da experiência empírica, e assim representar mais adequadamente as feições e situações da realidade objetiva e dar conta delas. Processo que se estimula e se orienta, em última instância, para a condução da ação racional do indivíduo pensante, a sua prática, através da qual o homem, de um lado, entre em contato com a realidade, e neste contato e na experiência daí derivada, ao mesmo tempo em que promove seu conhecimento, confronta e verifica o conhecimento já elaborado. E de outro lado, em sentido inverso, mobiliza os seus conhecimentos a fim de acomodar as suas necessidades, finalidades e aspirações, às feições e situações da realidade que pela mesma prática se tornaram para ele conhecidas. Feições e situações estas em meio às quais se desenrola a existência humana, das quais o Homem por isso participa e em que se integra como um de seus componentes. É neste quadro geral que se há de situar o conjunto da problemática do conhecimento. A saber, fundamentalmente, no terreno da prática humana em que conflui e se une o pensamento que dirige a ação do Homem, e é por esta ação estimulado; e doutro, o mundo exterior dentro do qual e em função do qual o Homem age, ou para se adaptar a esse mundo, ou para sobre ele atuar e transformá-lo segundo suas necessidades e objetivos próprios. Adaptação e transformação estas que vão, aliás, sempre de par uma com a outra". (247)

Em resumo, o que se pode observar é um movimento cíclico do pensamento e disto há de partir a análise dos fatos, e a interpretação e explicação do processo do conhecimento. Este movimento cíclico do pensamento:

“... num sentido, vai dos dados oferecidos pela realidade com que a prática põe o indivíduo pensante em comunicação e contato, resultando daí a elaboração do

conhecimento, ou antes, reestruturação e reelaboração do conhecimento anteriormente elaborado, noutro sentido, o pensamento, na base do conhecimento elaborado ou reelaborado, retoma à prática que o pensamento provoca e dirige - uma vez que a prática não é senão ação racional, isto é, determinada pelo pensamento.

E colhe (o pensamento), com esta nova prática, nova experiência, novos dados com que se verificará o acerto ou desacerto, e em que medidas do conhecimento já elaborado, que com isto e na continuação do ciclo, se reelaborará e ajustará melhor àqueles novos dados.

Podemos sumariar este ciclo do pensamento, para maior clareza, com o seguinte esquema



Antes de mais nada, note-se bem que esse processo cíclico do pensamento e conhecimento, se é fundamentalmente do indivíduo humano, é dele no conjunto social, na coletividade a que pertence e fora da qual nem ao menos seria aquele ser humano, e não passaria de uma abstração irreal. O conhecimento não se faz e refaz e novo em cada indivíduo. Representa uma acumulação progressiva, no tempo e no espaço, que se acrescenta permanentemente com a contribuição de cada um e de todos em maior ou menor escala." (248).

Certamente, Caio Prado Júnior, nos dá mais do que as simples direções de superação de possíveis equívocos explícitos ou implícitos, porém temos claro que é preciso ir além.

Dessa forma, acreditamos seriamente, que todos os caminhos por nós percorridos foram frutos da nossa formação e do estágio atual do desenvolvimento da produção geográfica. Essa produção tem se caracterizado pela indefinição como uma constante, onde, a crítica é algo inexistente e nefasto, pois provavelmente, tem-se que questionar o "status quo" do "cientista da geografia", ou como preferirem, dos geógrafos, para avançar teórica e praticamente.

O que falar de nossa produção?

Apenas deixarmos registrado que urge na Geografia, a reflexão crítica sobre o que é produzido. É necessário questioná-la na sua totalidade. É necessário compreender a produção geográfica historicamente, porque tudo é uma questão de tempo, mais alguns anos e as profundas transformações que a sociedade capitalista atravessa, em função do desenvolvimento do modo de produção capitalista, fatalmente transformarão tudo, quer queiramos, ou não.

Notas e Bibliografia

1. Ponsard, C. - "Histoire des theories economiques spatiales". Librairie Armand Colin - Paris 1958 - pág. 20.
2. Roscher, W. - Citado por Waibel, L., in - "Capitulos de Geografia Tropical e do Brasil" - IBGE - Rio de Janeiro - 1958 – pág. 76 •
3. Alter, L.B. - "História das doutrinas econômicas" - Ed. Zahar - Rio de Janeiro 1967 - pág. 359/60.
4. Alter, L. B. – obra citada anteriormente, pág. 360.
5. Alter, L. B. – obra citada, pág. 360.
6. Alter, L. B. – obra citada, pág. 364-365.
7. Anotamos, a seguir, as obras dos autores por nós citados:
 - Weber, A. - "Theory of the location of industries" - tradução inglesa de C. J. Friedrich, Chicago – 1929.
 - Christaller, W. - "Central Places in Southern Germany" tradução inglesa de W. Bakin - 1966.
 - Lösch, A. - "The economics of location" - tradução inglesa de W. W. Woglom - Yale University Press New Haven - 1954.
 - Ponsard, C. – "Economie et Espace – SEDES – Paris – 1955.
 - Guigou, J.L. - "Théorie économique et transformation de L'espace agricole" - Gauthier - Villars Editeur - Paris 1972.
 - Dunn, E.S. - "Location of agricultural production" Gainesville 1954 - University of Florida Press.
 - Chisholm, M. - "Rural Settlement and Land Use - an essay in Location" – Hutchinson University Library - London - 1962.
 - Alonso, W. – "Location and Land Use: Toward a General Theory of land rent" - 1964.
 - Haggett, P. - "Locational analysis in human Geography" Edward Arnold - Londres - 1965.
 - Harvey, D. - "Theoretical Concepts and the analysis of Agricultural Land Use Patterns in Geography" - in Annals of the Association of American Geographers, Vol. 56 junho de 1966.
 - Isard, W. - "Location and space - economy: a general theory relating to industrial location market areas, land use, trade and urban structure" - MIT Press - Cambridge - 1956.

- Sinclair, R. - "Von Thünen and urban sprawl" - in *Annals of the Association of American Geographers*
- Vol. 57 dezembro de 1967.
- Chorley, R.J. & Haggett, P. - "Modelos sócio-econômicos em Geografia"
- EDUSP e Livros Técnicos Científicos Editora S/A –
Rio de Janeiro - 1975.
- Peet, J.R. - "The Spatial Expansion of Commercial Agriculture in the nineteenth century: a Von Thünen interpretation"
in *Economic Geography* - Vol. 45 - Outubro de 1969.
- Grotewold, A. - "Von Thünen in retrospect" in *Economic Geography* –
Vol. 35 - Outubro de 1964.
- Henshall, J.D. - "Modelos de atividade agrícola" in "Modelos sócio-econômicos em Geografia" de - Chorley, R.J. & Haggett, P. - EDUSP - Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, Rio de Janeiro 1975.
- Found, W.C. - "A theoretical approach to rural land use patterns"
- MacMillan of Canadian - Toronto.
- Lloyd, E.P. & Dicken, P. "Location in space: a theoretical approach to economic Geography" – Harper Row, Publishers
New York - 1972.
- Muller, P.O. - "Trend Surfaces of American Agricultural Patterns - A Macro-Thunian Analysis" in *Economic Geography*
- Vol. 4. - Julho de 1973.
- 8. Peet, D. - "Critique of Location Theory", in *Antipode* - Vol. 7 Ano 1
- Fevereiro de 1975 – pág. 70.
- 9. Emker, I. - "Critique of Location Theory" in *Antipode* - Vol. 7 n. 1
- Fevereiro de 1975 – pág. 70.
- 10. Peet, D. – obra citada – pág. 70.
- 11. Barnbrock, J. - "Critique of Location Theory" in *Antipode* - Vol. 7 n. 1
- Fevereiro de 1975 – pág. 71.
- 12. Blaut, J. - "Critique of Location Theory" in *Antipode* - Vol. 7 n. 1
- Fevereiro de 1975 – pág. 72.
- 13. Barnbrock, J. - obra citada – pág. 72.
- 14. Walker, D. - "Critique of Location Theory" in *Antipode* - Vol. 7 – n. 1
Fevereiro de 1975 – pág. 72.
- 15. Harvey, D. - "Critique of Location Theory" in *Antipode* - vol. 7 – n. 1
Fevereiro de 1975, pág. 71.
- 16. Peet, D. – obra citada – pág. 71.
- 17. Emker, I. – obra citada – pág. 71

18. Peet, D. - obra citada – pág. 72.
19. Lyons, J. - "Critique of Location Theory" in *Antipode* - Vol. 7 n. 1
- Fevereiro de 1975 – pág. 72.
20. Harvey, D. – obra citada – pág. 72.
21. Lyons, J. – obra citada – pág. 72.
22. Peet, D. - obra citada – pág. 72.
23. Blaut, J, - obra citada – pág. 72.
24. Harvey, D. – obra citada – pág. 72.
25. Lyons, J. – obra citada – pág. 72.
26. Feldman, S. - "Critique of Location Theory" 1.n *Antipode* - Vol. 77n. 1
- fevereiro de 1975 - pág. 72/3.
27. Peet, D. - obra citada – pág. 72.
28. Walker, D. - obra citada – pág. 72.
29. Blaut, J, - obra citada – pág. 72.
30. Ver Marx falando do desenvolvimento da sociedade no "Prefácio" da "Contribuição para a crítica da economia política" coleção Teoria n. 8 - Editorial Estampa - Lisboa - 1974 - pág. 29, e que nós citamos na parte um, de nosso trabalho.
31. Marx, K. – “A Ideologia Alemã” – V. 1. Editora Presença Lisboa - 1974 - pág. 7.
32. Felizola Diniz, J.A. - "A renovação da Geografia Agrária no Brasil"
in Simpósio - A renovação Geografia" – Associação
dos Geógrafos Brasileiros - São Paulo.
33. Felizola Diniz, J. A. – obra citada anteriormente – págs. 71 a 73.
34. Ceron, A.O. - "Conceitos econômicos básicos para a Geografia
da Agricultura" in *Geografia* Vol. 1 – n. 1 - Abril de 1976.
35. Ceron, A.O. - "Distância do mercado e intensidade do uso da terra como
fatores de localização da força de trabalho agrícola no
Estado de São Paulo" in *Boletim Paulista de Geografia*
– n. 50 - Março de 1976.
36. Ceron, A.O. - "A função da distância e os padrões de intensidade e uso da
terra no modelo Thuniano de localização" in "*Geografia*"
Vol. 1, n. 2 - Outubro de 1976.
37. Geiger, P.P, Motta Lima, M.S.N. da; e Abi Abib, M.E. "Distribuição de
atividades agropastoris em torno da metrópole de
São Paulo" in *Revista Brasileira de Geografia* 8, ano 36 –
n. 4 - .Outubro/Dezembro de 1974.
38. Ver sobre esta questão, os trabalhos de Bray sobre o funcionalismo na Geografia.
39. Hattner, H. - "Desenvolvimento de comunidade no processo de
urbanização: notas para uma crítica das teorias sociológicas
do Planejamento" in *Revista Administração de
Empresa* - 16(3) Maio/Junho de 1976 - pág. 18.

40. Hattner, H. - obra citada anteriormente – págs. 18-19.
41. Ceron A. O. - obra citada – nota 35 - pág. 151.
42. Castro, A.O. & Lessa C. - "Introdução a economia: uma abordagem estruturalista" - Ed. Forense - Rio de Janeiro – 1. edição
43. Chisholm, M. - "Geografia Y Economia" - Oikos-Tau-Ediciones (Barcelona - Espanha - 1969.
44. Ceron A. O. - obra citada – nota 35 - pág. 149.
45. Ceron A. O. - obra citada – nota 35 - pág. 145.
46. Ceron A. O. - obra citada – nota 34 - pág. 35.
47. Ceron A. O. - obra citada – nota 34 - pág. 36.
48. Engels, F. – “Anti-During” – Ed. Grijalbo- México – 1964, pág. 264.
49. Ceron A. O. - obra citada – nota 34 - pág. 37.
50. Coraggio, J.L. - "Considerações teórico-metodológicas sobre as formas sociais de organização do espaço e suas tendências na América Latina" - in Revista EURE – Santiago Chile - 1972 - pág. 79.
51. Folke, S. - "First thoughts on the Geography of Imperialism" in Antipode - Vol. 5 – n. 3 – 1974 - USA - pág. 18.
52. Lenin, W. I. – “Obras Completas” – Tomo 14 – Moscou – pág. 14.
53. Althusser, L. - "Materialismo histórico Y Materialismo dialéctico" – in Cuadernos Pasado y Presente – n. 8 – Córdoba - Argentina - 1974 – 4. Edição – pág. 50.
54. Althusser, L. - obra citada anteriormente – pág. 46.
55. Ceron A. O. - obra citada – nota 34 - pág. 37.
56. Oliveira, F. - "A Economia Brasileira - Crítica à razão dualista" in seleção CEBRAP – n. 1 – 2a. Edição - CEBRAP - Ed. Brasiliense - São Paulo - 1976.
57. Oliveira, F. - obra citada anteriormente – págs. 7-8.
58. Castro, A.B. & Lessa, C. – obra citada – págs.
59. Castro, A.B. & Lessa, C. – obra citada – págs. 26-27.
60. Ceron A. O. - obra citada – nota 34 - pág. 46.
61. Ceron A. O. - obra citada – nota 34 - pág. 47
62. Ceron A. O. - obra citada – nota 34 - pág. 46.
63. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 26.
64. Ceron, A. O. – obra citada – nota 36 – pág. 25.
65. Marx, K. - "A Ideologia Alemã" - Ed. Presença/Livraria Martins Fontes - Vol. I - Lisboa – Portugal - 1974.

66. A obra de Poulantzas, N. que citamos em seguida é rica nesse particular demonstrando claramente as situações italianas e alemã e, por que não, fornecendo instrumental analítico para compreendermos situações presentes: "Fascismo e Ditadura" – Portucalense Editora – Porto – Portugal, 1972.
67. Chisholm, M. – obra citada na nota 7.
68. Lloyd, E.P. & Dicken, P. – obra citada na nota 7.
69. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 26-27.
70. Chisholm, M. – obra citada na nota 7.
71. Roll, E. - "História das Doutrinas Econômicas" – 2. Edição, Editora Nacional - São Paulo - 1962.
72. Roll, E. – obra citada, págs. 97-98.
73. Roll, E. – obra citada, págs. 326-327.
74. Von Thünen, J. H. - obra citada, pág. 22.
75. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 28.
76. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 28.
77. Afanassiev, V.S. - "História das Doutrinas Econômicas" - Zahar Editores - Rio de Janeiro - 1967 - pág. 61.
78. Afanassiev, V.S. - obra citada anteriormente – págs. 90-91.
79. Marx, K. citado por Afanassiev, V.S. - obra citada anteriormente – pág. 91.
80. Barnbrock, J. - "Prolegômeno para um debate método lógico da teoria locacional: o caso de Von Thünen" in Antipode - Vo1.6 n. 3 - Dezembro de 1974 - pág. 63.
81. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 28.
82. Barnbrock, J. - obra citada anteriormente – pág. 59.
83. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 40.
84. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 41.
85. Barthes, R. Trecho retirado do artigo "Barthes, a contestação da linguagem numa linguagem brilhante" de Lapouge, B. publicado no jornal "O Estado de São Paulo" de 06/02/77 – pág. 22.
86. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 41.
87. Marx, K. - "Contribuição para a crítica da Economia política" Coleção Teoria n. 8 – Ed. Estampa - Lisboa - 3. Edição - 1973 – pág. 28.
88. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 43.
89. Marx, K. Obra citada – nota 87 – pág. 28.
90. Marx, K. Obra citada – nota 87 – pág. 29.
91. Sá Jr., F. - "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência" - in Seleções CEBRAP 11 – 2. Edição - Ed. CEBRAP/Brasiliense - São Paulo - 1976 – pág. 79 / 134.
92. Sá Jr., F. - obra citada anteriormente – pág. 126.

93. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 44.
94. Ceron, A.O. - "Revolução industrial e sistema espacial agricultura" –
in Boletim de Geografia Teorética - Vol. 3 - n. 5 – 1973
- Rio Claro - São Paulo - SP – págs. 5 / 38.
95. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 44.
96. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 45.
97. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - pág. 47.
98. Ceron A. O. - obra citada – nota 36 - págs. 43/45/46.
99. Marx, K. Obra citada – nota 87 – pág. 229.
100. Sá Jr., F. - obra citada – pág. 127.
101. Geiger, P.P.; Motta Lima, M.S.N. e Abi Abib, M.E. –
Obra citada – pág. 314.
102. Marx, K. - Obra citada – pág. 229.
103. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 04.
104. Marx, K. - Obra citada – págs. 28/29.
105. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 05.
106. Castells, M. - "Problemas de investigação em Sociologia Urbana" –
Ed. Presença - Martins Fontes - Lisboa - 197 pág. 07.
107. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 06.
108. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 06.
109. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 06.
110. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 07.
111. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 10.
112. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 15.
113. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 15 e 17.
114. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 25.
115. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 34.
116. Geiger, P. P. e outros – obra citada – pág. 34/35.
117. Lenin, W. I. – “Obras Completas” – Tomo 14 – Moscou – pág. 162.
118. Ver sobre estas colocações a obra de Fataliev, Kh. - "O materialismo Dialético e as ciências da natureza" - Zahar Editores – Rio de Janeiro – 1966.
119. Afanassiev, V.G. - "Filosofia Marxista" - Ed. Vitória - Rio de Janeiro
- 1963 - pág. 79.
120. Afanassiev, V.G. – obra citada anteriormente – pág. 157.
121. Afanassiev, V.G. – obra citada – pág. 159.
122. Barnbrock, J. - Obra citada - nota 80 – pág.60.
123. Barnbrock, J. - Obra citada - nota 80 - pág. 62.
124. Barnbrock, J. - Obra citada - nota 80 – pág. 62.
125. Barnbrock, J. - Obra citada - nota 80 – pág. 64.
126. Barnbrock, J. - Obra citada - nota 80 – pág. 64.

127. Bettelheim, C. - "La economia bajo el nazismo" – Tomo 1,
Editorial Fundamentos - Madrid - 1972.
128. Poulantzas, N. - "Fascismo e Ditadura" - I Vol. - Portucalense Editora –
Porto - Portugal – 1972 - pág. 25.
129. Poulantzas, N. - obra citada anteriormente – pág. 25.
130. Poulantzas, N. - obra citada – pág. 25-26.
131. Poulantzas, N. - obra citada – pág. 26-27.
132. Poulantzas, N. - obra citada – pág. 27.
133. Poulantzas, N. - obra citada – pág. 27.
134. Poulantzas, N. - obra citada – pág. 28.
135. Poulantzas, N. - obra citada – pág. 28.
136. Poulantzas, N. - obra citada – pág. 28.
137. Poulantzas, N. - obra citada – pág. 28.
138. Poulantzas, N. - obra citada – pág. 29.
139. Pfeifer, G. - "Das wistschafts geographische Lebenswerk Leo Waibels"
in Waibel, L. – "Capítulos de Geografia Tropical e do
Brasil" - IBGE - Rio de Janeiro – 1958 - pág. XI.
140. Waibel, L. - "Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil" - IBGE –
Rio de Janeiro - 1958 - pág. 67.
141. Folke, S. - "First Thoughts on the Geography of Imperialism" in Antipode
- Vol. 5 – n. 3 - 1974 - USA - pág. 18.
142. Valverde, O. "Apresentação" do "Capítulos de Geografia Tropical e
do Brasil" de Waibel, L. – IBGE - Rio de Janeiro – 1958
- pág. V.
143. Bell, J.F. - "História do Pensamento Econômico" - Zahar Editores –
2. Edição - Rio de Janeiro - 1976 - pág. 275.
144. Citação contida in Bell, J.F. – obra citada anteriormente – pág. 276.
145. Bell, J.F. – obra citada – pág. 276.
146. Citação contida in Bell, J.F. – obra citada anteriormente – pág. 277.
147. Bell, J.F. – obra citada – pág. 277.
148. Waibel, L. – obra citada – pág. 57.
149. Waibel, L. – obra citada – pág. 76.
150. Bell, J.F. – obra citada – pág. 293.
151. Waibel, L. - Obra citada - pág. 89
152. Bell, J.F. - Obra citada – pág. 301.
153. Waibel, L. - Obra citada – pág. 47.
154. Bell, J.F. - Obra citada – pág. 305.
155. Waibel, L. - Obra citada – pág. 33.
156. Waibel, L. - Obra citada – pág. 33.

157. Denis, H. - "História do Pensamento Econômico" - Livros Horizonte
LTDA. - Lisboa – 1974 - pág. 634.
158. Denis, H. – obra citada anteriormente – pág. 634.
159. Denis, H. – obra citada – pág. 639.
160. Denis, H. – obra citada – pág. 639-640.
161. Waibel, L. - Obra citada – pág. 33.
162. Denis, H. – obra citada – pág. 631-633.
163. Giddens, A. - "Capitalismo e a moderna teoria social" - Editorial Presença
- Portugal – 1976 - pág. 204.
164. Freund, J. - "A sociologia de Max Weber" - Ed. Forense - Rio de Janeiro
– 1970 - pág. 34/35.
165. Freund, J. - obra citada anteriormente – pág. 38.
166. Weber, M. - Citado por Freund, J. - Obra citada - pág. 50.
167. Freund, J. - Obra citada - pág. 50.
168. Weber, M. - Citado por Giddens, A. - Obra citada - pág. 236.
169. Giddens, A. - Obra citada - pág. 236.
170. Waibel, L. - Obra citada – pág. 98.
171. Waibel, L. - Obra citada – pág. 129.
172. Waibel, L. - "Die wirtschaftsgeographische Gliederung Méxicos" in Geographische
Zeitschrift-Leipzig - 1929 e mencionado por Waibel, L. mesmo, em seu trabalho sobre a Costa
Rica in "Capitulas de Geografia- Tropical e do Brasil" - IBGE - Rio de Janeiro - 1958 - pág.
105.
173. Valverde, O - "Geografia Agrária do Brasil". 1. Vol. CBPEMEC –
Rio de Janeiro - RJ - pág. 05.
174. Valverde, O - obra citada anteriormente – pág. 05.
175. Valverde, O - obra citada – pág. 05.
176. Valverde, O - obra citada – pág. 05.
177. Marx, K. e Engels, F. - "A Ideologia Alemã" - Editorial Presença
e Livraria Martins Fontes - Coleção Síntese –
n. 16 - Portugal - 1974 - pág. 18.
178. Marx, K. – obra citada na nota 87 – 28/29.
179. Valverde, O - obra citada – pág. 21.
180. Hartshorne, R. - "Questões sobre a natureza da Geografia"
"Textos Básicos n. 04 – IPGH - Rio de Janeiro - 1969.
181. Askin, I.F. "O problema do tempo" Ed. Paz e Terra - Rio de Janeiro
- 1969 - pág. 110.
182. Afanassiev, V.G. – obra citada - pág. 156/7.
183. Valverde, O - obra citada – pág. 32-33.
184. Valverde, O - obra citada – pág. 37.
185. Valverde, O. - "A fazenda escravocrata de café no Brasil" - MIC IBC

- Rio de Janeiro - publicado também na Revista Brasileira de Geografia n. 29 – n. 1 - Jan/Março de 1967 do IBGE
- Rio de Janeiro.
186. Valverde, O - obra citada na nota anterior – pág. 37.
187. Valverde, O - obra citada na nota 185 – pág. 37.
188. Valverde, O - obra citada na nota 185 – pág. 37.
189. Estamos conscientes de que se analisado à luz do materialismo histórico e dialético mesmo, este trabalho contém questões que são verdadeiras polêmicas dentro do marxismo. Mas devemos deixar claro que esse não é agora nosso objetivo, daí partirmos para sua aceitação inicial, embora resguardando este direito de crítica posterior.
190. Valverde, o. - "O uso da terra no leste da Paraíba" in Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Vo1. VIII - Tomo 1 - 1953/4
- São Paulo - 1956.
191. Valverde, O - obra citada na nota anterior – pág. 221-222.
192. Marx, K. – obra citada na nota 87 – pág. 229.
193. Valverde, O., e Dias, C.V. - "A rodovia Belém-Brasília" – Fundação IBGE - IBG –Rio de Janeiro - 1967.
194. Valverde, O - obra citada na nota anterior – pág. 69.
195. Valverde, O - obra citada na nota 193 – pág. 69.
196. Marx, K. – obra citada na nota 87 – pág. 221.
197. Marx, K. – obra citada na nota 87 – pág. 227.
198. Marx, K. – obra citada na nota 87 – pág. 227-228.
199. Marx, K. – obra citada na nota 87 – pág. 228.
200. Valverde, O - obra citada na nota 193 – pág. 76-77.
201. Valverde, O - obra citada na nota 172 – pág. 33-34.
202. Weber, M. - "Economia Y Sociedad"- Vol. I - Fondo de Cultura Economica - Mexico – 2a. Edición - 1964 - pág. 273 a 288.
203. Marx, K. - "O Capital (Crítica da Economia política) - Livro 2 - Vol. 3 – Ed. Civilização Brasileira - Rio de Janeiro - 1970 - pág. 39/40.
204. Castells, M. - "La Question Urbaine" - François Maspero – Paris
- 1976 - pág.
205. Correia de Andrade, M. - "Espaço, polarização e desenvolvimento",
Ed. Brasiliense –1970 - 2a. edição - São Paulo.
206. Coraggio, J.L. - "Hacia una revision de Ia teoria de los polos de desarrollo"
in "Revista Latino-Americana de Estudios Urbano y Regionales - EURE - Vol. 11 - Marzo de 1972 – n. 4 - Chile. 207. Coraggio, J.L. - obra citada na nota anterior – pág. 25.
208. Convém ressaltar aqui que Correia de Andrade, M., confessou de público durante a realização do 29 Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Julho de 1976 em Belo Horizonte, que havia enveredado por caminhos que não pretendia trilhar "mas que havia revisto sua posição que apresenta-se hoje de forma clara - no artigo "O pensamento Geográfico

e a Realidade Brasileira" publicado no Boletim Paulista de Geografia n. 54 - junho de 1977, da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Regional de São Paulo.

209. Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 25.
210. Boudeville, J.R. - "Os espaços econômicos" - coleção Saber Atual
n. 160 - Difusão Europeia do Livro - São Paulo - 1973.
211. Boudeville, J.R. - obra citada na nota anterior – pág. 11-12.
212. Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 25.
213. Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 31.
214. Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 31.
215. Perroux, F. – citado por Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 31.
216. Perroux, F. – citado por Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 31.
217. Perroux, F. – citado por Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 32.
218. Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 32.
219. Perroux, F. – citado por Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 32.
220. Perroux, F. – citado por Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 32.
221. Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 32.
222. Perroux, F. – citado por Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 32.
223. Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 33.
224. Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 33.
225. Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 33.
226. Perroux, F. – citado por Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 33.
227. Perroux, F. – citado por Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 33.
228. Perroux, F. – citado por Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 34.
229. Perroux, F. – citado por Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 35.
230. Perroux, F. – citado por Coraggio, J.L. - obra citada – pág. 35-36.
231. Valverde, O. - "Geografia Agrária do Brasil" – 1. Vol. - CBPE FINEP-
MEC - Rio de Janeiro - RJ.
232. Waibel, L. - "Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil" - IBGE-
Rio de Janeiro - RJ - 1958.
233. Von Thünen, J.H. - citado por Waibel, L. - Obra citada anteriormente, pág. 73.
234. Chorley, R.J. & Hagget, P. - "Socio-Economic Models in Geography"
- Methuen & CO. Ltd - Londres - 1968.
235. Cole, J.P. - "Geografia Quantitativa" - Fundação IBGE-IBG –
Rio de Janeiro - RJ - 1972.
236. Henshall, J.D. - "Modelos de Atividade Agrícola" in "Socio-Economic
Models in Geography" - Methuen & CO. Ltd Londres - 1968.
237. Castells, M. - "Problemas de investigação em Sociologia Urbana"
- Editorial Presença - Livraria Martins Fontes "Portugal.
238. Castells, M. - "La Question Urbaine" - François Maspero - Paris - 1975.
239. Engels, F. - "Contribuição ao problema da Habitação - Edições Sociais

- Textos 2 –São Paulo - 1976.

240. Na época cursamos como ouvinte "Sociologia do Desenvolvimento" com o professor Luís Pereira que procurou tratar das questões teóricas que envolviam a compreensão do modo de produção capitalista. Mais tarde pudemos ver vários daqueles pontos tratados em classe nos seus dois livros: "Capitalismo - (notas teóricas)" Livraria Duas Cidades 1977 e "Anotações sobre o Capitalismo" - Ed. Pioneira 1977.

241. Martins, J.S. - "Sobre o Modo de Pensar Capitalista" Hucitec - São Paulo
- 1978.

242. Carro1, L. - citado por Martins, J.S. - Obra citada na nota anterior.

243. Castells, M. – obra citada na nota 238 – pág. 483.

244. Giannotti, J.A. - "Exercícios de Filosofia" in Seleção CEBRAP 2a.
Ed. Brasiliense/CEBRAP - São Paulo - 1975 – págs. 85 a 102.

245. Althusser, L. - "Elementos de Auto-Crítica" - Iniciativas Editoriais –
Lisboa - Portugal - 1976.

246. Prado, Jr. C. - "O Estruturalismo de Levi-Strauss e o Marxismo de Louis
Althusser" - Editora Brasiliense - São Paulo - 1971.

247. Prado, Jr. C. - Obra citada na nota anterior – pág. 105.

248. Prado, Jr. C. - Obra citada na nota anterior – pág. 105-106.

*Dizem crenças antigas
que viver não é lutar
Que sábio é o que consegue
ao mau com o bem pagar
Quem esquece a própria vontade
Quem aceita não ter o seu desejo
É tido por todos um sábio
É isso que eu sempre vejo
É a isso que eu digo não!*

TEMPO DE GUERRA

(da peça "Arena Canta Zumbi" - Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e Edu Lobo).

PARTE V – DA NESSECIDADE DA PRÁXIS

"Conhecemos somente uma ciência, a da História". Esta pode ser considerada por dois ângulos, e dividida entre a história da natureza e história dos homens.

As duas perspectivas não podem ser separadas do tempo. A própria ideologia não é mais que um dos lados dessa História, e somente a crítica ideológica poderá desvendá-la e esclarecê-la (1).

Certamente urge que façamos em nossa produção científica uma análise profunda da sociedade brasileira, do estágio atual de desenvolvimento do modo de produção capitalista, das

conjunturas políticas, pois só assim estaremos produzindo ciência, só assim estaremos contribuindo, ainda que pouco, para a transformação da sociedade brasileira e quiçá latino-americana.

A nosso ver, isso só é possível se assumirmos o materialismo histórico e dialético, se utilizarmos dos conceitos e das categorias que compõem este instrumental teórico de análise.

É utilizando-os, que nós geógrafos, poderemos melhor compreender a produção geográfica e de forma científica poderemos compreender a nossa realidade, e como os "cientistas" pensam essa realidade.

Na esperança de ter começado a trilhar esse rumo é que julgamos ser a necessidade da práxis, a pedra de toque deste trabalho, pois:

"O trabalho crítico é a resposta do intelectual ao saber subjugado que acoberta ao invés de relevar. Mas é duvidosa a produção crítica de quem assume a postura intelectualista de criticar sem compromisso. Para ir além do modo capitalista de pensar, é necessário que a crítica seja incorporada à própria ação do intelectual crítico". (2).

Para levantarmos questões que demonstram a necessidade da práxis devemos compreender, como propõe Martins, J.S., o modo capitalista de pensar. Compreendê-lo significa saber que este:

"... enquanto modo de produção de ideias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração das suas bases de sustentação - ideológicas e sociais". (3)

Que compreender o modo capitalista de pensar, significa também compreender que ele contém as contradições do modo de produção capitalista. Dessa forma:

"... leva para o conhecimento de senso comum e para o conhecimento científico as tensões do capitalismo, expressa nas diferenciações ideológicas e de tendência dentro da mesma formação social". (4).

Que compreender o modo capitalista de pensar, significa também compreender que ele é:

"... a mediação necessária na produção e reprodução em crise de alienação que subjuga quem não é capitalista, invertendo-se o sentido do mundo e dando uma direção conservadora e reacionária à ação que deveria constituir a sociedade transformada, desvinculando e contraponto entre si o saber e a prática". (5).

Que compreender o modo capitalista de pensar, significa saber, antes de tudo que:

"o exercício teórico tem sentido e é necessário quando se submete o conhecimento a uma crítica fecunda. E só a História tem condições de fecundá-lo. Só o compromisso com a transformação da sociedade pode revolucionar o conhecimento ... " (6)

Que compreender o modo capitalista de pensar, significa saber, enfim, que:

"Através dessa crítica na própria ação é possível fazer frente ao modo capitalista de pensar, abrindo espaço por entre as contradições que ele expressa e contem no rumo de uma sociedade transformada". (7)

Que dessa forma entendido o modo capitalista de pensar, impõe-se, que compreendamos a nossa prática neste trabalho no conjunto das preocupações que tem apresentado Lacoste, Y.:

"Nós não reformamos a Geografia, viramo-la contra os nossos adversários. Trata-se de uma guerrilha epistemológica: as escaramuças ideológicas, as emboscadas teóricas, seriam inúteis se não conduzissem uma Geografia alternativa e de combate. Esta Geografia, ao informar a prática dos militantes, e

dos sindicalistas e por ela informada, permitiria aos grupos dominados melhor situarem o inimigo, melhor conhecerem e escolherem o terreno" (8)

Que nosso trabalho, deve ser compreendido também no conjunto das preocupações propostas por Santos, M.:

"Os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para seu trabalho, mas não para em seguida os separar entre classes, entre exploradores e explorados ... " (9)

Que em nosso trabalho, tempo e espaço devem ser compreendidos dentro da concepção leninista, onde:

"Reconhecendo a existência da realidade objetiva, isto é, da matéria em movimento, independentemente da nossa consciência, o materialismo e inevitavelmente levado a recorrer também à realidade objetiva do espaço e do tempo, e assim difere, desde logo, do Kantismo, para o qual, bem como para o idealismo, o espaço e o tempo são formas de contemplação humana e não realidades objetivas.

O universo não é senão matéria em movimento, e esta matéria em movimento não pode movimentar-se senão no espaço e no tempo". (10)

Que em nosso trabalho, a contradição constitui-se no núcleo central da tese da dialética materialista:

"A lei da contradição, isto é, a lei da unidade dos contrários nas coisas, é a lei mais fundamental da dialética materialista. Lenin disse: em sua correta significação, a dialética e o estudo da contradição dentro da essência mesma das coisas. Ele qualificava esta lei de essência ou núcleo da dialética ...

As contradições internas das coisas são a causa básica de seu desenvolvimento, enquanto que sua interconexão e interação com as outras coisas constituem uma causa secundária de seu desenvolvimento. (11)

Que por fim, ao concluirmos devemos ter presente que:

“As transformações que procuram suprimir a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual são de uma importância decisiva para o desenvolvimento

pela via socialista. Desde logo, em um plano geral elas significam uma das características mais profundas de todas as sociedades divididas em classes, a saber, a separação social da teoria e da prática". (12)

Sem esquecer-se que:

"Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário. Não seria demasiado insistir sobre essa ideia em uma época, onde o entusiasmo pelas formas mais limitadas da ação prática aparece acompanhado pela propaganda em voga do oportunismo". (13)

É este o ponto de partida.

É este o ponto de chegada.

É este o início...

É isto que gostaríamos de apresentar.

36 minutos do dia 23 de novembro de 1978 – São Paulo

Notas e bibliografia

1. Auphib. - "Tudo é História" - Cadernos de Pesquisa - 1 - Editora Brasiliense
- 1977 - (capa).
2. Martins, J.S. - "Sobre o modo Capitalista de Pensar" - Ed. Hucitec –
1978 - (capa).
3. Martins, J.S. – obra citada na nota anterior, pág. XI.
4. Martins, J.S. – obra citada, pág. XII.
5. Martins, J.S. – obra citada, pág. XII.
6. Martins, J.S. – obra citada, pág. XIII.
7. Martins, J.S. – obra citada, pág. XIV.
8. Lacoste, Y. - "La Géographie ça sert, d'abord, á faire la guerre" –
François Maspero – Paris - 1976 – págs. 186/7.
9. Santos, M. - "Por uma Geografia Nova" - Hucitec - EDUSP - São Paulo,
1978 – pág. 219.
10. Lenin, V.I. - "Materialismo e Empirocriticismo" - Ed. Estampa – Portugal
- 1971 – pag. 165.
11. Mao Tse-Tung. - "Sobre a Contradição" - Série - Textos Fundamentais 1
- pág. 1 e 2.
12. Bette lheim, C. - "Revolucion Cultural y Organizacion Industrial en China"
– Siglo XXI Editores - Buenos Aires – 1974, pág. 96.
13. Lenin, W. I. – “Que fazer” – Hucitec – São Paulo, 1978, pág. 18.

